

**A LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL (1919-1926).
A ESQUERDA REPUBLICANA E O BLOCO RADICAL.**

Ana Catarina Simões Mendonça Pinto

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Novembro, 2015

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de prof. Doutor Fernando Rosas.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Para o Nuno e a Margarida

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de investigação é devedor do auxílio, ativo ou passivo, direto ou indireto de muitas experiências e pessoas. É um trabalho colectivo, mesmo quando parece ser individual. Não serei exaustiva, no reconhecimento de tudo e todos os que contribuíram, sabendo ou não, para este resultado, mas não posso deixar de deixar alguns nomes aqui registados. Assim, agradezia, genericamente, a todos os trabalhadores dos arquivos, bibliotecas, refeitórios e cafés por onde passei nos últimos anos. Aos almoços e jantares, onde grupos de colegas e amigos misturam o interesse pela política com o interesse uns nos outros.

Aos colegas do IHC, em particular ao João Madeira, ao Constantino Piçarra, e ao Luís Farinha, que têm em comum terem supervisionado o meu trabalho em projetos distintos, e serem outras coisas a nível profissional, além de académicos, e, por isso, mais militantes aos meus olhos.

À Ana Limpinho, amiga-irmã. À Susana Rodrigues e família, à Ana Sofia Ferreira (Anita) e família, à Marta Rodrigues, amigas de longe e de perto. Ao Pedro Cerdeira, com carinho. Ao Rui Santiago, às férias de antanho e amizade com mãos. À Cristina Pinto Baptista (Kiti), e à Ana Garcia (Nocas), uma equipa assim não se desfaz nem com aguarrás. À Cláudia Figueiredo, tão-camarada, ao Filipe Miranda, e à bicharada. À Maria Alice Samara, amiga maternal no seu estar sempre lá, e ao Tiago Baptista e à Leonor Samara Rosas, cada um e três – à vossa! À Rosa Alface, uma luminária na outra margem. À Joana Estorninho e ao Chico, deram rodas à Margarida e levaram-na à escola pela primeira vez (u-uh!). À Elisa Lopes, ao Miguel Cardoso e ao Xavier com caracóis, concretamente, desde que a Margarida ainda não era, mas estava quase a ser. Ao Nuno Domingos que leu tudo (e era verão) e me ajudou a reler. Aos jantares na casa da Inês Brasão, à Inês, à comida e ao vinho - é quentinho. À Maria Alice Samara (de novo) por ter lido aos bochechos. Ao José (Zé) Neves também, e à Margarida Borges e ao pequeno André. À Inês “Robert Frank” Galvão, mas por ser tia-amiga. À Edalina Sanches, quanta alegria e graça. Ao Rahul Kumar, Marta Macedo, Rita e Miguel, os pioneiros. À Mafalda Santos, simpatia sem peias, do bar da BN para o abraço sem balcão. À Maria Alice Samara (de novo), Paula Godinho e Joana Dias Pereira, “viva a amizade, abaixo a excelência!”, o melhor mote de trabalho. À Elisabete Martins (Beta), tão fixe! desde logo. Aos primos Jorge Dias e

Rita Rosado, pelos passeios de fim de semana. À Krista Harper, ao Michael Ash, our transtlantic partnership. À Cristina Gomes da Silva e família, antes vizinha com música e bolos. À Cláudia Chagas e família, porque brincámos, e em especial ao Tiago que continua a enlaçar-nos. Aos tios e primos que me ligam ao sul e ao tempo – tia Lurdes e tio Jacinto, Paula, Luciano, Patrícia e Diogo, Manelinha e Zé Manel, André e Jorge, António, Zézinha e Tói, Miguel e João, Chico e Luísa, Xana e Joana, Zé, Teresa e Ana, Nita e Quim, Leonor e Inês, Tio Chico da Gamela, Patrícia e Ana Lúcia. À Tia Chica, com saudades.

Ao Manuel Dias e à Otília Dias, porque não olham a quem na sua generosidade e, no entanto, ainda se superam na avozisse. À mãe, Maria de Jesus Pinto, ensinante de sensibilidade. Quero-te sempre comigo. À Margarida Pinto Dias, a bomboca, que torna os projetos mais relevantes e irremediavelmente fúteis ao mesmo tempo, “omigada” filha. Àquele que só nomeamos zangada, Nuno Dias, o bonito, o querido, o fofinho, e etc. com doce. São o horizonte a cores.

À luta e aos que militam nela. É tudo horizonte.

**A LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL (1919-1926).
A ESQUERDA REPUBLICANA E O BLOCO RADICAL.**

**Class struggles in Portugal (1919-1926).
Republican Left and radical bloc.**

ANA CATARINA SIMÕES MENDONÇA PINTO

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política, entre-guerras, esquerda republicana.

Com o presente trabalho estudamos a Primeira República do pós-guerra (1919-1926), procurando compreender o sentido histórico desses anos atribulados, caracterizados por uma permanente instabilidade governativa e pelo desassossego dos agentes sociais. Defendemos existir uma explicação que torna os últimos anos do regime republicano, aparentemente caóticos, compreensíveis: à semelhança de outros países europeus, a especificidade dos anos 20 portugueses reside num fenómeno de polarização política da sociedade, na mobilização e organização de forças mediante os quadrantes da esquerda e da direita modernas. Concretamente, o nosso objecto de estudo consiste na esquerda republicana, um campo que se autonomizou dentro do republicanismo durante o pós-guerra, e no bloco radical, conceito analítico sob o qual englobamos manifestações heteróclitas (partidárias, armadas, intelectuais, unitárias) do fenómeno de polarização política à esquerda.

KEYWORDS: Political culture, interwar, republican Left.

The present study focuses attention on the First Portuguese Republic post-war era (1919-1926), searching the historical meaning of those disturbed years, characterized by permanent political instability and social unrest. We think that there is one explanation that turns those apparently chaotic last years of the republican regime understandable: similarly to other European countries, the specificity of the Portuguese 20's resides in a phenomenon of political polarization, of mobilization and organization of social forces conforming to the fields of modern Left and Right. Specifically, our objects of study are the republican Left, a new autonomic field within republicanism, and the radical bloc, analytic concept under which we group heteroclite manifestations (parties, arms, intellectuals, unitarian initiatives) of the phenomenon of polarization in the Left.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAP. I A PROBLEMÁTICA DA QUEDA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA NA HISTORIOGRAFIA. O ESTADO DA QUESTÃO.....	6
I. 1. Historicamente, o que foi a Primeira República?	7
I. 2. O sistema político republicano, factor de crises endémicas.	22
I. 3. As estruturas económicas e sociais e as contradições que a República não superou.....	30
I. 4. A cultura e as mentalidades, ou a República contra si mesma.	38
I. 5. Grande Guerra e pós-guerra, novas problemáticas para novas realidades.	41
CAP. II. A REPÚBLICA DO PÓS-GUERRA E OS CONFLITOS DA MODERNIDADE.....	44
II. 1. A derrocada das democracias liberais na Europa de entre-guerras.....	44
II. 2. Pressupostos de análise.....	50
II. 3. Hipóteses de investigação.	59
CAP. III OS PROCESSOS DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA E DE AUTONOMIZAÇÃO DA ESQUERDA REPUBLICANA.	61
III.1. A legislação laboral e de assistência social às classes trabalhadoras (1919-1920).	65
III.2. O princípio de redistribuição da riqueza e o primeiro confronto de blocos antagónicos (1920-1921).	80
III.3. O imposto progressivo (1922).....	93
III. 4. Um governo conservador com medidas radicais (1924).	98
III.4. A lei do selo e a criação da União dos Interesses Económicos (1924)...	121
III.5. O governo da esquerda republicana e o segundo confronto de blocos antagónicos (1925).	126
III. 6. O campo da esquerda republicana.	142

CAP. IV. O BLOCO RADICAL.....	145
IV.1. Os partidos da esquerda republicana.....	145
IV.1.1. O Partido Republicano Popular.....	149
IV.1.2. O Partido Republicano Radical.....	159
IV.1.3. O Partido Republicano da Esquerda Democrática	187
IV.1.4. A esquerda republicana.....	202
IV. 2. A intelectualidade.....	206
IV. 3. Os movimentos unitários.....	231
IV.3.1 Os movimentos de protesto de 1924.....	232
IV.3.2 Os movimentos de protesto de 1925.....	242
IV.3.3 A aliança eleitoral de novembro de 1925.....	259
IV.3.4. As campanhas de 1925 e 1926 contra as deportações e o fascismo.....	272
IV.3.5. A frente única das esquerdas.....	279
IV.4. As insurreições armadas.....	284
IV. 4.1. O 19 de outubro de 1921.....	286
IV.4.2. As tentativas insurrecionais de radicais e comunistas.....	292
IV.4.3. O “Movimento de Almada”	305
IV.4.4. O 28 de maio de 1926.....	308
IV.4.5. As armas do bloco radical	319
CONCLUSÃO.....	325
FONTES ARQUIVÍSTICAS.....	334
FONTES IMPRESSAS.....	334
BIBLIOGRAFIA	337

LISTA DE ABREVIATURAS

ACEE – Associação de Classe dos Empregados do Estado

ACL – Associação Comercial de Lisboa

ACLL – Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

AIP – Associação Industrial Portuguesa

BNU – Banco Nacional Ultramarino

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CUF – Companhia União Fabril

FNC – Federação Nacional das Cooperativas

GNR – Guarda Nacional Republicana

IC – Internacional Comunista

ISV – Internacional Sindical Vermelha

PCP – Partido Comunista Português

PRED ou ED – Partido Republicano da Esquerda Democrática ou Esquerda Democrática

PRP – Partido Republicano Português

PRR – Partido Republicano Radical

PSP – Partido Socialista Português

UIE – União dos Interesses Económicos

UIS – União dos Interesses Sociais

UON – União Operária Nacional

USO – União de Sindicatos Operários

INTRODUÇÃO

Cronologicamente, a investigação que se propõe é delimitada por dois acontecimentos extremos, o assalto a Monsanto, de 22 a 24 de Janeiro de 1919, e o golpe militar de 28 de Maio de 1926. A coerência interna do período chamado de “Nova República Velha” é dada pelo regresso do Partido Republicano Português ao lugar dominante no poder, a partir do qual manteve a hegemonia sobre o sistema político da Primeira República portuguesa, recriando esse traço típico do regime instaurado em 1910. Sob esta aparência de continuidade acumulavam-se, no entanto, as experiências políticas do primeiro período do regime e do interregno ditatorial sidonista, em parte assimiladas pelo PRP, a partir de 1919, sob a nova liderança de António Maria da Silva.

O desafio lançado ao republicanismo no pós-guerra era extremamente delicado, pois além daquelas heranças do passado, o país entrou nos anos de 1920 sob os efeitos desestabilizadores da Grande Guerra de 1914-1918, reflectidos numa profunda crise económica e social prolongada na sociedade portuguesa – nas sociedades europeias – depois de assinada a paz, e que iria agravar os conflitos internos entre aqueles que haviam beneficiado com a guerra e os outros que padeciam dos seus efeitos negativos. Em Portugal, como na maioria dos países europeus onde o liberalismo político parecia inspirar o modelo de governo vencedor em 1918, essa década foi palco de confrontos violentos de cujo desfecho resultou a instalação da ditadura, primeiro militar, depois estado-novista. É por isso que as convulsões sociais e políticas características do último período da Primeira República merecem ser problematizadas, merecem que questionemos o seu sentido histórico. Esta justificação encontra-se quando colocamos em perspectivas as várias propostas avançadas pela historiografia para responder à questão de saber porque caiu a Primeira República portuguesa. Isso foi feito no capítulo I.

A hipótese de investigação sustentada é a de que o aparente caos que engoliu a República, e, com ela, o liberalismo político durante quase meio século, é a espuma de um tempo fervilhante, é a manifestação superficial de um fenómeno profundo, o da polarização política da sociedade portuguesa, causada pelo dramático desequilíbrio socioeconómico que a paz não resolveu, e pela procura de soluções para o seu saneamento. Entre 1919 e 1926, desenvolveram-se dois campos programáticos antagónicos tendo esse objectivo em vista, um conservador, antiliberal, outro radical,

reformista. Da irredutibilidade de ambos decorreram os confrontos violentos dos derradeiros anos da República, e esse é o factor que revela o sentido histórico do período em causa: a modernização do campo político determinada pelo alinhamento dos agentes coevos nos quadrantes da esquerda e da direita, enquanto intérpretes da reformulação do papel do Estado na mediação dos conflitos entre o capital e o trabalho. Da exposição desenvolvida dos pressupostos e das hipóteses de investigação, feita no capítulo II, resulta uma mais afinada definição do nosso objecto de estudo. A saber: a esquerda republicana - campo autonomizado no seio do republicanismo -, e o bloco radical - entidade histórica não orgânica que compreendeu várias manifestações, aparentemente, dispersas, passíveis de apreensão global mediante o seu agrupamento analítico.

Quando dizemos “esquerda republicana” deixamos de fora outras esquerdas chamadas à época “sociais”. A linha demarcadora desta distinção, entre esquerda social e esquerda republicana, é importante. Grosseiramente, corresponder-lhe-ia a diferença entre movimentos sociais e partidos políticos. Concretamente, implicava um hiato representativo percepcionado que era, em grande medida, classista. A burguesia encontrava os seus representantes no republicanismo, o operariado, incluindo os assalariados rurais, na esquerda social e, portanto, fora das instituições burguesas. Por isso, do lado das esquerdas sociais caía o já praticamente inexpressivo PS e o novo PCP (formado em 1921), ao lado da CGT (criada em 1919), enquanto os partidos da esquerda republicana incluíam o Partido Republicano Popular (1919/1921), o Partido Republicano Radical (1922/23) e o Partido Republicano da Esquerda Democrática (1925/26). O interesse do estudo deste campo para a compreensão do processo de polarização política, reside no facto de terem sido alguns desafios lançados aos interesses estabelecidos das oligarquias económicas por reformas que alteravam a relação do capital com o Estado e com o trabalho através do Estado, a motivar alianças agregadoras dos sectores conservadores, o que levaria à consolidação do antiliberalismo. Em Portugal, devido à debilidade do movimento operário organizado após 1920/21, o principal alvo da direita foi a esquerda republicana. Enquanto agente catalisador do processo de polarização política, interessava-nos reconhecê-la e ao fazê-lo identificámos o processo concomitante da sua autonomização no seio do republicanismo. Daqui resultou o capítulo III.

Mas as tensões entre blocos antagónicos não foram exclusivamente protagonizadas pela esquerda republicana. Outros fenómenos integraram este processo e para lhes restituir sentido histórico, para os reintegrar no *bloco*, agrupámo-los no capítulo IV. Assim, interessava-nos conhecer os partidos da esquerda republicana (IV.1), os representantes intelectuais da esquerda republicana, concentrados na revista *Seara Nova* (IV.2), os vários movimentos unitários aliando a esquerda republicana e a esquerda social (IV.3) e, finalmente, as tentativas insurreccionais impulsionadas por parte destes sectores (IV.4).

Ao terminar a escrita da tese surgiram dúvidas sobre se seria obrigação desta investigação dialogar de modo mais explícito com a volumosa produção científica dedicada ao problema da queda das democracias liberais e da ascensão do fascismo. Decidiu-se respeitar a coerência construída do corpo do texto, não deixando de referir aqui algumas soluções historiográficas rejeitadas e que, por isso, o leitor só encontrará na medida em que se procurou, ativamente, ignorá-las, no sentido de pensar além delas ou apesar delas. Enumeramos alguns anti-pressupostos:

. Considerar que toda a violência é equivalente e, por isso, a violência pode ser apontada e recortada, sanitariamente, como factor explicativo para a queda dos regimes, em particular da Primeira República portuguesa. A violência não é o nosso objecto de estudo, e quando é observada é-o enquanto manifestação de conteúdos políticos¹.

. Conotar, moralmente, a radicalização ideológica, modo de a despolitizar. Procurei as âncoras significantes, simbólicas ou materiais, das ideias em contenda. Procurei lembrar-me da existência da raiz nos sistemas drásticos de pensamento. As ideias não são boas ou más, embora possam ser mais ou menos adequadas, enquanto aparelhos práticos, ao contexto sobre o qual pretendem agir.

. Tomar os regimes políticos por sujeitos da narrativa histórica. Nesse sentido, a Primeira República nunca teve desejos, vontades ou atitudes. A Primeira República é aqui referida como arquitetura institucional e tempo histórico (passível de ser desmultiplicado). Os regimes dependem de agentes, singulares ou colectivos, para serem animados.

¹ A violência da Europa de entre-guerras foi estudada por Enzo TRAVERSO, 2007.

. Valorizar exposições performativas das dinâmicas económico-financeiras ou institucionais ou culturais ou sociais que ocultam as condições da performance².

. Finalmente, conformar a explicação histórica a um modelo de variáveis simples ou combinadas que pretendam fixar os desfechos possíveis. Vários artigos procuram responder ao dilema da ascensão do fascismo, comparando casos de estudo à procura das variáveis comuns potencialmente reveladoras do resultado final: tipos de regime³. Supor desfechos diferentes para combinações diferentes é, então, uma das motivações destes estudos (os regimes podiam acabar por ser democráticos ou fascistas, ou ainda comunistas). Uma inquietação filosófica surgia a partir daqui: a nossa motivação, na compreensão do passado, reside na convicção da não inevitabilidade do presente e, esperançosamente, do futuro, enquanto o método seguido, alegando uma abertura, acabava por limitar as possibilidades históricas, pela fixação dos resultados. Acrescia uma dificuldade prática sentida após a leitura destas propostas, a da desadequação do caso aqui estudado à maioria dos modelos propostos, naquilo que apresentam de rigor matemático, o que empurraria a análise do período em Portugal para a excepcionalidade.

Do ponto de vista dos processos históricos todos os casos são excepcionais, porque concretos. Isto não significa que navegássemos no mar das fontes sem uma matriz de análise. A leitura que se segue é marxista. A nossa proposta foca-se num processo, ou em dois processos concomitantes, o de polarização da sociedade portuguesa do pós-guerra e o de autonomização do campo da esquerda republicana. Procurando explicitar estas dinâmicas e o seu valor enquanto chave de leitura para os atribulados anos 20 do século XX em Portugal, procurámos pôr em relação, no espaço e no tempo, os agentes económicos, sociais, políticos e culturais suficientes para ilustrar a lógica antagónica da organização dos polos contendentes e da distribuição do espaço político coevo. A noção de luta de classes perpassa o texto da tese,

² Por exemplo, Álvaro Ferreira da Silva, avaliando as políticas de estabilização monetária do pós-Grande Guerra apresenta o seguinte balanço: “Apesar de tudo, vale a pena verificar que Portugal acabou por ter um dos programas de estabilização mais bem-sucedidos da época, embora apenas completado em 1931, já sob a Ditadura Militar, com Salazar como responsável pela política financeira e monetária. Desde então, o país adquiriu grande credibilidade financeira e monetária, inaugurando-se um período de cerca de trinta e cinco anos de orçamentos equilibrados, inflação baixa e moeda forte.”, *in* SILVA, 2014, p. 154.

³ LINZ, 1976; LUEBBERT, 1991; BERMEIO, 1998; BRUNSTEIN e BERNTSON, 1999; WELLHOFER, 2003, entre outros.

enquanto relação de forças entre o capital e o trabalho. Ao contrário de E. P. Thompson, e porque não é a formação da classe que nos ocupa, mas a da identificação de um campo político no qual a classe age somando, subtraindo e reajustando sentidos, usamos “classes trabalhadoras” para descrever uma condição material comum à classe operária (da oficina, do campo e da fábrica) e à parte assalariada da pequena burguesia (funcionalismo civil e militar). Não temos no título deste trabalho o “fazer-se” usado por aquele autor -

“Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. *Making (fazer-se)*, porque é um estudo sobre um processo ativo. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.”⁴.

- porque nós surpreendemos a classe feita, refazendo-se. Trata-se de um momento durante o qual a relação de forças entre o capital e o trabalho se reconfigurou, ganhando novas possibilidades. O campo da esquerda republicana delimitou-se pela apropriação de sentidos e significados durante o processo e *enquanto* os agentes o nomearam. Existe analiticamente – permite-nos explicar uma dinâmica - e existe historicamente - é uma realidade condicionadora da realidade, e essa é a importância dos enunciados políticos. Ao contrário do que afirma Rui Ramos, à época, a disjuntiva república/ monarquia deixou de ser suficiente para formar enunciados capazes de descrever a contemporaneidade e sobre ela agir⁵. Esperamos que o texto que se segue seja convincente.

⁴ THOMPSON, 1987, p. 9.

⁵ “No século XX, a dicotomia república-monarquia ofuscou a dicotomia esquerda-direita, embora esta fosse usada já no sentido para além do parlamentar (...). A questão do regime e o dilema das políticas a seguir estabeleceram os modos fundamentais de contraste e cesura. Os chamados “moderados”, organizados inicialmente nos partidos Unionista e Evolucionista, não conseguiram afirmar-se no governo, geralmente dominado por coligações de “radicais” assentes numa dinâmica revolucionária.”, in RAMOS, 2014, p. 22.

CAP. I A PROBLEMÁTICA DA QUEDA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA NA HISTORIOGRAFIA. O ESTADO DA QUESTÃO.

O imediato após Grande Guerra em Portugal tem sido um período de estudo da história contemporânea pouco abordado pela historiografia portuguesa. O escasso número de obras dedicadas à década de 1920, que ofereçam uma interpretação política global dos anos do fim da Primeira República e da implementação da Ditadura Militar, é indicativo o bastante da carência de investigação nesta área do conhecimento. Encontramos capítulos sobre o assunto em sínteses da história do primeiro regime republicano português (por exemplo, “O mito da política nacional (1918-1926)”, incluso na obra *A Segunda Fundação*, da autoria de Rui Ramos), dois estudos pioneiros, publicados em finais da década de 1970 e princípios da de 1980, que não tiveram, até à data, seguimento (*A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, de Fernando Medeiros, e *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, de António José Telo⁶) e alguns artigos publicados em revistas de ciências sociais ou em atas de encontros científicos. Este breve apontamento não pretende apenas justificar a dificuldade do investigador que se propõe analisar um tema pouco explorado, mas sobretudo comentar o principal obstáculo historiográfico (criado pela historiografia) ao desenvolvimento dos estudos especializados no pós-guerra português: esses anos determinantes para a contemporaneidade europeia são menos avaliados pelos impactos do conflito mundial em Portugal – pelas rupturas – e mais por elementos estruturais que caracterizariam, uniformemente, do ponto de vista da historiografia dominante, os quase 16 anos de vigência da Primeira República. A óptica prevaiente privilegia a formalidade do regime constitucional instaurado em 1911, e restaurado em 1919, como base substantiva de análise, favorecendo a confirmação do epíteto de “Nova República Velha” atribuído ao regime republicano depois da “escalada de Monsanto”, em janeiro de 1919. Em nosso entender, o mito da restauração republicana – propalado pelo próprio republicanismo –, implicado naquela expressão, encobre a especificidade histórica dos anos de 1919 a 1926. Esta afirmação não significa que a questão do regime nos seja indiferente ou secundária. Sustentamos

⁶ Mais recentemente, em 2011, António José Telo publicou o título *Primeira República II. Como cai um regime*, revendo os argumentos avançados na obra citada no corpo do texto. Vd. TELO, 2011.

que uma nova compreensão dos últimos anos da Primeira República portuguesa pode fazer-se, se por política se entender mais do que o estrito institucional.

Para melhor estabelecermos o ponto de partida da nossa investigação, apresentamos os enunciados propostos pela historiografia atual com repercussão na interpretação das causas da queda da Primeira República portuguesa, porque essa vasta problemática permite-nos fazer uma aproximação ao tema do pós-guerra e dos últimos anos do primeiro regime republicano em Portugal.

I. 1. Historicamente, o que foi a Primeira República?

Sob esta pergunta agrupamos três teses, três grandes linhas interpretativas, que procuram explicar o sentido histórico da Primeira República portuguesa e que, com esse objectivo, colocam em perspectiva linhas temporais extensas, propondo periodizações caracterizadas por uma problemática interna homogénea, nem sempre coincidentes com as balizas de início e termo do regime republicano (1910-1926).

A Primeira República como clímax do liberalismo oitocentista.

A primeira destas teses circula através das várias obras de Oliveira Marques, desde *A 1ª República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, publicada em 1971, até *Portugal – Da Monarquia para a República*, publicada em 1991. A sua menção é obrigatória pela importância que o autor teve na abertura do estudo científico, documentado, da história da Primeira República, a partir dos anos 60 do século XX, e por ser, ainda hoje, uma referência incontornável para a investigação dedicada àquele período.

Oliveira Marques integra a Primeira República no ciclo do liberalismo oitocentista, encetado em 1820 e encerrado em 1926. Positivista no método e na concepção da história, considera que o regime republicano foi o resultado de uma “evolução natural”, o produto aperfeiçoado do liberalismo monárquico, o seu clímax. De acordo com o seu ponto de vista, em 1910 não se inaugurou um tempo novo, ou, nos seus termos, “(...) qualquer coisa estruturalmente nova (...)”, apenas se atingiu um pico de desenvolvimento político adequado ao estado arcaico da economia predominantemente agrária do país, com escassa concentração capitalista, reduzida

massa proletária e altos níveis de analfabetismo - esse cume foi a República democrática⁷.

Condicionado por um quadro interpretativo onde a noção de evolução positiva é matricial, Oliveira Marques recusa a crítica ao real grau e significado da democratização republicana, algo que se reflete na assunção de que a representação popular por via eleitoral progredia, de que a abstenção resultava menos de uma censura ao regime e mais de “(...) apatia, despolitização, negligência e outras atitudes habituais na vida política dos países democráticos, nomeadamente em nações subdesenvolvidas.”⁸, de que os ataques das oposições à lei eleitoral e à máquina cacique do Partido Democrático eram exageros derivados da frustração perante a incapacidade de conquistar o eleitorado, e de que a divisão do campo republicano não continha racionalidade política, resultava de ambições individuais reflectidas no comportamento faccioso dos partidos de chefia única e na ausência de distinção programática efetiva, contrastando com o PRP, “(...) grande e bem organizado partido de centro-esquerda (...)”, regido por um modelo de chefia colectiva⁹.

Quanto à caracterização sociológica e política do regime, Oliveira Marques aceita o pressuposto do atraso político e cívico das massas populares, a quem nega intervenção histórica relevante, focando a sua análise na dinâmica progressista, urbana e burguesa do regime, que nos surge, através da leitura das suas obras, destituído de conflitos graves e clivagens significativas. Em termos sociológicos, a transição da Monarquia Constitucional para a República é reduzida a uma disputa pelo poder entre estratos diversos da classe burguesa, uma vez que o “(...) povo miúdo dos operários e camponeses (...)” era, segundo o autor, “insuficientemente evoluído”¹⁰. Assim, o novo regime foi uma conquista da burguesia média-alta (profissões liberais, médio funcionalismo público, oficialidade militar e naval, professorado, comerciantes e industriais médios¹¹), que o dirigiu apoiada pela burguesia média-baixa (pequenos comerciantes e industriais urbanos, pequeno funcionalismo público, cabos, e soldados e marinheiros “mais conscientes”¹²), contra

⁷ MARQUES, 1991b, p. 737.

⁸ MARQUES, 1980, p. 79.

⁹ *Idem*, p. 61-82.

¹⁰ *Idem*, p. 42.

¹¹ *Idem, ibidem*.

¹² *Idem, ibidem*.

a alta burguesia (alto comércio e banca). Em termos políticos, a transição traduziu-se na substituição de um poder burguês oligárquico – o monárquico –, por outro, burguês democrático – o republicano.

Neste contexto, os impactos políticos da questão social e da questão religiosa¹³ são secundarizados, e os feitos do projeto republicano, valorizados. A abordagem do autor às medidas sociais decretadas pela República ilustra este ponto. Não obstante Oliveira Marques referir a agitação grevista e o progressivo divórcio entre a República burguesa e os objectivos dos trabalhadores, minimiza o efeito direto do movimento operário nas conquistas obtidas, justificando-se pela relação numérica entre os “autênticos operários” e a “burguesia ativa de Lisboa e Porto”, desfavorável aos primeiros, concluindo a partir desse dado que “Apesar de tudo, muitas situações republicanas fizeram o que puderam para solucionar ou, pelo menos, para minorar a questão social. No enquadramento de um estado liberal, não-intervencionista, os governos podiam fazer pouco, mas fizeram-no.”¹⁴. A ideia geral transmitida pelo autor é que a República pôs em marcha o progresso possível, condicionada pelo modelo liberal que herdara de oitocentos e apesar dos vários constrangimentos sociais, económicos e políticos que sofreu. Perante este cenário, a Primeira República foi um sucesso relativo, e nem o regime, nem o conjunto dos agentes sociais, tiveram responsabilidades de maior no seu ocaso.

Fortemente determinista, a sua leitura atribui ao fim da República um sentido inelutável e fatal: morte por esgotamento histórico. A República cumpriu-se a si mesma, teleologicamente, e findou porque tinha que findar, para dar lugar a “(...) qualquer coisa de completamente diferente”¹⁵.

¹³ Relativamente ao impacto sociopolítico da Lei de Separação (1911) e de outras medidas anticlericais: “As medidas anticlericais foram recebidas com desagrado pela maioria da população, sobretudo no Norte. Simplesmente, o número, aqui, pouco significado tinha. A maioria da população estava inerte, passiva, mergulhada em analfabetismo e em subdesenvolvimento económico. A população ativa, a população das cidades, sobretudo (com destaque para Lisboa), recebeu a política antirreligiosa como manifestação sua. Fora ela que fizera a República e que a sustentava. Era ela que justificava o anticlericalismo governamental e que o tornava tão popular entre as massas urbanas.”, *in idem*, p. 58.

¹⁴ *Idem*, p. 47.

¹⁵ MARQUES, 1991b, p. 737.

A Primeira República como manifestação da crise do sistema liberal.

São quatro os autores e os títulos publicados que destacamos dentro da segunda grande linha interpretativa. Manuel Villaverde Cabral, e a sua obra *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914* (1979), Fernando Medeiros, com o estudo complementar ao do anterior autor, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo* (1978), António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa* (1980 e 1984), e Fernando Rosas, que assina o ensaio *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)* (2004).

Ao contrário da primeira tese, a segunda fundamenta-se nas transformações das estruturas sociais e económicas do país durante a segunda metade de oitocentos, cuja tipologia foi devedora do modelo de desenvolvimento da Regeneração (1851), para evidenciar as contradições fomentadas e explicar a crise geral das instituições liberais reveladas pelo esgotamento do modelo, a partir de finais do século XIX - é a tese da crise do sistema liberal.

Os seus proponentes colocam a primeira baliza temporal em 1890, ano do *ultimatum* britânico, e a última no derradeiro golpe sofrido pelo Estado liberal português, a 28 de maio de 1926. Sustentam existir um princípio explicativo comum para a queda da Monarquia Constitucional, o advento da República e o seu desfecho ditatorial: o conflito entre interesses de grupos sociais, mais ou menos homogêneos, a quem o Estado liberal nunca havia dado resposta, ou deixou de dar na sequência da crise internacional dos anos de 1890, e a procura de soluções políticas adequadas ao seu cumprimento. De acordo com esta ideia, a Primeira República e o republicanismo, ao invés de terem sido o troço final de um longo ciclo fechado no auge das suas possibilidades, como propõe Oliveira Marques, foi a manifestação de um conflito aberto durante as últimas décadas do século XIX, foi uma tentativa democratizante – falhada - de ultrapassar a desadequação do sistema político perante as novas realidades económicas e sociais, e as renovadas expectativas e exigências face ao Estado.

Em síntese, a instabilidade política das duas últimas décadas do regime monárquico, e o crescimento do republicanismo, enquanto alternativa de poder, podem ser compreendidos à luz de dois aspectos. Primeiro, a alteração das condições

materiais de desenvolvimento económico do país, a partir da crise internacional de 1890/91, com a perda dos mercados de colocação de produtos agrícolas, o fim do financiamento externo, a suspensão do envio das remessas dos emigrantes no Brasil, o agravamento do desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos, e a subsequente falência do Estado¹⁶. Conjunto de circunstâncias influentes na elaboração de novas estratégias económicas e políticas por parte das oligarquias dominantes e numa crescente pressão sobre os poderes públicos no sentido da satisfação das suas exigências. Genericamente, a grande lavoura do Sul e do Norte (trigo e vinho) clamou pela proteção dos mercados nacionais - o interno para o trigo, o colonial para o vinho -, pela contenção salarial e o fomento da produção, ou seja, por medidas que garantissem o escoamento da produção e o lucro, sem modernizar o sector, mantendo inalterada a estrutura fundiária tradicional. Por outro lado, as dificuldades nas trocas comerciais favoreceram a indústria, oferecendo-lhe uma oportunidade de crescimento baseada na substituição de importações e, apesar de débil, ela cresceu de facto, mas à custa do mesmo tipo de cobertura do poder que a agricultura exigiu - proteção do mercado interno e do colonial, contenção salarial, financiamento. Depois das leis cerealíferas de 1889 e 1898, e da pauta aduaneira de 1892, o paradigma económico livre-cambista foi abandonado, sem, no entanto, se resolverem as graves contradições que germinavam pelo conjunto da sociedade. Segundo, a exclusão do sistema político das médias e baixas camadas sociais emergentes ou engrossadas, a partir de meados do século XIX, pelo processo de crescente industrialização, urbanização e terciarização do país, a saber, o proletariado e a pequena e média burguesia¹⁷, concentrados nos maiores centros urbanos do país. Destes dois aspectos resultou a redefinição das atitudes dos vários agentes sociais perante a forma monárquica de Estado liberal. Uns por não receberem dele o suficiente para recriarem as condições de enriquecimento prévio, outros por serem dele excluídos. Citando Fernando Rosas

¹⁶ ROSAS, 2004, p. 22.

¹⁷ Manuel Villaverde Cabral refere a separação social dos operários relativamente ao «povo» e a sua separação política perante a esquerda tradicional, simbolicamente marcada pelas greves de 1871, para explicar que “(...) o proletariado fabril e oficinal seria levado durante este período de explosão das tendências políticas e de exacerbamento das contradições sociais, a fazer a sua entrada na cena histórica portuguesa como força autónoma.”. Quanto ao aparecimento do Partido Republicano Português (1876), relaciona-o com a simultânea exclusão da pequena burguesia, constituída por “(...) lojistas, pequenos industriais, alguns grandes agricultores, sectores das profissões liberais e universitários (...)”, do sistema político liberal oligárquico, e a separação definitiva do proletariado organizado. CABRAL, 1988, p. 20.

“O certo é que desde finais do século XIX a monarquia constitucional portuguesa parece estar cercada: a partir de «cima», pelo paulatino distanciamento de boa parte das «forças vivas» e dos ideólogos e publicistas conservadores, sua base histórica e natural de apoio; a partir de baixo é investida com crescente vigor e radicalismo por um movimento republicano de base urbana e popular, liderado pela elite pequeno-burguesa das grandes cidades – a frente política dos marginalizados ou excluídos do acesso ao poder.”¹⁸.

Por isso se verifica a queda da monarquia, sem resistências de maior, a 5 de outubro de 1910.

O ponto onde não havia acordo era na forma de poder que a devia substituir. Deve dizer-se, a este respeito, que o esquema socioeconómico acima apresentado não pretende iludir a real complexidade das relações sociais do tempo estudado, mas sim explicitá-la. Nos finais do século XIX, como no primeiro quartel do século XX, a sociedade portuguesa estava fragmentada por vários particularismos, com múltiplas combinações (as regionais e profissionais caracterizam algumas das principais clivagens dentro da classe operária). No entanto, inauguraram-se dinâmicas anteriormente inexistentes, devedoras da ação de novos grupos socioeconómicos (classes) enquanto tal. Além da tradicional oligarquia fundiária, do comércio colonial e do grande comércio de *import-export*, que cresceram durante a segunda metade de oitocentos, chegaram à cena histórica e levedaram politicamente a indústria, o operariado, a média e pequena burguesia urbanas. Com a crise do sistema liberal estes grupos desenvolveram afinidades políticas internas, através de processos sinuosos e acidentados que nem por isso devem encobrir a lógica histórica que os presidiu e o impacto que tiveram nas esferas política, social, económica e cultural. A sua crescente organização colocou-os, ativamente e diretamente, em confronto entre si e com o Estado, numa luta pelo controlo da situação política.

Fernando Rosas propõe a sistematização das distintas alternativas de organização social e concepção do poder, fermentadas ao longo deste período e atuantes ao longo do século XX português, até à estabilização da ordem democrática

¹⁸ ROSAS, 2004, p. 23.

em 1976, em três grandes campos. O do republicanismo, o do autoritarismo antiliberal, e o da revolução social. Ou seja, um campo reformista, herdeiro dos valores da Revolução Francesa, que ambicionou regenerar o sistema liberal, democratizando-o. Outro que agregou tendências adversas ao liberalismo e ao parlamentarismo, incluindo, segundo o autor, duas direitas, a autoritária, modernizante e tecnocrática, inspirada no pensamento de Oliveira Martins, e a do nacionalismo tradicionalista, monárquico e contrarrevolucionário que se formalizou no Integralismo Lusitano. Por fim, um campo que se bateu pela superação da ordem burguesa e capitalista, dividido nas estratégias (social-reformista, libertária ou comunista), mas também ele na linha das revoluções dos séculos XVIII e XIX, pretendendo adaptar esse património “(...) às novas condições de desenvolvimento do capitalismo e da luta social e política do operariado industrial.”¹⁹.

Em 1910 o republicanismo teve uma oportunidade, suspensa pelo golpe sidonista de 5 de dezembro de 1917, recuperada em 1919. Falhou-a durante todos os anos em que foi poder. Acerca deste tema importa referir as três questões de fundo defendidas por Fernando Rosas, com implicação na problemática da queda da Primeira República: 1) O cerco social e político à República ou a incapacidade que o republicanismo demonstrou para inverter o seu isolamento social e o facto de ter sido um fenómeno político minoritário, caracteristicamente pequeno-burguês e urbano. A base do problema foi o conservadorismo dos governos republicanos²⁰, “(...) insusceptível de demover as «forças vivas» do projeto autoritário de liquidação do liberalismo em progressiva maturação (...)”²¹ e hostil para com o movimento operário, elemento fundamental do bloco social que apoiou o 5 de outubro. Paralelamente ao malogro do alargamento da sua base social de apoio, o republicanismo não tocou na estrutura social da riqueza, na base material do conservadorismo, pelo menos até à Grande Guerra. A antiga oligarquia social foi deixada ileso enquanto tal. Finalmente, a questão religiosa. A Lei de Separação (1911) e outras medidas anticlericais, por terem ultrapassado a noção laica da separação do

¹⁹ *Idem*, p. 27.

²⁰ “(...) os democráticos tentam sobreviver politicamente, não através de programas de governo e medidas ousadas de reforma – reforma agrária, reformas sociais, políticas de fomento industrial - susceptíveis de consolidar a sua base de apoio e sobretudo de a alargar para além dos meios urbanos, (...). Procuram aguentar-se, por paradoxal que isso possa parecer, marginalizando e contendo a direita conservadora – (...) -, mas esforçando-se por governar no seu interesse objectivo.”, *in idem*, pp. 34-35.

²¹ *Idem*, p. 35.

Estado e das Igrejas, imiscuindo os poderes públicos na hierarquia católica, repeliram o país rural, sobretudo do Centro e Norte; 2) A não democratização do sistema político, ao arrepio do defendido e prometido pelo republicanismo durante a fase da propaganda, explicada pelo próprio isolamento social e político do regime. Correndo o risco de serem destituídos do poder por via legal, os republicanos desconfiaram do voto, da transparência eleitoral e da representatividade partidária. O sufrágio universal não foi implementado. O sistema capacitário adoptado deixou de fora os analfabetos (sem exceção para os chefes de família, a partir de 1913), com isso excluindo o mundo rural conservador, mas também o operariado urbano. A prática caciquista transitou da monarquia para a república, com a diferença da máquina eleitoral deixar de ter um domínio partilhado, para ser hegemonizada pelos democráticos. O monopólio político do Partido Democrático relegou as oposições para o golpismo militar. 3) A inexistência de um “projeto nacional” republicano, capaz de aglomerar um bloco social de apoio. O controlo do Estado e das instituições públicas sobrelevou o desenvolvimento da componente programática ao nível do social e do económico. Só no pós-guerra surgiram propostas de reforma de alcance estrutural, sob a iniciativa de uma esquerda que emergiu no campo republicano, depois de 1919.

A tese da crise do sistema liberal, de cariz marxista, tem o mérito de reintegrar a problemática da história contemporânea portuguesa no seu contexto próprio, o europeu, resgatando-a dos muros impenetráveis das lógicas ultra-regionais, que advogam a incomparabilidade do caso histórico português, produto sempre atípico da especificidade cultural do país, causa e efeito do seu isolamento crónico. Também lhe é devida a recolocação do crescimento industrial e do surgimento do movimento operário moderno português na dinâmica histórica. Em defesa da relevância da sua contemplação para a compreensão da crise do sistema liberal, os autores referem: o peso qualitativo das mudanças ocorridas no modo de produção durante a segunda metade de oitocentos, que levaram a um capitalismo, se não pleno, já dominante, no final daquele século²²; a importância de se considerar o conflito entre o capital e o trabalho, justificada pela pressão exercida sobre o sistema político²³; o peso político e social efetivo do operariado fabril, pois apesar de ser reduzido em número, estava

²² CABRAL, 1988, p. XIII.

²³ CABRAL, 1988, p. XIV e MEDEIROS, 1978, p. 10.

concentrado nas cidades, em particular em Lisboa e na cintura industrial de Setúbal, isto é, na zona geográfica que incluía a capital política do país, onde as lutas reivindicativas podiam ter, e tinham, maior repercussão direta na sociedade e no poder²⁴. Por fim, esta tese possibilita uma leitura integrada da história do século XX.

A Primeira República como regime revolucionário.

A terceira tese interpretativa do sentido histórico da Primeira República teve como inicial propulsor Vasco Pulido Valente, autor do artigo “A «República Velha» (ensaio de interpretação política)” (1992), e tem como principal advogado Rui Ramos, de cuja obra destacamos *A Segunda Fundação* (1994), “O fim da República” (2000), “O sentido histórico da I República Portuguesa” (2002), e “Foi a Primeira República um regime liberal?” (2004).

Esta tese foca-se nas rupturas políticas ocorridas com o advento do regime republicano em 1910, sobretudo ao nível das lógicas de manutenção do poder, defendendo a existência de uma espécie de idiosincrasia republicana para sustentar que o traço característico da Primeira República, aquele que condicionou o desenrolar dos acontecimentos até à decadência final, foi o seu carácter revolucionário. Desta forma, a periodização preferencial coincide com o tempo de vida do regime republicano (1910-1926). O seu objecto de análise é essencialmente político-institucional.

Vasco Pulido Valente salienta a fraca penetração nacional do republicanismo, em particular no campo, onde a “veneração pela hierarquia social” e a “(...) obediência à Igreja Católica serviam interesses e necessidades materiais (...)”²⁵ que o laicismo e o igualitarismo não podiam satisfazer, assim como o domínio de católicos e monárquicos sobre importantes instituições estatais, como o exército, os tribunais, a diplomacia e os municípios, para, a partir da constatação do isolamento social e político da República, explicar a marginalização das oposições conservadoras não republicanas e afirmar: “A República seria a revolução permanente ou coisa

²⁴ ROSAS, 2004, p. 15.

²⁵ VALENTE, 1992, p. 7.

nenhuma”²⁶. Por consequência, dois aspectos teriam prevalecido por necessidade e em contradição com os valores propalados no tempo da propaganda - a permanência do terror e a supressão *de facto* das liberdades de expressão e associação, ambos reveladores da ilegalidade endémica do regime. Por um lado, porque a repressão legal não podia ser controlada pelos republicanos²⁷ e, por outro, porque se tornara impossível eliminar algumas liberdades individuais por via da legislação²⁸. A ferramenta do terror republicano foi a “rua” controlada pelo poder, as investidas populares contra jornais monárquicos e centros católicos que tinham que ser tolerados legalmente, mas não o eram na prática. A pauta que ditava o que era justo e o que era reaccionário e atentava contra o regime era arbitrária e monopolizada pelos chefes radicais, intérpretes da “justiça republicana”. Segundo o autor, a incerteza quanto aos direitos e deveres dos indivíduos constituiu a verdadeira fonte do terror republicano. A divisão táctica entre moderados e radicais, quanto às práticas repressivas contra as direitas não republicanas e a aproximação àqueles sectores, foi o ponto essencial de clivagem do poder e a causa da permanente instabilidade do regime.

Tal leitura é a antítese da tese da crise do sistema liberal. Rui Ramos aprofundou-a, desenvolvendo argumentação tendente a refutar a natureza liberal do regime republicano.

Para este historiador existia uma cultura republicana dominante entre as elites liberais do século XIX, cuja aspiração consistia na construção de um Estado cívico, isto é, “Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos, autónomos e iguais entre si, para quem a atividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal (...)”, um Estado “ (...) para indivíduos que, alcançada a autonomia, fossem capazes de vencer os seus interesses mais mesquinhos e se dedicarem à melhoria da condição humana.”²⁹. A diferença entre os “radicais” –

²⁶ *Idem*, p. 8.

²⁷ “Recolhidos a um silêncio prudente, mas não resignado, os oficiais, os juízes, os diplomatas, todos os altos funcionários, aturavam de má graça os arrivistas republicanos. Como contar com eles para «combater a reação» se eles eram a cabeça e a essência da «reação»?”, *in idem*, p. 8.

²⁸ “Os republicanos sofriam ainda de outra decisiva desvantagem. Durante a chamada *propaganda* tinham exigido e, pior do que isso, prometido «liberdade» e mais «liberdade». (...) a República daria «liberdade» bastante. Não podia, assim, começar a sua patriótica carreira por suprimir ou restringir as liberdades que já existiam. É necessário reconhecer que se esforçou. Mesmo *de direito* as liberdades individuais foram drasticamente reduzidas (...). Mas, por uma questão de lógica, decência e necessidade, existiam limites inultrapassáveis.”, *in idem*, p. 9.

²⁹ RAMOS, 2002, p. 46.

militantes do Partido Republicano – e os “idealistas” – liberais – residia no facto de os últimos pretenderem uma realização gradual e legal da república, com respeito pelas instituições tradicionais como a monarquia e a igreja, consideradas formas essenciais de enquadramento da população pobre e analfabeta, impreparada para a vida política. Pelo contrário, os “radicais” viam na monarquia bragantina e na igreja católica os dois principais constrangedores da emancipação política e cívica dos cidadãos, optando pela violência para os debelar. Negando a noção de republicanização da sociedade, no sentido da conquista da opinião pública por parte do Partido Republicano Português, Rui Ramos considera que o predomínio do ideal de república facilitou a ascensão dos republicanos “radicais” e que esse fundo cultural liberal explica a vitória da República a 5 de outubro de 1910.

O regime então instituído efetuou, segundo o autor, uma ruptura política drástica e essencial para a compreensão do que foi a Primeira República - quebrou com a tradicional forma de legitimação, substituindo-a pela legitimidade revolucionária. O rei deixou de arbitrar os conflitos entre elites, e no seu lugar não foi posto o presidente da república, mas o “movimento revolucionário”. A República foi, tipicamente, um regime revolucionário, definido da seguinte forma, “(...) o regime revolucionário assenta num movimento político que, em nome da revolução, se propõe funcionar como o defensor do regime, porque suspeita de que este seria subvertido caso o movimento fosse desmobilizado.”³⁰. A aproximação à análise de Pulido Valente, da inevitável permanência do terror, é evidente. No entanto, Rui Ramos não se limita a interpretar a violência como uma necessidade do novo e frágil poder, socialmente explicada. Coloca-a na matriz política definidora do próprio regime.

Consequentemente, a leitura sobre as dinâmicas do poder, incluindo a posição dominante do Partido Republicano Português, deriva daquela ideia. Para o autor, a hegemonia do PRP sobre o sistema político não se deveu à sua organização, base de apoio, ou peso institucional, mas sim à facilidade que tinha em se reivindicar depósito da pureza republicana, por ser o partido fundador do republicanismo e, logo, natural representante do “movimento revolucionário”. A relação de dependência com a “rua” para obter legitimidade política, também determinou a obsessão com a unidade

³⁰ RAMOS, 2004a, p. 223.

republicana. Era essa a condição para eliminar a possibilidade das oposições usarem o “direito à revolução”, e facilitar a denúncia dos revoltosos, pela acusação de monarquismo. Desta feita, Rui Ramos considera equívocas as análises centradas na “ditadura do PRP”, no problema da falta de representatividade e transparência eleitoral. O prolongamento desta problemática, típica da Monarquia Constitucional, no estudo da Primeira República é julgado enganador.

O que esclarece a problemática política do novo regime é o “problema de legalidade”, ou seja, a incapacidade dos governos para implementar o seu projeto político por via legal (ao contrário da Monarquia Constitucional). À semelhança de Pulido Valente, Rui Ramos distingue liberdades *de direito* e liberdades *de facto*, propondo evidenciar as regras do poder, tacitamente fixadas numa constituição não-escrita. Eram elas: a) o Estado era reserva dos republicanos; b) republicanos eram os membros do PRP; c) o PRP reservava-se o direito de recorrer à violência para “(...) corrigir qualquer situação em que não estivesse assegurada a sua presença ou influência no estado.”³¹. A vigência de uma ordem não-escrita, regida pelo arbítrio do PRP, ditava a inconstitucionalidade do regime, que não era afinal um Estado de direito, isto é, um Estado liberal. Como as leis não garantiam, em absoluto, os direitos e deveres da população, a insegurança é eleita como factor essencial para explicar a impossível durabilidade do regime.

Em última análise, o carácter revolucionário da Primeira República foi um embaraço político, uma vez que o poder, para ser poder, não podia renegar a “rua”. Esta era a patologia que provocava a constante instabilidade política. O autor refere a pretensão do PRP de abandonar a prerrogativa revolucionária no pós-guerra. Para Rui Ramos, a grande questão dos agitados anos de 1920, reside na dificuldade de operar a transição para a “fórmula democrático-liberal”, e não, como defende a tese marxista, numa crise daquele modelo: “Não sendo uma democracia liberal, a Primeira República foi poupada à crise típica dos sistemas liberais no período de entre-guerras (...)”³². Reforçando a refutação da ideia de divergências inconciliáveis entre projetos de regime com programas distintos (Monarquia Constitucional, República e Estado Novo), é apontada a transversalidade de um conjunto de medidas constituintes de um

³¹ *Idem, ibidem.*

³² *Idem*, p. 245.

consenso governativo entre as três situações políticas: defesa do ultramar, aliança inglesa, ortodoxia financeira e preocupação com o desenvolvimento do país. Havendo tanto em comum, o impedimento para a realização de um consenso político – feito que a República falhou –, foi a indispensável sujeição ao “movimento revolucionário”. A partir de 1919 cresceu um projeto de substituição do suporte de legitimidade do regime, alegadamente, partilhado à esquerda e à direita – retirá-la à “rua” e atribuí-la a um “corpo armado e independente”³³, o exército. A ideia, ou o modelo inerente, tinha sido inaugurado por Sidónio Pais, consistindo numa “(...) república que, garantida pelo exército, se sentisse suficientemente forte para ser apaziguadora para com os católicos, tolerante para com os «monárquicos», permeável à influência das «forças vivas», e renunciasse à «política» para fazer só «administração»”³⁴. Portanto, uma república inequivocamente conservadora.

Culminando a sua revisão histórica, Rui Ramos defende que o golpe de 28 de maio de 1926 não representou a vitória do autoritarismo sobre a democracia, porque não era isso que estava em causa³⁵, mas sim uma oportunidade para instaurar um Estado de direito e ultrapassar o embaraço revolucionário.

Dos pontos apresentados um merece resposta imediata dadas as implicações que tem no presente trabalho. Durante o pós-guerra a ausência de consenso governativo é flagrante, mais do que isso, é fundamental para explicar as convulsões sociais e políticas vividas à época. Como esperamos ser capazes de demonstrar, havia projetos diversos para ultrapassar a crise económica e financeira do país – aspecto, aliás, mal referido por Rui Ramos. Quando este historiador alude à travagem da inflação, corte nas despesas, redução de serviços e número de funcionários públicos, aumento dos impostos, desarmamento da GNR radicalizada, abrandamento da guerra religiosa e combate aos “anarquistas” (para o autor este termo parece significar estritamente “arruaceiros”), como medidas a-problematicamente implementadas pelo PRP no pós-guerra³⁶, ilude os graves conflitos sociais que cada uma delas suscitou. Sob a aparência de consenso, o equilíbrio das contas públicas, aconselhado pela ortodoxia financeira, englobava diferentes modos de concepção da interferência do

³³ *Idem*, p. 240.

³⁴ *Idem*, p. 241.

³⁵ *Vide* RAMOS, 2000, pp. 1059-1082.

³⁶ RAMOS, 2004a, p. 236.

Estado na economia. Rui Ramos não contempla, por exemplo, as variadas opções tomadas para aumentar a carga tributária, a distinção existente entre agravar os impostos indiretos ou os impostos diretos, os ministros que caíram até que a reforma fiscal fosse aprovada em 1922 (em especial Pina Lopes, em 1920, e Cunha Leal, em 1921), os chefes de governo destituídos na sequência das reformas cambial e bancária, ambas com importante repercussão na travagem da inflação (Álvaro de Castro, em 1924, José Domingues dos Santos, em 1925). Em suma, que as opções políticas tomadas provinham, não só de distintas, como de antagónicas tendências políticas. Pelos impactos que cada uma daquelas medidas provocou na sociedade portuguesa, a sua aplicação fomentou o amadurecimento de uma esquerda e uma direita modernas, dois quadrantes ideológicos e programáticos que, apesar das variantes internas, colocaram em questão a relação do Estado com o capital e com o trabalho. É claro que a sustentação desta interpretação depende de pressupostos analíticos não partilhados com a tese do “regime revolucionário”. Depende, antes de mais, da integração dos vários agentes sociais coevos (movimento operário, pequena e média burguesia urbana, elites financeiras, agrícolas, comerciais e industriais, etc.) na análise histórica, da articulação da cultura política com o complexo composto da sociedade portuguesa da época, aceitando e, por isso, procurando as múltiplas formas de interferência do socioeconómico no político e vice-versa, e não de se considerar tudo, à margem da cultura política, um epifenómeno irrelevante.

Para Luís Farinha, a matriz liberal e democrática da Primeira República é factual, “(...) mesmo se por democracia tivermos um entendimento diferente daquele que sobreveio às sociedades de massas que vingaram no mundo ocidental depois de 1945.”³⁷. Procurando clarificar a noção de “democracia republicana”, este autor defende a existência de um “compromisso histórico revolucionário”, construído ao longo dos anos de 1906 a 1910, que consistiu na defesa de um projeto nacional, congregante dos esforços social, económico e estatal, visando “(...) resgatar a economia e os interesses portugueses das mãos «dos argentários internacionais» (...)” e “(...) fazer do projeto expansionista colonial o instrumento de independência contra o jugo do estrangeiro e do «perigo espanhol»”³⁸. A base social e revolucionária de

³⁷ FARINHA, 2009a, p. 539.

³⁸ *Idem*, p. 540.

apoio a este projeto era abrangente e heterogénea, incluía a pequena e média burguesia urbana, a intelectualidade, o braço armado, e franjas do operariado e dos pequenos proprietários e assalariados rurais, classes radicalizadas pela carestia e difíceis condições de vida. Ao contrário de Rui Ramos, Luís Farinha identifica um termo no período revolucionário do regime. Coloca-o em setembro de 1911, coincidindo com o advento da divisão do bloco político-histórico de apoio ao projeto nacional referido. Apesar disso, a “democracia republicana” subsistiu enquanto “democracia aristocrática”, ou seja, um regime dirigido por elites eleitas por sufrágio restrito e que assumiram a democratização da população como missão primordial, e isso “(...) significou alargar o espaço de formação ou de intervenção cívica (...)”³⁹, através da criação de escolas, centros de apoio social, centros republicanos, promoção de festas cívicas, desenvolvimento do associativismo cívico e multiplicação de congressos e conferências, “(...) formas de excelência da nova democracia republicana”⁴⁰. A democratização fomentada pelos republicanos não se reduziu ao sistema partidário e à captação do voto, ramificou-se, a nível nacional, pelos centros e comissões republicanas de base, fórmulas inovadoras de representação da soberania popular⁴¹. Por outras palavras, houve uma importante e difundida rede social de democratização que não se encontra se nos cingirmos às instituições de governo e ao sistema partidário e eleitoral. No entanto, ainda aqui se adoptaram recursos e instituições de legitimação tipicamente liberais: o partido, o congresso partidário, o diretório (elementos de representação orgânica), o sufrágio restrito, a constituição, a separação dos poderes, o parlamento. Apesar de qualquer uma destas vertentes poder e dever ser questionada para a compreensão da Primeira República, como à frente veremos, não são meros elementos formais dispensáveis à problematização do investigador. A matriz liberal e democrática da Primeira República teve importância histórica.

³⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴¹ A propósito do debate relativo à democratização da sociedade portuguesa de inícios do século, propiciada pelo movimento republicano e pelo regime *vide* SAMARA, 2010b, pp. 285-391.

I. 2. O sistema político republicano, factor de crises endémicas.

Neste ponto abordaremos três partes constituintes do sistema político republicano analisadas pela historiografia portuguesa, pondo em evidência a sua relação com a instabilidade política do período compreendido entre os anos de 1910 a 1926. São elas o sistema eleitoral, o sistema partidário e o sistema constitucional.

A Fernando Farelo Lopes (1991; 1993; 2011) deve-se o estudo do sistema eleitoral e a exploração da hipótese de ter sido a dificuldade de acesso ao poder de grupos importantes da sociedade, emergentes ou já constituídos, e a consequente deslegitimação democrática do regime republicano, um factor determinante para a constante instabilidade política da Primeira República. Com a transição da Monarquia Constitucional para o novo regime, a prática eleitoral não ganhou em transparência, manteve-se corrompida pelas lógicas caciquistas de distribuição de favores (empregos e “melhoramentos materiais”), alimentando um ciclo corrosivo, possibilitado pela “conversão” das redes monárquicas aos republicanos: os favores atribuídos a nível local dependiam do controlo do aparelho de Estado, e o controlo do Estado dependia da capacidade de atribuir favores. Necessariamente, o exercício do poder tendia a ser exclusivo e ininterrupto, pois perder o domínio sobre as esferas de decisão equivalia a perder a capacidade de oferecer benefícios às clientelas. Isso explica a predominância, quase ininterrupta, do Partido Republicano no poder, uma vez que abdicar da maioria significava ficar fora do jogo político.

Para o autor, a continuidade das lógicas caciquistas deveu-se, por um lado, ao seu enraizamento na sociedade, por outro, à debilidade da revolução republicana, escassamente apoiada num país maioritariamente desmobilizado, onde o isolamento rural pesava demasiado. O recurso às redes informais de intermediação política revela a ineficácia das instituições formais para satisfazer as exigências da população e do próprio Estado. Neste contexto, as leis eleitorais tornaram-se não um modo de legitimação do poder, mas um instrumento de exclusão dos opositores e de cerceamento da concorrência política.

A restrição do eleitorado impunha-se pela limitação dos recursos disponíveis, ou seja, quanto maior fosse o número de eleitores, maiores as pressões clientelares e a mobilização de recursos necessária para garantir a eleição. Factor que explica, materialmente, o adiamento do sufrágio universal, apesar de defendido pelos

republicanos durante o período de oposição à monarquia. Em março de 1911, o voto censitário (lei de 1895) foi substituído pelo sufrágio restrito de base capacitária, deixando à margem do sistema a massa de analfabetos (com exceção para os chefes de família), incluindo grande parte do operariado⁴² e o pequeno campesinato, beneficiando, além disso, a representação política nas zonas geográficas mais favoráveis ao republicanismo, ou seja, em alguns distritos do litoral e, sobretudo, em Lisboa e no Porto. Em julho de 1913, as restrições acentuaram-se, excluindo do recenseamento os chefes de família analfabetos e, explicitamente, as mulheres. Para Farello Lopes, isso deveu-se aos objectivos hegemónicos de Afonso Costa, num contexto de desmembramento do PRP, isto é, de divisão das redes clientelares⁴³. Depois do interregno sidonista, que instituiu pela primeira vez em Portugal o sufrágio universal masculino (março de 1918), a lei eleitoral de 1913 foi reposta (março de 1919) e vigorou até 1926⁴⁴.

Se o sufrágio restrito tendia a excluir da competição eleitoral os principais oponentes à República (monárquicos, católicos, socialistas), o regime de círculos reforçava os meios de favorecimento dos republicanos. O método proporcional de Hondt só foi implementado em Lisboa e no Porto, pelo resto do país, vigoravam, sobretudo, círculos plurinominais de lista incompleta, uma forma de permitir a representação limitada das oposições⁴⁵. A lista proposta pelo partido dominante ganhava, mas não preenchia todos os mandatos, deixando os remanescentes aos seus concorrentes. Em consequência do escrutínio maioritário, em vez de proporcional,

⁴² O autor aponta algumas reservas quanto à generalização desta afirmação, uma vez que nos conselhos provinciais mais desenvolvidos, nos principais centros urbanos e concelhos limítrofes, a alfabetização do operariado não era rara, devido, sobretudo, à iniciativa das associações de classe, gestoras de aparelhos escolares próprios. *Vd. LOPES, 1993, p. 77.*

⁴³ *Idem*, p. 75.

⁴⁴ O sufrágio universal não constituiu uma reivindicação sistemática da população, dado que terá tido influência na manutenção do sufrágio restrito, explicado pela escassa politização das massas rurais e pelos princípios apolíticos do movimento operário organizado, focalizado na ação direta para a superação das instituições burguesas. Simultaneamente, verifica-se a ausência de percepção de que o alargamento do sufrágio tivesse implicação na disputa pelos lugares no topo do poder. *Vd. idem*, p. 76.

⁴⁵ As leis de 11 de janeiro de 1915 e 24 de fevereiro de 1915 introduziram alterações no regime de círculos, a mais relevante das quais consistiu na passagem das cidades de Lisboa e Porto ao método plurinomial de lista incompleta. O sistema proporcional foi reposto em 1 de junho de 1915. *Vd. idem*, pp. 87-88.

verifica-se que os sufrágios por candidato eleito variavam de acordo com o partido de filiação⁴⁶.

O recenseamento era outro dos meios à disposição do poder para bloquear a capacidade de manobra das oposições. A lei de março de 1911 reintroduziu comissões de recenseamento, abolidas em 1901, mas deixou-as ao cuidado exclusivo de membros dos corpos administrativos, e a fiscalização foi entregue ao delegado do poder central. Salvaguardavam-se, assim, as condições para a prática de ilegalidades e fraudes. De entre elas, Farelo Lopes salienta a exclusão de cidadãos inscritos, nas zonas rurais e suburbanas, onde a supremacia do Partido Republicano era ameaçada por monárquicos ou socialistas. A lei de julho de 1913 eliminou as comissões de recenseamento, deixando a organização do cadastro aos chefes de secretaria das câmaras municipais e da administração dos bairros em Lisboa e no Porto. Decorrente destas alterações, houve analfabetos recenseados, alguns inscritos foram suprimidos, e trocaram-se atestados de residência, legalmente reconhecidos, por outros sem assinatura. Durante a presidência sidonista, as comissões foram restabelecidas, incluindo nelas o presidente e o secretário da câmara municipal, ou da administração de bairro, o secretário da repartição de finanças e outros funcionários. Em 1919, o Código de 1913 foi reposto. É de referir que o autor atribui as práticas fraudulentas ao sistema clientelar e não a idiosincrasias políticas, de grupo ou pessoais. Se o Partido Republicano, sob a direção de Afonso Costa, se destacou a este nível foi porque dominava os recursos do caciquismo.

Perante os dados expostos torna-se evidente que o recurso à violência e ao golpe político armado eram formas de forçar a porta do poder, selada a todas as oposições ao Partido Republicano e, após 1911, aos democráticos, herdeiros da máquina eleitoral do PRP.

Importa agora entrar na problemática da convivência de organizações de tipo vertical, como as redes clientelares piramidais que “cortam” a sociedade de cima a baixo, agrupando indivíduos com interesses diversos na mesma malha de solidariedade, e as organizações de tipo horizontal, ligadas “(...) às estratégias

⁴⁶ Segundo os dados citados por Farelo Lopes, nas eleições de 13 de junho de 1915, a média de votos por deputado/partido era a seguinte: católicos, 11463; unionistas, 2990; evolucionistas, 2513; democráticos, 1685. *Idem*, p. 90.

baseadas em relações de classes, envolvendo elementos com um grau de poder idêntico e que tendem a agir colectivamente.”⁴⁷. Como vimos, segundo Farelo Lopes, o caciquismo não só permaneceu, enquanto mecanismo informal de mediação com o poder, como foi determinante para a crescente deslegitimação democrática da Primeira República e, em particular, dos democráticos que hegemonizaram o sistema político. Além disso, o “(...) clientelismo distingue-se pela ausência ou pela precariedade da «luta de ideias». E compreende-se porquê: as doutrinas, as ideologias e os programas reportam-se aos benefícios *indivisíveis*, isto é, a benefícios concebidos com uma intenção colectiva e dirigidos à sociedade ou a sectores da sociedade, ao passo que a lógica clientelar remete para a exigência e repartição de benefícios *divisíveis* (favores pessoais) ou de benefícios colectivos concebidos com uma intenção particular.”⁴⁸. Ou seja, o clientelismo sobrelevou a ideologia. No entanto, o autor reconhece o convívio de elementos modernos – horizontais –, com elementos tradicionais – verticais –, no seio das organizações políticas republicanas, em especial no Partido Republicano, cujas ligações às bases, aos clubes políticos, associações profissionais e grupos de pressão, indiciam embriões de uma organização de massas⁴⁹. É de especial pertinência, para a investigação que se propõe aqui, deixar um apontamento dado por Farelo Lopes: a crise da guerra e do pós-guerra pode ter impulsionado as lógicas horizontais de agrupamento social, uma vez que havia uma estreita relação entre o clientelismo e os recursos do Estado, como vimos. A diminuição da capacidade de distribuição pessoal de favores incentivou a “«horizontalização» dos conflitos”⁵⁰. Ainda assim, o autor sublinha o carácter instável e tardio de algumas iniciativas organizacionais de classe, como a Confederação Geral do Trabalho (1919) e a União dos Interesses Económicos (1924), para relativizar a ascensão estrutural das organizações horizontais, descontinuamente distribuídas pelos centros urbanos e suburbanos. No resto do país, na província, era a penetração administrativa do Estado, com a sua “(...) estrutura tentacular e altamente centralizada (...)”⁵¹ que prevalecia.

⁴⁷ *Idem*, p. 16.

⁴⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁹ *Idem*, p. 35.

⁵⁰ *Idem*, p. 26.

⁵¹ *Idem*, p. 27.

Não existe nenhum estudo histórico global sobre o sistema partidário republicano⁵², apenas algumas monografias dedicadas a partidos específicos. Relativamente ao período do pós-guerra há quatro autores a mencionar: Ricardo Leite Pinto - “União Liberal Republicana, 1926-1930 (um partido na transição da I República para o Salazarismo)” (1995) -, João Manuel Gonçalves da Silva - *O partido reconstituente: clientelismo, faccionismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a I República (1920-1923)* (1996) -, Manuel Baiôa - *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)* (2015) -, e António Queirós - *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República* (2006). Acrescente-se uma quinta referência, Ernesto Castro Leal e o seu livro *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)* (2008), obra de consulta de extrema utilidade, onde se encontram coligidos elementos essenciais para o investigador que pretenda enveredar por esta temática de estudos.

Os autores listados, cujas obras incidem sobre partidos republicanos criados no pós-guerra, tendem a concentrar-se nas relações sociológicas dos seus objetos de análise (formação, organização interna, estratégias de implementação). Nestes estudos subsiste um leque de questões analíticas comuns, focadas na procura do papel desempenhado pelas lógicas e dinâmicas intra e interpartidárias na deslegitimação do sistema político da Primeira República. Sumariando: a matriz clientelar, e o modelo de “partido de notáveis” ou “partido de quadros”, prevalentes no sistema partidário republicano, minaram o regime em dois sentidos correlacionados, negligenciaram a ideologia e primaram pelo *deficit* de representatividade, pelo que contribuíram para o descrédito generalizado dos partidos. Vale a pena citar aqui uma passagem de Rebelo de Sousa, enquadrante das conclusões dos vários autores:

“De uma óptica estrutural, os diversos partidos organizaram-se sempre em função de sua participação parlamentar, continuando a sobrevalorizar o objectivo de exercício do poder político, relativamente ao desígnio da representação global da colectividade. (...) Algumas das forças políticas da I República, sobretudo resultantes de cisões verificadas nos maiores partidos na década de 20, não passam de meros grupos

⁵² Um contributo assinalável para o estudo do sistema partidário republicano provém da área das ciências jurídico-políticas: Marcelo Rebelo de SOUSA (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.

parlamentares, carecidos de qualquer estrutura orgânica e assentes na influência eleitoral de um número limitado de caciques, concentrados numa ou nalgumas zonas do país.”⁵³.

Mantendo presente esta descrição organizacional, a ideia interpretativa dominante é a de que o crescente fraccionamento partidário foi devedor de conflitos pessoais e ambições de poder, obstruídas pelas lideranças dos partidos de origem ou pela supremacia do PRP sobre todo o sistema. Aceitando o predomínio desta determinante, o carácter conservador (União Liberal Republicana ⁵⁴, Partido Reconstituente ⁵⁵, Partido Republicano Nacionalista) ou esquerdista (Esquerda Democrática ⁵⁶) dos partidos, não constitui motivo explicativo central para o surgimento daqueles agrupamentos, mas apenas circunstancial. Esta perspectiva parece confirmar a não-ideologização dos conflitos políticos durante a Primeira República.

No nosso entender, advogar-se da esquerda ou da direita republicanas, a partir de 1919, não provinha de um mero impulso tático, mais ou menos accidental, apesar das incoerências e inconstantes ideológicas que se verificam. Uma nova realidade emergia do abalo cultural, social, económico e financeiro da guerra, e a pulverização partidária que pontua os últimos anos do regime, até 1926, é sintoma disso. Como veremos, é parte da nossa hipótese de trabalho ter sido o republicanismo de esquerda um fenómeno de maturação progressiva, resultado de um processo que não começou,

⁵³ SOUSA, 1983, p. 169.

⁵⁴ Ricardo Leite Pinto enquadra a criação da ULR nas várias tentativas de racionalização do sistema partidário, remetendo-a para o projeto de formação de um partido conservador, da direita republicana, capaz de rivalizar eleitoralmente com o PRP para, assim, encontrar uma forma de rotativismo do poder. É de notar a personificação do projeto: “(...) o nascimento da ULR filia-se neste movimento global que vem desde António José de Almeida e dos seus evolucionistas, e que passa por Barros Queirós, António Granjo e Ginestal Machado, para confluir em Cunha Leal”. Aliás, o autor justifica-a, “Sendo certo que se trata de uma organização política de carácter partidário, em que o colectivo prevalece sobre a vontade individual dos militantes ou dos dirigentes, o certo é que, as posições dos liberais republicanos estavam profundamente marcadas pelas características, a personalidade e a estratégia do seu líder, Cunha Leal.”, *in* PINTO, 1995, p. 185 e p. 180.

⁵⁵ “(...) o Partido Reconstituente pode ser considerado um partido clientelar porque se fundou claramente «sobre a troca política direta em detrimento da concorrência ideológica»”, *in* SILVA, 1997, p. 71.

⁵⁶ “A sucessão de um líder geralmente arrastava consigo a ascensão de um conjunto de fiéis nacional e local, apesar dessas fidelidades se revelarem muitas vezes meramente instrumentais. É, pois, neste contexto que deverão ser entendidas as cisões que se verificaram em vários partidos, nomeadamente as que envolveram o PRP no período do pós-guerra.”, *in* QUEIRÓS, 2008, pp. 239-240.

de facto, pela clarificação ideológica, mas dela se foi aproximando. As várias cisões partidárias desse tempo conturbado respondem a uma necessidade de reconfiguração do sistema partidário em termos de representação programática. Esta é uma percepção adquirida pela observação do fenómeno histórico no seu conjunto.

Quanto aos efeitos do sistema constitucional sobre o funcionamento do sistema político, seguimos o artigo de Luís Farinha “O Parlamento Republicano. Funcionamento e reformas” (2004). Este autor explicita o papel da Câmara dos Deputados na ineficácia técnica, legislativa e fiscalizadora do sistema. A raiz do problema consistiu numa desadequação entre o tipo de Legislativo instituído e o procedimento dos deputados e grupos partidários. As latas atribuições legislativas do parlamento exigiam uma agilidade técnica, para que o órgão fosse eficaz, que nunca se verificou, e isso deveu-se ao facto da sua constituição e as suas normas regimentais permitirem que aquela câmara se transformasse numa arena onde o poder e o contrapoder se digladiavam ativamente. As minorias, pulverizadas em torno do partido dominante (PRP), tinham à disposição figuras legais que propiciavam o bloqueio da câmara. Usando-as, os pequenos partidos ou agrupamentos parlamentares amplificavam tremendamente o seu peso, relativamente à expressão eleitoral que tinham. Além das interpelações ao governo, do negócio urgente e da moção, abundantemente usadas com o intuito de derrubar o Executivo, ainda era prática vulgar o prolongamento da discussão antes da ordem do dia (período dedicado à função fiscalizadora) em extensos debates que prejudicavam a ordem do dia (função legislativa), o boicote das sessões por abandono da sala (Partido Popular, maio de 1920; Partido Liberal, agosto de 1922; Partido Nacionalista, maio/junho de 1923), a ausência nas votações, e a invocação de falta de pareceres técnicos para atrasar a discussão dos projetos de lei.

Acrescia que o Executivo era obrigado a assistir às sessões parlamentares, ficando largamente limitado na sua função própria. Para obviar a esta “tirania do Legislativo”, lançava-se mão a autorizações especiais que permitiam ao governo legislar sem o parlamento (por exemplo, a polémica reforma cambial de Álvaro de Castro foi feita extra-parlamentarmente, ao abrigo da lei de 7 de fevereiro de 1924). Mas este não era um expediente inconsequente. Fatalmente, o Executivo sujeitava-se às moções de censura que surgiam à primeira oportunidade.

Também dentro da Câmara dos Deputados o modelo de “partido de notáveis” concorreu para a dissolvência do sistema, especialmente evidente depois da guerra, quando a sociedade entrou num processo acelerado e aguerrido de mudança. A estrutura oligárquica dos partidos acentuou o desfasamento entre o parlamento e a representação dos grupos sociais, tornando insuportável a incapacidade de intermediação nos conflitos vividos. O Partido Republicano ilustra cabalmente os impasses provocados pela matriz tradicional dos partidos republicanos. Não obstante as maiorias sucessivas que forjou, foi incapaz de suportar governos fortes, porque primou pela indisciplina. Durante as votações, incluindo de moções desfavoráveis, os democráticos juntaram-se bastas vezes às minorias, comportando-se como sua própria oposição. Tal contradição deveu-se à coexistência de facções rivais no seu seio, habitualmente assimiladas às personalidades que as encabeçavam, o que reforça a ideia da prevalência da influência das figuras de cimeiras, dos líderes de facção, sobre a substância programática. Mas aqui não conta apenas o facto de o PRP agrupar notáveis em competição pelo poder, o seu posicionamento político também tem relevância.

Podemos explicar a decomposição do grande e eclético PRP pela sua impopularidade, desgaste e crise de legitimidade, mas não só. Os anos do pós-guerra trouxeram consigo a radicalização política da sociedade portuguesa, e esse foi um factor nuclear no processo de fragmentação partidária, na medida em que ditou a falência do situacionismo. As sucessivas cisões sofridas pelo PRP assinalam o esvaziamento do centro político. Nesse sentido, as reconfigurações partidárias, ocorridas depois de 1919, anunciam a modernização do campo político, pois se os partidos não ganharam em representatividade orgânica, ganharam em coerência programática. Foram ensaios de atualização do sistema partidário.

De entre as várias propostas de reforma do sistema constitucional deve referir-se a defesa da atribuição de maiores poderes ao presidente da República, sobretudo da prerrogativa de dissolução do parlamento, excluída da Constituição de 1911. Para os maiores partidos republicanos da oposição, essa medida trazia consigo a hipótese de alternância do poder com o PRP e, portanto, a possibilidade de romper o seu domínio parlamentar por via legal, substituindo a sua hegemonia pelo rotativismo. A consolidação do sistema dependia ainda de outra condição, a de união da oposição

(unionistas e evolucionistas) num grande partido conservador⁵⁷, apto a disputar as maiorias eleitorais.

O projeto foi posto em marcha no pós-guerra. Em setembro de 1919, o poder de dissolução foi atribuído ao presidente da República. Pela mesma altura, os dois partidos da oposição fundiram-se, criando o Partido Republicano Liberal. Confirmando as expectativas da direita republicana, a única maioria eleitoral que o PRP não deteve durante todo o tempo do regime (exceptuando, obviamente, as eleições sidonistas, em abril de 1918), foi obtida após a dissolução do parlamento, exigida por António Barros Queirós como condição prévia para aceitar dirigir o governo. Queirós tomou posse em maio de 1921, no mês seguinte o parlamento desfez-se e organizaram-se as eleições, vindo o escrutínio a resultar na vitória dos liberais. O primeiro governo formado depois das eleições, dirigido por António Granjo, foi derrubado pela revolução de 19 de outubro de 1921, na sequência da qual o chefe do gabinete foi assassinado. A revolta das forças radicais (GNR, Marinha, Polícia, homens do Grupo Parlamentar Popular, independentes e civis armados), contra o Executivo conservador, demonstrou os limites do projeto bipartidário de partilha do poder no contexto do agravamento da crise económica e social do pós-guerra. A segunda e última dissolução parlamentar permitiu ao PRP recuperar a maioria nas eleições de janeiro de 1922, gorando-se, a partir de então, o projeto rotativista conservador.

I. 3. As estruturas económicas e sociais e as contradições que a República não superou.

Neste ponto da exposição incluem-se dois vectores analíticos correlacionados, de extrema premência no pós-guerra: a questão social – a resposta do regime ao agravamento da degradação das condições de vida da população e à subsequente onda reivindicativa do movimento operário -, e a questão económica – as opções em matéria de desenvolvimento económico e as suas consequências. Os autores que a seguir mencionamos tomam-nas como o principal nóculo de problemas colocados ao

⁵⁷ No artigo “O sistema político da Primeira República”, João Bonifácio Serra sintetiza o projeto bipartidário dos conservadores e as tentativas de recomposição da direita republicana a partir do governo de José Relvas, em 1919. *Vd. SERRA, 2000, pp. 122-129.*

poder desde 1890, na génese da crise sistema liberal, e especialmente intrincado durante os anos de 1914 a 1918, e depois de 1919. Por isso, devem considerar-se no âmbito da problemática da queda da Primeira República.

De entre os historiadores da questão social, privilegiamos Fernando Medeiros - *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo* (1978) -, e Joana Dias Pereira - “A ofensiva operária” (2009) -, autores dedicados ao estudo do movimento operário no pós-guerra.

Para o primeiro autor a equação determinante para a compreensão do período terminal da Primeira República traduz-se num triângulo de forças socioeconómicas conflituosas, que pelas suas dinâmicas, suplantaram a autonomia do campo político⁵⁸. Nos vértices, o autor coloca a elite agrária tradicional, a burguesia desenvolvimentista, industrial, e o sindicalismo operário. No centro, sob pressões variadas, o exaurido e volúvel Estado republicano. Esta geometria desenha-se a partir da guerra, com a ruptura das condições de produção da agricultura tradicional, especialmente sentidas pela cultura do trigo, dominante a Sul do país, e cujo modelo de exploração extensiva, escassamente mecanizada e dependente de mão-de-obra barata, era devedor das leis protecionistas de 1889 e 1898. Durante o conflito mundial, a escassez de bens de primeira necessidade no mercado – a crise das subsistências -, colocou em cima da mesa o problema da revisão da proteção à agricultura, uma vez que a produção nacional era insuficiente para as necessidades do país e, sobretudo, era onerosa para o Estado e para o consumidor. Em paralelo, a conjuntura foi benéfica à indústria, pois a destabilização do comércio internacional, e as dificuldades de importação, estimularam a produção para o mercado interno - patente no desempenho de alguns sectores modernos como os cimentos, enxofre, sulfato de cobre, metalo-mecânica -, e colonial, decididamente ocupado pelas conserveiras e têxtil algodoeira. A guerra e o pós-guerra trouxeram uma oportunidade de crescimento industrial, mais aparente que real, mas, sem dúvida, perturbadora do jogo de forças dominado pela elite agrícola tradicional. A partir de então, agricultura e indústria consubstanciaram planos político-económicos divergentes, concorrentes entre si.

⁵⁸ “A decrescente autonomia do político, numa sociedade feita em pedaços, petrificava o aparelho de Estado na situação de um grupo heteróclito sujeito às pressões mais contraditórias”, in MEDEIROS, 1978, p. 132.

Deve dizer-se que a indústria impulsionada pela conjuntura de guerra partilhava a mesma debilidade estrutural com a agricultura: os baixos salários eram uma premissa de substituição problemática. Fernando Medeiros explica-a em termos de uma interdependência dos modos de produção capitalista e pré-capitalista, comum aos sectores agrícolas e industriais de maior peso na balança comercial interna e externa do país, a vinha e o trigo, a têxtil e a conserveira. Qualquer destes sectores recorria a estruturas económicas familiares para suprir as suas necessidades de mão-de-obra, em número e a baixo custo, angariando trabalhadores entre os pequenos camponeses (trigo e vinha), nas comunidades aldeãs (têxtil) ou nas piscatórias (conservas). Para o rendimento familiar, a venda da força de trabalho representava um complemento, nunca suficiente para superar a condição de semi-proletariado, situação que enfraquecia a confluência e eficácia das lutas reivindicativas. Em contraste, nos maiores centros urbanos do país concentrava-se e organizava-se o proletariado industrial.

Lisboa e Porto foram os principais palcos de lutas intensas, cujos meandros, segundo Fernando Medeiros, são esclarecidos pelo ciclo do “pão político”, o pão subsidiado⁵⁹. O sistema remontava à legislação de proteção cerealífera de 1889, embora no pós-guerra, com o aumento do preço do trigo no mercado internacional, funcionasse a favor da indústria de moagem. O sistema, confirmado em 1920 e revogado em 1923, implicava a quase estatização do mercado cerealífero, intervindo o Estado pela garantia de escoamento da produção nacional, do controlo do preço do pão nas principais zonas urbanas, de maior concentração operária, e de incentivo à indústria.

Para o autor, o “pão político” era o ponto de articulação do Estado com os três lados do triângulo de forças acima referido (a lavoura, a indústria e o operariado): era um recurso que permitia ao poder republicano aplacar a fome onde o sindicalismo era mais aguerrido e ameaçador, nas cidades; paralelamente, o sistema falseava o aumento do custo de vida (o pão era a base da alimentação), permitindo à indústria

⁵⁹ A moagem era obrigada a pagar um imposto correspondente à diferença entre o trigo nacional, nesta altura mais barato, e o trigo importado. A existência de três tipos de pão possibilitava a fuga ao imposto pela adulteração da qualidade da mistura de farinha. O imposto devido e não pago era objecto da contestação do movimento operário organizado. *Vd. idem*, pp. 13-15.

fazer contenção salarial, favorecendo-a⁶⁰; e só satisfazia a agricultura em parte, pois apesar de garantir a colocação da produção nacional, implicava formas de estatização do comércio do trigo, incluindo o tabelamento dos preços de venda. O “pão político” revela o novo peso do movimento operário organizado, a concorrência entre a agricultura e a indústria pelo domínio dos favores do Estado, e a estratégia republicana de fortalecimento da burguesia industrial em detrimento da elite terra tenente tradicional.

A ofensiva operária irrompeu, vigorosa, no imediato pós-guerra, politicamente fortalecida pelo envolvimento do operariado lisboeta na “tomada de Monsanto” ao lado da pequena e média burguesia, incentivada pela expectativa da revolução social iminente, cujo horizonte se tornou próximo depois da Revolução Russa, em 1917, e que a onda que varria a Europa em direção ao Ocidente parecia vaticinar irrevogavelmente. No ano de 1919 concentraram-se os sinais da vitalidade operária, manifestados nas greves vitoriosas por todo o país, no crescimento das adesões aos sindicatos, na manifestação que reuniu 30 mil trabalhadores em Lisboa, no 1º de maio, no lançamento do diário *A Batalha* (fevereiro), terceiro em tiragem nacional, na criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) (setembro)⁶¹. Em fevereiro e março, a pasta do Trabalho foi entregue a um socialista, Augusto Dias da Silva (Governo José Relvas e Governo Leite Pereira), em maio publicou-se a lei das oito horas de trabalho (excepto para os campos) e instituíram-se os seguros sociais obrigatórios.

O ímpeto operário renovou-se no início de 1920, mas então as condições de luta tinham mudado. Por essa altura os patrões já se haviam organizado, confluindo na Confederação Patronal Portuguesa, a antítese da Confederação operária, determinados a lutar por meios próprios contra as investidas dos trabalhadores. O boicote à aplicação da lei das oito horas explicita a intransigência patronal e as graves contradições instaladas que opunham o operariado, a indústria e o próprio poder. Foi num contexto de fortes pressões extraparlamentares e do agudizar do confronto entre trabalhadores e patrões, que o Partido Republicano optou pela repressão violenta das

⁶⁰ A indústria de moagem, no entanto, ganharia maior margem para a concentração e cartelização com a revogação do regime protecionista. Para uma análise mais detalhada da indústria de moagem *vide* Ana Paula PIRES, 2004.

⁶¹ *Vd.* TEODORO, 2013.

greves, escolhendo o lado do patronato e hostilizando, definitivamente, o movimento operário organizado. Em junho de 1919, a GNR abriu fogo sobre os trabalhadores do Barreiro em greve, a União Operária Nacional (antecessora da CGT) foi encerrada, e *A Batalha* confiscada. Nessa data a alienação do apoio das massas operárias ao republicanismo ficou ditada. Na perda dessa retaguarda, o projeto de fomento industrial também ficou comprometido. As cedências aos interesses cerealíferos acompanharam o refluxo do movimento operário, até à supressão do “pão político”, em 1923.

Segundo Joana Dias Pereira, o refluxo da ofensiva operária, notório a partir de 1920, também se deveu ao desmembramento interno da organização, pela falência da tática reformista e da ação direta que unia, desde 1914, anarco-sindicalistas e sindicalistas “puros” sob a alçada do sindicalismo revolucionário. A CGT não logrou a modernização da sua estrutura, nem a unificação e solidariedade das lutas operárias, cada vez mais sectoriais. Perante a resistência patronal e a violência estatal, as reivindicações pontuais cedo mostraram os seus limites: a inflação engolia rapidamente as conquistas obtidas, gerando desmobilização. A fundação da Federação Maximalista Portuguesa, pró-Revolução Russa, em 1919, é um sinal da cisão que se aproximava, consumada durante o Terceiro Congresso Nacional Operário, na Covilhã, em 1922. Nessa ocasião, a resolução de filiação da CGT na Associação Internacional dos Trabalhadores, anarquista, confirmou a hegemonia dos anarco-sindicalistas, contra os “bolchevistas”, apoiantes da adesão à Internacional Sindical Vermelha, e os sindicalistas “puros”, defensores da autonomia do sindicalismo português. Durante os governos da esquerda republicana, entre 1923 e 1925 (gabinetes Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos), e após o seu afastamento do poder, à medida que a possibilidade ditatorial de direita se aproximava, a hipótese de formar uma “frente única”, agregadora das várias esquerdas, defendida pelo jovem Partido Comunista Português, dividiu, definitivamente, o movimento operário organizado:

“Foi exatamente a recusa peremptória da direção da CGT em colaborar com quaisquer outras forças democráticas, assunto que durante o Quarto Congresso Nacional Operário de setembro de 1925 foi acaloradamente debatido, aquilo que justificou a suspensão das relações entre os sindicatos dos Arsenais e a Federação

Marítima, por um lado, e a Central Sindical, por outro. Nos finais do ano, a CGT estava oficialmente desagregada.”⁶².

A este factor devem acrescentar-se as sucessivas desilusões, expectativas goradas pelo republicanismo, e crescentes dificuldades de vida do operariado, para explicar que em resposta ao golpe de 28 de maio de 1926, as massas trabalhadoras não saíram à rua para defender a República, como haviam feito em outubro de 1910, e janeiro de 1919, pelo contrário, os ferroviário do Sul e Sueste fizeram uma greve de apoio ao derrube do PRP.

A problemática da questão social chama a si a da questão económica e financeira, sistematizada no capítulo “A busca frustrada do desenvolvimento” (1990), da autoria de António José Telo. A pergunta implícita naquele estudo é: porque não logrou a República impulsionar o desenvolvimento económico do país? A resposta começa na constatação da ausência de um projeto económico inerente ao bloco social que apoiou a instauração do regime e que fosse capaz de lhe dar coesão. Qualquer plano económico pressupunha a existência de um grupo homogéneo que o defendesse, defendendo também a República. Esse desígnio, não só nunca foi alcançado, como a sua perseguição incoerente, conjuntural, lançou o poder ao vento dos interesses que soprassem mais forte, acentuando alguns problemas estruturais.

Mantendo-nos no trilho das temáticas específicas do pós-guerra, e na procura das razões para a ascendente instabilidade do regime republicano durante esse período, o trabalho de António Telo oferece um contributo esclarecedor. Através da sua leitura, tornam-se evidentes as articulações entre curtas conjunturas, com as respectivas flutuações endógenas ou exógenas, e as estratégias dos poderes políticos e dos poderes económicos, entre 1919 e 1926.

Retomando a ideia já lançada por Fernando Medeiros, de uma forte concorrência entre a elite terra tenente tradicional e a burguesia industrial, fortalecida durante e depois do conflito mundial, acresce-se um elemento ilustrativo da penetração desse conflito na esfera política: o grande terreno social onde o sidonismo lançou os alicerces da “República Nova” foi o campo, foram os agentes do agrarismo

⁶² PEREIRA, 2009, p. 438.

conservador que apoiaram aquele primeiro ensaio de ditadura de tipo moderno⁶³. Descontentes com a política de guerra, os constrangimentos ao comércio de bens agrícolas, as políticas de cultivo compulsório (decreto de “mobilização agrícola” de Lima Basto, 1917), receberam de Sidónio Pais, entre outras medidas de fomento agrícola, o descongelamento dos preços - medida altamente penosa para as classes mais baixas -, além de representação direta nas esferas de decisão (10 assentos no Senado corporativo, contra 5 atribuídos à indústria e 4 ao comércio). Por oposição, com a queda do sidonismo e a recuperação do poder pelo PRP, a indústria foi a mais favorecida, pelas circunstâncias e pelo poder.

António José Telo propõe dividir o período em causa em dois tempos. Um primeiro, entre 1919 e 1921, caracterizado por um surto industrial com particularidades a nível das condições financeiras que o enquadraram e das especificidades nos modos de produção, que rapidamente ditaram o seu esmorecimento. Um segundo, entre 1922 e 1925, os anos da aplicação do programa económico radical para o saneamento das finanças públicas.

O principal dado a apresentar quanto aos anos do surto industrial é a verificação da manutenção do aumento da circulação fiduciária, expediente corruptor das lógicas da economia clássica, inaugurado durante a guerra, e principal indutor de um ciclo inflacionista benemérito para a indústria. Em teoria, a desvalorização do escudo facilitava a venda de bens nacionais ao estrangeiro e dificultava a importação de produtos transformados, um duplo estímulo para a produção de bens de exportação e de substituição. Na prática, a política inflacionista protegia eficazmente a indústria e as atividades especulativas com bens e divisas, pelo que a banca e o grande comércio de *import-export* também cresceram fulgurantemente, mas não a agricultura, que exigia a valorização da moeda, nem as classes assalariadas, para quem a rápida subida do custo de vida era mais lesiva. Entre estes últimos, contava-se o operariado. Contavam-se, também, o funcionalismo público, o exército, todos aqueles que dependiam de rendimentos fixos para subsistir. Era uma política com consequências nefastas, porquanto radicalizava os menos favorecidos, sem alcançar a constituição de uma classe forte, apoiante do regime. A crise internacional de 1921 revelou as

⁶³ Para uma visão da relação de forças em 1917, o isolamento do governo Afonso Costa, e o golpe sidonista, financiado pela ala agrária do Partido Unionista, Vd. CABRAL, 1979, p. 382.

debilidades do surto industrial pós-bélico, a carência de produtividade, o predomínio de formas artesanais de produção, a dependência de mão-de-obra barata, e da defesa dos mercados nacionais.

Quando a política inflacionista esgotou as suas possibilidades surgiu a oportunidade de aplicação do programa radical, fermentado desde 1919. Em vez do equilíbrio das contas públicas à custa da redução das despesas e do aumento dos impostos indiretos ao consumo, aplicou-se o imposto sobre o rendimento com carácter progressivo (1922), fez-se o saneamento das finanças, a reforma cambial (1924) e bancária (1925), encetando um tipo de intervenção estatal diretamente afrontosa dos interesses económicos estabelecidos, em especial da banca e do comércio. Foi o tempo da esquerda republicana, um campo que se autonomizou progressivamente no pós-guerra, vindo a englobar várias forças sociais - um bloco -, que embora volúveis na ação comum, tiveram um papel determinante na prossecução das reformas acima referidas. À “obra radical” ficou a dever-se a valorização da moeda, o aumento das receitas e a diminuição do *deficit* orçamental. Apesar disso, subsistiu um óbice ao desenvolvimento económico, a fuga generalizada de capitais, em coerência com a atitude comum da procura do risco mínimo dos investidores nacionais.

Politicamente, a aplicação do programa radical teve uma importante consequência, a organização da oligarquia económica conservadora contra a esquerda republicana. A União dos Interesses Económicos (1924), nova organização patronal, estimulada pela banca e comércio, engrossada com a agricultura, já não visava o movimento operário, entretanto desmembrado. O alvo do poder económico, paulatinamente unido, passou a ser a República radical, passou a ser a política intervencionista de tendência socializante, transformando-se, rapidamente, em repúdio pelo risco causado por este tipo de ação estatal e, portanto, em oposição ao próprio regime liberal. A luta pela conquista do Estado, latente em 1919, tornou-se declarada.

O favorecimento da indústria e do comércio, através da política inflacionista, desembocou num duplo fracasso, económico e social. As bases de crescimento daqueles sectores económicos, tal como foram construídas e incentivadas, eram insustentáveis, vindo esse facto a tornar-se evidente depois de 1921. Socialmente, o partido do poder, o PRP, não logrou conquistar para o lado das forças do regime as

elites económicas beneficiadas, e, além disso, aviltou as classes mais baixas da sociedade, deixando-as carregar o peso da crise agravada pela inflação. As consequências da política inflacionista saldaram-se numa crescente radicalização da atitude política dos mais desfavorecidos, e numa forte pressão social pela correção da situação. Esse foi o princípio que impulsionou a aplicação de medidas tendentes a coarctar os excessos do capital, dando origem, através de um processo convulso, ao campo da esquerda republicana de tendência social-democrata. Quando esta alternativa teve desempenhos governamentais o campo conservador, também ele em processo de clarificação, reagiu desfavoravelmente, boicotando os projetos reformistas. As dinâmicas sociopolíticas do pós-guerra caracterizam-se por uma polarização dos agentes em jogo, à esquerda e à direita, progredindo esse fenómeno, de início esparso, para a confluência de forças em dois blocos protagonistas de programas opostos. Enquanto o bloco radical, o das esquerdas, se desenvolveu no sentido da social-democracia, o bloco conservador uniu-se em torno da ideia autoritária, antiliberal. Resta dizer que o sucesso do segundo foi largamente dependente do refluxo do movimento operário organizado, em grande medida desmembrado depois de 1920.

O referido processo de polarização da sociedade portuguesa demonstra que a esfera política foi parte integrante dos conflitos da modernidade, não foi uma entidade destituída de autonomia, como defende Fernando Medeiros. O poder político desempenhado pela direita, o centro ou a esquerda, induziu diferentes efeitos nas restantes esferas do conjunto social. Esteve, ativamente, no centro dos problemas.

I. 4. A cultura e as mentalidades, ou a República contra si mesma.

Por fim, completando o leque de interpretações historiográficas que procuram desvelar os factores que concorreram para a queda da Primeira República portuguesa, abordamos o campo da cultura e das mentalidades, seguindo a proposta de António Reis - “Epílogo – o fim da Primeira República” (2009).

Demarcando-se da historiografia marxista, do determinismo inerente à exclusiva qualificação dos factores económico-sociais na explicação das rupturas históricas, António Reis considera que a resposta para a queda do regime republicano se encontra num número de factores político-culturais, protagonistas de alguma

autonomia relativamente aos efeitos destrutivos da entrada de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918. Relativizando os impactos do conflito mundial no tecido social, económico e político do país, refere que nem a questão religiosa⁶⁴ – em parte sanada após a revisão da Lei de Separação, em 1918 –, nem a questão do regime – bastante aplacada pelas amnistias aos envolvidos nos golpes monárquicos e pela legalização do partido monárquico, em 1921 –, tão pouco a questão operária – de peso relativo, dado o escasso número do operariado no conjunto da população (menos de 5%), a sua divisão e menor atividade depois de 1921 –, ou a questão da conjuntura internacional – em 1926, os autoritarismos não gozavam ainda de um quadro irreversivelmente favorável –, foram determinantes para a falência das instituições republicanas liberais. Depois do pico de violência atingido durante a “noite sangrenta” (19 de outubro de 1921), e das eleições de 29 de janeiro de 1922, que reconduziram o PRP à maioria parlamentar, o regime encontrou alguma estabilidade governativa. Até finais do ano de 1923, António Maria da Silva, líder dos democráticos desde o afastamento de Afonso Costa, chefiou três executivos consecutivos e durante esse tempo iniciou-se a reforma fiscal, primeira pedra do edifício de saneamento das finanças.

Os factores políticos que lavraram o insucesso republicano, segundo o autor, são: 1) O agravamento da crise de legitimidade e representatividade do regime. À já referida falta de transparência e lealdade eleitoral, deficiente representação dos grupos sociais e desproporcional, porque diminuto, peso político dos maiores grupos de pressão da sociedade, somou-se a fragmentação e indisciplina partidárias, e a intensificação do sectarismo e da intolerância cívica. Estes dois últimos ingredientes acentuaram o afastamento das bases, notório na elevação da abstenção para níveis acima dos 60%. 2) A incapacidade de auto e hetero-regulação do funcionamento do sistema institucional. Neste aspecto, António Reis salienta a responsabilidade dos dirigentes políticos, insensíveis às propostas de reforma provindas da intelectualidade⁶⁵. 3) A incapacidade de fazer frente à oligarquia financeira,

⁶⁴ Por concordarmos com António Reis, não incluímos neste capítulo teses fundamentadas na clivagem social provocada pela Lei de Separação e o jacobinismo republicano para justificar o isolamento e queda da Primeira República. O PRP, sob a direção de António Maria da Silva, operou uma mudança de posicionamento. Moderando-se face aos adversários, permitiu alguma inclusão política, embora sob as condições restritas inerentes à hegemonia dos democráticos sobre o sistema político. O sentido do laicismo no projeto republicano deve ser visto em CATROGA, 2010, pp. 201-233.

⁶⁵ António Reis enuncia os principais pontos da proposta dos seareiros: reforço dos poderes presidenciais, mais frequente uso de autorizações legislativas especiais, formação de governos de

relacionada com a falta de um plano económico-social coerente, de uma ideia sólida do papel do Estado, e com as derivas provocadas por políticas conjunturais, paliativas, que abriam o flanco às atividades especulativas dos grupos económicos privados. 4) A reorganização do campo conservador, possibilitada pelo relegar da questão do regime (república ou monarquia) para segundo plano, unindo-se as direitas no objectivo de provocação de uma situação ditatorial, militarizada. 5) O factor militar, o envolvimento do corpo de oficiais - engrossado pela incorporação de dois mil milicianos, depois da guerra - nos partidos, condicionando a sua ação, até à ofensiva autónoma, em nome das próprias Forças Armadas, notória a partir do golpe de 18 de abril de 1925.

Não menos esclarecedores, segundo António Reis, são os factores culturais: 1) A perda de confiança das elites intelectuais na classe política dominante. O surgimento do Grupo Seara Nova, à esquerda, do Integralismo Lusitano, à direita, sinalizam a generalização do fenómeno, e também o modernismo futurista, dentro das novas correntes de estética, refletia “(...) a crise global da mundividência positivista republicana, na sua tripla dimensão filosófica, ética e estética.”⁶⁶. 2) O vazio ideológico predominante nos partidos republicanos, a incapacidade de criação de uma “(...) mística democrática que operasse como antídoto eficaz contra a mística reacionária (...)”⁶⁷, capaz de rivalizar com o pensamento conservador, antiliberal, em progressão. 3) A diluição da ideologia e da ética nas quezílias facciosas, ambições de poder e disponibilidade para ceder aos interesses da oligarquia económica. 4) A falta de um diário republicano de grande tiragem, propagador das ideias democráticas. A grande imprensa era dominada pelos sectores mais conservadores da sociedade. 5) A prevalência da ideia de ditadura, embora de contornos indefinidos, no seio da opinião pública, a vitória da ilusão da “panaceia para todos os males”, considerada único recurso viável contra o domínio do PRP.

competências, considerando primacial a estabilidade nas pastas da Economia e da Educação, e de governos extraparlamentares, de exceção, para reformas urgentes, com posterior sanção do parlamento (REIS, 2009, p. 578), medidas, aliás, também pedidas pelas direitas liberais. Para uma leitura das reformas pugnadas por outros grupos, incluindo os conservadores antiliberais ver FARINHA, 2004, pp. 67-74.

⁶⁶ REIS, 2009, p. 579.

⁶⁷ *Idem, ibidem.*

A ênfase colocada no campo das mentalidades, além das práticas políticas corrosivas do sistema, enquanto elemento esclarecedor do desfecho do regime, a 28 de maio de 1926, é perfeitamente ilustrada pela seguinte pergunta-resposta do autor: “Não será verdade que o segredo final da vitória de uma das alternativas em presença reside na força das ideias junto da opinião pública – como era, aliás, convicção dos próprios seareiros – e na habilidade dos homens políticos, mais do que em factores de carácter estrutural, recorrendo embora à utilização das potencialidades favoráveis destes últimos?”⁶⁸. Embora discordando da desvalorização dos factores estruturais, é-nos imprescindível atender à acuidade do problema levantado. Além do Estado e da sociedade, houve outra arena de disputa entre as esquerdas e as direitas, um sítio onde a hegemonia foi conquistada pela ideia ditatorial – as mentalidades⁶⁹.

I. 5. Grande Guerra e pós-guerra, novas problemáticas para novas realidades.

O quinto e último ponto deste capítulo incide sobre duas temáticas correlacionadas, o sidonismo e a “Nova República Velha”, aqui agrupadas sob a problemática dos impactos da Grande Guerra de 1914-1918, em Portugal⁷⁰.

Dos autores Manuel Villaverde Cabral – “A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)” (1979) -, Filipe Ribeiro de Meneses – *União Sagrada e sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)* (2000) -, e Maria Alice Samara – *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais* (2003) -, recolhemos a ideia de ter sido a “República Nova” um regime nascido de condições excepcionais derivadas da guerra, em particular pela crise das subsistências e o agravamento dos conflitos entre o campo e a cidade⁷¹, mas também uma experiência reveladora da tendência das forças conservadoras da sociedade para se congregarem em torno da pugna por um modelo ditatorial moderno de poder, por um Estado forte, capaz de

⁶⁸ *Idem*, p. 582.

⁶⁹ Quando Proença escreve nas páginas da *Seara Nova*, em 1924, contra a “ultra-panaceia universal” da ditadura, não rejeita em absoluto o método, apenas a orientação política do processo. Embora condicionada no tempo e nos propósitos, a solução não é irrevogavelmente rejeitada por este intelectual, sinal de cedência revelador do campo ganho pela ideia autoritária.

⁷⁰ Para uma síntese compreensiva das questões políticas envolvidas na estratégia belicista, o debate entre intervencionistas e não-intervencionistas, e os efeitos económicos e sociais da entrada de Portugal no teatro europeu de operações, na perspectiva dos vários grupos da sociedade, consultar SAMARA, 2003, pp. 15-90.

⁷¹ CABRAL, 1979, p. 379.

manter a “ordem” nas ruas e de atuar em prol das oligarquias dominantes. Embora desfeito depois do assassinato de Sidónio Pais, o bloco socioeconómico que o suportou não se desmobilizou, apenas teve que aprender a fórmula eficaz de unificação das diversas correntes nele contidas. O episódio sidonista teve um efeito pedagógico prolongado no pós-guerra, ensinou às direitas a necessidade táctica de ultrapassar a questão do tipo de regime desejado (monarquia ou república), para se concentrarem na sua natureza autoritária. Deve, por isso, incluir-se o sidonismo no processo histórico culminante com a instituição do Estado Novo, em 1933.

As rupturas provocadas pela guerra e pela experiência sidonista também tiveram efeitos no campo republicano moderado. Como já foi aludido, depois de 1919, o PRP liderado por António Maria da Silva, procurou reposicionar-se no espectro político, adoptando práticas conciliadoras de inclusão e desarmamento dos seus principais opositores, questão que abordaremos com maior pormenor em capítulo próprio. Interessa, por agora, salientar a mudança na atitude do partido dominante do parlamentarismo português e as cedências aos campos mais conservadores do republicanismo, catolicismo e monarquismo, bem como a tentativa de enquadramento do operariado no sistema político. Este é, de facto, como defende António Reis, um importante indício de que alguns conflitos característicos da “República Velha” foram amenizados. A guerra e o pós-guerra trouxeram novas equações ao poder.

O nosso projeto de investigação é largamente devedor da obra *Decadência e Queda da I República Portuguesa* (1980 e 1984), da autoria de António José Telo, a única exclusiva e exaustivamente dedicada ao período de 1919-1926, proponente de uma matriz interpretativa integradora dos campos social, económico e político. Ao autor devemos uma chave de leitura inteligível para as graves e fugazes convulsões sociais e políticas do período final da Primeira República: a recomposição acelerada de distintos campos políticos em luta pelo controlo da situação, através de um processo estimulado por um profundo desequilíbrio socioeconómico, responsável pela radicalização dos agentes sociais, e pelo seu progressivo alinhamento em dois blocos políticos antagónicos, instáveis, mas detentores de coerência programática mínima – o bloco conservador e o bloco radical.

Propomo-nos estudar a esquerda republicana e o bloco radical, defendendo ter sido o surgimento da primeira um sintoma da procura de soluções para as graves contradições sociais e económicas instaladas, agravadas durante e depois da guerra, e

as manifestações do segundo uma expressão dos conflitos que opuseram as forças reformistas da Primeira República portuguesa e as forças antiliberais, até à vitória conservadora. Esquerda republicana e bloco radical – como direita autoritária e bloco conservador - são partes do mesmo processo histórico de modernização do campo político. O pós-guerra foi a fronteira de dois tempos, simultaneamente, última etapa da crise do sistema liberal em Portugal e primeira do século XX, a Era dos Extremos⁷².

⁷² HOBBSBAWM, 2002.

CAP. II. A REPÚBLICA DO PÓS-GUERRA E OS CONFLITOS DA MODERNIDADE.

II. 1. A derrocada das democracias liberais na Europa de entre-guerras.

Um dos temas centrais da historiografia dedicada ao estudo do século XX europeu, em especial ao período de entre guerras, é o da queda das democracias liberais e ascensão das ditaduras. A euforia constitucional que animou os países nascidos do desmembramento dos impérios Czarista, Habsburgo, Prussiano e Otomano, um sinal aparente de que o modelo democrático de governo era um dos grandes vendedores da Grande Guerra, esfumou-se nas duas décadas posteriores aos acordos de paz de 1919.

Entre as várias propostas explicativas da derrocada das instituições liberais, um aspecto contextual é comum – com maior ou menor peso causal –, a atmosfera insurrecional dominante nos anos de 1917 a 1920, e o espectro da guerra civil, entre forças revolucionárias e contrarrevolucionárias, no interior de cada país. Como indica Enzo Traverso, mesmo Hobsbawm e Furet, divergindo nas interpretações partilham esta constatação:

“Pour Hobsbawm, cette guerre civile méritait d’être menée, il fallait choisir son camp et ce fut bien ce combat qui sauva l’Europe. Furet la regarde de loin, blasé et distant, comme si la vertu libérale pouvait se situer au-dessus de la mêlée (le conflit entre communisme et fascisme). Ce sont là deux sensibilités et deux mémoires, qui partent néanmoins du même constat: l’histoire de l’Europe entre 1914 et 1945 est celle d’un continent déchiré par une guerre civile.”⁷³.

O triunfo da Revolução Russa constituiu uma incontornável referência da possibilidade de derrube dos regimes burgueses pela esquerda, tornando-se, por isso, um símbolo de esperança para os movimentos operários, e de temor para a burguesia europeia. Os receios da última eram engrossados pelas explosões grevistas que acompanharam os últimos anos da guerra⁷⁴ - manifestações do descontentamento

⁷³ TRAVERSO, 2007, p. 43.

⁷⁴ Segundo R. J. Overly, a Inglaterra teve 1165 greves em 1918. OVERLY, 2007, p. 19.

social provocado pelo prolongamento do conflito, pela subsequente degradação das condições de vida, e pela percepção da desigualdade dos efeitos da guerra sobre as várias classes⁷⁵ -, e os primeiros anos da paz, durante os quais aumentaram as pressões pelo alargamento da assistência social e das nacionalizações. Sob o mesmo ímpeto, reproduziram-se “*soviets*” em vários países europeus, a guerra civil estalou na Finlândia, a greve geral foi declarada na Itália (1919) e a revolução chegou à Alemanha (janeiro de 1919), à Baviera (abril de 1919), e à Hungria (março de 1919). No entanto, as experiências de inspiração bolchevique tiveram curta duração, os líderes spartaquistas, Liebknecht e Luxemburg, foram assassinados, Lévine fuzilado, e Bela Kun derrotado. Em 1920, a onda insurrecional a oeste da Rússia havia cessado.

De modo generalizado, a esquerda, combatida e dividida, após as cisões comunistas, perdeu força real, o que nos leva a concordar com Hobsbawm quando este afirma que nos anos 20 e 30 a ameaça às instituições liberais vinha, especialmente, da direita política.

Interessa, então, referir algumas fragilidades das democracias liberais para melhor compreender a sua célere derrocada, ou o fenómeno do “templo abandonado”⁷⁶, já em plena marcha nos anos 20⁷⁷.

Um dos factores mais apontados pelos críticos do liberalismo foi a ineficácia do funcionamento das instituições democráticas. Os regimes constitucionais do pós-guerra, herdeiros da luta contra o autocratismo monárquico e imperial, consagraram a desconfiança do executivo, coarctando-lhe os poderes a favor do legislativo. O lato controlo do órgão eleito - o parlamento -, sobre os governos era, do ponto de vista dos constitucionalistas, uma garantia da adequação da política à soberania popular. A representação proporcional foi adoptada por respeito ao mesmo princípio de fidelidade à vontade manifestada pelos eleitores. Daí decorriam a extrema

⁷⁵ “Much of the class resentment evident by 1918 was spurred on by the belief that the sacrifices of war were unevenly distributed between rich and poor.”, in OVERY, 2007, p. 19.

⁷⁶ “The Deserted Temple”, tradução inglesa da expressão de Mussolini, citada por Mark Mazower e usada para titular o primeiro capítulo da sua obra *Dark Continent*: “Now Liberalism is on the point of closing the doors of its deserted temple (...) The present century is the century of authority, a century of the Right, a Fascist century.” (cit. MAZOWER, 2000, p. 16).

⁷⁷ Em 1919, o almirante Horthy derrubou o regime de Bela Kun na Hungria. Em 1922, Mussolini chegou ao poder na Itália. Em 1923, o general Primo de Rivera na Espanha. Em 1926, o marechal Pilsudski na Polónia e Antanas Smetona na Lituânia. Em 1928, Alexandre I declarou a ditadura no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. A ditadura militar portuguesa, em 1926, integra-se nesta primeira onda de assaltos ao liberalismo democrático.

fragmentação partidária (em 1930 havia 16 partidos com assento no *Reichstag*), a difícil coexistência de grupos no seio do parlamento, e a obstrução governativa, gravemente sentida no campo das reformas sociais e económicas. As vozes contra o sectarismo partidário e a favor da defesa dos interesses nacionais tornaram-se frequentes. A ausência de maiorias parlamentares ainda tinha reflexo na instabilidade governativa. Segundo dados citados por Mark Mazower, a média de duração dos governos do pós-guerra era, na Alemanha e na Áustria, de 8 meses, na Itália, de 5 meses, na Espanha, após 1931, de menos de 4 meses. Mesmo a Terceira República francesa viu a longevidade dos seus ministérios reduzida de 10 meses, entre 1870-1914, para 8 meses, entre 1914-1932, e para 4 meses, entre 1932-1940⁷⁸. Perante as dificuldades de funcionamento dos parlamentos, apontadas como causa dos problemas políticos, a panaceia anunciada era a autonomia do executivo, ideia que continha em si o perigo do autoritarismo antiparlamentar⁷⁹.

Mark Mazower considera o debate constitucional alemão exemplificativo do progressivo resvalar das elites burguesas para a ditadura, no contexto da crise do pós-guerra. Em última análise, foi sob o lema da defesa da constituição que o revisionismo ganhou adeptos entre os liberais conservadores. Foi, aliás, com esse propósito que Carl Schmitt apoiou a introdução de medidas de exceção (poderes extraparlamentares) na constituição. O crescente uso dos decretos de emergência ilustra o avanço das práticas antiparlamentaristas, pois se entre 1925 e 1931, 16 dessas leis foram aplicadas, em 1931 foram 42, mais do que aquelas aprovadas no *Reichstag*. O empolamento das práticas ditatoriais relacionava-se com o fortalecimento dos nazis e dos comunistas nas eleições de setembro de 1930, erigindo-se, respectivamente, como segunda e terceira forças políticas. A impossibilidade de fazer alianças à direita e à esquerda, aliada ao argumento da salvaguarda dos poderes excepcionais contra a hipótese destes caírem nas mãos de grupos antidemocráticos, justificou o aumento da sua utilização. Em 1932, apenas 5 leis passaram no parlamento, contra 59 decretos de emergência. O caminho ditatorial estava plenamente desbravado quando Hitler chegou ao poder.

⁷⁸ MAZOWER, 2000, p. 19.

⁷⁹ Alguns países experimentaram a reforma eleitoral, substituindo a representação proporcional pela maioritária (França, 1924 e Grécia, 1928), outros a constitucional, reforçando o Executivo (Polónia e Lituânia, 1926 e 1935, Áustria, 1929, Estónia, 1933 e 1937, Espanha 1931).

A cedência, a título pragmático, do liberalismo conservador às pressões autoritárias foi comum. De facto, um dos elementos que nos parece mais relevante para a compreensão da derrocada das democracias liberais é a inconsistência da convicção dos seus defensores, ou dito de outro modo, perante a polarização política: “Ruling elites in many countries soon showed themselves to be anti-communists first, democrats second.”⁸⁰. Algo, inclusivamente, notório a nível internacional, com o fraco empenho dos EUA, da Inglaterra e da França na defesa dos governos democráticos da Europa de Leste e Central, até à ofensiva nazi.

Mazower refere o exemplo italiano para demonstrar que o problema político não era criado pelas novas constituições democráticas, uma vez que ali a base da fundação constitucional do Estado era a de Carlos Alberto (1848). Assim, “What post-war Italy offered was a picture of liberal uncertainty and weakness, a more or less voluntary renunciation of power to the Right in the face of popular discontent and political instability.”⁸¹. Na Itália, como noutros países onde a terra estava concentrada nas mãos de uma elite forte ou de médios proprietários integrados nas estruturas do Estado (Hungria, Alemanha, Espanha⁸²), as tentativas de reforma agrária para diluir o descontentamento nos campos estiveram na base da reação conservadora⁸³. Abdicando do meio reformista, as elites burguesas fizeram a sua viragem autoritária, engrossando as hostes fascistas. O apoio dos liberais foi essencial para a chegada de Mussolini ao poder (assim como o dos socialistas para a reforma eleitoral de 1923).

O segundo aspecto que nos merece atenção é o da desadequação do liberalismo tradicional aos desafios da modernidade. Em grande medida, a derrota do autocratismo, a consagração do parlamentarismo, do sufrágio universal (masculino), em 1918, pareciam ter esgotado o projeto político liberal do século XIX. Uma das novidades trazidas pelas dinâmicas da guerra total foi o empolamento do peso político dos sectores económicos e, principalmente, do operariado. Depois de 1919, a política europeia deixou de ser um jogo de elites, passou a ser dependente das massas e estas

⁸⁰ MAZOWER, 2000, p. 4.

⁸¹ *Idem*, p. 14.

⁸² “In Spain, land had to be taken from middle-class owners who, broadly speaking, were fully integrated into the structure of the nation, and who could not take any further pressure without the risk of calling into question many of the basic principles of this political structure. This was why any agrarian reform, however moderate, would have been seen by the owners as a revolution of compulsory seizures.”, in CASANOVA, 2010, p. 45.

⁸³ Para uma leitura diversa ver LUEBBERT, 1991.

agitavam-se por toda a parte, exigindo políticas sociais. Embora algumas das novas constituições tivessem feito um esforço por incorporar o espírito social do tempo, alargando os direitos e liberdades políticas e civis a áreas da saúde e assistência, essas promessas ficaram por atender. Tal incumprimento deveu-se a constrangimentos políticos e económicos, mas não só. O Estado social não era uma prioridade do liberalismo democrático tradicional, por isso, “In its focus upon constitutional rights and its neglect of social responsibilities, it often seemed more fitted to the nineteenth than to the twentieth century.”⁸⁴. As liberdades individuais, plenamente adequadas às necessidades políticas da burguesia herdeira dos valores das revoluções de setecentos e oitocentos, eram um alimento escasso na era das massas. O individualismo político tendia a ser suplantado à esquerda e à direita.

Hobsbawm considera serem quatro as condições de viabilidade da democracia representativa, tal como era concebida em 1918, todas elas ausentes na maioria dos países europeus da época. Primeiro, beneficiar de consentimento e legitimidade gerais, sendo que a democracia é em si incapaz de gerar o consentimento. O consenso é prévio ao estabelecimento dos regimes democráticos. Segundo, haver um grau de compatibilidade entre as várias componentes do “povo”. O liberalismo tradicional não reconhecia o “povo” como um conjunto de grupos com interesses distintos, antes, concebia a vontade popular como o somatório das vontades individuais. Na prática, a fragmentação inoperante da representação popular, derivada da constituição de grupos políticos que podiam ser altamente restritos (como no caso étnico-religioso), espelhava as cisões sociais. Além disso, o agravamento das clivagens sociais advindo da crise, obstruía a conciliação das classes. Terceiro, que os governos não fossem obrigados a “governar muito”. A função inicial dos parlamentos era controlar o poder, eram “(...) mecanismos destinados a agir como travões, que se viram obrigados a agir como motores.”⁸⁵. Na sua génese, as instituições liberais pressupunham a autorregulação da vida económica e social. No início do século XX, as pressões pela intervenção ativa dos governos multiplicaram-se. Quarto, a existência de riqueza e prosperidade, ou a possibilidade de redistribuir benefícios sem sacrificar as posições dominantes.

⁸⁴ MAZOWER, 2000, p. 5.

⁸⁵ HOBSBAWM, 2002, p. 144.

Independentemente das especificidades de cada regime ditatorial instalado na Europa durante o pós-Grande Guerra, Hobsbawm aponta três traços comuns a todos: eram contra a revolução social; eram autoritários e hostis às instituições liberais; tendiam a ser nacionalistas⁸⁶.

Segundo James Joll, os edifícios democráticos mais instáveis foram aqueles construídos sem a capacidade de intersecção de interesses de classe, o que se revelou fatal no contexto da crise socioeconómica do pós-guerra⁸⁷, e de integração urgente das massas nas instituições políticas. Em todos os casos, foram alianças, mais ou menos vastas, de sectores conservadores (elites económicas e elites políticas) a bloquear ações reformistas tendentes a aplacar as reivindicações das massas⁸⁸, problema avolumado pela frequente lealdade dos braços burocrático e armado do Estado a estes sectores⁸⁹. Para alguns autores, considerar o Estado uma estrutura neutra foi um erro de concepção notado nalguns países onde uma esquerda moderada (não revolucionária) teve oportunidades no poder⁹⁰. Para Diego Palacios Cerezales, a fraqueza da penetração do Estado pelo território nacional português impediu a quebra das relações de dependência das populações com os caciques, dificultando, genericamente, a aplicação da lei⁹¹. Em todos os casos, a “ordem” foi a máscara legitimadora do autoritarismo antiliberal⁹².

⁸⁶ *Idem*, p. 118-119.

⁸⁷ A passagem seguinte sugere mais do que uma incapacidade de intercepção de interesses, aponta para uma impossibilidade derivada do desenvolvimento económico desigual: “It was in those countries which had on paper apparently real democratic parliamentary systems but in which the system was obviously not working, because of uneven economic development and the lack of any common interests between the various classes, that the most profound criticisms of the liberal state came to be made.”, in JOLL, 1990, p. 123.

⁸⁸ Peukert refere-o para o caso da República de Weimar: “Un rôle déterminant, dans ce processus de décomposition étalé sur de longues années, revint aux élites traditionnelles qui formaient la structure de l’Etat: le corps des fonctionnaires et la Justice, la Reichswehr, les patrons de l’industrie et les grands propriétaires terriens. Aucun de ces groupes n’aurait pu, à lui seul, défier et vaincre la république. Mais l’effet combiné de leurs attitudes et de leurs actions fut d’accumuler des obstacles croissants face à l’action républicaine.”, in PEUKERT, 1995, p. 226.

⁸⁹ A propósito dos projetos de reforma agrária em Espanha: “What the vituperative outburst of the landowners’ organizations failed to stress was the extent to which Socialist measures remained little more than hopes on paper. There was virtually no machinery with which to enforce the new decrees in the isolated villages of the south.”, in PRESTON, 2006, p. 57.

⁹⁰ Exemplo da Áustria: “Opponents of the SDAP (Christian Socials, Pan-Germans, Heimwehr, and Nazis) were impervious to the SDAP’s symbols of strength and rejected its emblems of republicanism: democracy and neutrality of the state. They fought with raised visors in all arenas to liquidate the socialist enemy.”, in GRUBER, 1991, pp. 183-184.

⁹¹ Referido por Diego Palacios Cerezales a propósito da relação entre a debilidade da penetração estatal em Portugal durante o liberalismo e a massificação de uma cultura cívica: “The weakness of State penetration in Portugal meant a very feeble socialization of the population within a national civic

Entre os países que resistiram à ditadura tradicional ou de tipo novo, contam-se a Islândia, a Suécia, a Finlândia, a Suíça, a Inglaterra e a Irlanda⁹³. Por todo o continente europeu, o modelo de autoritarismo de Estado ganhou a frente política sob duas vagas de assalto ao poder, a primeira durante os anos 20 (ditaduras militares), e a segunda nos anos 30, na sequência da Grande Depressão (regimes fascizantes) - Portugal (1933), Alemanha, (1933), Áustria (1934), Letónia (1934), Estónia (1935), Polónia (1935), Bulgária (1935), Grécia (1936), Roménia (1938), Espanha (1939). Nas vésperas e durante a II Grande Guerra este era o modelo político predominante.

Esta breve exposição não pretende ser um estado da questão, por isso, não inclui nem confronto as várias teses explicativas da derrocada das democracias. Da extensa produção científica acerca desta temática, privilegiámos alguns pontos sumários que nos parecem oferecer um paralelo útil ao caso português. Também a Primeira República portuguesa se viu enredada no cerco ao liberalismo político, também aqui as elites conservadoras se uniram para resolver a seu favor o dilema do enquadramento político das massas e fizeram-nos por reação às tímidas medidas democratizantes da esquerda republicana e perante as pressões populares do bloco radical.

II. 2. Pressupostos de análise.

Baseamos a nossa proposta de investigação em dois pressupostos de análise: a) o pós-guerra constituiu um tempo qualitativamente novo; b) o acentuado desequilíbrio socioeconómico foi a base da questão política nos anos de 1919 a 1926.

culture. Most of the population remained bound to local affiliations, illiterate, incapable of reclaiming their rights when dealing with the bureaucratic apparatus and politically inactive or dependent on the patrons who mediated between the local community and the State. This also had cumulative effects: the absence of a gendarmerie made rural taxation difficult, and the taxation deficit did not allow the State to pay for other public services such as education.”, in CEREZALES, 2013, p. 60.

⁹² “The policy of extermination initiated by the military rebels was fervently subscribed to by conservative sectors, landowners, the bourgeois, property owners and ‘respectable people’, who rejected once and for all the defence of their order via the law because, ‘once the social peace had been broken’, this was now impossible, as they never tired of saying in the spring of 1936. ‘The urgent re-establishment of the principle of authority’ is what the representatives of the Chambers of Commerce asked for in their convention held in Madrid at the end of June that year.”, in CASANOVA, 2010, p. 180.

⁹³ Em 1940, a França, a Bélgica, os Países-Baixos, a Dinamarca e a Noruega, entre outros, estavam sob ocupação nazi.

Consideramos que o pós-guerra introduziu, nacional e internacionalmente, novas situações qualitativas ao quadro da crise dos sistemas liberais ocidentais, aberta em finais do século XIX. A esfera política oferece dados justificativos para este primeiro pressuposto. Devem apontar-se, desde logo, alterações de superfície que falam de mudanças importantes na orientação dos partidos republicanos formados depois de 1911. Referimo-nos à retirada de Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho da frente política, dando lugar a figuras de segunda linha na liderança dos respectivos partidos, democrático, evolucionista e unionista.

Após o seu afastamento deram-se várias modificações que consideramos anunciadoras da adaptação do sistema partidário às clivagens sociais do pós-guerra, da conformação dos agrupamentos à nova realidade sociopolítica da sociedade portuguesa. Não esgotando todas as reconfigurações ocorridas nos anos vinte, devemos enunciar algumas que ilustram a mesma tendência geral, a de uma procura de representação dos programas emergentes para solucionar a crise económica e social deixada pela intervenção na Grande Guerra, o conservador e o radical. O projeto de união dos conservadores foi finalmente concretizado em setembro/outubro de 1919, com a fusão dos unionistas e evolucionistas no Partido Republicano Liberal⁹⁴, sob a liderança de António Granjo. Posteriormente, deu-se a dissidência democrática do Grupo Republicano de Reconstituição Nacional (março de 1920), liderado por Álvaro de Castro⁹⁵, e a agregação deste grupo com o Partido Republicano Liberal, saindo dessa operação o Partido Republicano Nacionalista⁹⁶ (fevereiro de 1923). No lado das esquerdas republicanas deve referir-se a constituição do Grupo Parlamentar Popular⁹⁷ (outubro de 1919), formado a partir de um conjunto de

⁹⁴ Em outubro de 1919, o Partido Centrista Republicano, chefiado por Egas Moniz, integrou o Partido Republicano Liberal. Acerca do processo de formação, elites, programa e outras informações úteis, consultar LEAL, 2008, pp. 80-85.

⁹⁵ Segundo Castro Leal, foi com a discussão da reforma constitucional que a facção de Álvaro de Castro ganhou homogeneidade. Durante o debate na comissão parlamentar, Castro defendeu o direito de dissolução parlamentar com pequenas restrições, Barbosa de Magalhães, também democrático, representou a intransigência quanto à atribuição daquele poder presidencial, e Vasco Borges optou pela aprovação do princípio, sujeitando a dissolução à consulta prévia de um organismo especial. Na comissão, a primeira proposta foi vitoriosa, no entanto, o parlamento veio a aprovar a última. Além de democráticos, o novo grupo incluiu alguns liberais como António Bastos Pereira, Inocêncio Camacho, José Barbosa, Júlio Dantas e o tenente-coronel Henrique Pires Monteiro. Transformou-se em Partido Republicano de Reconstituição Nacional em agosto de 1920. LEAL, 2008, pp. 97-102.

⁹⁶ LEAL, 2008, pp. 102-105.

⁹⁷ Partido Republicano Popular a partir de fevereiro de 1921, após a transformação do grupo que constituía a direção do grupo parlamentar em diretório do partido. LEAL, 2008, pp. 85-88.

evolucionistas, liderados por Júlio Martins, não aderentes ao Partido Republicano Liberal. Depois da revolução de 19 de outubro de 1921, os elementos da Junta Revolucionária, e outros indivíduos envolvidos na insurreição radical – os outubristas –, juntaram-se a alguns populares, criando o Partido Republicano Radical (junho de 1923)⁹⁸. A última formação da esquerda republicana ocorreu em meados de 1925, com a cisão democrática do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, porventura a mais coerente, programaticamente, mas demasiado tardia, vindo a formalizar-se como Partido Republicano da Esquerda Democrática⁹⁹ em abril de 1926.

Podemos sintetizar a reorganização partidária da República em três traços, do lado conservador a união de forças, do lado radical a criação de novos agrupamentos – o que indicia o facto dos partidos da “República Velha” não estarem aptos a fazer a apropriação do programa radical do pós-guerra –, ao centro o esvaziamento, indicado pelas cisões à esquerda e à direita no seio do PRP. São três sintomas da polarização política que caracterizou os anos de 1919 a 1926¹⁰⁰.

Este não é o lugar para abordar os conteúdos programáticos correspondentes a cada um dos partidos e grupos referidos, à exceção das novidades no partido dominante, o PRP, sob a liderança de António Maria da Silva. Dada a posição hegemónica dos democráticos no sistema político republicano, justifica-se determo-nos no que julgamos ter sido a sua nova estratégia política. Incorporando aprendizagens da experiência dos primeiros anos da República e do sidonismo, o PRP promoveu a conciliação com os principais opositores ao regime, diluindo algumas das clivagens características da “República Velha”¹⁰¹.

⁹⁸ Esta data corresponde à do I Congresso do partido, onde o nome Partido Republicano Radical ficou consagrado. O agrupamento teve ação desde inícios de 1922, adoptando o nome provisório de Partido Republicano de Fomento Nacional. LEAL, 2008, pp. 90-96.

⁹⁹ Vide LEAL, 2008, pp. 110-113, e QUEIRÓS, 2008.

¹⁰⁰ Salvarde-se, no entanto, que a liderança da aliança conservadora foi hegemonizada pela direita antiliberal, contribuindo para a sua sedimentação doutrinária organizações como o Centro Católico, o Integralismo Lusitano, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Vd. LEAL, 1999, CRUZ, 1980 e 1982.

¹⁰¹ Argumento desenvolvido por António José Telo: “Mas, se o partido é o mesmo, a política é diferente, pois sente-se a necessidade de rever as antigas posições à luz dos ensinamentos da guerra. (...) *A direção do Partido Democrático inclina-se para uma política moderadora, liberal e desenvolvimentista.*”, in TELO, 1980, p. 186.

Assim, aos republicanos conservadores, entusiastas da ideia presidencialista, concedeu-se o reforço dos poderes do presidente da República¹⁰², incluindo o de dissolução das câmaras legislativas, embora limitado à consulta prévia de um Conselho Parlamentar, eleito pelo Congresso¹⁰³. A introdução do princípio do poder moderador presidencial deu azo a experimentar a alternância no poder. As eleições de 10 de julho de 1921, decorrentes da dissolução exigida pelo liberal Tomé Barros Queirós, deram uma vitória breve ao Partido Republicano Liberal¹⁰⁴. O Governo de António Granjo, formado em agosto, foi deposto pela revolução de 19 de outubro de 1921, na sequência da qual o próprio chefe de governo foi assassinado, episódio que demonstrou a irreabilidade do projeto rotativista conservador no contexto da crise do pós-guerra e da irredutibilidade dos antagonismos que a caracterizaram. A segunda dissolução parlamentar de toda a história da Primeira República voltou a dar a maioria ao PRP, consagrada nas eleições de 29 de janeiro de 1922¹⁰⁵.

A entrada dos católicos no jogo parlamentar foi facilitada pela aproximação feita à Igreja desde 1914, com a amnistia aos sacerdotes que haviam sido afastados das suas dioceses por desrespeito à Lei de Separação. O processo prosseguiu-se durante o sidonismo, tendo o ministro Moura Pinto revogado várias disposições da lei, o que permitiu o restabelecimento das relações com o Vaticano. Depois de 1919, o PRP manteve a atitude moderada e não recuou nas concessões dadas, o que aliás, beneficiava a divisão entre católicos e monárquicos integralistas¹⁰⁶. Em consequência

¹⁰² Lei n.º 891, substituindo os artigos 47.º e 48.º da Constituição. Além da dissolução das câmaras, o Presidente da República passava a poder: convocar extraordinariamente cada uma das câmaras legislativas, e não apenas o Congresso; prover cargos civis e militares (nomear, reintegrar, transferir, aposentar, reformar, demitir ou exonerar) sem estar dependente da proposta dos ministros; declarar o estado de sítio, também sem acordo prévio dos ministros. in *Diário do Governo*, Série I, n.º 192, 22 de setembro de 1919, pp. 2011-2012.

¹⁰³ A lei obrigava ainda à fixação do dia das eleições no decreto de dissolução, devendo estas ser agendadas para um dos quarenta dias imediatos à publicação do decreto, sob pena de anulação da dissolução.

¹⁰⁴ 79 deputados e 32 senadores liberais, contra 54 deputados e 22 senadores democráticos. A antecipação das eleições possibilitou aos monárquicos conquistarem lugares pela primeira vez, desde 1918. Elegeram 4 deputados. Os restantes lugares foram distribuídos por reconstituente (12 deputados e 7 senadores), independentes (5 deputados e 6 senadores), católicos (6 deputados e 6 senadores), dissidentes (3 deputados e 1 senador), regionalistas (2 deputados) e populares (1 deputado). MARQUES, 1980, p. 127.

¹⁰⁵ Os democráticos elegeram 71 deputados e 37 senadores, os liberais 33 deputados e 11 senadores, os reconstituíntes 17 deputados e 10 senadores, os governamentais 13 deputados e 1 senador, os monárquicos 13 deputados e 4 senadores, os independentes 5 deputados e 6 senadores, os católicos 5 deputados e um senador, e os regionalistas 2 deputados. Idem, p. 128.

¹⁰⁶ Divisão provocada pela controvérsia em torno da política do *ralliement*.

da maior liberdade permitida, o Centro Católico Português foi reestruturado em 1919, adaptando-se às circunstâncias e alargando o seu espaço de influência pela via legal.

Também os monárquicos foram objecto de benesses, destacando-se a amnistia a crimes políticos praticados até à data de publicação da lei (9 de abril de 1921), o que incluía o perdão aos exilados envolvidos nas intentonas de 1919, e anteriores, apesar de se salvaguardar a interdição de residência no território continental a indivíduos que se “(...) considere que são atualmente prejudiciais à segurança do Estado.”¹⁰⁷. Esta amnistia, promovida pelo liberal Jacinto Nunes, e aprovada durante o ministério de Bernardino Machado, integrava-se na mesma lógica aplicada aos católicos: constituía um meio de favorecimento da linha legalista - incentivada por D. Manuel II no exílio -, engrossando a divisão do campo monárquico e promovendo o desarmamento da oposição antirrepublicana. Concretamente, a lei facilitou a organização política dos monárquicos constitucionalistas, vindo estes a marcar presença em todos os atos eleitorais, a partir de 1921.

Além das concessões feitas aos opositores conservadores, o PRP ensaiou uma aproximação ao movimento operário, traduzindo-se esse esforço, em termos institucionais, no favorecimento eleitoral do Partido Socialista, nas eleições de maio de 1919, e na entrega da pasta do Trabalho aos socialistas Augusto Dias da Silva (1919) e Ramada Curto (1920).

Recapitulando, após 1919 o PRP adoptou políticas moderadas e conciliadoras para com as suas principais forças oponentes, republicanas e antirrepublicanas, assimilando as experiências herdadas dos anos de 1910 a 1918, do período da liderança democrática de Afonso Costa - “República Velha”-, e do consulado de Sidónio Pais - “República Nova”. Os avanços neste sentido aliaram-se a uma estratégia de reposicionamento no centro político, através da tentativa de formação e consolidação de um bloco de apoio. Foram três os pontos onde o PRP procurou ancorar este projeto: o movimento operário, a burguesia industrial e comercial associada à indústria, e a Guarda Nacional Republicana (GNR).

A tentativa de aliciamento do esteio social consistiu na já aludida inclusão do Partido Socialista no governo e no parlamento, estendendo-se, além disso, à

¹⁰⁷ Lei nº 1144, in *Diário do Governo*, Série I, nº 73, 9 de abril de 1921, p. 579.

aprovação de importantes leis laborais, como a das oito horas de trabalho diário, publicada a 7 de maio de 1919. No afã legislativo que antecedeu as eleições e que ficou registado nos 30 suplementos ao *Diário do Governo* de 10 de maio de 1919, decretaram-se outras medidas complementares, como a organização dos seguros sociais obrigatórios para a doença, desastres de trabalho, invalidez, velhice e sobrevivência, a criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral e a organização de Bolsas Sociais de Trabalho.

O esteio económico procurou fixar-se nos sectores enriquecidos pelos negócios da guerra, ou seja, a indústria, o comércio e a banca. Objectivamente, os capitais acumulados durante a Grande Guerra, através das práticas de especulação com bens e divisas, encontraram no pós-guerra uma oportunidade de aplicação na indústria, complementada com a afluência de mão-de-obra após a desmobilização militar. Dada a debilidade do tecido industrial do país, praticamente inexistente em sectores modernos e, largamente, dependente de modos officinais de produção, impunham-se para tanto outras condições: garantir a proteção dos mercados interno e colonial e calar as reivindicações operárias.

A desvalorização monetária dava cumprimento à primeira condição. As indústrias vocacionadas para o mercado interno, como a metalúrgica, eram incentivadas pelo preço proibitivo da importação de produtos congéneres. Para algumas unidades dedicadas ao mercado externo, como a têxtil e a indústria conserveira, a baixa do escudo tornava os seus produtos baratos e, por isso, apetecíveis no exterior, facilitando a sua colocação. De facto, alguns índices demonstram que entre 1919 e 1921 a indústria cresceu. No sector têxtil, a importação de algodão em rama passou, sucessivamente, de 7446 t, para 11809 t, para 14382 t, naqueles três anos. A importação de lã em rama passou de 176 t, para 292 t, para 323 t. Entre 1919 e 1920, as exportações neste sector subiram, nos tecidos de algodão, de 914 t, para 2050 t, e nos tecidos de lã, de 7706 kg, para 18585 kg. A indústria de conservas de atum exportou 762 t, em 1919, 1218 t, em 1920, e 1485 t, em 1921. As importações para a metalúrgica registaram igual crescimento, o fio metálico passou de 251 t para 617 t, o aço fundido de 9047 t, para 12922 t, o ferro batido de 39510 t, para

52306 t¹⁰⁸. Estes números são expressivos do curto e conjuntural surto industrial dos anos imediatos ao findar da guerra, a que a crise internacional de 1921 veio por termo, revelando, simultaneamente, a debilidade estrutural do tecido industrial português e a ausência de desenvolvimento sustentado. Em todo o caso, a indústria do pós-guerra foi beneficiária direta da política inflacionista do PRP.

A baixa cambial era um dos efeitos induzidos pelos sucessivos aumentos da circulação fiduciária. Em 1919, o PRP tinha outras opções que vieram a ser implementadas quando aquela política atingiu o pico das suas possibilidades, a partir de 1921. Os democráticos optaram por manter este expediente financeiro pela utilidade imediata nas contas do Estado, mas também na perspectiva de incentivar o crescimento de uma burguesia urbana comercial e industrial que rivalizasse com o peso da província conservadora, onde dominavam os interesses das elites agrícolas tradicionais. Julgamos, por isso, que a manutenção do recurso à emissão de papel-moeda fez parte de uma estratégia de estímulo ao crescimento industrial e aos ramos do comércio associados.

A segunda condição base para o crescimento industrial, a contenção das reivindicações operárias, chegou em junho de 1919, data a partir da qual o PRP optou pela repressão sistemática do movimento operário. Logicamente, cedendo às pressões patronais, o PRP minou o caminho que estava a construir com as políticas sociais, aliás, também elas sofredoras de avanços e recuos constantes, como veremos no capítulo seguinte.

Por fim, a tentativa de constituição de um braço armado, inequivocamente, pró-republicano, é indicada pela reestruturação da Guarda Nacional Republicana¹⁰⁹. Um primeiro sinal foi dado pela entrega do comando da Guarda a Liberato Pinto, oficial da confiança do PRP, em 1919. Entre a abundante legislação publicada no *Diário do Governo* de 10 de maio desse ano, contava-se o decreto que autorizava a

¹⁰⁸ Números citados por António José Telo. O autor completa o quadro de crescimento das principais indústrias, entre 1919 e 1921, fazendo referência ao aumento das exportações da cortiça em obra (de 196 t, para 310 t), cortiça em roldas (de 4122 t, para 4579 t), madeira em obra (de 13744 t, para 29158 t), peles em obra (de 225 t, para 5749 t), louça de porcelana (de 256 t, para 416 t), tijolos (de 545 t, para 1966 t), azulejos (de 21 t, para 54 t), louça de barro (de 184 t, para 284 t). TELO, 1980, pp. 30-31.

¹⁰⁹ Para o desenvolvimento da reforma ver Marco PÓVOA, 2013, pp. 68-79.

nova composição da GNR¹¹⁰ e onde se lê a seguinte justificação que explicita o objectivo político da lei: “Atendendo a que em casos graves de alteração da ordem pública, como sejam as revoluções, e no intuito de impedir e julgar prontamente qualquer tentativa de insurreição contrária ao regime republicano vigente, a mesma guarda deve dispor de todos os elementos para operar com absoluta segurança e rapidez (...)”¹¹¹. Prosseguia o texto com as disposições tendentes a satisfazer aquele propósito, das quais se destacam: a atribuição de competência exclusiva ao comandante geral da força para requisitar e despedir oficiais; a inquirição prévia da “fé republicana” dos oficiais a contratar, bem como da consulta das informações anuais (últimos três anos) respeitantes ao candidato; o alargamento do número de efetivos; a atribuição de armas pesadas; e a adjudicação de aquartelamentos estratégicos em Lisboa, como os do Castelo de São Jorge, Graça, Campolide e Calçada da Ajuda. Por este meio criava-se uma força armada capaz de rivalizar com o Exército conservador, consolidando-a no sítio determinante para os destinos políticos do país, a capital.

A nova GNR investiu sobre o operariado, como vimos, às ordens dos democráticos. Mas a partir de 1920, fruto do contexto e da orientação política que lhe deram, a Guarda Nacional começou a intervir já não apenas num sentido pró-republicano, mas anti-conservador. Vários governos liberais caíram pela ação direta ou indireta da nova GNR, Liberato Pinto chegou a chefiar um governo (30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921), e em outubro de 1921 esta força liderou uma revolução radical. A GNR, reforçada e politizada para defender o bloco central, acabou por se constituir no braço armado do bloco radical.

A política centrista do PRP teve efeitos na agudização da crise do pós-guerra, foi parte do fenómeno de polarização política da sociedade portuguesa, e, por isso, elemento a considerar na explicação do processo de autonomização da esquerda republicana.

O nosso segundo pressuposto de análise, o acentuado desequilíbrio socioeconómico como base da questão política no pós-guerra, relaciona-se com a

¹¹⁰ Decreto n° 5568, in *Diário do Governo*, Série I, Suplemento ao n° 98, 10 de maio de 1919, pp. 815-819.

¹¹¹ *Idem*, p. 815.

crise empolada pelo ciclo inflacionista e os seus efeitos contraditórios, a erosão das condições de vida das camadas sociais assalariadas, por um lado, e o fulgurante enriquecimento da burguesia urbana proveniente dos sectores industrial, comercial e financeiro, por outro. A radicalização social provocada pela gravidade do hiato entre aqueles dois tipos de classes, as trabalhadoras e as possidentes, a par das necessidades financeiras do Estado, ditou a necessidade e a urgência de aplicar medidas corretoras.

O que o estudo do período demonstra é a centralidade da questão política associada às tentativas de solucionar o problema, pois quaisquer que tivessem sido os campos de reforma experimentados (social, económico, financeiro, agrícola), as repercussões implicavam alterações nas condições de produção e acumulação de capitais até então estabelecidas. Como veremos, a remodelação dos impostos diretos trazia em si a semente da redistribuição da riqueza, o controlo da banca o propósito de evitar a concentração capitalista e a especulação, a lei das oito horas e os seguros de trabalho maiores encargos patronais e estatais, a expropriação de incultos a compulsão ao aproveitamento das terras, e todas as medidas enveredavam por uma intervenção estatal delimitadora das liberdades económicas, impondo a fiscalização da iniciativa particular e a punição daquilo que era considerado abusivo, eram, portanto, medidas radicais.

As políticas do pós-guerra aludidas suscitaram uma intransigente reação da parte das elites económicas, portadoras de um programa diverso, conservador, capaz de restaurar rápida e ordeiramente as condições de acumulação da riqueza, afectadas pela crise e pela agitação social, concentrando-se o seu intuito no lema do restabelecimento da ordem pública, isto é, no reforço autoritário do Estado sobre as áreas económica e social.

Os anos de 1919 a 1926 caracterizam-se por um tenso e ativo impasse político, derivado dos antagonismos entre o capital e o trabalho, e cujo nódulo foi a grave crise socioeconómica do pós-guerra. Dos confrontos entre os dois lados do problema surgiu a clarificação política, a mobilização e organização das forças sociais, e a sua divisão entre direita e esquerda, inaugurando-se então estes dois conceitos políticos tal como foram reconhecidos durante o século XX europeu. Este foi o período de transição do sistema político clientelar para a era dos partidos modernos de ideologia e de massas. Julgamos ser este o princípio norteador da explicação histórica dos conflitos a que chamamos da modernidade.

II. 3. Hipóteses de investigação.

Movendo-nos nos limites criados pelos pressupostos acima explicados, a primeira hipótese de investigação, relativa à interpretação sistémica, consiste na própria noção de modernização política, isto é, na verificação e comprovação da sua validade. Para tanto, usamos os conceitos operativos de *campo* e *bloco* para facilitar a apreensão de uma tendência geral, a da polarização política da sociedade portuguesa no pós-guerra.

À direita, a novidade destes anos ocorreu, sobretudo, ao nível dos modos de confluência, organização e estabilização da ação comum em torno da ideia antiliberal, ditatorial. Nas esquerdas, houve modificações de conteúdo, que podemos aqui exemplificar com a criação do Partido Comunista Português, em 1921, mas não só. Durante o período final da Primeira República um ramo do republicanismo passou por uma metamorfose essencial, ultrapassou a concepção positivista do primado da política, assumindo a importância do social, ou seja, que a República democrática não se faria sem que o Estado garantisse condições materiais de vida aos cidadãos. Essa ideia, próxima da social-democracia, e as políticas defendidas para a alcançar, são o elemento comum ao campo a que chamamos da esquerda republicana. A inovação do período não se encontra na descoberta das medidas reformistas, a maioria delas já defendidas anteriormente¹¹², mas sim no resultado político que a sua aplicação ou tentativa de aplicação provocou dentro do republicanismo: **a autonomização da esquerda republicana**. Essa é a nossa segunda hipótese de investigação.

Por fim, porque o fenómeno de radicalização política não se esgotou na esfera institucional (partidária e parlamentar), agrupamos sob o termo “bloco” as diversas manifestações comprovativas da vitalidade histórica da nossa primeira hipótese de

¹¹² Na distinção que António Pedro Mesquita faz entre um republicanismo jacobino, um radical e outro “independente”, o pensamento filosófico positivista, no sentido da primazia dada à mudança da forma do regime sobre qualquer outro modo de transformação social, é um fundo comum. Desta feita, o republicanismo radical, representado por Teixeira Bastos (1856-1901), embora absorvendo preocupações sociais e medidas como a nacionalização de bancos, caminhos-de-ferro, minas e seguros, o imposto único e progressivo sobre o capital, o imposto sobre sucessões e abolição da herança em linha colateral, a fixação das horas de trabalho e a proibição do trabalho operário infantil (menores de 14 anos), mantinha a crença no progresso gradual da civilização: “Também aqui, portanto, a realização do ideário republicano, temperado por uma atenção especial às questões sociais, é confiada à «mão invisível» da evolução histórica, que deverá inevitavelmente acabar, se ajudada por algum esforço suplementar de saudável doutrinação positiva, com a «sociocracia» comtiana.”, in MESQUITA, 2004, p. 362.

investigação. Assim, a par do estudo do campo da esquerda republicana, estudaremos o bloco radical, o conjunto de ações participantes do processo de polarização da sociedade portuguesa, envolvendo o operariado e os seus organismos (CGT, PCP, PS, etc.), as iniciativas culturais e políticas da intelectualidade (Grupo Seara Nova), as insurreições armadas (19 de outubro de 1921, etc.), as alianças e movimentos unitários (Coligação Republicana-Social, União dos Interesses Sociais, alianças nas eleições de 1925, etc.). Pela reunião destes elementos pretendemos comprovar a terceira hipótese de investigação, a da **existência de um bloco radical enquanto entidade histórica não orgânica**, mas com um papel efetivo nos acontecimentos do pós-guerra, revelado pelo seu valor explicativo. Por outras palavras, o bloco radical nunca existiu na forma organizacional – as coligações das esquerdas foram precárias e volúveis –, ele existe, analiticamente, para o historiador, porque através dele e da sua antítese, o bloco conservador, compreendemos melhor as atribulações do período final da Primeira República, a queda do regime, e a ascensão da ditadura.

CAP. III OS PROCESSOS DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA E DE AUTONOMIZAÇÃO DA ESQUERDA REPUBLICANA.

Havendo estabelecido os nossos pressupostos de análise – 1) um tempo qualitativamente novo; 2) o acentuado desequilíbrio socioeconómico como base da questão política –, avançamos para a exposição de alguns picos conflituais, ocorridos entre os anos de 1919 e 1926, tendo como objectivo evidenciar os processos concomitantes de polarização política e de autonomização da esquerda republicana, o seu sentido histórico e a lógica processual. A eficácia desta demonstração depende de uma visão diacrónica, implicada na noção de processo e transformação, mas não exige exaustão da análise do percurso temporal para se cumprir. Bastar-nos-á fazer incisões bastantes para recolher dados suficientes à construção das nossas hipóteses de trabalho. Esses cortes temporais foram feitos de acordo com dois critérios cruzados, a conflituosidade social e política, por um lado, e a apresentação tendencialmente polar dos contendores, por outro. Embora a nossa tese dependa da noção de conflito para se desenvolver, este não basta sem a noção de classe para ganhar solidez¹¹³. Não trataremos de violência interpessoal ou colectiva, nem de desassossego social, como variáveis autónomas, passíveis de terem carácter explicativo para as questões que nos interessam. A conflituosidade em causa requer um confronto cuja expressão superficial é dual, isto é, na qual a maioria dos contendores significativos (grupos organizados, com existência formal) se tivessem manifestado, por um acordo mínimo, tendencialmente em bloco e por oposição a um bloco antagónico percepcionado. À noção de bloco não é estranha a relação concorrencial entre aliados noutros níveis da contenda política, algo que a cautela na formulação anterior pretende salvaguardar e que será tratado nos capítulos dedicados ao bloco radical. O principal objetivo, nesta fase da exposição, consiste na

¹¹³ Nancy Bermeo, pelo contrário, considera o medo derivado da violência interpessoal, sentido pelas populações europeias de entre guerras mundiais, uma causa de maior impacto no engrossamento dos movimentos antidemocráticos. À semelhança da tese do regime revolucionário, subscrita por Vasco Pulido Valente e Rui Ramos, a chave para a compreensão da derrocada das democracias liberais do período residiria na insegurança derivada da ilegalidade dos Estados. Para a autora: “É indubitável que as populações da Europa de entre Guerras tinham razões para ter medo. Mas ao contrário do que tradicionalmente se afirma, essas razões não eram na sua maioria económicas. Para o cidadão comum, o medo da desordem e conflito sociais podem ter sido mais importantes que o receio despoletado pela crise económica. Na Europa de entre as Guerras, havia inúmeros estados que não eram regidos por normas legais, e este facto merece ser melhor estudado. Grande parte desta ausência de lei tomou a forma de violência interpessoal.”, in BERMEO, 1998, p. 37.

explicitação de que os conflitos entre o capital e o trabalho foram o motor da vida política do país nos anos vinte do século XX e de que daí resultou a redefinição do espaço político e a sua distribuição mediante o eixo esquerda/ direita. O republicanismo, com lugar nas instituições oficiais legais, não foi impermeável a esta premência, sobrevivendo-lhe, e à queda do regime, por uma sofrida e irregular atualização política, da qual resultou a autonomização do campo da esquerda republicana.

António José Telo propôs a leitura do processo de polarização política da sociedade portuguesa do pós-guerra em dois tempos. O primeiro, compreendido entre os anos de 1919 e 1921, seria o tempo das medidas conjunturais, radicais na interpelação do debate acerca do papel do Estado na redistribuição da riqueza e, por isso, na transformação da sua estrutura social. Este primeiro compasso teria arrancado em maio de 1919, com a reposição do PRP no poder, e terminado com a insurreição de 19 de outubro de 1921. O espectro partidário republicano teria tido expressões da tendência polarizada na formação do Partido Republicano Popular (1919/ 1921), à esquerda, e do Partido Republicano Liberal (1919), à direita. Mas este seria ainda o tempo de protagonismo do centro, vindo sobretudo dos governos do PRP alguns dos projetos que agudizariam as contradições latentes e empurrariam os agentes para uma clarificação política. O primeiro momento escolhido para fazer uma incisão temporal e observar a lógica dialética dos processos em causa foi a publicação do pacote de medidas de proteção laboral e assistência social nesta fase. Em particular, este corte permite-nos entrever como a publicação da lei das oito horas de trabalho, em 1919, por alterar os pressupostos de acumulação de uma indústria débil, dependente de mão-de-obra barata e políticas protecionistas, levou à organização do patronato da indústria e do comércio na Confederação Patronal, em 1920. Apesar da intervenção estatal inicial ter sido favorável ao trabalho, em breve o centro cedeu às exigências de suspensão da sanção pelo desrespeito da lei e de repressão do movimento operário organizado, comprometendo a aplicação do novo horário de trabalho como norma e deixando, em grande medida, o sucesso ou insucesso da aplicação da lei dependente das relações de força entre patrões e trabalhadores em cada caso concreto. O resultado seria favorável aos segundos onde a organização operária sindical era maior, e foi para responder a esse desafio que se criou a Confederação Patronal. A segunda incisão operada pretende mostrar a viragem no alvo da organização dos principais

interesses económicos do país. Para o efeito, veremos como as propostas de tributação excecional, de 1920 e 1921, incidindo sobre o capital para efeitos de aumento de receita e equilíbrio das contas públicas, gerou um repúdio de princípio das bancadas conservadoras, no parlamento, e o protesto unânime das organizações patronais. O momento agudo da contenda, nesta primeira fase, deu-se com a primeira e única vitória eleitoral conservadora da história da Primeira República portuguesa. Reagindo ao estabelecimento de um governo liberal, apoiado por uma maioria parlamentar, deu-se um bem sucedido golpe armado liderado pela GNR, incluindo ainda guardas-cívicos, praças da marinha, civis armados, membros do Partido Republicano Popular. Foi a primeira manifestação armada do bloco radical e saldou-se numa vitória assombrada pelo sangue derramado com os assassinatos da madrugada.

Durante o segundo compasso, de 1922 a 1925, a esquerda republicana amadureceu politicamente, ganhou um substrato intelectual promotor da visão esquerdista republicana no espaço público, através de alguns homens da *Seara Nova*, teve oportunidades de aplicação da sua ideia de intervenção pública, durante os governos de Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos e o apoio de um bloco social, volúvel, mas efetivo, para a sua concretização. Nesta segunda etapa, o confronto agudizou-se e tomou o palco da sociedade, precisamente, durante os anos de exercício dos gabinetes chamados “canhotos”, até à queda, a 10 de fevereiro de 1925, daquele que viria a ser o líder do Partido Republicano da Esquerda Democrática, José Domingues dos Santos. Esta seria a fase de apuramento estratégico e tático dos dois blocos antagónicos. Encetaria ainda com a ação do centro e dois atos, simbolicamente, finais da sua relevância política: o desarmamento da GNR para apaziguar os ânimos conservadores e a aprovação da reforma do regime tributário, aquém da radicalidade anunciada, ambos em 1922. Aqui fazemos a terceira incisão para estabelecer os argumentos apresentados a propósito do imposto sobre o rendimento com taxas progressivas, demonstrando os critérios radical e conservador, e as suas implicações programáticas. A problemática suscitada neste caso é partilhada com as propostas de tributação excepcional do capital da fase anterior. Na segunda fase dos processos em causa, colocamos a formação do Partido Republicano Radical (1922/ 1923), herdeiro dos populares, desfeitos no rescaldo da chamada “Noite Sangrenta” e dos “outubristas”, à esquerda, e a formação do Partido Republicano Nacionalista (1923), à direita. Ao nível da governação, esgotado o modelo

inflacionista, após a crise de 1921¹¹⁴, surgiram as medidas de valorização monetária já não exigindo apenas maior responsabilização do capital sobre o trabalho, mas mais ampla capacidade de interferência e cerceamento direto das atividades privadas pelo Estado. As três últimas incisões são complementares e permitem observar uma espécie de aceleração do processo de polarização política com a posta em prática da reforma do mercado de cambiais, no início de 1924, a atualização do imposto de selo, no final desse ano, e a reforma bancária, em 1925. Podemos entender este arco governativo, do gabinete Álvaro de Castro ao gabinete de José Domingues dos Santos, conforme sugere António José Telo, como o da obra radical de saneamento das finanças do Estado e valorização da moeda, embora os seus efeitos favoráveis não tenham sido imediatos¹¹⁵. Não obstante, entre o primeiro e o último, notam-se diferenças importantes para a problemática que nos ocupa, na coerência programática adoptada. No final do período, a confirmar a autonomização do campo da esquerda republicana, formar-se-ia o Partido Republicano da Esquerda Democrática (1925/1926), coerentemente, prossecutor de um programa reformista de tendência social-democrata. A par desta operação à esquerda, verificamos a confluência dos principais interesses económicos do país na União dos Interesses Económicos (1924), criada para reagir diretamente aos desafios reformistas da esquerda republicana e, depois da derrota eleitoral de 1925, alinhando com as hostes antiliberais para travar a possibilidade da intervenção estatal socializante. O bloco radical contou com vários movimentos de protesto organizados por grupos e partidos da esquerda republicana e social, incluindo aquele que viria a dar lugar à efémera antítese da UIE, a União dos Interesses Sociais. Teve várias tentativas insurrecionais, espelhadas à direita, até ao golpe de 28 de maio de 1926.

O principal foco da exposição seguinte são políticas concretas, apenas propostas ou efetivamente aprovadas, e as dinâmicas consequentes ao nível parlamentar como extraparlamentar. Esta atenção, embora demonstrativa das ondas de choque da política económica na organização e mobilização social, não implica uma convicção na subalternização de outras esferas à do sistema político institucional. Pelo contrário,

¹¹⁴ Em Portugal, a crise de 1921 foi reflexa, saldando-se numa dificuldade de exportação para a Inglaterra, decaindo o valor de 50000 contos para 49000 contos entre 1920 e 1921, queda acentuada pela valorização da libra (de 35\$56 para 57\$10). TELO, 1990, p. 154.

¹¹⁵ TELO, 1990, pp. 156-164.

como esperamos demonstrar na abordagem ao bloco radical, as instituições republicanas do pós-guerra não detinham o controlo sobre os enunciados políticos significativos. As lutas foram todas sociais, políticas, económicas e culturais (e foram cada uma destas categorias significando todas as outras), configurando uma quase guerra civil. Deveram-se à disputa pela conquista do monopólio sobre os enunciados políticos, e a disputa foi violenta. Implicou maior distribuição das possibilidades de determinação da vida em comum e, para a recuperação da concentração desse poder, a luta pelo estabelecimento do monopólio da violência legítima e a estabilidade associada. Neste ponto esperamos ilustrar a dinâmica dialéctica, de lógica relacional antagónica, do processo de polarização política, como os blocos conservador e radical não tinham significantes *à priori*, e como a sua distribuição se foi fazendo por reação um ao outro. As reformas passíveis de serem inclusas, por um esforço analítico, num programa de esquerda republicana, verificaram-se radicais pelas resistências provocadas nos contendores, e vice-versa¹¹⁶.

III.1. A legislação laboral e de assistência social às classes trabalhadoras (1919-1920).

Em toda a história da I República portuguesa, os anos de 1919 e 1920 foram os mais profícuos em legislação de proteção laboral e social¹¹⁷. O vigor da pasta do Trabalho¹¹⁸ exprime, plenamente, a força da ofensiva do operariado urbano e industrial no imediato pós-guerra, assim como o refrear ou a cessação das políticas sociais refletem o refluxo da sua organização. Como esperamos demonstrar, verificase ainda a confirmação ou revogação das medidas decretadas de acordo com a tendência política dos ministros e governos responsáveis, criando-se uma abundante teia legislativa nem sempre fácil de acompanhar.

¹¹⁶ Este parágrafo é devedor da leitura cruzada de Pierre BOURDIEU, 1994, e Enzo TRAVERSO, 2007.

¹¹⁷ Para a origem, evolução e destino das principais medidas sociais referidas no nosso texto, e outras, ver David PEREIRA, 2012.

¹¹⁸ Criada pela lei nº 494, de 16 de março de 1916. *Vd.* David PEREIRA, 2012, pp. 278 e seguintes.

Além das emblemáticas leis de proteção ao trabalho de 1919, fizeram-se avanços na legislação de contratação no estrangeiro¹¹⁹ e na política de habitação, publicando-se, a este respeito, novas disposições quanto ao inquilinato¹²⁰ e à construção de bairros sociais¹²¹.

O problema da habitação, associado à procura de criação de trabalho nas obras do Estado, impulsionou várias providências para erigir casas económicas sob patrocínio público, nomeadamente, em termos de financiamento, expropriação e compra de terrenos, e regulamentação da construção. A 14 de abril de 1919 abriu-se um crédito especial no valor de 250 contos para a compra de terrenos e materiais destinados à implantação do primeiro bairro operário, com 1000 habitações independentes (decreto nº 5397)¹²², no dia 26 do mesmo mês, foi o governo

¹¹⁹ Decreto nº 5624, inserindo várias disposições acerca da emigração, estabelecendo medidas de carácter tutelar, reprimindo a emigração clandestina e ilegal, e regulamentando as agências de emigração de passagens de passaportes, in *Diário do Governo*, Série I, 6º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 16 de maio de 1919), pp. 981-987; portaria nº 2049, determinava que os indivíduos que não fossem naturais dos distritos onde desejavam impetrar passaportes ficassem obrigados a provar que tinham neles a sua residência, in *Diário do Governo*, Série I, nº 226, 11 de novembro de 1919, p. 2225; e portaria nº 2169, regulamentando a emigração operária para França, nomeadamente, obrigando a que os contratos entre operários portugueses e representantes das empresas estrangeiras fossem escritos perante a Comissão de Colocação e Transferência de Operários ou perante a Comissão Geral da Emigração, respeitando determinadas condições, como o pagamento de salário e tratamento iguais aos dos trabalhadores franceses, pagamento das despesas de ida e volta e a garantia dos benefícios que as leis de seguro na doença e desastres de trabalho concediam aos operários, in *Diário do Governo*, Série I, nº 37, 20 de fevereiro de 1920, p. 287.

¹²⁰ O decreto nº 5411 remodelou o regime do inquilinato, introduzindo, entre outras disposições especiais de defesa do inquilino, o congelamento das rendas económicas (inferiores a 50\$ em Lisboa, a 40\$ no Porto, 20\$ nas outras cidades, e 10\$ nos restantes sítios) para contratos anteriores ao decreto, proibindo, simultaneamente, o despejo derivado desse facto. Nos contratos posteriores à data da lei, o senhorio ficava impedido de aumentar a renda relativamente ao valor constante em contratos anteriores. Os proprietários de prédios urbanos devolutos com destino ao aluguer e cujas rendas previstas fossem abaixo dos valores já citados, não podiam recusar-se a alugar os imóveis. Nos casos de sublocação, as disposições eram idênticas, proibiam-se rendas acima daquelas pagas ao senhorio e a recusa de fazer contrato de sublocação baseada no baixo valor de arrendamento, in *Diário do Governo*, Série I, suplemento ao nº 80, 17 de abril de 1919, pp. 653-662.

¹²¹ Maria da Conceição Tiago traça a trajetória das iniciativas estatais de construção de habitação económica para operários desde o diploma original, datado de abril de 1918, até à sua extinção durante a I República, e posterior finalização durante o Estado Novo (dos bairros do Arco do Cego e Boa Hora, em Lisboa). Acerca dos propósitos políticos das três situações refere: “Os vários enquadramentos políticos por que passou a sua edificação, traçaram-lhes diferentes objetivos e destinatários e o próprio discurso político mudou quanto aos fundamentos de uma iniciativa de contornos sociais inquestionáveis. Desde a República Nova ao Estado Novo, a argumentação política e as práticas sociais passaram pela «miragem populista» do regime de Sidónio Pais, pelo «messianismo social» da I República de base ideológica emprestada dos socialistas, terminando na apropriação dessa iniciativa para afirmar o Regime Corporativo em que a componente paternalista e de controlo político eram evidentes.” (TIAGO, 2010, p. 269). A autora termina acrescentando uma diferença importante nos destinatários das casas, que aquando da inauguração na década de trinta foram compradas pela classe média urbana. *Vd.* TIAGO, 2010. Para o bairro do Arco do Cego ver Maria Júlia FERREIRA, 1994.

¹²² *Diário do Governo*, Série I, nº 77, 14 de abril de 1919, pp. 641-642.

autorizado a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo no valor de 10000 contos para a concretização dos bairros do Arco do Cego, Alcântara e Ajuda, em Lisboa, dois bairros no Porto, e um na Covilhã (decreto nº 5443)¹²³, no dia 30, saiu o regulamento para a construção dos bairros sociais (decreto nº 5481)¹²⁴. Estes quatro diplomas, e outros complementares, foram assinados pelo ministro socialista Augusto Dias da Silva (gabinete Domingos Pereira). O regulamento postulado no decreto nº 5481 criava um Conselho de Administração da Construção dos Bairros Sociais, organismo nomeado pelo ministro do Trabalho com lata autonomia, cumprindo-lhe a função de coordenação das obras, a articulação com o Conselho Técnico, responsável pelos projetos, orçamentos e fiscalização, e com as comanditas, a cargo das quais ficava a construção.

Estas medidas foram decretadas antes das eleições de maio de 1919. Em agosto desse ano foram legitimadas, confirmando-se o decreto nº 5481, e os atos de aquisição de propriedades associados à viabilização dos bairros sociais (lei nº 858)¹²⁵, sendo nessa altura José Domingues dos Santos o responsável pelo ministério do Trabalho (gabinete Sá Cardoso). O mesmo ministro fez novo regulamento a 17 de setembro, pormenorizando algumas das disposições anteriores e criando novos organismos (decreto nº 6112)¹²⁶. Notoriamente, a nova lei procurava resolver irregularidades verificadas, reforçando-se, sobretudo, as componentes de fiscalização e de controlo sobre o processo construtivo¹²⁷.

O modelo de gestão da construção dos bairros sociais foi alterado por Amílcar Ramada Curto, em março de 1920. O seu decreto de regulamentação (decreto nº

¹²³ *Diário do Governo*, Série I, nº 87, 26 de abril de 1919, pp. 687-688.

¹²⁴ *Diário do Governo*, Série I, nº 90, 30 de abril de 1919, pp. 721-723.

¹²⁵ *Diário do Governo*, Série I, nº 168, 22 de agosto de 1919, pp. 1904.

¹²⁶ *Diário do Governo*, Série I, nº 188, 17 de setembro de 1919, pp. 1987-1991.

¹²⁷ Nesse sentido, passava a ser possível ao ministro presidir às sessões do Conselho de Administração quando o entendesse e todas as deliberações do Conselho passavam a estar dependentes de aprovação por despacho ministerial. Proibia-se a acumulação de outros cargos nos bairros sociais com o de vogal do Conselho. Obrigava-se o responsável pela fiscalização das receitas e despesas a informar o ministro de irregularidades na escrita do Conselho de Administração. Criavam-se comissões técnicas para cada bairro, nomeadas pelo ministro, ficando estas incumbidas de informar, quinzenalmente, o Conselho Técnico sobre a execução dos trabalhos, e de prevenir o Conselho de Administração quando as comanditas não cumprissem os contratos estipulados, suspendendo-se os pagamentos aos construtores, e podendo-se aplicar sanções, sob deliberação de uma comissão especial, incluindo a rescisão dos contratos. Criavam-se, em cada bairro, armazéns para depósito de ferramentas e materiais, com fiéis e apontadores nomeados pelo ministro, estatuinto-se a obrigação diária de enviar uma nota de entrada e saída de materiais ao Conselho de Administração, bem como de fazer balanços trimestrais.

6441)¹²⁸ propunha a descentralização administrativa dos processos de construção, criando para o efeito um Conselho de Operários em cada bairro, composto por três representantes das comissões comanditárias, três delegados operários de especialidades diferentes, eleitos por assembleias de trabalhadores da mesma profissão, e um delegado do Conselho de Administração a quem ficava atribuída a presidência. Ao Conselho de Operários eram dadas prerrogativas para a gestão da mão-de-obra e das condições de trabalho, incluindo o estudo de melhoramentos a favor dos trabalhadores e do aproveitamento do trabalho. De modo geral, a fiscalização local das operações, dos armazéns e das comanditas, era-lhe entregue. Entre outras novidades de pertinente menção consta um artigo que obrigava as comanditas ao rigoroso cumprimento da lei das oito horas de trabalho, o que nos leva a supor que nem nas obras do Estado o decreto nº 5516 era aplicado. Ainda se previa a organização de um posto de socorros por bairro, para atender aos desastres de trabalho.

A 12 abril de 1920, Bartolomeu de Sousa Severino (gabinete António Maria Baptista) fez nova remodelação do regulamento (decreto nº 6530)¹²⁹, propondo-se esclarecer algumas disposições do decreto de 3 de março e reduzir as despesas administrativas e de construção. Os Conselhos Operários foram eliminados do texto, reduziu-se o número de funcionários previsto e concentraram-se competências nas mãos do presidente do Conselho de Administração, que em nenhum dos regulamentos anteriores tinha atribuições discriminadas. A direção das obras ficou a cargo de um engenheiro por bairro, passando a gestão da mão-de-obra, dos armazéns e das comanditas para a sua alçada.

No dia 7 de julho, José António da Costa Júnior (gabinete António Maria da Silva) anulou este decreto (decreto nº 6729)¹³⁰, alegando a sua irrelevância para o melhoramento das construções dos bairros sociais e a inclusão de todas as medidas administrativas na legislação precedente.

Em setembro, chegou novo decreto, desta feita pela mão de Lima Duque (gabinete António Granjo), anulando todos os decretos regulamentares por

¹²⁸ *Diário do Governo*, Série I, nº 46, 3 de março de 1920, pp. 326-328.

¹²⁹ *Diário do Governo*, Série I, nº 76, 12 de abril de 1920, pp. 577-581.

¹³⁰ *Diário do Governo*, Série I, nº 140, 7 de julho de 1920, p. 902.

ilegalidade, excepto o original de Augusto Dias da Silva, confirmado pela lei nº 858 (decreto nº 6953)¹³¹.

As desventuras do projeto dos bairros sociais findaram em maio de 1922, quando foram suspensos os trabalhos em curso nos três bairros de Lisboa, nos dois do Porto e no da Covilhã, demitidos os assalariados para o efeito contratados (lei nº 1258)¹³², e abrindo-se, posteriormente, um inquérito para a liquidação dos bairros. Nessa altura, António Maria da Silva dirigia o seu primeiro gabinete depois da revolução de 19 de outubro de 1921.

Se traçássemos uma linha que acompanhasse a evolução do projeto dos bairros sociais, ela começaria num pico, instável, mas persistentemente mantido por vários ministros até Ramada Curto, decaindo a partir de 1920, até à completa cessação em 1922.

A classe patronal, assim identificada nas respectivas associações, não foi favorável às obras de habitação económica do Estado. No texto de uma representação levada ao governo no início de setembro, à qual nos referiremos abaixo com maior pormenor, é aludido o facto das obras do Estado retirarem mão-de-obra à indústria, comércio e agricultura, prendendo “por salários altos” uma massa improdutiva¹³³. Ora, um dos fins do projeto de construção dos bairros sociais foi a criação de emprego, a ocupação de desempregados, o que significa que as obras do Estado absorviam excedentes. O verdadeiro problema patronal consistia na destabilização do mercado de trabalho, provocada pela redução da oferta de mão-de-obra e o aumento dos escalões de remuneração em várias profissões, em especial na área de Lisboa. Este tipo de intervenção pública perturbava os pressupostos de produção da indústria - sendo a mais elementar das suas condições os baixos salários -, factor agravado pelo facto das obras sociais não servirem o patronato e, portanto, não constarem entre as suas prioridades quanto à construção de infraestruturas. Independentemente das irregularidades ocorridas durante os trabalhos de construção, indiciadas pela introdução de cláusulas regulamentares relativas ao incumprimento dos prazos, o

¹³¹ *Diário do Governo*, Série I, nº 187, 21 de setembro de 1920, p. 1192.

¹³² *Diário do Governo*, Série I, nº 86, 5 de maio de 1922, p. 441.

¹³³ *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, 1918-1920, pp. 63-64.

poder económico não tinha predisposição favorável a este tipo de investimento social do Estado.

O pacote de medidas promulgado em maio de 1919, promovido por Augusto Dias da Silva e assinado pelo seu sucessor, Jorge de Vasconcelos Nunes, merece especial atenção por dar corpo a reivindicações centrais do operariado e atender, pela primeira vez em Portugal, a um plano estruturado de assistência social¹³⁴.

Pelo decreto nº 5636¹³⁵ foi criado o seguro social obrigatório na doença, tendo por base as mutualidades e organizando-se regionalmente. A lei obrigava à inscrição dos cidadãos ativos, dos 15 aos 75 anos, como sócios efetivos se auferissem menos de 700\$ anuais, como sócios natos se os seus rendimentos ultrapassassem aquele valor¹³⁶. Após a inscrição, aos sócios efetivos era atribuída uma de três classes de descontos. Os pagamentos podiam ser feitos pelo próprio, ou por desconto direto no salário, ficando o patrão, nesse caso, encarregue dos respectivos comprovativos. Ao fim de três meses, os segurados tinham direito aos serviços médicos da mutualidade e a medicamentos (extensível às mulheres e filhos menores de 14 anos não abrangidos pelos seguros), ao reembolso no caso de recurso a serviços exteriores à mutualidade e ao atendimento no domicílio, após comprovação de urgência. Ao fim de seis meses podiam receber subsídios pecuniários na doença e para “banhos e uso de ares”, variando o seu valor de acordo com a classe de desconto e progredindo negativamente por períodos de 30 dias¹³⁷. As parturientes tinham direito a hospitalização, socorros médicos e farmacêuticos, e ao subsídio pecuniário por doença durante, pelo menos, dois meses. Após dois anos, todos os sócios ganhavam direito a uma verba para despesas do seu funeral.

¹³⁴ Para uma análise dos seguros sociais obrigatórios, em particular dos fatores que ditaram a sua ineficácia, ver CARDOSO e ROCHA, 2009.

¹³⁵ *Diário do Governo*, Série I, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1025-1034; com rectificações insertas no *Diário do Governo*, Série I, 14º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 21 de maio de 1919), pp. 1230-1249; no *Diário do Governo*, Série I, nº 106, 2 de junho de 1919, pp. 1430-1431; no *Diário do Governo*, Série I, nº 112, 13 de junho de 1919, p. 1554; no *Diário do Governo*, Série I, nº 115, 17 de junho de 1919, p. 1583; e no *Diário do Governo*, Série I, nº 118, 20 de junho de 1919, p. 1641.

¹³⁶ Os sócios natos não auferiam dos benefícios estabelecidos na lei.

¹³⁷ Os sócios de 1ª classe recebiam \$30 pelos primeiros 30 dias de doença, \$22 pelo segundo período de 30 dias, \$14 pelo terceiro período de 30 dias e \$10 pelo quarto período de 275 dias. Os sócios de 2ª classe recebiam pelos mesmos períodos, respectivamente, \$24, \$18, \$12, \$08. Os sócios de 3ª classe recebiam \$16, \$12, \$08, \$06.

O seguro social obrigatório nos desastres de trabalho foi instituído pelo decreto nº 5637¹³⁸, recaindo a obrigatoriedade do seguro sobre os patrões. Todos os desastres ocorridos durante o tempo de trabalho eram considerados derivados da função profissional até prova em contrário. Consideravam-se desastres de trabalho as lesões internas ou externas e as perturbações psíquicas ou nervosas resultantes de uma violência súbita, as intoxicações agudas, inflamações das bolsas serosas, e todas as doenças profissionais comprovadas. As pensões em caso de morte eram devidas a viúvas, a ex-mulheres com filhos menores de 14 anos, aos próprios filhos até aos 14 anos e a filhas até aos 16, e outros ascendentes e menores cuja sobrevivência fosse dependente do segurado. No caso de incapacidade para trabalhar a indemnização podia ser de dois terços do salário anual (incapacidade permanente), variando até metade da redução sofrida no horário de trabalho (incapacidade temporária parcial). Os patrões ficavam ainda obrigados a pagar as despesas hospitalares, de medicação e funerárias, em caso de morte. Quaisquer acordos ou contratos tendentes à renúncia, redução ou liquidação das indemnizações eram nulos, nem podiam os patrões reduzir salários sob pretexto de cobertura dos riscos que passavam a assumir.

O decreto nº 5638¹³⁹ instituiu o seguro social obrigatório da invalidez, velhice e sobrevivência, ficando a gestão dos três tipos de pensões a cargo do Estado. O recenseamento de todos os indivíduos, dos 15 aos 65 anos, dependentes de rendimentos anuais inferiores a 700\$ era obrigatório e organizava-se por freguesias. Para o efeito de invalidez (doença natural incapacitante) e velhice os patrões contribuía com 6% dos salários pagos¹⁴⁰ e os assalariados com 1,5% do seu rendimento¹⁴¹. As rendas vitalícias decorrentes de invalidez progrediam de acordo com o tempo de descontos, desde 1/6 do ordenado base para 5 anos de seguro, até à totalidade do salário para 30 anos de seguro. As pensões por velhice correspondiam ao salário por inteiro, sendo pagas quando o indivíduo atingisse os 70 anos de idade e

¹³⁸ *Diário do Governo*, Série I, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1034-1039; com rectificações insertas no *Diário do Governo*, Série I, 14º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 21 de maio de 1919), pp. 1230-1249; no *Diário do Governo*, Série I, nº 106, 2 de junho de 1919, pp. 1430-1431; e no *Diário do Governo*, Série I, nº 112, 13 de junho de 1919, p. 1554.

¹³⁹ *Diário do Governo*, Série I, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1039-1044; com rectificações insertas no *Diário do Governo*, Série I, nº 197, 5 de junho de 1919, p. 1469.

¹⁴⁰ Depois distribuídos pelo para o prémio de invalidez (4%) e pelo de velhice (2%).

¹⁴¹ 1% para o prémio de invalidez e 0,5% para o de velhice.

30 anos de descontos¹⁴². Para efeitos de reforma contemplavam-se os períodos de doença temporária, o tempo de serviço militar, o prazo de 4 meses de desemprego em cada 5 anos e, para as mulheres, 2 meses de maternidade por ano. Para efeitos de pensão de sobrevivência, ficavam os segurados obrigados ao pagamento de 1% do seu rendimento. Os valores das pensões de sobrevivência progrediam de 10% para 1 ano de descontos, até à totalidade do vencimento para 10 anos de descontos.

Além dos seguros obrigatórios, foram organizadas Bolsas Sociais de Trabalho (decreto nº 5639)¹⁴³, concebidas como intermediárias entre patrões e trabalhadores, cabendo-lhes facilitar as colocações profissionais, em especial, dos desempregados. As Bolsas tinham ainda por fim organizar conferências sobre economia e “(...) deveres cívicos da classe trabalhadora (...)”, promover cursos noturnos para os analfabetos, auxiliar na criação de iniciativas de educação profissional, coligir e publicar informações oficiais sobre o estado do mercado de trabalho e estudar as causas da crise de trabalho a nível local. Organizavam-se regionalmente, prevendo-se a formação de 100 Bolsas distribuídas pelas sedes de distrito e pelos concelhos com mais de 10000 habitantes.

O pacote de medidas ficou completo com a criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (decreto nº 5640)¹⁴⁴, ficando na sua direta dependência os serviços de assistência social¹⁴⁵. Entre os seus organismos vigoraria o Conselho Superior de Previdência Social, presidido pelo ministro do Trabalho, incluindo entre os seus membros dois representantes das associações operárias e dois

¹⁴² Prevvia-se um período transitório de 25 anos para os indivíduos que à data de inscrição no seguro não tivessem idade que permitisse cumprir os 30 anos de descontos. Assim, os segurados maiores de 60 anos recebiam 25% da pensão, os maiores de 50 anos, 50%, e os maiores de 45 anos, 75%.

¹⁴³ *Diário do Governo*, Série I, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1044-1047; rectificado no *Diário do Governo*, Série I, nº 125, 3 de julho de 1919, p. 1684.

¹⁴⁴ *Diário do Governo*, Série I, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1047-1060; rectificado no *Diário do Governo*, Série I, nº 106, 2 de junho de 1919, pp. 1430-1431; no *Diário do Governo*, Série I, nº 112, 13 de junho de 1919, p. 1554; *Diário do Governo*, Série I, nº 115, 17 de junho de 1919, p. 1583; *Diário do Governo*, Série I, nº 118, 20 de junho de 1919, p. 1641; *Diário do Governo*, Série I, nº 121, 24 de junho de 1919, pp. 1663-1664;

¹⁴⁵ Seguros sociais obrigatórios, Bolsas de Trabalho, Serviços Estatísticos dos seguros, instituições de mutualidade livre excluídas do direito dos seguros sociais, exercício industrial de seguros pelas sociedades anónimas e mútuas, Tribunais de desastres de trabalho, exercício das associações profissionais, inspeção e fiscalização de todos os organismos de previdência social obrigatória e livre, serviços de tutela da Assistência Pública e Privada e serviços de inspeção, estatística e cadastro da Assistência.

das associações patronais. O Conselho tinha como finalidade dar pareceres sobre propostas e estudar a legislação, podendo propor remodelações.

No preâmbulo do decreto fundador ficava fixada a visão que havia dado forma a tão vasto plano de reforma social, onde a influência do pensamento socialista de Augusto Dias da Silva é notória, afirmando-se aí o espírito emancipador que inspirara as novas políticas sociais, o ideal de justiça que lhe era inerente, e a convicção de se estar a entrar numa nova era de direito internacional – patrocinada pela Sociedade das Nações –, baseada na valorização e dignificação do trabalho, tendo em vista o equilíbrio da sociedade. Tratava-se, do ponto de vista do legislador, de um plano justo - devido à colectividade - e não de uma generosa oferta do poder:

“O momento atual não permite delongas para a solução dos principais problemas que afectam não só as classes trabalhadoras: a sua resultante prende com a estabilidade do equilíbrio social, como força reguladora dum novo direito internacional que faça a aliança em bases justas, sinceras, de mútua cooperação, a fim de tornar menos dolorosa a vida dos que atravessam a existência deplorando os seus infortúnios e misérias – *apesar de serem os mais poderosos agentes produtores da riqueza.*”¹⁴⁶

De novo a Associação Industrial Portuguesa fez saber ao governo estar em desacordo com essa “exuberante e novíssima legislação”:

“(…) não devemos deixar desde já de informar V. Ex.^{as} que a impressão geral sobre tais diplomas se manifesta duma forma desfavorável aos mesmos, que vão na prática constituir enormes encargos tributários resultantes em parte da dispendiosíssima organização, encargos estes nada em relação com os benefícios sociais obtíveis pelos mesmos diplomas.”¹⁴⁷

¹⁴⁶ O itálico é nosso. *Diário do Governo*, 8º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), p. 1048.

¹⁴⁷ *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, 1918-1920, pp. 59.

O protesto das associações da indústria e do comércio estendia-se ao boicote ao funcionamento da instituição pensada para harmonizar os interesses das classes patronal e trabalhadora, o Conselho Superior de Previdência Social, pela recusa de enviar delegados¹⁴⁸, escusando-se ainda a colaborar com o governo na regulação das políticas sociais¹⁴⁹.

Finalmente, a lei das oito horas de trabalho foi publicada a 7 de maio de 1919, pelo decreto nº 5516, republicada num suplemento do *Diário do Governo* de dia 10 do mesmo mês e, posteriormente, suspensa, pelo prazo de trinta dias, a partir de 17 de maio¹⁵⁰. Esta lei foi fortemente obstruída pelo patronato do comércio e da indústria, com protestos e ações comuns liderados pela Associação Comercial de Lisboa e pela Associação Industrial Portuguesa. No bloqueio à lei das oito horas encontramos a génese da confluência dos interesses económicos, vindo as suas movimentações a desembocar, nesta primeira fase ofensiva, na formação da Confederação Patronal Portuguesa. No percurso da lei das oito horas surpreendemos as dificuldades que se colocavam ao poder quando qualquer medida de política social, provocadora de uma mudança das práticas laborais e obrigações patronais, era tentada. Seguindo as notícias do *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, que regularmente informavam os respectivos sócios sobre a batalha contra o decreto nº 5516, esta observação ganha vida. Assim, em julho de 1919, comunicou-se que:

“(…) sobre o regime das 8 horas de trabalho para o comércio e sua regulamentação não há nenhum acordo a celebrar, já porque a assembleia geral protestou contra esse regime, fundamentalmente inaceitável, já porque a Associação de Lojistas, perfeitamente identificada com as opiniões das suas congéneres do país, tem de manter com a intransigência própria da sua dignidade a solidariedade devida na oposição que todas elas fizeram e continuam fazendo a esse princípio, atitude, afinal, bem conhecida do sr. ministro do Trabalho, pois consta do grande número de

¹⁴⁸ *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 4ª Série, nº 3, setembro de 1919, p. 27.

¹⁴⁹ O programa de seguros enfermava de dificuldades de aplicação derivadas da inflação, reflectida na erosão dos valores salariais de referência e de descontos fixos. Por exemplo, a lei original colocava o tecto máximo de rendimentos, para auferir de benefícios sociais, nos 700\$ mensais, no mês seguinte essa referência foi corrigida, passando para 900\$.

¹⁵⁰ Respectivamente *Diário do Governo*, Série I, nº 95, 7 de maio de 1919, pp. 750-751; *Diário do Governo*, Série I, 5º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 15 de maio de 1919), pp. 976-977; *Diário do Governo*, Série I, 7º Suplemento ao nº 98, 10 de maio de 1919 (distribuído a 17 de maio de 1919), pp. 1023-1024.

telegramas, ofícios e representações que todas essas colectividades lhe dirigiram (...)”¹⁵¹.

Em setembro, publicou-se um manifesto ao público e uma moção da Associação onde se firmou a intenção de não cumprimento da nova lei e o compromisso de federar as colectividades comerciais do país para a ação de boicote, havendo o governo, em resposta, suspenso, uma vez mais, a aplicação do decreto¹⁵². Em outubro, já se referia a iniciativa similar da AIP e anunciava-se a entrada em vigor das oito horas de trabalho, a partir do mês seguinte, esperando-se a sua revisão e aconselhando-se o acatamento do pagamento do trabalho extraordinário acima das 9 horas, até ao atendimento das exigências patronais¹⁵³. Em novembro, a insatisfação com a lei em vigor levou ao reforço unitário dos patrões do comércio e da indústria, explicando-se que:

“(...) tudo quanto se fez estaria irremediavelmente perdido se uma forte corrente de energia não agitasse toda a classe e se não produzisse um movimento grande de protesto que levasse o Governo e o próprio Parlamento a ouvirem com a atenção que merece e com o respeito devido às corporações representantes das forças vivas, o desejo da numerosíssima classe patronal que, tendo de se defender das imensuráveis exigências do operariado, ainda tem de lutar com o desprezo com que as entidades oficiais por vezes votam às suas reclamações legítimas e justas.”¹⁵⁴.

Por consequência, decidiu-se fazer um congresso das associações patronais, a par do *lockout* do comércio em Lisboa. Nos dias 23 e 24 de novembro, o congresso reuniu delegados de 43 associações comerciais e industriais do país. Nele se aprovou uma representação a levar ao governo, onde se propunha a manutenção da lei de 1915 para o comércio, e para a indústria o dia de trabalho das oito horas, admissão de horas suplementares até 24 por semana, pagas as duas primeiras ao preço normal e as

¹⁵¹ *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 4ª Série, nº 1, julho de 1919, pp. 4-5.

¹⁵² *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 4ª Série, nº 3, setembro de 1919, pp. 27-29.

¹⁵³ *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 4ª Série, nº 4, outubro de 1919, pp. 39-40.

¹⁵⁴ *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 4ª Série, nº 5, novembro de 1919, pp. 58-59.

seguintes como prémio¹⁵⁵, a remoção da matéria penal da lei¹⁵⁶, a criação de exceções para as indústrias onde a lei fosse inexecutável ou onde a sua aplicação significasse perigar a competitividade internacional dos produtos. Em suma, a indústria propunha alterações suficientes para que a aplicação da lei ficasse ao critério dos patrões, com margem suficiente para o não acatamento e a impunidade, enquanto o comércio optava por reforma nenhuma. No mesmo documento, introduziram-se disposições em áreas sensíveis à produção e comercialização, como os transportes, as alfândegas e o inquilinato comercial, mas não só. Do Congresso das Associações Patronais Portuguesas também saíram orientações para “(...) meios de ação para promover o progresso da classe patronal integrada na economia pública (...)”, entre estes defendeu-se o fomento de novas associações patronais, o lançamento de um jornal para formar opinião, a pugna pela alteração constitucional, introduzindo-se a representação direta das classes patronais no parlamento, a formação da Federação Patronal, encarregue de fazer o tabelamento salarial, a arbitragem dos conflitos entre o capital e o trabalho por Juntas de Conciliação e, por fim, a propaganda.

As várias moções e representações produzidas pela indústria permitem-nos sumariar alguns aspectos essenciais das suas exigências e da sua tese concernente ao problema da crise do pós-guerra.

A AIP começou a reagir à lei em junho de 1919. Numa moção aprovada em assembleia geral, repudiavam-se as expressões do texto que tinham carácter limitativo. Alegava-se a aceitação do princípio normal das oito horas, mas não como período máximo de trabalho. Esta alteração possibilitava inserir a noção de trabalho suplementar, pago ao preço normal, e que devia ser de duas horas diárias. O trabalho extraordinário seria pago a mais 50% nas duas primeiras horas, e a mais 100% nas restantes. Ou seja, o trabalho “normal” era de oito horas, com o “suplementar” perfazia as dez horas e o tempo extraordinário não tinha limite. Exigia-se, também, o atendimento às especificidades de cada indústria e a eliminação da matéria penal, em

¹⁵⁵ A lei obrigava ao pagamento a dobrar de todas as horas extraordinárias, excepto para trabalhadores do Estado, remunerados segundo tabela própria.

¹⁵⁶ O desrespeito pela lei era punido com o pagamento de uma multa equivalente ao mês de salário dos trabalhadores obrigados a laborar além do permitido, ou de um ano de salário no caso de despedimento dos trabalhadores que se recusassem a laborar além do limite fixado. As restantes transgressões eram punidas com multas de 1 a 100 escudos, e com o dobro para as reincidências. Além disso, instituíam-se a figura do inspetor de trabalho.

especial da denúncia dos operários sobre o incumprimento patronal, considerada “vexatória”, violadora da liberdade patronal de dispor dos empregados, e uma abertura à fraude¹⁵⁷.

No início de setembro, enquanto se preparava o regulamento do decreto nº 5516 e reagindo ao seu projeto, a AIP levou ao presidente do ministério uma representação subscrita pelas associações Comercial de Lisboa, Comercial de Lojistas de Lisboa, União da Agricultura, Comércio e Indústria, Proprietários de Fragatas, e Fabricantes de Cortiça. Aí se defendia a tese da crise de produção mundial, decorrente da mobilização militar entre 1914 e 1918, como base dos problemas do pós-guerra, ideia basilar para sustentar dois argumentos: o da transitoriedade da crise e o do erro de se colocarem entraves à “liberdade de trabalho”. Assim que o mundo recuperasse o ritmo de produção tudo entraria nos eixos. Até lá, reduzir o horário de trabalho era um ato quase antinacional, potencial provocador da ruína económica do país e, além do mais, prejudicial para as classes trabalhadoras, indiretamente, pelos efeitos que teria no aumento do custo de vida, diretamente, porque os impedia de trabalhar para aumentar os rendimentos. A questão da baixa produtividade era, superficialmente, referida, atribuindo-se as suas causas à ausência intrínseca de qualidade dos operários portugueses¹⁵⁸. Para o patronato, restava uma solução, “Duma situação destas só se pode sair produzindo mais, isto é, trabalhando mais”¹⁵⁹. No final do documento constavam as remodelações propostas pelas associações signatárias, incluindo a admissão de trabalho suplementar até vinte e quatro horas por semana, ou seja, doze horas de trabalho diário, pagas com prémio a partir da décima hora.

Alguns dias depois, o ministro do Trabalho, José Domingues dos Santos, publicou o regulamento provisório da lei, a vigorar por seis meses a partir de outubro de 1919. Nele se estipulava, para o comércio, a abertura não antes das 9h e o fecho

¹⁵⁷ “Pode exigir-se de um patrão que pague um ano de salário de operário como multa porque despediu esse operário? É um absurdo que se não justifica mesmo acobertado com o pretexto que é sempre de improvisar, que o operário reclamou o cumprimento da Lei de 8 horas. Já não passa a haver despedimentos por outro motivo (...)”, in *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa, 1918-1920*, pp. 57-58.

¹⁵⁸ “Não pode, na maioria dos casos, o operário português por condições de raça, de meio, de clima e de educação, comparar-se ao operário estrangeiro como elemento de produção.”, in *idem* p. 63.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 62.

não depois das 19h¹⁶⁰, com duas horas de descanso para todos os empregados. Aos sábados, o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais podia ser prolongado até às 23h, desde que se organizassem turnos de não mais de oito horas de trabalho normal e mais de três de trabalho extraordinário. Apesar da disposição geral, era permitido o trabalho extraordinário até doze horas semanais e, para esse efeito, os estabelecimentos podiam fechar às 21h. Na indústria, proibiu-se o trabalho noturno, ficando os estabelecimentos impedidos de laborar entre as 20h e as 7h do dia seguinte¹⁶¹, abrindo-se exceções para as fábricas de laboração contínua e para os trabalhos urgentes. Estipulava-se o trabalho ordinário de oito horas diárias e quarenta e oito semanais¹⁶², o trabalho por turnos nas indústrias de laboração contínua, e o limite de doze horas de trabalho extraordinário por semana¹⁶³. O descanso devia ser de, pelo menos, uma hora, não podendo os trabalhadores laborar mais de cinco horas consecutivas. A indústria ferroviária tinha disposições especiais, não se lhe estipulando horário de funcionamento, podendo as empresas dividir o tempo normal de trabalho (oito horas) em dois períodos, com intervalo de uma a quatro horas consecutivas¹⁶⁴. Em nenhum sector de atividade podiam os menores de 18 anos exercer trabalho extraordinário. O regulamento era omissivo quanto ao pagamento das horas extraordinárias, remetendo, necessariamente, para o decreto nº 5516, o que significa que todo o trabalho exercido além das 8 horas diárias ou 48 horas semanais era pago a dobrar.

¹⁶⁰ Em dias de feira e festas locais os estabelecimentos podiam abrir duas horas antes e fechar duas horas depois. Os estabelecimentos bancários, de câmbios e escritórios laboravam das 10h às 18h, descansando os trabalhadores entre as 13h e as 14h. Nos talhos, e estabelecimentos afins, o horário era das 7h às 16h, com uma hora de descanso. As padarias abriam das 6h às 16h, tendo os seus empregados duas horas de descanso. Os mercados abriam das 6h às 15h, e tinham uma hora de descanso para o pessoal. As cooperativas de consumo que não tivessem assalariados ficavam excluídas do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, mas tinham que cumprir as disposições gerais do decreto nº 5516.

¹⁶¹ As indústrias de panificação podiam laborar à noite, desde que não ultrapassassem as oito horas de trabalho normal em cada 24 horas. As indústrias de navegação não eram obrigadas a cumprir o horário geral.

¹⁶² Os operadores de caldeiras, ou outros trabalhos considerados perigosos e insalubres, podiam ter o horário reduzido mediante proposta do inspetor do trabalho.

¹⁶³ Nas indústrias de navegação marítima e fluvial o trabalho extraordinário podia ser elevado a 18 horas semanais.

¹⁶⁴ Os operários de oficinas da exploração, oficinas de material e tração, e operários e agentes de serviço de via e obras tinham uma hora de descanso.

Depois desta data, a lei voltou a ter novos regulamentos, mas escassas alterações gerais, em 1922¹⁶⁵, durante o governo de António Maria da Silva, e em 1925¹⁶⁶, durante o governo de Vitorino Guimarães. Na prática, o cumprimento da lei nunca foi uniforme, dependendo, em larga medida, da força do operariado organizado em cada sector de atividade e região do país.

O pacote legislativo de 1919 foi extraordinário sob vários pontos de vista. Implicava a intervenção do Estado perturbando a lógica e a prática da relação entre o capital e o trabalho, limitando a possibilidade de acumulação pela redução dos horários de trabalho e aumentando a responsabilidade patronal sobre as condições de sobrevivências dos empregados. Para Miriam Halpern Pereira, a implementação dos seguros sociais obrigatórios aponta para o início do Estado-providência em Portugal, por introduzir um novo modelo de relações sociais no qual a solidariedade não só se justifica por considerações de justiça, como implica a redistribuição da riqueza e, por isso, uma reforma da sociedade¹⁶⁷. Ainda segundo a mesma autora, o princípio do dever estatal de intervenção no desemprego, doença e velhice advinham da falência observada do pressuposto liberal de que a capacidade de trabalho garantia a sobrevivência ao indivíduo, princípio negado pela recessão, os níveis elevados de desemprego e a depressão salarial¹⁶⁸.

A lei das oito horas e os seguros sociais obrigatórios, ao contrário da legislação reformista subsequente, visavam satisfazer algumas carências do operariado para conter as dificuldades herdadas da guerra e para cooptar o apoio das classes trabalhadoras que se manifestavam vigorosas no imediato pós-guerra. Não obrigavam ainda a novos deveres do capital perante o Estado, apenas perante os assalariados. O combate patronal fez-se, precisamente, nessa base, como vimos com a lei das oito horas. Primeiro, as associações pressionaram o poder legislativo e o

¹⁶⁵ Decreto nº 8244, in *Diário do Governo*, Série I, nº 137, 8 de julho de 1922, pp. 688-693; rectificado em *Diário do Governo*, Série I, nº 161, 10 de agosto de 1922, p. 808; e no *Diário do Governo*, Série I, nº 167, 17 de agosto de 1922, p. 848.

¹⁶⁶ Decreto nº 10782, in *Diário do Governo*, Série I, nº 101, 20 de maio de 1925, pp. 559-561; prorrogando o prazo de aplicação no *Diário do Governo*, Série I, nº 140, 26 de junho de 1925, p. 715; inserindo alterações no *Diário do Governo*, Série I, nº 142, 29 de junho de 1925, p. 726.

¹⁶⁷ Miriam Halpern PEREIRA, 2000.

¹⁶⁸ “A concepção ideológica liberal da sociedade não previa as situações geradas ao longo do século XIX pela pobreza da classe trabalhadora e pelas consequências das crises cíclicas. A capacidade de trabalho de um indivíduo não constituía garantia de que conseguiria ganhar um salário, nem o salário era condição suficiente de um nível de vida digno.”, in Miriam Halpern PEREIRA, 2000, p. 51.

executivo para suspenderem a lei. Depois, independentemente do sucesso da sua exigência, decidiram boicotar a aplicação do decreto. Finalmente, criaram um organismo nacional, a Confederação Patronal, para resolver caso a caso a questão, isto é, para fortalecer os patrões na resistência à luta contra os sindicatos. A Confederação teve maior atividade em 1920, cumpriu funções policiais, coligindo informações sobre os operários mais ativos politicamente que eram oferecidas ao patronato na altura das contratações, por exemplo¹⁶⁹.

A greve dos ferroviários de 1920 durou 70 dias, foi agressiva, mas foi também a última grande ofensiva operária deste ciclo¹⁷⁰. Com a retração do movimento operário organizado a Confederação Patronal perdeu razão de ser e desfez-se. Antes da dissolução da pasta do Trabalho, em 1925, as políticas radicais entrariam no programa de uma esquerda republicana em processo de autonomização pela via das finanças e interpelando diretamente o capital.

III.2. O princípio de redistribuição da riqueza e o primeiro confronto de blocos antagónicos (1920-1921).

Entretanto, o problema da crise social, económica e estatal era abordado com outra pergunta perturbadora para a ordem social vigente, a de saber como se pagaria a crise. Sob o consenso ortodoxo da necessidade de retornar ao equilíbrio das contas públicas, subjaziam duas alternativas distintas nas implicações socioeconómicas. Enquanto os conservadores exigiam a diminuição dos gastos públicos e o aumento dos impostos indiretos, os radicais defendiam o aumento dos impostos diretos ao rendimento. Como noutros países europeus, a tributação demonstrou ser mais do que um instrumento administrativo de aplicação pragmática para resolver os embaraços financeiros do Estado. Pensar a contribuição fiscal, num contexto de profundo desequilíbrio socioeconómico, envolvia questionar a intervenção pública na estrutura social da riqueza, levando a optar, necessariamente, pela sua perpetuação ou alteração¹⁷¹. Os impostos constituíram o primeiro elemento de um programa radical

¹⁶⁹ TELO, 1980, p. 100-101.

¹⁷⁰ Vide MEDEIROS, 1978 e Joana Dias PEREIRA, 2009.

¹⁷¹ DAUNTON, 1996.

defensor da redistribuição da riqueza para o saneamento dos problemas financeiros do Estado e da crise socioeconómica do pós-guerra.

Torna-se importante incluir neste texto a apresentação de duas propostas de reforma tributária levadas à discussão na Câmara dos Deputados, durante este período, e nunca aprovadas. A sua relevância, para o nosso objectivo expositivo, reside na verificação da conflituosidade que tais projetos despertaram no parlamento e na sociedade, e na explicitação do sentido do confronto entre conservadores e radicais suscitado pela questão tributária.

No dia 24 de maio de 1920, o Ministro das Finanças Pina Lopes¹⁷² apresentou no parlamento a sua proposta de tributação dos lucros de guerra. No preâmbulo, o autor inscreveu os aumentos da circulação fiduciária, para fazer face às despesas criadas pela guerra, como a causa de um duplo constrangimento: o aumento do custo de vida e as dificuldades nas relações externas. Apesar do objectivo financeiro patente – a valorização da moeda – o critério social da medida foi sublinhado com o intuito de a legitimar. A interpretação dada às contradições socioeconómicas alimentadas pela emissão continuada de papel-moeda assim o indicava:

“Elas são, essas notas, para uns, uma aparência de riqueza que está muito aquém da realidade; para outros, uma aparência de bem-estar que, na verdade, é uma verdadeira ficção e à qual corresponde já um regime de privações; e ainda, para outros, a própria expressão da fome e da miséria com todos os seus horrores e com todas as suas funestas consequências.”¹⁷³.

Ademais, o proponente reconhecia que o expediente constituía um imposto indiferenciado, lesivo para as classes economicamente menos favorecidas e, por isso, um “(...) facto injusto e revoltante (...): é que quem principalmente tem suportado o peso da guerra não são os ricos, são os pobres.”¹⁷⁴. A sua proposta visava “(...) dentro

¹⁷² Democrático, ministro do gabinete liderado por António Maria Baptista (8 de março a 26 de junho de 1920).

¹⁷³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 89, 27 de maio de 1920, p. 13.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 14.

do possível, a reparar essa grave série de injustiças.”¹⁷⁵. Era a ideia de justiça tributária que sustentava o projeto.

Perscrutando o pensamento social inerente ao discurso de Pina Lopes, dois indícios sobressaem. Primeiro, a ideia do dever estatal de correção do desequilíbrio socioeconómico causado pela política económico-financeira de guerra. Segundo, a percepção de que o rompimento do “(...) antigo equilíbrio social (...)”¹⁷⁶ acarretava um perigo iminente para o edifício social vigente, ou seja, para a sociedade burguesa. Fazer justiça tributária era um imperativo moral, não excedendo, contudo, a intenção de reposição da ordem social anterior à guerra e a procura de meios para dar continuidade estrutural às condições que suportavam a existência das classes possidentes¹⁷⁷.

Das objecções levantadas durante o debate parlamentar da proposta de tributação de lucros de guerra (27 de maio a 7 de junho de 1920), interessa enunciar os elementos que nos permitem aferir diferentes sensibilidades políticas sobre questões de princípio. Nesse sentido, destacamos a grande ressalva conservadora feita ao projeto de Pina Lopes: o repúdio por formas de taxaço do capital.

O figurino proposto concebia três categorias de incidência. Os lucros das atividades comerciais e industriais superiores à média dos últimos três anos de exercício anteriores a 1 de julho de 1914. As aplicações de capital, isto é, aumentos de capital das atividades comerciais e industriais, compras de obrigações e títulos equivalentes, suprimentos e empréstimos, capitais aplicados no país e no estrangeiro, e aquisições de bens mobiliários e imobiliários. Finalmente, as maiores valias, incluindo a valorização de ações, obrigações e cotas de sociedade, e a valorização de bens mobiliários e imobiliários. A primeira categoria de incidência foi interpretada como um imposto sobre o rendimento e, embora rejeitada na prática por alguns, foi aceite no plano dos princípios pela maioria dos intervenientes. A verdadeira cisão de posições doutrinárias encontrava-se na abordagem feita à tributação sobre aplicações de capital e maiores valias, ou seja, ao imposto sobre o capital. João Gonçalves,

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*

¹⁷⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁷ Um dos argumentos lançados para angariar o apoio das classes possidentes, demonstrando as vantagens da distribuição do peso da crise, foi precisamente esse: “(...) encontram elas uma garantia de continuidade das condições sociais de hoje, que sem isso ninguém pode assegurar.”, *in idem, ibidem*.

independente, marcou o tom da discórdia, “Se até este ponto eu posso aceitar a proposta ministerial, daqui para baixo só me resta dar um traço; daqui para baixo é *bolchevismo* puro (...)”¹⁷⁸. Considerava Malheiro Reimão, democrático, que “O imposto sobre capital é uma violência sem necessidade. A tributação da maior valia dos bens móveis e dos imóveis, que cada um tem em sua casa, não é justa.”¹⁷⁹. Lelo Portela, liberal, alertava, “Enquanto subsistir o regime social em que vivemos, essencialmente individualista, o imposto sobre o capital jamais poderá ser aplicado.”¹⁸⁰. Contrariamente, Augusto Dias da Silva, socialista, respondia, “Com respeito às violências (...), eu direi que elas não existem, pois que medidas de tal natureza, têm de ser violentas, e como tal são sempre consideradas pelos capitalistas.”¹⁸¹. Jaime de Sousa, democrático, concluía, “Vamos fazer uma tributação do chamado capital acumulado em Portugal. É legítimo que vamos fazer incidi-la não só sobre os lucros de guerra, mas sobre os lucros do capital acumulado – esses pavorosos lucros de guerra.”¹⁸². Velhinho Correia, democrático, acrescentava, “O imposto sobre o capital é até definido sob o ponto de vista doutrinário, como sendo uma forma de acudir dalguma forma à situação social. Assim, não é o imposto sobre capital uma coisa pavorosa com que se quer assustar a Câmara e o país.”¹⁸³. Por fim, José Domingues dos Santos, democrático, concretizava:

“Disse-se que este princípio devia ser banido embora se soubesse que ele era defendido pelos Partidos Socialistas, e até se procurou demonstrar que, por isso mesmo, nós, que representávamos um estado burguês, tínhamos necessidade de nos defendermos. (...) É-me absolutamente indiferente que qualquer ideia seja defendida pelos Partidos Socialistas; aceito-a desde que seja uma ideia justa. Entendo que o que se torna absolutamente indispensável é precisamente ir ao encontro das reclamações justas para que elas não venham até nós esmagando-nos.”¹⁸⁴.

¹⁷⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 90, 28 de maio de 1920, p. 17.

¹⁷⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 89, 27 de maio de 1920, p. 39.

¹⁸⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 92, 2 de junho de 1920, p. 29.

¹⁸¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 89, 27 de maio de 1920, p. 37.

¹⁸² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 91, 1 de junho de 1920, p. 27.

¹⁸³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 92, 2 de junho de 1920, p. 36.

¹⁸⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 93, 3 de julho de 1920, p. 21.

Nestas citações, ilustrativas das duas tendências opostas de avaliação da justiça do lançamento de impostos sobre o capital, independentemente dos pormenores de cada intervenção e das várias nuances que se verificam da leitura dos debates parlamentares, torna-se evidente o ponto de clivagem entre conservadores e radicais. Para os primeiros, a tributação sobre a riqueza acumulada revestia-se do aspecto de um ataque à mais elementar e sagrada premissa do liberalismo económico, o direito de propriedade, subvertendo o papel do Estado na manutenção da ordem social coeva, enveredando por um intervencionismo de tipo novo, tendente a coarctar as liberdades do poder económico, penalizando-o. Para a tendência radical essa redefinição era urgente e devia ser direccionada para a valorização das necessidades do colectivo social em detrimento dos interesses individuais, justificando-se, por isso, a contenção dos excessos do poder económico. Se a indústria e o comércio haviam enriquecido devido às condições excepcionais da conjuntura de guerra, era a esses sectores que o poder político devia exigir “sacrifícios” para saldar as dificuldades financeiras. A resposta radical para a questão de saber quem pagaria a crise estava formulada: era a riqueza.

Os objectores ao projeto também justificaram a rejeição do figurino com base num outro argumento que consideramos programático, a prioridade dada à redução das despesas públicas, em vez do agravo dos impostos diretos. Argumento partilhado por João Gonçalves¹⁸⁵, Malheiro Reimão¹⁸⁶ e Lelo Portela¹⁸⁷, mas também pelo socialista Ladislau Batalha¹⁸⁸. É a propósito deste ponto que entendemos a real dimensão da arena de disputa em causa, pois esta não se confinava ao parlamento, ao

¹⁸⁵ “Depois duma administração tão imprevidente como esta, e quando, ao contrário do nosso, todos os países estão procurando reduzir as suas despesas, dispensando todo o pessoal supérfluo e inútil, com que autoridade podemos exigir ao país tremendos sacrifícios (...)?”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 90, 28 de maio de 1920, p. 15.

¹⁸⁶ “Como repetidas vezes já aqui tenho dito, é indispensável que se reduzam as despesas, mas ferozmente, sem pensar se porventura haverá quem tenha que ficar sem pão. Nós encontramos na situação dum general que quando dá as suas ordens para o início duma batalha, não tem que se preocupar, nem se pode preocupar com os soldados que vão morrer, nem com os órfãos e viúvas que vão deixar.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 89, 27 de maio de 1920, p. 39.

¹⁸⁷ “É necessário reduzir as despesas mínimas, já como preceito administrativo e já para que os governos conquistem aquela autoridade moral que é necessária para falarem em sacrifício à Nação.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 92, 2 de junho de 1920, p. 23.

¹⁸⁸ “O país não pode aceitar propostas que lhe venham arrancar mais dinheiro enquanto o Estado não provar, até à evidência, que está resolvido a enveredar pelo caminho da mais rigorosa economia.” (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 91, 1 junho de 1920, p. 20). Este deputado defendia, concretamente, a redução das despesas relativas às forças de segurança, forças armadas e corpos administrativos das colónias. Apesar disso, como seria de esperar, não discordava com o princípio da taxação sobre o capital, ao contrário dos outros oradores referidos.

invés, era alargada aos círculos económicos afectados, onde se debateu ativamente o problema levantado. Vários foram os deputados que referiram a pressão das associações comerciais e industriais sobre a Câmara, ganhando as críticas extraparlamentares tamanho vulto que Álvaro de Castro e Ferreira da Rocha propuseram a inclusão de elementos “(...) com mais especializada competência (...)”¹⁸⁹ que deputados e senadores, na comissão de estudo da reforma do regime tributário. José Domingues dos Santos contra-argumentou, deixando claro o efeito dissolvente para a legitimidade do sistema de representatividade democrática que a concordância com aquela iniciativa acarretava:

“(...) admitir uma proposta tal como foi apresentada pelo Sr. Ferreira da Rocha, (...) seria alguma coisa desprestigiante para o Parlamento. Desde que várias associações se reúnam e digam ao Governo do seu país que não tomam conta das suas propostas, acrescentando, porém, que se vão reunir e dentro de 60 dias apresentarão um plano salvador, aceito esse critério, aceito esse repto, tínhamos uma única coisa a fazer: era depor os nossos mandatos.”¹⁹⁰.

No final do debate, de entre as várias moções lançadas, a de José Domingues dos Santos foi votada, significando isso a aprovação do imposto na generalidade, baixando a proposta a uma comissão parlamentar, composta por deputados e senadores, presidida pelo Ministro das Finanças, incumbida de a estudar e dar parecer no prazo de oito dias. No dia 11 de junho, chegou à Câmara dos Deputados a reprovação do Senado sobre a formação da comissão de estudo, considerada inconstitucional. Em consequência, votou-se nova moção, acordando-se que a comissão especial devia ser composta exclusivamente por deputados. A proposta de tributação de lucros de guerra acabou por nunca regressar ao debate parlamentar, perecendo com a morte de António Maria Baptista, a 6 de junho de 1920, e a queda do seu ministério, a 26 do mesmo mês. Após o curto ministério de António Maria da Silva (26 de junho a 19 de julho de 1920), tomou posse o liberal António Granjo. Para aplacar o pânico provocado pela proposta de Pina Lopes na praça financeira, o novo

¹⁸⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 89, 27 de maio de 1920, p. 35.

¹⁹⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 93, 3 de junho de 1920, p. 22.

chefe de governo chamou à pasta das Finanças Inocêncio Camacho, reconstituente, diretor do Banco de Portugal.

A segunda investida dos radicais na arena das finanças ocorreu em dezembro de 1920, durante a vigência do gabinete liderado por Liberato Pinto (30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921), chefe do Estado-maior da GNR. Nesta ocasião foi Cunha Leal (popular), pela pasta das Finanças, quem avançou com uma proposta de profunda remodelação do sistema tributário, pretendendo equilibrar as despesas ordinárias com receitas ordinárias, indicando que o saldo deficitário orçamental rondava uns “assustadores” 300000 contos. Propunha a unificação dos impostos diretos, aproximando-se da ideia do imposto pessoal sobre o rendimento, com taxas progressivas. Defendia que “(...) sem este imposto nunca poderemos taxar com justiça e diretamente o capital.”¹⁹¹. Complementarmente, concebia uma proposta de remodelação da contribuição de registo. Foi esta que entrou em discussão na Câmara dos Deputados, a 8 de dezembro de 1920.

Do debate que se prolongou até dia 14 de dezembro de 1920, sem conclusão, o ponto de mais alto manifesto da ala conservadora consistiu na modalidade de contribuição por título gratuito (heranças e doações), em especial no artigo 3º da proposta, mediante o qual o Estado era constituído herdeiro no caso de transmissões por sucessão *causa mortis*. Considerada a proposta, no geral, atentatória do direito de sucessão e do direito de propriedade¹⁹², no que a esta modalidade dizia respeito era com o elemento base da orgânica social que se bulia: a família. Cunha Leal respondeu às investidas, explicando que o tal artigo remetia apenas para a capacidade de licitação pública, modo de prevenir os interesses do Estado quando o valor das transmissões se considerasse subavaliado. No entanto, declarou que o direito de propriedade cessava com a morte, ficando o seu prolongamento dependente do reconhecimento positivo do Estado, e este conferia-o dada a importância da instituição familiar. Enquanto afirmava a defesa da família, enquadrava o direito de propriedade por sucessão na mediação estatal, minando o seu carácter absoluto.

¹⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 3, 6 de dezembro de 1920, p. 7.

¹⁹² O liberal Fernandes Costa colocava o problema nos seguintes moldes: “A questão é de doutrinas e de escolas. Ou o governo aceita a escola que defende a conveniência nacional da propriedade se desenvolver, aumentando o capital, ou aquela que entende que o capital e a propriedade são pertença do Estado.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 5, 8 de dezembro de 1920, p. 18.

Esta era, precisamente, a ideia rejeitada pelos conservadores, agarrados às tradições legislativas do liberalismo oitocentista, que consideravam violadas pela proposta de Cunha Leal, especificamente, no caso de algumas disposições do Código Civil. Mesquita Carvalho, liberal, opôs-se à mudança daquela base jurídica, aconselhando o Ministro das Finanças a deixar o Código “(...) em paz (...) porque isso contende com os princípios essenciais e invioláveis que representam a razão de ser, a razão da existência da ordem e do equilíbrio do próprio Estado, e constitui o alicerce fundamental, a base indestrutível da vida orgânica de todos os povos cultos.”¹⁹³. Coube a Barbosa de Magalhães combater a noção de imobilidade dos princípios jurídicos, explicando que aqueles evoluíam a par com o desenvolvimento da sociedade, e que a tendência moderna apontava para a prevalência do social sobre o individual:

“É com opiniões de jurisconsultos que eu vou também aqui demonstrar como, de facto, o conceito de direito de propriedade e do direito de sucessão se tem vindo transformando através dos tempos e está hoje, por assim dizer, no pólo oposto àquele em que se achava há cinquenta e dois anos, quando, de harmonia com a filosofia individualista dessa época, o nosso Código Civil foi feito. Quase todos sabem (...) como efetivamente a transformação jurídica se tem feito e como dessa feição individualista do direito privado, e principalmente do direito público, passamos para a feição oposta, qual é a feição socialista, ou, para não assustar certas pessoas timoratas, a feição social do direito.”¹⁹⁴.

Neste orador encontramos a convicção de que a crise vivida na sociedade portuguesa era uma crise de mudança, percepção determinante para a atitude reformista, reclamante da urgência - e justiça - de se questionarem as premissas do liberalismo económico e do papel do Estado. Assim, Barbosa de Magalhães dizia:

“(...) cumpre observar que não compreendo que possa haver uma proposta de finanças, digna desse nome, que não envolva a discussão da questão social e não

¹⁹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 8, 13 de dezembro de 1920, p. 16.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 19.

compreendo que essa discussão não possa ser feita dentro do Estado. (...) O nosso dever não é fugir aos problemas sociais, mas concorrer para a resolução desse gravíssimo caso, cooperando numa obra de evolução para que não nos apareça, dum momento para o outro, a repentina mudança que a todos sobressalta. (...) Tem V. Ex.^a assistido à discussão do que deve ser o direito de propriedade, e vai assistir à discussão do que seja o direito de sucessão. Isto não é mais do que discutir a questão social, discutir a sociedade nas suas bases e alicerces, para a procurar transformar de harmonia com esses novos princípios e novas ideias.”¹⁹⁵.

Embora haja um resquício de crença positivista subjacente ao discurso reformista - no sentido de se considerar a mudança em curso uma evolução inevitável, porque justa -, percebemos que também o pensamento sofria os abalos da guerra e dos seus efeitos desestabilizadores. De facto, acima dessa certeza intelectual estava a percepção da fragilidade do momento corrente, associada ao receio de perda de posição social, caso a transformação não fosse programada e controlada pelas estruturas do poder.

No dia 15 de dezembro de 1920, na impossibilidade de aprovação da reforma fiscal antes do final do ano, entrou em discussão no Parlamento uma proposta de agravamento da contribuição predial, meio de obter receitas imediatas. Veio a ser aprovada e publicada¹⁹⁶. Em fevereiro de 1921, Cunha Leal pediu demissão do governo. O Executivo caiu em março, dando lugar ao gabinete chefiado por Bernardino Machado (2 de março de 1921 a 22 de maio de 1921).

Do balanço dos dois momentos analisados retiramos algumas verificações adicionais de pertinente referência. A de que a oposição às medidas propostas não constituiu sempre uma reprovação global, mesmo por parte da bancada liberal, aquela que mais consistentemente contra-argumentou sobre a oportunidade da introdução de novas contribuições. Na maioria dos interventores havia acordo quanto à necessidade de reformar o sistema tributário, apelando-se à implementação do imposto global sobre o rendimento. No entanto, o consenso desfazia-se perante as modalidades tributárias que colocavam o ónus da colecta sobre o capital. Além disso, arrastar a

¹⁹⁵ *Idem*, p. 18.

¹⁹⁶ Lei n° 1096, in *Diário do Governo*, Série I, n° 264, 28 de dezembro de 1920, pp. 1757-1763.

discussão ou votar o reencaminhamento das propostas para comissões especiais eram modos legais de obstrução à execução das reformas. O outro modo era extraparlamentar e há menções, ao longo dos debates, da pressão que ia sendo exercida por diversas associações económicas sobre o parlamento. Além das já referidas propostas de Ferreira da Rocha e Álvaro de Castro para incluir figuras da praça financeira no grupo de estudo da reforma tributária, podemos dar outro exemplo. No dia 9 de dezembro de 1920, o presidente da Câmara dos Deputados fez saber que tinha sido procurado por uma comissão de representantes das associações dos proprietários e dos agricultores de Lisboa e Porto que pedira “(...) que dissesse à Câmara que o seu silêncio não significava de modo nenhum concordância com as propostas do Sr. Ministro das Finanças (...)”¹⁹⁷. As constantes referências a movimentações patronais tendentes à não aprovação das reformas tributárias são um indicativo da crescente mobilização dos agentes económicos.

Entre 1919 e 1921, o apoio à implementação do programa de saneamento da inflação à custa das novas fortunas veio da GNR, o braço armado dos radicais. Em 1919, Liberato Pinto, homem da confiança do partido democrático, foi colocado à frente da Guarda. Em maio desse ano o corpo foi alargado, os efetivos aumentados e atribuídas armas pesadas, no âmbito da reestruturação referida no ponto 2 do capítulo anterior. Em janeiro de 1920, a GNR deu um importante sinal do seu novo poder e orientação, durante a manifestação de oposição à formação de um governo liberal liderado por Fernandes Costa. Perante a ostensiva passividade da Guarda, ou seja, perante o apoio tácito que ela dava aos manifestantes, Fernandes Costa renunciou a formar ministério. Em junho do mesmo ano, quando António Granjo demonstrou intenções de recuar relativamente às propostas de finanças de Pina Lopes, a Guarda pressionou o PRP a retirar confiança ao governo. Granjo caiu em novembro. Seguiu-se o ministério de muito curta duração de Álvaro de Castro (20 de novembro a 30 de novembro de 1920) e, depois dele, a missão governativa foi entregue a Liberato Pinto, chefe do ministério que tutelou a proposta de reforma tributária de Cunha Leal.

Valerá a pena introduzir aqui algumas das intenções manifestadas na declaração ministerial do gabinete Liberato Pinto, apresentada na Câmara dos Deputados a 2 de dezembro de 1920, em particular no que respeitava à pasta do

¹⁹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 6, 9 de dezembro de 1920, p. 19.

Trabalho, atribuída a José Domingues dos Santos. Pretendia o governo resolver os problemas de ordem social “(...) indo ao encontro das reivindicações justas das classes proletárias”¹⁹⁸, de modo a conseguir tanto um aumento de produção como uma melhoria da situação económica dos trabalhadores. Propunha-se estabelecer a arbitragem para solucionar os conflitos entre o patronato e o operariado, auxiliar o desenvolvimento do cooperativismo, estabelecer o princípio de comparticipação dos operários nos lucros das empresas a que pertencessem e fazer a reforma dos serviços de assistência. Introduzia-se, assim, uma certa ideia de justiça social.

A vida deste ministério, na parte que interessa aos fins aqui perseguidos, já ficou escrita. Resta acrescentar que Liberato Pinto foi exonerado das funções que tinha na GNR, em abril de 1921, uma manobra de contenção dos ânimos conservadores. A 21 de maio de 1921, algumas das forças da Guarda, leais ao chefe deposto, fizeram um pronunciamento, ocuparam posições no Parque Eduardo VII, exigiram a exoneração do governo de Bernardino Machado e conseguiram-na.

A sucessão cronológica apresentada pretende ilustrar a crescente intervenção da Guarda Nacional Republicana na esfera política e o papel prático que teve, tanto na defesa das tentativas reformistas radicais, como, principalmente, na obstrução à aplicação do programa conservador. O processo culminou no dia 19 de outubro de 1921, com a revolta, em Lisboa, de forças radicais, agrupando unidades da GNR, Marinha, Polícia, elementos do Grupo Parlamentar Popular, independentes e população civil armada. Foi a primeira grande confluência de forças radicais no pós-guerra. A Junta Revolucionária formada visava destituir o governo liberal de António Granjo, sedimentado pela maioria parlamentar obtida nas eleições de 1921. Fez diligências junto de António José de Almeida, presidente da República, no sentido de obter do chefe de Estado a legalização da situação revolucionária, pela destituição do gabinete conservador e a subsequente nomeação de um executivo escolhido pela Junta. O presidente hesitou ao longo do dia, acabando por aceder durante a madrugada após a notícia dos assassinatos de António Granjo e Carlos da Maia. A estes dois, juntar-se-iam Machado Santos e outros. Aqueles três foram as vítimas cimeiras da “noite sangrenta”, um episódio controverso, mas acerca do qual os historiadores parecem concordar quanto à não autoria do movimento revolucionário

¹⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 1, 2 de dezembro de 1920, p. 9.

organizado. O facto é que os governos outubristas perderam o apoio populacional, incluindo o das camadas da média e baixa burguesia urbana, temerosas da violência dos acontecimentos. O primeiro gabinete, chefiado por Manuel Maria Coelho, constituído no dia da revolta, foi substituído a 5 de novembro por um governo da responsabilidade de Maia Pinto, caindo este a 16 de dezembro. O bloco radical saiu derrotado do primeiro confronto.

O negativo das movimentações da GNR radicalizada operou-se, em simultâneo, no Exército conservador. Já em novembro de 1921, *A Batalha*, órgão da CGT, alertava para o perigo de uma ditadura militar. No tenso clima criado pelo receio de um confronto armado entre as forças antagónicas, o centro, representado pelo PRP, procedeu ao reequilíbrio, saneando a GNR, destituindo-a de unidades de artilharia e reduzindo o seu número de efetivos, em 1922¹⁹⁹. Do outubrismo ficaria a criação do Partido Republicano Radical, no qual ingressaram elementos do Partido Republicano Popular, e que não chegou a ter expressão eleitoral. Sobretudo, subsistiu o problema que originara a eclosão radical.

Durante os anos de 1919 a 1921 definiu-se o primeiro esboço do programa radical de resolução para o problema socioeconómico do pós-guerra. Das duas manifestações ministeriais analisadas retiramos a linha de força que o orientava: o saneamento das finanças devia fazer-se à custa das fortunas nascidas das condições excepcionais criadas pelo contexto da guerra e pelos seus efeitos prolongados no tempo de paz. O equilíbrio das contas públicas era o horizonte apontado, mas escolhendo a reforma dos impostos diretos, incidentes sobre o capital, procurava-se, igualmente, obter a paz social, entendendo-se com isso o restabelecimento de um equilíbrio corrompido. Embora limitada na avaliação das rupturas provocadas pelo conflito mundial, a intenção radical demarcava-se das exigências conservadoras, porque reconhecia a legitimidade das reclamações das camadas vitimadas pela carestia de vida, tendendo, por isso, para uma ideia de justiça social. Do ponto de vista das forças económicas a prioridade estava na contenção repressiva das reivindicações, organizadas e espontâneas, das classes trabalhadoras. A reclamada “ordem pública” pendia para um princípio autoritário.

¹⁹⁹ PÓVOA, 2013, pp. 79-88.

No tenso concurso de forças presentes, a estratégia moderada do PRP, de titubeantes e incoerentes concessões aos conservadores e aos radicais, mostrou-se nefasta. A possibilidade de canalização do movimento operário para as vias institucionais parlamentares falhou, porque o Partido Socialista não detinha o controlo sobre o grosso das organizações sindicais, porque a orientação anarco-sindicalista da UON e da sua sucessora, a CGT, era apologista do apoliticismo e, finalmente, porque a tática eleitoralista estava fadada a falhar enquanto o voto capacitário, restabelecido em 1919, vigorasse, dados os elevados níveis de analfabetismo entre as classes trabalhadoras. Além disso, como vimos, o reformismo debatia-se com a intransigência patronal. A greve do Barreiro, em junho de 1919, ilustra, igualmente, esta situação. Reagindo à criação de uma associação de classe nas fábricas da CUF, o seu chefe, Alfredo da Silva, recusou-se a lidar com os sindicalistas, fez despedimentos em massa, fechou as oficinas. Nesse mês de junho, o poder tomou o lado patronal. Foi o início da repressão brutal que caracterizou, daí em diante, a atitude dos executivos face ao movimento operário organizado, até ao governo de José Domingues dos Santos, em 1925.

Manter a política inflacionista, extremamente lesiva para o operariado e outras classes urbanas, implicava um contraponto amenizador, como descongelar os salários, ceder às principais reivindicações operárias quanto às condições de trabalho, conter a fome através do regime do pão subsidiado, o “pão político”²⁰⁰. O poder político carecia da benevolência do poder económico para instituir aquelas medidas paliativas, sem ela, o projeto de constituição de um bloco central de apoio ao PRP foi frustrado. O fim do sonho tornou-se evidente com a crise de 1921 e o esgotamento do modelo inflacionista de crescimento económico²⁰¹. As dificuldades experimentadas pela banca, comércio e indústria, a partir desse ano, revelaram as fragilidades estruturais da política seguida. Nem houve desenvolvimento económico racional, nem os sectores favorecidos pela possibilidade de enriquecimento fulgurante passaram a cooperar mais com o PRP.

Interessa, no entanto, sublinhar que a política centrista seguida, especialmente, as opções tomadas em 1919, não só falharam pela desadequação da resposta às

²⁰⁰ Vide MEDEIROS, 1978.

²⁰¹ Vide TELO, 1990.

contradições socioeconómicas em ebulição, como as agravaram. A política inflacionista, a cedência aos interesses patronais, a repressão sobre os sindicalistas, foram escolhas do PRP que empurraram os vários sectores da sociedade para uma busca de soluções capazes de aplacar os conflitos cada vez mais extremados entre as classes possidentes e as outras. Rapidamente, a relevância programática do centro esvaziou-se, dando lugar à progressiva modernização dos campos políticos, isto é, ao alinhamento das forças sociais, económicas, políticas e culturais mediante a posição tomada na determinante questão que se insinuava: qual o futuro papel do Estado nos conflitos entre o capital e o trabalho?²⁰²

III.3. O imposto progressivo (1922).

A análise dos debates parlamentares relativos às propostas de Pina Lopes e Cunha Leal permitiram-nos ilustrar a função das medidas fiscais no processo de polarização política, quanto à matéria que dividia conservadores e radicais dentro do parlamento e assim iluminava axiomas programáticos distintos, e quanto ao impulso dado para a forja de um interesse comum aos principais implicados numa alteração ao modelo de propriedade privada.

Em 1922, foi por fim aprovada a reforma global do sistema tributário. O proponente foi Portugal Durão, Ministro das Finanças do Governo chefiado por António Maria da Silva (6 de fevereiro a 30 de novembro de 1922) que, no entanto, não acompanhou o projeto até ao seu termo, demitindo-se ante as dificuldades geradas ao seu ministério²⁰³. Foi substituído por Vitorino Magalhães. A lei nº 1368, de 21 de setembro de 1922, além de outras modalidades, introduziu o imposto progressivo sobre o rendimento. A sua aprovação representou a consagração de uma das mais aclamadas medidas radicais para o saneamento das finanças públicas, porque respondia à lógica tributária defendida: onerava diretamente a riqueza e de acordo

²⁰² Resistindo a esta problemática, na ordem dos princípios, pensando os conflitos entre capital e trabalho sem equacionar o Estado, mantinha-se a corrente sindicalista revolucionária no movimento operário organizado, embora, como veremos no capítulo dedicado aos movimentos unitários, existissem à época tensões entre os sindicatos e a CGT, e na prática fossem feitas interpelações aos poderes instituídos para intervirem na resolução da crise. *Vd.* Joana Dias PEREIRA, 2013.

²⁰³ O processo de aprovação parlamentar da proposta foi tratado por Ana Bela Nunes, incluindo as alterações introduzidas no projeto original pela comissão de finanças, que resultaram num figurino mais conservador do que o inicialmente apresentado. NUNES, 2005, pp. 99-123.

com um critério redistributivo (quem tem mais, paga mais). No entanto, a fixação da fórmula em lei não garantiu a sua aplicação. A máquina fiscal, desadequada às exigências da nova estrutura contributiva, facilitava as fugas, toleradas pelos sucessivos governos centristas de António Maria da Silva.

Antes de avançarmos para o figurino aprovado em 1922 merecem referência as várias tentativas de remodelação do sistema tributário desde 1919, aceitando que o móbil de todas foi o aumento das receitas para compensar o desequilíbrio orçamental, variando no critério socioeconómico em que se baseavam²⁰⁴. Houve quatro importantes propostas fiscais prévias à de Portugal Durão, não chegando nenhuma a ter aprovação²⁰⁵. Foram elas apresentadas por Rego Chaves, em dezembro de 1919 (governo Sá Cardoso)²⁰⁶, Inocêncio Camacho Rodrigues, em agosto de 1920 (governo António Granjo)²⁰⁷, Cunha Leal, em dezembro de 1920 (governo Liberato Pinto) e Barros Queirós, em agosto de 1921 (governo Barros Queirós)²⁰⁸. A modalidade do imposto progressivo sobre o rendimento constava no projeto de Cunha Leal, propondo-se aí a refundição dos impostos diretos, com discriminação das fontes de rendimentos e taxas progressivas sobre cada categoria²⁰⁹.

²⁰⁴ Sendo vasto o número de leis fiscais publicadas nestes anos, escusamo-nos a analisá-las individualmente, fazendo apenas a sua listagem, com base no trabalho de Ana Bela Nunes: decreto nº 5395, de 10 de abril de 1919, sobre contribuição sumptuária; decreto nº 5580, de 10 de maio de 1919, criando um adicional ao imposto de selo sobre especialidades farmacêuticas; decreto nº 5612, de 10 de maio de 1919, revendo as sobretaxas sobre a importação de várias mercadorias; lei nº 1193, de 31 de agosto de 1921, duplicando as taxas do imposto de selo, com exceções; decreto nº 6263, de 2 de dezembro de 1919, duplicando os direitos e sobretaxas de importação, com pagamento de metade dos quantitativos em ouro; decreto nº 5891, de 20 de junho de 1920, alterando o decreto nº 5580; lei nº 999, de 15 de julho de 1920, criando o imposto municipal *ad valorem*; lei nº 1193, de 31 de agosto de 1920, exigindo o pagamento em ouro do quantitativo integral dos direitos e sobretaxas de importação; decreto nº 7014, de 12 de novembro de 1920, e decreto nº 7801, de 5 de novembro de 1921, revendo as sobretaxas sobre a importação de diversas mercadorias; lei nº 1096, de 28 de dezembro de 1920, criando adicionais à contribuição industrial e à contribuição predial; lei nº 1125, de 24 de setembro de 1921, revendo os adicionais à contribuição industrial e predial; decreto nº 7772, de 3 de novembro de 1921 publicando nova tabela sobre o imposto de selo; decreto nº 7826, de 24 de novembro de 1921, regulamentando a lei nº 1193. NUNES, 2005, pp. 100-101.

²⁰⁵ *Vd. idem*, p. 102.

²⁰⁶ Entre outras modalidades, propunha uma forma de determinação do rendimento colectável da propriedade rústica e urbana, e um imposto de rendimento sobre aplicação de capitais. *Idem*, p. 102.

²⁰⁷ Incidia sobre a contribuição predial rústica e urbana. *Idem, ibidem*.

²⁰⁸ Lançava o imposto sobre o rendimento. *Idem, ibidem*.

²⁰⁹ Cédulas A e B (rendimentos da posse, usufruto ou ocupação por arrendamento da propriedade rústica), Cédula C (rendimentos da posse ou usufruto da propriedade urbana), Cédula D (lucros de profissões comerciais e industriais), Cédula E (rendimentos do exercício de funções públicas e particulares, de profissões não comerciais, emolumentos, salários, pensões e rendas vitalícias), Cédula F (rendimentos da posse de valores mobiliários). “Pelo ressurgimento do País” e “Propostas de lei”, in *O Mundo*, 7 de dezembro de 1920, p. 3-5.

Para sondar a visão conservadora sobre a remodelação fiscal podemos recorrer à obra teórica de Barros Queirós. O contraste com a proposta radical fazia-se numa declaração de princípios, a de não ser função da tributação repor injustiças na distribuição da riqueza, recusando o uso de um critério social no desenho do sistema tributário²¹⁰. Afastadas as considerações de ordem social, Barros Queirós julgava poder construir um figurino assente em critérios técnicos e económicos, visando a rentabilidade do sistema e a reprodução do capital. Na conclusão, apresentava ao leitor um sistema baseado numa sucessão de isenções para conseguir um imposto “financeiramente e economicamente perfeito”: isentar os rendimentos do trabalho tão pequenos que não compensassem a cobrança; isentar uma parte dos rendimentos correspondentes ao custo médio de vida, “(...) porque essa parte corresponde a transformação de produtos e não a nova produção”; isentar uma parte correspondente à amortização dos custos de produção “(...) porque essa verba constitui restituição à sociedade dos adiantamentos que esta lhe fez enquanto se preparou para a luta da vida”; isentar parte dos rendimentos dos capitais e lucros de exploração, “(...) a importância correspondente à preparação e criação de novos produtores, com aptidões iguais às dos progenitores, que constitui a amortização do custo de produção das faculdades dos mesmos progenitores”; finalmente, se houvesse saldo, lançar um imposto com taxa uniforme. Desta arquitetura julgava o autor retirar a progressão, não através das taxas – a taxa progressiva seria perigosa, insinuando a espoliação –, mas do sistema de isenções.

O estudo de Barros Queirós a que nos referimos, publicado em 1917, era um claro esforço de bloqueio à introdução das teses de influência social-democrata na opinião pública portuguesa, reagindo contra uma tendência que se vulgarizava nalguns países europeus. Admitindo a reformulação do sistema tributário, procurava, por um lado, fazer a defesa do capital – base da reprodução da riqueza, logo, da sociedade –, por outro, blindar o pensamento liberal à possibilidade de instrumentalização socializante dos mecanismos estatais de regulação dos mercados,

²¹⁰ “(...) a função do imposto, - não obstante poderem os sistemas tributários ter objectivos políticos, morais, económicos e sociais – não é, nem pode ser, a de intervir como elemento de correção ou de atenuação das desigualdades sociais”, Thomé José de Barros Queiroz, *Impostos. Apontamentos para o Estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo*, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1917, p. 376.

expurgando qualquer indício de justificação social durante a concepção fiscal. Do ponto de vista doutrinário, o seu programa conformava-se às exigências patronais.

A reforma de 1922, pelo contrário, consagrou um princípio mínimo de justiça social redistributiva. A lei nº 1368²¹¹ introduziu, pela primeira vez em Portugal, o imposto pessoal de rendimento com taxas progressivas, incidindo sobre a totalidade dos ganhos anuais de cada contribuinte²¹². A base colectável era aferida após um abatimento de 30% quando os rendimentos proviessem, exclusivamente, do trabalho, ficando isentos os primeiros 3600\$ de todos os contribuintes, mais 1200\$ se fossem casados, mais 600\$ por cada filho, até quatro, mais 1000\$ por cada filho, além dos quatro, e ainda 500\$ por cada familiar dependente²¹³. Sobre o restante aplicavam-se taxas progressivas por intervalos de 5 contos (primeiros 5 contos: 0,5%; entre 5 e 10 contos: 1%; entre 10 e 15 contos: 1,5%; etc.), até à taxa máxima de 30%. Em suma, a lei protegia o pequeno rendimento e agravava o grande.

A indicação dada pela quantidade de propostas de reforma tributária é a de um consenso, entre as elites governantes, quanto à necessidade de remodelar o sistema, para o tornar eficaz, nomeadamente, através da unificação dos impostos diretos. Como vimos, as diferenças ideológicas não eram pequenas, surgindo quanto aos princípios norteadores dos diversos projetos, dividindo-se as águas no ónus que se colocava sobre o capital. A cisão era expressa por duas premissas distintas: a conservadora postulava a proteção da riqueza com vista à sua reprodução, a radical defendia a participação direta do capital no saneamento da crise do pós-guerra, o que visava o equilíbrio das contas do Estado, mas também a prevalência de uma ideia de justiça social.

Esse debate fez-se nas câmaras legislativas e não só. Fez-se, sobretudo, fora da arena parlamentar, entre as associações económicas do país, sendo notório o empenho destas em desenvolver o seu próprio programa de resolução económica e financeira. É

²¹¹ *Diário do Governo*, Série I, nº 197, 21 de setembro de 1922, pp. 1019-1026.

²¹² A base de aferição dos rendimentos era familiar, incluindo os ganhos do chefe de família, do cônjuge e outros membros que co-habitassem com ele. Se a mulher tivesse rendimentos próprios, e estivesse separada do marido, podia requerer tributação independente, assim como os filhos, ou outros membros da família, com rendimentos próprios.

²¹³ Isentavam-se ainda os juros e encargos de dívida, as rendas, foros e pensões, os prejuízos resultantes da exploração de empresas agrícolas, comerciais e industriais, despesas profissionais, prémios de seguro de imóveis, cotas pagas aos montepios ou instituições de previdência e os prémios de seguro de vida, e as importâncias pagas na contribuição industrial, predial e aplicação de capitais.

no conjunto de políticas sustentadas pela indústria e pelo comércio que encontramos a medida do seu distanciamento relativamente aos partidos republicanos conservadores e percebemos o problema de ausência de representatividade daí derivado.

Os votos finais do Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal (1 a 4 de dezembro de 1923) estipulavam o saneamento da moeda como prioridade financeira. Para tal apontavam: a adopção de um programa fiscal “sério e equilibrado”, com respeito pela “progressividade das fontes de riqueza”, no sentido de que estas precisavam de folga para se desenvolver; o equilíbrio orçamental pela redução das despesas, cortando nas de consumo em proveito das de produção; evitar medidas que enfraquecessem a iniciativa particular, criando antes incentivos ao fomento agrícola, industrial e comercial; renunciar à intervenção estatal no mercado cambial; estimular a repatriação de capitais, protegendo a sua imigração; e dignificar a especulação²¹⁴, renunciando “(...) a todas as medidas de restrição contra uma força que, em todos os tempos e em todos os lugares, sempre teve uma função reguladora, base da concorrência, da seleção e do aperfeiçoamento comercial (...)”²¹⁵. Acerca da compressão das despesas públicas aconselhava-se a supressão de serviços improdutivos, a privatização de alguns serviços – pugnava-se na altura pela passagem dos Transportes Marítimos do Estado para os particulares -, e a redução do funcionalismo e do corpo militar – “(...) sem diminuir a eficiência dos serviços de defesa interna ou externa (...)”²¹⁶ -, canalizando os empregados dispensados para a indústria e para o comércio. Para a estrita observância de uma política de economias, propunha-se a reforma dos serviços de fiscalização das despesas e a criação de responsáveis financeiros. A política de receitas devia basear-se no aperfeiçoamento da máquina fiscal, no recurso aos impostos indiretos e no aumento das receitas em ouro. Quanto às políticas económicas, o plano avançava com quatro temas correlativos, o controlo metropolitano do mercado colonial – sobretudo, pela abolição do regime de altos-comissariados -, o livre comércio interno – abolindo todas as formas de intervenção estatal, tais como o tabelamento de preços e os impostos municipais -, a defesa da indústria nacional - através da revisão da pauta aduaneira -, e o

²¹⁴ “Libertar o espírito público do deprimente significado que se tem atribuído ao termo «especulação», considerando-o, pelo contrário com a inteireza de aceção científica que ele encerra”, in *Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa*, 1918-1920, p. 21.

²¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

²¹⁶ *Idem*, p. 22.

envolvimento do Estado no estabelecimento de acordos comerciais com o estrangeiro. Acrescentava-se a privatização da administração do porto de Lisboa, obras de apetrechamento, adoção das teorias administrativas e de organização do trabalho de Henry Fayol e regulamentação especial do trabalho marítimo e terrestre.

A prossecução do programa patronal colidia abertamente com as políticas reformistas tentadas, tanto no campo laboral, como no da tributação. O restabelecimento das condições de acumulação de riqueza passava pela intervenção estatal, exclusivamente, em prol dos interesses económicos, pretendendo estes viabilizar a indústria, reavivando o protecionismo mercantilista: pela centralização da administração colonial, erguendo barreiras alfandegárias à importação de produtos estrangeiros e liberalizando o mercado interno. A redução das horas de trabalho, o aumento dos encargos patronais com o seguro obrigatório de acidentes de trabalho, o aumento das despesas públicas para encargos sociais (construção de habitação económica e serviços de assistência), assim como a tributação do capital, eram políticas inaceitáveis, porque alteravam os pressupostos de produção e porque subvertiam as lógicas tradicionais de utilidade estatal.

Perante este projeto, os conservadores republicanos não estavam suficientemente, isto é, autoritariamente, à direita. O patronato não reconhecia neles a representação dos seus interesses, pelo que se organizaria autonomamente, a partir de 1924, convergindo mais tarde em torno da ideia que mais convinha aos seus planos, a ideia antiliberal. O sucesso desse processo de convergência conservadora extraparlamentar é fundamental para explicar a queda da República.

III. 4. Um governo conservador com medidas radicais (1924).

A partir de 1922, os contornos do programa radical clarificaram-se. Tal como entre os anos anteriores, foram iniciativas tomadas no campo das finanças que determinaram o extremar das atitudes políticas, à esquerda e à direita. A novidade foi o apuramento programático e tático dos blocos antagónicos. Enquanto o campo conservador convergiu para a ideia ditatorial, antiliberal e antiparlamentar, do lado radical o pensamento reformista deixou de se cingir a medidas conjunturais, assumiu um ideal de justiça social e encontrou coerência suficiente para delinear um projeto de remodelação democrática da República. Foi neste momento do processo que se

afirmou e explicitou uma esquerda republicana reformista, de tendência social-democrata.

Depois de aprovada a reforma do sistema tributário os mais significativos desafios lançados pelos republicanos radicais ao poder económico transformaram-se em interferência direta do Estado sobre atividades especulativas, entretanto afectadas pelo descalabro derivado da exaustão do modelo inflacionista. Em 1923-1924, enquanto o índice do custo de vida ascendia a 2062,5 (1914 = 100)²¹⁷, sete bancos fecharam as portas²¹⁸. No ano seguinte, o mesmo índice ultrapassou 2300 e as falências bancárias sucederam-se. As contradições criadas pelas políticas económico-financeiras baseadas no modelo inflacionista haviam atingido o limite do possível, o modelo esgotara-se.

Em dezembro de 1923 formou-se o governo de Álvaro de Castro, na sequência da queda do gabinete Ginestal Machado²¹⁹. Depois de um percurso por agrupamentos de tendência conservadora (Partido Reconstituente, 1920 e Partido Nacionalista, 1923), Álvaro de Castro viria a acrescentar um item ao programa radical, a reforma do mercado de cambiais, provocando um impulso decisivo no processo de polarização política. De início o seu gabinete apresentou uma novidade, a chamada dos seareiros ao governo e da ala esquerda do PRP, o que poderia aparentar uma colaboração das esquerdas republicanas. Duas pastas foram entregues a seareiros - António Sérgio (Instrução), Azevedo Gomes (Agricultura) -, uma a um nome indicado pelo Grupo Seara Nova - António Germano Ribeiro de Carvalho (Guerra) -, três a democráticos - José Domingues dos Santos (Justiça), Domingos Pereira (Estrangeiros) e Mariano Martins (Colónias) -, uma a um independente - Fernando Pereira da Silva (Marinha) -, ficando as sobejantes para elementos do Grupo de Acção Republicana, recém-formado e liderado por Álvaro de Castro - Sá Cardoso (Interior), Lima Duque (Trabalho) e António Ferreira da Fonseca (Comércio e Comunicações). Para as Finanças, Álvaro de Castro procurou chamar Afonso Costa, mas, perante a recusa

²¹⁷ VALÉRIO, 2005, p. 242.

²¹⁸ Banco Auxiliar do Comércio (1920-1923), Banco de Chaves (1875-1923), Banco de Fomento Nacional (1919-1923), Banco Internacional de Comércio (1920-1924), Banco Mercantil de Viana (1875-1923), Banco Nacional Agrícola (1922-1923), e Banco Peninsular (1923-1924). MARQUES, 1980, pp. 119-120.

²¹⁹ Para os detalhes da formação do governo e da sua atuação ver PINTO, 2013.

deste, acabou por ser ele próprio a sobraçar aquela pasta que foi, aliás, a chave da atuação deste ministério²²⁰.

Apesar da afinidade de alguns dos nomes com a esquerda, o chefe do governo quis isolar o carácter suprapartidário dos seus convites como principal característica do executivo. Na véspera de apresentar o elenco na Assembleia da República, Álvaro de Castro deu uma entrevista ao *Século* na qual sublinhava este aspeto. Os ministros, no seu entender, eram todos independentes, à exceção dos democráticos. A independência do executivo oferecia duas possibilidades: ultrapassar o descrédito percebido das lutas partidárias e avançar com reformas acobertadas pela chancela da competência dos ministros. O argumento da competência governativa era subscrito na *Seara Nova*, não obstante a afirmação do posicionamento na extrema-esquerda da República²²¹. A escolha de Afonso Costa, o homem do equilíbrio orçamental (1913) corroborava a mesma intenção. Nas palavras de Álvaro de Castro, a clivagem significativa na definição das políticas estabelecia-se entre “fazer politiquices” ou “política nacional”²²². Quando, na mesma entrevista, foi solicitado a Álvaro de Castro o esclarecimento da política geral do governo este reafirmou “O governo quer realizar uma política nacional (...)”, acrescentando “(...) para isso, considerará todos os portugueses como seus correligionários.”²²³. Esta fórmula de abrangência máxima – todos os portugueses – encobria, como é próprio dos nacionalismos, as clivagens sociais verticais, aplanava-as na ideia implícita do bem comum (a política nacional). Como se verá, o bem comum não equivale ao bem de todos e foi perante essa

²²⁰ O ministério empossado a 18 de dezembro não incluía ainda Mário de Azevedo Gomes nem Mariano Martins. A pasta da Agricultura ficou, interinamente, a cargo de António Ferreira da Fonseca até dia 24 de dezembro. A pasta das Colónias foi sobraçada por Álvaro de Castro até 28 de dezembro, data em que passou de interino das Finanças a ministro de pleno direito. *Vide Diário do Governo*, Série II, suplemento ao nº 293, 18 de dezembro de 1923; *Diário do Governo*, Série II, nº 298, 24 de dezembro de 1923; *Diário do Governo*, Série II, suplemento ao nº 301, 28 de dezembro de 1923.

²²¹ Sob o mesmo argumento, os ministros afetos à *Seara Nova* abandonaram o governo em finais de fevereiro de 1924. A remodelação ministerial foi feita a propósito da demissão de Ribeiro de Carvalho, ministro da Guerra, após a aprovação pelo parlamento da legislação sobre promoção de sargentos, com a qual o ministro discordava. Acompanharam-no António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes. Foram substituídos por Américo Olavo (Guerra), Helder Ribeiro (Instrução) e Joaquim Ribeiro (Agricultura). António Fonseca abandonou na mesma altura a pasta do Comércio, por ter sido nomeado para um cargo internacional, sendo substituído por Nuno Simões. *Vd.* “O grupo «Seara Nova» ao país: por que razão abandonaram o governo os ministros indicados pelo grupo ao Sr. Presidente do Ministério” (*Seara Nova*, nº 34 – 9/IV/24), in CARDIA, 1970, pp. 128-136.

²²² “A política nacional do governo”, in *O Século*, 20 de dezembro de 1923, p. 1.

²²³ *Idem, ibidem.*

constatação prática que os campos políticos se dividiram, se esclareceram, se apuraram.

No dia 15 de janeiro de 1924, Álvaro de Castro levou ao parlamento a proposta orçamental para o ano económico de 1924-1925, anunciando um défice calculado em cerca de 330 mil contos, que se pretendia reduzir a 95 mil contos por duas vias, a da estabilização da despesa pública e a da atualização dos impostos sobre o capital. Nesse sentido, foram dadas indicações da prossecução das medidas de redução de despesa que o governo pudesse fazer autonomamente, verba estimada em 60 mil contos, mas também de propostas que careciam do aval do parlamento por irem além das condições incluídas na lei nº 1344. A este propósito, Álvaro de Castro preparava as câmaras e pedia a sua colaboração para a aprovação dos orçamentos ministeriais, em particular para os dos ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, cuja estrutura se julgava poder mitigar. Tornara-se já hábito começar por oferecer esta segurança às sensibilidades mais conservadoras, a da contenção dos gastos, mas Álvaro de Castro acrescentava que o desígnio do equilíbrio orçamental não se cumpriria sem aumento imediato e progressivo da receita, e aqui optava-se pelo agravamento de taxas sobre património móvel e imóvel, através da atualização do imposto sobre transações e das contribuições de registo, predial e industrial. Esta intenção vinha consubstanciada na afirmação de que parte significativa do défice seria colmatada onerando o capital: “O Governo, nas medidas que tenciona apresentar ao Parlamento, para obter que o *deficit* fique reduzido a 95000 contos, atingirá principalmente a riqueza, não recorrendo ao imposto, pois que redundaria em pedir novos sacrifícios àqueles que na verdade não são detentores do capital.”²²⁴.

Conquanto os planos do governo visassem a valorização monetária, apenas dois dias volvidos sobre a apresentação da proposta orçamental na câmara dos deputados, as movimentações no mercado financeiro alarmaram o país. Ao contrário do expectável, dadas as repetidas garantias de se manter a redução da despesa pública como meio para cumprir o objetivo governativo, o escudo sofreu forte depreciação face à libra²²⁵. O assunto foi levado ao parlamento por Nuno Simões, em negócio

²²⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 20, 15 de janeiro de 1924, p. 6

²²⁵ Em meados de 1924, aquando da queda do gabinete Álvaro de Castro, a libra atingiria a cotação máxima de 154\$54. Em outubro do mesmo ano, as medidas de controlo do mercado cambial começaram a surtir efeito, decaindo o câmbio para 114\$67. *Vd. Telo*, 1990, p. 162.

urgente. Na sua intervenção, grave, defendeu que todos os planos de equilíbrio orçamental seriam gorados enquanto a especulação cambial não fosse eficientemente contida²²⁶, sobretudo quando a recente desvalorização se fazia a par das promessas de contenção do governo, isto é, quando as medidas políticas anunciadas pareciam não cumprir a influência esperada enquanto fator estabilizador do mercado, enquanto sinal de redução do risco financeiro. Sublinhava-se, então, a estranha e pouco ortodoxa desarticulação entre as duas esferas, financeira e estatal:

“Sei que na questão cambial influi, aqui como em toda a parte, o fator moral de confiança na obra governativa. Sei que é fundamental, para que a questão cambial se resolva, que efetivamente as contas se regularizem, mas também sei que neste momento o país não tem conhecimento de qualquer fator extraordinário que contribuisse para que o câmbio se agravasse.”²²⁷.

Por fim, instava o poder executivo e o legislativo a tomarem precauções rigorosas contra a especulação, dispondo-se a aprovar qualquer autorização nesse sentido.

A mesma estranheza foi declarada por Álvaro de Castro, dividindo-se o ministro das Finanças entre dois argumentos que nos interessa explorar. O primeiro, residual, seguia ainda os preceitos da escola de economia clássica. O comportamento da praça financeira devia-se ao temor pelo futuro dos investimentos. Ainda que injustificado, correspondia a um impulso de sobrevivência, a uma “(...) ânsia com que certos elementos procuram agarrar os valores que imaginam que são os únicos que poderão resistir à *débauche* final.”²²⁸. Tal argumento reforçava a necessidade de o parlamento aprovar as medidas pensadas, justificava mesmo a urgência sobre a discussão de algumas delas. Mas este argumento, sendo útil e instrumentalizável para pressionar a câmara à colaboração com o governo, era menor. O argumento

²²⁶ “Entendo que em face da gravidade de um problema destes é absolutamente inútil – sinto ter de o dizer – que vamos comprimir despesas, que vamos reduzir o funcionalismo, ou fazer outras e máximas economias. Tudo quanto se está a fazer neste capítulo de economias desaparece na voragem das despesas provenientes de diferenças cambiais.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 22, 17 de janeiro de 1924, p. 5.

²²⁷ *Idem, ibidem*.

²²⁸ *Idem*, p. 7.

arrebatador era de natureza distinta e retinha como uma arma antiga, vinda dos combates da viragem do século. A responsabilidade aguda que pendia sobre as cabeças dos deputados era a de salvarem a República dos inimigos do regime: “(...) desde que não se adotem as medidas absolutamente precisas para jugular aqueles que pretendem não atacar o Governo, mas atacar profundamente a República, servindo-se, não de incursões vindas da Galiza, mas de incursões perturbadoras nas finanças do Estado.”²²⁹.

Generalizado o debate, por requerimento de Carvalho da Silva, as oposições nacionalista e monárquica não hesitaram em escarnecer da verve antimonárquica de Álvaro de Castro. Cunha Leal considerava-a um fator de justa desconfiança dos mercados, de tal forma o argumento do inimigo de regime era a-económico:

“Que admira, de resto, que o país esteja desconfiado com os Ministros que ali se encontram, quando os ouve falar – e eu não quero com isto ofender o Sr. Ministro das Finanças – quando os ouve falar, acerca da descida do câmbio, nas incursões na Galiza e na especulação dos monárquicos?! Creia o Sr. Álvaro de Castro que não é essa a melhor forma de conquistar a confiança da Nação.”²³⁰.

Carvalho da Silva fez questão de sublinhar o quão inverosímil a estratégia do inimigo de regime era: “Ouvi o Sr. presidente do Ministério falar, como há 13 anos ouvimos falar certos republicanos, mas já o país não acredita em que têm culpa de tudo os *jesuítas* e os reacionários.”²³¹. Mas foi Torres Garcia, ex-reconstituente, quem justamente descolou a questão financeira da questão de regime, recusando a chantagem inerente à armadilha do patriotismo:

“Se o Sr. presidente do Ministério procurar impressionar a minha sensibilidade patriótica, dizendo que se trata de mais uma incursão monárquica feita através do capítulo finanças, eu dir-lhe-ei que a finança nunca teve partido nem pátria. A finança

²²⁹ *Idem, ibidem.*

²³⁰ *Idem*, p. 13.

²³¹ *Idem*, p. 21.

é o poder errante de sempre, que arranca a pele a quem passe por ele, e que a arrancaria também à monarquia se ela existisse em Portugal.”²³².

Embora haja um aparente acordo nestas três recusas do argumento da cabala monárquica, existiam cambiantes importantes, uma vez que nem todos os intervenientes escusavam a questão do regime. Desde logo, como seria expectável, Carvalho da Silva usava a mesma lógica, invertendo o sentido do argumento. Se os republicanos não resolviam o problema financeiro era porque a República era, ela sim, antipatriótica, politicamente egoísta e alienada das necessidades do país:

“O que é indispensável é reduzir, mas reduzir inexoravelmente, todas as despesas públicas. E quem foi que criou essas despesas? Foi a República, foram os homens da República. E porque é que os homens da República, sob a ameaça de afundarem o país, ainda mais do que já afundou não reduzem as despesas? Por motivos políticos. Porque põem a República acima do país...”²³³.

Não será excessivo ressaltar o quanto esta construção ideológica – o de um regime inerentemente despesista contra outro inerentemente responsável – era o perfeito negativo da construção feita por Álvaro de Castro. Estes dois contendores debatiam-se no mesmo terreno, com as mesmas armas. Com Cunha Leal ou Torres Garcia o assunto era outro, havia um desvio dos termos do debate para um lugar determinado pela naturalização dos comportamentos económicos. Os mercados reagiam negativamente ao governo e às suas políticas, com desconfiança, já porque o gabinete alvarista se formara à margem dos agrupamentos políticos instituídos (para o nacionalista Cunha Leal)²³⁴, já porque o anúncio da lei orçamental continha em si

²³² *Idem*, p. 25.

²³³ *Idem*, p. 23.

²³⁴ “Corresponde a presença deste governo nas cadeiras do Poder a uma necessidade nacional, a uma nova forma de equilíbrio político? Não. (...) Ninguém ignora que a presença deste governo no Poder significa um novo arranjo das forças políticas. Ninguém acredita na estabilidade do governo, nem na grande força moral que lhe proviria do equilíbrio político adquirido; ninguém acredita que este governo se apoie numa sólida força.”, *in idem*, p. 12.

propostas inexecutáveis nos seus fins (para Torres Garcia)²³⁵. Ainda assim, havia um ponto programático comum a estes deputados que era afinal o que os definia como conservadores. Nenhuma confiança adviria das praças financeiras enquanto o governo não fizesse uma severa compressão de despesas, abdicando de aumentar impostos sobre o capital. E para todos os conservadores a redução da despesa passava pelo despedimento de funcionários públicos. Assim, Cunha Leal dizia: “Se não houvesse nem mais um funcionário do que antes da guerra, só haveria uma forma indireta para conseguir o equilíbrio em ouro do orçamento, forma que seria termos menos funcionários do que antes.”²³⁶. Carvalho da Silva: “(...) esta situação é mais uma consequência da incursão de trinta suplementos do *Diário do Governo* do que das incursões da Galiza. (...) A República não pode viver senão agarrada a essa obra dos trinta suplementos, e, se o Sr. Presidente quer trilhar por caminho diverso do dos seus antecessores, tem de começar por rasgá-los.”²³⁷. Torres Garcia: “A solução, Sr. Presidente e meus senhores, é uma só: compressão das despesas públicas, mas compressão efetiva, ampla, cruenta até, como as dificuldades da situação o impõem.”²³⁸. E Barros Queirós: “Esse Orçamento tem de iniciar o seu equilíbrio pela redução efetiva das despesas (...). Com efeito, suprimir serviços, mas deixar os funcionários à mesa do Orçamento, a receberem o mesmo que recebiam sem prestarem ao país aqueles serviços de que ele tanto carece, não se justifica.”²³⁹. Em complemento, cada um deles repudiava sobrecarregar a riqueza, ora identificando-a como o elemento produtivo da economia, por oposição ao sector improdutivo que era o funcionalismo público (Barros Queirós)²⁴⁰, ora porque o agravamento da depreciação cambial engoliria os aumentos dos impostos (Torres Garcia)²⁴¹, ora

²³⁵ “Eu sou até daqueles que acreditam em que os números trazidos juntamente com a última proposta apresentada a esta Câmara influíram decisivamente no agravamento cambial.”, *idem*, p. 24.

²³⁶ *Idem*, p. 13.

²³⁷ *Idem*, pp. 21 e 23.

²³⁸ *Idem*, p. 24.

²³⁹ *Idem*, p. 18.

²⁴⁰ “A nenhum governo é legítimo, porque nenhum tem autoridade para o fazer, equilibrar esse Orçamento à custa de receitas, com sacrifício do povo que trabalha em benefício de quem não faz nada.”, *in idem, ibidem*.

²⁴¹ “Mais uma vez se reincidiu no erro de apontar soluções impraticáveis para extinção do deficit, pois outra coisa não é a solução do aumento de impostos que no momento da sua cobrança não podem já fazer face ao descalabro financeiro do Estado.”, *in idem*, p. 24.

porque as tentativas anteriores haviam falhado e isso provava à partida a sua desadequação (Carvalho da Silva)²⁴².

Foi ainda pela voz de Carvalho da Silva que se fez o mais assumido resumo da questão que se tornava incontornável, a questão nodal contemporânea, ou os regimes eram a favor da propriedade ou eram contra, e nesse sentido, a República, assim se dizia, tinha como pressuposto inimizar-se do capital:

“A República assenta numa propaganda latamente demolidora; a República assenta numa propaganda feita contra a religião, e por isso tem a desordem. Assenta numa propaganda feita contra a propriedade, contra o capital, e por isso aí tem a desconfiança pública. (...) Que fazer então para se salvar o país? Devemos unir-nos todos e reagir contra essa força que atenta contra a ordem e contra o respeito pelo capital e pelo produto do trabalho de cada um.”²⁴³.

Note-se como a questão religiosa, embora presente, não era a essencial, como havia sido nos primeiros tempos da República. A esta modernização de argumentos, acrescia a esclarecedora menção ao exemplo italiano:

“Eu pergunto aos que me escutam se Mussolini seguiu o caminho que o Sr. Presidente do Ministério nos preconizou, de lançar impostos, de atacar a propriedade, de ferir até o próprio sentimento de família, agravando extraordinariamente a contribuição de registo. Não. Pelo contrário, Mussolini procurou por todas as maneiras merecer a confiança da Nação e fazer respeitar a propriedade, modificando uma legislação atrabiliária e acabando com a contribuição de registo por título gratuito, na linha direta.”²⁴⁴.

Como esperamos demonstrar, as medidas cumpridas pelo governo de Álvaro de Castro tornaram clara a clivagem entre o capital e o trabalho e essa clivagem não

²⁴² “A experiência que se tem adotado na República de julgar que pode resolver-se a situação financeira do país exclusivamente recorrendo aos impostos, tem sido demasiadamente eloquente para que todos conheçamos as suas consequências.”, *in idem*, p. 21.

²⁴³ *Idem*, p. 23.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*.

respeitava as fronteiras da antiga polarização monarquia/ república. Ou seja, apesar da intenção de Carvalho da Silva ter sido a de fazer coincidir a oposição de regimes a oposição material, esta revelou-se decisiva na definição dos campos políticos, unindo conservadores republicanos ou de outro tipo na plataforma antiliberal.

Durante a discussão, Almeida Ribeiro lançou para a mesa uma proposta de autorização especial ao governo, permitindo-lhe tomar todas as medidas consideradas úteis para a regulamentação do mercado de cambiais e obstar à desvalorização monetária. Na generalidade, a autorização foi aprovada por 46 votos a favor e 20 contra. Na especialidade, verificaram-se dois tipos de crítica. A oposição monárquica escusou-se a votar a autorização por a considerar inconstitucional, violando os casos previstos pelo artigo 26º da Constituição e o artigo 27º²⁴⁵. Da parte dos nacionalistas veio a intenção de restringir o valor da autorização, limitando-a à regulamentação do exercício do comércio cambial, o que excluía outras medidas de influência sobre a cotação da moeda. Com essa finalidade, Jorge Nunes fez uma proposta de substituição, permitindo ao governo alterar a legislação em vigor concernente, exclusivamente, à limitação, condições e fiscalização da indústria bancária e do comércio cambial. Como contraproposta, Almeida Ribeiro sugeriu introduzir a palavra “diretamente” entre “julgue” e “úteis” (ler-se-ia “providências que julgue *diretamente* úteis para melhorar a situação cambial do país”). A não aceitação da restrição submetida por Jorge Nunes gerou grande desconfiança por parte dos deputados da oposição, alarmados pela insistência da maioria e do governo, numa autorização tão lata que incluiria, nomeadamente, matéria tributária. Na ausência de Álvaro de Castro, que na hora estava no Senado a responder pela declaração ministerial, António Fonseca foi porta-voz do governo. Fez os possíveis por assegurar aos deputados que o executivo não deixaria de levar ao parlamento qualquer matéria sobre impostos, que a intenção não era usar-se da autorização para esse fim. No entanto, e perante a desconfiança da oposição, fez questão de declarar que havia, de facto, planos que não eram partilháveis com a assembleia, que o secretismo era garantia de eficácia das medidas previstas:

²⁴⁵ O art. 26º da Constituição era relativo às competências exclusivas do Congresso da República e o art. 27º limitava o uso de autorizações a uma única vez.

“No dia em que dissesse que se iriam tomar tais e tais disposições, encontrar-se-ia logo quem procurasse meios de tornar inúteis essas resoluções. Porque é que os Governos têm trazido ao Parlamento só pedidos de autorizações sobre o assunto? Porque se não tem apresentado propostas concretas e tudo se tem feito à sombra de autorizações? Porque se tudo não fosse feito com todo o segredo e cautela, a maior parte do efeito que se queria conseguir acabava.”²⁴⁶.

Moura Pinto acabou por lançar um segundo artigo à proposta de Almeida Ribeiro, excluindo da autorização matéria de contribuição e impostos. A autorização foi aprovada.

A autorização especial para a regulamentação do comércio de cambiais foi publicada a 7 de fevereiro de 1924 em *Diário do Governo* (Lei nº 1545). Foram várias e céleres as medidas decretadas sob a sua legalidade, as primeiras das quais saindo no dia 11 de fevereiro. Pelo decreto nº 9415, um dos mais polémicos, o governo podia rever as bases de alguns contratos e convenções celebrados com o Banco de Portugal, tendendo à mobilização do depósito de valores-ouro feito pelo Tesouro e à livre utilização de cambiais de exportação, duas situações condicionadas pela convenção de 29 de dezembro de 1923. O mesmo decreto previa a alteração dos contratos de 7 de julho e de 22 de dezembro de 1923, tendo em vista agilizar a venda da prata cativa no Banco de Portugal, alterando ainda as condições dos suprimentos e amortizações do Estado junto daquela instituição, bem como tornar viáveis as bases da faculdade concedida pela lei de 15 de maio de 1923 na parte relativa à utilização das notas do Banco. Por fim, e aqui residia o princípio mais controverso deste articulado, o governo decidia legalizar os novos acordos dispensando a aprovação prévia da assembleia geral dos acionistas, bastando o consentimento do Conselho Geral, o que implicava uma alteração pontual aos estatutos do Banco de Portugal. Pelo decreto nº 9416 alteravam-se os pressupostos do pagamento dos juros do fundo consolidado de 6,5%, criado em 15 de março de 1923, suspendendo-se o seu pagamento em ouro na praça de Londres e fixando-se o valor do seu pagamento em escudos na praça lisboeta. O decreto nº 9417 dobrava as taxas dos emolumentos consulares, constituindo a parte do aumento estipulado uma receita integral do Estado.

²⁴⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 23, 18 de janeiro de 1924, p. 23.

Finalmente, o decreto nº 9418, outra fonte de polémica nos meios financeiros, autorizava o governo a promulgar extensos condicionamentos ao comércio de cambiais e movimentos de importação/exportação, proibindo a abertura de novas casas bancárias, obrigando as casas em exercício a concretizar um capital realizado para manterem a atividade, proibindo o negócio de cupões, moedas e notas de banco estrangeiras amortizáveis em ouro, proibindo operações entre casas bancárias sem autorização da Inspeção do Comércio Bancário, prevendo a concentração do exercício do comércio de cambiais numa única entidade e a nomeação de delegados para a direção dos estabelecimentos autorizados, introduzindo no conselho fiscal do banco emissor como vogal o diretor geral da Fazenda Pública, entre outras medidas.

As primeiras manifestações reativas a este pacote de medidas não se fizeram esperar. Logo no dia seguinte à sua publicação encontramos em *O Século* uma nota de protesto da Associação Comercial de Lisboa, marcando posição contra o princípio da quebra contratual, considerado estrutural da sociedade de direito. O decreto nº 9415 era apelidado de subversivo e imoral. A ACL não perdia a oportunidade para reiterar a doutrina de equilíbrio orçamental defendida: reduzir os serviços do Estado ao nível das suas receitas correntes por oposição a um aumento de contribuições capaz de pagar as despesas existentes. No dia 14, o mesmo jornal referia uma representação da comissão dos cambistas de Lisboa e do Porto entregue a Álvaro de Castro, solicitando a permissão para continuarem a exercer o seu negócio, admitindo, no entanto, uma fiscalização pela Caixa Geral de Depósitos. No dia 16, surgiu a notícia de os presidentes da ACL, da Associação Industrial Portuguesa e do Sindicato da Câmara dos Corretores e Oficiais terem procurado o chefe do ministério para lhe apresentarem a sua solidariedade para com a representação dos cambistas, opondo-se ao decreto nº 9418. No mesmo dia foi publicada uma extensa representação do Banco de Portugal contra ambos os decretos, redigida pelo Conselho Geral do Banco e dirigida aos deputados e ao presidente da República. Numa primeira parte, questionava-se a legalidade dos decretos, a sua conformidade em espírito e letra com a autorização dada pela lei nº 1545, denunciando com surpresa a hostilidade do governo para com a instituição e o alarmante precedente aberto pela quebra contratual para o estável funcionamento das sociedades anónimas. Esta última reclamação é porventura aquela que melhor nos permite surpreender o conteúdo ideológico ou programático do conflito aberto pelos decretos de Álvaro de Castro, aquela onde se expõem os receios

de alteração dos pressupostos da articulação entre o interesse público e o interesse privado, de um esboço de Estado mediador menos favorecedor da acumulação capitalista, em particular a financeira especulativa. O alarme disparado derivava do sobressalto provocado pela hipótese de o Estado ganhar terreno de atuação e legitimação para intervir na economia e nos negócios privados a descontento das chamadas “forças vivas”, os grandes interesses económicos do país. Aí estava a matéria problemática, não só para o Banco de Portugal, neste caso concreto, como para todos os agentes económicos capitalistas, e o alargamento dessa perspetiva foi tentado pelos autores da representação:

“Uma tal subversão dos princípios fundamentais da constituição das sociedades anónimas, hoje aplicada ao Banco e, porventura, amanhã ampliada a quaisquer sociedades anónimas, mesmo sem contrato com o Estado, seria uma alavanca poderosa de anarquia, a ruína do crédito comercial, a verdadeira impossibilidade de vida para as sociedades mercantis.”²⁴⁷.

Esta foi a base de entendimento e concertação de diversos grupos económicos concordantes na preferência por um poder público económica e socialmente atuante em prol da manutenção da estrutura social da riqueza existente. Faltava encontrar legitimidade junto da opinião pública, passo tentado no parágrafo final da representação do Banco de Portugal aos deputados e presidente da República. Na economia dos argumentos levantados, os interesses particulares dos acionistas do Banco eram interesses gerais:

“Côncios de que não defendemos interesses mesquinhos, mas antes somos neste momento intérpretes do verdadeiro interesse nacional, pois mais do que em nome dos nossos acionistas, falamos em nome do povo, portador das notas que o Banco emitiu, moeda desvalorizada embora, mas única moeda nacional, a vós nos dirigimos e na vossa sábia decisão em absoluto confiamos.”²⁴⁸.

²⁴⁷ “Representação do Banco de Portugal à Câmara dos Senhores Deputados”, in *O Século*, 16 de fevereiro de 1924, p. 3.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*.

Vemos assim como a principal instituição bancária do país podia recorrer à ideia de serviço à sociedade a coberto da ideia de “povo servido”, o povo portador das notas do Banco. Este povo era garante da existência de uma atuação moralmente justificada por não ser “mesquinha”, mas sim amplamente correspondente ao interesse geral.

As tensões tornam-se notórias quando temos oportunidade de analisar o confronto de posições face aos decretos em causa, e a presença de Álvaro de Castro na assembleia geral da ACL, no dia 16 de fevereiro, dá-nos essa oportunidade. Pedro Alvares foi o primeiro dos oradores da ACL a tomar a palavra, alinhando vários argumentos já aqui expostos no que tocava à visão geral das forças económicas do país para o problema das contas públicas: havia que reduzir drasticamente as despesas e entregar os serviços do Estado à exploração pelos privados. Quanto aos decretos financeiros, a censura global recaía sobre a interferência do Estado nos negócios particulares, incluindo a nomeação do administrador do Banco de Portugal, considerada a causa da decadência da instituição²⁴⁹, a intenção de gestão pública das reservas ouro decretada por Álvaro de Castro²⁵⁰, as restrições cambiais, a obrigação de os bancos aumentarem o seu capital. Terminava enviando uma moção resolvendo pedir ao governo a supressão das medidas publicadas, solicitar ao parlamento que nada resolvesse em matéria de aumento de receitas sem uma prévia compressão de despesas e, mais importante, que isso dependesse de um entendimento com as várias associações económicas do país. Pereira da Rosa, pela direção da ACL, classificou o decreto nº 9418 de bolchevista, enquanto Alfredo Ferreira tomava um tom ameaçador, dizendo que as forças económicas não estavam dispostas “(...) a alimentar por mais tempo as prodigalidades do governo (...)”²⁵¹ e assumia a posição mais radical, denunciando a moção de Pedro Alvares em nome da intransigência total. Para este último orador a solução passava pela “organização de uma grande força conservadora,

²⁴⁹ “A decadência do Banco de Portugal começou com a nomeação de um governador. Esse Banco não pode ser um estabelecimento modelar sem que o governador de lá saia.”, “As medidas financeiras do governo”, in *O Século*, 17 de fevereiro de 1924, p. 2.

²⁵⁰ “Diz concordar com a intenção do Sr. ministro das Finanças em tornar ativa a reserva de ouro do Banco de Portugal, concordando mesmo em que nem só o ouro do Estado deve ser mobilizado, mas discorda, porém, da forma por que se procura pôr em prática essa intenção. As reservas ouro devem ser administradas pelos Bancos e não pelo Estado.”, in *idem*, *ibidem*.

²⁵¹ *Idem*, *ibidem*.

pela confederação das classes económicas”²⁵². Álvaro de Castro não foi menos contundente que os seus adversários, respondendo às reclamações de espoliação dos particulares pela sobrecarga de impostos com números de fuga fiscal, comparando os valores cobrados com os rendimentos calculados pelo Estado, para concluir: “É o Estado que rouba o comerciante ou é o comerciante que rouba o Estado? (...) É o Estado que rouba a propriedade rústica ou é esta que rouba o Estado?”²⁵³.

Uma vez aberto, o confronto entre o governo e a alta finança não teria solução imediata, apesar de Álvaro de Castro ter recuado em alguns dos pontos mais agressivos no que ao Banco de Portugal dizia respeito. Assim, no dia 22 de fevereiro, saiu em *Diário do Governo* uma nova publicação retificada do decreto nº 9418. A alteração ao texto inicial, passados onze dias da saída do decreto original, embora menor, indicava cautela. Significativamente, o diretor geral da Fazenda Pública deixava de ser indigitado vogal do conselho fiscal do banco emissor, referindo-se apenas que seria representante do Estado naquele órgão e, além disso, omitia-se qualquer imposição de alteração automática e unilateral dos estatutos da instituição e do seu regulamento administrativo para acomodar as novidades desejadas pelo governo. Estava desbravado o caminho para uma via conciliadora, comprovada pela publicação, a 17 de março, das bases do novo acordo a celebrar. Mantendo-se toda a matéria relativa à mobilização e venda da prata, isto é, à revisão da convenção de 29 de dezembro de 1922 que era o objeto da legislação em causa, o articulado surgia expurgado de toda a matéria polémica. Em vez de ser o próprio ministro das Finanças autorizado a negociar o novo acordo, passava a ser o governo, ou seja, em vez de uma capacidade uninominal e autocrática outra colegial e democrática. Em vez da violação dos estatutos do Banco, as novidades seriam contratualizadas respeitando as atribuições e competência do seu conselho geral, ou seja, eliminava-se a quebra contratual, mantendo-se o respeito pelos princípios dos códigos comerciais. Acrescia, até deliberação do tribunal arbitral, solicitada pelo Banco de Portugal, a suspensão do art. 3º do decreto nº 9415, aquele que ditava a dispensa da aprovação prévia da assembleia de acionistas para firmar o novo acordo, bem como do art. 7º do decreto nº 9418, aquele que obrigava à integração do diretor geral da Fazenda Pública no

²⁵² *Idem, ibidem.*

²⁵³ *Idem, ibidem.*

conselho fiscal do Banco, e a aplicação ao Banco de Portugal da parte final do art. 3º do mesmo decreto, onde se adiantava o futuro estabelecimento de um capital realizado mínimo obrigatório para todas as casas bancárias em atividade poderem manter portas abertas.

Foi sob o efeito apaziguador deste decreto (nº 9505) que no dia 20 de março, três dias volvidos, a assembleia geral de acionistas do Banco de Portugal reuniu extraordinariamente para apreciar as bases do novo contrato para a alienação da prata em depósito na instituição. O documento em discussão seria uma versão da proposta apresentada pelo governador do Banco na reunião do conselho geral de 27 de fevereiro, entretanto alterada pelos membros do órgão deliberativo de acordo com as críticas feitas durante aquela sessão. Segundo o testemunho publicado em *O Século*, o governador não compareceu ao plenário dos acionistas – lembremos que ele era nomeado pelo governo – estando o conselho geral representado por Rui Ulrich que manteve uma atitude apaziguadora, asseverando a inocuidade das alíneas propostas para o poder de ação do Banco²⁵⁴. Segundo a mesma notícia, o balanço da reunião foi favorável, votando-se uma moção onde se dava confiança ao juízo do conselho geral e aprovação à sua proposta, não sem se mencionar a excecionalidade da ocasião que justificava a modificação da convenção em vigência²⁵⁵. Numa outra proposta, da autoria de Alves Dinis e de cuja votação não se faz referência, ficava explícita a noção de um sacrifício dos interesses dos acionistas em prol do governo, mas não o sacrifício do interesse nacional, sempre assegurado pelo Banco de Portugal²⁵⁶.

²⁵⁴ “Acentua que as bases do contrato se encontram expurgadas de quanto na assembleia anterior se julgou lesivo das prerrogativas do Banco. Sobre a base respeitante à alienação da prata é que o governo se mantém irredutível.”, *vd.* “A assembleia geral do Banco de Portugal aprovou ontem as bases do contrato a fazer com o governo, para alienação da prata em depósito no mesmo estabelecimento”, in *O Século*, 21 de março de 1924, p. 4.

²⁵⁵ A moção foi proposta por Orlando de Melo Rego: “A assembleia geral do Banco de Portugal, ouvidas as explicações do Conselho Geral e atentas as excepcionais circunstâncias do momento presente, manifesta a opinião de que entre o Banco e o governo seja celebrado um contrato na conformidade das bases por este propostas e cuja apreciação constitui o objeto da ordem do dia.”, in *idem, ibidem*.

²⁵⁶ “A assembleia geral confirma, porém, a sua plena confiança no critério do conselho geral, que, em todas as circunstâncias críticas da vida das relações do Banco de Portugal com o Estado, tem demonstrado sempre estar perfeitamente à altura dessas graves circunstâncias. E, nessa confirmação, autoriza em absoluto o referido conselho a assinar, inalteravelmente, o novo contrato com o Estado, segundo as bases propostas – se o mesmo conselho entender que as circunstâncias se opõem de forma tal que impossível se torna introduzir, nas projetadas bases, as modificações que ao ilustre conselho se afigurem traduzir os altos e futuros interesses nacionais, e que tais circunstâncias exigem, portanto, mais esse sacrifício do Banco de Portugal, em favor dos governos.”, in *idem, ibidem*.

Quando a questão chegou à câmara dos deputados, a 9 de abril, suscitada por uma interpelação de Vitorino Guimarães, alguns oradores não se pouparam a desnudar o rápido retrocesso do governo após a audácia inicial. O próprio proponente da interpelação, feita para discutir o decreto nº 9416, notou a evolução legislativa que acabámos de sumarizar²⁵⁷ e para além dele, Barros Queirós, ridicularizou o ímpeto do chefe de governo, comparando-o ao “bravo matador de touros”: “É como o Sr. Álvaro de Castro tem procedido para com as entidades que tem pretendido esmagar, avançando para elas como um bravo toureiro e saindo, afinal, como um simulador na arte de matar.”²⁵⁸. Moraes Carvalho usou a mesma analogia de Barros Queirós, modificando-lhe os elementos representados para, uma vez mais, reforçar a ideia de uma investida selvagem e cega, própria do regime, contra os interesses do país (porque contra a propriedade²⁵⁹):

“Se o símile tauromáquico me é permitido, há que retificar a versão do Sr. Barros Queirós. O touro não é a alta finança; é o regime que investe às marradas contra o país, que, por isso, está em perigo de vida. A *Espada*, porém, não pode ser o Sr. Álvaro de Castro, nem nenhum dos estadistas do regime, porque estes são incapazes de matar o touro – a República.”²⁶⁰.

Dentro do tema da interpelação, além de questões de impacto financeiro, foi tratado o problema do descrédito do Estado pela quebra contratual, desde logo por Vitorino Guimarães um dos mentores do projeto que deu origem ao empréstimo cujas

²⁵⁷ “Já a 22 de fevereiro findo, apenas onze dias depois da primeira publicação, aproveitando-se mais uma vez a conhecida fórmula «por ter saído com inexatidões» novamente se publicou no *Diário do Governo* o decreto nº 9418; mas já o diretor geral da Fazenda Pública não fica fazendo parte do Conselho Fiscal do Banco de Portugal, nem são modificados os estatutos e regulamentos administrativos do mesmo Banco. Apareceram as bases do novo contrato, e verifica-se por elas que a submissão é completa: nem representante no Conselho Fiscal, nem alteração dos estatutos, nem modificação anti-contratual do capital realizado nem igualdade de procedimento para com o Banco de Portugal relativamente a quaisquer imposições que venham a fazer-se às entidades que negociam em cambiais.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 69, 9 de abril de 1924, p. 20.

²⁵⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 72, 29 de abril de 1924, p. 18.

²⁵⁹ Nas palavras de Carvalho da Silva: “De facto a confiança é indispensável, mas a desconfiança que existe não é consequência do decreto, mas a confirmação do modo de ser da República. Olhando, porém, as causas dessa desconfiança o que vemos? Vemos que ela é baseada numa legislação da República que constitui um completo ataque à propriedade, sem respeito pelos direitos de ninguém. Pergunto se pode haver confiança, por parte dos possuidores de fortuna, num regime que os trata desta forma.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 80, 9 de maio de 1924, p. 17.

²⁶⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 77, 6 de maio de 1924, p. 18.

condições eram agora modificadas pelo decreto nº 9416. A essa crítica, Álvaro de Castro respondeu linearmente referindo a ausência de manifestações de desacordo por parte dos credores do empréstimo. Mais significativa foi a insistência das oposições sobre o tema da tributação que se deveu, em parte, à correspondente insistência de Álvaro de Castro no aumento das receitas como parte essencial do seu projeto global de equilíbrio orçamental. De entre esta componente do debate, destaca-se a intervenção de Carvalho da Silva que chamou à discussão as alterações ao imposto de transações, datadas de janeiro de 1924, e às quais regressaremos com maior pormenor, que implicavam a transformação desta tributação, em princípio indireta, num imposto sobre o rendimento²⁶¹ e cujo repúdio era manifesto entre comerciantes e industriais, os visados²⁶². A réplica veio de Jaime de Sousa, para quem era evidente a defesa constante do grande contribuinte por parte dos conservadores²⁶³. Foi este orador quem fez a alegação de princípio mais consistente do imposto de rendimento:

“Em todos os países em que um sistema financeiro bem organizado permite uma distribuição justa do imposto é justamente o imposto de rendimento que se adota como fórmula única de equidade, de bem distribuir esses impostos, e assim estabelece-se, como, aliás, a lei portuguesa já estabelece, uma tabela de proporções em que só contribuam para o Estado aqueles que ganhem dinheiro e numa proporção tanto maior quanto maiores sejam os seus lucros, os seus ganhos. Sr. Presidente: é tal a reação do grande proprietário, do abastado lavrador e do comerciante que ainda não

²⁶¹ “Mas o Sr. Presidente do Ministério, para mostrar a excelência da sua obra a valer, pega no imposto que mais produtividade pode dar ao Estado – o imposto de transações – e a título de regular este imposto, manifestamente um imposto *ad valorem*, com todas as características portanto de um imposto indireto – como o Sr. Portugal Durão o reconheceu – e transforma-o num imposto direto. S. Ex.^a tem feito uma ditadura sem precedentes. Assim o demonstra a publicação do decreto nº 9348 porque transformou um imposto sobre o valor das transações num imposto de declaração.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 76, 5 de maio de 1924, p. 15.

²⁶² “Vejam os resultados que há de dar e está já dando, como se constata pelas reuniões de muitos comerciantes e industriais, que têm vindo anunciadas na imprensa, contra as contribuições verdadeiramente exorbitantes que lhes são lançadas e, além disso, contra as multas mais iníquas e vexatórias a que estão sujeitos.”, in *idem*, p. 16.

²⁶³ “O que eu tenho visto é que a maior energia, a maior fúria, tanto de V. Ex.^a como de outros seus colegas, quando aqui defendem o contribuinte, não são em favor do pequeno contribuinte, mas sim do grande; é a contribuição predial, é a contribuição industrial, é o imposto pessoal de rendimento que lhes toca de perto, que os atingem nos seus capitais e grandes lucros. (...) Para mim, o maior mérito, tanto deste governo como do governo anterior, é o ataque à grande propriedade que não paga nada que se pareça com aquilo que deve pagar.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 77, 6 de maio de 1924, p. 21.

se conseguiu que um sistema sério e honesto de declarações permita servir de base às repartições fiscais para lançar esse imposto (...)”²⁶⁴.

Na parte final desta citação encontramos aquele que foi o grande óbice à realização efetiva da legislação sobre o imposto de rendimento, fixada em letra de lei em setembro de 1922 e sempre esquivada pelos detentores da riqueza com a conivência dos subsequentes governos democráticos e nacionalista. Também a isso se referiu Álvaro de Castro, focando a injustiça inerente a haver enriquecimento em contexto de carência generalizada:

“As leis são sofismadas ou não se cumprem, e daí resulta muitos dos impostos não serem cobrados. Infelizmente em Portugal a sua liberdade é tão estupenda que permite que nas indústrias de géneros de primeira necessidade haja empresas que tirem lucros de 120 por cento. O que é necessário é criar uma legislação que não consinta o aumento do custo de vida. Seria interessante que a câmara fizesse uma legislação que, dando para o Estado uma tributação justa, corrigisse esta coisa tremenda e pavorosa da situação do país, quando temos que atender aqueles que não têm meios de acudir à sua subsistência.”²⁶⁵.

A este propósito podemos ainda citar uma passagem da intervenção do chefe do governo onde se surpreende o princípio político inerente às medidas radicais por si promovidas:

“Ataca-se a nossa legislação sobre o inquilinato que está estipulado em contratos e regulada por todos os códigos civis desde Napoleão, como se acima dessa moral não houvesse a moral social, comum a todas as coletividades, para impor os seus direitos acima dos direitos do indivíduo. Não há que falar nessa moral para definir o critério do Estado, a sua orientação e necessidades políticas, quer em matéria financeira, quer em matéria económica.”²⁶⁶.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*

²⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 70, 10 de abril de 1924, p. 13

²⁶⁶ *Idem*, p. 11.

Para Álvaro de Castro, a moral contratual, beneficiária de um direito de antiguidade, fixado no Código Civil, e que era garante da segurança da propriedade, não se podia sobrepor à moral social e cabia ao Estado determinar esta última. Esse princípio seria axial para a definição e autonomização da esquerda republicana.

Ao longo dos vários dias de discussão da interpelação de Vitorino Guimarães foram enviadas para a mesa nove moções. A primeira delas, da autoria de Carvalho da Silva foi imediatamente rejeitada²⁶⁷. Uma segunda proposta monárquica, avançada por Morais Carvalho, chumbou na votação final²⁶⁸, como a dos nacionalistas, assinada por Jorge Nunes²⁶⁹. Duas moções foram consideradas prejudicadas, uma de Lino Neto, pelos católicos²⁷⁰, outra de Carlos Pereira, pela maioria²⁷¹. Finalmente, as moções de Velhinho Correia²⁷², Jaime de Sousa²⁷³, Almeida Ribeiro²⁷⁴ e Vasco Borges²⁷⁵ foram aprovadas, oferecendo ao governo alguns meses mais de vigência.

²⁶⁷ “Moção - A Câmara, reconhecendo que o governo exorbitou dos poderes que lhe foram conferidos pela lei nº 1545, continua na ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 76, 5 de maio de 1924, p. 16.

²⁶⁸ “Moção - A Câmara, tendo em vista que ao governo impende zelar o crédito do Estado e portanto respeitar os compromissos por ele solenemente assumidos para com os seus credores, e reconhecendo ainda, conseqüentemente, que foi prejudicial a alteração ordenada pelo decreto nº 9416, de 11 de fevereiro último, dos juros do empréstimo de 6,5 por cento de 1923, continua na ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 77, 6 de maio de 1924, p. 11.

²⁶⁹ “Moção - Considerando que a falta de cumprimento dos contratos por parte do Estado compromete o prestígio da República e conseqüentemente o crédito da Nação: A Câmara dos Deputados afirma o seu propósito de manter integralmente todos os encargos resultantes das leis que fixaram ou fixarem as conversões e as emissões de quaisquer títulos da dívida pública e passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 80, 9 de maio de 1924, p. 13.

²⁷⁰ “Moção - A Câmara, reconhecendo que o empréstimo interno de 6,5 por cento de 1923 redundou num completo desastre, e que o decreto nº 9416, de 11 de fevereiro de 1924, não alcançou modificar, por falta de outras condições adequadas, as suas ruinosas conseqüências, passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 81, 12 de maio de 1924, p. 16.

²⁷¹ De todas as moções apresentadas pela maioria, Álvaro de Castro anunciou não aceitar esta: “Moção - A Câmara dos Deputados reconhece que a natureza de crédito público é idêntica à do crédito privado e que o exato cumprimento das obrigações assumidas é a melhor afirmação de solvabilidade do devedor e do seu crédito, e continua na ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 80, 9 de maio de 1924, p.15.

²⁷² “Moção - A Câmara, reconhecendo a necessidade de se atingir rapidamente o equilíbrio do Orçamento pela supressão de todas as despesas e encargos que não sejam essenciais à vida do Estado, e pela realização de uma política fiscal que faça entrar nos cofres públicos tudo quanto ao Estado pertença, numa conveniente efetivação, para esse fim, das leis fiscais em vigor e das autorizações concedidas ao Poder Executivo, sem prejuízo das medidas complementares pendentes da aprovação parlamentar, continua na ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 77, 6 de maio de 1924, p. 10.

Outro dos aspetos fundamentais do projeto de equilíbrio das contas públicas de Álvaro de Castro foi a prossecução da tentativa de efetivação da cobrança de impostos sobre os rendimentos provenientes de atividades lucrativas, nomeadamente, a indústria e o comércio. Para efeitos de aferição da conflituosidade gerada por tal intenção, porque é a conflituosidade que nos dá a medida da radicalidade da legislação que nos ocupa, há duas tributações que merecem referência, o imposto sobre o valor das transações e a contribuição industrial, complementadas com um projeto de decreto sobre lucros ilícitos.

É oportuno retomarmos as críticas de Carvalho da Silva às alterações do imposto sobre o valor das transações que, segundo o deputado monárquico, agitavam comerciantes e industriais. O repúdio manifestado consistia na alteração à natureza do imposto, um imposto indireto em princípio, transformado em imposto de rendimento. De facto, as modificações mais relevantes introduzidas pelo decreto nº 9348, publicado a 7 de janeiro de 1924 a título da regulamentação prevista pelo art. 84º da lei nº 1368, de 21 de setembro de 1922, apontavam nesse sentido. Os pressupostos anunciados no articulado da nova lei confirmam-no. Pretendia-se coligir elementos para a avaliação das propostas de pagamento por avença, entendendo-se que os

²⁷³ “Moção – Considerando que o empréstimo interno 6 ½ por cento ouro foi autorizado e lançado em condições técnicas perfeitamente aceitáveis em princípio; Considerando que o facto de não ter tido a acompanhá-lo a prática duma política de equilíbrio efetivo do Orçamento da gerência prejudica em grande parte os efeitos salutareos que eram de esperar, originando uma atrocíssima especulação de câmbios; Considerando que o equilíbrio urgente das contas públicas, com um *superavit* que permita iniciar a amortização da dívida flutuante, deve ser obrigativo do parlamento, dos governos e do país; Considerando que não é menos imperiosa a necessidade de compensar a nossa balança de pagamentos no estrangeiro; Considerando que para esse efeito é indispensável realizar, sem perda de tempo, a unidade económica e financeira da metrópole com as suas colónias; Considerando que é de esperar do patriotismo dos portugueses que têm vindo depositando os seus tesouros em países estranhos que passem a empregar-los no aproveitamento das formidáveis riquezas que os variados territórios nacionais encerram; A Câmara dos Deputados da República Portuguesa, reconhecendo a relativa facilidade com que melhores dias podem vir em breve à nação portuguesa, passa à ordem do dia.”, *in idem*, p. 19.

²⁷⁴ Cumprindo o papel mediador que lhe cabia desde o início da vigência do gabinete de Álvaro de Castro, Almeida Ribeiro conciliava a posição democrática com a do executivo: “Moção – A Câmara reconhece os patrióticos intuítos que determinaram a proposta e votação da lei nº 1424, de 15 de maio de 1923; mas verificando, pelas declarações do governo, que este considera o decreto nº 9416, de 11 de fevereiro de 1924, elemento essencial do seu plano de melhoramentos económicos e financeiros do país, confia em que o mesmo governo continuará a dedicar à prossecução e efetivação desse plano o mais cuidadoso estudo e vigilante atividade, e passa à ordem do dia.”, *in Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 79, 8 de maio de 1924, p. 8.

²⁷⁵ Esta moção foi votada em duas partes. A primeira foi aprovada por 46 votos a favor e 35 contra. A segunda foi igualmente aprovada, mas com interpretações diferentes por parte das oposições: “Moção – A Câmara, reconhecendo os patrióticos intuítos que determinaram a publicação do decreto nº 9416, de 11 de fevereiro, e continuando a confiar na ação patriótica do governo, resolve aguardar a discussão do projeto de lei do Sr. Vitorino Guimarães, e passa à ordem do dia.”, *in idem*, p. 12.

encargos das explorações eram um indicador de presumíveis lucros auferidos. No articulado original o imposto incidia sobre valores de vendas (um imposto *ad valorem*) e agora comerciantes e industriais ficavam obrigados a fazer uma declaração pormenorizada dos seus encargos que passavam a entrar no cálculo do valor presumível das transações²⁷⁶. Os elementos fornecidos incluíam, por cada estabelecimento, a despesa com a renda do espaço ou rendimento no caso de propriedade do proponente, o número de empregados excluindo familiares não pagos, a soma anual de ordenados pagos, a importância do prémio de seguro das instalações e designação das seguradoras contratadas, o total das despesas com água, iluminação, telefones e outras, e a indicação de dependência exclusiva ou não do produto da indústria, comércio e profissão declarados. Apesar do fornecimento destas informações aparecer justificado por causa do pagamento por avença, o decreto alargava a obrigação da declaração aos contribuintes sem avença.

No dia 6 de abril, a primeira página de *O Século* anunciava o lançamento próximo de um decreto sobre lucros ilícitos, apresentando os seus principais pontos. A lei abrangia os comerciantes por grosso e a retalho de géneros de primeira necessidade (alimentação, vestuário e calçado, e matérias-primas destinadas à sua confecção), fixando uma percentagem máxima de lucros auferíveis e prevendo punições para os transgressores. O delito de lucro excessivo incluía aqueles que fizessem comércio ou indústria com géneros de primeira necessidade sem os ter inscritos na matriz da contribuição industrial, aqueles que ocultassem ou inutilizassem géneros, produtos ou matérias-primas para iludir o cumprimento da lei e aqueles que encerrassem estabelecimentos para deixar de vender ao público estes mesmos géneros. Os infratores eram detidos, levantando-se o processo mediante duas testemunhas de acusação e três de defesa. O julgamento seria sumário e decorreria nas 24 horas posteriores à detenção dos infratores.

No conjunto, estas três iniciativas procuravam fins complementares, a taxação direta dos rendimentos dos capitais do comércio e da indústria, feita por via da

²⁷⁶ Dizia o art. 5º: “O montante presumível do valor das transações, base para o cálculo e ajuste do preço da avença, nunca pode computar-se em cifra inferior à importância total dos encargos, multiplicada pelo coeficiente ou fator 5, nem inferior à importância que serviu de base à determinação do lucro tributável para a fixação da taxa complementar da contribuição industrial, excluída a importância das vendas ou apuros de produtos isentos do imposto sobre o valor das transações.”, in *Diário do Governo*, Série I, nº 4, 7 de janeiro de 1924, pp. 12-14.

contribuição industrial e do imposto sobre o valor das transações, bem como o controlo da especulação e da consequente carestia, limitando os lucros auferíveis. E implicavam dois pressupostos de justiça social – quem mais beneficiava do contexto de escassez e das manobras especulativas cambiais pagava mais contribuições, e ainda assim havia um limite moral implícito no limite prático de lucros auferíveis formalizado na criação da figura do delito de lucro excessivo. Procurando, então, a reação dos agentes económicos com o intuito de esclarecer quais eram as suas exigências reflexas, recorreremos a uma reunião da assembleia geral da ACLL, ocorrida a 23 de abril de 1924 porque a sua agenda de trabalhos era dedicada, precisamente, ao regime tributário, incluindo a contribuição industrial e o decreto sobre lucros ilícitos.

Comum a todos os oradores foi a defesa da proposta de regresso ao sistema dos grémios, anulando-se toda a legislação nova sobre tributações, ou seja, a defesa da unificação dos impostos pagos pela indústria e comércio e, mais importante, o fim do regime de impostos sobre os rendimentos. Além disso, surgiram ideias comumente presentes nas reuniões e congressos das forças económicas nacionais do período, como a reivindicação da diminuição das despesas do Estado por oposição ao aumento dos encargos contributivos e a organização dos interesses económicos a nível nacional para pressionar o poder a cumprir as suas exigências, duas ideias consubstanciadas na valorização do governo de competências. Percorrendo o relato das orações, tal como noticiadas em *O Século*, encontramos estes pontos e outros de interesse. David da Silva protestou contra o decreto sobre lucros ilícitos e de modo mais geral, contra as leis de exceção que limitavam a liberdade de comércio²⁷⁷. Marcos Campos da Costa propôs à ACLL dirigir uma representação ao parlamento pedindo a aplicação do antigo sistema tributário, a organização dos grémios, da junta central dos repartidores, a nomeação de uma comissão de estudo composta pelos interessados (três membros por cada bairro) e a substituição de todos os impostos por um só, a contribuição industrial, que poderia ser aumentada anualmente pelo parlamento, sendo a cobrança feita segundo o antigo sistema tributário. Ferreira da

²⁷⁷ Na moção por si apresentada lemos: “Protestar contra todas as leis de exceção que tendam a coartar a liberdade de comércio; lembrar aos governos do seu país que, para debelar o grande mal da carestia de vida, só há um meio: a valorização do escudo, e isso só é possível com uma boa e sã administração dos dinheiros públicos.”, *vd.* “A Associação Comercial de Lojistas aprova uma moção tendente a promover um movimento nacional que ponha termo à má política administrativa”, *in O Século*, 24 de abril de 1924, p. 2.

Silva defendeu igualmente a reforma da contribuição industrial, pelo regresso ao sistema de cobrança anterior e pela unificação das contribuições²⁷⁸. Finalmente, na moção de Alfredo Ferreira, aprovada a título de moção geral da assembleia, encontramos os elementos de reivindicação global dos comerciantes e lojistas da capital, acima referidos:

“A assembleia geral resolve lavrar o seu mais veemente protesto contra a continuação da má política administrativa, seguida até hoje, tendente simplesmente a provocar a derrocada da nacionalidade. E afirmando à direção o seu mais completo apoio, convida-a a promover urgentemente, por si só ou em conjunto com as suas congéneres, um movimento nacional, chamando o país à realidade da situação, de forma a conseguir-se que as competências sucedam às nulidades que nos vêm governando.”²⁷⁹.

O pacote de medidas de controlo do mercado de cambiais e da atividade bancária suscitou tensões que não foram menores entre a alta finança e o governo e, embora o conflito tivesse sido suavizado ainda durante a vigência do executivo de Álvaro de Castro, as políticas por si encetadas tiveram consequências na organização das forças económicas nacionais e na sua oposição a medidas que tendessem a coartar a liberdade do capital. Tais consequências tornam-se evidentes quando avançamos no tempo até aos gabinetes de Rodrigues Gaspar e, sobretudo, de José Domingues dos Santos.

III.4. A lei do selo e a criação da União dos Interesses Económicos (1924).

Em setembro, chegou a oportunidade de ensaiar um renovado desafio organizado aos poderes públicos, pondo em marcha um processo semelhante ao que foi motivado pelo combate à lei das oito horas. O objecto eleito foi a lei do selo²⁸⁰,

²⁷⁸ “Reclamar, junto das entidades competentes, para que a proposta de remodelação da contribuição industrial seja discutida e convertida em lei, de forma que a contribuição de 1923 seja lançada pelo anterior processo; que o imposto sobre o valor das transações, taxa anual e taxa complementar, sejam englobadas numa só verba devidamente atualizada.”, *in idem, ibidem*.

²⁷⁹ *Idem, ibidem*.

²⁸⁰ Lei nº 1633, *in Diário do Governo*, Série I, nº 159, 17 de julho de 1924, pp. 987-991.

aprovada durante a vigência do gabinete liderado por Rodrigues Gaspar, mediante a qual se agravaram taxas e se alargou o imposto a bebidas e artigos de perfumaria. Dada a sua incidência, a lei do selo possibilitava a união de numerosos pequenos comerciantes e era, além do mais, de fácil desrespeito. Tal como em 1919, surgiram apelos ao boicote, desta vez na ACL. A ofensiva, no entanto, descobriu um alvo de desenho mais bem definido, o republicanismo de tendência social-democrata.

A convocação para o debate extraparlamentar da lei do selo partiu da secção de vinhos da ACL. No dia 10 de setembro de 1924, os vendedores de produtos engarrafados reuniram e decidiram eleger uma comissão com representantes de todas as secções diretamente implicadas pelo imposto de selo para estruturar o protesto, considerando um dia de encerramento do comércio²⁸¹. No dia 16, deu-se uma reunião extraordinária da assembleia geral da ACL, votando-se uma moção na qual as “forças económicas” eram apresentadas como os agentes da salvação do país, do “bom nome da Nação”, e não apenas de interesses próprios. Contra governos e governados, contra os “desmandos do poder e a desordem da rua”, declaravam-se ineficazes as formas de protesto tradicionais, votava-se assinar um cheque em branco à direção da ACL, considerando-se inconveniente discutir com detalhe a ação a tomar e prometendo “obediência absoluta” às decisões da direção. No dia 18, foi a vez da ACLL. Na assembleia de retalhistas, aprovou-se uma deliberação semelhante, com a nomeação de uma comissão composta por cinco membros para trabalhar com a direção da associação no sentido de articular um protesto com as restantes organizações económicas, confiando totalmente nas decisões destes dois organismos, a comissão e a direção da ACLL. No dia seguinte, foi a vez da AIP efetuar o mesmo tipo de reunião, com a mesma decisão. No dia 22, na Associação Comercial de Classe dos Retalhistas de Víveres de Lisboa, foi aprovada uma moção contestando as políticas do governo, o aumento das contribuições ao comércio particular a par do favorecimento das cooperativas e dos armazéns reguladores. O mesmo texto considerava igualmente

²⁸¹ A comissão eleita incluía representantes pela secção de licores (fábricas Âncora e Licorista), secção de vinhos (Abel Pereira da Fonseca e Sociedade de Vinhos Vasconcelos) secção de cervejaria (fábricas Portugália e Estrela), secção de águas (Vidago, Pedras Salgadas e S. Marçal), secção de fabricantes de perfumarias (Companhia Industrial do Norte e A. Robert), secção de vendedores de perfumarias (Companhia Portuguesa de Higiene e Casa Mimosa), secção de leitaria (Domingos de Almeida e Pedro Pereira), secção de hotéis (Luiz Fernandes Pinho e José Proença Jorge), secção de retalhistas de víveres (Francisco Pinto e David da Silva). “Na Associação Comercial”, in *O Século*, 11 de setembro de 1924, p. 3.

nefasta a lei do selo e a lei nº 1368, a da reforma fiscal. Por fim, saudava-se o movimento nacional encetado pela ACL e nomeava-se uma comissão para se juntar às congéneres. A 23 de setembro, a lavoura que se vinha organizando, também se juntou à frente das forças económicas, reforçando-se o princípio votado no congresso de Braga da Associação Central de Agricultura de levar representantes diretos da lavoura aos assentos parlamentares²⁸². A 26, os Proprietários de Vacarias e Leitarias, secundaram a ação da ACLL, ACL, e AIP. A 27 de setembro, foi publicada a portaria de regularização da lei do selo, obrigando à selagem imediata dos produtos e, no mesmo dia, a ACL efetuou a segunda reunião magna decidindo não acatar a lei. No dia 28 de setembro de 1924, os cerca de duzentos delegados das várias associações do país fizeram um concílio reservado²⁸³. Por proposta de João Pereira da Rosa, da ACL, foi constituída a União dos Interesses Económicos. A 10 de outubro, na ACL, devido ao insucesso da entrevista com Rodrigues Gaspar, decidiu-se fechar as portas do comércio e cortar relações com o governo. À saída da reunião, Pereira da Rosa foi detido por sedição. No dia seguinte, optou-se pela elaboração de um manifesto explicando ao país a ação do movimento das “forças vivas”, o que se devia a uma justificação perante a detenção de alguns animadores do desrespeito pela selagem e à necessidade de reagir a uma campanha animada pela Federação Nacional das Cooperativas, a partir de outubro, opondo-se às movimentações das “forças vivas”²⁸⁴. Num manifesto desse tipo²⁸⁵, dizia-se que “à sombra da selagem” era o princípio de interferência do Estado nos negócios particulares que era consagrado pelo governo e repudiado pela UIE. Tratava-se de um precedente que ameaçava o direito de propriedade. A propósito da fiscalização prevista na lei e das sanções impostas aos infratores, a comissão instaladora da UIE escrevia:

²⁸² Foi o último sector a organizar-se devido, segundo António José Telo, a cedências feitas por governos anteriores e aos bons anos agrícolas precedentes. A viragem da lavoura deveu-se a um conjunto de factores: 1924 foi um mau ano agrícola; a crise bancária dificultava a obtenção de crédito; os preços agrícolas subiram pouco devido à política governamental de congelamento de preços e salários; as propostas de Mário de Azevedo Gomes de reestruturação da propriedade fundiária, embora ligeiras, causaram pânico entre os proprietários. *Vd. TELO, 1990, p. 163.*

²⁸³ Segundo *O Século* estavam representadas as associações Comercial, de Retalhistas, de Lojistas, Industrial e de Agricultura de Lisboa, bem como as congéneres do Porto, Coimbra, Covilhã, Braga, Santarém, Faro, Abrantes, Castelo Branco, e outras. “Contribuições e impostos”, *in O Século*, 29 de setembro de 1924, p. 2.

²⁸⁴ Tratada no capítulo IV.3.

²⁸⁵ Além do manifesto elaborado neste dia, foram distribuídos três no dia 14 de outubro, aquando do *lockout* do comércio.

“Não são propriamente as disposições do recente decreto que ferem o nosso ânimo e revoltam nossa consciência. O que, sobretudo, nos contraria e revolta é a sem cerimónia, para não lhe chamarmos ousadia, ou inconsciência com que no *decreto-represália* se esquecem preceitos e garantias constitucionais, se desprezam direitos legítimos, só para exercer uma vingança mesquinha e ignóbil. Se se deixar passar em julgado, sem protesto, este atentado formidável contra a propriedade e os haveres do cidadão, atrás dele virão outros e outros e a vida jurídico-social, em Portugal, transformar-se-á numa série de violências, bem piores do que os excessos sobre os quais os *soviets* estão pretendendo firmar o seu dementado poderio. Mil vezes pior! Os *precedentes*, em Portugal, são uma arma terrível contra os mais sagrados direitos e para justificação dos mais horrendos abusos!”²⁸⁶ .

A 13 de outubro, a comissão instaladora da UIE, além de ordenar o fecho das casas comerciais por 24 horas, também ditou a recolha dos produtos sujeitos ao selo até resolução do conflito, o que justificou a prisão de alguns comerciantes que incitavam outros ao cumprimento desta deliberação. A Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa foi consultada no sentido de se saber se os trabalhadores do comércio se solidarizariam com o protesto patronal. A resposta foi negativa. Aliás, os protestos patronais vindos de todo o país tinham contraparte popular. Conforme publicava *O Século*, o governo de Rodrigues Gaspar recebia telegramas de grémios republicanos, associações, cooperativas, comissões políticas do PRP, juntas de freguesia, funcionários de serviços públicos, apoiando a política de melhoria cambial²⁸⁷ .

Em Lisboa, as portas comerciais fecharam no dia 14 de outubro, embora o *lockout* tivesse ficado longe de ser geral, conforme se lê na coluna publicada por *O*

²⁸⁶ Arquivo PIDE/ DGS/ Propaganda apreendida pela PSE (1919-1926), documento nº 159.

²⁸⁷ Como se lê na seguinte passagem, uma de várias publicadas na série de notícias dedicadas ao tema: “A par desses protestos as felicitações ao governo afluem vindas de todas as classes, funcionários telegrafo-postais de Santarém, comissões políticas de Ponte de Lima, juntas de freguesia de Beja, Centro Republicano 5 de outubro, de Lisboa, republicanos de Parede, Associação de Registo Civil do Cartaxo, Comissão Municipal de Penela, grupo de funcionários do Hospital de Santa Marta, Câmara Municipal de Ponte de Lima, etc.”, Contribuições e impostos”, in *O Século*, 14 de outubro de 1924, p. 2.

Século com o nome de todas as lojas abertas por zona comercial²⁸⁸. No mesmo dia, a USO de Lisboa organizou um comício de protesto contra o movimento das “forças vivas”. No dia seguinte, 15 de outubro, foi a vez da indústria fechar, sendo ainda menor a adesão ao protesto, a crer no mesmo diário²⁸⁹.

A propósito do contrato dos tabacos, a facção esquerdista do PRP, defensora do fim dos monopólios, votaria a queda deste executivo, tomando o seu lugar. A lei do selo retornaria ao parlamento por interpelação de Ferreira da Rocha, a 9 de dezembro, durante o governo de José Domingues dos Santos. Em fevereiro, quando o gabinete “canhoto” abandonou o poder o projeto de lei substituto ainda não tinha sido aprovado. A UIE continuaria a crescer politicamente, como veremos.

Antes de avançarmos, interessa introduzir mais uma nota. Não foi inusual nas reuniões das forças económicas despertarem atritos devido à questão de regime. Na ACL, a 16 de setembro, António Bastos propôs um voto de saudação à imprensa e aos parlamentares monárquicos pelo modo como abordavam o protesto das “forças vivas” e terminou abandonando a sala acossado pelos vivas à república. Na ACLL, Alfredo Ferreira lembrava a assistência das tradições republicanas dos comerciantes da capital. Norberto Pedroso, na Associação Central da Agricultura, perguntava como deveria ser organizada a política agrária, julgando que deveria ser perseguida com respeito pelo regime republicano. Neste último caso, a assembleia protestou, exigindo um debate apenas sobre política económica. O impulso dado à organização patronal pela lei do selo permite-nos entrever como a questão de regime, não se desatualizando, perdeu precisão para traduzir os projetos políticos em concurso no pós-guerra. No final de 1924 havia proprietários a relembrar o republicanismo no seio da organização patronal como que a lembrar limites. No início do ano seguinte, reagindo à reforma bancária, veremos comerciantes a agitar o seu republicanismo para defender o protesto e o boicote protagonizados pelo Banco de Portugal. A subalternização da questão de regime na arquitetura das representações políticas tem-lhe inerente o processo de polarização política. Porventura, a expressão massiva deste processo surpreende-se quando se atende à pequena burguesia, com a separação

²⁸⁸ “Contribuições e impostos”, in *O Século*, 15 de outubro de 1924, p. 4.

²⁸⁹ “Contribuições e impostos”, in *O Século*, 16 de outubro de 1924, p.2.

tendencial dos interesses dos comerciantes daqueles dos funcionários públicos²⁹⁰. No contexto de crise socioeconómica e quando o poder político punha em prática um dos programas, conservador ou radical, a posição estrutural indicava a posição política. Proprietários e assalariados (porque consumidores) dividir-se-iam e confrontar-se-iam na defesa de interesses antagónicos. Em simultâneo, a disjuntiva monarquia/ república deixaria de ser a mais precisa para condensar os edifícios institucionais alternativos, capazes de garantir modos diferentes de acumulação e distribuição da riqueza.

III.5. O governo da esquerda republicana e o segundo confronto de blocos antagónicos (1925).

A linha reformista de Álvaro de Castro foi mantida pelo governo de José Domingues dos Santos (22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925)²⁹¹. Desde o momento da apresentação no parlamento, o executivo do líder da facção esquerdista do PRP assumiu o dever de cumprir um programa de reformas radicais²⁹². A declaração ministerial levada à Câmara dos Deputados, a 27 de novembro de 1924, expunha todas as medidas que foram efetivamente tentadas nos meses de vigência do gabinete, assumindo-se o axioma político que fez deste o primeiro governo formado sob o princípio de autodeterminação da esquerda republicana: “Não se esquece o governo de que, saído do bloco das esquerdas parlamentares, é chamado a realizar o ideal democrático. E não há ideal republicano onde não há justiça social. É em nome dessa justiça social que nos propomos governar.”²⁹³. Este enunciado resume o desiderato da esquerda republicana, aquilo que definiria esse campo político relativamente aos concorrentes mais próximos. A república cumprir-se-ia, nas aspirações progressistas, quando se democratizasse e isso significava atender às

²⁹⁰ Para a importância dos lojistas de Lisboa no movimento republicano até 1910 ver Daniel ALVES, 2010.

²⁹¹ As pastas ministeriais distribuíam-se do seguinte modo: José Domingues dos Santos (Presidência, Interior e interino da Marinha, Pedro Augusto Pereira de Castro (Justiça), Manuel Gregório Pestana Júnior (Finanças), Helder Armando dos Santos Ribeiro (Guerra), João de Barros (Negócios Estrangeiros), Plínio Octávio Sant’Ana e Silva (Comércio e Comunicações), Carlos Eugénio de Vasconcelos (Colónias), António Joaquim de Sousa Júnior (Instrução), João de Deus Ramos (Trabalho), Ezequiel de Campos (Agricultura). *Vd. QUEIRÓS, 2008, p. 47.*

²⁹² A linha de governação anunciava-se desde o congresso do PRP de abril de 1923. *Idem*, pp. 43-45.

²⁹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 de novembro de 1924, p. 16.

necessidades materiais de vida dos cidadãos para garantir condições de participação política às classes mais desprotegidas, as assalariadas.

Na declaração ministerial anunciavam-se os objetivos de restabelecimento do equilíbrio entre classes, melhorando as condições de vida das pobres e medianas, entre atividades económicas, estimulando as produtivas em detrimento das especulativas, da dimensão da propriedade fundiária, nem muito grande nem muito pequena, e das ideias, valorizando a coesão social pela solidariedade tendo em vista os interesses da colectividade. O plano era vasto para perfazer estas finalidades. Incluía, entre as medidas mais significativas para o nosso argumento, o fim dos monopólios, a reforma bancária com a complementar criação de uma Caixa de Conversão e uma Caixa de Fomento, a reforma agrária, o estímulo ao cooperativismo, a abertura das fronteiras alfandegárias para a nivelção dos preços de bens de primeira necessidade, a legalização dos sindicatos profissionais e das federações, a gratuidade do ensino em todos os graus, a lei de *habeas corpus* e a regulamentação da lei de responsabilidade ministerial²⁹⁴.

A “Proposta de Lei de Organização Rural”, da autoria de Ezequiel de Campos, entrou na Câmara dos Deputados a 12 de janeiro de 1925, sem nunca ter chegado a ser debatida. O projeto tinha antecedentes ideológicos, inserindo-se na linha que, desde Oliveira Martins, defendia a reestruturação da propriedade fundiária, pela concentração no Norte e a divisão no Sul, enquanto elemento base de um plano de regeneração económica do país²⁹⁵. Tinha também alguns antecedentes legislativos, medidas tendentes a impulsionar o aproveitamento das terras - particularmente, pelo aumento da cultura cerealífera -, das quais se devem apontar os decretos nº 7127, de novembro de 1920 (governo António Granjo), nº 7933, de dezembro de 1921 (governo Carlos Maia Pinto), e nº 9843 e nº 9844, de junho de 1924 (governo Álvaro de Castro). A primeira destas leis incidia, exclusivamente, sobre os terrenos baldios

²⁹⁴ O programa ministerial incluía a reorganização dos serviços do Estado, a reparação e construção de vias de comunicação, a reforma da administração colonial, criando uma união aduaneira, a promoção de aproveitamentos hidroelétricos, o estabelecimento de acordos comerciais com Inglaterra, Brasil, Espanha, França e Alemanha, a reformas das forças militares, a reforma da assistência pública a menores.

²⁹⁵ Corrente neofisiocrática, de acordo com a definição de Fernando Rosas: “(...) defensora de um modelo de regeneração económica do país, de explícita inspiração martiniana, assente num regresso modernizante à terra: a reforma «agrária» e «agrícola» constituiria a base de todo o restante edifício de restauração económica, designadamente no tocante a uma industrialização prudente e faseada, em todo o processo desempenhando papel central os aproveitamentos hidroeléctricos.”, in ROSAS, 1998, p. IX.

pertencentes ao Estado, câmaras municipais e juntas de paróquia, e tinha como objectivo a sua divisão em glebas para exploração por casais de família, mediante aforamento ou venda em hasta pública, a chefes de família da região. A segunda, além da divisão e cultura dos baldios, incluía os terrenos incultos, públicos, comuns ou particulares, sem cultura há mais de sete anos. Estes seriam alvo de levantamento cadastral e podiam ser reclamados para cultura mediante venda, arrendamento, aforamento, cessão ou comparticipação, ficando os particulares obrigados ao aproveitamento das terras no prazo de um ano para evitar a expropriação. Os dois últimos seguiam a linha do decreto de dezembro de 1921, regulamentando, respectivamente, as condições de divisão dos baldios, e de aproveitamento dos incultos. No geral, estas leis implicavam mais com a economia comunitária do que com a capitalista, subtraindo às comunidades os seus terrenos comuns, os baldios, complementares à subsistência local.

A proposta de Ezequiel de Campos incluía obras de rega e a modernização das práticas agrícolas por iniciativa estatal (reforma agrícola), e tinha um alvo preciso: os latifúndios alentejanos. Além da partilha dos baldios, pretendia-se decretar a expropriação de pousios (incultos) nos concelhos com densidade populacional média inferior a quarenta habitantes por quilómetro quadrado²⁹⁶ na ordem de: metade das terras incultas de portugueses com mais de 1500 hectares e que residissem há mais de um ano no estrangeiro; um terço das terras incultas de proprietários com mais de 1500 hectares que estivessem registadas por título gratuito anterior a 1914; um terço das terras incultas dos restantes proprietários com mais de 800 hectares, que tivessem sido obtidas por título oneroso antes de 1914; um quarto das terras incultas dos proprietários com mais de 2000 hectares. Para evitar a expropriação os proprietários eram obrigados a fazer o parcelamento da terra, mediante um plano previamente aprovado pelas instituições competentes e iniciando esse processo seis meses após a aprovação da lei. O conjunto de terras expropriadas seria sujeito a parcelamento em lotes para cultivo familiar, podendo estes ser vendidos pelo preço de aquisição ou

²⁹⁶ Segundo o autor, citando o censo de 1920, as regiões alentejanas abrangidas eram: todos os concelhos do distrito de Beja, Évora (excepto Borba) e Portalegre (excepto a sede de concelho); os concelhos de Alcácer do Sal, Aldeia Galega do Ribatejo, Grândola, Santiago do Cacém e Sines no distrito de Lisboa (o atual distrito de Setúbal não estava autonomizado). Estes não eram os únicos concelhos do país com densidade populacional abaixo de 40 hab./Km², mas eram aqueles onde havia maior concentração fundiária.

arrendados. A aquisição de lotes era vedada a proprietários locais com mais de 100 hectares, tendo prioridade na aquisição os militares que prestaram serviço na Grande Guerra, os diplomados em escolas de agricultura e medicina, os agricultores e trabalhadores rurais pais de família sem terra suficiente para o seu sustento, as viúvas de militares, agricultores e trabalhadores com, pelo menos, um filho, os funcionários dispensados do serviço público, os emigrantes de retorno ao país, assim como as cooperativas e empresas sob condições especiais. Obrigava-se, em cada região, à instalação de uma cooperativa de produção e venda, consumo, seguro, crédito agrícola e socorro mútuo rural²⁹⁷.

Era uma reforma de cariz capitalista que tinha como objectivo o povoamento das terras alentejanas e a intensificação da produção agrícola pela divisão da propriedade, e não pela sua supressão ou colectivização. Para Ezequiel de Campos o latifúndio era um entrave à modernização agrícola, uma condição para perpetuar os modos tradicionais de cultura em extensão e o recurso à prática prolongada do pousio (podia durar dez anos). Na medida em que um grande proprietário podia deixar terra morta por longos períodos sem sofrer dificuldades de sustento, o redimensionamento fundiário era, por si, um potencial mobilizador de investimento agrícola e da alteração dos modos de produção: “Na propriedade média e pequena o pousio tradicional desaparece logo de começo; e a rega inicia-se.”²⁹⁸.

A resposta à proposta de lei de Ezequiel de Campos veio por um dos porta-vozes dos interesses latifundiários, dinamizador da União Agrícola, o integralista José Pequito Rebelo. Na primeira página de *O Século*, de dia 15 de janeiro, lemos a avaliação que fez ao projeto de organização rural. Economicamente, entre outros aspectos, justificava a necessidade do latifúndio em regiões de “mau clima, terra pobre, capital e gente rara” – características que Ezequiel de Campos não considerava fatais -, e justificava o pousio como forma de concentrar as escassas forças de produção numa zona limitada, entretanto enriquecida pelo descanso. Politicamente, julgava o ministro da Agricultura pela “(...) influência perturbante de uma certa dose de *ideologia radicalista* no modo de ser das suas projetadas realizações.”, acusando-o de ter abdicado do tino nacionalista (de fazer “obra nacional”), para se embrenhar no

²⁹⁷ Foi contestado nas páginas de *A Batalha*. Ver capítulo IV.3.3

²⁹⁸ “Proposta de lei de Organização Rural”, in *Ezequiel de Campos. Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1944)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1998, p. 219.

jogo político (nas “solidariedades políticas”). Ironizando, sugeria a analogia com o “pão político”, criticado por Ezequiel de Campos. Para Pequito Rebelo, a “terra política” era inconcebível e, garantia, “ (...) [a lavoura] não transigiria nunca com uma lei como esta, *ineficaz na sua técnica, injusta na sua contextura jurídica, contraproducente nos seus critérios agronómicos e económicos* e encerrando a demais um *princípio de guerra civil e de dissolvente ataque á propriedade*.”²⁹⁹. A proposta de lei de Ezequiel de Campos não causou mais efeitos além de deixar a lavoura de sobreaviso, uma vez que o ministério caiu antes da sua discussão.

Baseado na mesma lei que havia autorizado o governo de Álvaro de Castro a tomar providências para o controlo do mercado cambial, o gabinete “canhoto” de José Domingues dos Santos, pela mão de Pestana Júnior, decretou a reforma do sistema bancário (decreto nº 10474, 17 de janeiro de 1925³⁰⁰). A lei compreendia: o estabelecimento de capital realizado; a submissão da fundação de casas bancárias a autorização prévia do ministro das Finanças dependente da declaração da utilidade económica da casa a criar, e da obrigatoriedade de depósito de 50% do capital inicial na Caixa Geral de Depósitos; a limitação das operações de crédito, proibindo-se, nomeadamente, o fornecimento de mais de um décimo do capital social a um só indivíduo ou sociedade; o alargamento das atribuições da Inspeção do Comércio Bancário; a obrigação de declaração de bens imobiliários dos banqueiros em nome individual ou sócios de casas em nome colectivo; a criação de uma secção especial na Caixa Geral de Depósitos para o crédito cooperativista, sob proteção do Estado; e a criação, no Ministério das Finanças, de um Conselho Bancário ao qual era conferida a capacidade de propor os vice-governadores dos bancos emissores.

A reforma bancária vinha justificada, entre outras considerações, pela ausência de condições de capital nos bancos que proliferaram sob a influência da guerra, da inflação fiduciária e da desorganização económica. Julgava-se indispensável sujeitá-los a um regime de previdência, fiscalização e defesa comum, tendo em vista o restabelecimento da confiança, desviar as disponibilidades das práticas especulativas, fixar o ouro no país, repatriar as fortunas evadidas, canalizar os recursos para atividades úteis e produtivas, distribuí-los com justiça por todo o tecido económico e

²⁹⁹ “A lei da «povoação e valorização agrária»”, in *O Século*, 15 de janeiro de 1925, p. 1.

³⁰⁰ Decreto nº 10474, in *Diário do Governo*, Série I, nº 13, 17 de janeiro de 1925, pp. 65-72.

centralizar informações no Ministério das Finanças. A lei estipulava um mínimo de capital realizado para o estabelecimento de casas bancárias e a autorização prévia do Ministério das Finanças para obter licença de atividade³⁰¹. Tendo essas obrigações carácter retroativo, as casas em atividade eram obrigadas a enviar à Inspeção do Comércio Bancário um exemplar dos seus estatutos e a lista de sucursais que tinham, bem como a adaptar-se aos valores estipulados de capital mínimo. Impunha-se a obrigação de aplicação de fundos em harmonia com os interesses da economia nacional, devendo as operações bancárias concorrer para a valorização monetária, a aplicação em atividades de produção e comércio regular, a fixação de capitais no país, e para o equilíbrio social “pela justa e prudente distribuição do crédito”. Entre as várias limitações à sua atividade, incluía-se a proibição de efetuar operações especulativas, cambiais ou sobre títulos de crédito, em margem superior a 10% do capital social do banco, fazer empréstimos sobre penhor das suas próprias ações e fornecer mais de um décimo do capital social a um só indivíduo ou sociedade. As contas dos bancos deviam ser enviadas mensalmente à Inspeção do Comércio Bancário, os respectivos balancetes seriam publicados trimestralmente no *Diário do Governo*. Os banqueiros em nome individual e os sócios das casas em nome colectivo ainda eram obrigados a enviar à Inspeção uma relação autenticada dos seus bens imóveis. Criava-se o Conselho Bancário, composto por nove vogais (governadores dos bancos de Portugal e Ultramarino, administrador da Caixa Geral de Depósitos, diretor geral do Comércio e Indústria, inspetor do Comércio Bancário, dois vogais eleitos pelas casas bancárias portuguesas de Lisboa e Porto e dois eleitos pelo governo), cabendo-lhe propor os vice-diretores dos bancos emissores. Quanto à Inspeção, além de atribuições gerais, consignava-se o poder de examinar os livros e documentos das casas bancárias a fim de verificar que os preceitos da lei eram cumpridos, não podendo os bancos sonegar informação solicitada. Abria-se um capítulo sobre crédito cooperativista, contemplando a criação, na Caixa Geral de Depósitos, de uma Secção de Crédito Cooperativista com o fim de proteger e auxiliar as cooperativas. A Secção podia realizar todas as operações de crédito necessárias,

³⁰¹ O requerimento de licença compreendia: a exposição das necessidades económicas que justificavam o surgimento do banco; indicação dos lugares da sede e das sucursais; uma cópia dos estatutos; e a declaração de que no ato de fundação 50% do capital inicial seria depositado na Caixa Geral de Depósitos. A Inspeção do Comércio Bancário era incumbida de avaliar e validar os requerimentos, podendo introduzir cláusulas de interesse para o Tesouro. O Conselho Bancário dava parecer sobre o processo e o ministro concedia, ou não, a autorização.

incorporava um representante das cooperativas reconhecidas pelo Estado adjunto à direção, escolhido pela Federação Nacional das Cooperativas, e recebia o depósito das quantias que o Estado punha à disposição para acorrer à crise económica, por intermédio da Manutenção Militar.

Além da consolidação do sistema bancário, a reforma visava orientar o crédito para o fomento de atividades produtivas, de acordo com o juízo do governo, impedindo o uso especulativo de disponibilidades em capital. Tendencialmente, as operações de crédito mudavam de eixo, passando do Banco de Portugal para a Caixa Geral de Depósitos, sob controlo estatal. Isto, a par do impulso dado às iniciativas cooperativistas, não só afectava o poderio das elites do comércio e da alta finança, como alterava, potencialmente, a natureza das pequenas iniciativas económicas, lesando aquelas que existiam. Em paralelo, a proposta de criação de uma Caixa de Conversão, prevendo a existência de um novo valor fiduciário, retirava aos bancos emissores o monopólio sobre a emissão da moeda, e embora não tenha sido debatida, esta possibilidade oferecia mais um dado acerca das intenções do governo.

A reação do Banco de Portugal foi célere. O Conselho Geral começou por decidir o não acatamento do decreto até reunião da assembleia geral, a ter lugar no dia 29 de janeiro, e publicitar um comunicado afirmando que o banco não tinha em conta as ideias políticas dos clientes na altura de os servir. Esta declaração prendia-se com a proibição de levantamento de notas de crédito diretamente no Banco de Portugal, operação comumente efectuada pelo comércio nas praças de Lisboa e Porto. Foi precisamente esta alínea, a que prejudicava as práticas dos comerciantes, aquela que favoreceu a simpatia da ACL pelo protesto do banco. Sob este pretexto, vários comerciantes republicanos escreveram ao jornal *O Século* secundando o comunicado do banco, e o jornal da UIE, por seu turno³⁰², publicou estas cartas e representações individuais e colectivas que provavam, de facto, a inexactidão do combate ao perigo monárquico, enquanto voltavam a demonstrar, após o boicote à lei do selo, que para o pequeno e médio comércio não se tratava de lealdade ao regime. A 21 do mesmo mês, a direção e os presidentes de secção da AIP votaram contestar a lei, e a secção de economia da UIE aprovou o estudo detalhado da legislação para um protesto articulado junto das autoridades. Mas o movimento de contestação explodiu no dia

³⁰² *O Século* foi adquirido pela UIE em novembro de 1924.

22, com a sessão extraordinária da assembleia geral da ACL, precisamente porque o pequeno e médio comércio emprestavam ao protesto uma aparência popular – as pequenas iniciativas aproximavam a fronteira do capital e do trabalho, especialmente quando este último significava labor. Assim, numa moção apresentada na assembleia extraordinária da ACL o primeiro ponto era dedicado ao espanto levantado pelo decreto da reforma bancária a “(...) todas as classes que do trabalho fazem o principal objectivo da sua vida (...)”³⁰³. No balanço da primeira sessão extraordinária foi decidido levar ao parlamento as moções de protesto aprovadas, uma vez que a Câmara dos Deputados estava a discutir a questão durante a madrugada.

O debate iniciou-se feroz com a intervenção de Cunha Leal a 19 de janeiro de 1925. O deputado nacionalista pretendia, na moção apresentada, levar à discussão um projeto de lei onde a reforma pudesse ser mitigada dos princípios de fiscalização estatal e de quebra contratual³⁰⁴. Como em ocasiões anteriores, a minoria monárquica não perdeu a oportunidade de denunciar o ataque à propriedade privada³⁰⁵. No dia seguinte, Rego Chaves apresentou uma moção pedindo a suspensão da matéria relativa ao BNU³⁰⁶ e Vasco Borges, democrático, secundou a exigência dos nacionalistas³⁰⁷. A 21 de janeiro, Moraes Carvalho, monárquico, reforçou a noção de

³⁰³ “A reforma bancária e o Banco de Portugal”, in *O Século*, 23 de janeiro de 1925, p. 2.

³⁰⁴ A moção apresentada por Cunha Leal: “A Câmara dos Deputados, verificando que o governo não tem competência legal para modificar o Código Comercial e a legislação bancária nos termos constantes do diploma que sobre essa matéria pretende inconstitucionalmente publicar; Reconhecendo que nesse diploma se incluem disposições que envolvem, sem acordo da outra parte contratante, a modificação de contratos celebrados com o Estado, violando-se, sem lei e contra lei, direitos que a Constituição da República afirma que são garantidos nos termos das leis; e Considerando que se pretende impor sem lei e contra lei, a certos bancos a obrigação de aceitar e remunerar diretamente nomeados pelo governo, e que o próprio prestígio da República deve impedir que – ilegalmente – se efetive essa pretensão: Afirma o seu propósito de não permitir esse procedimento do governo, exigindo-lhe que submeta o seu plano, em proposta de lei, à aprovação do Congresso da República e passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 18, 19 de janeiro de 1925, pp. 11-12.

³⁰⁵ A moção apresentada por Carvalho da Silva: “Considerando que o decreto anunciado sobre a reforma da organização bancária, não só alterando várias leis do país e designadamente do Código Comercial, como ainda criando novos impostos e novos lugares, é manifestamente atentatório da Constituição, incompatível com o prestígio do parlamento, violador de contratos perfeitos, e desrespeitador do direito de propriedade; Considerando mais que a autorização da lei nº 1545, a cuja sombra se pretende publicar o mesmo decreto, há muito caducou; A Câmara passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 18, 19 de janeiro de 1925, p. 12.

³⁰⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 19, 20 de janeiro de 1925, p. 23.

³⁰⁷ A moção apresentada por Vasco Borges: “A Câmara dos Deputados, reconhecendo que a lei nº 1545 não confere ao Poder Executivo competência para publicar em decreto a reforma da lei bancária, mas tendo em atenção a conveniência de se legislar sobre tal matéria, convida o governo a transformar o referido decreto em proposta de lei, e passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 19, 20 de janeiro de 1925, p. 21.

ilegalidade do decreto³⁰⁸, e Velhinho Correia apresentou uma extensa moção onde a confiança no governo era reforçada, assim como alguns dos princípios consagrados no decreto da reforma bancária³⁰⁹. No último dia, surgiram mais sete moções na discussão. Nuno Simões recusava os argumentos económicos de Pestana Júnior³¹⁰. Álvaro de Castro oferecia ao governo uma saída incólume³¹¹. Pedro Pita, nacionalista, retomava a inconstitucionalidade do decreto³¹². António Maria da Silva voltava ao

³⁰⁸ A moção apresentada por Morais Carvalho: “Considerando que em regime parlamentar é ao Poder Legislativo que compete primitivamente fazer e revogar leis, regendo por meio delas os assuntos que mais interessam à vida da Nação e que nem o parlamento pode consentir, sem uma abdicação humilhante dos seus direitos, que seja invadida a sua esfera de ação; A Câmara declara irritado e nulo o decreto inconstitucional nº 10474 sobre a organização bancária e continua na ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 20, 21 de janeiro de 1925, p. 8.

³⁰⁹ A moção apresentada por Velhinho Correia: “A Câmara, reconhecendo que da discussão do decreto nº 10474 sobressai a afirmação quase unânime da necessidade de convenientemente se regular o exercício do comércio bancário, sendo essa uma das medidas essenciais para a consolidação da melhoria do escudo e consequente regularização da toda a vida nacional; Considerando os intuitos altamente moralizadores que inspiraram a publicação deste decreto tendente a evitar abusos e especulações lesivas dos mais altos interesses dos particulares, em benefício de uma oligarquia financeira que pretende estrangular a República; E que o mesmo decreto foi publicado ao abrigo das autorizações concedidas ao Poder Executivo pela lei nº 1545, as quais pela sua própria natureza e objectivo em vista não podiam ser usadas, como realmente não foram por uma só vez, tendo sido o seu uso repetido e quando necessário sempre sancionado pelo Poder Legislativo; Mas, considerando ainda que se assim não fosse a sua necessidade e urgência é tão evidente que o Poder Executivo devia ser relevado de quaisquer excessos em que tivesse incorrido com a sua publicação, sendo certo que foi ao abrigo das autorizações da lei nº 1545 que se puderam tomar uma grande parte das medidas que determinaram a melhoria conhecida do nosso câmbio artificialmente agravado por uma coorte de especuladores e aventureiros; e Considerando também que da larga discussão desse diploma resulta o convencimento geral de que a sua técnica, sem prejuízo das suas linhas gerais, pode e deve ser melhorada nalguns dos seus detalhes, adentro do critério de saneamento e elevação moral que o inspirou: Reitera a sua confiança ao governo, lembrando que no diploma em discussão se devem consignar as seguintes normas: a) Igualdade de tratamento, obrigatoriamente estabelecido, para os bancos nacionais ou estrangeiros exercendo a sua atividade no território nacional; b) Regime excepcional para os bancos regionais, no tocante ao capital mínimo para a sua organização e funcionamento, e para esses como para todos os demais bancos e casas bancárias um mínimo de capital fixo para a sua constituição, sem qualquer dependência futura da oscilação da moeda; a proibição dos bancos e casas bancárias sujeitos por esta lei à fiscalização do Estado de serem dirigidos por funcionários públicos em exercício ou membros efetivos dos corpos administrativos ou do parlamento, salvo os casos previstos pelo artigo 21º da Constituição da República; E passa à ordem do dia.”, in *idem*, p. 13.

³¹⁰ A moção apresentada por Nuno Simões: “A Câmara dos Deputados, reconhecendo que os fundamentos económicos invocados pelo ministro das Finanças para decretar a reforma bancária não bastam para essa justificação, passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 21, 22 de janeiro de 1925, p. 8.

³¹¹ A moção apresentada por Álvaro de Castro: “A Câmara, considerando que as autorizações conferidas ao Poder Executivo pelo Legislativo, contidas na lei nº 1545, de 7 de fevereiro de 1924, estão em vigor; E considerando que a reforma do regime bancário, visando a defesa dos altos interesses morais e materiais da República e a segurança dos interesses do público em geral, se impunha como urgente e inadiável, continua na ordem do dia.”, in *idem*, p. 20.

³¹² A moção apresentada por Pedro Pita: “A Câmara dos Deputados reconhece que a disposição contida no artigo 27º da Constituição não permite que as autorizações concedidas ao Poder Executivo pelo Poder Legislativo possam ser usadas mais do que uma vez; Reconhece igualmente que a autorização constante da lei nº 1545 não é suficiente para a publicação do decreto em exame, e já foi utilizada para

moto dos republicanos conservadores, sugerindo a discussão da reforma em comissão própria³¹³. Lino Neto, pelos católicos, pedia a revisão de toda a legislação saída sob a autorização dada a Álvaro de Castro, mas aceitava a necessidade da reforma do sistema bancário³¹⁴. Por fim, Júlio de Abreu e Amadeu de Vasconcelos apoiavam a medida do governo³¹⁵. José Domingues dos Santos defendeu a proposta e o ministro, declarando que a reforma bancária era assinada pelo executivo inteiro e parte do programa apresentado às câmaras, e nesse sentido a sua reprovação não daria lugar a remodelações ministeriais, mas à demissão do governo todo. Disse aceitar as moções de Velhinho Correia, Álvaro de Castro, Amadeu de Vasconcelos e Júlio de Abreu. Na altura da votação, todos estes proponentes retiraram o seu texto, à exceção de amadeu de Vasconcelos. A moção de confiança foi aprovada por 57 votos a favor e 8 contra³¹⁶.

a publicação, entre outros, dos decretos nº 9461 e nº 9505, este último sobre as relações entre o Banco de Portugal e o Estado; E passa à ordem do dia.”, *in idem*, p. 20.

³¹³ A moção apresentada por António Maria da Silva: “A Câmara dos Deputados, reconhecendo a indispensabilidade de se modificar a legislação bancária, mas reconhecendo também a necessidade e a urgência de se modificarem algumas das disposições do decreto nº 10474, resolve submeter este diploma imediatamente ao estudo das respectivas comissões, e passa à ordem do dia.”, *in idem*, p. 27.

³¹⁴ A moção apresentada por Lino Neto: “Considerando que a autorização concedida ao governo pela lei nº 1545, de 7 de fevereiro de 1924, tem sido por mais de uma vez usada e para fins diversos daqueles para que fora votada, com manifesto desprestígio para o Poder Legislativo; Considerando que, com o decreto nº 10474 novamente essa autorização foi excedida; Considerando, porém, que é de manifesta oportunidade legislar sobre a matéria que neste último decreto se contém e que algumas das suas disposições mostram doutrina aceitável e útil para a defesa dos interesses do Estado, que a este pertence tutelar; A Câmara resolve: 1º Que, sem demora, sejam sujeitos à apreciação e revisão da Câmara todos os decretos publicados à sombra da autorização concedida pela lei nº 1545, baixando os mesmos às respectivas comissões parlamentares; 2º E, especialmente, que o decreto nº 10474 seja já suspenso e feita a sua revisão, devendo o respectivo parecer ser dado no prazo máximo de oito dias, para entrar logo em discussão.”, *in idem*, p. 29.

³¹⁵ As moções apresentadas, respectivamente, por Júlio de Abreu e Amadeu de Vasconcelos: “A Câmara, considerando que o governo com a publicação do decreto nº 10474, não excedeu, nem abusou da autorização parlamentar que lhe foi concedida pela lei nº 1545, de 7 de fevereiro de 1924, pois que é inegável ser função das instituições bancárias o entregarem-se ao comércio de cambiais; Considerando que as disposições do decreto nº 10474 tendem sobretudo a fiscalizar as operações bancárias e moralizá-las de forma a com eficácia assegurar tanto os interesses dos particulares, como os do Estado, reconhecendo a Câmara urgência na sua publicação que não permitiria as delongas do processo parlamentar em virtude dos factos graves trazidos à discussão e referentes a muitos estabelecimentos bancários; Considerando que a Câmara confia em que o governo, na aplicação do decreto, usará de toda a circunspeção e seriedade: Considera o decreto nº 10474 dentro das normas constitucionais e passa à ordem do dia.”, “A Câmara dos Deputados reconhecendo que o decreto nº 10474 não excede a autorização conferida ao governo pela lei nº 1545, de 7 de fevereiro de 1924, e que as circunstâncias económicas e financeiras do país de há muito impõem a modificação da lei bancária de 1896: Confia em que o governo manterá intacto o prestígio do poder e passa à ordem do dia.”, *in idem*, p. 35.

³¹⁶ A margem do governo era mais pequena, no entanto. A moção de António Maria da Silva foi rejeitada por 56 votos contra 51.

O combate retornava às mãos da UIE, cuja organização nacional alastrava a par e passo da contestação às reformas do governo. Numa sessão em Estremoz, apelava-se à união dos produtores para cumprir um programa próprio, adverso àquele proposto pelos republicanos radicais. Dizia-se haver uma guerra aberta entre “(...) os que têm e os que não têm (...)”, e pretendia-se o estabelecimento de uma ordem mediante a qual os operários se juntassem aos patrões para um grande desiderato nacional: a produção³¹⁷.

Os bancos não deixaram de ensaiar um protesto comum. O Banco Lisboa & Açores recebeu os representantes das instituições bancárias da capital e do Porto, nomeando uma comissão, composta pelo Banco Aliança, o Banco Lisboa e Açores, o Banco Comercial de Lisboa, o Banco Português do Continente e Ilhas e as firmas José Henriques Totta Limitada, Borges e Irmão, e Pinto & Sotto Mayor, para elaborar um parecer conjunto acerca da reforma bancária³¹⁸.

A reunião da assembleia geral de acionistas do Banco de Portugal, marcada para 29 de janeiro de 1925, demorou dois dias. Entre os oradores falaram Pereira da Rosa, da ACL, Levy Marques da Costa, da AIP, e Daniel Rodrigues, da Caixa Geral de Depósitos, este último o único em desacordo com os protestos da assembleia. Ao final do segundo dia foi decidido não dar execução à lei e impugná-la judicialmente.

Foi neste contexto que José Domingues dos Santos decretou o fecho da Associação Comercial de Lisboa, sede da UIE, a 6 de fevereiro de 1925³¹⁹. Nas considerações que justificavam a dissolução da associação - o desvio ao cumprimento dos fins para que fora instituída -, referia-se a ação cumulativa e o “(...) carácter de rebelião contra os poderes constituídos (...)”, estreados na promoção de não acatamento da lei do selo e prosseguidos na campanha de insubmissão ao decreto de reforma bancária. Em anexo ao decreto ministerial, publicaram-se várias moções aprovadas em assembleia na ACL, e que aqui nos servem de guia para a leitura da posição tomada pela alta finança, liderada pelo Banco de Portugal, face ao novo regime de controlo bancário. Os pontos mais combatidos foram: a ingerência do Estado na administração do Banco de Portugal, “(...) um começo de perigosa

³¹⁷ “Uma sessão em Estremoz”, in *O Século*, 26 de janeiro de 1925, p. 1.

³¹⁸ “A questão bancária”, in *O Século*, 27 de janeiro de 1925, p. 2.

³¹⁹ Decreto nº 10515, in *Diário do Governo*, Série I, nº 28, 6 de fevereiro de 1925, pp. 139-152.

infiltração política na vida administrativa (...)” daquele estabelecimento; a “sujeição vexatória” do sector ao Conselho Bancário, composto por elementos afectos ao governo; a “asfixia do natural e livre movimento das operações bancárias”, restringidas pela obrigação de relação mínima entre o capital social e a cedência de créditos, e o capital social e as operações sobre câmbios e títulos, sem contabilizar o capital depositado; o favorecimento da Caixa Geral de Depósitos, em detrimento do Banco de Portugal; o “(...) ultraje ao prestígio e à dignidade da nobre função bancária (...)” pela aplicação de multas, suspensões e proibições, consideradas arbitrárias; e a “(...) subordinação do exercício da função bancária a uma absoluta, constante e ofensiva intervenção (...)” desempenhada pela Inspeção do Comércio Bancário. No dia 24 de janeiro, votou-se, na ACL, uma proposta onde era defendida a inconstitucionalidade do decreto, resolvendo-se não lhe reconhecer validade. Numa moção do mesmo dia, foi decidida a desobediência, recomendando-se à UIE que justificasse “(...) em todo o país a necessidade de tal procedimento (...)”.

Essencial para a nossa tese é a observação da abrangência do conflito aberto pelo governo de José Domingues dos Santos, perceptível na configuração simétrica dos blocos oponentes para o segundo grande confronto do pós guerra. Enquanto o comércio, indústria e agricultura se articulavam numa frente de proprietários para combater as medidas reformistas, os movimentos contra a ditadura e a carestia transformaram-se em protestos contra as “forças vivas”. Ao longo dos anos de 1923 a 1925 verificou-se um recrudescimento das movimentações sociais. Como novidade traziam a confluência de agrupamentos de esquerda, sob plataformas de luta comum. A sua relevância histórica é simbólica e operacional, representam - de facto - a polarização política da sociedade portuguesa, e contribuíram - na prática - para a concretização da obra reformista radical³²⁰. Em fevereiro de 1924, enquanto Álvaro de

³²⁰ O jornal *O Mundo*, conquistado para a ala esquerda do PRP no pós-guerra, oferece um exemplo da fervente temperatura social que acompanhava as manifestações unitárias do bloco radical: “Se os homens que defendem a ideia de uma ditadura a querem justificar apenas com a circunstância da necessidade de fazer uma obra de administração tendo por objectivo o equilíbrio orçamental, têm de convencer-se que é este o momento menos azado para o afirmarem, pois a obra do governo está sendo a demonstração mais completa de que não há necessidade de se sair da Constituição para se realizar uma obra de moralização administrativa e de alcance económico como aquela de que o país necessita. (...) O único interesse de uma ditadura, neste momento, é apenas a de uma minoria parasitária que vive de especulações e em manifesto prejuízo da população e do próprio Estado. E é isso o que o povo está compreendendo admiravelmente, levando-o a unir-se contra o perigo geral.” (“Contra a Ditadura”, in *O Mundo*, 16 de fevereiro de 1924, p. 1). Nas suas páginas encontramos também o testemunho da importância da frente comum para a aprovação das reformas de Álvaro de Castro e Domingues dos

Castro emitia os decretos de controlo do mercado cambial, formava-se a Coligação Republicana-Social, englobando elementos dos partidos Comunista, Socialista, Republicano Radical, Democrático, da CGT, da maçonaria e de várias associações republicanas³²¹. Esta frente única, agregada sob o lema “contra a ditadura”, promoveu um comício a 17 de fevereiro, que se transformou numa manifestação de mais de 20000 pessoas, segundo o jornal *O Mundo*³²². Em paralelo, ocorreu o protesto contra a carestia de vida, impulsionando uma enorme concentração populacional no Terreiro do Paço, a 22 de fevereiro. Durante o Governo de Rodrigues Gaspar surgiram novas iniciativas unitárias, mas as mais expressivas ocorreram em fevereiro de 1925.

No dia 6 de fevereiro, quando se decretava o fecho da ACL, deu-se uma manifestação de apoio ao governo, em Lisboa, promovida por agremiações republicanas, à qual se juntaram os operários³²³. O comércio e a indústria, por seu turno, enviavam cartas, telegramas e representações para o presidente da República, o parlamento, o governo, os jornais. Na capital, acordaram uma forma de protesto praticada em grande número no dia 9 de fevereiro de 1925, as montras fechadas e as portas encostadas. Em capítulo próprio analisaremos com maior detalhe a articulação dos enunciados políticos convocados pelos movimentos unitários, mas podemos destacar uma semelhança aparente de sujeitos políticos convocados pelos blocos antagónicos. Para o diário operário, *A Batalha*, a manifestação de 6 de fevereiro era uma grandiosa manifestação “dos que trabalham”³²⁴. Os comerciantes animados pelo protesto da UIE eram “os homens do trabalho”³²⁵. Como vimos na assembleia da ACL, o comércio podia reivindicar-se de uma ética do trabalho para defender a propriedade, conquistada e mantida por esforço próprio. O concurso por fixar o significado ao termo “trabalho” expressa a sua importância enquanto elemento de

Santos: “Que não tenha, pois, o governo da República nenhuma hesitação para pôr em prática as medidas que as circunstâncias aconselham para a defesa das liberdades ameaçadas, porque tem, para isso, o apoio da grande massa popular.” (“A manifestação de ontem”, in *O Mundo*, 18 de fevereiro de 1924, p. 1).

³²¹ O anúncio apelando ao comício de dia 17 de fevereiro referia os seguintes nomes e filiações: Magalhães Lima, presidência, e João Camoesas (PRP), Ramada Curto (PS), Sebastião Eugénio (Núcleo Sindicalista Revolucionário), Abel Pereira (PC), António Peixe (Comunistas independentes), Miguel Correia (ferroviários do Sul e Sueste), individualidades da CGT e PRR, como oradores. “Ao Povo de Lisboa”, in *O Mundo*, 16 de fevereiro de 1924, p. 1.

³²² “Contra a Ditadura. O imponente comício de ontem”, in *O Mundo*, 18 de fevereiro de 1924, p. 2.

³²³ Desenvolvido no ponto IV.3.2.

³²⁴ “A manifestação de hoje ao governo”, in *A Batalha*, 6 de fevereiro de 1925, p. 3.

³²⁵ “O encerramento da Associação Comercial”, in *O Século*, 10 de fevereiro de 1925, p. 1.

polarização, de termo a partir do qual se operava a legitimação política e, portanto, a partir do qual se operava a divisão do espaço político. Havia, no entanto, outros qualificativos distintivos, complementares da semântica atribuída ao termo. Para o jornal *O Século*, os comerciantes em protesto não eram apenas “homens do trabalho”, eram também “homens da ordem”, e era aí que, pretensamente, se distinguiam dos seus opositores (se a operação de equivalência no labor fosse aceite).

Ora, se o termo “trabalho” era património da esquerda, disputado pela direita, como no exemplo acima referido, com o termo “ordem” acontecia o inverso. A ordem pública, a ordem social, eram exigidas pelos conservadores que procuravam ser esse o eixo definidor da política, e o seu uso como arma obrigava os radicais a uma posição defensiva. Foi a propósito disso que caiu o gabinete “canhoto”. No dia seguinte à manifestação de apoio ao governo, os jornais noticiaram flamejantes declarações proferidas pelo chefe de gabinete perante os manifestantes: que o governo da República se havia colocado “(...) abertamente do lado dos explorados contra os exploradores (...)”, e prometendo um inquérito sobre a atuação da GNR durante o cortejo, enquanto afirmava “(...) não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo (...)”³²⁶. No dia 9 de fevereiro, o deputado David Rodrigues levou o caso à assembleia em negócio urgente. Desejava saber se o presidente do ministério teria proferido palavras instigadoras da luta de classes:

“Das próprias janelas do Ministério do Interior (li eu nos jornais) deram-se «vivas» a várias corporações, fizeram-se referências a várias classes, umas agradáveis para certas classes, outras desagradáveis para outras classes. Essas referências feitas na presença do sr. ministro do Interior e das janelas do seu ministério, vêm mostrar-nos que dentro do próprio ministério do Interior se fomentou a luta de classes. Essa luta é sempre perigosa, tem causado em todos os países, ou pelo menos em muitos, sérias perturbações que sempre se lastimam e têm consequências sempre funestas.”³²⁷.

Cunha Leal considerou, igualmente, os acontecimentos provocadores da guerra civil e da luta de classes, assim como Agatão Lança, para quem a possibilidade de

³²⁶ “A maior luta da República”, in *O Mundo*, 7 de fevereiro de 1925, p. 1.

³²⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 28, 9 de fevereiro de 1925, p. 15.

“vivas” dados à CGT, a partir das janelas do ministério do Interior, era um indicador subversivo. As moções de desconfiança lançadas no decurso da discussão focavam a questão do desprestígio da força pública, indiciando que haveria um problema de ordem no sentido de perigo para a segurança pessoal e colectiva dos cidadãos³²⁸. No entanto, quando perscrutamos as intervenções, entendemos que a ordem exigida se relacionava estreitamente com a contenção da possibilidade de subversão, isto é, e atendendo ao significado literal do termo, de inversão dos pressupostos de organização da vida social, económica e política. Os deputados do “bloco das esquerdas” fizeram questão de recolocar o problema nesses termos, ajudando a traçar com maior rigor a fronteira delimitadora do campo da esquerda republicana. Sá Pereira referiu, então, os projetos pendentes do governo - o fim dos monopólios, a lei de *Habeas Corpus*, a proposta de criação da Caixa de Conversão, a reforma agrária -, acusando a câmara de estar a derrubar o governo por falsos motivos. Pina de Moraes, julgando, igualmente, tratar-se de obstrução ao plano reformista “canhoto”, considerava que o capital (o “dinheiro”) servia somente os seus próprios interesses, comportamento contido apenas pelo controlo das democracias³²⁹. A esta limitação da liberdade do capital chamava o deputado a democracia económica: “Porém, a razão principal, a razão da luta política que se trava apaixonadamente, é só uma: o impedir que se implante definitivamente entre nós uma democracia económica.”³³⁰. Sá Pereira colocava a questão entre a vitória alternativa das forças económicas ou da

³²⁸ A moção apresentada por David Rodrigues: “A Câmara, reconhecendo que a política do ministério conduz ao desprestígio da força pública, e consequentemente do regime, passa à ordem do dia.” (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 28, 9 de fevereiro de 1925, p. 17). A moção apresentada por Cunha Leal: “A Câmara dos Deputados, reconhecendo que o procedimento do sr. Presidente do Ministério, pelas palavras que proferiu e pelos atos que praticou, afecta profundamente o prestígio da força pública, a disciplina militar e a ordem social, passa à ordem do dia.” (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 12). A moção apresentada por Agatão Lança: “A Câmara dos Deputados, lamentando palavras proferidas e atos praticados durante a manifestação da noite de sexta-feira passada, e reconhecendo que, pela ausência de uma ação sensata e ordeira do Poder Executivo foi profundamente afetado o prestígio da força pública, a disciplina militar e a ordem social, saúda a força pública e passa à ordem do dia.” (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 35).

³²⁹ “Não, sr. Presidente, a democracia económica toca nessa massa vil de que é feito o homem, toca na lama baixa do ouro. O dinheiro sem controlo, o dinheiro, quando as democracias o não seguram e o não obrigam, o dinheiro, Sr. Presidente – e deixo estas palavras à consideração descuidada da Câmara – é sempre pelo dinheiro e por mais nada. (...) E é por isso mesmo que a democracia económica é muito mais difícil de estabelecer e de fazer viver dentro do regime.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 18.

³³⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 18.

democracia: “No dia em que essas forças económicas tivessem saído triunfantes da luta, seria impossível a República em Portugal”³³¹.

O governo demitiu-se perante a hostilidade da câmara³³². Passados três dias, milhares de pessoas³³³ concentraram-se em frente do Palácio de Belém para entregar a Teixeira Gomes, presidente da República, uma moção de apoio ao governo deposto, em nome da União dos Interesses Sociais, a antagonista da União dos Interesses Económicos. Foi o único governo republicano do pós-guerra a cair tendo um lato apoio popular, do mesmo bloco social que erigira a República no 5 de outubro e a defendera em Monsanto. Simbolicamente, a moção de 13 de fevereiro da UIS celebrava um novo pacto verde-rubro com a república, pedindo ao presidente da República, Teixeira Gomes, para zelar por que a partir daquele momento a governação se fizesse a favor dos explorados e que a força pública não servisse para espingardear o povo.

Para a demonstração do progressivo apuramento de uma coerência do pensamento e da ação democrática da esquerda republicana, devemos fazer notar que entre os governos de Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos houve uma diferença fundamental. O primeiro mostrou-se conservador na forma de gerir os conflitos sociais, o que lhe valeu a perda da expectativa que lhe votaram alguns sectores da esquerda operária e republicana. A título de exemplo, refira-se a resolução ministerial de despedimento, com anulação de contrato, dos funcionários públicos grevistas (18 de março de 1924) e a ordem de deportação para África de dezenas de ativistas operários e sindicalistas, acusados, sem julgamento, de pertencerem à Legião

³³¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 28.

³³² José Domingues dos Santos aceitou uma primeira moção lançada por Joaquim Ribeiro, por conter matéria que não era rejeitada pelo executivo (“A Câmara, entendendo que se deve prestigiar a força pública e manter a ordem e o respeito de todos os cidadãos, passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 14). Perante a possibilidade de transformação da moção num ato de confiança, Joaquim Ribeiro pediu a substituição do seu texto por outro inequivocamente desfavorável ao governo (“A Câmara dos Deputados, considerando que ao progresso da República é necessário o prestígio da força pública; Considerando que é ao governo que principalmente incumbe promover por todos os meios aquele prestígio; Considerando que foram insignificantes as explicações do sr. Presidente do Ministério acerca dos acontecimentos de sexta-feira e domingo últimos, passa à ordem do dia.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 29, 10 de fevereiro de 1925, p. 43). A moção votada e aprovada foi a de Agatão Lança, por 65 votos contra 45.

³³³ Mais de 80000 segundo *A Batalha* (“Uma jornada gloriosa do povo de Lisboa”, in *A Batalha*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1.), 60000 segundo *O Mundo* (“Uma grande dia para a República”, in *O Mundo*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1), 40000 segundo o *Diário de Lisboa* (“A Situação política”, in *Diário de Lisboa*, 13 de fevereiro de 1925, p. 8).

Vermelha (5 de julho de 1924). Mais coerente, o Governo de José Domingues dos Santos mandou libertar todos os detidos há mais de oito dias sem culpa formada por questões sociais e políticas (25 de novembro de 1925), apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta de lei de *Habeas Corpus* (dezembro de 1925), mandou prender o gerente da União Fabril e mais 16 comerciantes, acusados de açambarcamento (18 de dezembro de 1925), nomeou João Pedro dos Santos, um homem da esquerda, para chefe da PSE³³⁴, e autorizou a constituição de federações ou uniões de associações de classe ou sindicatos profissionais, ou seja, legalizou a CGT (decreto-lei nº 10415, 21 de dezembro de 1924), satisfazendo uma pretensão operária aguardada desde a legalização das associações de classe nos anos 90 do século XIX³³⁵.

III. 6. O campo da esquerda republicana.

A nossa exposição suspende-se aqui, quando se torna possível identificar o campo da esquerda republicana com grupos formais atuando, reivindicando-se e sendo reconhecidos enquanto tal, o último dos quais consistindo no Partido Republicano da Esquerda Democrática, após a irradiação da ala esquerda do PRP³³⁶. Esperamos ter demonstrado, no essencial, quanto este processo foi devedor do processo concomitante de polarização política da sociedade portuguesa do pós-guerra, como a clivagem significativa do período era aquela separando o capital e o trabalho, e como daqui se formaram os campos de mobilização para as lutas políticas do século XX.

Às incisões operadas neste capítulo corresponde um conjunto de políticas que aqui agrupámos por partirem de um princípio comum e tenderem para um mesmo fim. Pretendiam dar solução à grave crise socioeconómica do pós-guerra, reequilibrando a balança social, entre aqueles que mais sofriam com os efeitos nefastos da inflação e da degradação das condições de vida – as classes trabalhadoras –, e aqueles que prosperavam à sombra das condições excepcionais criadas durante a guerra – as classes possidentes. Essa ambição desembocava na necessidade de

³³⁴ Foi João Pedro dos Santos quem negociou as comissões de propaganda dos ferroviários do Sul e Sueste e dos funcionários dos Correios e Telégrafos para as eleições de novembro de 1925. Ver ponto IV.3.3.

³³⁵ Para estas e outras medidas ver QUEIRÓS, 2008, pp. 54-58.

³³⁶ Para o processo de formalização do PRED ver QUEIRÓS, 2008.

redistribuir a riqueza, pela assunção de responsabilidades sociais a nível da previdência, pela tributação direta do capital, pelo controlo dos negócios cambiais e bancários, pelo acesso ao crédito e a repartição da terra. Qualquer ato reformista nestas áreas – laboral, social, fiscal, cambial, bancária e agrária – prossecutor daquela finalidade, colidia diretamente com os interesses das elites económicas. Esse facto, por si, ditou o seu carácter radical, revelando, simultaneamente, os antagonismos instalados e colocando os reformistas no lado esquerdo da política, em termos práticos e, progressivamente, ideológicos. Com essa clarificação veio o desenho nítido de um desiderato político concreto: fazer uma República social ou democrática. Sob a égide de uma ideia de justiça, o Estado foi chamado a intervir com novos intuitos, coarctando as liberdades económicas, limitando o direito de propriedade - a esquerda republicana tendia para a social-democracia.

Importa lembrar que os projetos e as mundivisões da esquerda não se esgotam no nosso objeto de estudo. O olhar cingido à esquerda republicana permite-nos compreender que a organização da frente conservadora, evidente a partir de 1924, se fez não para responder à ofensiva do movimento operário organizado e, logo, aos projetos do sindicalismo revolucionário ou comunista dos anos vinte, mas para obstar ao reformismo da esquerda republicana. De igual modo, a identificação e descrição das novidades à direita não cabem na nossa proposta de investigação. Interessa, no entanto, deixar claro como os principais interesses económicos do país fizeram das experiências de tendência social-democrata do período uma lição, encontrando uma plataforma de entendimento para interesses de outro modo diversos entre si. Os estatutos da UIE incluíam uma programa mínimo de realizações, cujos itens apontam para a ameaça representada pela experiência dos anos de 1924-1925, contra medidas concretas do programa radical e contra o princípio da intervenção estatal socializante. Da lista constava a defesa da propriedade privada e da iniciativa particular e a “proscrição do estatismo”. A defesa da não retroatividade da lei e do cumprimento dos contratos e obrigações contraídos pelo Estado. A unificação e proporcionalidade dos impostos, o equilíbrio orçamental, a fiscalização rigorosa das despesas. A consulta dos organismos económicos interessados antes da elaboração de leis económicas e sociais. Alguns dos itens indicavam a posição arbitral desejada para os conflitos entre o capital e o trabalho, quando se referia o interesse solidário da economia nacional, a par da defesa das atividades económicas, e a organização das

relações entre o capital e o trabalho pela coordenação dos elementos da produção. O plano continuava e, em 1932, em vésperas da Constituição estado-novista, era o mesmo³³⁷.

Esta coincidência de motivações entre agentes económicos completar-se-ia com as correntes de pensamento político da direita, ganhando corpos e coerências ideológicas³³⁸. Não supomos, no entanto, uma linearidade neste encontro e uma relação causal entre a criação da UIE, a queda da República e a instituição do Estado Novo³³⁹. Não podemos obliterar a conflituosidade interna do bloco conservador e a concorrência de interesses específicos. A arquitetura de poderes, formais e informais, fixada em 1933 também foi consequência de confrontos endógenos em curso a partir de 1926, culminando numa articulação estável de interesses (conservadores)³⁴⁰. A exposição feita a partir do vector interpretativo da polarização política permite-nos entender como as afinidades socioeconómicas determinariam a atualização da disjuntiva república/ monarquia, acrescentando-lhes qualificativos mais significativos na expressão de projetos contendentes. Se a esquerda republicana desejou a república democrática para especificar o seu projeto, o nome “Estado Novo” é resultado dessa atualização à direita, onde um simulacro de república podia existir para garantir a harmonia e o funcionamento de instituições antiliberais.

³³⁷ A UIE pretendia-se isenta em matéria política e religiosa e defendia ainda: a adoção de métodos administrativos e técnicos modernos para a gestão dos transportes; a proteção de iniciativas científicas para o estudo do aproveitamento das riquezas nacionais; o fortalecimento do bloco económico imperial; o fomento do crédito comercial, industrial, agrícola e marítimo; proteção à infância e à velhice e organização moderna dos serviços de assistência; reforma penal tendente à intimidação e regeneração do delinquente pelo trabalho, e indemnização à vítima; organização do ensino técnico e da aprendizagem com a colaboração dos organismos económicos; proteção ao ensino instituído pela iniciativa particular nos graus primário, secundário e técnico. *Vd. União dos Interesses Económicos*, 1932.

³³⁸ CRUZ, 1982; LEAL, 1999 e 2009; MARTINS, 2004.

³³⁹ A ter em conta o relatório da direção da UIE, a organização teria sofrido uma quebra de associados até 1929, recuperando em 1932. Os princípios basilares, no entanto, seriam os mesmos. *Vd. União dos Interesses Económicos*, 1932.

³⁴⁰ ROSAS, 1998.

CAP. IV. O BLOCO RADICAL.

IV.1. Os partidos da esquerda republicana.

Neste capítulo iremos tratar de três formações políticas surgidas no pós-guerra e que se reivindicaram da esquerda republicana: o Partido Republicano Popular, o Partido Republicano Radical e o Partido Republicano da Esquerda Democrática. Sem preocupação pelas estruturas e estatutos de cada um destes partidos, desde logo devido à falta de estudos monográficos que apoiassem tal desenvolvimento³⁴¹, iremos procurar delinear ideários a partir de dois pontos, a base de apoio que se desejava mobilizar e os elementos programáticos adoptados. As informações colhidas foram-no quando auxiliavam o esclarecimento do posicionamento dos partidos no eixo esquerda/ direita e no eixo capital/ trabalho, validando a hipótese de serem esses os vectores significativos na distribuição do espaço político-partidário do pós-guerra, não deixando de tentar uma aproximação aos sentidos concretos destes termos, tanto quanto as fontes consultadas nos permitem. No conjunto, os temas encontrados e a seguir articulados permitem-nos evidenciar a relação entre os partidos emergentes no pós-guerra e o contexto coevo, enquanto passo de aproximação à ideologização partidária³⁴².

A análise que se segue utiliza textos oficiais e oficiosos recolhidos na imprensa, mantendo-nos no nível do discurso, da cultura política, que nos interessa explorar enquanto representação de um contexto e, em simultâneo, instrumento de ação sobre o mesmo. Para exemplificar, quando um partido refere a proletarianização de todos os assalariados, do ponto de vista do nosso argumento, fá-lo por existir verosimilhança no enunciado e por essa existência potenciar a criação de uma identidade ou de um sujeito político mobilizável. Será neste pressuposto que nos vamos movimentar, o de os temas encontrados serem sombras de processos de definição sociopolíticos em curso na sociedade portuguesa do pós-guerra e de serem, em simultâneo, um esforço por lhes fixar contornos, isto é, significados.

Um terceiro ponto pode complementar o estudo, o das estratégias partidárias, optando nós por não o tratar aqui, mas diluí-lo em outros capítulos adequados. Assim,

³⁴¹ Exceção feita para o PRED, estudado por António José QUEIRÓS, 2008.

³⁴² Acerca do surgimento do conceito de programa político em Portugal e a sua evolução no século XIX ver Jorge Borges de MACEDO, 1981.

as lutas armadas, as práticas eleitorais e as alianças táticas serão referidas nos capítulos relativos às armas do bloco radical e aos movimentos unitários³⁴³.

Se uma parte do nosso argumento envolve a hipótese de modernização do campo político português durante o período em causa, será esclarecedor fixarmos o nosso termo de comparação. Antes de percorrermos a malha discursiva dos três partidos indicados acima devemos considerar a sua fonte genealógica, o movimento republicano do último terço do século XIX e inícios do século XX, quanto à sua base sociológica e discursos sobre representação.

Havendo o risco de assumir uma homogeneidade e uma linearidade que nunca existiram, a primeira nota deve ser dedicada, precisamente, a sublinhar a coexistência de correntes no seio do republicanismo, quer enquanto movimento, quer enquanto sua expressão partidária, desde a gestação na década de 70 do século XIX. O trabalho de Fernando Catroga oferece essa leitura complexa, a do ecletismo que percorreu a história do republicanismo desde o seu surgimento até à implantação do regime, explicitando as conjunturas que explicam a hegemonia de determinada estratégia ou o predomínio de determinada ideologia. Esquemáticamente, interessa-nos reter que o crescimento do movimento republicano em Portugal se deu pelo casamento de duas frentes, a primeira, moderada, alimentada pelas posições oficiais do partido e pela pugna eleitoral, a segunda, radical, alimentada pelos propagandistas e a criação de uma disposição que seria ativada pela via revolucionária quando o contexto o propiciou³⁴⁴.

A base social organizativa do republicanismo era mais reduzida que o seu potencial mobilizador, conforme demonstra Fernando Catroga:

³⁴³ Capítulo IV.3 e IV.4.

³⁴⁴ “No terreno oficial, a orientação do Partido Republicano manter-se-á moderada, dando grande ênfase à denúncia da corrupção do regime (...) e à crítica aos malefícios do livre-cambismo e da tributação indireta (...). Mas, a par de tudo isto, é indiscutível que os propagandistas mais ativos na primeira década do século XX foram semeando um imaginário social em que, como já muitos radicais das décadas anteriores (federalistas, sobretudo) haviam sustentado, o ideal republicano aparece indissociável do sonho de emancipação social, expectativa que, correlacionada com o alargamento da sua base social, incitava a romper com as regras do jogo eleitoral. Daí que, por aquela época, a República se tornasse cada vez mais equivalente a Revolução, e o republicanismo fosse, ideologicamente, uma espécie de síntese entre a social-democracia à alemã e o respeito pela pluralidade dos interesses à inglesa.”, *in* CATROGA, 2010, p. 62.

“Nos inícios da década de 80, sem ser ainda um movimento de forte implantação popular, já potenciava, assim, as características que acabarão por defini-lo: a defesa de um projeto socialmente heterogéneo. Isto é, se os intelectuais e os funcionários públicos exerciam a hegemonia ao nível da direção do movimento, a sua radicação alargar-se-á igualmente a estratos sociais (comerciantes, artesãos, trabalhadores) que, se não lhe davam uma grande expressão eleitoral, já lhe forneciam, porém, o entusiasmo militante suficiente para animar os centros e algumas lutas (comícios, representações) contra o governo monárquico e contra o clericalismo.”³⁴⁵.

Embora o programa de 1891 defendesse os interesses da pequena burguesia, dos pequenos comerciantes e produtores³⁴⁶, ideologicamente o republicanismo representava uma esperança de emancipação social mais vasta. Uma esperança de inclusão e participação política, inerente à defesa do sufrágio universal por oposição ao sufrágio censitário, o que seria por si um importante alargamento democrático, e uma esperança de mudança socializante, sobretudo enformada pelas ideias do reformismo de práticas solidárias. A polissemia do republicanismo e o interclassismo do seu apelo seriam características explicativas da abrangência sociológica do apoio colhido na primeira década do século XX³⁴⁷.

Desde a génese, o republicanismo foi frentista, articulando visões e interesses diversos no seu bojo. No contexto de combate ao regime monárquico e ao clericalismo (base comum do movimento)³⁴⁸ a inclusão da diversidade e a coexistência de linhas ideológicas parece ter sido uma vantagem, algo que se modificaria logo após a abertura das novas câmaras parlamentares e, mais acentuadamente, no pós-guerra quando, como defendemos, a forja de alianças políticas implicava outra coerência, um realinhamento a partir dos conflitos entre capital e trabalho. Não dizemos que antes de 1919 não existia conflituosidade desta

³⁴⁵ *Idem*, p. 70.

³⁴⁶ “A partir do modelo económico subjacente ao programa de 1891, verifica-se que continuava a defender os interesses dos pequenos produtores e comerciantes, ou, melhor, a <capitalização dos pequenos possuidores>, tendo em vista criar os meios conducentes à extinção do salariado, ou, pelo menos, geradores de uma maior solidariedade entre o trabalho e o capital.”, *in idem*, p. 59.

³⁴⁷ “Tudo isto mostra que o movimento, com a polissemia do seu discurso e o interclassismo do seu projeto, foi capaz de conquistar o apoio das camadas sociais que a Monarquia, apesar dos esforços dos últimos governos - que tentaram caçar no «terreno dos republicanos» -, não soube integrar.”, *in idem*, p. 73.

³⁴⁸ O anticlericalismo oferecia um chão comum a republicanos, socialistas e anarquistas. Acerca deste tema ver VENTURA, 2000.

natureza e que ela não era tida em conta politicamente, mas sim que a partir daquele ano esse é o centro determinante da vida política.

Por outro lado, a esperança emancipatória do republicanismo anterior à República representou um património forte que sobreviveu ao próprio regime, muito à custa, como veremos, do esforço ativo das facções republicanas que se autonomizaram enquanto esquerda partidária.

Quanto aos discursos sobre representação, o trabalho de Maria Alice Samara é-nos útil para estabelecer um ponto comparativo. A autora analisa o uso e conteúdo da palavra “povo” pelo movimento republicano, apresentando alguns dos sentidos que teve no jogo discursivo. Desde logo, interessa notar que em finais do século XIX quando se falava ao povo e/ ou pelo povo chamava-se um sujeito político à ação direta (quando se apelava às armas ou ao voto) e indireta (quando se reclamava a sua representação). Se é certo que o povo incitado precisava dos líderes políticos, da oratória e da discursiva intelectual republicanas para ganhar contornos, não é menos verdade que na lógica republicana se reconhecia previamente um sinal de emancipação do povo enquanto povo político, a sua manifestação como sujeito no palco da política, implicando, segundo a autora, “um conjunto de condições, uma determinada postura, uma vontade”³⁴⁹: “(...) o povo existe ou passa a existir quando tem as ferramentas críticas para se entender (e aqui a ajuda do jornal popular é fundamental) e quando começa a agir em conformidade.”³⁵⁰. Além deste aspecto, mais relacionado com o apelo à mobilização e melhor entendido no contexto de rápida modificação do tecido socioeconómico português, com a chegada à política de novas classes sociais, isto é, de um povo que quer dizer massas populares, ainda o povo era usado para ganhar a legitimidade que a urna não podia dar ao PRP, significando então maioria e, mais finamente, maioria patriótica³⁵¹.

³⁴⁹ SAMARA, 2010a, p. 97.

³⁵⁰ *Idem, ibidem.*

³⁵¹ “O certo é que, para os republicanos, a situação foi construída de modo a parecer mais simples. Ainda que parecessem ser minoritários, entendiam ser os representantes do povo, a consciência e a aspiração do país. Aliás, de acordo com uma leitura de inspiração positivista, à elite cultural, de entre as diferentes partes da sociedade, caberia a função de direção e domínio do social. Os republicanos reivindicam a capacidade de falar *pelo* povo. Fazem a ponte e a mediação entre essa entidade e utilizam-na como forma de legitimação do seu próprio discurso e combate. O povo aparece como a razão e o destinatário das preocupações republicanas. Esta figura tem um papel central na militância política republicana a nível dos dirigentes e dos intelectuais, apesar de ser de difícil definição, aberta a várias configurações e reconfigurações. Os republicanos modificaram, assim, os termos da equação

Mantendo presente este sumário de ideias - a da heterogeneidade do projeto republicano, da sua alargada base de apoio na viragem do século, com um programa mais vocacionado para as camadas médias da sociedade e um património ideológico progressista movendo uma esperança emancipatória que tocava também o operariado, a ambição de representação interclassista, de um povo que era tanto massa popular como maioria patriótica -, estaremos em condições de melhor apresentar diferenças e semelhanças expressivas nos partidos da esquerda republicana face ao movimento republicano anterior à implantação da República, cujo balanço será feito no final deste capítulo.

IV.1.1. O Partido Republicano Popular.

O primeiro dos três agrupamentos a tratar, o Partido Republicano Popular, não teve grande implantação nacional³⁵². Formado no interior do parlamento, como era comum, começou por agrupar sete deputados em 1919. Apesar da sua fraca expressão numérica, teve impactos importantes, desde logo pelo uso da imprensa³⁵³ e das figuras de interpelação permitidas pelo regimento da Assembleia da República, que podiam dar aos pequenos grupos uma grande projeção, como refere Luís Farinha³⁵⁴. A importância dos populares, do ponto de vista dos arranjos institucionais, não se restringiu à polémica agitada no parlamento e na imprensa, alargando-se a algumas participações ministeriais³⁵⁵. Seria no papel de ministro das Finanças que Cunha Leal levaria à assembleia as propostas de reforma tributária que incluímos no reformismo radical e que provocaram reações dos conservadores, dentro e fora do parlamento.

política, invertendo o sentido da minoria e da maioria: na qualidade de representantes dos país, os republicanos não eram a minoria.”, *in idem*, p. 99.

³⁵² Ernesto Castro Leal refere as dificuldades de institucionalização partidária indicadas pela nomeação da Comissão Central Organizadora (cujos membros eram os dirigentes do grupo parlamentar, Júlio Martins, Vasco de Vasconcelos, Fernando Brederode, Vítor Macedo Pinto e Francisco Cunha Leal) em Diretório, em fevereiro 1921, um ano depois de ter sido anunciada a formalização do partido. LEAL, 2008, p. 87.

³⁵³ Os seguintes títulos eram afectos aos populares: *O Popular* (Lisboa, 1920), *A Revolta* (Porto, 1919-1920), *A Acção* (Viseu, 1919-1922) e *O Corgo* (Vila Real, 1919-1924). LEAL, 2008, p. 87.

³⁵⁴ FARINHA, 2009c, pp. 76-77.

³⁵⁵ Fernando Brederode (Marinha) e Vasco de Vasconcelos (Colónias) participaram do elenco ministerial encabeçado por António Maria da Silva (26 de junho a 19 de julho de 1920). Cunha Leal (Finanças) e Júlio Martins (Marinha) integraram os executivos de Álvaro de Castro (20 a 30 de novembro de 1920) e de Liberato Pinto (30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921). Fernando Brederode (Marinha) e Júlio Martins (Instrução Pública) fizeram parte do governo de Bernardino Machado. LEAL, 2008, pp. 86-87.

Neste capítulo, interessa-nos o posicionamento do grupo, na “extrema-esquerda” da república, e os sentidos deste enunciado.

O grupo anunciou a sua formalização em partido em maio de 1920. Estava praticamente inativo em julho do ano seguinte e dissolveu-se após a revolução de outubro de 1921. Segundo Castro Leal, as localidades onde teve maior influência foram Lisboa, Porto, Viseu e Vila Real.

Base de apoio

A apresentação dos populares foi feita em sessão do Congresso, após a apresentação de António Granjo do novo Partido Republicano Liberal. Júlio Martins, antigo evolucionista, dizia representar um grupo de amigos, generosamente aplicados à causa republicana, independentes de correntes políticas³⁵⁶. A definição dos objectivos do grupo era vaga. Não ambicionavam governar, dariam apoio aos governos, mantendo a integridade nas discussões e nas práticas, resumindo-se a sua existência a uma ética da dignidade republicana na qual eram experientes os deputados populares.

A dignidade e a integridade podiam ser uma bandeira política por reação à percepção do que havia sido a história da República até à data: uma luta desleal entre marechais dos partidos em busca de protagonismo. Não fazer política era uma promessa comum e significava sacrificar os interesses pessoais ou partidários estritos a uma causa comum. Podia, portanto, ser suficiente para um grupo de deputados apresentarem-se sob este pretexto mínimo, o de não fazerem política, e de isso ser uma postura de carácter valorizada. Para o Grupo Parlamentar Popular, a tomada de Monsanto significava a oportunidade de depuração dos processos de concorrência política que a reafirmação da aliança popular com o regime permitia. Era a esse momento histórico que o grupo recuava para ancorar o valor da sua origem. Não por

³⁵⁶ “Sr. Presidente: eu não me encontro no Partido Republicano Liberal. Represento nesta câmara um grupo de amigos, vindos do velho e glorioso Partido Evolucionista; bravos e jovens lutadores que nas pugnas travadas pela República têm sempre posto os generosos impulsos da sua mocidade ardente, cheia de fé e cheia de esperanças, ao serviço da República e da Pátria.”, in *Diário do Congresso*, sessão nº 9, 8, 9 e 10 de outubro de 1919, p. 12.

acaso, foi Nóbrega Quintal quem propôs a consagração do dia 24 de janeiro como feriado nacional³⁵⁷.

O contacto extraparlamentar do grupo só se deu em maio de 1920, motivado pelas acusações a Cunha Leal de estar implicado no inquérito ao Ministério dos Abastecimentos e Transportes. A suspeita levou os deputados populares a abandonarem, dramaticamente, o parlamento. Durante a sua ausência promoveram, pela primeira vez, comícios pelo país onde procuravam formar uma opinião pública favorável. Para o nosso exercício, o de busca de elementos nos discursos partidários que sejam indicativos do apoio desejado, das bases que se pretendia mobilizar, as intervenções feitas nos comícios de maio de 1920 são particularmente úteis.

Primeiramente, há a sublinhar o significado simbólico da iniciativa. Os populares não esperaram pelo resultado do inquérito, encenaram julgamentos onde a população – fonte da legitimidade republicana – os absolvía. Toda a credibilidade política dos populares dependia da sua incorruptibilidade, única qualidade política distintiva do grupo, por isso, nestes comícios dirigidos ao “povo” não era apenas o prestígio das instituições republicanas que estava em jogo, apesar de se exigir um pleno esclarecimento processual, era sobretudo a prova pública da sinceridade dos populares, expostos ao juízo popular.

O primeiro comício teve lugar em Lisboa, no teatro Apolo, no dia 9 de maio de 1920. Neste momento inaugural do contacto direto com a população, Júlio Martins, líder parlamentar do grupo, explicou os motivos que levaram à sua formação, a República precisava de meia dúzia de paladinos que moralizassem as práticas políticas:

“Tornava-se necessário, era mesmo imprescindível, que adentro do parlamento meia dúzia de homens sinceros, intransigentes e decididos, saindo das normas gastas e contraproducentes dos velhos partidos se abalassem a levar a cabo à custa dos mais duros sacrifícios, uma larga obra de saneamento e de moralidade.”³⁵⁸.

³⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 17, 5 de janeiro de 1920, pp. 8-9.

³⁵⁸ “Uma grande manifestação de fé e de prestígio republicano”, in *O Popular*, 10 de maio de 1920, p. 1.

A noção de ideologia resumia-se à ideia de se ser intransigentemente republicano. Os combates fervorosos de Cunha Leal a alguns dos grandes interesses económicos do país não caíam numa matriz programática, eram prova de coragem inabalável: “A atitude de Cunha Leal, combatendo com desassombro e rasgando de alto a baixo o ventre da Moagem, vergonhosamente obeso à custa da saúde e do dinheiro do povo, desagradava a certas criaturas acomodáticas.”³⁵⁹. Apesar de estar subjacente um princípio de distribuição da riqueza, que justificaria a reforma tributária tentada mais tarde por Cunha Leal enquanto ministro das Finanças, era a intrepidez a característica política mais valorizada aqui. Condenar os excessos das reivindicações dos trabalhadores era apenas coerente³⁶⁰. No jornal *O Popular*, publicaram-se vários artigos acerca da revolução russa e da hipótese de um desenvolvimento semelhante em Portugal. Defendia-se a ideia de cooperação entre o capital e o trabalho, uma interdependência benéfica se regulada pelo Estado. Num excerto desses textos, numa época em que a contestação social era forte, chegava-se a responsabilizar os operários pelas dificuldades do capital:

“Entre nós, porém, o operariado persistiu na tática de arruinar o burguês, lentamente, por concessões diárias, brutalmente arrancadas à sua cobardia. O resultado desta tática social aí está patente aos olhos de todos: quase não temos indústrias; a agricultura definha a olhos vistos; e os meios de transporte não dão vasão, ainda assim, aos produtos e matérias primas. (...) É contra isto que nos revoltamos. Que nos importam a nós os interesses materiais de uma burguesia egoísta e sórdida? Nada, absolutamente nada. Mas importam-nos, sobremaneira, os destinos desta terra, e não podemos por isso consentir que um proletariado inconsciente nos queira arrastar para

³⁵⁹ “Uma grande manifestação de fé e de prestígio republicano”, in *O Popular*, 10 de maio de 1920, p. 2.

³⁶⁰ A greve dos ferroviários de inícios de 1920 é particularmente exemplificativa da animosidade dos populares relativamente às reivindicações operárias e ao diálogo com os sindicatos. Duas passagens de *O Popular*, citadas por Luís Farinha, ilustram a defesa do uso da força para responder aos grevistas: “Com medo dos açoites, os ministros foram ao beija-mão do Comité ferroviário. Com medo de maiores cataclismos, o parlamento ajoelhou diante do sindicato. E eis como os poderes da Nação se transferiram de Lisboa para o Barreiro”, “Querem os nossos operários proceder à laia de macacos encerrados dentro dum armário com louça? Nesse caso, há que metê-los na ordem, para benefício nosso, e para benefício deles próprios”. in FARINHA, 2009c, pp. 80-81.

o abismo, ao som de uma *Internacional* que, por ora, está proibida pela Sociedade das Nações.”³⁶¹.

O burguês tanto era egoísta e sórdido, merecendo ser repreendido, como cobarde, não resistindo às lutas operárias. O proletariado, por sua vez, era inconsciente. Os traços morais que faltavam por toda a parte na sociedade portuguesa tinham-nos os deputados do Grupo Parlamentar Popular. Embora assim isolados, bebendo força na retórica cruzadista que os tornava excepcionais, os populares não eram homens sós, partilhavam do mesmo vestígio de modernidade do republicanismo de finais do século XIX e início do século XX, representavam uma massa. Para a economia do nosso argumento, interessa notar como dessa massa não se destaca nenhum grupo ou classe social. O carácter interclassista do grupo era um bem apreciável. Quando se descreve a assistência do comício do teatro Apolo essa valência é referida: “Todas as camadas sociais estão fartamente representadas na assembleia. Operários, empregados públicos, comerciantes, oficiais da Guarda Republicana e do exército, sargentos e antigos ministros.”³⁶². Para a retórica do grupo era especialmente importante a diluição classista num povo cuja única característica política era ser emotiva e sinceramente republicano.

Na primeira página de *O Popular* onde se relatava o comício, Cunha Leal dirigiu um artigo “Ao povo”, do qual destacamos algumas passagens e a sua articulação. Primeiro o estabelecimento da tomada de Monsanto como momento inaugural do grupo, desperdiçado pelos restantes concorrentes³⁶³. Segundo, a vivacidade da esperança republicana do povo de Lisboa³⁶⁴. Terceiro, a distinção do orador que não fazia parte do povo. Como um messias, tinha contacto com ele³⁶⁵. Quarto, o papel destinado ao povo, ser “sagrado instrumento de salvação da Pátria e da República”. Por fim, o elitismo declarado do orador, sugerindo uma substituição de elites para resolução cabal dos problemas do país: “Ora, se se não trata da falência de

³⁶¹ *O Popular*, 11 de março de 1920, p. 1.

³⁶² “Uma grande manifestação de fé e de prestígio republicano”, in *O Popular*, 10 de maio de 1920, p. 1.

³⁶³ “Com Monsanto que, para os republicanos, devia marcar o início de uma nova vida, recomeça, porém, uma orgia desvairada.”, “Ao Povo”, in *O Popular*, 10 de maio de 1920, p. 1.

³⁶⁴ “E contudo, a esperança tem ainda raízes bem tenazes no coração deste magnífico povo de Lisboa (...)”, in *idem, ibidem*.

³⁶⁵ “Senti-o ontem, ao contacto com ele (...)”, in *idem, ibidem*.

um regime, mas sim da falência de uma elite, substitua-se a elite incapaz para que o regime se salve.”.

A massa indivisível que era o “povo de Lisboa”, existia para legitimar a excepcionalidade dos populares. Assim, a “alma incorruptível do nosso povo” emprestava a sua qualidade pura aos deputados em causa, ajudando a que se invertessem os termos judiciais, na medida em que os populares se entregavam ao juízo do povo por não serem corruptos, algo que caía numa lógica mística, numa filosofia de fé bastante glosada nos seus discursos. Vasco de Vasconcelos, que terminava a sua intervenção gritando “Meus senhores! Está aberto o tribunal!”, antes dizia: “Ao povo nobre entregamos a nossa causa que é justa e é santa.”. Cunha Leal recordava o transe das multidões à voz dos dirigentes republicanos do tempo da propaganda, ele recordava “(...) a alma do povo de Lisboa abrasada em fé (...)” que “(...) parecia um sírio a arder no altar sagrado da Pátria”³⁶⁶.

No dia 16 de maio de 1920, organizou-se o comício popular em Alcobaça, notando-se algumas diferenças no discurso. O “povo de Alcobaça” tinha uma conotação próxima de trabalhadores e de pobres. A audiência era “(...) composta na sua maioria de povo trabalhador e rude (...)”³⁶⁷, embora também esperassem as palavras dos deputados populares senhoras e militares. Mais significativo, Afonso de Macedo avisava que lhe haviam dito que “(...) ao comício só iria o povo (...)”³⁶⁸, o que ele aprovava por serem esses os interlocutores que os populares desejavam ter. De novo, o conceito sobrepõe as condições de trabalho e de pobreza, introduzindo uma oposição correlativa, de abuso económico, com os “espoliadores do povo”: “Pois é justamente com os humildes, com os que mourejam de sol a sol, que os parlamentares populares desejam estar em contacto, para lhes contarem as manobras espoliadoras dos que pretendem governar-se à custa do seu suor (...)”³⁶⁹. Júlio Martins pautou a sua intervenção pela mesma lógica, os populares eram os “deputados do povo”, e vinham esclarecê-lo acerca das causas da sua miséria, de onde se destacava a defesa do Estado como entidade intermediária das relações entre ricos e pobres: “Os ricos tripudiam sobre a miséria nacional, não pagando o que devem ao tesouro, ao passo que o povo

³⁶⁶ *Idem, ibidem.*

³⁶⁷ “Uma jornada animadora”, in *O popular*, 17 de maio de 1920, p. 1.

³⁶⁸ *Idem, ibidem.*

³⁶⁹ *Idem, ibidem.*

trabalhador verga, como dantes, ao peso de contribuições exageradas.”³⁷⁰. O antagonismo enunciado não era classista. Os ricos e os pobres contemplados neste discurso não se opunham, necessariamente, como capital e trabalho, mas como preguiça e labuta. O abuso era de natureza moral e interessava aos populares por lesar o Estado republicano, através dos impostos. A preocupação dos populares não se prendia com a condição dos trabalhadores, nem com a sua relação com o patronato, mas sim com o papel de uns e outros nas finanças públicas. Ricos e pobres equivaliam-se na condição de contribuintes.

Em comum com o primeiro comício de Lisboa havia a instrumentalização do povo enquanto suporte da República, nunca autonomizando as suas exigências ou necessidades. O povo, os pequenos que trabalhavam de sol a sol, eram sacrificados, mas não deixavam de ser generosos, “(...) de bom grado dão a vida para salvar a República”³⁷¹. Mantinha-se também a retórica cruzadista. O público esperava os oradores com “entusiástica febre”, a voz de Cunha Leal tinha “(...) o fogo honesto e sacratíssimo da República (...)”, finalmente, os populares assumiram uma missão, “(...) pregando por toda a parte o evangelho da verdadeira República (...)”³⁷². A noção de representação usada era quase espiritual.

O terceiro comício marcava a assunção decisiva de que os populares deixavam de ser um punhado de cruzados para se transformarem num partido político. Nesta ocasião, a 23 de maio, no teatro Águia d'Ouro no Porto, Júlio Martins anunciou a constituição do partido e apresentou o respectivo programa. Ao contrário dos anteriores comícios, a descrição do público neste caso resume-se a uma sala cheia de republicanos e “formosas senhoras do Porto”, nem “povo”, nem classes profissionais ou sociais específicas. Nos discursos identificamos algumas diferenças a que o posicionamento partidário obrigava. A primeira é a de identificação de um adversário extrapartidário, um inimigo do regime. Orlando Marçal, refere-o quando recorda as suspeitas levantadas contra Cunha Leal, considerando que os populares não eram os únicos alvos visados pelos “caluniadores”, também o maior partido da República (o PRP) o era, assim como a própria República. Neste caso, o inimigo comum era o

³⁷⁰ *Idem, ibidem.*

³⁷¹ *Idem, ibidem.*

³⁷² *Idem, ibidem.*

monárquico³⁷³. Cunha Leal foi mais preciso, referindo-se à crise económica e financeira. Considerava as “forças vivas” o principal adversário a combater: “Crítica a ação das chamadas forças vivas, afirmando que tudo indica que não estão dispostas a cooperar no ressurgimento económico da nação, nem a contribuir para o possível equilíbrio da nossa situação financeira.”³⁷⁴.

Além destas pistas, o programa apresentado tornava mais explícito o posicionamento do Partido Republicano Popular. Júlio Martins voltava às razões da formação do grupo, referindo-se agora à objecção ao projeto de rotativismo, no âmbito do qual se dera a fusão conservadora dos unionistas com os evolucionistas. O novo partido pretendia situar-se na extrema-esquerda da República, sendo radical nos “(...) processos de administração e nos fins a atingir pela forma republicana”. No ponto seguinte, veremos como o radicalismo do partido se traduzia em medidas programáticas.

Antes de avançarmos, podemos acrescentar alguns traços ao desenho da ideia de representação e de bases de apoio desejadas pelo Partido Republicano Popular fazendo uma breve referência aos debates parlamentares relativos a projetos de aumento de vencimento do funcionalismo. Como veremos adiante, a pequena burguesia, sobretudo a dos funcionários do Estado, constituía parte das classes trabalhadoras que a esquerda republicana tentava cooptar. No caso dos populares não existe nenhuma evidência dessa ambição. Por norma, quando aumentos de vencimento de classes profissionais empregadas pelo Estado eram debatidos os deputados do grupo parlamentar recusavam-nos. A propósito dos ferroviários, Júlio Martins e Cunha Leal reconheciam a justiça relativa da melhoria dos salários, mas negavam-na acobertados com o argumento de não se conhecerem as contas da finança pública e, por isso, a verdadeira dimensão do problema que poderia desembocar na incapacidade de o Estado pagar a todos os seus funcionários a curto prazo. Procuravam, portanto, descredibilizar os governos proponentes de tais projetos. A intransigência de princípio era amaciada com a ideia de avaliação prévia da situação e de uma resposta global, a todo o funcionalismo público, como defendia Júlio

³⁷³ “Os caluniadores não são apenas adversários dos populares. São-no dos democráticos. São-no de todos os portugueses, porque são traidores, porque são monárquicos.”, “O comício no Teatro Águia d’Ouro”, in *O Popular*, 24 de maio de 1920, p. 1.

³⁷⁴ *Idem, ibidem.*

Martins³⁷⁵. Mas Cunha Leal ia mais longe, ao ponto de acusar os operários de viverem melhor que as outras classes³⁷⁶. Mais importante para o nosso argumento, para manter a bandeira das boas práticas administrativas, o deputado negava a ideia de exploração económica explicativa da degeneração das condições de vida da maioria da população:

“Se eu visse que na sociedade portuguesa os de cima exploravam ignobilmente os que estão em baixo, eu revoltava-me. O que eu vejo, porém, é que da parte dos homens do governo não há capacidade administrativa e, por isso, revolto-me contra eles para que, convencendo-se de que lhes falta tal capacidade, abandonem as cadeiras do poder.”³⁷⁷.

Como tínhamos visto, não havia incompatibilidade entre a condenação da especulação (mesmo associada à noção de enriquecimento ilícito), a denúncia dos interesses da moagem, da alta finança, do alto comércio, e dos excessos das reivindicações das classes organizadas sindicalmente.

Elementos programáticos

O programa do Partido Republicano Popular foi apresentado ao público pela primeira vez no comício do Porto, a 23 de maio de 1920. Na paragem seguinte, em Vila Real, a 30 de maio, Júlio Martins desenvolveu alguns dos itens em questão.

A primeira medida do Partido Republicano Popular era o saneamento do exército, expurgando-o de elementos desafectos ao regime para eliminar o aparente principal factor de intervenção política militar, altamente desestabilizadora³⁷⁸. Sendo

³⁷⁵ “Repito: vamos estudar e compulsar as nossas disponibilidades, vamos ver o que podemos dar ao funcionalismo público, e então atenderemos a situação de todos, mas em conjunto e nunca isoladamente.”, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 42, 13 de fevereiro de 1920, p. 9.

³⁷⁶ “Há uma injustiça relativa na sociedade portuguesa. As classes operárias vão viver à vontade, mas há classes que levam uma vida de expedientes (...) Dizia eu que estamos todos mal, há uns que estão piores do que outros e os que estão piores são aqueles contra os quais as classes operárias muitas vezes se revoltam”, in *idem*, p. 18.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*.

³⁷⁸ “O Partido Popular faz do saneamento do exército a sua primeira reivindicação, porque a considera a primeira condição para que neste país se trabalhe sem preocupações constantes de alteração da ordem.”, “Vila Real de Trás-os-Montes”, in *O Popular*, 1 de junho de 1920, p. 1.

republicanos, defendia-se a neutralidade partidária dos militares³⁷⁹. Depois das forças armadas, contemplava-se a reforma judiciária, deixando a magistratura incólume, mas modernizando os processos³⁸⁰. Controlando os dois principais braços da estrutura estatal, o plano passava à reforma tributária, introduzindo-se o imposto sobre o rendimento com taxas maiores para o capital fundiário, financeiro e comercial³⁸¹. Acrescentava-se a reforma agrária, distribuindo a terra para o seu efetivo cultivo, assim como a promoção do cultivo coercivo e a tributação do absentismo. A radicalidade assumida dos populares era determinada por este núcleo de medidas que abriam o programa e marcavam a posição esquerdista do grupo. Dois importantes princípios eram consagrados. Primeiro, quem mais tinha, mais pagava, o que está na origem da ideia da justiça tributária de finalidade distributiva. Segundo, o Estado assumia a função de limitador da propriedade, forçando-a a cumprir uma finalidade colectiva. Deixava de ser lícito acumular capital e/ ou deixá-lo inativo se em causa estivesse o equilíbrio social, neste caso indicado pelo desequilíbrio financeiro do Estado.

O limite da radicalidade dos populares era de seguida demonstrado. Sob a alínea da “questão social” propunha-se, além da industrialização de matérias-primas nacionais com comparticipação operária nos lucros, a revisão da lei das oito horas que os deputados do grupo e os articulistas a ele afectos combatiam, aceitando o argumento de irreabilidade da lei quando aplicada a uma indústria deficiente. Aliás, um dos pontos relativos ao fomento económico preconizava a concentração industrial³⁸².

Não era um programa extenso, nem o partido teve outras ocasiões para o rever ou aprofundar, dada a sua curta existência. No essencial, para o exercício proposto, basta reter esta súmula. O Partido Republicano Popular pretendia fortalecer o Estado, controlando a força armada e a magistratura, equilibrando as finanças públicas e,

³⁷⁹ “Quer a força pública amando muito a República, conseguindo o que levará o próprio Partido Popular a preconizar o princípio de os militares não deverem pertencer a qualquer credo partidário.”, *in idem, ibidem*.

³⁸⁰ “A magistratura, acredita-o, é honesta, mas tem de agir a dentro de um corpo de leis reacionárias, vazadas em moldes antiquados que fizeram o seu tempo e que precisam de ser remodelados de *fond-en-comble*.”, *in idem, ibidem*.

³⁸¹ “Tributação mais alta das grandes propriedades e das grandes companhias, comerciais e bancárias.”, “O comício no Teatro Águia d’Ouro”, *in O Popular*, 24 de maio de 1920, p. 1.

³⁸² Outros pontos eram ações de crédito para as estradas com junta autónoma, a nacionalização de minas e caminhos-de-ferro, valorização das quedas de água, inquérito económico, revisão da lei sobre transportes marítimos. *Idem, ibidem*.

sobretudo, intervindo na relação do capital com o Estado, limitando-lhe a liberdade. Embora não fosse ainda a ideia de mediação de dois termos dialécticos, capital e trabalho, era um início. O carácter reformista do partido não morreu com a sua dissolução. Pelo contrário, analisando o PRR e o PRED entendemos como a esquerda republicana tendeu de modo irregular, mas progressivo, para a social-democracia.

IV.1.2. O Partido Republicano Radical.

Dos novos partidos ou grupos partidários da esquerda republicana nascidos do contexto de polarização do pós-Grande Guerra, o Partido Republicano Radical foi aquele que teve vida mais longa e, talvez por isso, intensa atividade política. Um indicativo da vivacidade do PRR foi a profícua imprensa promovida, oficial ou oficiosamente afeta ao partido³⁸³, que nos oferece um vasto conjunto de documentos a tratar.

A primeira comissão organizadora que veio a dar origem ao PRR formou-se em fevereiro de 1922, no Centro Republicano de Fomento Nacional. De raiz outubrista, os seus membros iniciais incluíam ainda antigos reformistas, antigos democráticos e antigos populares³⁸⁴. Na origem, o nome adoptado para o novo agrupamento foi Partido Republicano de Fomento Nacional e, segundo Ernesto Castro Leal, o nome evidenciava “(...) uma vontade de aprofundar democraticamente a I República por meio de uma política combinada de desenvolvimento económico (...)”³⁸⁵. O mesmo historiador refere que a assunção do radicalismo do partido e a sua

³⁸³ Segundo o nosso levantamento: *A Voz do Povo* (Aveiro, 1917-1931/ 1923-1926), *O Minho* (Barcelos, 1924), *A República Radical* (Barreiro, 1924-1925), *União Radical* (Braga, 1924-1925), *Meteoro* (Coimbra, 1923-1928), *Renovação* (Coimbra, 1924-1926), *Diário do Povo* (Lisboa, 1925), *O Ideal* (Lisboa, 1924), *A Imprensa Nova* (Lisboa, 1924), *O Libertador* (Lisboa, 1924-1932), *Os Radicais* (Lisboa, 1925-1926), *A Revolta de Almada* (Lisboa, 1926), *A Canalha* (Porto, 1923-1924), *A República Portuguesa* (Porto, 1923-1925), *Trinta e Um de janeiro* (Porto, 1925), *Democracia Nova* (Setúbal, 1923), *Jornal de Debates* (Setúbal, 1924), *Defesa do Povo* (Viana do Castelo, 1924-1925), *O Minhoto* (Vila Nova de Famalicão, 1925), *A Justiça* (Viseu, 1922-1926), *Pátria Livre* (Lisboa, 1924-1926; divulgava igualmente informações sobre o PRED).

³⁸⁴ Ernesto Castro Leal identifica José Pinto de Macedo, José Lopes de Oliveira e Camilo de Oliveira, antigos membros do PRP que entretanto se tornaram independentes, Albino Vieira da Rocha, António de Almeida Arez, João da Câmara Pestana, José Tomás da Fonseca, Raul Tamagnini de Miranda Barbosa, ex-democráticos, Orlando Alberto Marçal, Vítor Macedo Pinto, Alberto da Veiga Simões, César Procópio de Freitas, Francisco Xavier Pereira, António Celorico Gil, Generoso Rocha, ex-populares, e João Manuel de Carvalho, Joaquim Meira e Sousa e Manuel Gomes da Costa, ex-reformistas. *Vd.* Leal, 2008, p. 92.

³⁸⁵ *Idem*, p. 91.

fixação no nome esteve relacionada com a chegada do Partido Radical Francês ao governo, consagrando-se a mudança durante o I Congresso partidário, em junho de 1923³⁸⁶. Além deste primeiro congresso, que teve lugar em Lisboa, realizaram-se outros três, o segundo no final de janeiro e início de fevereiro de 1924 no Porto, o terceiro no final de janeiro e início de fevereiro de 1925 em Coimbra, e o último em março de 1926 em Lisboa. Geograficamente, o PRR teve maior expressão nas áreas de Lisboa e Setúbal, Évora e no litoral e norte do Mondego³⁸⁷.

Base de apoio

A propaganda radical foi consentânea com o processo de polarização e de clarificação dos campos políticos que vimos tratando. Nos sujeitos políticos enunciados pelo PRR, identificados nos apelos à mobilização, encontramos uma importante sobreposição ilustrativa da transformação em curso. De início, o partido convocou o sujeito “povo” dos tempos áureos da propaganda republicana para chamar a si a legitimidade da continuação da obra prometida e corrompida após 5 de Outubro de 1910. Este povo era, necessariamente, estável, o mesmo de finais do século XIX, e, para tanto, tinha uma qualidade característica atemporal - o sofrimento. Existir, nos anos vinte, um povo sofredor era prova de haver um projeto de república por cumprir. Em 1923, os radicais resgatavam a promessa de alívio popular e diziam: “Queremos que seja posto em execução aquele sublime programa que era exposto ao Povo nos muitíssimos comícios e excursões de propaganda onde eram distribuídos aos milhares os belíssimos exemplares de *A Cartilha do Povo* de José Falcão.”³⁸⁸. Ao desejo de ativação das ondas de entusiasmo e fervor populares correspondia uma ideia messiânica de república e populista de representação política³⁸⁹. José Falcão gozou de um capital político específico por não ter sido sempre militante, podendo ficar intocado pela concorrência entre facções e personalidades partidárias. O seu desinteresse, a renúncia por capitalizar em proveito próprio o poder de mobilização da

³⁸⁶ *Idem*, p. 92.

³⁸⁷ Inferido a partir da concentração de comissões municipais. As comissões distritais incluíam Lisboa, o correspondente ao atual distrito de Setúbal, Faro, Évora, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Porto, Braga, Vila Real e Viana do Castelo. *Vd. Idem, ibidem*.

³⁸⁸ “Quem Somos”, in *A Canalha*, 15 de setembro de 1923, p. 1.

³⁸⁹ A caracterização é de Fernando Catroga: “O messianismo populista foi, de facto, uma das notas características da ideologia republicana”, in CATROGA, 1976, p. 295.

palavra, eram qualidades invocadas na imagem animada, de grande valor para os partidos formados na ansiedade de representação das massas e descredibilizados pela percepção generalizada – alimentada pelos agentes do sistema político-partidário – da corrupção institucional advir da degradação do idealismo³⁹⁰. Em particular, *A Cartilha do Povo*, de 1884, recuava, relativamente a trabalhos anteriores do autor, nas considerações sobre a reestruturação da propriedade, limitando os dilemas económicos aos problemas orçamentais³⁹¹. Na ordem do discurso radical, o povo, como se a sua fome fosse jejum ritual, era o reduto espiritual da esperança republicana:

“Hoje são democráticos os ricos, os remediados, os que têm que perder. Corrompeu-se o ideal na estrumeira do mercantilismo. Essa força, porém, sã, incorrupta, aquela que deriva da ideia e não desce ao estômago, ficou no domínio do povo – esse puro democratismo chama-se hoje radicalismo, ou Partido Radical.”³⁹².

Não obstante esta passagem falar da banalização política do ideal republicano após a sua transformação em poder, associado à posse, tentando recuperar a pureza democrática dos desapossados, atualizando-a, dizendo-a radical, não deixa de o fazer usando o povo como adereço mágico. O povo sofredor, assim referido, não era concreto, não era nem alguma situação conjuntural ou estrutural específica, nem era o conjunto de situações diversas. Aquilo que se dizia era que o sofrimento, no passado, tinha sido democrático e que depois de o democratismo se institucionalizar o sofrimento passava a ser radical. É de notar, no entanto, que desde a génese a finalidade do PRR se prendia com a concretização de um ideal democrático ao qual retornaremos. Havia neste povo inicial uma pretensão interclassista de reunião de

³⁹⁰ “Mas, definir a sua ação como a de um apóstolo do republicanismo, não significa dizer que Falcão foi sempre um militante no sentido estrito da palavra. (...) Este facto, segundo pensamos, colocou o lente numa posição privilegiada no contexto do republicanismo português. Mantendo-se afastado durante anos das querelas partidárias, das lutas entre personalidades e facções, e reduzindo a sua ação a um apostolado partidariamente desinteressado, José Falcão chegou aos inícios da década de noventa na posição invejável de uma personalidade indiscutível e, portanto, com a possibilidade de ser um aglutinador de tendências e um dos chefes de que a República necessitava caso viesse a ser implantada.”, *in idem*, p. 299.

³⁹¹ “A questão económica é reduzida aos problemas orçamentais, e o ideal regenerador já não passa pela prévia reestruturação da propriedade, mas é consubstanciado num messianismo simbolizado na bandeira republicana.”, *in idem*, p. 295.

³⁹² “A solução de uma crise ministerial”, *in A República Portuguesa*, 22 de dezembro de 1923, p. 1.

“puros republicanos” aos quais se opunham os republicanos no poder, abundantemente acusados de dar as mãos aos adversários monárquicos.

Algumas semelhanças com o Partido Republicano Popular são evidentes, como a ritualização religiosa dos sentimentos e atos políticos. As diferenças, no entanto, são de monta. O messianismo dos radicais abdicava de messias, não revertia a favor do carácter excepcional e raro dos porta-vozes (os cruzados populares), mas da simbiose com as massas. A credibilidade do PRR reforçava-se evitando a pessoalização dos representantes, deslocando a garantia política da figura do notável, ainda que múltipla como no caso do PRP³⁹³, para a das massas em si:

“O Partido Republicano Radical pode não ter à sua frente as chamadas *cabeças*, mas tem em seu redor a massa popular, a canalha, os anónimos, aqueles que desinteressadamente defendem a República, que se batem por ela, nos seus transes mais difíceis, sem exigirem mais nada que não seja uma República bem republicana e honesta.”³⁹⁴.

Encontramos outra derivação no discurso de apelo à mobilização do PRR quando o povo além de ser massa (número) ocupava uma posição relativa na estrutura social da riqueza. Isso implicava uma precisão que nos interessa sublinhar, a de que este povo já era “trabalho”: “E este partido, tendo como filiado o povo tem implicitamente a seu lado a maior força – o trabalho.”³⁹⁵. Este grau de precisão introduzido complexificava o enunciado político, pois o povo que era trabalho não lutava desinteressadamente, nem nos lugares retóricos, lutava por interesses específicos. Eram soldados, produtores e contribuintes, a quem se opunha ainda nesta fase o poder corrupto:

³⁹³ Maria Alice Samara, na análise às operações de credibilização de figuras públicas republicanas, considera-as modos de aproximação dos republicanos à população, tornando-os conhecidos e familiares. A galeria de notáveis, garantia uma pluralidade de figuras-tipo, não negando um fundo cultural comum que era a devoção à causa republicana. Vd. SAMARA, 2010b, pp. 67 e seguintes.

³⁹⁴ Sem título, in *A República Portuguesa*, 11 de novembro de 1923, p. 2.

³⁹⁵ “O que o povo quer”, in *A República Portuguesa*, 22 de dezembro de 1923, p. 3.

“Como pode o povo, a grande massa humana do trabalho e que é chamado a pegar em armas quando a pátria periga, como pode o povo, que é quem paga as contribuições e revolve o seio da terra para lhe arrancar o sustento e as pedras preciosas, como pode esse povo ter confiança nos seus destinos, se ele deu o seu sangue para implantar uma República e vive na mais ignominiosa servidão a políticos que do poder fazem a sua arma de ataque a todos os que não emparceiram ao lado desta bambochata?”³⁹⁶ .

Nestes dois elementos temos já um indicativo da relação entre o tipo de partido que foi criado no pós-Grande Guerra em Portugal com o contexto de crise. A transformação que se operava nos novos agrupamentos, que tentavam agarrar o problema do desequilíbrio socioeconómico, dava-se primeiro ao nível da representação. Se o PRP era já um partido para as massas, ao PRR não lhe bastava isso para se autodefinir. O apelo interclassista e lato do republicanismo do século XIX emprestava ao movimento um carácter frentista, era uma vantagem prática na mobilização antimonárquica e anticlerical. Após a Grande Guerra, o corte era outro, porque a clivagem de classe se insinuava como parte integrante do problema. Por isso é tão importante a precisão mostrada: o povo, uma massa é certo, era num dado momento aquele que englobava as classes trabalhadoras.

Esta noção foi-se acentuando e afinando durante 1924 e 1925. O apelo à mobilização passou a ser feito de modo direto às classes trabalhadoras dependentes de rendimentos fixos, aquelas que mais sofriam com a inflação. Porque o problema estava no consumo, na perda de capacidade de compra a que os protestos contra a carestia davam expressão, várias vezes este povo trabalhador também era um povo consumidor. Igualmente importante é a noção correlativa de antagonista que se vai desenvolvendo. A corrupção política por si perde alguma força como fator explicativo da crise para se transformar em conivência e favoritismo para com o capital. A grande oposição passava a ser feita aos sectores que enriqueciam com as condições criadas pela crise. Vejamos uma passagem de *A República Portuguesa* onde este enunciado surge formulado:

³⁹⁶ “O povo ainda não falou”, in *A República Portuguesa*, 17 de novembro de 1923, p. 1.

“(…) Não há hoje uma só pessoa neste país que possa viver tão somente com o produto do seu trabalho intensivo (...). Exclua-se o rico agricultor, o rico industrial e o rico comerciante que, à custa da negra penúria do povo consumidor e do suor humilde dos seus martirizados operários, têm obtido tão grandes como criminosas fortunas”³⁹⁷.

Lê-se, portanto, a correlação entre o empobrecimento da maioria e o enriquecimento de uma minoria de “(...) usurpadores do esforço ingente e leonino do trabalhador”³⁹⁸. Ao povo consumidor opunha-se a alta finança, o alto comércio a grande lavoura.

Estas duas novidades, a passagem do “povo republicano” ao “povo trabalhador” ou “povo consumidor” e a identificação de um inimigo de classe, eram uma alteração nos conteúdos do campo da esquerda republicana, algo que o Partido Republicano Popular ainda não tinha integrado, não chegando a ultrapassar a concepção indivisível do “povo republicano”, nem interpretando as desigualdades socioeconómicas como realidades articuladas. Apesar de o PRR integrar esta alteração de sentidos, a oposição identificada ainda não era tida como expressão de um antagonismo insanável porque estrutural e inerente às relações de produção capitalista. As desigualdades eram fruto da ambição das oligarquias económicas.

O povo trabalhador, aquele dependente de rendimentos fixos, englobava a pequena burguesia do funcionalismo público (excluía a pequena burguesia proprietária), militar e civil, o operariado e os assalariados rurais. O PRR tentou cooptar para as suas bases o funcionalismo, parte da classe média da sociedade, empobrecida pela escalada dos preços e desatualização dos vencimentos, enquanto era ainda atacada pelos conservadores defensores de despedimentos no Estado. Os funcionários civis e militares eram parte dos descontentes com a situação e este novo tipo de partido visava dar-lhes saídas.

O enunciado “povo trabalhador” era agregador, mas para o PRR encerrava uma dificuldade. Havia uma fronteira no jogo da representação que os radicais não ultrapassavam, a de se dizer voz dos operários. A formação das associações de classe

³⁹⁷ “A fome!”, in *A República Portuguesa*, 19 de abril de 1924, p. 2.

³⁹⁸ *Idem, ibidem*.

e outros organismos de solidariedade operária, em curso desde meados século XIX davam ao operariado o pleno e sólido reconhecimento da sua existência enquanto classe política por parte dos restantes agentes³⁹⁹. Os partidos republicanos eram percebidos como burgueses, isto é, com quadros cooptados na burguesia e agindo em defesa dos interesses da classe, desde logo, pela participação nas instituições parlamentares. Este era um limite auto e hetero-imposto, na medida em que a tradição da ação coletiva do operariado ditava a autonomia da classe, perpetuada pela hegemonia do sindicalismo-revolucionário, e os partidos burgueses não a contestavam. O máximo que um partido como o radical tentava era afirmar a sua simpatia pelos operários e sublinhar a cada oportunidade a simpatia que os operários tinham pelo partido. Num comício, por exemplo, a participação de operários era notada, mas isso significa, precisamente, que estes eram estranhos ao PRR. Assim, em julho de 1924, relatava-se a presença de um operário que falara aos radicais, apesar de não estar inscrito, manifestando a opinião de o PRR ser diferente dos outros partidos burgueses e, no desfecho da sessão, o presidente não deixou passar tal participação em branco: “regozija-se com o resultado do comício, salientando o facto de nele falar um operário que professa ideias avançadas, prova evidente que os radicais são tolerantes e respeitam todas as tendências político-sociais”⁴⁰⁰. Era frequente as comissões políticas emitirem resoluções onde saudavam os operários pela passagem do 1º de maio, declarando repúdio por perseguições políticas a sindicalistas, ou pelas deportações de 1925.

O operariado ficava fora da órbita de um partido burguês como era o PRR, mas tal não significa que não existisse uma tentativa de convergência moral, afirmando-se estar em curso uma proletarização do funcionalismo que assemelharia condições laborais distintas como a da repartição e a da oficina ou da fábrica numa bandeira de cores semelhantes. Existia, em potência, uma identidade política, a do trabalho (assalariado), capaz de tecer alguns fios de solidariedade entre os antigos e os novos proletários. Mário Domingues⁴⁰¹, por exemplo, esclarecia os leitores de *O Ideal*, afiançando-lhes que os verdadeiros responsáveis pelas dificuldades sentidas

³⁹⁹ LÁZARO, 2013.

⁴⁰⁰ “Em Gaia”, in *A República Portuguesa*, 12 de julho de 1924, p. 2.

⁴⁰¹ Sindicalista, pertenceu ao Núcleo das Juventudes Sindicalistas de Lisboa, foi redator de *A Batalha* e colaborou em alguma imprensa do PRR. Vamos encontrá-lo nos comícios dos movimentos de protesto de 1924 e 1925.

pelos “proletários das ciências e das artes” não eram os trabalhadores que reivindicavam aumentos salariais. Pelo contrário, este colaborador da imprensa radical procurava demonstrar-lhes o sentido da luta de classes, a necessidade de união dos profissionais liberais (professor, médico, literato, economista, engenheiro), também eles vítimas da exploração capitalista, com os restantes trabalhadores⁴⁰². O *Diário do Povo* seguiu a mesma direção quando lançou um inquérito que pretendia “(...) ouvir todas as classes trabalhadoras (...)” acerca da carestia de vida, tendo como objetivo “(...) fazer acordar o governo e todos os explorados (...)”. No primeiro artigo desta série sublinhava-se a condição comum das classes trabalhadoras a que a degradação das circunstâncias dava lugar⁴⁰³. Santos Ferro, na série “Tribuna Livre/ Na esquerda”, amplificava a mesma ideia, a da união dos “operários do braço e do cérebro”, opondo-se-lhes uma barricada de monopolistas do poder e da riqueza, a quem interessava a manutenção das desigualdades⁴⁰⁴. Estes três exemplos são cristalinos num ponto, a necessidade de reunir esforços advinha da percepção da atividade de um inimigo comum, pretendia-se demonstrar ao público leitor a dinâmica da luta de classes para uma consequente mobilização e ação.

⁴⁰² “Refiro-me ao intelectual probo, ao que leva a sua vida modesta de estudioso, comprimida entre as paredes estreitas dum vencimento miserável; refiro-me ao professor, ao médico, ao literato, ao economista, ao engenheiro – a todos esses proletários das ciências e das artes. Esses gemem sob a exploração capitalista, sofrem as consequências funestas da política reles que se move ao sabor dos interesses da alta finança, e, apesar da sua sapiência, da sua lógica bebida nas fontes das Universidades, já os temos ouvido afirmar que os causadores da crise económica são os trabalhadores que reclamam constantemente aumentos de salário. (...) O problema social só pode ser resolvido pelos que trabalham, quer manual quer intelectualmente. Esforcem-se todos os trabalhadores por emancipar o trabalho dos parasitas, canalizando o seu produto numa forma igualitária para os produtores – e verão que os homens de exceção, os ditadores, por muito milagrosos que eles sejam não são precisos para nada.”, “A ditadura milagrosa”, in *O Ideal*, 31 de janeiro de 1924, p. 2.

⁴⁰³ “Uma eterna questão/ Vida cara/ O Diário do Povo vai ouvir todas as classes trabalhadoras sobre este assunto importantíssimo, fazendo um verdadeiro inquérito que deve ter a virtude de fazer acordar o governo e todos os explorados. (...) Mostraremos, com a possível cópia de pormenores, a situação verdadeiramente aflitiva em que se debatem quase todas as classes trabalhadoras, desde as mais humildes às que outrora viviam uma vida desafogada e isenta de miséria. (...) Poucas são as classes trabalhadoras que têm a felicidade de ganhar o suficiente para se sustentarem e sustentarem as suas famílias. Um *deficit* colossal, e relativamente semelhante ao *deficit* do Estado, reina soberano em todos os lares. Ninguém se pode gabar de ganhar mais que o suficiente para as despesas quotidianas e indispensáveis. E felizes daqueles que conseguem ganhar o bastante para irem custeando as despesas de alimentação.”, “Uma eterna questão”, in *Diário do Povo*, 17 de abril de 1925, p. 1.

⁴⁰⁴ “De um lado estão os privilégios, os inconscientes que os seguem, os pobres de espírito que os adulam, formando todos uma força compacta e aguerrida que detém o poder, que monopoliza a riqueza e o bem-estar, que odeia as inovações e os inovadores, numa palavra gente que deseja, a todo o transe, a conservação das suas comodidades e dos seus bens. Do outro lado estão os de baixo, os eternos espoliados, as vítimas do capitalismo, do patriotismo burguês, do egoísmo, que são todos os que vivem apenas do seu trabalho (quando lho consentem) – professores, engenheiros, médicos, sábios, pintores, mineiros e toda a legião de operários do braço e do cérebro.”, “Tribuna Livre/ Na esquerda”, in *Diário do Povo*, 17 de abril de 1925, p. 4.

Por outro lado, a ideia da proletarização do funcionalismo também foi usada para ameaçar os poderes instituídos, como aviso da hipótese de alienação da pequena burguesia, o que poderia fazer perigar a ordem burguesa:

“Sr. Presidente da República!

Já não é a população da fábrica, da oficina e dos campos que morre à míngua de pão!

Morre de fome, Sr. Presidente! o oficial do exército e da armada!

Morre de fome, Sr. Presidente! o soldado e o marinheiro!

Morre de fome, Sr. Presidente! o funcionário público e a polícia!

Morre de fome, enfim, Sr. Presidente! todo aquele que não está metido nas traficâncias da bancocracia, nos negócios escuros do comércio e da indústria, ou da lavoura egoísta!”⁴⁰⁵.

A convergência dos trabalhadores assalariados não se constituiu em projeto para os radicais⁴⁰⁶. No discurso, o PRR aceitava a divisão da representação política tal como ela existia, isto é, aos operários cabiam as organizações de classe, as associações e sindicatos, à burguesia os seus partidos políticos. Interessa-nos destacar duas ideias a partir daqui. A primeira, a de que os termos de divisão e organização do espaço político eram classistas, os grupos dividiam-se e coordenavam ações mediante interesses de classe. Segundo, o PRR não tinha capacidade para alterar os termos políticos coevos.

⁴⁰⁵ “Para a frente! Sr. Presidente da República”, in *O ideal*, 6 de maio de 1924, p. 1.

⁴⁰⁶ Aliás, o debate sobre a união dos assalariados não era inaudito, existia no seio das organizações operárias e não estava resolvido. A divisão entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais refletia a centralidade do operário na definição daquilo que era o proletariado. O debate ganharia alento com o aumento das classes médias, a pequena burguesia com formação superior, mas assalariada. Acerca do tema, Emílio Costa escrevia em 1935: “As classes médias novas, formadas pelos proletários de profissões liberais, longe de constituírem um elemento de auxílio para as reivindicações sociais do operariado, e, portanto, um perigo para a sociedade burguesa, são uma força de resistência àquelas reivindicações, pela sua psicologia, que deriva das funções liberais que exercem. A primeira conclusão que devemos tirar, é que o proletariado intelectual, considerado no seu conjunto, como classe média, nunca terá uma atitude revolucionária de carácter igualitário, tendo apenas de comum com o proletariado, a atitude de combate ao *capitalismo financeiro*, e mais nada.”, in COSTA, 1935, pp. 32-33. Bruno Groppo aborda o tratamento das classes médias assalariadas enquanto problema colocado aos socialistas franceses a partir dos anos 20, *vd.* GROPPPO, 1989.

Se antes a classe já determinava o lugar do operariado na política, agora outros grupos chegavam à organização mediante a percepção de partilharem uma condição e, logo, interesses económicos. Podia haver nisto uma oportunidade, mas havia também uma limitação, o PRR nunca podia afirmar existir por e para todas as classes trabalhadoras, unificando a categoria política, e isso revelava existirem projetos verosímeis tão distintos quanto incompatíveis entre o movimento operário organizado e os novos partidos da esquerda republicana. Aceitava-se como um dado fixo que os operários tivessem interesses que ultrapassavam, em radicalidade, os da burguesia, mesmo os da pequena burguesia, não obstante existir uma aceitação da justiça que assistia aos ideários socialistas.

A esquerda republicana defendia a ordem burguesa, desejava a possibilidade de mobilidade social através da educação e do trabalho, não era contrária à desigualdade na repartição da riqueza social. Era, isso sim, favorável à distribuição da riqueza para um maior equilíbrio social. O seu combate não se fazia contra a propriedade, fazia-se por uma regulação do direito de propriedade, limitando-o. Do ponto de vista da pequena burguesia do funcionalismo ainda não equiparada ao operariado, apesar do empobrecimento, esta diferença era importante. Nenhum privilégio, relativamente às classes que lhe estavam abaixo, seria retirado. A despromoção social e depressão económica seriam travadas por cima, coartando as liberdades do capital.

Do ponto de vista da classificação política, se se resgatava o campo da esquerda e o seu património progressista, havia necessidade de salvaguardar a distância face ao perigo revolucionário. A radicalidade do PRR era autolimitada pela fronteira do republicanismo à esquerda, e por todos os outros grupos políticos à direita. Admitia-se haver um lugar extremo, o da revolução operária que era devido ao movimento operário organizado.

O argumentário radical não se cingia ao contexto doméstico. A polaridade dos interesses de classe observava-se, igualmente, nas dinâmicas europeias, como uma tendência histórica confirmando a divisão de campos político. Os radicais pretendiam moderar os extremos, apoiando-se na classe média, na significativa camada dos funcionários públicos, para equilibrar a balança política, para atalhar pela esquerda as (injustas) ambições conservadoras e atalhar pela direita as (justas, mas pueris e precipitadas) ambições revolucionárias. Vejamos um excerto do jornal *Diário do*

Povo onde o diagnóstico da situação é feito e onde se avança com a solução média pretendida:

“(...) que o funcionalismo é o fiel da balança em que ora se dirime, em peso de raciocínio, a questão social. Duma parte, acham-se a postos as direitas, pretendendo conduzir as nações dentro de normas antiquadas de conservantismo, agitando a bandeira das religiões e do preconceito, em nome duma *se soi dizant* disciplina social. (...) De outra parte ruge, avança e recua, em ondas de ódio e de sangue, ainda contidas, a desordem das classes trabalhadoras, que pretendem (e cremos que têm razão) a imposição de outras normas sociais que têm mais equidade, mais justiça e mais bondade ao Mundo. Entre estas duas correntes acha-se o funcionalismo, quer militar quer civil. Mais um passo em frente dado pela numerosa classe dos funcionários quer civis quer militares, e as esquerdas predominarão sobre as direitas e a ação social desenvolver-se-á na razão e direção do triunfo das massas operárias (...).”⁴⁰⁷.

Contribuindo para a ideia de esquerda moderna, pela aproximação à construção da identidade do sujeito político “povo trabalhador” e pela identificação do inimigo de classe como base agregadora de interesses, o PRR não chegou a assumir plenamente esse papel. No que diz respeito à classificação política, ao lugar onde o partido se colocava, a partir da lógica vigente da distribuição do espaço político, havia uma hesitação notória. O PRR era radical quando o referente era republicano - participação relevante para o processo de autonomização da esquerda republicana -, mas declaradamente moderado se se contemplava o projeto operário. De novo, se este posicionamento tinha como potencial mobilizar a pequena burguesia do funcionalismo, radicalizada pela erosão do poder de compra, deixava de fora o operariado e não apenas do âmbito da representação partidária, como do próprio regime. Aceitar a completude da representação operária pelas associações de classe e sindicatos e negar uma articulação de organismos representativos implicava aceitar a exclusão do operariado como interlocutor plausível.

⁴⁰⁷ “Posição atual do funcionalismo público na sociedade”, in *Diário do Povo*, 11 de junho de 1925, p. 2.

Elementos programáticos

Vista a base de apoio desejada pelo PRR é tempo de olhar para o programa do partido, o que faremos através dos vários documentos e notas programáticas oficiais emitidos ao longo dos anos de 1923 a 1926, estabelecendo a relação com os grupos cujos interesses se procuravam representar e o posicionamento político daí resultante.

Do primeiro programa extenso do partido, aprovado no congresso de 1923, valerá a pena começar pelo desfecho, pelo resumo do texto onde se pode ler num parágrafo qual era o projeto que animava o PRR, dando-lhe razão de existir no concerto partidário republicano: cumprir a república democrática e social⁴⁰⁸. Pela extensão do articulado não daremos a mesma importância a todos os seus pontos, privilegiando aqueles que nos indicam onde se arrumava o partido no espaço político emergente, isto é, através de que elementos conseguimos definir o radicalismo programático do PRR.

A segunda medida de reforma política elencada era, precisamente, a da inclusão das reformas sociais na Constituição, tornando-as uma obrigação legal do Estado e não apenas moral ou sujeita à vontade do governo. No desenvolvimento não encontramos nenhum subcapítulo dedicado a tais reformas, mas sim um que tinha por título “A questão social” e onde se misturavam medidas laborais com outras de natureza diversa. Eram feitos importantes avanços visando a proteção laboral e social, incluindo a aprovação de um código do trabalho, a instituição do contrato coletivo de trabalho, o estabelecimento do salário mínimo, a regulamentação definitiva das oito horas de trabalho diário médio para a indústria e o comércio, trabalho máximo de seis horas para menores de dezasseis anos, proteção na gravidez e construção de maternidades em todos os concelhos, a participação nos lucros das grandes explorações industriais, agrícolas marítimas e comerciais por parte dos trabalhadores, efetivação das bolsas de trabalho e dos tribunais do trabalho (de arbitragem para conflitos entre patrões e operários) nos principais centros industriais do país, e fiscalização semanal de condições de higiene nas fábricas e oficinas por delegados de saúde. Outras medidas complementares de solução para a carestia de vida incluíam a

⁴⁰⁸ “O Partido Republicano Radical propõe-se, quando for governo, dar à República a orientação democrática e social que lhe tem faltado, transformando as instituições republicanas num instrumento de solidariedade nacional.”, Cit. LEAL, 2008, p. 318.

fiscalização dos géneros de primeira necessidade, estimular as cooperativas de consumo, dando-lhes empréstimos a longo prazo e atribuindo-lhes subsídios de invalidez e velhice, acordados com as associações de socorros mútuos, atender à escassez de habitação urbana e à especulação associada, retirando os prédios urbanos ao comércio, dando direito de propriedade ao inquilino ao fim de certo tempo de prestações pagas, e expropriando prédios rústicos ou urbanos por utilidade pública para a construção de habitação subsidiada pelo Estado. Sugeria-se a transformação dos tribunais de Defesa Social em instituições de defesa dos trabalhadores, o que implicava uma mudança de monta na percepção daquilo que era considerado crime social. Ainda neste subcapítulo contemplavam-se medidas de reforma agrária com a limitação dos latifúndios e organização do crédito agrícola para efeitos de colonização interna, entrevendo-se a criação de pequenos proprietários com o duplo ensejo de fomentar o cultivo e produtividade da terra a sul do país e de defender a ordem burguesa. Por fim, duas propostas de flagrante paternalismo e que denotam alguma confusão entre figuras tuteladas, a do trabalhador e a do presidiário: a regulamentação do trabalho nas prisões e de criação de escolas, ginásios, balneários e animatógrafos para regeneração dos delinquentes; e a concessão de licenças de saída a presidiários exemplares.

De volta às reformas políticas, desejava-se o fim dos privilégios e dos monopólios. No subcapítulo “Finanças” pretendia-se rescindir os contratos com o Banco de Portugal e o Banco Ultramarino e a transformação da Caixa Geral de Depósitos em banco emissor. Eram feitas considerações quanto aos impostos, sugerindo-se a reorganização do sistema tributário tomando por base o imposto sobre o rendimento, acrescido do imposto por sucessão erigindo o Estado a herdeiro mais próximo, e a eliminação gradual do imposto sobre transações. Tendencialmente, pretendia-se restaurar o sistema de contribuição alicerçando-o na riqueza e não no consumo, para o que ainda se propunha um inquérito às fortunas formadas depois da guerra, modo de fiscalizar e penalizar o enriquecimento ilícito, e a expropriação das fortunas depositadas no estrangeiro, castigando a fuga de capitais. Defendia-se a organização dos serviços autónomos do Estado onde entrassem em sociedade também (capitais) particulares e operários.

A visão sobre o orçamento de Estado era técnica, devia a sua elaboração ficar a cargo de comissões empossadas da missão de revisão das despesas nos ministérios.

Seguiam-se vários artigos estipulando normas para a aprovação atempada do orçamento⁴⁰⁹.

Para a economia propunham-se algumas medidas de fomento industrial, incluindo a criação de um banco industrial do Estado, um regime pautal protecionista, o aproveitamento de quedas de água para fornecimento de energia elétrica à indústria, prevendo-se vender a eletricidade a preços baixos para os sectores produtivos e dos transportes como modo de baratear os géneros. Acrescente-se que as obras de aproveitamento hidráulico seriam feitas por mão-de-obra gratuita e obediente, utilizando-se o exército e reclusos⁴¹⁰.

Para a administração pública previam-se profundas alterações, no geral concordantes com as exigências do funcionalismo organizado, mas apenas após salvaguarda da fidelidade dos funcionários ao regime. A equiparação de vencimentos por habilitações e hierarquia, e a aprovação do estatuto do funcionalismo eram duas das principais propostas comuns à associação de classe, bem como a revogação do regulamento disciplinar. Outras medidas incluíam a reforma dos serviços para a sua desburocratização e a redução dos quadros. Os inimigos do regime podiam ser exonerados, bem como as mulheres, a quem ficavam vedados cargos de autoridade, exceto no ensino e assistência. A ser necessário preencher vagas, chamar-se-iam oficiais inferiores do exército e da armada ou seus equiparados, com preferência para os mutilados de guerra, resultando daqui um duplo benefício, o da ocupação do vasto quadro de oficiais das forças armadas e de inclusão de elementos hierarquicamente obedientes em serviços onde o movimento sindical e grevista colhia frutos. Confirmando esta interpretação, dizia-se que, exceccionalmente, esta classe de funcionários podia ser mantida em serviços como a Junta de Crédito Público, a Assistência Pública, os Correios e Telégrafos, etc. Estas medidas, enquanto permitiam ter algum controlo sobre o funcionalismo, expurgando-o e infiltrando-o, não

⁴⁰⁹ A Constituição devia fixar os meses em que a proposta orçamental era discutida, entrando na ordem do dia, o ano fiscal devia coincidir com o ano civil, as contas deviam ser apresentadas em março, a provadas em junho e a lei orçamental dependeria desta aprovação. A lei de receitas e despesas devia ser aprovada em dezembro. *Vd. LEAL, 2008, p. 311.*

⁴¹⁰ Além da indústria, propunha-se a organização do turismo, o favorecimento da agricultura pelo aproveitamento hidráulico para a rega, e o fomento do comércio internacional melhorando os portos e criando um porto franco em Lisboa. *Vd. idem, p. 312.*

retiravam importância à proposta de reconhecimento legal da já ativa e autónoma ACEE.

Outros temas merecedores da atenção dos radicais foram as reformas institucionais, campo onde o conservadorismo e a cautela do PRR eram notórios. Desejava-se a transformação do senado em câmara corporativa com poder consultivo e a transformação do regime em presidencial. Não só se dizia que o presidente da República devia ser chefe do executivo, como as ofensas ao presidente eram equivalentes às ofensas ao regime quando se pretendia condicionar a liberdade de reunião, de outro modo “ampla”. A liberdade de imprensa parecia não ter senão, exigindo-se o fim a todas as leis de exceção a este respeito. Porventura um dos pontos onde a defesa do indivíduo perante o poder arbitral do Estado era mais evidente era na pedida regulamentação do *habeas corpus*. Em simultâneo, havia uma batalha pela proteção das funções públicas de uma ingerência direta dos interesses privados e, nesse sentido, avançava-se com a proibição de desempenho de cargos públicos por aqueles que fizessem parte de empresas, companhias ou casas comerciais.

Dava-se ainda espaço a planos para a administração local, para as relações com a igreja, para a reforma do exército, a política externa e o fomento colonial. A educação também era extensamente tratada, fixando a importância do professor enquanto “grande agente da renovação democrática”, e a instrução como instrumento da reforma moral e intelectual da população, isto é, de formação de cidadãos republicanos dos quais o professor-sacerdote seria o mais exemplar.

A preocupação pela defesa do regime perpassa em vários dos subcapítulos do programa de 1923, sendo a alínea mais explícita aquela que pretendia militarizar a polícia de segurança do regime. Além disso, são comuns as referências à fidelidade republicana dos braços do poder, nomeadamente, do poder armado, do poder judicial e da burocracia, além do professorado. A tradução política desta preocupação com a integridade da República é melhor compreendida quando lemos em complemento que as pastas de fomento deviam ser neutras, sublinhando-se o seu carácter técnico, o que negava a existência de uma economia política. É aqui que encontramos um impasse lógico quando procuramos a modernidade do PRR: um partido motor do processo de autonomização do campo da esquerda republicana mantinha como eixo definidor da política a antinomia república/ monarquia, eliminando-se a si mesmo no limite.

Para efeitos de propaganda, o programa de 1923 foi simplificado em quatro bases, uma sobre administração pública, outra sobre a questão religiosa, a terceira sobre finanças e economia e a última sobre a questão social⁴¹¹. Os temas destacados são indício daquilo que era considerado urgente atender: o problema do funcionalismo, sempre enleado na perspectiva de melhoramento dos serviços do Estado, perspectiva que não era estranha ao próprio movimento organizado dos funcionários públicos que defendia uma reforma dos serviços que dignificasse a sua função, a tornasse indispensável e acobertada dos ataques morais e de facto de parasitismo e caciquismo; o recuo da influência do catolicismo, tal como foi recuperada durante o sidonismo e, portanto, o regresso ao projeto de construção do Estado laico; a recuperação ou conquista de uma intervenção estatal que lesasse menos o consumidor, que retirasse poder a parte da alta finança imiscuída no negócio dos bancos emissores, que punisse parte da acumulação não produtiva de capitais, aquela que se furtava à crise saindo do país, e que promovesse a industrialização; o problema da pobreza improdutiva, criando melhores condições de vida ao operariado e entrosando-o nos negócios do Estado e particulares.

No final do ano, num comício feito em Lisboa (30 de dezembro de 1923), Lopes de Oliveira abordou a questão da carestia de vida, sendo possível colher alguns

⁴¹¹ Na primeira base propunha-se a melhor distribuição de funcionários pelos serviços e a equiparação de vencimentos de acordo com a hierarquia e as habilitações, bem como a revogação do regulamento disciplinar. Quanto à questão religiosa a orientação era explícita, pretendia-se fidelidade ao espírito e à letra da Lei de Separação enquanto fortaleza defensiva do Estado laico, e assim se propunha o respeito pela liberdade religiosa com garantia de liberdade de culto para todas as religiões, sem nenhuma relação especial com nenhuma delas, a extinção da legação junto do Vaticano, a proibição de funcionários ou autoridades tomarem parte em cerimónias religiosas, e a presunção de que todos os funerais seriam civis exceto havendo declaração em contrário, documentada ou testemunhada. No capítulo das finanças e economia refere-se uma genérica reforma da contabilidade do Estado, alterações na tributação, como a eliminação gradual dos impostos indiretos e do imposto sobre transações, a cessação dos contratos com o Banco de Portugal e o Branco Ultramarino e a transformação da Caixa Geral de Depósitos em banco emissor, um empréstimo forçado a dez anos, um inquérito às fortunas no estrangeiro, seguido de expropriação dos titulares, a organização de serviços autónomos associando o Estado, particulares e operários, e, finalmente, a criação de um Banco Industrial do Estado. Por fim, na questão social, propunha-se o estabelecimento do salário mínimo, a participação nos lucros por parte dos trabalhadores de grande explorações comerciais, industriais, agrícolas e marítimas, a regulamentação definitiva da lei das oito horas de trabalho diário médio para a indústria, de seis horas para menores de dezasseis anos, o apoio à maternidade pela construção de maternidades em todos os concelhos e proteção à grávida, e para o problema da habitação, a espoliação dos prédios urbanos ao comércio, dando ainda ao inquilino o direito de propriedade sobre o imóvel habitado ao fim de certo tempo. “Do programa do P. R. Radical”, in *Democracia Nova*, 24 de junho de 1923, p. 1.

elementos de interesse do seu discurso para o alinhamento programático do PRR⁴¹². O líder partidário denunciou a promiscuidade entre particulares e servidores do Estado, nomeadamente, quanto à moagem que era continuamente favorecida pela legislação, sobretudo, pelas subvenções atribuídas para a importação de trigo. No final do seu discurso apresentou uma moção com algumas medidas que, não sendo um programa de governo, eram demonstrativas do pendor esquerdista da solução defendida pelo PRR para a crise de subsistências, não abdicando da ideia de uma certa moralização da política. Lembremos que no final deste ano a atmosfera política se adensava, a capital vivia ainda o rescaldo da tentativa revolucionária de 10 de dezembro, o governo de Álvaro de Castro era recém-empossado e frágil por causa da sua constituição mista e da dependência na câmara dos deputados face à bancada democrática. Alguns dos pontos da moção aprovada eram reflexo de tal atmosfera. Começava-se por repudiar qualquer tentativa de ditadura militar, por exigir um governo nacional acima dos partidos e a dissolução do parlamento com subsequente sufrágio. Também se pedia a amnistia por crimes políticos e sociais, referindo-se a reintegração nas forças armadas de elementos abatidos ao efetivo por esses motivos, na prática era o perdão aos implicados no 10 de dezembro. Uma das medidas propostas para responder ao problema da ingerência dos interesses particulares das maiores forças económicas nos interesses do Estado era a aprovação do regime de incompatibilidades proibindo o cumprimento de mandatos políticos no legislativo e no executivo por elementos com cargos diretivos ou outro tipo de representação nos bancos e nas companhias comerciais. Seguia-se a rescisão de contratos com os bancos de Portugal, Ultramarino, com a Companhia dos Tabacos e outros monopólios. Preconizava-se a reforma tributária, mas, até ser feita, exigia-se a imediata anulação de todas as contribuições criadas após 1914, atualizando-se as taxas existentes antes da guerra, com exceção para a contribuição predial urbana. Para a carestia de habitação e o seu custo elevado, propunha-se a reforma da lei do inquilinato de modo a não lesar os inquilinos, na maioria pertencentes às classes médias e baixas, já fragilizadas pela crise. Apostava-se na aprovação do empréstimo a Moçambique, na altura em discussão nas câmaras e, finalmente, acrescentava-se uma medida de exceção, um imposto de salvação nacional lançado sobre as classes ricas se no prazo

⁴¹² “Um conjunto de medidas de realização imediata”, in *A República Portuguesa*, 5 de janeiro de 1924, p. 2.

de três meses a carestia não diminuísse após a aplicação do plano proposto, assim como medidas de reforma social levadas a cabo “desassombradamente”. É de notar como a parte mais radical da proposta era condicional, dependente de haver uma melhoria nas condições socioeconómicas que só podia ser relativa, dada a moderação do projeto apresentado. Uma moção moderada do ponto de vista absoluto, mas nem por isso pouco radical dado o contexto em que era apresentada. Desde logo, a rescisão de contratos com os bancos emissores e o fim dos monopólios significavam uma ruptura nas relações do Estado com os interesses económicos que não seria feita sem forte resistência, como se veio a verificar poucos meses depois, quando Álvaro de Castro decretou a alteração unilateral do contrato com o Banco de Portugal.

No congresso do Porto, realizado no início do ano de 1924, aprovou-se por aclamação um programa mínimo de realizações com vinte itens, revisitando-se temas tratados anteriormente⁴¹³. Já a tese “Doutrina sã para patrões e operários”, apresentada

⁴¹³ I Imediata reforma do regime parlamentar com uma só câmara e esta funcionando quatro meses por ano, com remuneração.

II Regime de incompatibilidades: nenhum ministro, parlamentar, magistrado, funcionário militar, diretor geral, poderá fazer parte, direta ou indiretamente, de empresas, companhias ou casas comerciais que tenham contratos com o Estado.

III Determinação dos lugares de confiança do regime.

IV Proibição de percepção, pelos funcionários de quaisquer emolumentos ou gratificações, bem como abolição de horas de serviço extraordinárias (serões, etc.) como remuneração.

V Autonomia administrativa: os distritos remodelados em fundamentos regionalistas, constituindo estes a província, baseada nos mesmos fundamentos.

VI Atualização e progresso do imposto, que se estenderá às heranças por sucessão e testamentários.

VII Inquérito sobre as fortunas existentes no estrangeiro, expropriando os que fazem esses depósitos ou considerando-os inimigos do Estado e da coletividade. Inquérito sobre as fortunas após a guerra, aplicando sanções.

VIII Transformação da Caixa Geral do Estado em Banco Emissor do Estado.

IX Aproveitamento das quedas de água para irrigação, iluminação e força motriz, sendo isento de imposto alfandegário o material para esse fim importado.

X Criação de um porto franco.

XI Construção de um novo porto, franco ou não, que sirva as regiões do centro de Portugal.

XII Comparticipação de lucros, por parte de operários e empresas, nas explorações industriais e comerciais.

XIII Limitação de latifúndios para efeitos de colonização territorial.

XIV Encerramento das tabernas à hora dos demais estabelecimentos comerciais.

XV Expropriação, por utilidade pública, de prédios rústicos ou urbanos, para construção de habitações operárias.

XVI Cessação do atual regime penitenciário: os condenados de qualquer categoria serão empregados em obras de utilidade nacional.

XVII Transformação e limitação do funcionalismo diplomático e consular.

XVIII Canalização dos nossos emigrantes para as colónias do ultramar, especialmente Angola e Moçambique.

XIX Organização imediata da defesa nacional pelo sistema de *nação armada*, em harmonia com o programa votado pelo congresso do Porto.

por Alexandre Mourão e aprovada por aclamação, merece atenção por nos dar indícios das concepções sociais do partido. O preâmbulo da tese estabelecia o fim da exploração do homem pelo homem, da iniquidade da ausência de distribuição dos frutos do bem-estar das explorações económicas, considerando-se que a força laboral devia ser recompensada para além do salário, mero “combustível” de manutenção. Preconizava-se uma mais equilibrada distribuição de proveitos, concretamente dos lucros do capital, e que cabia ao Estado garantir maior equidade nas relações entre patrões e trabalhadores. Os princípios eram progressistas, mas vinham contaminados com a perspectiva de embaraçar o avanço do socialismo económico e político. A proposta era a da distribuição de 5 a 10% dos lucros pelos operários das explorações industriais a título de bónus de cooperação. Este bónus traduzir-se-ia em ações da empresa, ficando o empregado inibido de as converter em capital enquanto fosse trabalhador da empresa. A participação dos operários nos lucros das indústrias não era mais do que um seguro de velhice por conta do seu trabalho e dos lucros do empregador, é certo, mas forçado para o trabalhador, impedido que estava de usufruir do seu valor pecuniário antes de sair do ativo. Desejável era ainda o laço estabelecido entre o operário e a empresa, antecipando-se o envolvimento do primeiro, traduzido num aumento de produção e numa maior estabilidade social, tanto por se evitar a miséria na velhice aos operários, como por se alimentar o seu “amor pelo trabalho no interesse dos lucros”⁴¹⁴.

No final de maio de 1924, a um mês da queda do ministério dirigido por Álvaro de Castro, o diretório e a junta consultiva do PRR fizeram imprimir um manifesto que antecipava a vacatura do poder e ia preparando o público para a ideia de que o PRR era um partido da governação, tanto disponível para ser chamado pelo presidente da República para completar um quadro governativo, como capaz de disputar eleições.

O documento esclarecia o posicionamento do partido face a vários problemas na ordem do dia. Começava por avaliar a ação do executivo dirigido por Álvaro de

XX Ensino obrigatório para menores, com assistência escolar. Criação em todos os centros da população operária da Casa do Povo, com ginásio, cursos noturnos, sala de conferências, biblioteca, etc. “PRR/ Programa mínimo votado no Congresso do Porto”, in *A República Portuguesa*, 19 de abril de 1924, p. 1.

⁴¹⁴ “Doutrina sã para patrões e operários”, in *O ideal*, 31 de janeiro de 1924, p. 2.

Castro, com a qual poderia haver afinidade, dadas as proximidades de alguns pontos do programa dos radicais com os decretos reformistas promulgados no início do ano de 1924. No entanto, o parecer não era positivo, acusando-se o governo de precipitação incongruente e ruidosa: “(...) conduz um espetaculoso reformismo financeiro, em histerismos fiscais, rigores que logo abrandam, alarmantes anúncios de violências tributárias sem finalidade, num tonto empirismo (...)”⁴¹⁵. Contextualizava-se a falta de nitidez nas intenções políticas do executivo com a ausência de um partido consentâneo que o apoiasse na Assembleia da República, o que levantava a crítica à fluidez inoperante do PRP e retirava interesse à avaliação pessoalizada da liderança partidária para reforçar a noção de que apenas a política das ideias, dos princípios, poderia substituir o modo oportunista de usufruto do poder.

De seguida, colocava-se o partido relativamente a duas problemáticas até então definidoras das lutas políticas, a do catolicismo contra o laicismo e a da monarquia contra a república, para explicar que esses temas estavam moribundos. A afirmação era perentória: “Não há questão religiosa – O Partido Radical não vive de equívocos”. Mantinha-se a mesma convicção na supremacia do poder civil e a mesma intransigência na necessidade de separar o Estado das igrejas, apenas essa não era já a linha a partir da qual se pensava a política:

“Mas nunca o Partido Radical tomou como timbre ou se distinguiu pelo ataque à religião católica. Qualquer dos seus filiados pode ser ou não católico, como pode ser ou não deísta. O Partido Radical não é uma liga de proselitismo religioso ou antirreligioso – é um partido político. E a questão religiosa, separadas as Igrejas do estado, mantidas as leis vigentes, pode ser uma questão filosófica, mas não é mais uma questão política.”.

A morte da monarquia era vaticinada por obsoletismo histórico, considerando-se que a sua existência cumprira funções num tempo e num espaço determinados. Alterada a estrutura social, os monarcas passavam a ser manequins do passado. Julgava-se que o regime republicano e a democracia estavam instalados como

⁴¹⁵ “Manifesto do directório do P. R. Radical”, in *O Ideal*, 29 de maio de 1924, pp. 1-3.

resultado de uma progressão histórica: “Mas que rei, ainda hoje, se julgará monarca? O regime monárquico morreu, só a democracia vive.”.

Não se recusava a luta travada para a construção da República e do Estado laico, aceitavam-se ambos como conquistas sólidas, inevitáveis, do republicanismo passado⁴¹⁶. Era uma herança a carecer de atualização para que a sua promessa de progresso se mantivesse verosímil. A completar esta concepção de inevitabilidade histórica positiva vinha a certeza de que a Europa caminhava para a esquerda, mas caminhava equilibradamente, o que significava tender para um centro virtuoso. Quando se visitava o passado recente encontrava-se a Grande Guerra como acontecimento messiânico que havia libertado no palco da história uma nova e poderosa força, a dos subjugados, que embora fosse justiceira, era demasiado sedenta e desordenada. A harmonia europeia estabelecia-se aceitando-se reformas socializantes que evitavam o comunismo. Os governos de Herriot na França e de Ramsay MacDonald na Inglaterra confirmavam o otimismo histórico dos radicais, para quem Mussolini e Primo de Rivera eram manifestações aberrantes, desvios históricos, experiências destinadas a uma vida curta.

O PRR queria-se participante de uma noção de justiça social distributiva, sem se confundir com o projeto da sociedade sem classes, nem num futuro próximo, nem noutra longínquo. Para tranquilizar a burguesia, tornava-se explícito este intento, explicando que a subversão da ordem social não constava no guião ideológico do partido, nem poderia constar porque os radicais criam tanto na função propulsora do capital como numa desigualdade social natural. Nem ousadias socialistas, nem igualdade utópica:

“(…) procuram confundir-nos com os partidos mais avançados, e denunciam-nos como inimigos, não só da ordem pública, mas da ordem social. (...) Acusam-nos de ousadias socialistas? Mas é necessário, na verdade, que o capitalista não fique inativo e produza, propulsionando progressivas realizações económicas, e é necessário também que ao trabalhador, que com ele coopera, se faça tal situação que possa capitalizar. (...) É necessário não sacrificar a liberdade a uma igualdade utópica, fora

⁴¹⁶ “Entre os problemas máximos que sobre nós impendem, nenhum juízo imparcial contará o problema político. A República é a Nação.”, *in idem, ibidem*.

das leis da natureza. Queremos a instrução para todos, o que não quer dizer igual para todos; queremos a propriedade para todos, o que não implica igual riqueza.”⁴¹⁷.

Não se procurava a emancipação do trabalho face ao capital, mas a possibilidade de acumulação por via do trabalho para uma sociedade de pequenos proprietários que, comungando com a grande riqueza do interesse pela manutenção da propriedade, defendesse a ordem burguesa.

Uma significativa distinção perante os partidos conservadores fazia-se quanto ao modo de manutenção da ordem pública. Para aqueles, a força era a solução, o que incluía a repressão violenta do movimento operário organizado, ignorando a justiça das suas reclamações e das suas motivações. Para os radicais, como vimos, era precisamente o atenuar das desigualdades que podia conter a revolta e a revolução. A nível programático, a divergência traduzia-se nas opções a tomar para conseguir o equilíbrio financeiro do Estado – premissa não discutida por nenhum dos quadrantes políticos. A primeira encruzilhada separava os caminhos entre um tendente a cortar as despesas, incluindo o despedimento de funcionários públicos, e outro tendente a aumentar as receitas. O PRR enveredava pelo segundo e, por isso implicar onerar a riqueza, encontrava oposição à direita. Era para responder a essa oposição que neste documento o partido afirmava a sua posição de princípio:

“Desassombradamente frisamos que não é curial pedir sacrifícios sem haver moralizado as contas do Estado, mas desassombradamente frisamos também que não é digno escusar-se a eles, sob cavilosos pretextos (como na campanha *à outrance* contra o funcionalismo) pretendendo iludir a verdade incontrovertida: o problema financeiro é sobretudo um problema de receitas e não um problema de despesas.”⁴¹⁸.

Julgava-se suficiente a atualização de impostos para evitar o aumento da circulação fiduciária, o que por sua vez levaria ao repatriamento espontâneo dos capitais exilados. Esta era a primeira condição para haver liquidez para obras de

⁴¹⁷ *Idem ibidem*.

⁴¹⁸ *Idem ibidem*.

fomento, imaginando-se a harmonia entre capital e trabalho⁴¹⁹. Para o partido parecia ser fundamental assegurar ao público este desejo de cooperação. O efeito pretendido de algumas das medidas preconizadas era travar, pela intervenção estatal, a possibilidade de especulação, como se com isso o sistema económico e financeiro ficasse livre não só de más práticas capitalistas como de maus capitalistas. No limite, a raiz do problema era moral. Compreende-se que para assumir uma possibilidade de cooperação entre capital e trabalho, no contexto de crise instalada, a moralização dos comportamentos fosse útil pois permitia manter a ideia da necessidade do capital e de bons, justos, capitalistas. A ideia de parasita surgia então anatematizada na figura do “cambão”, o especulador.

Seria questão de expulsar do sistema a sua anomalia moral para que tudo funcionasse sem sobressaltos para patrões e trabalhadores. Acontece que nem na narrativa do PRR a solução era tão lisa, cruzando-se nesta teia outros fios que vinham de uma origem conflitual mais profunda. Sinal disso era a menção à violência da política económica preconizada: “O Partido Radical não é inclinado à violência, em geral a violência não criando nada de bom e duradouro. Mas ninguém pode capitular de violência os atos de decisão que reprimam um capitalismo desenfreado.”⁴²⁰. É certo que não deixava de haver uma justificação moral para que o capital aceitasse limites impostos pelo Estado, aqui notória na noção de excesso, mas as medidas concretas apresentadas lesavam direta e realmente os interesses da agricultura, da finança, do comércio e da indústria. Medidas como as rescisões dos contratos com os bancos emissores e a atribuição do exclusivo do comércio cambial a uma Caixa Geral de Depósitos reformada, a limitação de lucros auferíveis e pagamento de taxas penalizadoras por companhias que os ultrapassassem, a limitação dos latifúndios e o cultivo compulsivo das terras desaproveitadas, alteravam as condições de acumulação.

Neste documento admite-se a polarização da sociedade, recusando-se no entanto aceitar que o antagonismo fosse entre capital e trabalho. Nas linhas finais faz-se referência a duas barricadas, opondo irredutivelmente explorados e exploradores, mas os explorados incluíam os bons capitalistas:

⁴¹⁹ “Agricultura, comércio e indústria prosperarão, o capital e trabalho em equilíbrio.”, *in idem, ibidem*.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*.

“No país há hoje dois campos, bem separados, entre os quais não há conciliação possível: o dos explorados e o dos exploradores. E os explorados são hoje bem mais do que se pensa... Porque muitos dos que se julgam exploradores são afinal também explorados. Basta reparar que todos os dias se desvaloriza o capital. Quais as empresas ou companhias em que, mesmo distribuindo grandes dividendos, os acionistas não perdem todos os anos dinheiro?”⁴²¹.

Ao contrário do movimento de conciliação dos assalariados contra todos os tipos de exploração capitalista, aqui procurava-se uma semelhança de condição entre bons produtores (capitalistas e trabalhadores), unindo-os na mesma instância afetiva, a nação:

“Raríssimo será o que possua propriedade ou dinheiro que não esteja já sofrendo. E todos os assalariados vivem na aflição, precária sempre a remuneração do seu labor. A angústia a todos avassala. Assim, do outro lado da barricada só está, contra a nação, o cambão com os seus cúmplices”⁴²².

O desfecho do documento que acompanhamos reforçava a visão da inevitabilidade de uma mudança, pacífica ou violenta, trazida pela movimentação quase telúrica de forças justiceiras e vingativas. Seria o eco de um fervilhar político, interpretado como progressão histórica unívoca – o finamento dos regimes oligárquicos:

“Existe uma corrente de opinião tão vasta, tão profunda, tão impetuosa como jamais em nossos dias se sentiu em Portugal; ela vai tendo um sentido definido, uma matemática precisão de objectivo: derrubar a oligarquia financeira, derrubando a oligarquia política”⁴²³.

⁴²¹ *Idem, ibidem.*

⁴²² *Idem, ibidem.*

⁴²³ *Idem, ibidem.*

Voltamos a encontrar o ataque à corrupta aliança político-financeira, aqui tomados como consenso suficiente para orientar um projeto de futuro coletivo.

Ainda que existisse uma difundida condenação do especulador, o “cambão”, pela imprensa da época, quando se olha de perto os contornos da figura podem ser distintos. O especulador podia personificar o capital na sua dinâmica própria de acumulação ou, como tentava num passe moderado o PRR, significar a parte doentia e anômala do capital. Os radicais não queriam alienar a burguesia, nem deixar de ser populares, advindo do número, da ideia de massa, parte da sua legitimidade. Precisavam de forçar uma união, uma equivalência interclassista, e faziam-no, como vimos, traçando a linha divisória na noção de excesso pernicioso. De um lado ficava o especulador imoral, do outro todos os bons produtores que, por serem bons para a coletividade, se justapunham à nação. Mas a nação aceite como colectivo difuso comungando do mesmo interesse pede não exatamente representantes político-partidários, mas interpretes sensíveis:

“O partido Radical procura unir e disciplinar, definindo a Vontade Nacional, e apoiando-se em toda a grei. Orienta-se e encontra a diretriz da sua marcha nos impulsos profundos da alma coletiva. Levanta-se o clamor de todos os que são livres, desde as vozes dos sábios e dos artistas até àquelas que a humildade traz sumidas no apagamento da pobreza e do abandono!”⁴²⁴.

O PRR conseguia assim um posicionamento ambivalente, assegurando a um público burguês e pequeno-burguês a sua moderação e radicalidade simultâneas. Moderados, não pretendiam modificar a ordem social, mas distribuir melhor a riqueza facilitando a mobilidade social ascendente. Radicais, admitiam que as reformas preconizadas, por mais moderadas que fossem, encontravam a resistência de uma frente de interesses económicos, subvertendo de facto os pressuposto de acumulação existentes. É porventura na passagem em que o PRR se diz avesso à violência que a violência inerente ao seu programa reformista se mostra real.

⁴²⁴ *Idem, ibidem.*

Em 1925, quando o partido se apresentou para as eleições, parecia preciso convencer a opinião pública de duas premissas. Primeira, a de que o sistema político existente, ainda que reformado, era necessário. Segunda, a de que o PRR era imprescindível. No preâmbulo do programa publicado⁴²⁵, o partido fazia a declaração da sua pertinência, colocando na origem da sua existência a corrupção do sistema político. Aquilo que se afirmava era que a população, o “povo”, se havia desinteressado da política institucional porque esta se desviara dos seus interesses. Era preciso voltar à propaganda junto do “povo” para que este participasse do jogo institucional, e que os políticos “de profissão” saíssem de cena para que o sistema fosse purgado de elementos descredibilizados. Em sintonia com o manifesto de maio de 1924, a questão rondava a interpretação dos interesses da nação, servindo a propaganda para consciencializar a população de que a governação era a prática de tal interesse e, por isso, necessária. Apenas o PRR podia fazer a propaganda que urgia fazer por estar impoluto, por nunca ter sido poder, nem ter apoiado qualquer governo. Nenhum outro partido tinha legitimidade para se reclamar representante do bem nacional por cumplicidade e dependência das lógicas clientelares. O PRR reunia duas qualidades, a de representante dos interesses nacionais (tinha uma “diretriz nacional”) e de inocência (“sem responsabilidades em erros, sem haver partilhado benesses”).

Explicava-se porque é que cada partido com assento no parlamento carecia de relação com o país, com destaque para as formações que se faziam no seio das câmaras, desvirtuando o voto dos eleitores. Da crítica, nem a esquerda democrática fugia, acusada de não ter linha programática, mas ser mero agregado em torno de uma personalidade, participando da luta por hegemonias pessoais que sangrava o PRP. Os radicais, pelo contrário, eram portadores de ideologia, não de ideias que lisonjeassem o ideólogo, mas de uma doutrina sem autor, uma doutrina que respirava os seus princípios e fins da atmosfera dos interesses nacionais.

Aqui a entidade nacional não deixava de ser afectiva sem ser difusa. Era um agrupamento de agentes específicos, perfeitamente identificados e enumerados. Agentes que correspondiam a identidades sociais e políticas problemáticas, por serem os protagonistas da crise. Eram o capital, o trabalho, a pequena e a grande propriedade, os emigrantes, o pequeno e o grande comércio, a pequena e a grande

⁴²⁵ *O Directório do Partido Radical ao país*, Sociedade Nacional Os tipógrafos, Lisboa, 1925.

agricultura, a pesca⁴²⁶. Eram interesses antagónicos conciliados numa ideia de nação que correspondia a um país produtor. Não se anulavam nem se diluíam estas identidades, conciliavam-se.

Admitia-se o abismo que separava o proprietário do trabalhador, admitia-se a raiz material da ação política dos cidadãos, as suas escolhas refletindo os seus interesses económicos mais próximos. No entanto, quando se passava à organização dos colectivos, o único que era tido por legítimo era o colectivo nacional, e então, a ação política madura e informada (“elevada”) implicava ultrapassar o individualismo material para escolher o bem comum. Quando se falava da representatividade dos partidos políticos falava-se da aspiração à representação do bem comum, caindo a escolha dos cidadãos pelo partido que melhor se aproximasse dessa ambição⁴²⁷.

Para os radicais, a ideia de bem comum era concreta, significava moderação de comportamentos e, por ser moralizada, não admitia concorrentes. Ora, no limite, a concorrência pluripartidária seria redundante, bastando à democracia, ao governo do povo para o povo, haver um partido capaz de interpretar o interesse nacional e um conjunto de cidadãos esclarecidos para o acolher, elegendo-o. É certo que a liberdade partidária não era questionada, mas o PRR aparecia como aspirante a totalizar a representação política e assim era quando se pretendia novo Partido Republicano Português, único herdeiro do partido que deitara abaixo a monarquia constitucional, admitindo que “a República é a Nação”.

No seu programa eleitoral, os radicais preconizavam duas importantes reformas muito próximas das dos conservadores, o reforço presidencial do regime, dando ao Presidente da República mais do que a prerrogativa da dissolução

⁴²⁶ “Certo é que os interesses legítimos do país, do seu capital, do seu trabalho, da sua grande ou pequena propriedade, dos emigrantes que a terra expulsa, do seu comércio de revenda, do seu exportador, do braço agrícola, da sua pesca, dos seus funcionários, dos obscuros trabalhadores das suas riquezas, a si mesmo abandonadas, não podem ver-se representados nos agrupamentos políticos que se propõem disfrutar o poder (...)”, *in idem*, p. 6.

⁴²⁷ “Um proprietário agrícola e um operário industrial têm, *como pessoas*, a liberdade plena do seu pensamento, da sua expressão, das suas convicções políticas, do seu conceito sobre a marcha das coisas do seu país; mas os interesses dum proprietário agrícola ou de um operário industrial não só podem não ser idênticos, como ser contraditórios. Ora o interesse económico, colectivo, sujeita e domina o interesse individual. Como poderão essas câmaras legislativas, a quem incumbe a defesa dos interesses nacionais, ser a expressão desses interesses, eleitas diretamente pelos *cidadãos*, pelas *pessoas* isoladas, sem ter em conta os seus interesses comuns ou contraditórios com os de outros *cidadãos*? A formação de partidos políticos, reclama do eleitor um senso político altíssimo, e só imperfeitamente, e numa vaga generalidade, poderia corresponder aos seus interesses e às suas aspirações.”, *in idem*, pp. 11-12.

parlamentar, dando-lhe a chefia do executivo, e além disso, a transformação do Senado em câmara corporativa. O corporativismo era aqui entendido como um híbrido, um corretivo à insuficiência da representação partidária, longe do ideal acima exposto. Se os cidadãos não eram capazes de eleger um órgão legislativo mediante o interesse económico colectivo, os interesses económicos teriam assento direto no parlamento.

No plano económico, o projeto de fundo consistia na formação de um bloco económico articulando a metrópole e as colónias, começando com um regime de pautas aduaneiras e pela moeda comum, além da criação de empresas de exploração colonial apoiadas pelo Estado para a produção de géneros que substituíssem as importações. As finanças do Estado deveriam depender da cobrança do imposto sobre o rendimento com taxas progressivas, com uma igual distribuição da contribuição pelo tipo de atividade⁴²⁸. O lançamento do crédito agrícola que apoiasse uma reforma agrária tendente a distribuir a terra, instituindo-se também o cultivo compulsivo de algumas culturas e o aproveitamento de baldios. Para não ferir a sensibilidade dos proprietários, assegurava-se que o projeto teria de ter a concordância, o consenso, de todos os interessados⁴²⁹. Para a indústria, a proteção pautal.

O problema social tinha capítulo próprio onde se voltava a apresentar a proposta de uma lei de ações de trabalho cujos contornos eram aqueles que já vimos e, em complemento, a regulamentação do trabalho feminino doméstico para incentivar a produção domiciliária de cerâmicas, rendas, tapetes, estampagem de tecidos, a proteção do trabalho de menores, a lei da reforma operária, a criação de sanatórios para trabalhadores, a reforma dos serviços de assistência pública para a proteção de menores, indigentes, viúvas, vadios, inválidos, e por fim, a criação de lactários.

⁴²⁸ “De facto, entre os factores fundamentais da nossa atividade económica – comércio, indústria e agricultura – justo é considerar o primeiro como o mais sobrecarregado e como mais liberto o último. (...) à unificação do imposto terá, portanto, de corresponder uma equitativa distribuição na aplicação do imposto sobre o rendimento.”, in *O Directório do Partido Radical ao país*, Sociedade Nacional Os tipógrafos, Lisboa, 1925, p. 15.

⁴²⁹ “O estudo do *problema da emigração* e do *aproveitamento das vias fluviais* tem naturalmente de preceder o duma *reforma agrária* que seja, não a espoliação e a destruição do equilíbrio social, mas a melhor distribuição pela terra das energias da grei, com o consenso e o aplauso de todos os interessados.”, in *idem*, p. 16.

Para as colónias pretendia-se a supressão do imposto de captação visando fomentar a produção agrícola por indígenas e a sua fixação à terra, permitindo ainda a propriedade do solo.

O elenco programático alinhado, enquanto demonstra a tradução da posição radical do PRR, as opções de política económica e social desafiadoras dos pressupostos de acumulação capitalista, permite-nos destacar outro motivo de interesse. Se no ponto anterior tínhamos identificado um movimento de transição para um sujeito político (“povo trabalhador” ou consumidor) e um antagonista de classe, nos documentos programáticos é comum entrever-se um esforço de diluição desse enunciado que a concepção moral dos comportamentos económicos possibilitava.

IV.1.3. O Partido Republicano da Esquerda Democrática

No final do período ganhou forma um novo agrupamento partidário reivindicando o campo da esquerda republicana. A Esquerda Democrática formou-se a partir de uma cisão do PRP, de diferendos que se anunciavam nos congressos partidários. A sua primeira prestação pública foi no poder, com o governo de José Domingues dos Santos em 1924/25, e o primeiro congresso partidário, no qual se formalizou o PRED, ocorreu em abril de 1926, a um mês do golpe militar que poria termo à I República. Estas duas circunstâncias, o facto de ter uma experiência governamental e o facto de ser uma formação tardia, do ponto de vista da cronologia adoptada para esta investigação, tiveram reflexos na forma como a Esquerda Democrática se apresentou ao país e agiu. Ao contrário do PRR, o PRED tinha uma credencial que atestava a tentativa de imposição de reformas socializantes. Por outro lado, não teve a mesma profusão na imprensa, definindo-se a maior parte dos títulos a si afectos depois do I congresso partidário, nos meses que antecederam a censura imposta pela ditadura militar⁴³⁰. Daqui deriva uma dificuldade metodológica, a de

⁴³⁰ De acordo com António Queirós faziam propaganda pela Esquerda Democrática os seguintes títulos: *O Mundo* (Lisboa, 1900-1927), *A Capital* (Lisboa, 1910-1926), *A Tribuna* (Porto, 1920-1926), *Ala Esquerda* (Beja, 1925-1938), *Vida Nova* (Coimbra, 1926), *O Democrático* (Évora, 1920-1926), *A Esquerda* (Évora, 1926-1927), *Pátria Livre* (Lisboa, 1924, 1926), *A Democracia* (Ponta Delgada, 1926-1927), *O Despertar* (Sintra, 1923-1927), *O Lيدador* (Vila do Conde, 1926), *Alvorada* (Arcos de Valdevez, 1925), *O Malho* (Dafundo, 1925), *A Choldra* (Lisboa, 1926), *A Voz Pública* (Lisboa, 1924-1926), *O Democrata* (Ponta Delgada, 1926), *A Norma* (Póvoa de Varzim, 1922-1926), *O Democrático* (Vila do Conde, 1913-1926).

termos um menor número de textos oficiais e oficiosos que nos permitam seguir o exercício que fizemos para o PRR. Além disso, a ação e a propaganda partidárias após o golpe de 28 de maio são condicionadas por esse acontecimento, devotando-se o PRED, num primeiro momento, a avaliar a situação, e depois a combatê-la.

A escassez relativa de textos permite-nos, por outro lado, identificar de modo mais preciso tempos relevantes para a análise desta formação. São eles o rescaldo da ação governativa do gabinete de José Domingues dos Santos, quando se dá a purga dos “canhotos” do PRP, a campanha eleitoral de 1925, primeiro ato de apresentação do grupo aos eleitores, o I congresso partidário no ano seguinte, e as notas emitidas a propósito da ditadura militar⁴³¹.

Base de apoio

No caso do PRED podemos selecionar um momento inaugural regulador do discurso do agrupamento à população. Referimo-nos às polémicas declarações de José Domingues dos Santos aos manifestantes de dia 6 de fevereiro de 1925, em Lisboa. Quando o chefe de governo se dirigiu aos presentes afirmando que o governo da República se havia colocado “(...) abertamente do lado dos explorados contra os exploradores (...)”, acrescentando que não consentia que a força pública servisse para fuzilar o povo, assumiu publicamente a clivagem política que já havia determinado a ação governamental. Os decretos da reforma bancária e os seguintes, ordenando o fecho da ACL, eram expressão de um combate contra a alta finança e o comércio, justificados por uma ideia de justiça social que não se limitava a identificar a existência de ricos e pobres, mas que opunha uns a outros como resultados do mesmo fenómeno de concentração de riqueza e meios de produção nas mãos de poucos.

O manifesto eleitoral da Esquerda Democrática seguia a mesma linha, estruturando a argumentação a partir da ideia da dinâmica antagónica suscitada pela política económica reformista. Identificava a guerra e os anos seguintes como princípio do desequilíbrio socioeconómico sofrido pela maioria da população e apresentava a Esquerda Democrática como paladina da democratização da

⁴³¹ Tratadas no capítulo IV. 4.

república⁴³². À semelhança do PRR, a esquerda democrática reivindicava a linhagem do republicanismo dos tempos da propaganda para si, gozando porventura de uma vantagem, a de sair do seio do PRP combatendo a corrente conservadora, isto é, deixando para trás de si a pele corrupta do partido que havia desvirtuado a esperança e o projeto originais.

A experiência governamental mostrava-se como prova de seriedade e convicção num programa de reformas julgadas necessárias para cumprir a promessa progressista do republicanismo, uma promessa não apenas atraída depois da guerra, mas mal perseguida antes de 1914. No documento faz-se a distinção entre as instituições públicas e as políticas seguidas, não confundindo, ou melhor, separando, como parte do problema que se colocava ao país, a questão do regime do tipo de política económica e social. O desfecho do manifesto indicava-o com precisão: “O dilema não se põe hoje entre dois formalismos políticos – República ou Monarquia.”. Este é porventura o ponto onde a Esquerda Democrática mais se distinguia do PRR, aproximando-se da ideia moderna de esquerda. Perante a flagrante evidência das injustiças sociais contemporâneas, a república tinha que ser adjetivada para completar uma ideia em falta: democrática ou social, era o horizonte prometido pelo projeto da Esquerda Democrática. A este desiderato, o de uma república com lugar para a justiça social, opunha-se a república existente, oligárquica, ou uma que servisse até os intentos monárquicos, uma república “bem conservadora”.

A passagem da Esquerda Democrática pelo poder tinha ainda outra função na economia do documento, a de demonstrar a lógica antagónica que o contexto de crise implicava. As reformas tentadas suscitaram não só a oposição pontual, circunstancial, dos visados, elas estimularam a organização política das classes possidentes, alimentaram o processo de polarização em curso e esse estado de coisas era apresentado como parte da equação a avaliar pelo eleitorado. O texto contrapunha, a par e a passo, dois blocos, dois “campos contendores”, o das esquerdas e o das

⁴³² “As desorganizações, as ruínas, os desequilíbrios causados pela guerra e pelos desregramentos dos primeiros anos de paz, juntando-se aos males antigos da nação, exigiam que finalmente se começasse uma grande obra de saneamento, reconstituição e fomento, não só como princípio decisivo da consolidação dos destinos pátrios ameaçados por tantos perigos, mas até como avanço ineludível da verdadeira democratização social que a república mal tinha esboçado com basta perda de tempo. O ministério formado em novembro de 1924, considerando o que era mais urgente nesse novo ciclo da governação pública, veio tomar corajosamente uma atitude determinada por esses ideais e aspirações superiores.”, in *À Nação*, Comissão Eleitoral da Esquerda Democrática, 1925.

direitas, e os respectivos programas. E fazia isso identificando sempre a oposição de interesses. Nomeava os grupos socioeconómicos que mais beneficiavam com as condições de exceção criadas pela crise e que estavam contra cada ponto do programa reformista: as companhias monopolistas⁴³³, a moagem⁴³⁴, a alta finança⁴³⁵, a grande lavoura⁴³⁶. No remate, apontava a aliança destes grupos, identificava a base de apoio do programa conservador e o seu contrário, a base de apoio que se queria mobilizar para as urnas. Para efeitos do nosso argumento, interessa-nos sublinhar que nos dois casos estava em causa a ideia de luta entre classes, entre posições perante os meios de produção:

“Os que estão contra nós, monárquicos ou republicanos, para continuarem onde se acham e para impedirem a grande reforma necessária buscam logicamente os amparos dos que possuem os maiores instrumentos de riqueza e dos que esta põe ao seu serviço. Nós procuramos com decidido empenho o apoio do povo constituído pelas classes medianas e pobres, interessadas na supressão dos privilégios e abusos e nas mudanças reclamadas pela justiça, pela solidariedade, pelo bem comum e pela civilização.”.

Vemos como aos detentores dos “instrumentos de riqueza” se opunham as classes medianas e pobres.

Aquilo que o documento não faz é explorar além disto a representação de um povo, sobretudo uma representação espontânea e imediata. A Esquerda Democrática procurava o apoio das classes médias e baixas, não se dizia ser a natural voz daquelas. Apesar do título “À Nação”, o interlocutor chamado pelo texto é o “país”, correspondendo ao apelo patriótico do republicanismo, é certo, mas mais neutro

⁴³³ “Os nossos antagonistas, estupendo bloco de interesses, pretendem mais do que nunca a prorrogação dos monopólios que renderam muitos milhões de libras a duas nefastas companhias, com danos e espoliações enormes da nação e eterno adiamento de problemas fundamentais.”, *in idem*.

⁴³⁴ “Eles querem deixar de pé toda a atual situação da moagem, uma organização antipopular e maldita, que obsta à melhoria das condições de vida e possui a grande imprensa, comprada e estipendiada para defender todas as engrenagens viciosas da economia portuguesa.”, *in idem*.

⁴³⁵ “O bloco contrário pretende prolongar a proteção daquela finança que tem vivido da especulação odiosa e destruidora, a mesma que fomentou e explorou a expatriação de capitais e contribuiu para toda a nossa vastíssima ruína económica.”, *in idem*.

⁴³⁶ “Os nossos antagonistas estão presos a todo o sistema agrícola tradicional, tão favorável à nossa calamitosa emigração, como contrário ao movimento povoador (...)”, *in idem*.

quando comparado com a fleuma nacionalista, incluindo a do PRR. Mas, tal como no ideário dos radicais, também aqui a luta entre classes fica aquém da aceitação da luta de classes como dinâmica irreduzível e o limite é marcado pela mesma noção de parasitismo. A esquerda democrática debatia-se contra os “exploradores parasitários”, e partilhava com o PRR a ambição de moderação política, de conciliação de classes para um país produtor:

“(…) os homens que levantaram aquela bandeira e a desfraldaram do alto do poder só queriam concorrer para a estabilidade republicana pela renovação financeira, económica e moral, pelo fomento da povoação e da prosperidade nacional, e pelo equilíbrio estável das classes sociais, com justo desafogo dos medianos e pobres, tão grave e injustamente sacrificados.”.

Tratava-se, no contexto de grave desequilíbrio social, de criar um Estado que intervisse a favor dos mais desfavorecidos, os “medianos e pobres” e isso não era pouco na escala de radicalidade ditada pelos maiores interesses económicos do país.

Não obstante todas as linhas explicitando a oposição entre esquerdas e direitas, parte do documento em questão é dedicado a defender o novo agrupamento da acusação de bolchevismo. Por um lado, este agrupamento, tal como o PRR, não desejava explodir os alicerces da sociedade burguesa, não era contra a propriedade. Por outro lado, não é de descuidar a dificuldade apresentada a estes partidos de tipo novo, sobretudo aos da esquerda, cujo apelo era classista. Como vimos antes, o operariado, parte dos beneficiários do programa reformista, estavam representados pelo movimento operário organizado, pelas associações e sindicatos. O funcionalismo e outros grupos profissionais que se integravam numa classe média, pequeno-burguesa, não só não eram abertamente favoráveis ao ataque à propriedade, como estavam ainda em processo concomitante de organização política. Talvez isto explique a necessidade de a esquerda democrática se mostrar amplamente apelativa:

“Nem por isso, porém, deixa de ser certo que as ideias e desejos reformistas, ao mesmo tempo que são simpáticos aos operários em geral, igualmente o são na sua essência, a multidões dispersas pelas camadas de maior instrução e discernimento e

até por alguns sectores do campo tradicionalista – os que ali se conservam por mal entendidos princípios ou por sinceras dedicações. Correspondem a uma formidável corrente de opinião.”.

Lembremos ainda que o ministério dirigido por José Domingues dos Santos recebeu manifestações de número considerável, promovidas por uma aliança de grupos de esquerda. Lembremos as campanhas que desde 1924 corriam em paralelo com as efemérides governamentais, contra a carestia de vida e contra a ditadura. Chamar ao campo da esquerda uma “formidável corrente de opinião” era reclamar uma vitória na contenda pela hegemonia na arena das ideias.

No caso da Esquerda Democrática, encontramos menos referências diretas ao funcionalismo, não obstante uma fatia significativa de aderentes ao partido cujos nomes e profissões foram anunciados nos jornais, serem funcionários públicos⁴³⁷. Em contrapartida, existe uma tentativa ativa de conciliação com o operariado e as esquerdas sociais ausentes no PRR, correspondendo a uma estratégia frentista já patente na legalização da CGT pelo governo de José Domingues dos Santos. Nas eleições legislativas de 1925 esta aliança deu lugar às chamadas “listas populares”, às quais retornaremos no próximo capítulo. Não obstante, durante a campanha eleitoral, a aliança à esquerda do republicanismo, não era um tópico abertamente tratado, dependendo a sua referência do círculo eleitoral em causa. Em Beja, onde a ED era aliada do PCP, o candidato Sá Pereira falava da oposição entre a classe capitalista e as forças produtoras como critério da política: “Ultimamente, alguns governos da República, por errónea compreensão das leis do equilíbrio social e falsa interpretação dos interesses colectivos, têm-se posto ostensivamente do lado da classe capitalista contra as forças produtoras do país.”. O jornal *Ala Esquerda*, de Beja, transcrevia parte de uma entrevista de José Domingues dos Santos, originalmente publicada no *Diário de Lisboa*, sob o título “O operariado perante as eleições”, porque, dizia-se, a notícia podia contribuir para “desfazer determinados receios de conluios fantásticos”.

⁴³⁷ Segundo os dados recolhidos e tratados por António Queirós, 15,1% dos membros do PRED eram funcionários públicos. Seguiam-se, nas ocupações profissionais, artes e ofícios (14,8%), comerciantes (13,4%), ferroviários (11,8%), profissões liberais (9%), empregados do comércio e do escritório (6,4%), industriais (6,3%), proprietários (4,4%), militares (3,9%), professores e estudantes (3,6%), funcionários de serviços (3,5%), operários (2,2%), lavradores e trabalhadores agrícolas (2,2%), jornalistas (1,6%), reformados (0,9%) e magistrados (0,2%). Vd. QUEIRÓS, 2008, p. 310.

Tratava-se de desmentir a existência de acordos com sindicatos, embora o líder da ED não deixasse de referir a apresentação de operários nas listas eleitorais, isto é, o entendimento com elementos do operariado era tido como uma força a apresentar ao eleitorado de Lisboa e de Beja, mas nunca implicando uma aproximação às suas organizações tidas por mais radicais do que o pretendido. Em Évora e em Sintra a negação de acordos com forças revolucionárias parecia ser a principal preocupação. O órgão de Sintra, *O Despertar*, publicou o seu próprio manifesto eleitoral, dirigido “Ao Povo de Sintra”⁴³⁸, em defesa dos candidatos locais. Num parágrafo sumariavam-se as intenções do partido: acabar com os monopólios, “meter na ordem” a moagem, a grande indústria e a finança improdutiva. Diziam que a ED defendia o povo e que as acusações de bolchevismo serviam para assustar o “pacato burguês”. Para garantir ao seu eleitorado o direito de propriedade, o manifesto esclarecia: “A Esquerda Democrática não se mete em aventuras perigosas. Todos continuarão a possuir os seus bens e propriedades (...)”. “Meter na ordem” significava “fazer pagar o devido”, isto é, coartar as liberdades económicas dos principais grupos concentracionários para distribuir a riqueza através do Estado, para que a República pudesse cumprir o seu papel junto dos menos favorecidos, ou “conceder ao povo os benefícios que lhe foram prometidos, mas que até hoje lhe têm sido negados”. O jornal eborense *O Democrático* fez circular o mesmo tipo de manifesto local, dirigido “Ao Povo de Évora”⁴³⁹, desde logo com brado interclassista no subtítulo onde se lia “Proprietários! Lavradores! Industriais! Operários!”. Assegurava-se que o pretendido era a harmonia entre as classes e “Portugal para todos os portugueses”, combatendo os “vendilhões”.

O discurso era adequado ao público, ao potencial eleitorado por círculo. Nos locais onde as esquerdas partidárias estavam melhor organizadas, onde tinham implantação mais forte, era possível ir além do discurso pardo do explorador como abusador, especulador, e referir a oposição de classe. No resto do país, a ED parecia limitada a defender-se para acalmar o “pacato burguês”.

⁴³⁸ “Ao povo de Sintra”, in *O Despertar*, 7 de novembro de 1925, p. 1.

⁴³⁹ “Ao povo de Évora”, in *O Democrático*, 27 de setembro de 1925, p. 4.

Elementos programáticos

Os mesmos documentos analisados acima servem-nos para detalhar o programa político da ED, em particular a conferência de Sá Pereira de outubro de 1925, em Beja, o manifesto eleitoral do grupo, e a tese apresentada ao I congresso partidário, relatada por José Domingues dos Santos, em abril de 1926. Os três textos usam a experiência governativa do executivo “canhoto” como súpula de medidas defendidas e, de facto, tentadas, como garantia de fidelidade dos atos às palavras.

Do discurso de Sá Pereira destacamos dois aspectos⁴⁴⁰. Primeiro a referência à delicada questão latifundiária, de redobrada importância por ter sido feita em Beja, onde haveria visados por uma proposta de reforma agrária, tanto positiva como negativamente. Apesar do candidato a deputado (aliás, não eleito) ter defendido a repartição da terra, fê-lo assegurando que o direito de propriedade não estava ameaçado, pelo contrário, tratava-se de dividir os incultos por mais proprietários, de forma gradual, compulsando o cultivo. Segundo, fez uma significativa alusão à instrução como encargo público vocacionado para a assistência às classes menos favorecidas, chamando a atenção para a falta de escolas e material escolar, mas também de condições materiais elementares aos alunos mais pobres, incluindo o vestuário e a alimentação. A pobreza reproduzida pelo analfabetismo era sublinhada com o exemplo do emigrante que era rejeitado pelo país, e igualmente miserável no acolhimento no estrangeiro, limitado pela falta de instrução: “O número de analfabetos é pavoroso e o emigrante que expulso da pátria pela fome vai procurar trabalho nas terras do Brasil não encontra em regra, pela sua incapacidade, mais do que o desprezível emprego dos animais de carga”. A gratuidade do ensino em todos os níveis era defendida para combater o privilégio educativo. No conjunto, a ideia perpassada era a de um Estado que não podia ser neutro perante as desigualdades na distribuição da riqueza, pelo contrário, defendia-se um Estado ao serviço do bem

⁴⁴⁰ Sá Pereira defendia ainda a unificação dos impostos, a descentralização dos serviços de assistência e a republicanização dos braços do Estado (exército, magistratura e professorado): “Necessitamos ainda, há quinze anos de República, de organizar um Estado estruturalmente republicano e se não queremos meter a política no exército, na magistratura, no professorado, devemos por todas as formas impedir que esses funcionários do Estado na política se venham imiscuir”, “A primeira jornada”, in *Ala Esquerda*, 29 de outubro de 1925, p. 2.

comum, atendendo antes aos menos favorecidos⁴⁴¹. Um Estado devedor de cuidados e responsável por quebrar ciclos de pobreza, noção sobretudo envolvida no ponto relativo à instrução.

O manifesto eleitoral *À Nação* resumia os projetos avançados pelo governo de José Domingues dos Santos: a extinção dos monopólios, para recuperar uma fonte de rendimento para o Estado, subtraindo-a aos privados; a estabilização da moeda, base de um projeto económico que unisse o mercado metropolitano e o colonial; o controlo sobre a economia financeira privada, legitimado pela ideia de que a riqueza, beneficiária de condições de acumulação que incluíam a exploração direta ou indireta de recursos comuns, deveria concorrer para a prosperidade da comunidade; a reforma agrária, dividindo os latifúndios tendo em vista o aumento da produção⁴⁴². As receitas calculadas do tabaco e dos fósforos, mais de dois milhões de libras por ano, permitiriam consolidar a moeda e criar investimento para a construção de infraestruturas como estradas, caminhos de ferro, aproveitamento hidroeléctrico e de hidráulica agrícola, para investir nas colónias e ainda, o sobejante, para equilibrar as contas do Estado. A reforma bancária visava ordenar a orientação do crédito para a produção agrícola, industrial e para o comércio, distribuindo-o por pequenas e médias iniciativas. A divisão das terras contemplava apenas as parcelas incultas ou de pousio e apontava para a modernização das práticas de cultivo. Havia alguma preocupação com a emigração, defendendo-se a canalização de fluxos para as colónias, bem como a fixação de alguns braços nos campos do sul, após a reforma agrária.

Nem só de política económica tratava o documento, guardando-se espaço para defender um Estado chamado social cuja missão seria providenciar recursos mínimos

⁴⁴¹ “Esqueceram bem depressa aquela máxima sociológica de Afonso Costa quando, no governo provisório, proclamou que os estadistas deveriam procurar sempre proteger os humildes e os pobres porque os ricos, os poderosos, por si próprios de defenderiam.”, in *À Nação*, Comissão Eleitoral da Esquerda Democrática, 1925.

⁴⁴² “Ele mostrou ao país que marcharia resoluta e rapidamente para a extinção dos condenáveis monopólios dos Tabacos e dos Fósforos e supressão dos abusos moageiros, reivindicando rendimentos necessários ao nivelamento orçamental, a inadiáveis melhoramentos públicos e ao barateamento da vida; para o estabelecimento de modalidades fiduciárias que, tendo em vista a indispensável restauração monetária, servisse de base a toda a reorganização financeira e económica da metrópole e das colónias; para a dignificação da indústria bancária, arrancando-a às especulações devastadoras e obrigando-a a cooperar no esforço reparador e progressivo; e finalmente para uma nova era de progresso rural e demográfico, promovendo o parcelamento das terras latifundiárias e uma larga expansão da hidráulica regadia, os revestimentos florestais, os aperfeiçoamentos agrícolas e a povoação interior.”, in *idem*.

aos cidadãos mais carecidos, para a sua sobrevivência e, mais do que isso, para o “cumprimento do seu destino progressivo”. Tal como na exposição de Sá Pereira em Beja, no manifesto eleitoral da ED está presente a noção de que meios materiais e culturais não eram subsumidos uns sobre os outros quando se pensava no melhoramento das condições de vida da maioria da população. A literacia poderia quebrar a grilheta da pobreza, mas só a comida e a roupa em suficiência podiam quebrar a grilheta do analfabetismo. Não existia, para a ED, primado material ou primado cultural, mas uma equivalência de urgências e cabia ao novo Estado social garantir ambas. Isso não significava um Estado reunindo as funções de assistência, mas um que as apoiasse e fomentasse⁴⁴³. Tão pouco deixava de se subentender a instrução como meio de disciplina das populações, opondo-lhe a noção de “anarquia mental e moral”⁴⁴⁴.

Ao longo do documento a democracia era a bandeira do bloco do qual a ED fazia parte, defendia-se a democratização do regime sem qualquer menção ao sufrágio. Democracia por oposição a oligarquia, enquanto regime de poder de poucos, sobretudo, de um poder que não era apenas institucional e isso interessa-nos sublinhar. De acordo com o que temos vindo a analisar, na apresentação programática da ED, o poder económico e o poder político-social não tinham precedência na influência dos destinos da comunidade, o que se podia verificar tanto por se considerar falha a promessa do republicanismo, incumprida depois do 5 de outubro de 1910 (depois de se tornar poder institucional), como pela ação negativa das chamadas “forças vivas” (o poder económico) em plena república. A noção de “bloco de interesses” exprimia essa equivalência hierárquica de poderes, depois traduzida numa aliança prática entre grupos conservadores⁴⁴⁵. Se se achava que apenas uma república

⁴⁴³ “Eles não se preocupam com o facto de termos desde longe, um Estado social em que são abandonadas a todas as contingências as necessidades de multidões desprovidas de recursos para a sua conservação e cumprimento de seu destino progressivo. Nós desejamos de forma muito especial que o Estado concorra em elevado grau para a multiplicação e desenvolvimento das instituições de cooperação, solidariedade e assistência.”, *in idem*.

⁴⁴⁴ “Eles querem que prossiga de qualquer forma um regime de instrução que realmente apenas tem determinado, em geral, a formação de gerações lavadas para a anarquia mental e moral, para a exploração duns pelos outros e para a desorganização gradual da pátria. Nós pretendemos, ao abrigo do equilíbrio orçamental e das novas disponibilidades, uma reforma da educação nacional que dê unidade, harmonia e fecundidade aos espíritos pela compreensão dos nossos destinos históricos e pela valorização efetiva e próspera dos nossos patrimónios.”, *in idem*.

⁴⁴⁵ “A sustentar o primeiro podem encontrar-se de algum modo, na *política prática*, não só os monárquicos, os nacionalistas, os católicos, e o seu abrilismo pretoriano, mas também os direitos do

podia assegurar as condições institucionais para cumprir um projeto democrático, na medida em que seria a legislação a concretizar o projeto imaginado, também se considerava que ao nível da cidadania entre as primeiras condições a assegurar estavam as materiais. A ED era elitista na ideação do exercício do poder político, e proto-materialista na ideação do progresso. Por isso, não se referia aqui (mais à frente sim, como veremos) a atribuição do sufrágio como uma condição democrática, mas sim o combate à concentração da riqueza, a distribuição de meios por um maior número para capacitar cidadãos.

A tese “O problema político”, apresentada por José Domingues dos Santos ao congresso partidário de abril de 1926, permite-nos colher elementos complementares aos já expostos⁴⁴⁶. Neste discurso valorizava-se uma narrativa genealógica que falava das origens populares da ED, colocando-as na formação do PRP, e isso era resultado da necessidade de resgatar massas para a política institucional tanto como de garantir legitimidade à ED. O partido que se formalizava não era exatamente novo, era atual. Por um lado, deixava-se para trás a parte genericamente descredibilizada do PRP pelos anos de poder, e particularmente corrompida pela cumplicidade com os interesses económicos: “O Partido Democrático é hoje uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta.”. Por outro lado, tentava-se reanimar o lastro histórico do partido abandonado, adoptando-se como ponto de partida o programa de 1891:

Partido Republicano Português, irmanados fartamente com todos os grandes exploradores da economia pública e particular – uns por sistema, outros por simpleza e quase todos mais ou menos ocultamente sindicalizados.”, *in idem*.

⁴⁴⁶ Mais uma vez, o rol de medidas avançadas pelo executivo liderado pelo orador foi apresentado como prova de fidelidade aos princípios originais do PRP e reiterados nos congressos do colectivo, alegado órgão da vontade popular. Assim, falava José Domingues dos Santos sobre a ordem de soltura dos presos sem culpa formada e da proposta de *habeas corpus* levada ao parlamento, iniciativa de grande importância para a organização política da sociedade por significar uma trégua com o movimento operário, um sinal de cessação de arbítrios e perseguições políticas. Além do *habeas corpus*, também eram referidas as seguintes medidas: a questão dos monopólios, relembrando-se a audiência da proposta de liberalização do fabrico e venda de tabaco e fósforos; a reforma bancária tendente a regular a finança; um plano colonial, incluindo financiamento a Angola, maior controlo sobre a moeda e o desejo de levantar barreiras alfandegárias com a metrópole para criar um mercado único, com o objectivo de fomentar a fixação de colonos e desenvolver a industrialização metropolitana, salvaguardando o mercado colonial para a colocação de produtos de outra forma incapazes de concorrer com os similares estrangeiros; a reparação ou construção de estradas, portos, caminhos de ferro, correios e telégrafos; o combate ao analfabetismo, pela descentralização do ensino, valorização do professorado e gratuidade do ensino; o aproveitamento de incultos para o aumento da produção agrícola e como componente de um plano de colonização dos campos do sul. *Vd. LEAL, 2008, 337-355.*

“Desvirtuado e desfigurado o velho programa republicano, a nós cumpre restabelecê-lo na sua primitiva pureza. (...) Proponho que o *Partido Republicano da Esquerda Democrática* tome para base de doutrinarismo político o velho programa do *Partido Republicano*, publicado em 11 de janeiro de 1891.”⁴⁴⁷.

Esta adopção fazia-se admitindo uma atualização guiada pelo importante princípio de que a política progressista devia responder às aspirações populares⁴⁴⁸, isto é, que o PRED devia ser um partido para as massas. O nome escolhido refletia este balanço entre antigo e novo, pois “esquerda” condensava em si uma afectividade popular⁴⁴⁹, a tal que se colocava no berço do republicanismo e que era, portanto, antiga, e um programa dito moderno por ser orientado por uma ideia de justiça social visando a melhoria de condições materiais de vida das massas⁴⁵⁰. Ter esquerda no nome era ainda explicitar o momento histórico vivido, explicitar o contexto de conflituosidade social e política no qual se forjava a ED, tal como ilustrado pela seguinte passagem onde a dialéctica de lógica antagónica é notória: “(...) foi contra o nosso *esquerdismo* que se organizou a coligação de todas as forças conservadoras, numa ânsia infernal de extermínio.”. Em simultâneo, e porque o contexto exigia essa clarificação, ter esquerda no nome definia o novo partido e obrigava a definir modernamente o espectro político: “(...) nem ele é tão anódino que não marque inconfundivelmente a nossa posição dentro da República. O nosso partido *marca a sua posição na extrema-esquerda da Democracia*.”.

A ideia democrática também era explicada. Fixando a sua base moral no reconhecimento da dignidade humana, avançava-se para quatro consequências. Primeira, a defesa das liberdades individuais (de consciência, de palavra, de imprensa,

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 346.

⁴⁴⁸ “Mas ao contrário do que se tem feito, é indispensável renovar este programa, tornando-o ainda mais progressivo e procurando ajustá-lo às aspirações da alma popular. Não o desviaremos da sua origem – o Povo.”, *in idem, ibidem*.

⁴⁴⁹ “Senhores: o segredo do rápido triunfo do nosso doutrinarismo desvenda-o quem conhecer a origem da *sentimentalidade da esquerda*.”, *in idem*, p. 343.

⁴⁵⁰ “Simplesmente essa sentimentalidade, para ser fecunda e invencível, precisa de um programa de ação. (...) só um caminho nos resta: *constituirmo-nos em partido e formularmos um programa de ação que corresponda às modernas correntes ideológicas e traduza fielmente a grande e profunda sentimentalidade da esquerda republicana*.”, *in idem*, pp. 343-344.

de reunião, de associação). Segunda, a necessidade do sufrágio universal. Terceira, a reforma do ensino para estabelecer a igualdade social das crianças. Quarta, a garantia de condições materiais de vida.

O sufrágio universal não deixava de ser associado à instrução, apesar de aparentemente não condicionado a ela como havia sido no saldo das constituintes. Dizia-se que o próprio ato de participação eleitoral elevava os cidadãos e que a dignidade humana era em grande parte fruto da educação⁴⁵¹.

O desejo de eliminar a proveniência de classe pela educação admitia o ensino técnico, a par do ensino geral, diferenciado por aptidões (julgadas naturais) e adaptação ao meio⁴⁵²: “Escolas para agricultores nas regiões agrícolas, para operários nas regiões industriais, etc, todas elas dotadas de um ensino geral e outro particular.”. Idealmente, a educação não seria socialmente distintiva⁴⁵³.

Mas para o nosso argumento é a quarta consequência que é julgada mais relevante, pois ela implica ir além da noção de cidadania esgotada no reconhecimento da igualdade perante a lei e no sufrágio como participação política. Afirmava-se que a pobreza não era democrática, era uma ofensa à dignidade humana e um obstáculo à plena cidadania e, a propósito, era ilustrativa a imagem do “soberano em andrajos de pedinte”. Isto acarretava pensar o Estado como tendo a obrigação de garantir meios de subsistência suficientes para que a participação política dos cidadãos não se cingisse ao ato eleitoral, mas pudesse ser expressa na dignidade do modo de vida. A pobreza descrita no texto é aquela derivada da insuficiente remuneração pela venda da força de trabalho, manual ou intelectual, é classista⁴⁵⁴. Como classista é a noção de usufruto indevido por uma pequena parte da população dos frutos acumulados do trabalho,

⁴⁵¹ “Por sua vez o sufrágio universal exigindo a participação de todos os cidadãos, ricos ou pobres, na vida política nacional, tende a elevar o nível intelectual e moral do indivíduo. Em boa verdade a dignidade da pessoa humana é sobretudo o produto da educação.”, *in idem*, p. 348.

⁴⁵² “Reformar a escola seria assim restabelecer a igualdade social entre as crianças, garantir a cada uma o direito de receber o ensino que melhor se adapte aos seus dons próprios, às suas tendências particulares, ao espírito e às necessidades do seu meio.”, *in idem*, pp. 348-349.

⁴⁵³ “À igualdade perante a instrução, juntemos a igualdade perante a educação por forma que o filho de rico ou de pobre se julgue ao nível da dignidade de todos os outros.”, *in idem*, p. 349.

⁴⁵⁴ “Mineiro, pintor, pedreiro, lavrador, jornaleiro, trabalhador manual ou trabalhador intelectual, o soberano passa a vida sob a premente necessidade de ganhar o bastante para se alimentar a «si e aos seus», vestir-se, tratar-se em caso de doença, vendo com amargura que todas as tardes lhe desaparece pelo alçapão mágico das suas despesas o que na véspera ganhara à custa dos maiores sacrifícios.”, *in idem*, pp. 349-350.

uma riqueza considerada colectiva⁴⁵⁵. O Estado pensado tinha por dever intervir neste contexto de desigualdade entre classes, a favor daquela mais desfavorecida: “E ao Estado democrático, regulador dos direitos de todos os cidadãos, cumpre velar por que não haja um só português que morra de fome e ainda por que esse património sagrado dos nossos maiores seja repartido por todos.”. De concreto, no entanto, o texto só referia a instituição de um regime nacional e geral de seguros sociais, sem detalhar o seu figurino.

Conseguir um Estado democrático exigia ainda algumas reformas institucionais que criassem eficácia legislativa e fossem melhor reflexo de uma vontade popular. A primeira referência a este respeito recaía sobre a necessidade de republicanizar a máquina burocrática, tê-la fiel aos princípios do regime, citando para o efeito Robespierre e Marx:

“Robespierre afirmava num dos seus escritos que a ideia de Estado republicano exige um exército republicano, magistratura republicana, imprensa republicana e finanças republicanas. Marx, por sua vez, aconselhava o proletariado a quebrar essa máquina estática e substituí-la por uma nova, organizando a polícia, o exército e a burocracia com a totalidade do povo armado.”.

Mas o líder da ED ia mais além, admitindo que a República não tinha processos democráticos⁴⁵⁶. Para tal seria preciso, primeiro, tratar da representatividade dos recrutados para o órgão legislativo e da transparência dos processos eleitorais. Defendia-se o sufrágio universal sem exclusão da mulher, embora o feminismo da ED não fosse tão rigoroso que admitisse com veemência o sufrágio feminino sem restrições. Aplicava-se-lhe o requisito da instrução agora abolido para a população masculina, aliás de modo mais severo já que não bastaria a alfabetização, exigia-se diploma. Ainda assim, é de notar o reconhecimento de uma igualdade relativa (subordinada ao arquétipo dominante) entre géneros:

⁴⁵⁵ “A herança que gerações de séculos transmitiram sob a forma de riqueza adquirida, de meios de trabalho, de comodidades de vida, não pode ser privilégio exclusivo de uma classe.”, *in idem*, p. 350.

⁴⁵⁶ “De todos os males de que enferma o Estado, não é o menor a impotência em que ele se encontra para resolver os vários problemas nacionais pelos métodos e segundo as fórmulas democráticas.”, *in idem*, p. 352.

“Tirou-se o voto às mulheres, reincidindo na arcaica e falsa doutrina da inferioridade do sexo feminino, sem se ter reparado que ela desempenha hoje todos os cargos que é lícito ao homem desempenhar. Há mulheres médicas, advogadas, professoras, funcionárias do Estado. Porque não poderão ser eleitoras?”.

Medidas complementares incluíam o sistema proporcional com representação de minorias, o voto secreto e a punição de autoridades que viciassem o ato eleitoral. Defendia-se depois o fim do sistema bi-camarário, por ser uma duplicação pesada do legislativo. Admitia-se, no limite, que a segunda câmara fosse consultiva e reunisse “sindicatos profissionais”.

No cômputo geral, perpassa uma outra convicção, a de uma encruzilhada histórica a partir da qual a república só seria caminho se se democratizasse: “Cumpre-nos velar por que a democracia saia triunfante da crise que neste momento atravessa o parlamentarismo.”.

Temos vindo a sublinhar as novidades no tipo de partido que a ED representava decantando a sua formação discursiva, mas as permanências interessam-nos em igual medida para compreender alguns impasses. A nossa atenção recai sobre dois aspetos. O elitismo na concepção daquilo que eram agentes históricos significativos, aliás, anunciado: “Democratas como somos, desejamos a conquista da alma popular. Mas não cumpriremos a nossa missão se não alcançarmos as simpatias das nossas *elites*. A Esquerda Democrática longe de desprezar as *elites*, cultiva-as; longe de as combater, acarinha-as.”. A noção de elite implicada era cultural, tratava-se da aceitação da desigualdade natural das inteligências. Era um elitismo humanista que pretendia garantir condições para que os talentos inatos se revelassem e desenvolvessem, sem (em princípio) filiação de classe⁴⁵⁷. Mas não deixava de implicar a raridade, o menor número daqueles que se “elevavam acima da

⁴⁵⁷ “A igualdade que ambicionamos não tem por finalidade nivelar as elites, rebaixando-as; mas antes deseja que elas se formem livremente, subindo em perfeição e valor. A Democracia não é invejosa de tudo que se eleva acima da mediocridade. Deseja ao contrário, que se elevem e subam todos os que tiverem mérito para se elevarem. Não aceita as *elites* impostas e recrutadas, exclusivamente ou de preferência, entre os filhos de uma determinada classe social e proclama a necessidade de se aproveitarem todos os valores onde quer que eles se encontrem.”, *in idem*, pp. 345-346.

mediocridade”, o que em última análise nos indica que o partido era para as massas mas não *de* massas. Depois, a dicotomia idealismo/ materialismo. Para os partidos formados no pós-guerra era especialmente precioso afirmar a sua componente ideológica por oposição a uma prática política estritamente centrada nas figuras dos líderes e vulnerável a ambições pessoais. Dizer-se idealista significava ter princípios convertíveis num programa político e uma prática, garantidamente, dedicada à sua prossecução. Por oposição, ser materialista significava sacrificar princípios a interesses pessoais ou colectivos sem retorno para a comunidade. Por isso, apesar da dinâmica da luta entre classes ser observada e identificada como condicionante das lutas políticas, o materialismo era uma acusação classificadora dos opositores⁴⁵⁸, justapondo-se à ideia de confronto entre interesses económicos antagónicos a ideia de um confronto metafísico entre virtude e vileza. Além de recusar a motivação materialista de um programa político à esquerda, este idealismo também era elitista, enraizando-se numa crença de superioridade moral e espiritual de algumas pessoas como de alguns projetos. Para o combate das ideias quase bastaria revelar o extremo “idealismo” da ED para cooptar a elite cultural: “Mas esse programa deverá também traduzir um tão alto idealismo e adaptar-se tão intimamente aos ensinamentos da moderna ciência social, que os espíritos cultos o sigam como uma necessidade imperiosa da sua inteligência.”.

IV.1.4. A esquerda republicana.

A análise das bases de apoio procuradas pelos três partidos da esquerda republicana, e dos elementos programáticos desenhados para lhes dar respostas, permite-nos assinalar alguma progressão tendente à aproximação a uma ideia de esquerda moderna, sublinhada pela identidade dos sujeitos colectivos representados, a dos antagonistas, o tipo de enunciado formulado e o decorrente programa.

Os populares começaram por ser um pequeno grupo parlamentar, sem rede própria nem bases. Quando se apresentaram em comício foi para inocentar a ação dos

⁴⁵⁸ “A nossa moral, os nossos processos, o nosso idealismo não podem confundir-se com a moral nem com os processos dos democráticos. Não falamos já de idealismos. Foi flor que secou naquele canteiro. Hoje só o materialismo torpe domina aquele agregado de homens que a ânsia de conservarem o poder ainda mantém unidos.”, *in idem*, p. 342.

deputados sob escrutínio de um inquérito público. Optaram por interpelar um vago “povo republicano”, reunido para, em modo de plebiscito, confirmar a virtude e integridade dos populares. Para o efeito pretendido, nunca deixaram de ser - nem foram mais do que - “meia dúzia de homens sinceros”, mergulhados na retórica cruzadista e assumindo uma missão justiceira de denúncia dos abusos dos cidadãos ou grupos de cidadãos perante o Estado. A moagem ou os operários em greve equivaliam-se na pronúncia de abusadores porque partiam da condição comum de contribuintes. A noção de abuso derivava de um juízo moral, que condenava a preguiça e louvava o trabalho (o esforço), mas ignorava a correlação entre ricos e pobres. A sua radicalidade parecia mais dependente do nacionalismo autoritário⁴⁵⁹, isto é, da intransigência dos poderes públicos perante reivindicações e exigências formais e informais dos grupos sociais, do que de um programa de reformas admitindo a relação dialéctica entre capital e trabalho.

Os radicais, pelo contrário, nasceram e cresceram como o PRP, a partir das bases, da proliferação de centros, colectividades e jornais. Na imprensa partidária encontramos ecos da possibilidade de construção de uma identidade colectiva mobilizável cruzada com a ideia do “povo republicano”, a do “povo trabalhador”. Este sujeito colectivo implicava uma condição material comum e uma posição perante os modos de produção, dizia respeito aos assalariados. Na prática, incluía as classes operárias e a pequena burguesia empregada, sobretudo a do funcionalismo civil e militar. Em simultâneo, a noção de antagonista também se transformou. Ao inimigo de regime, o monárquico, veio juntar-se um inimigo de classe. A corrupção dos políticos – inicialmente de carácter – passou a significar conivência ou favoritismo com os maiores interesses económicos do país, a alta finança, o grande comércio e a lavoura, favorecidos pelas condições criadas pela crise. Neste caso, a noção de enriquecimento ilícito era mais estável e justificava o programa de reformas tendente a coartar as liberdades do capital.

O PRED, formado no cadinho da polarização política provocada pelo executivo de José Domingues dos Santos, manteve as inovações do PRR e deu outro passo na formalização de um enunciado de esquerda moderna: se a república era uma condição para a democracia, não a garantia sem as políticas económicas e sociais

⁴⁵⁹ CEREZALES, 2010, pp. 233-234.

apropriadas. A questão de regime ficava agora ligada à de um programa de reformas de tendência social-democrata, no qual a premissa base ditava a responsabilidade estatal de prover condições materiais de vida condigna aos cidadãos para que estes pudessem cumprir o seu destino.

Com a adopção do programa de 1891, durante o I congresso da Esquerda Democrática, aspirava-se a resgatar o projeto republicano histórico. Todos os grupos da esquerda republicana firmaram a sua imediata fonte de legitimação aí, tentando fazer reverter a seu favor o património de luta do republicanismo de finais do século XIX, conformando-se à atualidade da sua promessa progressista. A ED estava melhor colocada para fazer a sua apropriação direta por ter saído do seio do PRP, alegadamente, por tentar manter a fidelidade às resoluções dos órgãos de auscultação das bases. Acerca do programa republicano de 1891, Fernando Catroga escreveu:

“E, sem grande margem de erro, pode sustentar-se que o seu articulado pretendeu conciliar, no essencial, os programas republicanos anteriores (unitarista e federalista), limitando-se a sublinhar melhor a opção nacional e interclassista do credo republicano e a acentuar a finalidade que, em última instância, sobredeterminava a sua estratégia: a consumação da revolução cultural que seria necessária para completar o processo histórico iniciado com o liberalismo, mas que somente a República poderia elevar a um estágio de maior perfeição.”⁴⁶⁰.

A partir desta citação podemos apresentar dois comentários acerca dos elementos conservados do republicanismo e dos elementos inovados pela esquerda republicana. Como vimos, os termos determinantes da divisão do espaço político coevo eram classistas, explicando o potencial de mobilização do apelo a um sujeito colectivo cuja identidade era fundada na dependência do salário, assim como de perfilhar o enunciado da oposição de interesses económicos, expresso na síntese “explorados contra exploradores”. Tanto no caso do PRR como no do PRED, encontramos estes elementos presentes nos textos oficiais. No entanto, a sua dedução programática não era sempre rigorosa. Era possível diluir o radicalismo do

⁴⁶⁰ CATROGA, 2010, p. 57.

posicionamento da esquerda republicana, a coberto da matriz moralizadora dos comportamentos económicos, quando se tratava de deslocar apoio do centro. Nesse sentido, a esquerda republicana acabou por ceder à tática interclassista. A novidade considerável estava em submeter o desiderato democrático à garantia de bens essenciais a todos os cidadãos⁴⁶¹. A igualdade material – mínima – equiparava-se à igualdade perante a lei como condição para edificar uma nova cidadania, o novo (e antigo) homem do republicanismo, e isso, implicava não só um tipo de regime, como de Estado – uma república social.

⁴⁶¹ A relação entre democracia económica e democracia política foi comum a outras esquerdas europeias, como em Espanha: “Todas as reformas republicanas, assim como a legislação para um sistema de segurança social dos seus colegas socialistas, tinham por objectivo aumentar a democracia económica enquanto pré-requisito essencial para o estabelecimento de uma democracia política.”, *in* GRAHAM, 2007, p. 24.

IV. 2. A intelectualidade.

Em 1921 surgiu aquele que viria a ser o órgão de confluência da intelectualidade da esquerda republicana, a revista *Seara Nova*. O projeto do Grupo Seara Nova constituiu por si o apurar de uma ideia intervencionista, fundada nos instrumentos da crítica racionalista e na tecnologia da persuasão, com uma orientação política definida. Nas primeiras reuniões, prévias à intenção de formação da revista⁴⁶², Câmara Reis, Raul Brandão, Raul Proença, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Macedo e Jaime Cortesão, concordaram no alargamento ideológico do seu projeto de formulação de um programa mínimo de reformas estruturais para o país. A breve trecho, o problema que se colocou foi o do alcance dos seus objectivos, quando estes se clarificaram, caso o grupo mantivesse uma constituição heterogénea⁴⁶³. A necessidade de maior “afinidade espiritual” entre membros do que viria a ser o núcleo da *Seara Nova*, levou ao afastamento dos elementos mais discordantes. Significa isto que o projeto seareiro não era politicamente inócuo, nem pretendia ser indiferente a sua orientação mediante o meridiano esquerda/ direita. Ou ainda, que este passo na formação da *Seara Nova* revela a incompatibilidade ideológica e prática entre os dois hemisférios. Afirmava-se no primeiro número da revista: “Sob o ponto de vista político, A SEARA NOVA enfileira na extrema esquerda da República”⁴⁶⁴.

O significado deste posicionamento relaciona-se com os três grandes alvos dos seareiros: as oligarquias plutocratas, o facciosismo partidário e as tentações antidemocráticas. O combate ativo nestas três frentes inflectia-se, no campo dos princípios, num desejado carácter suprapartidário e supraclassista do grupo. Ambicionar ser superior e além de qualquer partido ou classe merece duas observações. Por um lado, é um eco da conjuntura. Havia a percepção de que a instabilidade política e social inviabilizava qualquer plano de reformas para o país. Mas, se atendermos a que partido e classe são formas de representação, precisamente aquelas que estavam em ebulição, aquecidas pelo fogo de contradições estruturais,

⁴⁶² Seguimos aqui António REIS, 2003, pp. 300-301.

⁴⁶³ Citando António Reis, “Logo na sua génese, o grupo debate-se já, pois, com este dilema estratégico: constituir uma frente alargada de tendências articuladas em torno de um programa mínimo ou organizar-se como um núcleo homogéneo dinamizador de um movimento mais vasto de formação de uma elite criadora de um plano de reformas e de uma opinião pública nacional suficientemente forte para exigir a respectiva realização.”, *in idem*, p. 301.

⁴⁶⁴ “Apresentação” (*Seara Nova*, n.º 1 – 15/X/21), *in* CARDIA, 1970, pp. 94-95.

estar acima delas revela uma estratégia de dominação/concertação alternativa. Esfera económica e poder institucional não eram disputados. A cultura política sim⁴⁶⁵. Na luta pelo domínio das ideias, concorriam com as visões antiliberais. Contra os determinismos de classe ou raça, os seareiros erguiam o universalismo da filosofia humanista, de cariz iluminista, herdeira dos valores de liberdade e democracia da Revolução Francesa.

Perante a ameaça às conquistas da modernidade - conceito absoluto, palco do progresso -, o grupo encetou o seu combate, imbuído de um proselitismo crente tanto na perfectibilidade humana como no desinteresse das elites bem formadas⁴⁶⁶. Em última análise, subsistia a visão escatológica anterior de desenvolvimento histórico tendente para a realização da ideia de justiça, entendida como virtude do espírito. A vitória dos Aliados na Grande Guerra inscrevia-se na mesma linha ideológica, confirmando uma “revolução lenta”⁴⁶⁷ europeia. A crise social ocidental advinha dessa mudança inevitável, porque justa, feita em prol do trabalho, figura social da colectividade. A calha que encarrilhava este ideário da modernidade era formada por uma filosofia da História assente no conflito entre matéria e espírito⁴⁶⁸. Concepção dualista que se declinava no par decadência/ regeneração. A *Seara Nova* era herdeira da Geração de 70.

Segundo António Amaro aí reside a chave da compreensão de “(...) algumas cumplicidades difíceis de explicar até pelos próprios (...)”⁴⁶⁹. Os seareiros levantaram forte oposição às tendências saudosistas, nacionalistas e tradicionalistas, discorrendo com o guia das correntes racionalista, cosmopolita e progressista, mas “(...) no fundo, todas as correntes culturais que viveram a inquietação do atraso de Portugal em relação aos restantes países da Europa, apesar das grandes diferenças na inventariação concreta das causas e nas soluções a dar, estavam marcadas pela mesma patologia: o

⁴⁶⁵ António Amaro refere a luta pela hegemonia das ideias que opôs o racionalismo crítico seareiro ao cientismo positivista republicano, AMARO, 1995, pp. 29-56.

⁴⁶⁶ “(...) continuamos a desejar a organização e predomínio de uma elite generosa, inteligente e sabedora.”, “*Seara Nova*” (*Seara Nova*, n.º 22 – IV/23), in CARDIA, 1970, p. 123.

⁴⁶⁷ “A crise nacional” por Jaime Cortesão (*Seara Nova*, n.º 2 – 05/XI/21), in *idem*, p.103.

⁴⁶⁸ Para António Amaro, “(...) toda a luta encetada pela *Seara Nova*, em prol do socialismo e da democracia, só poderá ser entendida se ligada a essa importante batalha pela defesa do Reino do Espírito.”, AMARO, 1995, p. 87.

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 37.

trauma da nossa decadência.”⁴⁷⁰. O decadentismo tendia a localizar no passado a “Idade de Ouro”, era idealizada onde se concentrava a referência essencial para a regeneração do presente⁴⁷¹. A mistificação da memória é inerente a este processo psíquico-cultural, quer esta se traduza na iniciativa científica e universalista dos descobrimentos (*Seara Nova*), quer nas virtudes da sociedade orgânica do feudalismo pré-absolutista (Integralismo Lusitano). A diferença – fundamental – entre ambas as visões é que para os seareiros o regresso implicava o avanço⁴⁷². O passado português idealizado era referente de uma tendência modernizadora a retomar. Fora um caminho interrompido, o do progresso humano e este implicava movimento. Era o contrário da involução integralista⁴⁷³.

Em coerência com a filosofia da História subscrita, as responsabilidades da crise recaíam no mais profundo do ser-se humano e português, nas mentalidades⁴⁷⁴. Nas palavras de Sottomayor Cardia, “(...) os vícios de mentalidade não eram concebidos como simples erros do entendimento ou ocasional persistência de espectros, mas como momento subjetivo de um processo de que o povo português era verdadeiramente o sujeito histórico, ainda que passivo.”⁴⁷⁵. Regenerar era retomar o curso suspenso e operar a recuperação do espírito sobre a matéria – “(...) esforçar-nos-emos acima de tudo pela elevação do Espírito, condição essencial de toda a nobreza da vida humana e das próprias reformas materiais.”⁴⁷⁶. Face à verdadeira causa da crise, a verdadeira revolução, a das consciências.

Ao dizer que a patologia estava nos homens e não nas formas, a *Seara Nova* defendia o primado do moral sobre o político. O seu espírito reformista era, marcadamente, moralizante. Ainda seguindo a pista dos binómios (ideia/ coisa),

⁴⁷⁰ *Idem*, pp. 37-38.

⁴⁷¹ É um dispositivo persistente. George Steiner aborda-o no início dos anos 70 do século XX, após o terror das guerras mundiais e no termo dos Trinta Gloriosos, os anos de fulgurante crescimento económico europeu, quando urgia redefinir a cultura ocidental: “Quase toda a história parece carregar consigo os vestígios de um paraíso. (...) O mito da Queda é mais forte do que qualquer religião particular.”, STEINER, George (1992), *No Castelo do Barba Azul*, Lisboa, Relógio d’Água, p. 14.

⁴⁷² O elogio à gesta científica dos descobrimentos surge no número dedicado à travessia aérea do Atlântico de Sacadura Cabral e Gago Coutinho (n.º 13, 12/V/1922).

⁴⁷³ *Vide* CRUZ, 1982.

⁴⁷⁴ “Não comunga ela no vão e pernicioso sofisma de que são os políticos os únicos culpados da nossa situação. (...) A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol.”. “Apresentação”, (*Seara Nova*, n.º 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, p. 19.

⁴⁷⁵ CARDIA, 1990, p. 19.

⁴⁷⁶ “Apresentação” (*Seara Nova*, n.º 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, p. 93.

encontramos o traço mais característico e condicionante da ação política seareira, o seu idealismo intrínseco, alegadamente realista⁴⁷⁷. As ideias (necessariamente as *boas ideias*) eram o motor da modernidade.

Subalternizando o Estado às consciências, a conquista do poder institucional não era prioritária⁴⁷⁸, ponto de importante demarcação com o revolucionarismo *putchista* e com o republicanismo positivista: “Livres da obsessão da conquista do Estado, como fonte de poder e de realização da justiça – concepção que afasta os seareiros do paradigma jusracionalista (...) – toda a estratégia revolucionária se orientou no sentido de criar na sociedade civil uma opinião pública racionalizada que, por imperativo da própria consciência, levasse como que naturalmente à fermentação de novas relações sociais.”⁴⁷⁹. Divergência também face ao materialismo histórico, já que a mudança estável e desejada não decorria das relações de produção, mas das relações da inteligência, do prolongamento material da justiça interior dos membros da sociedade, em especial das suas elites.

Este momento do nosso estudo é oportuno para colocar a questão de António Reis, “Ingenuidade idealista ou pretensiosismo elitista?”⁴⁸⁰. Em nossa opinião, ambas. A nossa análise pretende demonstrar que o problema central da ineficácia da abordagem da *Seara Nova* não estava no seu método, nem na sua atitude, mas num erro de avaliação do momento histórico que, de certa forma, enraíza nas premissas filosóficas do grupo. O elitismo de face humanista dos seareiros não deixava de ser uma modalidade da percepção conservadora dos agentes históricos e sociais significativos. Em extremo foi essa característica que levou à aceitação, condicional, do autoritarismo. Quando Proença investiu a sua pena contra a “ultra-panaceia universal”⁴⁸¹ da ditadura, foi bastante claro. A questão que se devia colocar era *qual* ditadura?, “(...) não se diz: tal ditadura, a ditadura de tais homens, a ditadura com tal

⁴⁷⁷ “Chamais espírito prático ao que vê apenas as determinantes inferiores dos processos sociais; mas nós chamamos verdadeiramente espírito prático ao que vê também as determinantes superiores.”, *in idem*, p. 94.

⁴⁷⁸ Não obstante, o grupo aceitou cargos políticos a partir de 1924: as pastas da Instrução (António Sérgio) e da Agricultura (Mário de Azevedo Gomes) do governo de Álvaro de Castro, consideradas estratégicas para as intenções reformistas dos seareiros, a da Agricultura (Ezequiel de Campos) do gabinete de José Domingues dos Santos, e a vereação da Câmara Municipal de Lisboa (Jaime Cortesão), resultante da coligação das esquerdas nas eleições municipais de 1925.

⁴⁷⁹ AMARO, 1995, p. 94.

⁴⁸⁰ REIS, 2004, p. 330.

⁴⁸¹ “A Ditadura”, (*Seara Nova*, n.º 32 – 01/III/24), *in* CARDIA, 1970, vol. II, p. 65.

finalidade e com tais processos, a ditadura apoiada em tal ou tal força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos.”⁴⁸². Nem se aceitava a ditadura em absoluto, nem se rejeitava. Como escreveu Luís Trindade, o elitismo do grupo, como a hegemonia do nacionalismo, explicam ainda a experiência da revista *Homens Livres*, na qual António Sérgio se aliaria a integralistas no mesmo projeto de regeneração nacional:

“A ideia que intelectuais de esquerda e de direita podiam juntar-se, pairando sobre os interesses menores da vida material, é ainda mais um sinal da formação do consenso nacionalista. Porque o que estava em causa aqui era um entendimento idealista de *nação intelectual* que fazia prevalecer a noção de elite sobre as divisões ideológicas e políticas propriamente ditas.”⁴⁸³.

A força revolucionária das mentalidades ligava-se à noção de que o regime republicano, porque livre e com representatividade eleitoral, era um regime de opinião. Como tal, o controlo dos órgãos de formação cultural potenciava o domínio sobre o poder político. Num contexto de corrupção eleitoral e de interferência do poder económico nos veículos de opinião, os seareiros debatiam-se por um lugar isento, “Para nós, a Seara Nova é como que o embrião dum grande órgão jornalístico que (...) conseguisse levar a todos os espíritos um pouco de luz, de conforto e de verdade.”⁴⁸⁴. Pretendiam os intelectuais seareiros ser os depositários dessa verdade desinteressada, pedagogos e missionários do credo racionalista crítico e humanista.

Este mergulho no ideário filosófico seareiro foi necessário para enquadrar a concepção de revolução advogada, bem como as estratégias de concretização da justiça. Porque o idealismo não era sinónimo de inação. Como os próprios explicavam tinham “O amor da ação – e das ideias, *unicamente* como instrumentos e finalidades da ação.”⁴⁸⁵. Neste ponto é o conteúdo da ideia que interessa expor. Salientando já que os valores da razão, verdade e justiça humanistas pertencem ao universo das harmonias sociais, são a negação da conflituosidade.

⁴⁸² *Idem, ibidem.*

⁴⁸³ TRINDADE, 2014, p. 229.

⁴⁸⁴ “Discurso de José Rodrigues Miguéis”, (*Seara Nova*, n.º 57 – 24/X/25), *in idem*, p. 139.

⁴⁸⁵ “O que nos é necessário”, (*Seara Nova*, n.º 1 – 15/X/21), *in idem*, p. 99.

Talvez assim se compreenda o ponto essencial do impreciso socialismo seareiro. Ora socialismo liberal, ora democracia social, ele era sempre defensor de um equilíbrio estrutural. Nesse sentido, a proposta democrática da *Seara Nova*, da esquerda republicana, que se definia por oposição ao antiliberalismo conservador (ou bolchevista), também era inimiga da situação. Pretendia ultrapassar a luta de classes que “(...) assume com frequência um carácter de irreducibilidade e ódio”⁴⁸⁶, mas reconhecendo “(...) o agravamento do pauperismo até à miséria extrema dum lado, e do outro o estadear de um luxo delirante”⁴⁸⁷. Olhando o extremar da desigual distribuição da riqueza, a *Seara Nova* via a balança social desequilibrada e oferecia-se de fiel. Na balança imaginada, os pratos cediam peso um ao outro porque o nivelamento era racional. Mas o contexto coevo não compreendia consensos e, por isso, a *Seara* emprestou o seu peso ao prato mais leve, o que estava desprotegido pelo poder. A realidade dos antagonismos socioeconómicos impossibilitava a assunção do fiel. A reprovação máxima caía sobre as oligarquias económicas, impondo-se a contenção dos seus desmandos. Quando a dinâmica obrigava a tomar lugar nas barricadas do conflito, os republicanos radicais optavam pelo lado mais fraco. Escolhiam o hemisfério da esquerda.

Estar na “extrema esquerda da República” era estar com a República. O regime só era criticado por ficar aquém das realizações que prometera⁴⁸⁸. O problema essencial estava na contradição do liberalismo económico com o liberalismo político. O igualitarismo não figurava no discurso seareiro, e as liberdades políticas individuais, conquista e garantes da burguesia republicana, eram inquestionáveis. Mas, segundo os seareiros, era dever do Estado prover aos mais fracos, permitindo o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e o real acesso aos cargos do poder. Porque a democracia jurídica, a que legalmente contemplava a elegibilidade, não era suficiente sem essa garantia – “Quando esta possibilidade se converte na efetiva participação nas funções de governo, entramos em pleno domínio do que se chama: a

⁴⁸⁶ “A crise Nacional”, por Jaime Cortesão, (*Seara Nova*, n.º 2 – 05/XI/21), in *idem*, p. 101.

⁴⁸⁷ *Idem*, p. 100.

⁴⁸⁸ “(...) não pode proceder ainda como se a sociedade atual fosse a realização suprema da justiça; como se uma maior justiça social não fosse possível nem desejável; como se o socialismo não representasse uma promessa de realização dessa justiça.”, “Apresentação” (*Seara Nova*, n.º 1 – 15/X/21), in *idem*, p. 95.

democracia política.”⁴⁸⁹. Coarctar as liberdades económicas do capitalismo era uma necessidade para o desenvolvimento pleno da cidadania. A este nível, os paralelos com a doutrina da Esquerda Democrática são evidentes. Aliás, a medida socializante de ambas era limitada por um factor comum, a concepção moralizante da ideia de justiça: “A uma concepção moralizante da questão social correspondia, pois, uma concepção moderada de socialismo.”⁴⁹⁰. A esquerda republicana defendia - usando uma expressão de António Amaro - um “socialismo corretivo”.

O diagnóstico de crise e as soluções seareiras: a disputa da ideia nacionalista.

Como vimos, um dos alvos da crítica seareira foram as correntes ideológicas autoritárias antiliberais, representadas em Portugal pelo Integralismo Lusitano e pela Cruzada Nacional Nun’ Álvares. Ambos podem ser interpretados como equivalentes, à direita, dos seareiros e valerá a pena desenvolver alguns pontos de intercepção entre uns e outros, desde logo, no diagnóstico de crise.

Apesar do universalismo sempre afirmado pelos seareiros, a crise de mentalidades tinha uma particularidade importante, era portuguesa. Conforme apontou Villaverde Cabral, essa noção inverificável⁴⁹¹, obcecou a maioria dos membros da *Seara Nova*. Nos textos de Jaime Cortesão encontramos uma tentativa de fixação da especificidade lusa da patologia, recorrendo-se ao historicismo para a explicar – o parasitismo, o egoísmo, remontavam ao abandono “(...) do esforço produtivo pelos ganhos fáceis da conquista”⁴⁹², desde a época de D. Manuel I⁴⁹³. Com

⁴⁸⁹ “Princípios fundamentais de uma democracia organizada”, por Mário de Castro, (*Seara Nova*, n.º 45 e 46 – V/25), in *idem*, 246.

⁴⁹⁰ CARDIA, 1990, p. 48.

⁴⁹¹ “The obsession of most of the group with the highly unverifiable notion of “Portuguese mentality” also accounts for the lack of empirical studies in *Seara Nova*.”, CABRAL, 1988, p. 187.

⁴⁹² “A crise nacional”, por Jaime Cortesão (*Seara Nova*, n.º 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 102.

⁴⁹³ Outros seareiros (Ezequiel de Campos e António Sérgio, em especial) alinharam no diagnóstico decadentista de Antero de Quental e Oliveira Martins, segundo o qual comércio colonial, porque propiciador da perpetuação do mercantilismo, permitiu atalhar as dificuldades de exploração da metrópole, contribuindo para o subdesenvolvimento do pensamento industrioso, da prática do risco, da iniciativa privada modernizadora: “As sucessivas vitórias da «política de transporte» sobre a «política de fixação», que, na interpretação de António Sérgio, se sucedem ao longo da história portuguesa, retomam a ideia central do ensaio de Antero, ou seja a explicação da decadência da estrutura produtiva pela desmesurada expansão do comércio colonial.”, in PEREIRA, 1979, p. 54.

frequência, a expressão “crise de mentalidade” surge equivalente ou proximamente associada à de “crise de nacionalidade”. No mesmo texto citado, Cortesão faz essa sobreposição:

“O antigo Portugal, sadio e forte, voltou-se num corpo de pigmeu, com uma cabeça imensa e desvairada. Ao fim caiu em puro autofagismo; devora-se a si próprio. (...) Esta a velha crise da nacionalidade, que os últimos anos de constitucionalismo e de República levaram quase ao desespero.”⁴⁹⁴.

A noção de “mentalidade portuguesa” pressupunha unidade moral, constituindo por si um discurso nacionalista, e um salto além do patriotismo cívico republicano. Mesmo em Proença, nas investidas contra os nacionalismos, verificamos o mesmo tipo de ambiguidade: “De maneira que o manifesto da Cruzada não vem no fundo responder a esta pergunta; O que devemos fazer para salvar a nacionalidade? Mas a esta precisamente: Perante as dificuldades tremendas da situação, qual deve ser o espírito e a atitude da elite portuguesa para a nação ir irremediavelmente ao fundo?”⁴⁹⁵. E ainda nesta passagem:

“Não lhe basta em geral [ao nacionalismo] a simples existência histórica da nação, a continuidade duma vida social sobre o mesmo território, sob o domínio do mesmo poder central, com um povo falando a mesma língua, e por meio desse instrumento tendo criado uma literatura nacional. Não lhe basta ainda o elo tradicional duma grande missão histórica da nacionalidade representada ou pelos seus políticos, ou pelos seus escritores, ou pelos seus heróis (...)”⁴⁹⁶.

Detenhamo-nos neste parágrafo de Proença. Não nos parece despidendo de significado o facto de o autor apresentar uma definição da identidade nacional baseado nos elementos da existência histórica, da delimitação territorial, da submissão

⁴⁹⁴ “A crise nacional”, por Jaime Cortesão (*Seara Nova*, nº 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 102.

⁴⁹⁵ “O manifesto da Cruzada Nun’ Álvares”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 4, 5/XII/21, p. 108.

⁴⁹⁶ “Acerca do Integralismo Lusitano. (II) As condições íntimas do nacionalismo integralista”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 6, 14/I/22, p. 149.

ao poder central, da língua comum, e da cultura literária, como se estes fossem para si os critérios objectivos daquele conceito. No entanto, ele acrescenta os critérios subjetivos da tradição e missão histórica, como que em suplemento, escolhendo assim o campo de batalha para os seus combates. Por isso, verificamos haver um esforço para apontar o carácter subjetivo – ideal, nas palavras do próprio – da interpretação integralista da tradição, consubstanciado no debate entre a política da ideia (seareira) e a política do facto (integralista)⁴⁹⁷. Se se torna evidente que toda a doutrina tradicionalista faz uma escolha –

“Formulado por homens e para homens, também os factos pretendem por ele ser justificados como legítimos e razoáveis. (...) Contradizendo-se os factos tradicionais uns aos outros, como acontece evidentemente na realidade histórica, o integralismo era obrigado a escolher entre as diferentes tradições, e a intervir portanto na crítica delas como um elemento de apreciação estranho às considerações tradicionais.”⁴⁹⁸

– menos claro fica porque é que a escolha da *Seara* é mais legítima que a dos seus opositores – “Entre duas tradições qual escolher? A mais antiga? Mas porque não a mais moderna se ela durou, e corresponde melhor às realidades atuais? Forçoso é, pois, orientar a nossa escolha por juízos de apreciação.”⁴⁹⁹. Ora, a justificação é da mesma natureza. Para Proença, ser internacionalista, o contrário de nacionalista, era respeitar a tradição lusa:

“Mais ainda: se há país em que o internacionalismo constitua o próprio veio das mais altas tradições nacionais, esse país é precisamente o nosso. (...) O nacionalismo português desconhece, pois, com os verdadeiros interesses da nacionalidade, que apenas se coadunam com um estado de paz internacional, as mais belas e gloriosas tradições nacionais, que foram sempre cosmopolitas. Seremos internacionalistas

⁴⁹⁷ Para a polémica travada entre António Sérgio e os integralistas sobre esta questão, ver FERREIRA, 1983.

⁴⁹⁸ “Acerca do Integralismo Lusitano. (III) Política das ideias e política do facto”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 7, 1/II/22, pp. 178-179.

⁴⁹⁹ “Acerca do Integralismo Lusitano. (III) Política das ideias e política do facto”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 7, 1/II/22, p. 179.

constitui, pois, para nós, e por tudo, a única maneira de guardarmos para com o espírito da nossa pátria uma inteira fidelidade.”⁵⁰⁰.

Inversamente, o seareiro procurou evidenciar o carácter internacional do nacionalismo, sobretudo através das equivalências entre a doutrina integralista francesa de Maurras e a portuguesa, mas ao fazer a denúncia do internacional-nacionalismo⁵⁰¹, deixou por resolver o seu nacional-internacionalismo, ou antes, procurou fazê-lo acrescentando ao nacionalismo dos seus opositores um adjetivo talvez esperançosamente desmistificador, “agressivo”. Agressivo significava instigador de animosidade entre nações⁵⁰², por oposição a pacifista, que significava promotor do enriquecimento do património humano universal⁵⁰³.

Proença acabava por minar o caminho por si aberto, ou seja, chamando a atenção para a subjetividade do tratamento da história enquanto factor legitimador da ideologia, anulava de seguida a possibilidade desse tipo de saber constituir um campo esclarecedor de alternativas de ação, na medida em que congelava de imediato o sentido da história portuguesa, reduzindo-o à univocidade. Existia, afinal, uma tradição verdadeira, a do cosmopolitismo. Mas verdadeira porquê? Somos levados a percorrer a demonstração do seareiro, anteriormente citada, chegando ao ponto onde concluía que a construção da tradição depende de juízos de apreciação. Em última análise, a vitória do juízo progressista sobre o juízo conservador era devida à sua qualidade moral. A ideia seareira era mais justa porque mais generosa e desinteressada.

⁵⁰⁰ “Acerca do Integralismo Lusitano. (VI) Nacionalismo e internacionalismo”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 15, 1/VII/22, pp. 41-42.

⁵⁰¹ “Como mostraremos em um dos artigos consagrados a esta doutrina, não há uma só ideia integralista que não tenha pago na Alfândega direitos de importação. Trata-se, pois, dum movimento mais largo que um simples movimento nacional: é contra as hostes todas da Reação, contra a *politique du fait*, que nós temos de nos bater.”, “Acerca do Integralismo Lusitano. (I) O que é o Integralismo Lusitano”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 5, 24/XII/21, p. 133.

⁵⁰² “O seu esforço irá, pois, neste ponto, para combater todas as formas de nacionalismo, essas doutrinas anti-humanas que pretendem erguer em volta de cada país um círculo espesso de muralhas da China. Ela crê necessário que se forme, acima das Pátrias eternas, uma consciência internacional capaz de resistir energicamente a novas tentativas militaristas.”, “Apresentação” (*Seara Nova*, nº 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 96.

⁵⁰³ “Assim, quando pensamos na glória de uma nação, não invocamos as suas batalhas e os seus guerreiros, mas invariavelmente pensamos nos nomes dos grandes poetas, dos grandes sábios, dos grandes inventores, de aqueles que contribuíram para aumentar o património do mundo em ciência e beleza.”, “Acerca do Integralismo Lusitano. (VI) Nacionalismo e internacionalismo”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 15, 1/VII/22, p. 41.

Em um ponto deparamo-nos com o conservadorismo seareiro, o seu elitismo. O projeto de ressurgimento da mentalidade portuguesa, envolvendo a ambição de fomento de uma ampla opinião pública de apoio a um programa reformista de tendência socializante, seria liderado por uma elite “esclarecida”:

“ – finalmente, continuamos a desejar a organização e predomínio duma elite generosa, inteligente e sabedora; (...) e a não crer na eficácia de uma obra de governo que não seja a execução de um plano sistemático, com ideias concretas de administração, e previamente propagado num contacto imediato com a opinião pública.”⁵⁰⁴.

Podemos ler aqui uma relação mal resolvida entre a crítica implícita do distanciamento do poder face à população e a incapacidade de conceber um público reivindicativo sem a intermediação das elites. Distanciamento tanto mais premente que se considerava o poder cativo dos “(...) interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas”⁵⁰⁵. Mas na realidade, esta crítica não era claramente formulada, ou antes, não chegava a constituir um enunciado que chamasse a si a problemática da participação política dos cidadãos, talvez por isso os seareiros se tenham absterido de considerar a questão do alargamento do sufrágio. É claro, o idealismo do grupo e a sua aposta na educação explicam este impasse, se o motor da mudança era a mentalidade, repensar as instituições era secundário. Parece-nos, no entanto, ser útil apontar que o conceito de colectividade era diluído, uma vez mais, por termos próximos do nacionalismo, encobrindo-se a sua explicitação:

“Não pretende, como grupo, a governança da Nação, mas sim transformar de tal maneira a mentalidade da elite portuguesa e do próprio povo que obrigue os políticos a seguir uma verdadeira política nacional.”⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ “Seara Nova” (*Seara Nova*, nº 22 – IV/23), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 123.

⁵⁰⁵ “Apresentação” (*Seara Nova*, nº 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 90.

⁵⁰⁶ “A todos os portugueses desinteressados e de puras intenções” (*Seara Nova*, nº 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 98.

“(…) quer chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie.”⁵⁰⁷.

Não só o termo “povo” e a expressão “opinião nacional” se sobrepõem, como as próprias especificidades do programa defendido, isto é, a sua tendência socializante, traziam a chancela do nacionalismo, pois correspondiam à “verdadeira política nacional”.

Parte da coerência seareira pode ser encontrada no “idealismo revolucionário” do grupo. Como vimos, a alteração drástica das relações de produção era tida como mera poeira sem densidade histórica para subsistir, sem a revolução disciplinada e, porventura lenta, das consciências⁵⁰⁸. O “triunfo do socialismo” adviria das relações da inteligência, do prolongamento material dos sentimentos de justiça dos membros da sociedade. Podemos daqui inferir a desconfiança dos movimentos colectivos, sendo certa a discordância dos seareiros relativamente às correntes operárias agregadas sob o sindicalismo-revolucionário e aos métodos da ditadura do proletariado.

Procurámos evidenciar os traços nacionalistas no pensamento da *Seara Nova*, sublinhando a relação entre a vacuidade de alguns dos seus conceitos, precisamente, derivada dessa cumplicidade. Esta constatação não significa o entrosamento com as correntes reacionárias, reivindicadoras da cultura contrarrevolucionária do séc. XIX, embora tenha gerado parcerias pontuais com elementos conservadores (*Homens Livres*, por exemplo). Compreendemos a leitura inerente ao termo “cumplicidades” utilizado para caracterizar as imprecisões seareiras, a de uma convergência com o nacionalismo da direita. De facto, conforme refere Villaverde Cabral, existia uma partilha filosófica: “In conclusion, it seems fair to argue that the views reached by the group in the early twenties concerning Portugal’s decadência and the means of overcoming it were deeply rooted in sentiments which were also shared by the

⁵⁰⁷ “Apresentação” (*Seara Nova*, nº 1 – 15/X/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 93.

⁵⁰⁸ “Sem a colaboração do tempo não há obras perfeitas. Uma concentração de tropas na Rotunda pode dar quando muito uma mudança de cenário político. Mas a resolução profunda das ideias e processos, a que nós aspiramos, demanda a lenta fecundação das almas.”, “A crise nacional”, por Jaime Cortesão (*Seara Nova*, nº 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 106.

Integralistas and most of the far Right.”⁵⁰⁹. Não obstante, defenderemos no ponto seguinte as diferenças de conteúdo, mantendo em perspectiva o papel daquelas cumplicidades, não em termos de pontos de contacto com a direita, mas sim na forma como condicionaram as estratégias de ação seareira. À esquerda e à direita, a ideia nacionalista era útil pelo seu potencial afectivo e agregador, era um dispositivo legitimador que podia ser ativado pelos dois campos na disputa pela hegemonia das ideias.

Combates doutrinários pela democracia.

Os seareiros colocavam como meta dos seus propósitos “Fazer evoluir os fins da Democracia, tornando-a mais justa, e organizar os seus métodos tornando-a mais eficiente (...)”⁵¹⁰.

Como tivemos oportunidade de referir, anteriormente, a ideia de democracia defendida, não só nas páginas da *Seara Nova*, mas pela esquerda republicana, relacionava-se com um projeto de sociedade futura, tendo por bússola a justiça social. Não era um mero sistema neutral, atemporal, de relacionamento entre os elementos da sociedade, era, ao invés, o meio através do qual o devir socialista melhor se concretizaria. Desta forma, a democracia defendida, enquanto conceito político, condensava fins e meios, um credo escatológico e uma prática secular. Um credo escatológico inscrito no sentido da história, que a vitória dos aliados e os efeitos sociais da guerra pareciam confirmar: “A totalidade da história intensificou e esclareceu nos campos de batalha o sentido profundo. Há três ou quatro anos que a Europa está em revolução lenta. Na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na França, na Roménia o regime de propriedade sofre dia a dia alterações profundas.”⁵¹¹. Reforçando esta convicção, encontramos uma crença constante a acompanhar os combates seareiros pela democracia, a da irreversibilidade das conquistas políticas da modernidade, dada a dependência íntima estabelecida com a ideia evolucionista de progresso: “A Liberdade é uma conquista definitiva do Homem. Pode-se conceber tão

⁵⁰⁹ CABRAL, 1988, p. 193.

⁵¹⁰ “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 77, 6/III/26), in CARDIA, 1970, vol. II, p. 147.

⁵¹¹ “A crise nacional”, por Jaime Cortesão (*Seara Nova*, nº 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 103.

pouco uma sociedade moderna sem liberdade de espírito como sem eletricidade – que é apenas um pouco mais recente.”⁵¹². A democracia inscrevia-se na narrativa da evolução do Espírito, acompanhava a urbanização, a industrialização moderna, o telégrafo, os aeroplanos, os barcos a vapor, os caminhos-de-ferro, os centros de invenção e as vias do universalismo que superavam fronteiras territoriais⁵¹³. Ao nível da prática secular confundia-se com a própria república, regime da vontade popular baseado na escolha dos representantes pelo sufrágio⁵¹⁴ e na fiscalização do poder através da opinião pública⁵¹⁵. Desta forma, quando em 1921 a *Seara Nova* começou a sua luta havia algo por concretizar, a república democrática: “Não se lembraram, porém, senhores, que a democracia não foi desmentida porque não foi realizada mas ao contrário miseravelmente falsificada, e que é realizá-la, hoje, como ontem, o que nós outros pretendemos”⁵¹⁶.

As investidas seareiras seguiram dois rumos paralelos, um defensivo - guardar as liberdades conquistadas contra a reação -, outro prospectivo – construir, plenamente, o edifício democrático. Podemos recorrer aos textos de Proença dedicados ao Integralismo Lusitano para apreender a intercepção daqueles dois desígnios.

Com frequência, a polémica entre seareiros e integralistas ou cruzadistas rondava o confronto entre a política do facto e a política da ideia. Contrariamente à política do facto - elemento “natural” ou “tradicional” - legitimadora da conservação da ordem social conhecida, porque inelutável, os seareiros defendiam ser a atividade humana em sociedade constituída por atos de resistência ao facto, e ser tanto guiada

⁵¹² “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 77, 6/III/26), in CARDIA, 1970, vol. II, p. 146.

⁵¹³ “Acerca do Integralismo Lusitano. (III) Política das ideias e política do facto”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 7, 1/II/22, p. 180.

⁵¹⁴ “O ato pelo qual se subestabelece a autoridade no representante é o que se chama – o voto. E como o representante é indispensável à constituição e funcionamento do governo, indispensável é igualmente o ato pelo qual ele se estabelece, ou seja o voto.”, “Princípios fundamentais duma democracia organizada”, por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in CARDIA, 1970, vol. II, p. 203.

⁵¹⁵ “O regime republicano é essencialmente um *regime de opinião* (...). Ora essa opinião, que não existe em Portugal, ou se existe dorme o sono hipnótico de que só aparentemente conseguiu arrancá-la a vinda da República – essa opinião republicana, fiscalizadora e orientadora do governo, tem de ser criada!”, “Discurso de José Rodrigues Miguéis” (*Seara Nova*, nº 57 – 24/X/25), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 139.

⁵¹⁶ “Em frente das doutrinas reacionárias”, por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 86 – 6/V/26, nº 88 – 20/V/26 e nº 89 – 27/V/26), in CARDIA, 1970, vol. II, p. 209.

pela esperança do progresso como geradora dele⁵¹⁷. Em vez de uma vida condicionada pelo “ser”, julgava-se existir uma vida constantemente impulsionada pelo “dever ser”. A questão das desigualdades sociais vinha enleada neste debate.

Respondendo à naturalização das desigualdades entre os homens (“Ao lavrador basta-lhe olhar em volta para ver a mentira do princípio da igualdade; na multiforme natureza ele está habituado a ver variedade e diferença; nunca viu duas folhas, duas plantas, dois animais que fossem iguais.”⁵¹⁸) Proença precisava não ser a igualdade psicológica um pressuposto democrático, mas sim a igualdade de condições, no sentido da eliminação das “(...) desigualdades exteriores e fictícias, baseadas nos acasos da herança e da fortuna (...)”⁵¹⁹. Por consequência, não bastava à democracia a declaração da igualdade ao nível jurídico, isto é, a igualdade de direitos cívicos, sem uma efetiva intervenção do Estado na garantia das possibilidades de acesso ao poder, e isso, implicava prover material e culturalmente aos deserdados do privilégio pré-democrático. Analogamente, Mário de Castro distinguia a democracia jurídica⁵²⁰, da democracia política,

“(...) pois essa possibilidade que a democracia jurídica garante a todos de aspirar ao exercício das funções de governo não seria, evidentemente, real e efetiva, antes mero platonismo de doutrinas se o Estado não facultasse aos que nada possuem os meios indispensáveis para que possam desenvolver a sua vocação individual.”⁵²¹.

⁵¹⁷ “Uma coisa são os factos, outra a maneira como nos devemos comportar em relação a eles: a grande parte da nossa atividade consciente e voluntária se emprega em reagir contra os factos, tanto ou mais que em obedecer-lhes. Pela nossa parte, cremos que todo o homem tem o dever de lutar contra as sobrevivências estéreis e o fardo inútil do passado (...) e é-se homem na medida em que se arvora a «declaração dos direitos» dos vivos contra os mortos – isto é, o direito que tem a vida de hoje de ser alguma coisa de mais belo, de mais humano e de mais nobre que a vida dos antepassados. E crer nisto, querer isto, é querer e crer no progresso.”, “Acerca do Integralismo Lusitano. (V) O progresso e as doutrinas científicas”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 11, 1/IV/22, p. 281.

⁵¹⁸ REBELO, Pequito, *Cartilha do Lavrador*, Ferrin, Lisboa, 1921, p. 9.

⁵¹⁹ “Acerca do Integralismo Lusitano. (IV) Liberdade e igualdade”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 9 – 1/III/22), in CARDIA, 1970, vol. II, pp. 127-128.

⁵²⁰ “A democracia jurídica consiste na possibilidade geral, na possibilidade que têm todos os membros de uma Nação de, independentemente de quaisquer princípios, exercer as funções do governo; e quando digo «independentemente de quaisquer princípios», refiro-me inclusivamente aos próprios princípios da riqueza (...)”, “Princípios fundamentais duma democracia organizada”, por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in CARDIA, 1970, vol. II, pp. 198-199.

⁵²¹ “Princípios fundamentais duma democracia organizada”, por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in CARDIA, 1970, vol. II, p.199.

Da mesma forma, a liberdade individual ficava comprometida sem o empenho público para a supressão das injustiças. As liberdades de trabalho, de voto, de instrução eram vilipendiadas pelas desigualdades de condição social e de nascimento:

“É uma irrisão dizer-se aos deserdados da fortuna que são livres quando se lhes dá apenas a liberdade de morrer de fome; que têm absoluta liberdade de voto, quando de facto estão subordinados aos *beati possidentes*; que têm o direito da instrução, quando as vantagens do ensino só podem ser desfrutadas pelos ricos.”⁵²².

Igualdade e liberdade eram um par inextrincável para a ética democrática seareira, constituíam uma condição recíproca. No entanto, o ideário destes críticos da situação e da reação não contemplava o igualitarismo. Desde logo, em coerência com o seu elitismo, consideravam ser o sistema democrático por si defendido o meio mais adequado à seleção de valores, reivindicando-se essencialmente aristocratas. Em Mário de Castro, a aristocracia democrática, aquela que revelava competência, surgia por critério racional. Em Proença surpreendemos nova ambiguidade, pois na procura de desconstrução dos argumentos integralistas, apontava como destino da igualdade democrática “(...) uma verdadeira aristocracia natural.”⁵²³. À sua maneira, Proença naturalizava o elitismo, admitindo que a excelência era inata.

Antes de avançarmos para a definição da articulação política das elites com a população, sendo desde já clara a delimitação dos dois grupos como entidades sociais distintas – distinguidas pela competência ou ausência de competência, e por funções próprias -, propomo-nos evidenciar o que havia de radical no pensamento seareiro, advindo da sua ideia de democracia, ou, mais concretamente, do seu programa de democratização da república. É aliás a este respeito que a *Seara Nova* deve ser lida além das suas especificidades filosóficas. A análise deve alargar-se ao contexto coevo, evidenciando, por um lado, uma mundivisão partilhada pela esquerda republicana, e por outro, as pressões sociais estimulantes do processo de reformulação da política em sentido lato. Analisemos, portanto, as implicações práticas da noção de

⁵²² “Acerca do Integralismo Lusitano. (IV) Liberdade e igualdade”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 9 – 1/III/22), in CARDIA, 1970, vol. II, 01-03-1922, p. 129.

⁵²³ “Acerca do Integralismo Lusitano. (IV) Liberdade e igualdade”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 9 – 1/III/22), in CARDIA, 1970, vol. II, 01-03-1922, p. 128.

democratização da república, porque é aí que encontramos o carácter radical deste campo.

A percepção de haver uma diferença entre liberdades políticas e liberdade de facto levava à explicitação das contradições entre o liberalismo político e o liberalismo económico. Proença interrogava os seus interlocutores sobre se a liberdade económica constituía um estímulo à iniciativa benéfica, ou se, pelo contrário, não estaria na origem dos malefícios colectivos:

“Basta proclamar a liberdade em todos os ramos da produção para estimular as iniciativas de interesse nacional? Não será, pelo contrário, um excesso de liberdade económica (como nos latifúndios alentejanos) que será uma causa da nossa paralisação económica e da falta de iniciativas de manifesto interesse nacional? E todas as iniciativas deste género serão simples atividades de produção?”⁵²⁴.

Para a esquerda republicana a resposta era afirmativa (o excesso de liberdade económica estava na origem dos malefícios colectivos), levando-a a adoptar o princípio da intervenção positiva do Estado na regulação das atividades económicas, coarctando as liberdades do capital. Esse era o princípio elementar constitutivo do socialismo seareiro:

“Continuaremos a ser republicanos de tendência socialista – quer dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado na regulamentação das atividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção (...)”⁵²⁵.

Em boa medida, a intervenção preconizada era moderada, algo que fica evidente na ausência de um debate profícuo sobre o direito de propriedade, apenas

⁵²⁴ “O manifesto da Cruzada Nun’ Álvares”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 4, 5/XII/921, pp. 108-109.

⁵²⁵ “Seara Nova” (*Seara Nova*, nº 22 – IV/23), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 121.

superficial e implicitamente questionado nas páginas da *Seara Nova*⁵²⁶. Isso não significa, no entanto, que a ideia e a prática defendidas fossem destituídas de conflituosidade. Pelo contrário, tanto o princípio como o precedente socializante foram fortemente combatidos pelas hostes conservadoras, no parlamento e fora dele. Nas obstruções a medidas reformistas nas áreas da tributação, do comércio bancário e cambial, e da terra, áreas onde a intervenção implicava a limitação prática do direito de propriedade fundiária e de capital financeiro, reside a demonstração dos antagonismos socioeconómicos estabelecidos. Ceder às iniciativas de tendência social-democrata da esquerda republicana era ceder à alteração dos pressupostos de acumulação, era, de facto, aceitar a reformulação do papel do Estado em prol de interesses adversos aos das classes possidentes. A condenação não recaía na intervenção estatal por si. Conforme os seareiros denunciaram, o Estado intervinha economicamente como garante do capital:

“(…) verificou também que a vida económica é em grande parte artificial, vivendo por isso as ‘forças vivas’ muito menos das forças próprias que das forças que lhe empresta o Estado, à custa, afinal, de todos nós, porque todos nós somos o Estado; (...) que o Estado aqui é o órgão básico de um parasitismo estrutural, dos interesses mais contrários aos interesses da comunidade.”⁵²⁷.

A censura aos conservadores tinha por objecto a intervenção a favor de um guião social e económico subversivo daquele que existia – fazer do Estado um instrumento de redistribuição da riqueza, impondo responsabilidades sociais à atividade económica privada, e limitando, necessariamente, o direito de propriedade em função do interesse colectivo.

⁵²⁶ Para Villaverde Cabral, a inexistência deste debate revela serem as afirmações socialistas dos seareiros mais uma componente da ambiguidade política do grupo: “However, these socialistic claims only add to the ambiguities of Seara Nova’s political stance. Although many of the social and economic reforms advocated by the group had a progressive content, there is no commitment on the part of the group towards a radical change in the country’s social structure and property distribution”, in CABRAL, 1988, p. 188.

⁵²⁷ “Carta aberta dirigida a Sua Exa. o Presidente da República pelo Grupo Seara Nova” (*Seara Nova*, n.º 27 – X e XI/23), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 279.

Proença denunciou ainda outra forma de instrumentalização do Estado pelos conservadores, a da coerção física da sociedade civil. No âmbito das lutas entre a esquerda e a direita, e das suas clarificações ideológicas e programáticas, o seareiro combateu a alardeada reclamação de ordem pública, pondo a nu o que ela significava em termos de manutenção da situação⁵²⁸ e de terror social⁵²⁹.

A ordem, para os seareiros, residia na livre aceitação do poder (comunidade de obediência) dos governantes sobre os governados⁵³⁰. Esta concepção é oportuna para retomarmos a definição da articulação política das elites com a população. Como vimos, Mário de Castro defendia a plena democratização (jurídica e política) como meio de seleção de talentos governativos, de uma aristocracia do poder racionalmente revelada. Deixava claro que a garantia da possibilidade de participação no governo não coincidia com a efetiva participação, porque a separar ambas havia o critério da competência⁵³¹. Procurava, assim, justificar que o governo de todos para todos, não fosse exercido por todos, e nesta argumentação delimitava duas entidades sociais distintas, as elites e o povo. Consubstanciando esta distinção, vinha uma outra, a da divisão de funções em democracia, entre políticas e técnicas. As funções políticas, do domínio da opinião, cabiam ao povo:

⁵²⁸ Acerca dos propósitos políticos da Cruzada Nun'Álvares, Proença escrevia: "Entre a ordem e a anarquia não há para ela estados intermédios. E a ordem é, evidentemente, a ordem atual, a ordem realizada, o *statu quo*, o sistema de interesses económicos e princípios jurídicos que constituem o fundamento e a trama da sociedade de hoje. Querer atentar contra essa ordem, mesmo em nome duma concepção mais perfeita da ordem social, porque baseada numa maior justiça, é atentarmos criminosamente contra os fundamentos de toda a sociedade realizável, pronunciamo-nos abertamente pela anarquia.", "O manifesto da Cruzada Nun'Álvares", por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 4, 5/XII/21, p. 110.

⁵²⁹ Sobre a ordem no fascismo italiano: "A *Ordem* (...) é essa mentira impudente, esse terrorismo anti-humano, que arregimenta os operários contra vontade nas paradas do *Fascio*, se apodera dos bens dos emigrados, expulsa os padres das suas paróquias, entra violentamente em casa dos liberais para os maltratar, e escolhe justamente, não os meios mais violentos, mas os *mais próprios* (o *açote nas nádegas e o purgante, por exemplo*) para vexar e rebaixar nos outros, com *sadismo moral inexcedível, a dignidade humana*.", "O Fascismo e as suas repercussões em Portugal", por Raul Proença, (*Seara Nova*, nº 77 – 6/III/26), in *CARDIA*, 1970, vol. II, p. 139.

⁵³⁰ Mário de Castro cita Bergson: "Ora o princípio da verdadeira democracia, como muito bem diz Bergson «é a comunidade de obediência, *livremente consentida*, a uma superioridade de inteligência e de virtude».", "Princípios fundamentais duma democracia organizada", por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in *CARDIA*, 1970, vol. II, p. 196.

⁵³¹ "Uma vez que o governo de todos se faz para todos, sem uma fonte de autoridade sobrenatural, não é uma razão de direito que impede o exercício das funções governativas por todos, mas uma razão de competência (...)", "Princípios fundamentais duma democracia organizada", por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in *CARDIA*, 1970, vol. II, p. 200.

“É incompetente o povo para decidir em questões que exigem uma especialização técnica, mas não para aquelas em que se exige apenas bom senso, que, no dizer de Descartes «é a coisa do mundo melhor repartida» (...). Ao povo os atos que têm carácter predominantemente político, e não administrativo, de governo e não de gestão de serviços.”⁵³².

As funções técnicas eram pelouro da competência: “(...) mas já não são competentes para corporizar, para exercer a sua vontade: esse campo, o de como fazer as leis que devam ser a expressão da sua vontade, esse campo é para os técnicos.”⁵³³. A vontade popular, além de expressa pelo voto, era efectivada pela fiscalização dos atos governativos através da opinião pública, mas aqui residia outro problema, o do “esclarecimento” do povo. Embora se concebesse um movimento elementar das bases para o topo do poder, uma vez que a opinião devia exercer pressão sobre a decisão política, este movimento era mitigado pela noção de que os impulsos populares deviam ser moldados pela educação:

“E por isso a solução [para a má paixão e cegueira do povo] não está em suprimir os impulsos do povo, obra inteiramente vã aliás: mas em esclarecer, em orientar, em canalizar para o bem e para a verdade a opinião do povo. Chegamos assim a uma função essencial de democracia: a função educativa das elites.”⁵³⁴.

Portanto, antes de a vontade popular orientar a decisão política, as elites orientavam a vontade popular. Somos confrontados, de novo, com ambiguidades evidentes, cujo esclarecimento é remetido a todo o momento para o reino vago da “verdade” e do “bem”, vago e contraditório por ser em si apolítico. Todo o edifício filosófico seareiro assentava sobre o pressuposto da racionalidade (o “bom senso”) dos agentes sociais, ignorando o que havia de antagónico nas dinâmicas socioeconómicas: “Não se vislumbra a dinâmica social que conduz à concentração, às falências, à pauperização; (...) não se vai ao ponto de aceitar, muito menos de fazer

⁵³² “Princípios fundamentais duma democracia organizada”, por Mário de Castro (*Seara Nova*, nº 45 e 46 – V/25), in CARDIA, 1970, vol. II, p. 201.

⁵³³ *Idem, ibidem.*

⁵³⁴ *Idem, ibidem.*

germinar, a ideia de que a racionalização global passe pelo embate dos grupos antagónicos, pela luta de classes.”⁵³⁵.

Procurando aliar os combates doutrinários pela democracia ao contexto social coevo, julgamos ser altura de relembrar os nossos pressupostos de análise. Primeiro, o desequilíbrio socioeconómico constituía a base da questão política no pós-guerra, isto é, a gravidade do hiato entre as classes enriquecidas pelo ciclo inflacionista e as práticas de especulação, e as camadas assalariadas ou dependentes de rendimentos fixos, sofredoras de uma erosão acelerada das condições de vida, ditou a urgência de aplicar medidas corretivas. Por isso, o socialismo seareiro tinha uma motivação concreta, enquadrada no seu modo filosófico próprio, procurava constituir uma opinião pública de apoio ao programa reformista da esquerda. Segundo, as pressões sociais e o elevado nível de contestação operária (1919 a 1921) e popular (1924-1926), geraram a necessidade de uma maior adequação da política à sociedade de massas, em termos de resposta às suas exigências e de enquadramento institucional. Este último aspecto parece-nos estar presente na teorização de Mário de Castro relativa ao papel político do “povo”, mas podemos encontrá-lo noutros lugares, como o da reconfiguração partidária. Como vimos, é possível entender a formação dos agrupamentos políticos no pós-guerra mediante essa necessidade, traduzida na ideologização programática, ou seja, num esforço de representação de correntes sociais.

Percorrendo o arco temporal de 1921 a 1926, detectamos um refinamento dos combates seareiros, consentâneo com o processo de polarização política característico do período. A questão partidária é esclarecedora. Em 1921, o grupo firmava a sua posição suprapartidária no artigo “Porque não somos um partido político”⁵³⁶. A tónica geral do texto incidia sobre a inevitabilidade de uma psicologia, moral e deveres próprios do grupo partidário, excludentes e atentatórias da independência crítica, mas o aspecto que pretendemos aqui explicitar é que nesse texto o partido não nos surge nunca como uma instituição ideológica. Ainda que se possa aceitar a psicologia, a moral e os deveres em função de ideias políticas, nada nos indica ser esse o fundamento da concepção partidária dos seareiros. Ademais, o espírito científico e o

⁵³⁵ CARDIA, 1990, p. 47.

⁵³⁶ “Porque não somos um partido político”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, pp. 108-113.

pensamento crítico eram incompatíveis com a partidarização. Avançando para 1925, por ocasião da irradiação dos “canhotos” do PRP, Proença criticava as propostas de rotativismo como solução para a estabilidade governativa, alertando para o perigo de eliminação dos pequenos partidos e para a escassa polarização estabelecida entre o Partido Republicano Nacionalista e o Partido Republicano Português: “Ambos os partidos que neste momento, depois da irradiação dos canhotos, pretendem alternar-se no poder, têm uma feição caracteristicamente conservadora.”⁵³⁷. Carecia-lhes “(...) uma feição doutrinária divergente e oposta (...)”⁵³⁸.

Além da questão partidária, podemos apontar outros elementos que demonstram o compromisso da *Seara Nova* com o campo da esquerda republicana à medida que nos aproximamos do final do período em estudo. No rescaldo das eleições de novembro, David Ferreira louvava o apelo da Esquerda Democrática para a formação do cartel das esquerdas, lamentando o recuo dos socialistas e dos radicais⁵³⁹. Recordemos as sessões de propaganda antifascista que uniram vários sectores da esquerda – seareiros, esquerdistas, socialistas, radicais, anarco-sindicalistas e comunistas⁵⁴⁰ –, bem como os textos de Proença dedicados ao tema. Já o seu elitismo era um obstáculo à articulação continuada. Dando notícia do Congresso da Esquerda Democrática (abril de 1926), Proença escrevia: “Os aderentes do novo partido – mostra-se também – são já numerosos e aguerridos. Pena é que seja ainda tão diminuto o número dos seus homens de elite.”⁵⁴¹.

Julgamos poder concluir esta parte do nosso estudo com duas considerações que concorrem para a compreensão de algumas perplexidades perante as teorias e as estratégias de ação seareiras. Primeiro, subjacente ao seu elitismo de face humanista residia uma percepção conservadora dos agentes históricos e sociais significativos⁵⁴².

⁵³⁷ “O problema capital desta república”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 51, 15/VIII/25, p. 45.

⁵³⁸ *Idem, ibidem*.

⁵³⁹ “A lição das últimas eleições”, por David Ferreira (*Seara Nova*, nº 61 – 21/X/25), in CARDIA, 1970, vol. I, pp. 193-195.

⁵⁴⁰ Ver QUEIRÓS, 2008, p. 135.

⁵⁴¹ “Congresso Esquerdista”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 86 – 6/V/26), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 218.

⁵⁴² Na seguinte passagem, a elite é considerada um organismo do corpo colectivo, ao qual se atribuí a ação diretiva: “Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo, que modificar todas as funções desse corpo. E sobretudo que modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma ação diretiva: numa palavra, que reformar a estrutura espiritual, a forma da

Segundo, a pretensão supraclassista do grupo empurrava-o para o reino das justificações inverificáveis do nacionalismo.

Nos combates seareiros pela democracia é permanente o esforço de demonstração das inverdades das correntes ideológicas reacionárias, de expor o que havia de racional na crítica ao racionalismo, o que havia de ideal na política do facto⁵⁴³. Verificando que os seareiros concluíam tanto pelo historicismo da democracia, como pela naturalização do elitismo, e ainda que o programa socializante por si advogado trazia a chancela do “interesse nacional”, podemos dizer que é constante o esforço por retirar aos nacionalismos da direita a propriedade sobre a legitimação nacionalista, havendo uma troca de posições, colocando-se, afinal, os seareiros no lugar dos verdadeiros nacionalistas. Para melhor frisar esta disputa, atente-se nas seguintes citações, a primeira relativa a Filomeno da Câmara e à Acção Nacional, a segunda sobre a União dos Interesses Económicos, a terceira versando o Partido Republicano Nacionalista:

“(…) [capacidades de comando e organização de Filomeno da Câmara] que desejaríamos ver postas ao serviço duma verdadeira política nacional sem nacionalismos.”⁵⁴⁴.

“*E todavia, ao fundardes a vossa União [dos Interesses Económicos], não fizestes o mea-culpa, não procurastes definir o que é legítimo e o que é ilegítimo nas esferas das atividades económicas (...). Só falastes nos vossos direitos e nos vossos interesses, como se eles se identificassem com os interesses da nação (...)*”⁵⁴⁵.

mentalidade da elite portuguesa, tão certo é que *têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos*.”, “Porque não somos um partido político”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 2 – 5/XI/21), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 109.

⁵⁴³ “Mas isto, que parece o mais extraordinário, é precisamente o mais natural – é o vício comum a todos os nacionalismos que se querem pensar e justificar, e que pretendem afirmar-se com uma consciência toda penetrada do racionalismo moderno, e que não aceitam os factos senão na medida em que se legitimam por ideias, senão na medida em que passam da categoria dos factos brutos, a factos justificados e racionalizados. (...) Também esse pretensos anti-racionalistas pretendem fundar as suas doutrinas nos princípios lógicos da razão (...)”, “Acerca do Integralismo Lusitano. (II) As condições íntimas do nacionalismo integralista”, por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 6, 14/I/22, p. 153.

⁵⁴⁴ “A Seara Nova e a Acção Nacional”, in *Seara Nova*, nº 32, 1/III/24, p. 166.

⁵⁴⁵ “Combates” por Raul Proença, in *Seara Nova*, nº 44, IV/25, p. 149.

“A política nacional a fazer, a política de que o povo sente a necessidade, não a pregaram nunca os nacionalistas [do Partido Republicano Nacionalista].”⁵⁴⁶.

Nas três citações aquele esforço de deslegitimação dos nacionalismos adversários, negando-lhes razões nacionalistas, é evidente. Gostaríamos de chamar a atenção para a segunda, uma vez que nela encontramos uma formulação próxima do problema implicado na apropriação do dispositivo nacionalista no contexto coevo, a sua aliança a interesses de classe. Denunciando o fundo classista da União dos Interesses Económicos, a *Seara* não chegou ao ponto de rever o seu socialismo de matriz moral, ante-classista: “(...) *from the point of view of the group’s overall political stance, ‘Socialism’ was another name for ‘national interest’ and, indeed, for ‘Nationalism’ or, as they would have it, ‘patriotism’.*”⁵⁴⁷.

Aquilo que a *Seara Nova* partilhava com a direita era - além do elitismo e do diagnóstico decadentista - a posição supraclassista, quando a luta de classes determinava a distribuição do espaço político. As forças conservadoras resolveram-na através do organicismo. A *Seara Nova* procurou fazê-lo pelo humanismo universalista. Ambas precisavam, no entanto, da ideia nacionalista, diluente dos conflitos sociais, para se justificarem. Em ambos os campos a população ficava à margem do processo. O “povo” era um instrumento político otimizado pela sua despolitização (de-classificação) nacionalista.

Embora seja de considerar as ambiguidades seareiras, na linha de Villaverde Cabral, no que elas representaram de possibilidade de sincretismo com a frente conservadora, cujos efeitos evidentes se encontram no envolvimento de António Sérgio em os *Homens Livres* (1923), ou na cedência, condicional, de Proença à ditadura, ou ainda a participação de seareiros na *Lusitania* (1924-1927)⁵⁴⁸, julgamos

⁵⁴⁶ “O último movimento revolucionário”, por Raul Proença (*Seara Nova*, nº 44 e 45 - V/25), in CARDIA, 1970, vol. I, p. 173.

⁵⁴⁷ CABRAL, 1989, p. 188.

⁵⁴⁸ Nesta colaboração, como na anterior experiência juntando seareiros e nacionalistas antiliberais, Luís Trindade identifica a mesma vitória da ideia nacionalista inerente à pretensão apolítica do projeto intelectual: “Aquela iniciativa terá dado depois lugar à participação de Sérgio na *Lusitânia*. A organicidade desta elite era, aliás, demonstrada também pelo facto de a edição e gestão da revista estarem entregues a Câmara Reis. O que mudou para que se desse a ruptura com Sérgio? Muito simplesmente, ser-se seareiro ou nacionalista (integralista, neogarrettista, ambos ou outra coisa qualquer) ganhou, entretanto, definição política. Até aí as duas não eram mais do que posições

ser possível sustentar também que o dispositivo nacionalista foi outra expressão da luta entre a esquerda e a direita pela legitimação de mundivisões e programas políticos distintos. Acontece que nos anos 20, quando o campo político se fratura entre esquerda e direita, o nacionalismo era hegemónico e património da direita, ganho através do campo literário, como explica Luís Trindade⁵⁴⁹.

Por fim, talvez a raiz da ideologia seareira - constituindo ela o substrato mais coerente do ideário da esquerda republicana - crescesse de semente infértil. O erro estava na imperfeita percepção do momento histórico vivido: “Não se vislumbra a dinâmica social que conduz à concentração, às falências, à pauperização; (...) não se vai ao ponto de aceitar, muito menos de fazer germinar, a ideia de que a racionalização global passe pelo embate dos grupos antagónicos, pela luta de classes.”⁵⁵⁰. Como ainda explica Sottomayor Cardia a crítica ao crescimento do capitalismo especulativo assentava “(...) em concepção exclusivamente moral, anterior ao conceito de luta de classes (...)”⁵⁵¹. O problema foi exposto pela nova geração de intelectuais que nos anos 30 questionou a eficácia política e cultural da *Seara Nova*, identificando a origem dos seus conceitos teóricos como o elemento de desadequação. O socialismo da geração de 70 não podia ter respostas para os novos problemas da modernidade. A este respeito Rodrigues Miguéis foi acutilante, “(...) onde fica a obra social dos homens da grande geração? Onde estão os sinais da sua passagem, se fecharmos à chave as nossas bibliotecas?”⁵⁵². A cultura da intelectualidade de esquerda acabaria hegemonzada pelo neorrealismo, novo humanismo de matriz marxista de maior atração afectiva⁵⁵³.

literárias, ou culturais, que, enquanto tal, estavam acima de posições político-partidárias propriamente ditas, sendo essa, aliás, a sua legitimidade, como vimos. As coisas mudaram, no entanto, rapidamente. (...) Ficou, entretanto, claro que o senso comum fora já ganho. A *Lusitânia*, enquanto iniciativa apolítica, demonstrava esse êxito político. A literatura nacionalista inscrevera-se definitivamente como hegemonia ideológica.”, in TRINDADE, 2008, pp. 214-215.

⁵⁴⁹ “Naquele momento, os escritores podiam sentir que estavam do lado certo da história porque do lado certo da literatura. *Direita*, como ideologia e sistema de valores anteriores à prática política, surgia assim, não a partir de uma cultura política, mas com base numa cultura literária. Na sua génese estava marcado o apoliticismo e a essencialização que estarão na base das indiscutibilidades salazaristas. Complementarmente, a *esquerda* nascia de fora do país real e essencial e era, à partida, um exterior, uma marginalidade. Ou seja, afastada da expressão da naturalidade nacionalista, ficava relegada para a política, o que, naquele momento, era uma desqualificação fundamental.”, in *idem*, p. 128.

⁵⁵⁰ CARDIA, 1990, p. 47.

⁵⁵¹ *Idem, ibidem*.

⁵⁵² “Sobre os fins e a coragem nos meios de atuar (II)”, in *Seara Nova*, nº 222, 2-X-1930, p. 90.

⁵⁵³ AMARO, 1995, p. 23.

IV. 3. Os movimentos unitários.

Outra expressão da vitalidade histórica do bloco radical foram os movimentos unitários animados por organizações das esquerdas políticas e sociais a seguir tratados. Não se procurará nem a gênese da ideia da “frente única” das esquerdas, nem se lhe marcará uma trajetória, o que significa que houve propostas, debates e iniciativas relativas a este tema antes e depois dos momentos aqui tratados. A análise que se segue isola picos de atividade, momentos agudos durante os quais se pôs em marcha uma tentativa de coligação de forças progressistas, para sondar algumas especificidades destas alianças à esquerda. Tal como no capítulo sobre as formações partidárias, também aqui se identifica o problema dos sujeitos políticos mobilizáveis, cuja definição se faz por antagonismo com um inimigo comum. Se se verifica esta lógica antagónica que possibilita, de facto, a miragem de uma identidade política agregadora de forças à esquerda, ela não anula a competição entre organizações pelo controlo dos enunciados. Isto é, quando a esquerda republicana e o movimento operário organizado concordavam nos nomes das categorias agregadoras, como “explorados” e “exploradores”, não deixavam de lutar pela subordinação dos efeitos conseguidos ao seu projeto de sentidos e práticas particular. Note-se que não estamos a fazer um julgamento de valor, não queremos dizer egoísmo ou oportunismo. Conforme esperamos demonstrar, a principal dificuldade de articulação programática – que nunca ganhou consistência – residia nos termos da divisão do espaço político coevo. A classe social era uma identidade sólida, reconhecida pelos agentes como determinante de interesses socioeconómicos e políticos. Apesar de haver motivações suficientes para aliar o operariado a estratos da pequena burguesia, como o empobrecimento generalizado que a inflação provocava ou a ameaça da perda das liberdades políticas e de associação, nenhum dos grupos existentes conseguiu ultrapassar a limitação imposta pela estranheza da convivência de corpos distintos, de classes distintas. Dito de outro modo, o bloco radical nunca gozou de organicidade.

O capítulo divide-se em quatro partes, respectivamente dedicadas aos movimentos de protesto de início de 1924, durante o governo de Álvaro de Castro, os movimentos de protesto de início de 1925, durante o governo de José Domingues dos Santos, as alianças eleitorais de final desse ano, e as campanhas contra o fascismo e as deportações políticas de 1925 e 1926.

IV.3.1 Os movimentos de protesto de 1924.

Nos primeiros meses de 1924, dois movimentos de protesto decorreram em simultâneo, promovidos com móveis e por entidades diferentes, mas que o contexto de agravamento das condições de vida e a conflituosidade social nos permitem articular como derivações da mesma realidade. Referimo-nos às manifestações contra a carestia de vida, lideradas pelas juntas de freguesia, e às manifestações contra a ditadura, promovidas por uma coligação de forças ditas avançadas, isto é, de grupos e organizações da esquerda política e social.

No dia 25 de janeiro de 1924, os representantes das juntas de freguesia do país (Federação, Conselho Central e Juntas de Freguesia do Norte, e Juntas de Freguesia de Lisboa) entregaram a Álvaro de Castro, no ministério das Finanças, cópias de moções aprovadas nas suas assembleias onde o problema da carestia de vida era abordado, assim como os problemas correlativos da inflação, do jogo e da lei do inquilinato. Esta entrega simboliza o arranque oficial do movimento de protesto contra a carestia de vida, um drama comum a grande parte da população, atingindo todos os que dependiam do salário para subsistir e que eram assolados tanto pela desvalorização dos seus rendimentos e aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, derivados da inflação, como pelas paralelas práticas de açambarcamento e especulação. Que o movimento de protesto tenha sido gerado pelas juntas de freguesia é significativo. As juntas de freguesia podiam receber as queixas populares locais, indistintamente relacionadas com condições laborais específicas, e podiam, por consequência, difundi-las a partir de categorias agregadoras de condições laborais distintas. Dito de outro modo, as juntas de freguesia não estavam comprometidas com a representação de classe e isso permitia-lhes lançar um apelo unificador à mobilização popular⁵⁵⁴.

No dia 1 de fevereiro, na assembleia das juntas de Lisboa, foram apresentadas duas propostas, uma de Nunes Sequeira, outra de Dário Nóvoa. Pela primeira proposta, o Conselho Geral das Juntas de Freguesia de Lisboa ficava encarregue de afixar na cidade cartazes dirigidos à população informando das resoluções tomadas,

⁵⁵⁴ Em fevereiro de 1924, o presidente do Conselho Central das Juntas de Freguesia de Lisboa era Emílio Augusto da Silva Braga, proprietário de uma papelaria. Vd. “A atitude das juntas de freguesia”, in *Diário de Lisboa*, 18 de fevereiro de 1924, p. 5.

assim como de lançar um convite ao povo de Lisboa através da imprensa para a incorporação num cortejo que exigisse providências ao governo. A segunda proposta visava a organização de um movimento nacional de protesto contra a carestia de vida, mas também contra a ditadura, convidando “o povo em geral” a aderir à iniciativa, convidando as associações operárias, comerciais e industriais a apresentarem representações no parlamento, convidando os estabelecimentos a fecharem as portas durante as horas da manifestação e, se possível, a paralisação do trabalho, e encarregando Bartolomeu Severino de redigir o documento representativo das exigências das juntas, devendo o texto ser apreciado em reunião magna na véspera da manifestação prevista. Pelas notícias que se seguem na imprensa da capital e pelo teor do convite feito à população, é de crer que a proposta de Dário Nóvoa foi preterida. No dia 15 de fevereiro os jornais de Lisboa publicaram a nota do Conselho Geral das Juntas, dirigida aos lisboetas e da qual destacamos alguns elementos. O apelo era lançado ao “povo sofredor” e “esmagado”, sendo explícita a ideia de exploração económica subjacente ao sofrimento do povo e os seus inimigos, aqueles que o esmagavam, identificados: eram a alta finança e os “açambarcadores de profissão”. Apesar de estar clara a noção de haver enriquecimento ilícito feito à custa da miséria da maioria da população, interessa-nos sublinhar uma intenção de demarcação da ideia de luta de classes. O povo a quem se apelava era também “laborioso”. Embora a diferença pareça menor, esta entidade – o “povo laborioso” – não coincidia com as “classes trabalhadoras” que eram o sujeito da luta do movimento operário organizado. Diferença que se torna verosimilmente intencional quando na última linha da nota lemos a declaração de ausência de finalidade política da manifestação prevista. No dia 19, foram afixados na cidade os cartazes anunciando a manifestação, marcada para dia 22 de fevereiro, e também aí se incitava o “povo de Lisboa” a defender-se dos “inimigos do povo” que eram a “reação económica”, a “reação financeira” e o açambarcador. O apelo era geral, superior a credos políticos e a classes, unificando-se a causa num sujeito que incluía mas ultrapassava o operário: o consumidor⁵⁵⁵.

⁵⁵⁵ As primeiras ações organizadas em Portugal orientadas para o consumo ocorreram no ano de 1918, culminando com a fracassada greve geral “de todos os consumidores” de novembro desse ano. Joana Dias Pereira sublinha o significado desta iniciativa para as lógicas de mobilização operária “ao distanciar-se do estreito corporativismo que sempre a dominou [a UON]”, (*in* PEREIRA, 2011, p. 114). A mesma autora analisa o desenvolvimento dos repertórios de ação colectiva em perspectiva comparada, abordando esta tipologia de luta. *Vd.* PEREIRA, 2013, pp. 287-298.

Entretanto, a iniciativa era louvada pelo diário operário *A Batalha* como uma “atitude simpática”⁵⁵⁶, reconhecendo-se, com expectativa, a energia combativa das juntas e o seu “aturado trabalho de estudo e propaganda”⁵⁵⁷. Alguma aproximação foi feita, aliás, entre as organizações operárias e as juntas. Na véspera da manifestação contra a carestia de vida, efetuou-se uma sessão de propaganda na sede da CGT, tomando a palavra Dário Nóvoa e Bartolomeu Severino pela junta das Mercês, aqueles que na reunião das juntas protagonizaram a proposta mais radical de um movimento de protesto nacional, com paralisação do trabalho se possível, mas também homens do republicanismo como João Camoesas, Torres Garcia e Júlio Gonçalves, incluindo ainda sindicalistas militantes, como José Jesus Gabriel, Júlio Luís, Mário Domingues e Santos Arranha. A junção de elementos de correntes políticas diferentes testemunha tanto a tentativa de articulação entre elas como as tensões subjacentes.

Seguindo o relato publicado n’*A Batalha* confirma-se o esforço de Dário Nóvoa de articulação do movimento das juntas com a CGT, já que na abertura da sessão este orador justificou o local escolhido devido ao “interesse máximo” que a questão da carestia tinha para o operariado, dizendo ter sido a junta das Mercês a sugerir o uso da sede da Confederação operária para a magna reunião que antecedia e preparava o dia da manifestação. Artur Inácio não deixou passar a oportunidade para lembrar que os oradores republicanos presentes, embora fossem escutados com delicadeza, tinham responsabilidades em atos de repressão sobre o operariado, evidenciando haver diferenças agudas que a cordialidade não podia fazer esquecer. Um desses implicados era João Camoesas, cujo discurso focou aspetos da organização dos consumidores em cooperativas que teriam o duplo benefício de cumprir uma função defensiva e preparar o operariado para a gestão dos seus interesses e, por tanto, para a sociedade futura, confessando-se descrente da revolução social. Júlio Luís, falando pelo Núcleo Sindicalista Revolucionário, propôs que se fizesse um movimento exigindo o salário mínimo para todos os trabalhadores e declarou a sua discordância das teorias reformistas, criticando João Camoesas. Na mesma linha, Mário Domingues negou a utilidade das cooperativas para a

⁵⁵⁶ “Contra a carestia da vida”, in *A Batalha*, 20 de fevereiro de 1924, p. 1.

⁵⁵⁷ “A carestia da vida combatida pelas Juntas de Freguesia”, in *A Batalha*, 21 de fevereiro de 1924, p. 1.

aprendizagem da gestão dos interesses do operariado, que esse conhecimento só seria prático quando toda a propriedade e os meios de produção estivessem nas mãos dos trabalhadores, terminando por aconselhar o povo a incorporar-se na manifestação mais pelos efeitos morais da ação do que pelos efeitos económicos. Santos Arranha secundou Mário Domingues no apelo à participação na iniciativa das juntas e Alberto Monteiro limitou-se a confrontar João Camoesas com as suas incoerências, convidando-o a desvincular-se do PRP. Por fim, Campos Lima rebateu a ideia da utilidade das cooperativas, vendo-as como uma “arma tão fraca” por serem dependentes dos favores do governo para subsistirem. Mais importante, Mário Domingues e Campos Lima estabeleceram pontes entre os dois grandes protestos em marcha, este contra a carestia e o outro contra a ditadura. Enquanto Mário Domingues se afirmava tão veementemente contra a ditadura militar como contra a ditadura económica, Campos Lima dirigia-se aos oficiais do exército, também eles atingidos pela crise socioeconómica, e alertava-os para a instrumentalização de que eram alvo por parte das forças da direita que os iludiam com a ideia de que as suas espadas poderiam pôr na ordem os exploradores.

No mesmo dia, na mesma hora, outra sessão análoga tomou lugar na sede da Junta de Freguesia do Castelo e nela falaram Sá Pereira, Tavares de Carvalho, Emídio Braga, João Pedro dos Santos e Carlos Agostinho Maia. Não temos notícias sobre o curso desta reunião, mas julgamos que a convocatória é suficiente para suspeitarmos da falta de unidade no seio do movimento das juntas. Um dos dados da divergência parece ter sido, precisamente, a insistência por parte dos indivíduos mais ligados ao movimento operário no diagnóstico socialista, na existência de um problema estrutural na crise coeva, sendo insuficientes as condenações dos excessos dos açambarcadores. De facto, é entre os indivíduos mais afetos a esta ideia que encontramos o maior esforço de confluência das manifestações contra a carestia da vida e contra a ditadura, como duas frentes da mesma luta. Exemplo disso é o comunicado do Comité dos Revolucionários Sociais, formado a 13 de fevereiro especialmente para a tarefa do combate à ditadura:

“Convida-se o povo trabalhador, sem distinção de tendências sociais e revolucionárias a tomar parte na manifestação de protesto que se realizará amanhã, pelas 16 horas na Praça do Comércio, contra a carestia da vida, de que são principais

responsáveis os defensores duma ditadura militar. É necessário que o povo se manifeste contra todas as agressões, não só contra a agressão política como contra a agressão económica. Precisamente para manter o domínio económico da burguesia é que se trabalha na sombra para instituir uma ditadura política. Que o povo trabalhador manifeste pois bem claramente a sua repulsa contra os manejos dos seus inimigos.”⁵⁵⁸.

Se a impetuosidade dos comunicados oficiais do Concelho Central das Juntas de Freguesia era semelhante, a mira era distinta. Num manifesto distribuído clarificava-se não quererem as juntas apoiar qualquer governo ou partido, mas apenas a aplicação das suas propostas, declarando-se haver retaguarda para quem levasse as medidas preconizadas a efeito. Esta declaração era um sinal inequívoco para Álvaro de Castro que dias antes tinha promulgado os decretos financeiros que atingiam o Banco de Portugal e os cambistas. Concretamente, pedia-se o tipo único de pão, a aprovação da lei do inquilinato de Catanho de Menezes, medidas severas de punição dos açambarcadores e “falsos negociantes de cambiais”, e de forma vaga medidas eficazes de administração do país. No dia da manifestação, recomendava-se cordura e respeito pela lei durante o cortejo, culpando-se os “maus portugueses” pelo agravamento da situação económica e financeira.

Proporciona-se fazer um balanço comparativo de dois enunciados políticos latamente promovidos neste período e que apesar de concorrentes não obstavam a uma sobreposição. As forças conservadoras, dentro e fora do parlamento, batalhavam pela normalização e dignificação da função económica da especulação, como mecanismo salutar, propulsor da economia. Sustentavam o argumento da falta de confiança como elemento perturbador do bom funcionamento da sociedade, responsabilizando os homens de Estado que, como Álvaro de Castro, investiam sobre o capital. O argumento da confiança procurava a seguinte equivalência: o inimigo do capital era inimigo da sociedade. Apesar deste esforço, havia outra figura que granjeava maior consenso popular, precisamente, a do “açambarcador de profissão”. A maioria dos veículos de opinião parecia mais lesta a condenar moralmente o especulador. No entanto, como é confirmado pelos apelos das juntas de freguesia, este inimigo era destituído de lugar de classe e isso permitia um ponto de contacto com a

⁵⁵⁸ “Ao povo trabalhador”, in *A Batalha*, 21 de fevereiro de 1924, p. 1.

argumentação conservadora – era possível condenar um comportamento excessivo individual, uma falta moral, sem pôr em causa as estruturas e os mecanismos que o proporcionavam.

O número de manifestantes que responderam ao apelo das juntas não foi consensual. O jornal *O Século* referiu dezenas de milhares, cerca de 20000 no momento da entrega da representação das juntas a Álvaro de Castro, enquanto *A Batalha* apontou para 150000. Independentemente da disparidade dos números indicados, os órgãos da imprensa de grande tiragem foram unânimes na avaliação da dimensão extraordinária do cortejo. O documento entregue no ministério das Finanças integrava, a par das juntas de Lisboa, as do Porto, Coimbra, Setúbal e Covilhã⁵⁵⁹, havendo ainda representantes de congéneres de outros pontos do país. Nos primeiros parágrafos da exposição, escusando-se os autores a explicar as dificuldades derivadas da crise por serem conhecidas, dizia-se que bastava afirmar “que o limite da capacidade de resistência à brutal e impiedosa opressão económica” tinha sido atingido, que a vastidão daqueles que eram sujeitos à penúria acarretava um perigo de desagregação social. Exigia-se, então, “um menos duro pão” e essa exigência fazia-se assente na convicção de haver beneficiários da carência geral, acentuando-se que “a todos cabendo o cooperar no ressurgimento comum, a todos também cabe fazê-lo relativamente aos bens adquiridos e, sobretudo, essa obrigação impende a quantos tornaram a universal carência em campo para acumular descompassadas riquezas”⁵⁶⁰. Concretizando aquilo que já tinha sido avançado em comunicações anteriores, pedia-se a “moralização da administração pública”, mas agora dando um indicativo político mais específico, “sem esquecer o ingresso nos cofres do Estado das quantiosas somas devidas pelos potentados da finança e os detentores de monopólios”. Pedia-se a aprovação das alterações à lei do inquilinato, para assegurar a estabilidade da habitação, e o tipo único de pão, por ser, alegadamente, de mais fácil fiscalização. Sugeria-se ainda que o regime do comissariado dos abastecimentos fosse melhorado, dando-lhe maiores e mais eficazes atribuições para a regulação dos preços, submetendo os estabelecimentos comerciais ao comissariado e introduzindo neste representantes dos consumidores como legítimos fiscalizadores dos seus próprios

⁵⁵⁹ “Uma grande manifestação”, in *Diário de Lisboa*, 22 de fevereiro de 1924, p. 8.

⁵⁶⁰ “Contra a carestia da vida”, in *O Século*, 23 de fevereiro de 1924, p. 1.

interesses. Na presença de Álvaro de Castro, voltou-se a declarar ausência de finalidade política, oferecendo, no entanto, apoio ao governo se estas medidas fossem concretizadas. Ao chefe do executivo tal demonstração era favorável, podia surgir como uma ratificação popular do seu programa governativo, e assim, prometeu continuar o caminho da regeneração económica, terminando a dar vivas ao povo de Lisboa das janelas do ministério.

Após a entrega das moções e propostas das juntas no ministério das Finanças, o cortejo seguiu para o parlamento, onde os delegados depositaram os mesmos documentos à guarda dos presidentes das duas câmaras. De imediato houve reações na sala dos deputados que nos permitem, de novo, entrever a polarização política em curso, no sentido de uma clarificação programática separando conservadores e radicais. Carvalho da Silva aproveitou a oportunidade para reiterar a visão conservadora de que o problema das contas públicas e do barateamento do custo de vida se deviam, em primeiro lugar, ao esbanjamento do Estado e, portanto, a primeira solução passava pela redução da despesa. Para o orador monárquico, qualquer outra saída era ilusória e enganadora, havendo um perigo social inerente à radicalização das massas:

“A primeira e mais importante medida que urge tomar é a redução das despesas públicas, porque é da má administração da República que advém a causa principal da carestia da vida. Convencer o povo de que porventura o custo da vida pode dum momento para o outro baixar extraordinariamente, por ser ele devido à exploração feita pelas classes conservadoras, é prestar um péssimo serviço ao país e à causa da ordem.”⁵⁶¹.

A ordem pública foi um poderoso elemento aliado da argumentação ideológica das direitas. Subjazendo-lhe estava o temor da subversão da estrutura social da riqueza implicado na noção de exploração que anulava a função benemérita das classes conservadoras. A manutenção da ordem tinha ainda um alcance prático: para

⁵⁶¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 42, 22 de fevereiro de 1924, p. 24.

prosseguir o programa conservador era, de facto, necessário controlar autoritariamente a população reivindicativa.

Para Álvaro de Castro a saída era fácil. As juntas eram instituições republicanas e, por isso, mereciam o apoio do parlamento⁵⁶². Podia o chefe do executivo antagonizar a bancada monárquica com o povo:

“O Sr. Carvalho da Silva alterou-se muito com a manifestação. Vê-se que é dum partido de oposição que não tem por si o povo. Mas o governo nada teve com a manifestação – deu-lhe apenas liberdade de se pronunciar, porque não tinha motivos para a proibir.”⁵⁶³.

A última frase citada é clara quanto à sensibilidade de Álvaro de Castro relativamente à questão da ordem pública. Não haveria hesitações na proibição da manifestação se esta fosse desfavorável ao governo.

De outra natureza foi a campanha contra a ditadura, especialmente motivada pelo discurso de Cunha Leal, aquando da queda do gabinete de Ginestal Machado, defendendo a intervenção do exército na política, mas também pelas cíclicas conspirações que se conheciam e foram tentadas até ao sucesso do golpe de 28 de maio de 1926. O movimento organizado desde inícios de 1924 foi excecional, enformando uma frente única extensiva e inclusiva de várias organizações que embora concorrentes noutros palcos da política tinham em comum o posicionamento à esquerda e conseguiram orquestrar-se durante um curto espaço de tempo, apenas repetido no ano seguinte.

A partir de dia 13 de fevereiro, são profusas as notícias sobre reuniões e sessões dedicadas ao tema. O Comité Confederal da CGT lançou uma primeira nota em *A Batalha*, nesse dia, chamando a classe trabalhadora para o protesto e a ação contra a ditadura, apelando à mobilização no quadro dos respetivos organismos operários. Uma assembleia de “revolucionários sociais”, uniu elementos de tendências

⁵⁶² “São instituições republicanas, compostas de republicanos, e que por isso bem merecem o apoio do parlamento.”, *in idem, ibidem*.

⁵⁶³ *Idem*, p. 25.

heterogêneas, pretendendo ultrapassar divergências de tática e doutrina para formar uma “frente única para a defesa da Liberdade” e decidindo formar um comitê com dois representantes de cada corrente para a articulação com os organismos de “tendências revolucionárias”⁵⁶⁴. Os ferroviários do Sul e Sueste comunicaram o seu apoio à ação que obstasse ao triunfo do autoritarismo e a disponibilidade para se fazerem representar nas iniciativas tomadas quer por organizações operárias, quer por outras que tivessem como objetivo a “defesa da liberdade coletiva ameaçada”, admitindo mesmo a resistência armada⁵⁶⁵. O PCP distribuiu um manifesto condenatório da ditadura, acirrando os comunistas para o combate⁵⁶⁶ e preconizando a ideia de uma aliança entre “avançados” e esquerdas republicanas⁵⁶⁷. Vários jornais anunciaram a promoção de uma manifestação de simpatia pelo chefe de Estado e de repúdio da ditadura para o dia seguinte, preparada por um grupo de republicanos identificados com a esquerda.

O dia escolhido coincidia com a chegada de Teixeira Gomes a Lisboa, vindo do norte do país e, segundo *A Batalha*, a recepção espontânea ao chefe de Estado na estação de comboios do Rossio foi imponente. Saudado Teixeira Gomes pelas 18 horas, o cortejo liderado pelos republicanos de esquerda ganhou forma na praça dos Restauradores duas horas depois, iniciando a marcha em direção à praça do Município pelas 21 horas. À entrada dos Paços do Concelho, onde Teixeira Gomes devia inaugurar o Congresso da Imprensa Latina, o Presidente da República foi novamente aclamado, recebendo depois uma comissão de manifestantes que lhe pediu que não consentisse no estabelecimento da ditadura preparada por militares e civis. De acordo com a notícia em *O Século*, Teixeira Gomes disse não acreditar na possibilidade de uma ditadura, já porque as manifestações de Lisboa e do Porto atestavam a indisposição popular para com as formas autoritárias de poder, já porque as correntes de opinião preponderantes na Europa tendiam para a esquerda. Admitindo, ainda assim, o advento da ditadura, declarou-se “ao lado do povo para a manutenção das liberdades públicas”⁵⁶⁸, indo depois às janelas do edifício saudar o caudal de

⁵⁶⁴ “Uma reunião de revolucionários sociais”, in *A Batalha*, 14 de fevereiro de 1924, p. 1.

⁵⁶⁵ “Ferroviários do Sul e Sueste”, in *idem, ibidem*.

⁵⁶⁶ “Um manifesto”, in *idem, ibidem*.

⁵⁶⁷ “Tarde política”, in *A Capital*, 13 de fevereiro de 1924, p. 2

⁵⁶⁸ “Contra as ditaduras”, in *O Século*, 15 de fevereiro de 1924, p. 2.

protestantes. Perante estes, lamentou não ter tempo para mais do que uma síntese do seu pensamento, gritando “Viva o povo de Lisboa!”.

Esta manifestação serviu de impulso à concertação entre as esquerdas sociais e republicanas, não obstante tensões entre umas e outras. Enquanto o órgão diário da imprensa operária continuava a sua campanha contra a ditadura e dava lata cobertura às iniciativas tomadas, operárias e outras, não deixava de demonstrar reservas na aliança com republicanos. Ainda no dia 14, o Conselho Confederal reuniu, sendo vaga a notícia acerca das disposições assumidas. Sob a afirmação de “A CGT está preparada” referia-se a aprovação de trabalhos apresentados por uma comissão especial nomeada para tratar a questão e deliberações para a tomada de uma “ação enérgica e decisiva em todo o país contra esse regime de tirania”⁵⁶⁹. A reserva e o secretismo da CGT eram alvo de críticas nas páginas de *A Capital*, jornal alinhado com a esquerda republicana. Neste diário anunciava-se a realização de um comício contra a ditadura com a adesão dos socialistas e dos comunistas, sob a parangona “As esquerdas sociais constituem a frente única contra o projetado movimento”. Questionava-se, então, a posição da CGT deixando pairar a acusação de voluntarismo (dizia o jornal que a CGT deliberara, em reunião secreta, a resistência armada contra o golpe)⁵⁷⁰. Finalmente, no dia 16 de fevereiro surgem as notícias concretas sobre o comício a ocorrer no dia seguinte. A organização tinha nome, era o comité da Coligação Republicana-Social, e a partir dos oradores previstos entendemos as forças representadas. O comício seria presidido por Magalhães Lima, falando João Camoesas pelo PRP, Ramada Curto pelo Partido Socialista, Sebastião Eugénio pelo Núcleo Sindicalista Revolucionário, Abel Pereira pelo PCP, António Peixe pelos comunistas independentes, Miguel Correia pelos ferroviários do Sul e Sueste, Carlos Coelho pela CGT e Lopes de Oliveira pelo PRR. Como se vê, a CGT acabou por aderir ao evento, não deixando de explicitar a sua antipatia pelo regime e a distância face aos republicanos: “A comparência do povo neste comício, embora não seja um apoio à república capitalista, é entretanto, uma atitude de protesto contra a Ditadura. Ao comício, pois!”⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ “A CGT está preparada”, in *A Batalha*, 15 de fevereiro de 1924, p. 1.

⁵⁷⁰ “A manifestação contra a ditadura”, in *A Capital*, 15 de fevereiro de 1924, p. 2.

⁵⁷¹ “Redobram de intensidade as manifestações contra a ditadura”, in *A Batalha*, 17 de fevereiro de 1924, p. 1.

No dia do comício, estando o operariado bem representado, as fricções revelaram-se. Durante o discurso de João Camoesas houve borburinho e apartes, justificados no dia seguinte nas páginas de *A Batalha*, não como um ataque pessoal ao orador, mas como uma manifestação de desprezo pelo partido que ele integrava e representava no local, e cujas ações repressivas não eram deixadas em branco. Aliás, a moção apresentada pela CGT versava a libertação de presos políticos, especificamente dos dois delegados da Central detidos em Espanha e de outros enclausurados nas prisões portuguesas⁵⁷².

Regressando ao comício, de novo o número de manifestantes não foi consensual, cerca de vinte mil para *A Batalha*, centenas de milhares para *A Capital*, “imponente” para *O Século*. Na abertura dos trabalhos, Magalhães Lima leu a moção que congregava a visão das esquerdas republicanas sobre o momento vivido. Nos pressupostos dava-se ênfase à participação popular na política, sendo essa uma das exigências mais expressivas da demanda por uma república democrática. Assim, considerava-se a intervenção do povo na administração pública como “única forma de garantir a efetividade de uma democracia pura”, que o regime das ditaduras se opunha ao desenvolvimento político, económico e financeiro do país, e que cabia ao povo opor-se às transgressões das leis e dos princípios republicanos. Consequentemente, dava-se uma importante indicação ao governo: a conveniência de se apoiar nas indicações e necessidades da opinião popular. Afirmava-se ainda a urgência de enfrentar a crise financeira e económica, aplicando-se sanções aos infratores, aconselhava-se maior elasticidade nos processos administrativos de modo a tornar efetivas as resoluções que inviabilizassem a ditadura, e convidava-se o executivo a proclamar solenemente “à sombra da estátua da Liberdade” que estava disposto a defender as liberdades políticas existentes e a consolidação dos princípios republicanos, tomados como a melhor forma para assegurar o progresso social⁵⁷³.

IV.3.2 Os movimentos de protesto de 1925.

O ano de 1925 começou com outro movimento de protesto delineando-se no horizonte, desta vez, promovido pelos sindicatos. O jornal operário *A Batalha* vinha

⁵⁷² “O comício de ontem contra as ditaduras”, in *O Século*, 18 de fevereiro de 1924, p. 1.

⁵⁷³ *Idem, ibidem*.

fazendo um inquérito às associações de trabalhadores sondando quais os problemas locais identificados e soluções propostas. O móbil deste levantamento era a crise de trabalho, o desemprego que flagelava as classes trabalhadoras, pretendendo-se demonstrar a copiosa quantidade de recursos desaproveitados no país, que por sua vez provavam que a origem do desemprego de braços era o sistema de produção existente, pois caso a gestão dos meios de produção fosse colectiva, não faltavam necessidades a suprir e condições para o fazer. Esta era a filosofia inerente ao inquérito, a possibilidade de um sistema cooperativamente gerido pelos produtores e consumidores, mas não deixa de ser relevante reparar que entre as soluções propostas abundam as obras do Estado e dos municípios. Não obstante a radicalidade do sindicalismo revolucionário, as associações da classe não excluía o Estado como parceiro responsável pela sua situação e isso incluía ainda apelar aos governos por resoluções concretas⁵⁷⁴. Os governos da República não eram sempre colocados do lado das forças a combater, também eram considerados interlocutores. A mediação do Estado nas relações económicas, tendente a limitar a ação dos particulares quando esta colidia com os interesses dos trabalhadores, era uma função exigida.

O tema “Crise de trabalho e baixa de salários” encontrava-se quotidianamente impresso no diário operário, informando acerca de reuniões, comícios e manifestações ocorridas por todo o país, atividades que acompanhavam e eram acompanhadas pelo levantamento permitido pelo inquérito. Em Lisboa, podemos apanhar a onda de protestos no dia 4 de janeiro, data do comício em Marvila convocado pelos sindicatos do Beato e dos Olivais. Segundo *A Batalha* este era “mais um prenúncio da revolta popular contra a fome”⁵⁷⁵. Todos os oradores referidos na notícia recusaram a narrativa da crise, secundando a perspectiva da CGT sobre o assunto, a de que o desemprego não correspondia a uma real ausência de recursos, mas a um estratégico desaproveitamento para aumentar os ganhos do capital, desde logo, pela baixa dos salários. No final, foi votada uma moção na qual era explícita a intenção de recurso ao Estado para corrigir a situação dos desempregados. Exigia-se ao governo que reabrisse as fábricas e oficinas fechadas “por capricho patronal”, enquanto se

⁵⁷⁴ Como explica Joana Dias Pereira, as reivindicações políticas nunca foram estranhas ao movimento operário português, e a sua importância cresce com a correlativa assunção de um maior intervencionismo estatal. *Vd. PEREIRA, 2013, 283.*

⁵⁷⁵ “Crise de trabalho e baixa de salários”, in *A Batalha*, 6 de janeiro de 1925, p. 4.

reclamava da CGT a exposição pública do drama do operariado, em manifestações de protesto. A par destas duas resoluções, a moção ainda pretendia isentar os organismos operários dos atos de desespero que os seus associados pudessem ter movidos pela fome, e apelava-se aos “filhos do povo fardados” para não dispararem sobre o povo faminto se este se apossasse de géneros. Por fim, lançava-se um apelo contra a redução de salários e subida do preço dos géneros e da habitação.

Este conjunto de reclamações é eco explícito de uma legitimidade de intervenção estatal em construção. O problema do desemprego industrial era tão novo que não existia ainda uma palavra para ele, usando-se o termo francófono *chomage*. Os desempregados eram os “desocupados”, “sem trabalho” ou *chomeurs*. A nível organizativo o desemprego massivo fragilizava as estruturas sindicais e a nível tático também colocava dilemas aos princípios do sindicalismo revolucionário, já que a greve não era um instrumento de luta adequado. Aquilo que substituíra a paragem económica e a inerente prova da importância dos operários na máquina capitalista, quando a máquina parava por interesse próprio, era o medo, a ameaça de uma turba movida pela fome sem ser sequer enquadrada pelas organizações da classe. Por isso era tão importante passar a fronteira da cidade operária e invadir as ruas onde o poder pudesse ver que os “sem trabalho” eram uma massa a viver um drama, e tinham uma face (angustiada) e um corpo (violento).

No dia 6 de janeiro o caudal de desempregados desceu ao Terreiro do Paço: “Ontem já a miséria, cuja existência todos os dias aqui temos afirmado, saiu à rua, à luz do dia a afirmar a sua presença, esmolando humildemente e rosnando entre dentes vagas ameaças de vingança.”⁵⁷⁶. O título da notícia – “Um aviso eloquente” - pretendia fazer levar as consequências da “parada de miséria”. Nesta ocasião, de acordo com a mesma fonte, eram cerca de 1500 os operários que saíam à rua. A respectiva notícia é atravessada pelas imagens de hordas que se engrossavam pelo país⁵⁷⁷ e cujo motor, a fome, as suprimia de qualquer julgamento⁵⁷⁸. O povo faminto

⁵⁷⁶ “Um aviso eloquente”, in *A Batalha*, 7 de janeiro de 1925, p. 1.

⁵⁷⁷ “O quadro de negra miséria que o lisboeta ontem contemplou de surpresa, esfregando os olhos espantado, não querendo acreditar no que via, repete-se pelo país for a. Não Porto também já os famintos formam legião e quando as multidões têm fome, cuidado, senhores da finança e da rapina – chegam a devorar os próprios inocentes. Não se pode esperar mais. A miséria tem pressa.”, in *idem*, *ibidem*.

podia “devorar inocentes”, incendiar fábricas paradas para “nas suas chamas aquecer um caldo aguado”⁵⁷⁹. O governo, dizia-se, mostrava boa vontade e, apesar de alguma benevolência para com o executivo “canhoto”, isso não era suficiente⁵⁸⁰.

Enquanto os comícios e as manifestações se formavam em várias localidades, a USO de Lisboa reuniu com José Domingues dos Santos no dia 8 de janeiro para denunciar o abuso de força sobre manifestantes e para reclamar medidas relativas ao desemprego. A este último propósito, o chefe do governo comprometeu-se a colocar todos os operários sem trabalho listados pelos sindicatos.

No dia 11 de janeiro deu-se novo comício em Lisboa, desta vez organizado pela USO, com uma crescente assistência: mobilizaram-se, segundo *A Batalha*, cerca de 12000 operários. Havia uma greve programada para o dia seguinte que foi desconvoada, alegadamente, por se estar ainda à espera da resposta do governo. Apelava-se então aos “desocupados” para acompanharem a comissão da USO na entrega da lista de desempregados ao chefe do executivo. Apesar das reclamações implicando o Estado no problema, Manuel Joaquim de Sousa, delegado da CGT, deixou clara a condenação da possibilidade de um subsídio, esmola equiparada àquela pedida durante as manifestações por alguns operários:

“Declara que a CGT, ao contrário do que fizeram alguns organismos estrangeiros, não aceita para atenuar a crise, o princípio do Estado conceder subsídios. E portanto, também não sancionou os peditórios deprimentes que alguns operários fizeram pelas ruas.”⁵⁸¹.

No parecer da USO aprovado no comício para ser entregue ao governo, voltava a ser referida a abertura compulsiva das fábricas fechadas, pedindo a entrega

⁵⁷⁸ “E se o povo faminto cometer estes excessos e violências a quem atribuir as culpas?”, *in idem, ibidem*.

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem*.

⁵⁸⁰ “A boa vontade não é moeda circulante. Mas se o governo acha que ela basta para tudo solucionar, decreta-a moeda nacional que com ela comprará o necessário à vida.”, *in idem, ibidem*.

⁵⁸¹ “O operariado de Lisboa contra a crise de trabalho”, *in A Batalha*, 13 de janeiro de 1925, p. 1

da gestão fabril aos técnicos e operários dos estabelecimentos onde o patronato oferecesse resistência, bem como crédito necessário à sua laboração⁵⁸².

No dia seguinte, a manifestação dos “sem trabalho” formou-se no largo Trindade Coelho, descendo depois ao edifício da CGT. A comissão da USO, dizia *A Batalha* foi acompanhada de uma multidão de milhares até ao parlamento. José Domingues dos Santos teria recebido amavelmente os delegados operários, declarando-lhes que a principal origem da crise era a deficiente distribuição das terras, problema que a proposta de Ezequiel de Campos visava resolver, e que o governo tinha outras medidas imediatas para compensar as dificuldades na aquisição de bens de primeira necessidade, incluindo a aquisição de lugares nos mercados para a venda de hortaliças e legumes a baixo preço. Em frente da comissão, José Domingues dos Santos comprometia-se ainda a usar a lei para baixar o preço de outros géneros como o açúcar, o bacalhau, o arroz, e ultrapassar a lei se fosse necessário⁵⁸³. Além disso, reiterava-se o compromisso de empregar nas suas profissões os operários desocupados.

A reforma agrária foi então criticada nas páginas d’*A Batalha*, umas vezes com benevolência, outras sem ela. Num artigo, era qualificada de simpática a atitude do ministro da agricultura, por tentar fazer uma reforma agrária, ainda que conservadora⁵⁸⁴. Aquilo que se criticava era a transformação dos agricultores em proprietários, ou mesmo o emparcelamento das terras. Considerava-se que não era a dimensão dos terrenos que impedia o seu cultivo, estes podiam ser vastos se em

⁵⁸² Eram oito os pontos do parecer: “1º Reclamar do Estado e das Associações patronais a reabertura imediata de todas as fábricas e oficinas que se encontram fechadas, assim como a normalização de trabalho nas que o têm reduzido; 2º Que no caso de resistência patronal o governo force a abertura das fábricas e oficinas encerradas entregando a gestão da indústria aos técnicos e operários, fornecendo-lhes o crédito necessário para a sua regular laboração; De harmonia com a moção aprovada no comício de 14 de dezembro 3º Exigir a venda dos produtos de todas as indústrias que têm reduzida a laboração, em condições de preço a todos acessíveis; 4º Reclamar a importação de todas as matérias primas e géneros de alimentação isentos do imposto das pautas aduaneiras; 5º A descida da venda de todos os produtos, principalmente dos géneros de primeira necessidade; 6º Solução imediata da transferência de fundos do Ultramar para a Metrópole; 7º Além destas reclamações de ordem geral, a completa satisfação de reclamações especiais que têm sido formuladas pelos sindicatos das diversas indústrias, mormente da Construção Civil, da Tanoeira, Corticeira, Marítima e Têxtil; 8º Que a União dos Sindicatos Operários de Lisboa se habilite a dar a todo o operariado local, no prazo de oito dias, a resposta às suas reclamações.”, “O operariado de Lisboa contra a crise de trabalho”, *in idem, ibidem*.

⁵⁸³ “Com referência aos outros géneros – açúcar, arroz, bacalhau, etc. – vai o governo promover a sua baixa, o que tentaria fazer dentro das normas legais, se lho permitissem, e indo além destas, se não permitissem.”, *in idem, ibidem*.

⁵⁸⁴ “O problema agrário e a conferência do sr. Ezequiel de Campos”, *in A Batalha*, 18 de janeiro de 1925, p. 1.

alternativa a sua gestão fosse cooperativa. Noutro artigo era Ezequiel de Campos severamente julgado, acusado de querer mais do que aumentar a produção nas terras do sul, de querer parar a onda revolucionária forjando novos proprietários. Não se aceitava ignorarem-se as aspirações comunitárias das associações de trabalhadores rurais na economia de uma proposta que incluía a expropriação⁵⁸⁵.

No dia 21 de janeiro, a USO entregava ao chefe do governo a lista dos “sem trabalho”. Dois dias depois, o Conselho Confederal reuniu, imitando um comunicado esclarecendo a posição da CGT perante a crise de trabalho. A introdução era especialmente dedicada à questão do apelo ao governo, reconhecendo-se a justiça de se considerar ser esse um recurso a ter em conta, porque ao Estado cabia um papel regulador das relações sociais⁵⁸⁶, apenas para reposicionar o alvo do movimento de contestação. O documento lembrava aos operários que o Estado era um instrumento de salvaguarda dos interesses do capital, não podendo agir contra a sua própria lógica⁵⁸⁷. Caso o argumento estrutural não fosse suficiente, tornava-se a questão pessoal, dizendo que havia ministros do gabinete “canhoto” que defendiam a baixa de salários e aumento das horas de trabalho, e que o faziam contra todas as evidências, por deverem o poder às classes capitalistas⁵⁸⁸. Mantendo a pressão junto do governo, a oposição do movimento sindical “caracterizada por um franco espírito de luta de

⁵⁸⁵ “Não têm estes trabalhadores o sentimento da propriedade individual. O ministro da agricultura quer inculcar esse sentimento a toda a gente, deter a onda revolucionária, fazer conservadores. (...) Que precauções tomou o sr. Ezequiel para que os sindicatos de trabalhadores rurais pudessem, ao menos, como num grande laboratório, fazer experiências do seu comunismo económico? Nenhunas. Fala a proposta, é bem verdade, de trabalho por conta de colectividades. Mas quais são essas colectividades? Os sindicatos agrícolas, certamente, com assalariados e as colectividades que para esse fim se venham a constituir, e tudo isto para dentro do prazo de cinquenta anos retalharem a terra e passarem-na a particulares! E dos sindicatos dos trabalhadores rurais nem uma palavra. Estes terrenos são arrendados, e não o podem ser por mais de cinquenta anos. E porque não hão de ser terrenos que se possam atribuir à União dos Sindicatos local para os fiscalizar, devendo o sindicato trabalhá-los?”, “O diploma agrário”, in *A Batalha*, 22 de janeiro de 1925, p. 1.

⁵⁸⁶ “É justo reconhecer que alguma razão existe para tal procedimento, se se atender a que ao Estado é atribuído o papel de direção superior das relações sociais, e que, em tais condições, deve proceder por forma que os interesses e a vida da população dum país sejam salvaguardados como um direito incontestável.”, “Uma campanha nacional”, in *A Batalha*, 24 de janeiro de 1925, p. 1.

⁵⁸⁷ “Sabido, porém, que o Estado subsiste como órgão regulador dos interesses e privilégios do capitalismo privado, os governos que o servem são em todas as circunstâncias os mandatários diretos e responsáveis das entidades, individuais ou colectivas, que possuem e dispõem da riqueza com um privilégio.”, in *idem*, *ibidem*.

⁵⁸⁸ “É uma degradação que não tem o mérito de contribuir para a solução da crise, antes contribui para o seu agravamento. Aqueles ministros deverão ter compreendido nitidamente esse facto. Mas a necessidade de fazer concessões aos desejos conservadores, reaccionários e desumanos do capitalismo privado, em matéria económico-social, leva-os a esboçar, pelo menos, desejos (...) dos ambiciosos possuidores da riqueza(...)”, in *idem*, *ibidem*.

classes” deveria ser feita diretamente ao patronato, defendendo os salários, o horário de trabalho ou a sua redução para maior empregabilidade de braços⁵⁸⁹. Finalmente, o Conselho Confederal aconselhava a propaganda junto do operariado para que este soubesse que medidas governamentais seriam paliativas. A condição dos operários melhoraria quando a autogestão, sem mediações, fosse uma realidade:

“Por uma ação de propaganda tendente a demonstrar, por uma forma clara e convincente, como todas as demais, fracamente serão atenuadas por quaisquer medidas governamentais ou parlamentares, mas que só poderá ser debelada em benefício da colectividade pela expropriação pura e simples de todos os meios de produção realizada pelo proletariado, por intermédio dos seus organismos sindicais revolucionários, com inteira liberdade de gestão.”⁵⁹⁰.

No reunião do Conselho⁵⁹¹ para apreciação deste parecer vários delegados exprimiram o seu descontentamento com a morosidade com que a CGT e *A Batalha* lidavam com o desemprego, defendendo-se ações mais enérgicas, um movimento nacional de pressão junto dos poderes instituídos, incluindo a paragem do trabalho. Na descrição da reunião depreende-se que a própria CGT tinha uma posição defensiva, alertando-se algumas vezes para o limite que a falta de adesão dos operários impunha. Por isso, as ações de propaganda, a agitação, eram a principal ação preconizada.

José de Almeida, um dos oradores, referiu-se à ameaça colocada pela UIE, defendendo a união dos revolucionários civis, independentemente das tendências. Manuel da Silva Campos secundou esta preocupação com a possibilidade de uma ditadura das forças económicas, algo que merecia tanta atenção no combate do operariado como o drama do desemprego: “O triunfo dessas forças provocará a ditadura mais odiosa que temos vivido. (...) Não só a crise de trabalho nos deve preocupar, é forçoso reconhecer que a ditadura em perspectiva nos colocará numa

⁵⁸⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁹⁰ *Idem, ibidem.*

⁵⁹¹ Estavam representadas as USO de Faro, Évora, Seixal, Almada, Porto e Lisboa, as federações Rural, da Construção Civil, dos Couros e Peles, de Tanoaria, Corticeira, do Livro e Jornal, Marítima, os sindicatos nacionais do Arsenal do Exército, do Arsenal da Marinha e os sindicatos Têxtil da Covilhã e dos Mineiros de Aljustrel.

emergência bastante perigosa.”⁵⁹². Em seguida foi aprovada uma moção na qual se decidia marcar nova reunião para tratar esta questão, admitindo-se que a vitória das “forças vivas” na tomada do poder podia equivaler às ditaduras italiana e espanhola, um obstáculo à organização operária e ao espírito revolucionário da CGT.

A partir desta data passa a ser abundante a campanha contra o movimento das “forças vivas” nas páginas d’*A Batalha*, sempre acompanhada de invectivas ao envolvimento do operariado no protesto e na ação direta. É a fragilidade do movimento sindical aquilo que mais perpassa nestes artigos de que o seguinte trecho é um exemplo:

“A CGT é aquilo que o operariado quer que ela seja. A sua energia e a sua força são as resultantes diretas da força e da energia proletárias. Se o proletariado permanecer indiferente e débil, perante a angustiosa situação que atravessa, a CGT fica reduzida à impotência, pois foi destituída dos elementos que a tornavam forte e profícua.”⁵⁹³.

Para a central sindical a fraqueza do movimento operário era proporcional à esperança de que o governo resolvesse o flagelo do desemprego, optando-se então por não pôr em causa a ação junto dos poderes constituídos, em particular do gabinete “canhoto” que suscitava algumas expectativas, sublinhando sempre que essas iniciativas deviam ser acessórias e só teriam efeito se um movimento massivo as forçasse⁵⁹⁴.

Outro dilema se apresentava à CGT, o das urnas. Sabendo-se que a UIE se movimentava para concorrer diretamente às eleições, e entendendo-se haver nisto o perigo de uma escalada ao poder que dava aos interesses económicos acesso direto à repressão estatal, era necessário tomar posição quanto a um combate eleitoral. Nas páginas d’*A Batalha*, essa não era uma arena que valesse a pena disputar: “As forças vivas não se esmagam com bocados de papel, e falta de lucidez e estupenda candura

⁵⁹² “A reunião de ontem do Conselho Confederal”, in *A Batalha*, 24 de janeiro de 1925, p. 4.

⁵⁹³ “Contra a ofensiva do patronato”, in *A Batalha*, 25 de janeiro de 1925, p. 1.

⁵⁹⁴ “O atual governo tem feito promessas que ainda aguardam o seu cumprimento. (...) Só a pressão consciente e enérgica do operariado organizado pode levar o governo a romper um pouco com as forças vivas; só uma manifestação grandiosa do povo trabalhador pode forçar o governo a pôr rapidamente em prática tudo quanto prometeu.”, “Contra a crise de trabalho”, in *A Batalha*, 27 de janeiro de 1925, p. 1.

haveria no operariado se pensasse em combatê-la, feito mansamente eleitor, apetrechado apenas com a débil e a inútil arma do voto.”⁵⁹⁵. Mais tarde nesse ano, durante a campanha eleitoral da “lista popular” de Lisboa, aliando o PCP e a ED, a CGT reiteraria a posição abstencionista.

Não obstante a debilidade do movimento operário, organizaram-se comícios em várias localidades do país. Em Lisboa, o Sindicato da Construção Civil chamou os operários do ramo a uma paragem de trabalho solidária no dia 29 de janeiro, abandonando os postos ao meio dia para assistir ao comício no Campo das Cebolas. Alguns milhares de operários, segundo *A Batalha* assistiram nesse dia aos discursos dos delegados sindicais, parte significativa dos quais foi dedicada a censurar a inação do governo e do município. Entre as resoluções constava uma forte condenação dos operários que desrespeitavam o horário de trabalho e o dia de descanso, conquistas duras e recentes do movimento operário, além de se decidir por uma nova embaixada junto do governo e do município e pelo levantamento de um movimento nacional capaz de pressionar o poder a agir contra o patronato.

Nos últimos dias de janeiro, enquanto o Banco de Portugal promovia as reuniões de ataque ao decreto da reforma bancária, começaram a ganhar forma as manifestações republicanas de apoio ao governo de José Domingues dos Santos. Criou-se assim uma sobreposição de motivações, ainda que não de fins políticos, entre a Confederação e a esquerda republicana, ambas protestando contra os grandes interesses económicos do país, embora a favor de coisas diferentes. No dia 31 de janeiro, o diário operário referia a possibilidade de uma frente única contra as oligarquias, em pequena nota na segunda página, algo que não aconteceu de imediato.

Na ausência de uma concertação de iniciativas, havia um respeito por umas e outras, como nos indica o facto de a USO de Lisboa e várias agremiações republicanas terem marcado ações para o mesmo dia, cedendo as segundas a alterar a data da sua manifestação para não prejudicar a USO. A sessão de propaganda dos sindicatos de Lisboa aconteceu no dia 5 de fevereiro e teve por mote destruir a “obra reacionária” da UIE, esclarecendo-se que não era uma manifestação de apoio ao governo. Apesar de se demarcar a linha separando os republicanos da esquerda,

⁵⁹⁵ “O complot das forças vivas”, in *A Batalha*, 28 de janeiro de 1925, p. 1.

apoiantes do executivo “canhoto” e o movimento operário organizado, houve um sinal de boa vontade também da parte da USO, abrir a tribuna. Desta feita, elementos das agremiações republicanas que convocaram a manifestação reagendada puderam falar aos operários. A moção aprovada comprometia o povo operário de Lisboa a opor-se pela palavra, pela imprensa ou pelas armas a um governo das forças económicas.

O diário operário relatava estes acontecimentos e convidava os operários a juntarem-se à manifestação do dia seguinte, promovida pelo Grémio Luz e Progresso, Centro 5 de outubro, grupo revolucionário 14 de maio, grupo revolucionário Ala Avançada da República, e grupo revolucionário Companheiros do Bem. O jornal *O Mundo*, noticiava a sessão da USO, não deixando de a associar à manifestação republicana, e de sintetizar a decisão tomada: “As classes trabalhadoras estão dispostas a lutar por todas as formas contra a ditadura das associações comerciais e industriais”⁵⁹⁶.

A manifestação do dia seguinte, 6 de fevereiro, foi coberta com o mesmo grau de entusiasmo pelos dois diários, divergindo no significado. Para *O Mundo*, tinha sido um aplauso à “obra patriótica do governo” e um pacto selado entre o povo e o executivo, a viragem decisiva, à esquerda, da política republicana. Várias vezes ao longo do texto é dito que apenas se vitoriou a república. Quando se refere o discurso de Rozendo José Viana, da USO, atribui-se-lhe uma espécie de apoio implícito ao governo, eliminando-se a declaração inequivocamente contrária.

A manifestação teria sido grandiosa, segundo *A Batalha*, uma manifestação do povo de Lisboa, dos consumidores e produtores, do proletariado ou ainda “dos que trabalham”. Reivindicada assim a origem popular e operária dos manifestantes, não se deixou de referir a convivência de correntes, republicana e sindicalista, nem de reconhecer os emissores da convocatória, aceitando-se a ideia da união dos explorados contra os exploradores:

“Enquanto uma parte dos manifestantes cantava *A Portuguesa*, a outra parte, a maior, mais numerosa, composta na sua maioria de operários, entoava a plenos pulmões *A*

⁵⁹⁶ “A manifestação de hoje ao governo”, in *A Batalha*, 6 de fevereiro de 1925, p. 3.

Internacional. Isso prova também que toda a população está unida, sem distinção de opiniões, contra os comerciantes. Todos os roubados se unem para se defender de todos os exploradores.”⁵⁹⁷.

Apesar desta nota forçando a maioria operária, aquela que segundo *A Batalha* tinha legitimidade para protestar, a notícia aludia aos “marinheiros, soldados, oficiais de patentes inferiores e muita gente da classe média” também presentes, isto é, aos elementos que a esquerda republicana tentava mobilizar. Com igual agrado descreve o jornal uma marcha a dois cânticos⁵⁹⁸. Rosendo José Viana não permitiu ao líder “canhoto” beneficiar do protesto do operariado lisboeta sem uma condição, a de impor medidas que debelassem a crise e garantissem as liberdades individuais e de associação. Tomando a palavra em nome da USO esclareceu ter-se lançado o apelo aos trabalhadores para se juntarem à manifestação por protesto contra as forças vivas e não a favor do governo⁵⁹⁹.

Se na rua a convivência de correntes tinha sido possível, na imprensa, como vemos, era espinhosa. Ora o diário republicano diluindo a demarcação do corpo operário, ora o diário operário reivindicando não só os limites do seu corpo, como a sua maior presença. O primeiro forçando a aprovação popular ao programa da esquerda republicana, o segundo esforçando-se por que a batalha económica não ficasse subalternizada à batalha política que beneficiaria, sobretudo, as classes médias.

Junto do Ministério do Interior, no Terreiro do Paço, em frente de alguns milhares de pessoas (cinco mil, segundo *A Batalha*, oito mil, segundo *O Mundo*), José Domingues dos Santos discursou, proferindo duas importantes afirmações⁶⁰⁰. A

⁵⁹⁷ “Contra o movimento das forças vivas”, in *A Batalha*, 7 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁵⁹⁸ “Constituiu um espetáculo grandioso aquela enorme mole de gente marchando ao som de cânticos entusiásticos.”, “Contra o movimento das forças vivas”, in *idem, ibidem*.

⁵⁹⁹ “Em seguida, Rosendo José Viana, em nome da União dos Sindicatos Operários, afirmou que o organismo que representa convidou o povo trabalhador a incorporar-se naquela manifestação não para apoiar o governo, mas para exteriorizar o seu descontentamento contra as forças vivas. Referindo-se à ação do governo diz que o povo não pode contentar-se com palavras. Se o governo quiser contar com a simpatia do povo, é preciso que o pão não aumente de preço e que todas as liberdades conquistadas com tanto sacrifício sejam integralmente mantidas.”, in *idem, ibidem*.

⁶⁰⁰ Também a este propósito os dois diários que temos vindo a seguir divergem, embora não no sentido das palavras do chefe de governo: “dum lado os explorados, do outro, os exploradores. O governo,

primeira, extremando os campos, enunciando a lógica de distribuição do espaço político: “O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O governo da República colocou-se abertamente do lado dos explorados contra os exploradores”⁶⁰¹. A segunda, lamentando os disparos da GNR sobre os manifestantes, um apreciável sinal de tréguas para o movimento operário organizado: “Não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo”⁶⁰².

Entretanto, a possibilidade de uma frente única, congregada em torno do protesto contra os grandes interesses económicos, era avançada pela FNC. Este organismo fazia um apelo lato, integrando no mesmo sujeito político - o consumidor - todas as classes trabalhadoras. Por extenso, “operários, funcionários, jornalistas, caixeiros, professores, militares de terra e de mar”, compunham as classes exploradas, exortadas à união contra as oligarquias, à “frente única dos explorados”, ou ainda à União dos Interesses Sociais⁶⁰³.

Os oradores convidados para o comício de 8 de fevereiro testemunhavam a tentativa de colaboração entre organizações da esquerda: Reis Santos (FNC), Amadeu de Moura (USO), Martins Santarino (Federação Municipal Socialista), Andrade Saraiva (FNC), Manuel Joaquim de Sousa (CGT), Amâncio de Alpoim (PSP), Rosendo José Viana (USO), Sobral de Campos (PCP), António Monteiro (PCP), Júlio de Matos (ISV), Artur Cardoso (Federação Metalúrgica), Rodrigues Graça (FNC), João Miranda (Juventudes Sindicalistas), Celestino de Vasconcelos (Centro 5 de outubro), Virgílio de Sousa (Federação Anarquista), Virgínia da Silva e Maria Viegas⁶⁰⁴.

declara-o solenemente, está ao lado dos explorados contra os exploradores. (...)“a guarda não se fez para bater no povo”, “Contra o movimento das forças vivas”, *in idem, ibidem*.

⁶⁰¹ *Idem, ibidem*.

⁶⁰² *Idem, ibidem*.

⁶⁰³ “A todas as classes exploradas. Cerrai fileiras contra os vampiros das oligarquias! (...) Chegou o momento da luta decisiva: É indispensável que todos os explorados – operários, funcionários, jornalistas, caixeiros, professores, militares de terra e de mar – se unam para meter na ordem a finança e demais oligarquias, que premeditam um regime de terror! É indispensável que à União dos Interesses Económicos, das chamadas “forças vivas”, se contraponha a União dos Interesses Sociais. Consumidores explorados! Uni-vos e defendei o vosso direito à vida e à liberdade! Manifestai-vos serena, mas firmemente. Formai a Frente Única dos Explorados contra as oligarquias dominantes! Tratai como agentes provocadores das oligarquias todos aqueles que tentarem perturbar ou desvirtuar a nossa manifestação. Ao comício em Massa!”, *in O Mundo*, 8 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁶⁰⁴ Virgínia da Silva era operária manipuladora do tabaco. As duas mulheres teriam aconselhado os ouvintes a levar as companheiras às sessões de propaganda por serem quem diretamente lidava com as consequências da crise. Se os “sem trabalho” colocavam problemas à lógica de organização e

A moção aprovada no comício, em nome do povo de Lisboa, deixava o compromisso de criação da União dos Interesses Sociais, depondo diferenças políticas entre correntes. A avaliação do problema, como as resoluções, aliavam a luta de classes no plano económico ao plano político, reconhecendo haver um mesmo inimigo a agir em vários palcos, as oligarquias económicas:

“Contra os principais culpados da grande crise económica, financeira e moral em que se debate Portugal, ou seja, contra as oligarquias dirigentes das chamadas “forças vivas” que têm enriquecido à custa da miséria do povo e promovido por todas as formas a especulação, o agravamento cambial, a alta dos preços, a perturbação, a crise de trabalho e a corrupção; lembrando que chegou o momento de o povo travar luta decisiva contra o plano dessas oligarquias, tendente a preparar um regime de maior opressão económica e de terror político (...)”.

Nem a opressão económica, nem a opressão política eram aqui desprezadas, entendendo-se ser a segunda uma extensão da primeira. Por consequência, as resoluções incluíam, não o apoio explícito ao governo de José Domingues dos Santos, mas a exigência de repulsa, por parte de qualquer governo, das imposições das oligarquias económicas, obrigando-as a pautar a sua ação pelos interesses gerais da colectividade. Incluíam ainda algumas das reclamações que vinham a ser feitas nos comícios sindicais, como a execução de obras públicas para emprego de mão de obra, a abertura de fábricas fechadas, entregando-as à gestão dos técnicos e operários, a incompatibilidade de cargos públicos com cargos de gerência nas companhias e bancos, e uma reforma agrária preconizando a expropriação dos latifúndios em proveito das cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais⁶⁰⁵.

Para *O Mundo*, o comício de 8 de fevereiro “contra os exploradores do povo”, representava uma resolução de abatimento de bandeiras políticas, de apoio ao governo, e de organização da frente única dos consumidores.

mobilização sindical, o alargamento da noção de trabalho ao espaço doméstico feminino era um desafio suplementar. Acerca da integração das questões de género nas lutas operárias do período da Grande Guerra e pós-guerra ver Joana Dias PEREIRA, 2013.

⁶⁰⁵ “Contra o movimento das forças vivas”, in *A Batalha*, 10 de fevereiro de 1925, p. 2; “O comício promovido pela FNC”, in *A Acção Cooperativa*, 18 de junho de 1925, pp. 1-2.

Os títulos favoráveis às esquerdas sublinhavam a dimensão massiva do comício, com mais de vinte e cinco mil pessoal para *A Acção Cooperativa*, mais de vinte mil segundo *O Mundo* e *A Batalha*. Não mais de cinco mil, segundo *O Século*.

A União dos Interesses Sociais formou-se e agendou uma manifestação ao Presidente da República para dia 13 de fevereiro. Na véspera, segundo *O Mundo*, distribuiu-se um manifesto em Lisboa interpelando não só as classes trabalhadoras, como as várias tendências políticas à esquerda, os “explorados, operários, consumidores, intelectuais, socialistas, comunistas, sindicalistas, anarquistas”. Tratava-se, portanto de uma aliança política. Tal como no discurso de José Domingues dos Santos, também este documento seguia a lógica de oposição de campos, procurando tomar nas mãos o enunciado proferido pelo chefe de governo deposto: “A questão está posta com clareza e simplicidade: de um lado os explorados. Do outro os exploradores. De um lado a União dos Interesses Sociais. Do outro a União dos Interesses Económicos”. A esta oposição correspondia um antagonismo de classe suficiente para aliar as condições obreiras manual e intelectual: “De um lado, a imensa maioria da população produtora, dos trabalhadores do braço e do cérebro, de manuais e intelectuais. Do outro a insignificante minoria que forma a quadrilha espoliadora e parasitária (...)”. Finalmente, incluía-se a novidade da oposição entre políticos, próxima de uma juízo moral sobre os comportamentos - políticos honestos contra políticos corruptos -, mas também afim a uma oposição de ideais – políticos progressistas contra políticos conservadores: “De um lado os políticos bem intencionados com espírito progressivo e moderno. Do outro os políticos lacaios e serventuários da mesma quadrilha parasitária que os tem a soldo.”⁶⁰⁶.

Proliferaram os convites de associações, sindicatos e agremiações para os seus filiados engrossarem a União dos Interesses Sociais, de entre os quais: o Centro Republicano 5 de outubro, os grupos revolucionários Defesa da República, Companheiros do Bem, 14 de maio, Ala Avançada da República, Grémio Luz e Progresso, Coluna Verde Rubra, comité revolucionário de Defesa dos Interesses do Povo, os Libertadores, Grupo da Acção Radical, funcionários da Administração Geral do Porto de Lisboa, Centro Defensores da República, Grémio Mocidade Republicana, Os Invencíveis, a USO, a Federação Marítima, os Chauffeurs do Sul, a Associação

⁶⁰⁶ “A manifestação de hoje a Belém”, in *O Mundo*, 13 de fevereiro de 1925, p. 3.

dos Descarregadores de Mar e Terra, Sindicato de Trabalhadores de Limpezas e Pinturas de Navios no porto de Lisboa, o Núcleo Marítimo dos Partidários da ISV.

A manifestação teria sido uma das maiores da curta história do regime republicano, com cerca de oitenta mil pessoas, segundo *A Batalha*, mais de sessenta mil para *O Mundo*. Cerca de dez mil para *O Século*.

Na notícia do diário operário referia-se a hesitação da população lisboeta em ingressar na manifestação por causa da chuva, impasse ultrapassado pela vontade de reagir à situação política. A dramatização dos acontecimentos começava assim com a dúvida acerca da vontade popular para a mostrar depois resoluto, crescendo em segurança à medida que a multidão enchia as ruas. O clima era um falso arranque da história, que na verdade era dado pelas fábricas, com a paragem do trabalho ao meio-dia. A imagem cinzenta do abandono da máquina produtiva é contrastada com a imagem dos operários a assumirem outra função, colorida, a de encherem as ruas da cidade operária não como espectro faminto e ameaçador, mas como agentes entusiastas da situação política:

“As classes marítimas, logo de manhã, haviam paralisado. Os cais e entrepostos do porto de Lisboa ofereciam um aspeto de grande desolação e abandono. Oficinas e fábricas, arsenais do Exército e da Marinha e outras indústrias cessaram o labor ao meio dia. Os meios fabris de Alcântara e Poço do Bispo ofereciam um espetáculo novo, pois os operários invadindo as ruas, comentavam a atual situação com entusiasmo, onde não faltava a ironia irreverente e gaiata, com que os exploradores e os serventuários eram mimoseados.”⁶⁰⁷.

O operariado lisboeta era completado pelo do Barreiro, e no conjunto eram estes os atores que se punham a caminho do Terreiro do Paço⁶⁰⁸ e a comissão da União dos Interesses Sociais acompanhava-os. A marcha fez-se pela Rua do Arsenal a caminho de Belém, apanhando operários em Alcântara e no Calvário. Ao encontro

⁶⁰⁷ “Como decorreu a manifestação”, in *A Batalha*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁶⁰⁸ “As oficinas ferroviárias do Barreiro paralisaram por completo, tendo os vapores que atravessaram o Tejo navegado sob um carregamento humano desusado e, por vezes, perigoso, devido à agitação. Tudo convergia para a Praça do Comércio, local de onde devia partir a manifestação.”, “Como decorreu a manifestação”, in *idem, ibidem*.

daqueles que tinham vindo de Pedrouços, Algés, Cruz Quebrada, Dafundo, Caxias e Oeiras, a Rua da Junqueira encheu-se. A metáfora da massa de água passava a dominar a descrição. Então, o povo que era operariado conseguia ver-se a si próprio e via-se como uma força da natureza. Sob um ponto de vista supra-individual tomava consciência do seu poder:

“E comentava-se: - Nunca se realizou uma manifestação como esta! E exclamava-se: - É formidável! É imponente! Parece que todo aquele povo teve naquele momento a consciência da sua força.”

O sentido da narrativa n’*A Batalha* era precisamente este, o da tomada de consciência da classe, subsumindo-se-lhe a função da União dos Interesses Sociais.

Para o diário republicano, *O Mundo*, os operários que deixavam o trabalho e enchiam as ruas eram figurantes. A história começava com o protagonismo de Sobral de Campos, um dos organizadores da manifestação que se elevou acima da massa, subindo ao gradeamento da estátua de D. José I, para ordenar a narrativa do acontecimento: “Nada de vivas nem de morras, aconselhou. Silenciosos, ordeiramente, os operários deveriam dirigir-se a Belém, acompanhando a sua comissão.”⁶⁰⁹. A massa operária anónima era conduzida por uma cabeça que determinava o sentido da sua ação.

A comissão mista, composta por Rosendo José Viana, Amadeu de Moura, Campos de Lima, Sobral de Campos, Ramada Curto, Amâncio de Alpoim, Miguel Correia, Reis Santos, Rodrigues Graça, Virgínia da Silva, entre outros, atravessou a entrada de honra do palácio presidencial. Vários jornais descrevem o aperto de mão de Teixeira Gomes aos comissários da UIS, parando junto de Virgínia da Silva que lhe teria dito que estava lá para pedir que os defendesse dos exploradores.

Outro ponto comum às notícias de vários jornais era a ausência da força pública⁶¹⁰ nas ruas, tão importante para os animadores da manifestação por

⁶⁰⁹ “A grande manifestação de ontem”, in *O Mundo*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁶¹⁰ A ordem do chefe de governo teria deixado a corporação consternada, segundo *O Século*: “O presidente do ministério recomendara à polícia que não aparecesse nas ruas do percurso, tendo sido encerradas pelas 13 horas as esquadras da Boa Vista, rua do Comércio, Pampulha e Calvário, o que

demonstrar a capacidade de autorregulação do povo (*A Batalha*), a boa vontade do mesmo (*O Mundo*), como importante para os poderes instituídos por sinalizar uma correspondente boa vontade, mas também a hipótese de revisão das funções da força pública, dos pressupostos da aplicação da violência pelo Estado. De facto, um dos pontos da representação lida e entregue ao presidente da República prendia-se com a exigência de que a força pública não servisse para espingardear o povo. O outro ponto dizia que a governação devia ser feita a favor dos explorados.

A mensagem da UIS apropriava as afirmações de José Domingues dos Santos, proferidas perante os manifestantes de 8 de fevereiro, para as transformar em programa político e em revisão do pacto verde rubro. O Estado deveria garantir tanto a capacidade económica dos trabalhadores como a sua capacidade de participação política. As esquerdas unidas assumiam-se como povo de Lisboa, proponentes e defensoras de uma ideia de república democrática: “O povo de Lisboa, e nomeadamente as agremiações republicanas, o partido socialista, o partido comunista, a organização operária pelo seu organismo local USO, o comité dos partidários da ISV, que constituem a União dos Interesses Sociais (...)”⁶¹¹.

Esta nova cidadania foi celebrada por Teixeira Gomes, cuja emoção, enquanto ouvia a exposição da UIS, era relatada nos jornais. No final, esclareceu: emocionava-o ver o povo na política porque esperava por ele⁶¹². Para celebrar o novo contrato, foi-lhe pedido que assomasse ao povo e ele, por sua vez, convidou os comissários a juntarem-se-lhe num viva à República. A partir daqui, *O Mundo* e *A Batalha* voltam a divergir nos sentidos dos gestos.

Segundo o diário republicano, Martins Santareno teria aceite, naturalizando o republicanismo como matricial e comum a todos os presentes⁶¹³. No jardim, Teixeira Gomes agradecia a manifestação aos manifestantes, dando viva à República, no que

causou desgosto na corporação.”, “A manifestação de ontem ao chefe de Estado”, in *O Século*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁶¹¹ “Como decorreu a manifestação”, in *A Batalha*, 14 de fevereiro de 1925, p. 1.

⁶¹² “- Todas as vezes que me tenho dirigido ao povo, peço-lhe exatamente que intervenha na vida pública, que siga todas as suas manifestações, acompanhando-as com interesse e com carinho”, “Como decorreu a manifestação”, in *idem, ibidem*.

⁶¹³ “Com todo o gosto. Porque não, se todos somos estruturalmente republicanos!”, “A grande manifestação de ontem”, in *O Mundo*, 14 de fevereiro de 1925, p. 2.

teria sido secundado não só pela comissão da UIS como por milhares de vozes⁶¹⁴. Depois, Sobral de Campos voltou a ordenar a multidão, aconselhando a dispersão tranquila. Teixeira Gomes, antes de recolher ao palácio deixou um símbolo da aliança republicana ao povo, abraçou e beijou na testa Virgínia da Silva, “gesto que calou profundamente no espírito do povo”.

Segundo a notícia no diário operário, Teixeira Gomes foi saudado com entusiasmo, mas a bandeira que se via na multidão era a própria *Batalha*, milhares de exemplares erguidos nas pontas de bengalas e chapéus de chuva, não deixando esquecer quem fazia a luta do povo. Aqui não se ouvia o viva à República. Ouvia-se um grito uníssono e prolongado, “um grito que era mais do que um viva à república, um viva ao povo explorado, à humanidade sofredora”. Recuperando o protagonismo da multidão operária, o beijo de Teixeira Gomes a Virgínia da Silva não era piedoso, era respeitoso, e o seu sentido não tanto o de um pacto selado, como o de comunhão com o corpo operário, o protagonista da narrativa.

IV.3.3 A aliança eleitoral de novembro de 1925.

As eleições legislativas de novembro de 1925 foram especialmente concorridas em termos partidários, correndo pela primeira vez (e única) a União dos Interesses Económicos, a Esquerda Democrática, o Partido Republicano Radical e o Partido Republicano Nacionalista, além do PRP, do Partido Socialista Português, da Causa Monárquica e do Centro Católico Português⁶¹⁵.

À esquerda a ocasião oferecia condições para uma coligação de forças, fosse pela escassez de recursos mobilizáveis para o ato eleitoral perante o PRP, fosse pelo ambiente de contestação social em curso desde inícios de 1924 provocado pelos protestos populares numerosos e massivos que pareciam favoráveis às esquerdas e ao desafio do *status quo* político. A imprensa da época não deixou de especular sobre a possibilidade de uma grande coligação, o “cartel das esquerdas”, um projeto cujos ecos de negociação chegaram ao público.

⁶¹⁴ “Todos secundaram esse viva; aquelas dezenas de milhar de bocas repetiram-no com delirante entusiasmo (...)”, *in idem, ibidem*.

⁶¹⁵ Acerca das eleições legislativas de 1925 ver QUEIRÓS, 2010.

As negociações interpartidárias teriam sido encetadas em julho por iniciativa do PCP, primeiro proponente de uma aliança eleitoral com os socialistas e tendo como objectivo derrotar nas urnas as várias forças da direita, incluindo monárquicos, católicos, nacionalistas, democráticos e a UIE. O primeiro elo do cartel (PCP-PSP) ficaria encarregue de reunir os quatro agrupamentos da esquerda para acertar uma base de entendimento, sendo a coligação com a esquerda democrática e os radicais uma condição imposta pelo PCP. A reunião, no entanto, nunca se concretizou.

O jornal *A Tarde*⁶¹⁶ refere trocas de opinião entre “membros influentes” dos quatro agrupamentos que teriam permitido apurar a indisponibilidade dos socialistas para alinharem com os radicais, considerados redundantes existindo uma esquerda burguesa representada pela ED, a incompatibilidade dos radicais com os comunistas, e a aceitação dos comunistas pela ED desde que apresentados como representantes de classes profissionais. A mesma notícia continuava dizendo que o PSP e o PCP teriam acordado apresentar listas por um Bloco Operário e Camponês em Lisboa, Porto, Setúbal, Beja, Faro e Vila Nova de Gaia, até se saber que os socialistas estavam em negociações com os democráticos para incluir deputados seus nas listas do PRP no círculo do Porto. A perplexidade pela viragem dos socialistas era tanto maior quanto se julgava implicar uma dupla traição, dos princípios políticos da esquerda, porque a afinidade programática seria maior com os comunistas, e do partido proponente do cartel, explicando-se que o PCP tinha aceite votar uma lista de maioria com quatro elementos da ED e dois socialista ou uma lista de minoria apenas do PSP. Era um compromisso demonstrativo do empenho dos comunistas em combater as forças conservadoras, abdicando de protagonismo.

Enquanto os vários concorrentes se organizavam estrategicamente, ia-se conhecendo a coligação de centro-direita e os avanços dos conservadores, reagindo alguns esquerdistas favoráveis à ideia do “cartel”. Assim, Fazenda Júnior⁶¹⁷ defendia a coligação das esquerdas para constituição de uma “confederação dos interesses políticos e económicos do Povo”, sublinhando a necessidade de acentuar o carácter socialista da ED e do cartel. O artigo concretizava alguns pontos programáticos, elegendo como primeira função da coligação a preparação das multidões para

⁶¹⁶ “Far-se-á o cartel das esquerdas?”, in *A Tarde*, 24 de agosto de 1925, p. 1.

⁶¹⁷ “O cartel”, in *A Tribuna*, 4 de setembro de 1925, p. 1.

exigirem dos governos reformas socialistas como a posse das fábricas e dos “utensílios de trabalho” pelos operários, a federação dos municípios autónomos, a redução das heranças superiores a 500000 escudos a 1/3 do seu valor, revertendo a diferença para a comunidade, e a fundação de cooperativas de consumo. Fazenda Júnior distinguia o radicalismo do socialismo, viragem que um segundo governo liderado por José Domingues dos Santos deveria protagonizar⁶¹⁸ e que parecia significar o reforço da autonomia política e económica popular.

A mais comum referência ao cartel, para aqueles que defendiam a união das esquerdas, consistia na necessidade de reação à união do seu negativo, ou seja, na urgência de combater as coligações e os avanços de centro-direita e direita. O jornal *Pátria Livre*, apoiante do PRR e da ED, referia os trabalhos em curso para a formação do cartel e a correspondente propaganda contra um grande campo opositor, o do conservadorismo, incluindo os inimigos da República (os monárquicos), mas também os interesses económicos e os partidos republicanos da direita⁶¹⁹. Nas páginas de *A Revolta* de Lisboa apelava-se ao voto unísono dos “soldados das esquerdas” ou a sua abstenção total, para combater a “ditadura burguesa” a favor da “soberania do povo”⁶²⁰.

No dia 15 de setembro, a Comissão Central de Resistência aos Actos do Directório do PRP decidiu nomear uma comissão para tratar das negociações do cartel, não deixando de laborar por conta própria uma ligação a classes assalariadas com peso nas lutas sociais. No dia 8 de setembro, João Pedro dos Santos, candidato a deputado pelo círculo de Évora, presidiu a uma reunião com ferroviários do Sul e

⁶¹⁸ “Se o primeiro governo do eminente estadista foi radical, o segundo tem de ser socialista.”, in *idem*, *ibidem*.

⁶¹⁹ “É certo que se trabalha com todo o afã para o «Cartel» das esquerdas, tanto da parte dos democráticos esquerdistas, como os radicais, independentes e socialistas. A propaganda já começou baseada nesse sentido. É preciso que ela se faça de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Só assim libertaremos a República das garras aduncas dos conservadores que é como quem diz das forças vivas, dessa canalha que nos tem roubado e escarnecido desde a implantação do atual regime. Temos de mudar de rumo, dando lugar aos novos para a realização dum programa verdadeiramente radical. Portanto todo o bom republicano deve fazer campanha, por todos os modos e feitios contra os monárquicos e chamados republicanos conservadores.”, “Eleições”, in *Pátria Livre*, 12 de setembro de 1925, p. 3.

⁶²⁰ “É urgente, é inadiável a conjunção de forças, para o combate donde está pendente ou a salvação da República, ou o seu aniquilamento final! Independentemente de facções, todos os soldados das esquerdas se devem concentrar numa parada demonstrativa de forças, para fazer recuar a ditadura odiosa das direitas! E se assim não procederem, então fica-lhes mais airoso promover uma abstenção geral.”, “Eleições! Eleições!”, in *A Revolta*, 25 de outubro de 1925, p. 1.

Sueste, na qual se criou uma comissão de propaganda própria⁶²¹. Dois dias depois, João Pedro dos Santos reunia com funcionários telégrafo-postais acordando a formação de outra comissão congénere⁶²². Os ferroviários do Minho e Douro também formaram uma comissão de propaganda e chegaram a publicar um manifesto eleitoral no final de outubro, ancorando o apelo ao voto nos candidatos da ED na experiência governamental do gabinete liderado por José Domingues dos Santos, por ter combatido os interesses da moagem e da alta finança, por ter proposto o fim dos monopólios do tabaco e dos fósforos, por ter apresentado uma proposta de *Habeas Corpus* e ter legalizado as confederações de trabalhadores. O manifesto era classista, opondo as “classes parasitárias”, os exploradores, a um povo que incluía soldados e marinheiros, um povo da blusa e da farda, a quem a República devia a sua existência⁶²³ e de quem a economia dependia⁶²⁴. A promessa era a de cumprimento de uma democracia com instituições “progressivas”, isto é, “em que possam ter realização as aspirações legítimas das classes a quem tudo falta”⁶²⁵. *O Mundo* anunciou ainda a aproximação aos arsenalistas do Exército e da Marinha, com quem a ED se devia reunir em meados de setembro.

Das negociações do cartel sobreviveu a aliança da ED com os comunistas, nos termos exigidos pela ED, isto é, com os comunistas apresentados como representantes de classes profissionais, garantindo assim um cunho operário à sua candidatura enquanto era evitada, com prudência, a colagem ao bolchevismo. A 10 de outubro efetuou-se, finalmente, a reunião com os arsenalistas do exército e da marinha, e no

⁶²¹ A comissão eleita compreendia Amadeu Primo da Rocha, Firmino do Carmo, João dos Santos Pimenta, José Francisco de Alegria Mourato e Carlos da Assunção Fonseca. *Vd.* “Partido Republicano Português”, in *O Mundo*, 9 de setembro de 1925, p. 1.

⁶²² Na reunião falaram Manuel Alegria Vidal, Vicente Elvas dos Santos, Carlos Nasi e Manuel Joaquim da Silva Peralta. A lista com o nome dos sete vogais da Comissão de Propaganda dos Funcionários Telégrafo-Postais não chegou a ser publicada. *Vd.* “Comissão Central de Resistência aos actos do Directório”, in *O Mundo*, 11 de setembro de 1925, p. 1.

⁶²³ “A República só foi possível pelo sacrifício heróico do povo, do Exército e da Marinha; pois é precisamente esse povo – quer vista uma blusa ou envergue uma farda – que ainda não sentiu a influência benéfica das instituições que com o seu sangue criou.”, “Propaganda eleitoral”, in *O Mundo*, 31 outubro de 1925, p. 1.

⁶²⁴ “Esse governo, fazendo o reconhecimento legal das associações de classe – de que só gozavam os exploradores – facilitou o desenvolvimento moral e económico das classes que produzem a riqueza e vivem e morrem na miséria.”, “Outros manifestos”, in *O mundo*, 6 de novembro de 1925, p. 1.

⁶²⁵ *Idem, ibidem.*

dia 14 era anunciada a “Lista Popular” de Lisboa, congregando a ED, o PCP, os arsenalistas, os empregados do comércio e funcionários telégrafo-postais⁶²⁶.

A reunião para escolha dos candidatos a deputados e senadores foi feita no dia 22 de outubro, sendo de destacar os discursos de Pestana Júnior e de Vicente Elvas dos Santos por representarem as duas componentes que se casavam, mas não deixavam de ser distintas. O primeiro referiu a correspondência do programa da ED com uma “formidável corrente de opinião popular republicana”, reiterando a rejeição de colaboração com as direitas. A cargo do segundo ficou a vertente operária da coligação. Dito de outro modo, Pestana Júnior falou como porta-voz da esquerda burguesa e pequeno-burguesa, Vicente Elvas dos Santos como porta-voz do operariado que emprestava a sua força à esquerda burguesa, sem se confundir com ela:

“Considerando que as classes trabalhadoras estão dando todo o seu apoio moral e material à Esquerda Democrática, para a defesa e o prestígio da República; considerando que os republicanos que a constituem visam a realização dos ideais democrático-sociais: as comissões reunidas para a escolha dos candidatos da Esquerda Democrática por Lisboa afirmam o seu mais caloroso protesto de saudação e confraternização ao operariado português.”⁶²⁷.

Conforme tínhamos visto anteriormente, o discurso eleitoral da ED variava de acordo com a composição do eleitorado por círculo. Se em Lisboa e em Beja, locais onde concorriam em aliança com o PCP, a oposição de classes era sublinhada como aquilo que estava em causa na ida às urnas, no resto do país era a harmonia interclassista que era desejada. A “lista popular” de Lisboa teve, de facto, grande alarido e cobertura na capital, desde logo porque o jornal que a tratava, *O Mundo*, tinha capacidade para o fazer, mas também porque na capital se concentrava parte importante do operariado, da pequena burguesia do funcionalismo, da pequena burguesia proprietária, enfim, do potencial eleitorado da esquerda social-democrata. Aqui o esforço era por demonstrar que a ED tinha uma feição operária não sendo,

⁶²⁶Vd. QUEIRÓS, 2008, pp. 106-123.

⁶²⁷ “Esquerda Democrática”, in *O Mundo*, 22 de outubro de 1925, p. 1.

nem desejando ser um partido operário. A entrevista já citada dada por José Domingues dos Santos ao *Diário de Lisboa* foi reproduzida nas páginas do *Ala Esquerda* com o título “O operariado perante as eleições”, e o líder da ED referia os candidatos à assembleia que provinham do meio operário como se o representassem, deixando bem claro que os acordos eleitorais não se haviam firmado com os sindicatos, mas com elementos pertencentes às classes profissionais. Enquanto se acalmava o pavor burguês da subversão social, do “perigo vermelho”, também se justificava a atitude oficial dos sindicatos, que negavam dar qualquer apoio aos partidos políticos. Os candidatos “operários” citados por José Domingues dos Santos eram José Tavares dos Santos, serralheiro, arsenalista e comunista, que tinha o apoio do pessoal dos arsenais e da Cordoaria Nacional, João Ferreira Cabecinha, empregado do comércio e comunista, que tinha o apoio dos caixeiros e empregados do comércio, Adalberto Veiga, engenheiro, funcionário superior dos Correios e Telégrafos, e Augusto de Miranda, médico e comunista.

As sessões de propaganda da “lista popular” de Lisboa confirmam o esforço delicado de convivialidade entre representações de classes sociais, os candidatos da ED falando pelas falanges burguesas e pequeno-burguesas, e os candidatos do PCP pelas falanges pequeno-burguesas e operárias. A intersecção não era suficiente para haver um discurso comum. Os republicanos da esquerda tentavam chegar às classes trabalhadoras jurando a sua fidelidade aos ideais democráticos e genuína crença na necessidade de pôr em prática uma vontade popular. Mayer Garção, presidindo a sessão de propaganda da Calçada da Ajuda, dizia que os republicanos se tinham afastado do povo, invectivando os democratas a regressar para junto dele, “adivinhando e satisfazendo as suas legítimas e humanas aspirações.”⁶²⁸. Nóbrega Quintal, candidato pelo círculo ocidental de Lisboa, fazia opor à esquerda republicana os maus republicanos e monárquicos, ambos partilhando da voracidade com que devoravam o povo⁶²⁹. No Centro Democrático Castelo Branco Saraiva, onde a assistência era - dizia *O Mundo* -, “composta a maior parte de operários”, o coronel Augusto Taveira, herói do 31 de janeiro, ao abrir a sessão confessava-se imensamente

⁶²⁸ “Propaganda eleitoral da esquerda do PRP”, in *O Mundo*, 2 de novembro de 1925, p. 1.

⁶²⁹ “Nós, os republicanos da esquerda, somos contra maus republicanos e monárquicos, uns e outros exploradores do povo, que querem amesendar-se nas grandes companhias, que têm uma só vontade – comer!”, “Propaganda eleitoral da esquerda do PRP”, in *idem, ibidem*.

agradado por se ver entre o povo, de quem a esquerda republicana recebia “o influxo da sua admirável energia na luta esforçada pela República”, ao contrário dos adversários políticos da ED que do povo se escondiam. Neste discurso, os republicanos da ED eram considerados dignos do voto popular por serem “amigos do povo”⁶³⁰. Num dos intertítulos da notícia que relatava esta sessão lia-se “Um industrial e um operário defendendo o mesmo ideal de Democracia”, introduzindo o discurso de Eduardo Pinto de Sousa, industrial, candidato ao senado, que no final teria sido secundado por um operário, sem referência ao seu nome ou às suas palavras, isto é, sem protagonismo além do do seu anónimo aval à candidatura de um aparente inimigo de classe⁶³¹. Por seu turno, os candidatos do PCP apareciam a representar os trabalhadores e/ ou os operários, sendo tão estranha a sua aliança a um partido burguês e a entrada no jogo eleitoral que as suas intervenções começavam com uma justificação. João Cabecinha dizia que o seu ideal era “mais extremista do que a democracia, o ideal dos republicanos da esquerda”, embora julgasse que o abstencionismo do operariado e da pequena burguesia favorecia os interesses das chamadas “forças vivas”⁶³². Afirmava dar a sua força aos elementos progressistas da república para garantir um “princípio de liberdade”⁶³³, mas não deixava de referir uma distinção de corpos políticos: “Ainda que se sinta melhor entre as classes operárias, queimará os seus cartuchos na defesa da República, por ser esta a mais avançada garantia das aspirações populares.”⁶³⁴. O meio de um operário ou de um pretenso representante do operariado era entre os operários. Na sessão do Centro Democrático Castelo Branco Saraiva, João Cabecinha era apresentado como o candidato dos

⁶³⁰ “Depois, referindo-se de uma maneira geral à Esquerda Democrática, diz que o povo deve votar nos seus homens porque são amigos.”, “Propaganda da lista popular”, in *O Mundo*, 3 de novembro de 1925, p. 1.

⁶³¹ “Findo o discurso, um operário vem irmanar o industrial na ideia democrática.”, in *idem, ibidem*.

⁶³² “As *forças vivas* encontram alento na indiferença do operariado e da pequena burguesia.” (“Propaganda eleitoral da esquerda do PRP”, in *O Mundo*, 2 de novembro de 1925, p. 1). A CGT respondia denunciando a venalidade eleitoral da aliança dos comunistas com a ED: “O Partido Comunista (...) lança-se na luta eleitoral com um programa reformista, nitidamente anti-moscovita e liga-se aos esquerdistas. (...) E assim constata-se o aparecimento duma ideia política nova composta de duas ideias antagónicas: a comunista que pretende deitar abaixo a sociedade e a esquerdistista que quer conservá-la, dotando-a de bases mais sólidas.” (“A venalidade eleitoral. O comunismo-esquerdistista e o socialismo-silvista!”, in *A Batalha*, 5 de novembro de 1925, p. 1).

⁶³³ “A atitude do sr. José Domingues dos Santos marca um princípio de liberdade, há tanto tempo ausente da República. É por isso que votando na lista da Esquerda Democrática se garante o triunfo desse princípio.”, “Propaganda eleitoral da esquerda do PRP”, in *O Mundo*, 2 de novembro de 1925, p. 1.

⁶³⁴ *Idem, ibidem*.

trabalhadores, e de novo explicava porque dava o seu apoio à ED, por considerar o parlamento “um excelente campo para fazer vingar os interesses das classes operárias.”.

Nas páginas de *O Mundo* a campanha pela “lista popular” manteve-se intensa e vibrante nos últimos dias antes da ida às urnas. Enquanto as combinações do PRP com as direitas (e os socialistas) se iam conhecendo, fazia-se crescer o chão da ED, sublinhando a motivação da aliança tácita entre o PRP, a UIE e os monárquicos – combater a esquerda⁶³⁵. Em simultâneo, reforçava-se a oposição de campos políticos entre a esquerda e a direita, representando exploradores e explorados de cada lado da barricada. Na mesma página do jornal onde Mayer Garção atacava os acordos das direitas, “a conjura” eleitoral, outra coluna apresentava “Os candidatos do povo”, os da ED, que pareciam reanimar o espírito da propaganda republicana de finais do século XIX e o desejado apoio das massas populares, isto é, de uma maioria legitimadora da ideia de esquerda republicana enquanto representante do povo:

“É admirável o que se está passando. Enquanto por toda a parte monárquicos e nacionalistas votam com os *bonzos*, os esquerdistas recebem o caloroso apoio da massa popular. (...) Vêm agora as eleições, e enquanto monárquicos e reacionários, onde não têm força bastante para vencer isolados, votam na lista da Direita Democrática, marcando-lhe bem o carácter conservador, o povo acode em massa a apoiar os esquerdistas.”⁶³⁶.

A ED teria o mérito de insuflar nova vida à causa republicana e às massas populares ao mesmo tempo, como se estas tivessem sido desde 1910 um povo republicano à espera de elites igualmente republicanas para acordar: “O

⁶³⁵ “Aqui, em Lisboa, junta-se a uma facção retintamente burguesa-conservadora, como é a das direitas democráticas, um certo número de elementos socialistas. Compreende-se uma tal anomalia? (...) No Porto, são, como aqui, as direitas democráticas e outros elementos de sua natureza avançados que se conluíam na mais assombrosa das ligações, e ainda os monárquicos, e ainda os homens das *forças vivas*, que desistem das suas listas próprias para aumentarem a votação da lista da direita democrática. (...) Que significam estes vergonhosos conúbios? Significam que, na realidade, não há senão uma luta: a luta dos exploradores contra os explorados e com os exploradores estão as mais variadas espécies de elementos políticos, e com os explorados não está, de alma e coração, senão uma: a Esquerda Democrática!”, “A conjura”, in *O Mundo*, 7 de novembro de 1925, p. 1.

⁶³⁶ “Os candidatos do povo”, in *O Mundo*, 7 de novembro de 1925, p. 1.

abstencionismo eleitoral vai deixar de ser um facto e todos esses votos são trazidos pelo entusiasmo que nas populações está despertando o propósito da Esquerda Democrática realizar, ou no parlamento ou no governo, uma obra verdadeiramente republicana.”⁶³⁷. Nunca querendo largar o património histórico ganho pelo PRP, a cisão partidária voltava a ser referida, agora teleologicamente justificada: “A crise que o PRP atravessou vai resolver-se no sentido da confirmação e revigoração do seu antigo programa.”⁶³⁸.

O mesmo programa por cumprir, com uma diferença fundamental. O combate agora era económico. Numa das imagens simbólicas que à época foram usadas, desde logo por José Domingues dos Santos, a reação conservadora era um dragão de três cabeças, a religiosa, a política e a económica. A 5 de outubro de 1910 a terceira cabeça ficara por cortar e, por isso, as outras duas puderam voltar a crescer. Cumprir o programa de 1891 e as aspirações progressistas do republicanismo implicava cortar as três cabeças da reação⁶³⁹. A ED era essa espécie de braço empunhando a espada que recebia no presente a missão histórica do republicanismo, e nesta narrativa o PCP não entrava. Dois dias antes das eleições *O Mundo* relatava nas últimas notícias o comício do liceu Camões, em Lisboa, imprimindo como subtítulo “O Partido Comunista coloca-se ao lado da Esquerda Democrática”. Ladear era aqui reconhecer o poder da ED, a justiça da sua missão. Quando a notícia acenava triunfante a enorme assistência que a sessão tinha tido era para exibir a prova daquilo que a ED tinha de popular e aquilo que de esquerda republicana tinha o povo de Lisboa: “O ginásio do liceu Camões, um dos mais vastos edifícios de Lisboa, encheu-se ontem à noite de povo, do verdadeiro povo republicano, daquele que quer uma República sã e progressiva, sem ligações híbridas com inimigos que não perdoam.”⁶⁴⁰.

A dinâmica da campanha eleitoral da “lista popular” em Lisboa revela a delicadeza da gestão da ED, precisada do apoio dos representantes das classes

⁶³⁷ *Idem, ibidem.*

⁶³⁸ *Idem, ibidem.*

⁶³⁹ “(...) do dragão de três cabeças que surgia sempre que lhe cortavam uma cabeça, e que só morreu quando lhas cortaram todas. No tempo da monarquia havia também um dragão de três cabeças que eram – a financeira, a política, a religiosa. Em 5 de outubro, cortaram-lhe duas, a política correndo com o rei, a religiosa, separando a Igreja do Estado, mas ficou a financeira que é preciso cortar também.”, “No liceu Camões, uma imponentíssima sessão de propaganda”, in *O Mundo*, 6 de novembro de 1925, p. 2.

⁶⁴⁰ *Idem, ibidem.*

trabalhadoras, mas não se querendo contaminar com um ideal e um programa “bolchevista” que, atacando a propriedade, repelisse a burguesia. Para o PCP o equilíbrio era igualmente instável pelos motivos simetricamente inversos. Partido do operariado e da pequena burguesia precisava de aproveitar a força que a ED canalizava dos protestos populares em curso desde 1924, sem comprometer os ideais revolucionários e alienar o movimento operário organizado.

Se nos comícios ED e PCP apareciam lado a lado, a nível programático a situação era outra. Publicados como manifestos surgiam os compromissos eleitorais dos candidatos comunistas, dirigidos às corporações que os apoiavam ou cujo o apoio pretendiam mobilizar. Adalberto da Costa Veiga assinava o manifesto “À corporação Telégrafo-Postal” onde interpelava os seus camaradas, primeiro justificando ter aceite a candidatura a deputado para defender, note-se, “os interesses da corporação”, depois expondo concretamente a lista de reclamações a levar ao parlamento⁶⁴¹. Os empregados no comércio seguiam a mesma lógica propondo João Ferreira Cabecinha para “representante da classe no futuro parlamento.”⁶⁴². No jornal *O Trabalhador Rural*, órgão do PCP em Beja, era publicado o programa eleitoral do partido, sem qualquer referência à aliança eleitoral com a ED. A todo o comprimento da primeira página invectivavam-se os proletários a votar, exclamando “Basta de puritanismo!”, e defendendo a necessidade de combater as forças económicas também no campo

⁶⁴¹ “(...) há a atacar o Contrato Marconi que dá a uma companhia de argentários o monopólio real de todas as comunicações telegráficas durante 50 anos e lhe entrega discricionariamente a segurança, os segredos e as finanças do Estado. As estações telégrafo-postais, vergonhosamente instaladas em velhos pardieiros, exigem edifícios apropriados. Impõe-se a realização de um empréstimo pela Caixa Geral de Depósitos que permita a construção de estações modelares. A administração geral dos Correio e Telégrafos, espécie de sobado dentro da República, exige pronta recomposição que permita que o pessoal dela faça parte. A criação de uma caixa de aposentações impõe-se nos correios e telégrafos como medida de proteção e economia. O horário de trabalho, o descanso semanal e os serviços extraordinários, que são regulados arbitrariamente, carecem de um estatuto. Atender o pessoal dentro da justiça, promover que se aperfeiçoem e moralizem os serviços, dotando-os de elementos necessários para se tornarem prestimosos, como já em tempos foram, eis a tarefa a que se dedicará o vosso camarada.”, “Lista Popular”, in *O Mundo*, 6 de novembro de 1925, p. 1.

⁶⁴² “(...) reconhece ainda um grupo de empregados do comércio que a lei do *descanso semanal* não está regulamentada na maior parte das terras do país e que é preciso transformá-la em *descanso dominical*, conforme resoluções dos congressos corporativos, pois apesar de uma *lei das 8 horas de trabalho*, os empregados no comércio continuam a trabalhar 12, 14 e mais horas mercê da cumplicidade das autoridades que consentem no desrespeito à lei para não ferirem os interesses do patronato (...). Muitos empregados no comércio não podem nem devem limitar a sua ação à defesa daquelas regalias. Os empregados do comércio têm necessidade de reclamar um salário em conformidade com a divisa cambial sobre Londres e o contrato colectivo do trabalho. Os empregados no comércio para a conquista das duas primeiras regalias, serviram-se de várias armas, desde a luta de classes à reclamação aos poderes constituídos. Para a conquista das segundas, e sem desprezar a luta de classes, de outra arma têm de lançar mão: a luta parlamentar.”, in *idem, ibidem*.

eleitoral. Os pontos programáticos eram depois introduzidos pela declaração de que o PCP continuava a não crer na possibilidade de mudança enquanto as estruturas do poder fossem burguesas e servissem os interesses das forças económicas⁶⁴³, propondo-se levar ao parlamento as reformas que modificariam essa situação. Os alicerces da soberania popular seriam organismos que agrupassem os produtores⁶⁴⁴ e, nesse sentido, o PCP propunha defender: 1) a incompatibilidade do exercício de funções públicas com cargos de gerência nos bancos e companhias “concessionárias privilegiadas”; 2) a representação proporcional das classes no corpo legislativo e nas administrações locais; 3) a nacionalização dos bancos, seguradoras, moagem, tabacos, fósforos, caminhos de ferro, e transportes marítimos de longo curso; 4) a organização dos sectores enunciados antes em *trusts* do Estado, com participação dos operários e empregados da administração; 5) a nacionalização dos latifúndios e outras propriedades fundiárias não cultivadas; 6) a distribuição da terra por famílias de camponeses, cooperativas e sindicatos para transformar a cultura extensiva em cultura intensiva, aumentar a produtividade e baixar os preços; 7) o monopólio estatal do comércio externo de alimentos e matérias-primas industriais, controlado pelos sindicatos operários e pelas cooperativas; 8) redução dos impostos aduaneiros sobre bens de primeira necessidade; 9) o estabelecimento de um salário mínimo para todos os operários e empregados, fixado em função do preço das mercadorias; 10) a organização do crédito aos pequenos agricultores e industriais, às cooperativas de produção e de consumo, através da Caixa Geral de Depósitos; 11) o subsídio de desemprego, fixado em 30% do salário regular; 12) a abertura de obras públicas extraordinárias para combater o desemprego; 13) taxar em 50% as fortunas acima de 500000 escudos e com taxas progressivas as fortunas entre 200000 e os 500000; 14) o aumento da contribuição de registo por título gratuito; 15) a alfabetização de adultos entre os 18 e os 30 anos, através de organismos populares com financiamento do Estado; 16) a criação de condições para o ensino obrigatório, como garantir

⁶⁴³ “O PCP não crê nas virtudes pregadas da democracia formalista, exercida por organismos que de populares nada têm e que serviram até agora para acentuar cada vez mais o predomínio da burguesia exploradora.”, “Programa eleitoral do Partido Comunista Português”, in *O Trabalhador Rural*, 24 de outubro de 1925, p.1.

⁶⁴⁴ “A verdadeira soberania popular, o insofismável governo do povo e pelo povo, só pode encontrar a sua expressão em organismos que agrupam os diretos produtores. Enquanto as grandes empresas económicas não forem nacionalizadas, o poder público há de exprimir sempre a vontade e os interesses dos grandes exploradores.”, in *idem, ibidem*.

assistência médica e farmacêutica, vestuário e alimentação; 17) a reforma do ensino, dando maior lugar à vertente profissional; 18) a organização dos seguros sociais para a maternidade, a infância, a velhice e a invalidez.

A leitura destes documentos, os manifestos das corporações encabeçadas por candidatos comunistas e o programa eleitoral do PCP, evidencia a falta de articulação programática da aliança ED-PCP. Havia um ponto de intersecção entre os dois partidos, o desejo de cooptar a pequena burguesia, proprietária ou empregada nos serviços, para as suas hostes⁶⁴⁵, mas isso não era suficiente para criar uma ideia política comum. Pelo contrário, não é impossível encontrar nesse desejo um campo de disputa entre os dois partidos, a ED procurando envolver a pequena burguesia numa ideia social-democrata, o PCP num projeto mais vasto de nacionalizações para uma futura gestão da produção repartida entre o Estado, os trabalhadores e pequenos produtores. Quando havia organização em classe profissional, qualquer um dos partidos da esquerda disputava a representação política da heterogénea classe intermédia com o movimento operário organizado. Vejamos o caso do funcionalismo.

A organização sindical dos funcionários públicos ocorreu no pós-guerra, sendo um dos fenómenos atribuíveis ao contexto de crise socioeconómica e derivada polarização política⁶⁴⁶. A formação da classe para a luta foi acompanhada de tensões e debates acerca de afinidades sociais, económicas e políticas, sobre se o funcionalismo deveria ser integrado no movimento operário e participar dos ideais do sindicalismo

⁶⁴⁵ No seu programa eleitoral, o PCP refere a promoção de crédito à pequena produção: “O PCP, ciente de que a economia nacional repousa essencialmente no esforço dos pequenos produtores que constituem a grande maioria da população (...)”, *in idem, ibidem*. Conforme refere João Madeira, haveria divisão no seio do partido acerca das opções de coletivização ou distribuição de parcelas, defendendo a segunda hipótese Carlos Rates e Manuel Ferreira Quartel. Vd. MADEIRA, 2013, p. 27.

⁶⁴⁶ “Ao contrário da classe operária que muito cedo cortou com a burguesia republicana no poder, o funcionalismo público e em geral a pequena-burguesia, só para os finais da década deixaram de estar sob a sua influência. Factores de ordem económica, na sua crueza, para tal contribuíram: as sequelas da guerra, a crise capitalista mundial, do pós-guerra, as vicissitudes do processo de concentração capitalista em Portugal, refletiram-se na subida vertiginosa do custo de vida no período 1917-1924. (...) Estas modificações de *status* social foram particularmente sensíveis nas camadas médias e médias-altas do funcionalismo, facto que terá sido decisivo para o aparecimento da ACEE. Esta organização veio colmatar a ausência de uma organização sindical dos escalões intermédios dos funcionários das Secretarias de Estado dos diferentes Ministérios, suas dependências e organismos autónomos, pois que já existia à data da sua criação uma Associação da Classe do Pessoal Menor das Secretarias de Estado. O abaixamento drástico do nível de vida teria ajudado os escalões médios do funcionalismo a adquirir consciência de classe e a libertarem-se da dependência psicológica face ao Estado.”, *in* LEITÃO e RUIVO, 1977, pp. 27-28.

revolucionário ou não⁶⁴⁷. Por ocasião das eleições de 1925, o jornal da ACEE, *União*, propôs-se publicar um inquérito informal da iniciativa do redator principal, Santos Ferreira, no qual os associados poderiam expressar a sua opinião acerca da participação ou não no ato eleitoral. O inquérito foi impresso durante três números, suspendendo-se em março quando o sindicato passou a assegurar a redação do jornal. A decisão de suspensão justificava-se, precisamente, porque o inquérito não correspondia a nenhum compromisso do colectivo com os associados. Mais tarde, em novembro, já sob a pressão exercida pela campanha das “listas populares”, a CGT tomou posição quanto à participação do operariado nas eleições, reiterando o princípio abstencionista do sindicalismo revolucionário:

“A atitude, pois, da Confederação Geral do Trabalho em face do ato eleitoral só pode ser esta: *abstenção*. Manifestação burguesa meramente política, a esse ato é a CGT estranha. É uma luta de disputa pela posse das rédeas do Estado capitalista. Como tal só poderá interessar aos indivíduos ou organismos que estão integrados no próprio regime burguês ou que do mesmo fazem derivar possibilidades políticas para a instituição de novas fórmulas de opressão.”⁶⁴⁸.

O sindicato dos funcionários acabaria por alinhar com a posição da CGT, o que motivou um grupo de empregados das secretarias e serviços externos a emitir uma nota propondo-se fazer propaganda junto da classe para o voto nos candidatos

⁶⁴⁷ Em 1922, a ACEE fez-se representar no 3º Congresso Nacional Operário levando à assembleia uma tese intitulada “Simplificação dos serviços públicos”, cujo relator foi Nogueira de Brito. A tese, enquanto propunha a redução do corpo de funcionários públicos, tinha como principal móbil a dignificação do serviço público pelo reconhecimento da sua utilidade na sociedade presente e na de um futuro onde os proletários tomassem em mãos a organização da produção. Concretamente, propunha-se a eliminação de categorias hierárquicas, liquidando-se grande parte das especializações, reduzindo a organização dos funcionários a dois quadros, um provisório de entrada (estágio) e outro geral onde os estagiários entrariam por concurso. Para uma maior profissionalização das funções, propunha-se ainda a criação de cursos preparatórios, e, para evitar a nomeação meramente política, os cargos diretivos seriam atribuídos a indivíduos do quadro geral escalados temporariamente. Dizia-se então que a finalidade da simplificação dos serviços públicos era dar-lhes uma feição socialista e profissional, notando-se a grande ambição de equiparar os funcionários aos proletários: “Assim constituído, o funcionalismo seria um elemento preciso em qualquer estrutura social e a designação que hoje tem de burocrata seria agradável e criteriosamente substituída pela de proletário porque a utilidade da sua profissão seria indubitavelmente reconhecida.”, “Congresso Nacional Operário. Tese «Simplificação dos serviços públicos»”, in *União*, 15 de setembro de 1922, p. 2.

⁶⁴⁸ “A Confederação Geral do Trabalho e o próximo ato eleitoral”, in *A Batalha*, 4 de novembro de 1925, p. 1

comunistas. A nota não refere a ED, mas os nomes dos quatros candidatos do PCP, e uma particularidade, um documento arquivado no sindicato onde os candidatos se comprometiam a levar as reclamações da classe – através do sindicato - ao parlamento⁶⁴⁹. Tal como nos manifestos dos Correios e Telégrafos e dos empregados no comércio, também aqui se respeitava a corporação como unidade política, surgindo os candidatos comunistas como veículos do decalque da lógica da ação direta no parlamento. O mesmo respeito tinha a ED que não aceitava a colaboração do PCP a não ser como representante de classes profissionais específicas.

O balanço das eleições de 1925 foi margo para todos os concorrentes do PRP, apesar de algumas vitórias, confirmando a hegemonia do principal partido republicano sobre o sistema político-partidário. A ED elegeu seis deputados, dois pelo Porto, um por Santo Tirso, dois por Lisboa Oriental e um por Cabo Verde, ficando muito aquém da expressão esperada. Nenhum candidato comunista foi eleito⁶⁵⁰.

IV.3.4. As campanhas de 1925 e 1926 contra as deportações e o fascismo.

Aquando do golpe conservador de 18 de abril de 1925 as organizações operárias de Lisboa apelaram à distribuição de armas pela população para auxílio das tropas fiéis ao governo chefiado por Vitorino Guimarães. O Conselho Confederal da

⁶⁴⁹ “Um numeroso grupo de servidores do Estado, constituído por funcionários das secretarias e serviços externos, discordando da atitude pouco clara da comissão administrativa do Sindicato Nacional dos Empregados do Estado perante o próximo ato eleitoral, atitude definida numa nota oficiosa (...) resolveu, não envolvendo neste seu ato, o sindicato como organismo de classe, promover no meio do funcionalismo a necessária propaganda, aconselhando os seus colegas que votem a que o façam nos candidatos por Lisboa: Augusto Rodrigues de Miranda e José Tavares Dos Santos (círculo oriental); João Ferreira Cabecinha e Adalberto da Costa Veiga (círculo ocidental). Estes candidatos tomaram o compromisso escrito, que será arquivado no sindicato, de defenderem no parlamento as reclamações do funcionalismo, quando apresentadas por intermédio do organismo da classe.”, “Propaganda eleitoral”, in *O Mundo*, 7 de novembro de 1925, p. 1.

⁶⁵⁰ O projeto do “cartel das esquerdas” voltou a ser tentado nas eleições para as câmaras municipais e juntas gerais de distrito (22 de novembro de 1925) e nas eleições para as juntas de freguesia (6 de dezembro de 1925). Em Lisboa, houve negociações para a elaboração de uma lista incluindo radicais, comunistas e representantes das classes profissionais (arsenalistas, funcionários públicos, empregados no comércio, professores primários). Estas últimas, identificadas como “Comité da Esquerda Social”, anunciariam o abandono da aliança por discordarem da distribuição de lugares propostos. Haveria uma coligação, no entanto, firmada com o PRR, a Conjuncção Esquerdista-Radical. Venceram no 3º bairro de Lisboa, para a Junta Distrital. Perderam a maioria para a câmara da cidade, mas elegeram sete candidatos, incluindo Jaime Cortesão, que inicialmente recusou ter aceite integrar as listas, mas acabou por ser empossado. Quanto às juntas de freguesia, em coligação com o PRR venceram as maiorias em oito freguesias da capital. Para maiores detalhes sobre estas eleições, Vd. QUEIRÓS, 2008, pp. 125-132.

CGT via na intentona a ameaça às liberdades de associação e expressão, para amordaçar as classes que se opunham aos grandes interesses económicos do país. A USO de Lisboa declarava a greve geral e as Juventudes Sindicalistas exortavam os jovens à defesa da liberdade com a vida. Para efeitos de defesa das liberdades e combate ao perigo fascista assinavam outro manifesto, em coligação, os socialistas, os comunistas, os partidários da Internacional Sindical Vermelha, o centro republicano 5 de outubro e a CGT, por decisão do Comité Confederal⁶⁵¹. Neste documento, aconselhava-se a população lisboeta a não deixar inteiramente nas mãos do governo o combate ao golpe da direita:

“É indispensável que o povo de Lisboa não entregue exclusivamente a sua defesa às forças militares que estão do lado do governo. Se o governo, por atos de decisiva energia, não resolver hoje mesmo a situação, atacando as forças reacionárias, o povo, o proletariado, deve, pelos meios ao seu alcance, armar-se e decisivamente enfrentar e jugular o movimento das direitas.”⁶⁵²

O concurso do braço popular armado não foi necessário para conter a insurreição⁶⁵³, mas a prontidão das organizações operárias deixou clara a disponibilidade para armar o bloco radical num próximo confronto. Nos dias imediatos, a coberto da declaração de estado de sítio aprovada no parlamento, a polícia começou a fazer rusgas e prisões nos meios operários, começando no 1º de maio desse ano a deportação sem julgamento de presos por questões sociais⁶⁵⁴. Para o movimento operário organizado havia uma relação entre os dois acontecimentos,

⁶⁵¹ Depois criticada pelo Conselho Confederal. Vd. “Uma interpretação errada?”, in *A Batalha*, 7 de maio de 1925, p. 1.

⁶⁵² “Ao povo de Lisboa”, in *A Batalha*, 19 de abril de 1925, p. 1.

⁶⁵³ Emídio Santana recorda de modo diferente, atribuindo às bombas “a singela e quase anacrónica arma do povo” o recuo e rendição dos revoltosos. SANTANA, 1987, pp. 86-87.

⁶⁵⁴ A 1 de maio de 1925 foram deportados Arsénio José Filipe, Domingos Paiva, Julião de Almeida, Manuel Tavares, Luís Ferreira da Silva, José Alves dos Santos, Elpídio Duarte, António Dias, Daniel Severino, Amadeu Carlos das Neves, José Lopes, Alfredo dos Santos, Álvaro Damas, Mário dos Santos Fontainhas, José de Almeida Figueiredo e Manuel Francisco. Vd. “A acção da USO perante as deportações”, in *A Batalha*, 1 de maio de 1925, p. 7.

percepção reforçada após a sentença do julgamento da sala do Risco, na qual os implicados no 18 de abril foram absolvidos⁶⁵⁵.

Para as várias esquerdas, o golpe de 18 de abril de 1925 foi prova da consistência progressiva do campo conservador, do adensar da conspiração militar para instituir uma ditadura com o apoio das direitas políticas e económicas, dando origem a algumas iniciativas unitárias, mas também ao cisma no movimento operário. Segundo Emídio Santana, então militante das Juventudes Sindicalistas, a cisão dos apoiantes da Internacional Sindical Vermelha (militantes comunistas) com a CGT iniciou-se na reunião do Conselho Confederal, a 19 de abril de 1925, a propósito da estratégia a seguir pelo movimento operário organizado perante as ofensivas conservadoras. Enquanto a maioria no Conselho Confederal defendeu uma política de alianças circunstanciais com as outras organizações de esquerda, os comunistas pretenderam forçar, sem sucesso, a frente única com a ED, o PRR, o PSP, e a Seara Nova⁶⁵⁶, correspondendo este projeto à formalização do Comité de Defesa Proletária⁶⁵⁷ que já existiria antes do golpe. A polémica não se quedou nesta ocasião⁶⁵⁸. No dia 25 de abril *A Batalha* publicava uma coluna apoiando o projeto de união das esquerdas, onde se considerava a ausência de uma esquerda republicana, um partido com objectivos radicais capaz de canalizar as exigências operárias para os canais institucionais, a principal causa da debilidade do regime e da sua

⁶⁵⁵ A Comissão Pró-Regresso dos Deputados, formada na Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, elaborou um manifesto a propósito da absolvição dos implicados no 18 de abril e a deportação dos sindicalistas: “Veio depois a campanha do sentimentalismo em volta de tão grandes heróis votados ao ostracismo, que o governo – *ele lá sabe porquê* – deportou para a Guiné e para Cabo Verde, precisamente aqueles que tinham combatido o 18 de abril e que até à data, ainda a justiça se não pronunciou de molde a juridicamente demonstrar os motivos porque para lá foram!”, “Um eloquente manifesto”, in *A Batalha*, 2 de outubro de 1925, p. 1.

⁶⁵⁶ MATOS, 1981, p. 946.

⁶⁵⁷ O mesmo tipo de pequena formação, assinando Comité de Defesa das Liberdades Públicas, faria circular um panfleto apelando aos soldados, os “filhos do povo, fardados e armados”, para não seguirem ordens de oficiais se fossem tendentes à instalação da ditadura das direitas, contrária às necessidades populares: “Pois, soldados, aqueles símbolos Pátria e República, que querem dizer independência e liberdade, e ela defesa das quais abandonastes a vossa leira de terra, as vossas ferramentas de trabalho e os vossos entes queridos, perigam neste momento! Mas sabeis com quem contam eles para esmagar o povo e as suas liberdades? É convosco soldados! Sim, eles contam que os filhos do povo, fardados e armados, amanhã voltarão as espingardas contra o mesmo povo, esmagando-o nas ruas para que essa tirania triunfe. Quando os vossos oficiais vos mandarem formar para irem para uma revolução - basta até que vos mandem sair à rua com as armas carregadas - é preciso saber o que ides fazer, que posição ides tomar. A disciplina manda *obedecer* - poderão dizer-vos. Mas vós tendes o direito de saber onde vos levam, visto que juraste defender a República e com ela as liberdades do povo.”, Arquivo PIDE/ DGS/ Propaganda apreendida pela PSE (1919-1926).

⁶⁵⁸ As várias propostas de moção dos apoiantes de uma e outra tática constam do livro de memórias de Emídio Santana. *Vd.* SANTANA, 1987, pp. 359-365.

vulnerabilidade às ofensivas das direitas⁶⁵⁹, perspectiva adversa aos considerandos do sindicalismo revolucionário. No dia 28, Alexandre Vieira escrevia no diário operário um artigo intitulado “Uma interpretação errada”, criticando a decisão do Conselho Confederal, seguindo-se um debate em diferido com Santos Arranha, defensor da autonomia da CGT⁶⁶⁰. A oposição entre os apoiantes de um bloco das esquerdas sociais funcionando com delegados de cada organismo, e os seus críticos, acabou por levar à cisão formal dos apoiantes da ISV com a CGT, concretamente, dos sindicatos dos arsenais da marinha e do exército e da Federação Marítima.

Depois dos implicados no golpe de 18 de abril de 1925 terem sido absolvidos em tribunal militar, formou-se outro colectivo chamado Comité de Defesa da República para organizar uma manifestação e um comício de protesto no Parque Eduardo VII, em Lisboa, em outubro de 1925. A iniciativa era assinada por Magalhães Lima, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Alfredo Santos, Álvaro Pope, Amâncio de Alpoim, Gonçalo Casimiro, o capitão de mar e guerra João Manuel de Carvalho, José Domingues dos Santos, Leão Azedo, Malva do Vale, Miguel de Abreu, Pestana Júnior, Pires de Carvalho e Plínio Silva. Nomes de personalidades conhecidas das esquerdas republicanas (PRED e PRR), dos socialistas, de históricos liberais do PRP e até alguns “jovens turcos” para quem a republicanização do exército deveria continuar na ordem do dia. A manifestação foi proibida pelo governo e a redação de *A Batalha* assaltada⁶⁶¹. Na CGT os dilemas de associação mantinham-se:

“Desejaríamos que o comício e a manifestação de hoje fossem imponentes?
Desejamos, desejamos porque essa imponência ferirá o inimigo reacionário que nós

⁶⁵⁹ “Desde que se tivesse constituído uma esquerda republicana, e esta procurasse como ponto de apoio as correntes de carácter social, satisfazendo-lhe parte das suas aspirações e colocando-as na situação de poderem realizar a sua ação no operariado, nunca seria possível a série de perturbações que têm agitado a vida do país.”, “A união das esquerdas”, in *A Batalha*, 25 de abril de 1925, p. 1.

⁶⁶⁰ O debate incluiu outros intervenientes. Santos Arranha respondeu a Alexandre Vieira no dia 30 de abril, este voltou a escrever no dia 3 de maio, e a 5 de maio voltou a ter resposta de Santos Arranha. No dia 6 de maio, J. Campelo apoiava Alexandre Vieira. No dia 7 Gonçalves Vidal também, e Francisco Quintal criticava-o. No dia 8, Santos Arranha voltou ao debate. No dia 9, Amâncio de Alpoim pediu uma sessão pública para esclarecer o operariado quanto à sua posição, e Aleixo de Oliveira apoiava Santos Arranha. Dia 10 de maio, Alexandre Vieira escreveu pela última vez sobre o assunto. No dia 12, Gonçalves Vidal reforçou a sua perspectiva e no dia 13 *A Batalha* encerrou o debate com o artigo de A. Lima, a favor da ideia do bloco das esquerdas sociais.

⁶⁶¹ No jornal *Pátria Livre* apelava-se à revolta armada. Vd. “Às armas povo republicano”, in *Pátria Livre*, 2 de outubro de 1925, p. 8.

combatemos. Não aconselhamos, por isso, o operariado a faltar às manifestações de hoje, porque estorvaríamos uma ação que nos aproveita. Mas também não aconselhamos o operariado a colaborar oficialmente, ostensivamente com aqueles que amanhã podem mandá-lo fuzilar ou deportá-lo para a Guiné, como aconteceu após o movimento abrilista.”⁶⁶².

O projeto de união das esquerdas teria no final desse ano outra configuração para a preparação das eleições, conforme tratado no ponto acima. A deportação dos radicais da “Revolta de Almada”, e a crescente apologia do fascismo italiano e do riverismo espanhol nos órgãos da imprensa conservadora, voltariam a colocar na agenda das esquerdas a questão da defesa das liberdades políticas como móbil comum animador da união. Dias após a notícia da deportação de Martins Júnior, Lacerda e Almeida e dos restantes insurrectos do 2 de fevereiro, uma delegação de republicanos liberais e das esquerdas pediu entrevista a Bernardino Machado para solicitar a intervenção do presidente da república para o regresso dos presos políticos. A concordância do chefe de Estado, no entanto, nada pode contra as ordens do governo de António Maria da Silva. Integravam esta comitiva Magalhães Lima, Lopes de Oliveira, Gonçalo Casimiro, tenente Piçarra, José de Freitas, Sousa Carvalho, César da Silva e o coronel Xavier Pereira⁶⁶³.

Em março de 1926, houve um ciclo de propaganda antifascista em Lisboa⁶⁶⁴ iniciado por uma comissão das esquerdas, envolvendo alguns elementos da *Seara Nova*. O jornal *A Batalha* acompanhou a intensa semana de conferências, noticiando o conteúdo dos discursos e anunciando o calendário futuro da iniciativa. No dia 15, Pina de Moraes discursou no sindicato dos arsenalistas do exército. No dia 16, Jaime Cortesão esteve na sede da Câmara Sindical do Trabalho, e Câmara Reis no centro José Domingues dos Santos. No dia 17, Emílio Costa foi ao Sindicato Metalúrgico. No dia 18, na sala de festas da Construção Civil falaram Alexandre Vieira, Mário Domingues, António Peixe e João Camoesas. No mesmo dia, no Grémio Escolar Republicano, estiveram David Ferreira, Câmara Reis, Manuel da Silva Campos e

⁶⁶² “A atitude da organização operária perante as manifestações republicanas contra a reação conservadora”, in *A Batalha*, 2 de outubro de 1925, p. 1.

⁶⁶³ QUEIRÓS, 2008, p. 136.

⁶⁶⁴ Houve sessões de propaganda em Évora, no dia 22 de março, em Cascais, no dia 29 e em Setúbal, no dia 30. *Vd. idem*, p. 269.

Rodrigues Miguéis. No dia 19, Ladislau Batalha foi à sede das secções sindicais do Alto do Pina, e numa sessão improvisada na Associação dos Alfaiates discursaram António Peixe, Martins Santareno, Abel Pereira, Alberto Baptista e A. Martins⁶⁶⁵. Finalmente, no dia 24, no Liceu Camões, reuniram-se todos os oradores numa grande sessão⁶⁶⁶.

Apesar do concurso do diário operário e de os conferencistas incluírem elementos do movimento operário, a CGT manteve-se na margem. A testar a dificuldade de aceitação de diluição do esforço da central na luta contra o fascismo está a criação da Comissão de Agitação Anti-Fascista da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa⁶⁶⁷. Se a CGT conservou a posição autónoma, o PCP foi amargamente excluído da comissão das esquerdas, lamentando-o na sessão por si organizada na Caixa Económica Operária, onde falaram Ferreira Quartel, Teixeira Danton, Sobral de Campos, Joaquim Francisco, Alberto Baptista, Valadas Ramos, Virgínia da Conceição e António Peixe⁶⁶⁸.

Pela mesma altura, organizou-se no Porto o Bloco de Defesa Social, tratado por António Queirós⁶⁶⁹. Seguindo o trabalho deste historiador, a reunião preparatória deu-se a 10 de março, a convite de uma “comissão de republicanos liberais”. Estiveram representados o PRR, o PSP, o Centro Comunista Libertário e o PCP. A ED apoiou as decisões tomadas e a Casa Sindical do Trabalho do Porto foi fiel à CGT, apresentando-se oficiosamente. Decidiu-se promover um comício de protesto contra as deportações e o fascismo. A sede do PCP teria acolhido a primeira sessão e os conferencistas Tamagnini Barbosa, Belmiro Cruz (PRR), Serafim Cardoso Lucena (Centro Comunista Libertário), Joaquim Silva (PSP), José Moutinho, José Silva e Anastácio Ramos (PCP). O Centro Comunista Libertário dedicou duas reuniões ao tema⁶⁷⁰ e a ED uma. O adiamento da data de 28 de março para 4 de abril obrigou a novas sessões no Centro Republicano Radical, no Centro 15 de novembro e no Centro Socialista de Paranhos.

⁶⁶⁵ Ramada Curto era o conferencista esperado, mas faltou.

⁶⁶⁶ *A Batalha*, 16, 17, 19, 20 e 25 de março de 1926.

⁶⁶⁷ “Contra o fascismo”, in *A Batalha*, 14 de março de 1926, p. 1.

⁶⁶⁸ “Contra a ameaça fascista”, in *A Batalha*, 25 de março de 1926, p. 1.

⁶⁶⁹ QUEIRÓS, 2008, pp. 135-141.

⁶⁷⁰ Na primeira, no dia 21 de março, falaram Serafim Cardoso Lucena, António Teixeira, Joaquim da Silva, António Libório, José Alves, José Silva e Marcelino Pedro. *Vd. idem*, p. 137.

Das determinações das reuniões, além da propaganda de esclarecimento contra o fascismo e a sensibilização para as deportações, saía o compromisso de formação de um duradouro bloco social das esquerdas, um pacto prolongado para o combate que se cria estar próximo, sem comprometer os princípios e programas de cada grupo envolvido⁶⁷¹. Com tal projeto nem as forças envolvidas concordavam. O PCP, através do seu órgão no Porto, o *Bandeira Vermelha*, denunciava o acordo político estável com os partidos republicanos, demonstrando a mesma necessidade de justificar a colaboração com os grupos burgueses que tínhamos visto anteriormente:

“Política social, só temos como boa a nossa, porque reconhecendo a falência das democracias, entendemos que o proletariado só pode emancipar-se integralmente e sem sofismas, depois de termos destruído o sistema económico-político da burguesia. Os republicanos que connosco foram o Bloco de Defesa Social, só acidentalmente são nossos aliados. Realizado o fim que nos é comum, continuaremos o nosso caminho, combatendo todos os homens e todos os organismos que preconizam fórmulas de governos capitalistas.”⁶⁷².

A declaração de ocasionalidade da aliança com a esquerda republicana parecia responder à estranheza da colaboração de classes (explicitamente negada), criticada pelos grupos anarquistas⁶⁷³. O PCP, como grupo não hegemónico no seio do movimento operário organizado, continuava a ter dificuldade em alterar os termos classistas dos enunciados políticos.

No dia 4 de abril, a alameda das Fontainhas recebeu o comício do Bloco de Defesa Social. Discursaram Luís Soares (PSP), Marcelino Pedro (Câmara Sindical do Trabalho do Porto e redator de *A Comuna*), Cerdeira Paiva (republicano liberal), José Domingues dos Santos (ED), Américo Cardoso (PRR), Anastácio Ramos (PCP), Jerónimo de Sousa (CGT), e Raul Tamagnini Barbosa (PRR). Interessa notar como foram as deportações dos radicais a motivar o protesto, incluindo depois aquelas que tinham sido feitas a operários após o 18 de abril. No seu discurso, José Domingues

⁶⁷¹ *Vd. idem, ibidem.*

⁶⁷² *Bandeira Vermelha*, 28 de março de 1926, p. 1. Cit. QUEIRÓS, 2008, p. 138.

⁶⁷³ *Vd. idem, ibidem.*

dos Santos referiu esta ordem de acontecimentos pretendendo fazer da sua acumulação um apelo à solidariedade de quem não alinhava com a situação⁶⁷⁴.

IV.3.5. A frente única das esquerdas.

As iniciativas de união das esquerdas em movimentos defensivos permitem-nos apontar alguns traços explicativos das dinâmicas encontradas. Interessa dizer que houve continuidades entre os movimentos de protesto, desde logo, através da FNC, organismo promotor do comício de fevereiro de 1925 que daria origem à UIS e que um ano antes, na manifestação de 22 de fevereiro de 1924 promovida pelas juntas de freguesia, havia entregue no parlamento uma representação exigindo medidas económicas e políticas para debelar a crise⁶⁷⁵, e antes disso em maio de 1923. A FNC foi formada com apoio do Estado e vista por alguns governos do pós-guerra como uma estrutura útil no atendimento às dificuldades provocadas pela carestia de vida. Conforme aponta Joana Dias Pereira, este patrocínio teve influência na expansão do cooperativismo, explosiva entre 1919 e 1924, declinante a partir de então⁶⁷⁶.

No movimento operário organizado existia quem defendesse a adopção do protesto de consumo, desde 1918. De acordo com Alexandre Vieira, a UON imprimiu um manifesto em maio desse ano aconselhando a mudança de tática do protesto operário. Primeiro para o nível nacional e não apenas de ofício, exigindo aumentos salariais para todos os trabalhadores, solidarizando-se assim todos os ofícios com aqueles sem expressão sindical ou força económica suficiente para lutar autonomamente. Segundo, para o consumo, resistindo ao aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade que diluíam as conquistas salariais:

“Não tem sido este, todavia, o critério seguido até agora, pois que o proletariado tem olhado exclusivamente a primeira face do problema (luta pela alta incessante dos

⁶⁷⁴ “Lembrem-se! Depois dos operários, foram os radicais de Almada. Amanhã irão todos os que lutam pela liberdade!”, cit. *idem*, p. 140.

⁶⁷⁵ “Representação entregue ao parlamento em 22 de fevereiro de 1924”, in *A Acção Cooperativa*, 29 de fevereiro de 1924, p. 1.

⁶⁷⁶ Entre 1919 e 1920 o número de sociedades e cooperadores mais do que duplicou (de 136 para 421, e 43031 para 104204, respectivamente), regressando sensivelmente aos mesmos números em 1930 (137 sociedades e 56784 cooperantes). *Vd.* PEREIRA, 2013, p. 285.

salários), a que mais salta à vista, relegando a segunda (obviar a ascensão constante do custo de vida), aliás não menos importante, a um plano inferior, e assim resulta que o momentâneo benefício colhido pelo aumento de salário é anulado imediatamente. Deve a classe operária seguir tal caminho? A União Operária Nacional entende que não, porque ele só aparentemente atenua a situação do operário-consumidor.”⁶⁷⁷.

Oito anos depois, ainda esta mudança não estava solidamente adquirida, por isso, encontramos Manuel Joaquim de Sousa a expor o mesmo objectivo na Conferência Internacional da AIT (8 a 12 de maio de 1926, Paris)⁶⁷⁸. Foi a FNC quem manteve a dianteira consistente deste tipo de protesto. As primeiras páginas do jornal *A Acção Cooperativa* exortavam frequentemente os consumidores à ação contra os exploradores. Em novembro de 1924, era dirigida uma exposição “Aos consumidores explorados!”, incluindo operários, funcionários civis e militares e classes médias, todos vítimas dos grandes interesses económicos. Defendia-se a cobrança de impostos ao capital (potentados da finança, comércio, indústria e lavoura) de modo a evitar a fuga de capitais, evitar lucros aplicáveis à especulação, impedir o consumo de luxo e, finalmente, para capacitar o Estado com meios de combate ao desemprego operário. Os comícios contra as “forças vivas”, onde se tratava do desemprego operário a par da especulação, eram organizados pela FNC no último trimestre de 1924, comparecendo representantes da USO, do PRR⁶⁷⁹, dos socialistas. Comuns eram as sessões conjuntas com a USO de Lisboa. Num dos comícios da FNC, de setembro de 1924, aprovou-se uma moção onde se condenava o protesto das “forças vivas”, por um lado, e se defendia a legitimidade de protesto exclusiva das classes médias e operárias, por outro, por constituírem a maioria da população e por serem vítimas dos abusos do capital. Acrescentava-se: “tendo também a obrigação de sair do seu indiferentismo

⁶⁷⁷ VIEIRA, 1977, p. 63.

⁶⁷⁸ Segundo o próprio, citando Orobón: “Luchamos e combatimos por la preparación, reorganización y capacitación de las masas productoras y procuramos contrarrestar la acción de los caciques sobre los obreros agrícolas. Pretendemos llevar la organización de los trabajadores sobre el terreno del consumo; ignoro los resultados que esto nos dará, pero ocurra lo que ocurra os aseguro que el proletariado portugués no quedará a la rectaguarda en la obra del progreso.”, in SOUSA, 1989, p. 30.

⁶⁷⁹ Em correspondência trocada entre a FNC e o PRR, onde a primeira se queixava do desrespeito pela federação mostrado pelos radicais convidados para falar nos seus comícios, Pitta Simões, secretário interino do partido, desmentia terem sido nomeado representantes radicais para essas iniciativas. Vd. “A Federação Nacional das Cooperativas e o Partido Radical”, in *A Acção Cooperativa*, 12 de novembro de 1924, p. 4.

para arrancar a República das garras das oligarquias plutocráticas, restituindo-a à soberania do povo.”⁶⁸⁰. Esta citação denota duas coisas, primeiro, as dificuldades de mobilização popular, segundo, que a FNC, apesar de insistir nas sessões da USO no facto de não ter fins políticos, seguia uma lógica política estrita.

Esta observação leva-nos a outras contradições verificadas no seio do movimento operário organizado. A partir do inquérito de *A Batalha* aos sindicatos, a propósito da crise de trabalho, torna-se evidente a autonomia que estes tinham perante as federações e, sobretudo, perante a confederação. É especialmente evidente como as organizações operárias, incluindo a USO de Lisboa, não hesitam em exigir a intervenção governamental para aliviar a crise – maioritariamente criando emprego –, e como o Conselho Confederal se esforça por manter os sindicatos na calha da ação direta, visando o patronato. Em simultâneo, o testemunho de Manuel Joaquim de Sousa, nas suas memórias, deixa-nos saber que o diário operário funcionava à margem das indicações explícitas do Conselho e do Comité confederais, minando, na opinião deste, as deliberações da CGT e a própria mobilização operária⁶⁸¹.

Outra tensão, apontada por vários autores, opunha uma corrente defensora do protesto político e os anarco-sindicalistas, fortemente contrários a esta opção, tensão que viria a desembocar na cisão de 1925. O PCP teve na sua génese a ambição de organizar esta falange. João Madeira remete a fundação da Federação Maximalista Portuguesa, em setembro de 1919, para o desiderato de ultrapassar a base exclusivamente operária dos protestos, e a constituição do PCP para a vontade de superação da ação sindical estrita para o campo político⁶⁸². No entanto, ainda em finais de 1923, por ocasião do I Congresso partidário, a participação eleitoral era polémica. A indicação de colaboração com a esquerda republicana vinha da Internacional Comunista, dividindo os militantes e dirigentes locais quanto a uma

⁶⁸⁰ “As forças vivas”, in *A Acção Cooperativa*, 12 de novembro de 1924, p. 2.

⁶⁸¹ Para Manuel Joaquim de Sousa, o corpo redatorial de *A Batalha* desviara-se da sua função por se ter profissionalizado, adoptado as práticas do jornalismo noticioso, publicando notícias contraditórias: “Cada redator era considerado um “camarada”. Mas, antes de “camarada”, considerava-se “jornalista”. A qualidade de “militante” responsável desaparecia pela sua desintegração dos postulados confederais; diluía-se juntos dos profissionais da imprensa burguesa e até mesmo reaccionária, cujas afinidades eram particularmente cultivadas. Assim, *A Batalha*, longe de ser escola de jornalismo operário, revolucionário e ideológico, foi escola de jornalismo para a imprensa burguesa.”, in SOUSA, 1989, p. 28.

⁶⁸² MADEIRA, 2013, p. 19.

aliança armada ou eleitoral ou ambas⁶⁸³. Pacheco Pereira estabelece uma relação entre as alianças interpartidárias e afinidades pessoais⁶⁸⁴, remetendo-as para o revolucionarismo civil⁶⁸⁵. O mesmo autor, reconhece haver nessas aproximações igualmente algo de concorrencial, culminando com saídas de militantes do PCP para outros partidos da esquerda republicana⁶⁸⁶. Em suma, se o PCP se opunha à CGT, e à hegemónica corrente do sindicalismo revolucionário, não deixava de ter no seu seio o mesmo tipo de contradições.

Relembremos que durante a campanha eleitoral para as legislativas de 1925 o PCP nunca surgiu a apoiar oficialmente a ED, publicitando o seu programa como se concorresse por conta própria ao parlamento. É certo que esta era também uma exigência da ED, mas o surgimento de manifestos corporativos de apoio aos candidatos comunistas falam-nos, como vimos, da força reconhecida das corporações como unidade política de base, redundando no tipo de reivindicação que tanto os maximalistas como os comunistas pretendiam ultrapassar na sua fundação. Isto evidencia tanto a preponderância do sindicalismo no seio do PCP – origem de alguma incoerência ideológica para os autores citados -, como da densidade histórica da classe. Um pormenor apontado por João Madeira: Caetano Sousa, delegado do PCP a Moscovo em 1922, quando sugeriu alterações tendentes a aplicar as 21 condições da IC em Portugal foi recusado devido à sua origem de classe, que não era operária⁶⁸⁷.

O grande dilema colocado aos grupos e organizações que ambicionavam conjugar a luta operária com a luta da pequena burguesia e da burguesia empobrecida

⁶⁸³ *Idem*, pp. 27-29.

⁶⁸⁴ João Madeira não exclui esta vertente, referindo o caso de Nascimento Cunha, defensor da coligação eleitoral com os radicais em 1921, que acabaria por ser expulso e aderir ao PRR. *Vd. idem*, p. 21.

⁶⁸⁵ “O seu peso (da FMP) ainda seria mais relativizado se se tivesse em conta outra componente biográfica quase sempre obscurecida na vida dos militantes da época: a que os fazia ingressar nas fileiras políticas republicanas pela via do “revolucionarismo civil”, da maçonaria e da carbonária, ou de um persistente posicionamento radicalizante, próximo dos anarquistas intervencionistas. Como se sabe, parte dos “namoros” do PCP ao Partido Radical e à Esquerda Democrática foram feitos por militantes com relações pessoais forjadas no “revolucionarismo civil”, na antiga carbonária dos anarquistas, nas lutas contra os monárquicos, ou nas conspirações de Machado Santos.”, *in* PEREIRA, 1981, p. 706.

⁶⁸⁶ “Mas, a partir de 1923, o PCP já se pretende mais um partido, no sentido tradicional da palavra, e menos um grupo ideológico e de propaganda. As suas relações tendem a ser interpartidárias, realizando-se acordos com o Partido Socialista, o Partido Radical e a Esquerda Democrática. Sessões comuns, participação eleitoral conjunta e, mais decisivamente, conspirações comuns selam relações nas quais está presente também a competição organizativa e a infiltração. Com o passar dos anos, esta competição roubava ao PCP militantes e dirigentes, em particular para o Partido Radical e para a Esquerda Democrática.”, *in idem*, p. 707.

⁶⁸⁷ MADEIRA, 2013, p. 23.

residia no estabelecimento de um sujeito político colectivo mobilizável. É certo, essa dificuldade era ideológica e organizativa, as tensões e contradições internas a cada grupo e entre grupos impediam alianças programáticas estáveis, mas não só. Aquilo que havia de concorrencial entre forças da esquerda era classista.

Tomemos em consideração a maior aproximação feita a um enunciado agregador, aquando da formação da UIS. Esta “frente” delineava-se por oposição a um simétrico antagonista de classe, a UIE, tinha na sua origem um apelo unificador dos consumidores, integrando operários, funcionários civil e militares, e outras classes médias, e tinha um lema sintetizando e orientando a sua ação, “explorados contra exploradores”. Estes ingredientes encontram-se nos vários órgãos de imprensa dos vários grupos em questão, no entanto, um olhar mais próximo demonstra como cada um deles lutava por lhes fixar o sentido concreto. Nota-se, sobretudo, a convivência incómoda de corpos distintos: a origem de classe era frequentemente indicada numa variedade de contextos onde a variável deveria ser a sua diluição numa categoria agregadora.

IV.4. As insurreições armadas.

A última manifestação da vitalidade histórica de um bloco radical a tratar é a das tentativas insurrecionais coordenando forças da esquerda republicana e social. Trataremos a revolução radical de 19 de outubro de 1921, feita contra o gabinete liberal de António Granjo, uma sucessão de tentativas insurrecionais aliando militantes do PRR e do PCP, a de 10 de dezembro de 1923 pela deposição dos nacionalistas do poder, as de 12 de agosto, 28 de agosto e 12 de setembro de 1924, contra o executivo democrático de Rodrigues Gaspar, a revolta radical de 2 de fevereiro de 1926 contra o governo democrático de António Maria da Silva e, finalmente, o golpe de 28 de maio de 1926 associando as direitas liberais e antiliberais a parte da esquerda republicana.

Para verificar a nossa hipótese de trabalho, as tentativa de golpe constitucional a seguir abordadas teriam de ter em comum uma motivação política programática, de esquerda, um fundo mínimo comum que servisse de prova para a plausibilidade da sua agregação analítica num fenómeno histórico semelhante, o de uma bloco radical inorgânico, mas real, agindo pontualmente ao longo dos anos do pós-Grande Guerra. Para avaliar este sentido ou significado das ações armadas elencadas, mostra-se tão relevante avaliar os projetos anunciados pelas organizações implicadas – o positivo dos movimentos - como as situações às quais se reagia – o seu negativo. Esperamos demonstrar a relação destas insurreições – das bases mobilizadas, dos motivos da mobilização e dos programas - com o contexto material, com a crise socioeconómica profunda, motivadora do surgimento de uma alternativa política, de contornos nebulosos, à esquerda do republicanismo. Outras tentativas, como o 19 de julho de 1925, liderado por Mendes Cabeçadas, e o 18 de abril do mesmo ano, envolvendo Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara, figuram como expressão do mesmo fenómeno à direita. Na proposta apresentada por Fernando Rosas em *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*, estas revoltas, compreendidas no tempo do pós-guerra até ao golpe de 28 de maio de 1926, são parte de um arco temporal mais largo, correspondente à crise do sistema liberal. As convulsões armadas contemporâneas, do regicídio, a 1 de fevereiro de 1908, até ao 25 de novembro de 1975, data a partir da qual estabilizaria o sistema democrático em Portugal, são consideradas, pelo autor,

como manifestações do confronto aberto entre modelos inconciliáveis de solução da crise do sistema liberal, e por isso, episódios de uma guerra civil intermitente⁶⁸⁸.

Todos os golpes do bloco radical foram constitucionais, isto é, procuraram derrubar o governo em funções e fazer nomear pelo presidente da República um executivo da sua escolha. A reincidência de revoltas armadas deste tipo durante a história da I República portuguesa deve-se a várias características do desenho institucional, que contribuíam tanto para a ineficácia governativa, como para empurrar as oposições para o papel de meras forças de bloqueio no parlamento. A forma mais eficaz de contestar o poder institucional era pelas armas.

Outros traços comuns nas intencões radicais foram a origem social das bases mobilizadas e uma cultura intervencionista cuja linha pode ser traçada até ao tempo da formação do movimento revolucionário republicano⁶⁸⁹. Civis armados, oriundos da pequena burguesia e da classe operária, aliaram-se a elementos da força pública de média e baixa patente para dar corpo às conspirações contra as situações políticas responsáveis pela erosão dos seus rendimentos e pela alta do custo de vida. Eram eles a face popular, embora eclética, do bloco radical. Ora, até ao pós-guerra, o radicalismo, na semântica republicana, significava, grosso modo, intervencionismo, apontava mais uma tática do que uma tendência ideológica e programática. Radicais seriam os defensores da revolução armada para o derrube da monarquia constitucional⁶⁹⁰, como os revolucionários saídos da carbonária dirigidos por Machado Santos⁶⁹¹. Após a revolução, a conotação política do termo conviveu com a conotação tática. Desde o governo provisório, a corrente política radical foi identificada com Afonso Costa, significando o projeto democrático de uma república apoiada nas massas populares⁶⁹². No pós-guerra, como procurámos explicitar, o

⁶⁸⁸ “O processo de crise e dissolução do liberalismo oligárquico português foi particularmente arrastado e violento, sobretudo na tensa e agitada capital do país macrocéfalo. E esse processo de deliquescência do sistema político, da economia e das finanças, da situação social, e até dos sistemas de valores dominantes, não se limitou ao período final da monarquia constitucional pós-Ultimatum, mas arrastou-se, em convulsões sucessivas, pelos 16 anos da Primeira República.”, in ROSAS, 2010, p. 47.

⁶⁸⁹ VALENTE, 1999, pp. 63-92.

⁶⁹⁰ *Idem*, pp. 63-67.

⁶⁹¹ Acerca do processo de dissolução da Carbonária e da formação dos sucedâneos batalhões de voluntários, *Vd. idem*, p. 161.

⁶⁹² “Para que a República sobrevivesse ou fosse mais do que um *ersatz* de Monarquia, dominado pela velha «camarilha», precisava do apoio das camadas mais baixas da pequena burguesia urbana e das classes trabalhadoras. (...) Para isso não bastaria que as massas republicanas elegessem de quatro em quatro anos respeitáveis senhores deputados da «classe média» ou mesmo que uns tantos militantes

radicalismo republicano teve novo desenvolvimento, apurando-se durante o processo de polarização política um sentido programático afim a uma ideia de esquerda moderna. A intenção do bloco radical são diferentes da linha de Machado Santos nisso. Embora populistas e, redutoramente, moralizadoras, as revoltas a seguir detalhadas fizeram-se contra a vantagem política do bloco conservador, progressivamente de tendência antiliberal.

IV. 4.1. O 19 de outubro de 1921.

A primeira insurreição que podemos contabilizar como manifestação de um bloco radical ocorreu no dia 19 de outubro de 1921. Bem sucedida, na medida em que a principal exigência do movimento seria atendida - a demissão do ministério vigente e a dissolução do parlamento -, esta insurreição seria uma data de referência para parte da esquerda republicana, em particular para um ramo do Partido Republicano Radical que se organizaria alguns meses depois⁶⁹³. Por outro lado, como veremos, a ocasião ficou manchada pelo episódio sangrento da “camioneta fantasma”, cujo tipo de violência – fuzilamentos de personalidades políticas – lançaria o terror sobre a burguesia e pequena burguesia de modo prejudicial aos interesses do movimento.

De manhã, por volta das 7 horas, foram disparados os tiros de peça sinalizando o arranque da insurreição em Lisboa. No Rossio surgiu o capitão Camilo de Oliveira comandando uma força da GNR, colocando-se no local também um grupo de metralhadoras. A estes elementos que asseguraram a praça juntaram-se grupos de civis, guardas cívicos e praças da marinha. As próprias forças revoltosas fizeram patrulha aos ministérios, bancos e casas bancárias, usando para esse efeito a GNR, marinha e civis.

Duas horas depois, uma força da marinha tomou o governo civil, libertando-se dos calabouços Armando de Azevedo que assumiu a liderança de um grupo de civis

simbólicos tomassem posições secundárias na administração central ou local. Era, pelo contrário, indispensável que a base jacobina retivesse (ou reivindicasse) a livre iniciativa política e conseguisse com eficácia controlar todos os níveis do governo. Ou, por outras palavras, os militantes do PRP, isto é, as comissões paroquiais e as organizações populares, dos batalhões de voluntários às dezenas de carbonárias «póstumas» e às centenas de pequenos grupos informais de «vigilância» e «defesa», tinham de conservar ou adquirir um poder, se não equivalente, pelo menos independente da autoridade do Estado.”, *in idem*, p. 168.

⁶⁹³ *Vd.* LEAL, 2008, p. 92.

colocado perto do edifício. Ainda no governo civil, o comissário geral e os oficiais da polícia foram detidos, libertando-se depois, por ordem do comité revolucionário, o capitão Ferreira Edgar Cardoso, o capitão Albuquerque e o tenente Graça⁶⁹⁴. Da PSE foi preso Costa Ferreira, diretor da força, assumindo o comando Zeferino Silva, secretário, e Virgílio Pinhão, ex-adjunto.

No Terreiro do Paço estavam do lado dos revoltosos uma companhia de metralhadoras, infantaria, cavalaria, e as companhias do Beato e de Cabeço da Bolsa⁶⁹⁵. O capitão-tenente Procópio de Freitas e o capitão-tenente Serrão Machado dirigiram os marinheiros no Arsenal. O quartel de Alcântara, também foi dominado.

Segundo a descrição de *A Batalha*, às 9h30, centenas de pessoas, civis, militares e marinheiros, subiram a avenida da Liberdade, dando vivas à República e morras aos traidores. Esta falange iria oferecer apoio ao quartel general da insurreição, instalado no parque Eduardo VII, onde se encontravam o coronel Manuel Maria Coelho e o coronel Nobre da Veiga. Sob o seu comando estavam unidades militares, cavalaria da GNR, metralhadoras e infantaria. As principais artérias da cidade eram patrulhadas por grupos de civis armados, circulando ainda automóveis com civis, marinheiros e polícias armados.

Pela mesma hora, o coronel Nobre da Veiga, o capitão-tenente Serrão Machado, Jacinto Simões e Afonso de Macedo, dirigiram-se a casa de António José de Almeida, o presidente da República, para lhe pedir a dissolução parlamentar e demissão do gabinete liberal dirigido por António Granjo. As negociações continuaram ao longo da manhã, com conferências do chefe de Estado com o chefe do governo e do primeiro com a junta revolucionária, que incluía ainda Procópio de Freitas, o capitão Montez e o coronel Rego Chaves. Do quartel do Carmo, António Granjo escreveria ao presidente da República dando-lhe a saber que da GNR apenas duas ou três companhias de infantaria eram fiéis ao governo, julgando-se que a marinha de guerra também estava na quase totalidade do lado dos revoltosos e que, portanto, o governo não tinha meios para defender a capital. António José de Almeida aceitou a demissão do executivo liberal, agradecendo evitar-se o confronto armado.

⁶⁹⁴ Continuaram detidos um major e dois capitães. “O que se passou”, in *A Batalha*, 20 de outubro de 1921, p. 1.

⁶⁹⁵ Dirigidos, respectivamente, por tenente Mergulhão, capitão Sarmiento, tenente Albuquerque, capitão Pinto e alferes Caldeira.

O elenco ministerial proposto pela Junta Revolucionária era constituído pelo coronel Manuel Maria Coelho (presidência e Interior), pelo tenente-coronel Oliveira Simões (Guerra), por Macedo Pinto (Marinha), Vasco de Vasconcelos (Justiça), Francisco António Correia (Finanças), Ferreira da Silva (Agricultura), Pires de Carvalho (Trabalho), Veiga Simões (Estrangeiros) e João de Deus Ramos (Instrução). Uma proclamação às forças de terra e mar foi emitida, apelando à intervenção para a imposição de um governo de salvação nacional, com um programa de ressurgimento nacional. Propunha-se “facilitar” a decisão da presidência perante as necessidades do país. As primeiras linhas apresentadas pelas forças revoltosas não davam qualquer indicação programática. Seguiu-se um decreto revolucionário e, a partir dele, podemos considerar quais as prioridades deste movimento que de forma tão eficaz conseguiu a sublevação das principais forças de segurança e militares de Lisboa.

A primeira medida consistia na anulação das últimas eleições, considerando-se em vigor o decreto da dissolução parlamentar de junho de 1921. Pretendia-se, assim, um recuo no tempo aproveitando a pretérita remoção dos democráticos do poder, reeditada debilitando agora os conservadores. Previam-se eleições para a formação de uma assembleia com poderes constituintes para a revisão completa da Constituição, o que implicava um debate mais lato do que aquele aceite em 1919.

Outra medida prevista era a revisão dos quadros do funcionalismo, fosse por motivos políticos (“legítima defesa das instituições”), fosse para a sua reorganização e redução. Estas alterações, dizia-se, far-se-iam até à abertura das câmaras e seriam irrevogáveis por estas. Os saneamentos – demissão ou aposentação de funcionários desafetos ao regime - basear-se-iam em relatórios elaborados por comissões nomeadas para o efeito em cada ministério e nos estabelecimentos dependentes. A reorganização dos serviços visava, sobretudo, a redução dos quadros e da decorrente despesa, assegurando-se meios de subsistências aos supranumerários e adidos criados. Depois da organização dos serviços, decretar-se-ia o estatuto do funcionalismo público.

Atendido o acutilante problema do funcionalismo, dava-se um importante sinal de apaziguamento social, à esquerda e à direita, com uma lata amnistia para civis e militares por delitos políticos e religiosos, derivados do exercício da liberdade de pensamento.

Algumas leis da República eram indicadas devido ao seu valor matricial e assim, a lei da Separação das Igrejas do Estado seria reposta na sua pureza anti-congregacional, a lei de responsabilidade ministerial seria decretada, o direito de associação e de greve também.

Até aqui, as intenções do movimento aparentam ser radicais no sentido dado ao adjetivo antes da Grande Guerra. Prevvia-se um período de exceção, legalmente acobertado pela existência do regime que não se punha em causa, durante o qual se asseguraria a realização de algumas exigências liberais⁶⁹⁶ e a decisiva concretização de um “Estado republicano servido por republicanos”. A novidade no tipo de radicalismo advinha das considerações económicas. Para decretar medidas atinentes à crise económica e financeira e à crise das subsistência, prolongava-se a validade das autorizações especiais atribuídas antes da dissolução parlamentar, e indicava-se o caminho pretendido: a punição de açambarcadores de bens de primeira necessidade, no limite, com expulsão do território nacional ou deportação; um inquérito às fortunas feitas após a declaração de guerra, isto é, questionando a legitimidade dos negócios beneficiados pela carência geral da população; e a criação do imposto sobre lucros de guerra, especulação comercial, industrial, económica ou financeira.

Os “outubristas”, como viriam a ser alcunhados, reeditavam motivos da mobilização antimonárquica, seguiam a mesma génese pequeno-burguesa (com ligeiras concessões à classe operária, mas sem a colocar no centro das exigências) agora canalizando o descontentamento derivado das dificuldades de vida da maioria da população em torno da ideia de criminalização do açambarcador e do especulador. A ideia não era menor nas implicações políticas, mas era populista. Note-se que a prática de açambarcamento mencionada no texto era com bens de primeira necessidade, apenas. Estava longe das exigências de reforma do comércio de cambiais e da atividade bancária, decretadas em 1924-1925.

Os planos “outubristas”, e a longevidade dos gabinetes saídos da revolução, ficaram comprometidos pelo terror lançado sob o espectro do episódio da “camioneta fantasma”. Já depois de demitido o governo, durante a noite e a madrugada, uma

⁶⁹⁶ Relativamente ao direito à greve o texto é ambíguo, por referir o equilíbrio entre o capital e o trabalho e as exigências de intensificação da produção nacional, não se percebendo se tal implicava uma revisão de princípios ou não.

camioneta saiu do arsenal da marinha com alguns marinheiros a bordo para ir buscar importantes personalidades políticas da República e as assassinar. Nessa noite foram fuzilados António Granjo, Carlos da Maia, o capitão de fragata Freitas da Silva e o coronel Botelho de Vasconcelos. O episódio nunca foi esclarecido, correndo várias hipóteses de explicação, uma das quais atribuía aos monárquicos a premeditação dos assassinatos e a compra dos mercenários para os perpetrar⁶⁹⁷, de tal modo o acontecimento era estranho ao movimento insurrecional. maior efeito parece ter tido outra versão interpretativa segundo a qual a morte dos heróis da República se deveria à libertação de uma violência inerente à multidão sem comando, uma espécie de força negra espontânea, a turba vingativa, posta à solta pela revolução⁶⁹⁸. Esta narrativa era tanto mais eficaz quanto evitava atribuir a origem das mortes a um comando. Os “outubristas” ficariam como responsáveis morais da “noite sangrenta” e essa “mancha”, tantas vezes apontada na imprensa, seria mais difícil de limpar, não obstante a Junta Revolucionária ter considerado os assassinos “inimigos do grande e generoso movimento nacional” e de ter declarado a sua vontade para reprimir atentados contra a segurança individual e a propriedade privada⁶⁹⁹.

Nas memórias de Sá Cardoso também encontramos uma referência à violência da multidão, mais concretamente ao ressentimento de subordinados com superiores⁷⁰⁰. Daquilo que o então jovem cadete lembra constam ainda alguns episódios sempre equívocos, caricatos – o do vulto que vigiava a casa do pai e era afinal um namorado

⁶⁹⁷ Tese defendida por Sá Cardoso (filho), em parte apoiado pela investigação de Berta Maia, a viúva de Carlos da Maia. *Vd. CARDOSO, 1973, pp. 36-58.*

⁶⁹⁸ O jornal *A Imprensa da Manhã* foi um dos títulos que promoveu a ideia do terror da multidão descontrolada e vingativa. No *Almanaque Ilustrado* de 1921 os acontecimentos são narrados sem referência à camioneta com marinheiros. A casa de Cunha Leal, onde António Granjo se refugiou, teria sido invadida por “uma multidão de civis, marinheiros, guardas republicanos e polícia” em busca do chefe de governo. Esta multidão “queria sangue” e era “ignara”, por isso, atropelava os sentidos políticos propostos pelos “outubristas” para se saciar – Cunha Leal opunha-se ao governo e, dizia-se, tinha sido convidado para líder do movimento. *Vd. Almanaque Ilustrado de A Imprensa da Manhã, 1921, pp. 99-102.*

⁶⁹⁹ “Um protesto da Junta Revolucionária contra os atentados”, in *A Batalha*, 20 de outubro de 1921, p. 2.

⁷⁰⁰ “Fora do Arsenal, na Praça do Município, encontravam-se cerca de cinquenta guardas republicanos e alguns marinheiros que, numa exaltação desenfreada, davam palmas e vivas quando ouviam a fuzilaria que ia fazendo baquear os vultos da República. (...) Com lágrimas de vergonha e de raiva a saltarem-me dos olhos, invejei dois sargentos revolucionários da Marinha, que se encontravam junto de mim, pelos indignos e vandalescos que se estavam praticando. Os pobres dos sargentos da marinha, velhos republicanos, estavam chocados como eu, mas também sem possibilidade de atuarem perante a exaltação da soldadesca infrene. Qualquer ação reprovativa mais violenta que tentássemos correspondia ao imediato fuzilamento.”, in *CARDOSO, 1973, p. 44.*

furtivo -, onde é comum o medo de uma nova “camioneta fantasma”, o receio da insubordinação e da atmosfera de conjura obscura⁷⁰¹. Mas é necessário perceber que esta atmosfera não cobria a cidade toda, nem todas as classes sociais. A vida e a propriedade eram a este propósito indissociáveis. Temia pela vida quem temia pelas posses, isto é, quem possuía: a pequena burguesia e a burguesia. Não por acaso, o comunicado de repúdio pelos atentados emitido pela Junta Revolucionária terminava referindo a missão de defesa da propriedade privada.

Este medo o operariado não o tinha. Já depois do sangue dos heróis da República ter sido derramado, *A Batalha* anunciava a sua expectativa perante o programa de medidas “outubrista”, louvando a liberdade de associação, pensamento e consciência, a amnistia aos crimes políticos e sociais e a perseguição aos especuladores e açambarcadores⁷⁰². Aliás, o diário operário refere uma animação expectante das ruas durante o dia da insurreição⁷⁰³.

O 19 de outubro seria uma data fundadora para o PRR, partido que integrou alguns dos militantes do Partido Republicano Popular e a maioria dos “outubristas”. Com algum desenvolvimento programático, os radicais manteriam de comum com esta linha a concepção moralizadora da política, da qual decorria a missão genérica de depuração do regime de elementos nocivos. A construção dos antagonistas variou, acompanhando as dinâmicas da crise socioeconómica, do monárquico para o “açambarcador de profissão”, ou para uma variação cruzando as duas figuras.

⁷⁰¹ Todos os episódios eram relativos a boatos de que o seu pai, o coronel Sá Cardoso, seria em breve vítima de alguma violência semelhante à da “noite sangrenta”. *Vd. idem*, pp. 52-58.

⁷⁰² “A organização operária, que tem objectivos económicos e por eles baseia a sua ação, nada tem com o movimento revolucionário, afirmando a sua neutralidade, mantendo-se coerente com os seus estatutos que a impedem de intervir nas lutas políticas. O programa dos revolucionários promete liberdade de associação, liberdade de pensamento e de consciência, amnistia e perseguições enérgicas a todos os especuladores e açambarcadores. Se o programa sair do papel e passar a ser executado, com sinceridade, sem sofismas, principalmente nesses pontos que tanto interessam à população... a revolução não terá sido inútil.”, “Um novo golpe de Estado triunfante”, in *A Batalha*, 20 de outubro de 1921, p. 1.

⁷⁰³ “Durante o dia a cidade manteve uma estranha animação, vendo-se em toda a parte, exceto nos pontos que militarmente se encontravam ocupados, numerosos grupos, discutindo e apreciando os acontecimentos, na avidez de saberem notícias.”, in *idem, ibidem*.

IV.4.2. As tentativas insurrecionais de radicais e comunistas.

A 10 de dezembro de 1923 deu-se a primeira de uma série de tentativas insurrecionais em Lisboa aliando elementos do PCP a outros do PRR. O executivo à data, liderado por Ginestal Machado, era ocupado, exclusivamente, pelo Partido Republicano Nacionalista. Como era habitual, na ausência de maioria nas câmaras, este gabinete dependia da bancada democrática, o que representava uma vulnerabilidade perante a heteróclita agenda do maior partido do regime. Apesar da tentativa insurrecional se ter feito para derrubar o executivo conservador, correu o boato da implicação do governo na conspiração. A suspeita era verosímil, pois uma revolta daria aos nacionalistas o contexto de excepcionalidade para pedir a suspensão das garantias constitucionais e uma possível dissolução do parlamento ao presidente da república. Assim foi considerada pela maioria dos deputados da época que acabaram por retirar a sua confiança ao governo.

O sinal para o arranque do movimento foi dado de terra, pelas 20h, correspondendo-lhe os revoltosos a bordo do contratorpedeiro Douro com três tiros. A cavalaria da GNR patrulhou as ruas da cidade, com vários pequenos confrontos⁷⁰⁴. No Arsenal da Marinha, surgiu o 1º tenente Travassos Valdez, a quem se juntaram civis pedindo armas aos marinheiros, após o sinal de mar. Estes populares acabaram dispersados pela GNR. Mais tarde, havendo boatos de que toda a marinha de guerra estacionada no Tejo e o quartel dos marinheiros estavam com a insurreição, o presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, ter-se-ia deslocado a Alcântara, juntamente com o secretário geral da presidência e do oficial às ordens. Segundo os relatos nos jornais, o quartel estava em ordem.

O palácio de Belém, onde se situa a residência oficial do chefe de Estado, foi alvo de uma tentativa de assalto por um grupo de civis. Teria sido pelas 21h que este grupo lançara duas bombas e alguns tiros sobre o sentinela do lado do museu dos Coches. As bombas caíram sobre os carris do eléctrico e os tiros atingiram a cantaria do museu. Em resposta, os soldados abriram fogo sobre a praça Afonso de

⁷⁰⁴ Um primeiro esquadrão teria dispersado um grupo de civis no Rossio e teria perseguido outro do café A Brasileira até ao largo de São Domingos, onde dois cavalos teriam morrido, atingidos por bombas dos populares. O jornal *O Século* refere o esforço do comandante da força por que nenhum tiro fosse disparado, conseguindo pôr em fuga o grupo perseguido e reorganizado o esquadrão. O segundo esquadrão teria saído do quartel do Carmo para reforçar o patrulhamento após este confronto. “Contra a ordem pública”, in *O Século*, 11 de dezembro de 1923, p.1.

Albuquerque. Deste fogo resultou a morte de um soldado, o 2º sargento José António Marmelada, encontrado sem vida perto do portão do palácio da presidência, trazendo consigo um revólver, munições e um cartão de identidade do Partido Republicano Radical⁷⁰⁵. Um segundo grupo de civis tentaria escalar o muro do jardim Colonial para entrar na residência oficial do chefe de Estado, ferindo-se dois soldados nos confrontos.

Finalmente, em Vila Franca de Xira, onde ficava a estação telegráfica que ligava a capital aos principais centros urbanos do país, as linhas de comunicação foram cortadas após os primeiros tiros do vaso Douro. Às 21h a estação foi assaltada por Manuel Ribeiro, comunista, e Domingos Alberto Agostinho da Silva, ambos funcionários dos Correios e Telégrafos de Lisboa⁷⁰⁶. Durante a madrugada foram presos pela GNR, a estação foi desocupada e a linha recuperada.

Segundo *O Século*, a insurreição tinha sido boicotada por uma ação contrarrevolucionária de três “machadistas”⁷⁰⁷ que estavam a par da conspiração e deram um falso sinal de arranque. Os tiros de terra deveriam ter sido disparados uma hora depois. Como a bordo do Douro houve alguma incerteza relativamente ao sinal, foram dadas mais cargas do que as combinadas, o que por sua vez desorientou os restantes grupos preparados para os assaltos aos aquartelamentos em terra⁷⁰⁸. A mesma notícia explica os acontecimentos a bordo do contratorpedeiro. O aliciamento de praças e sargentos teria sido feito pelo 1º sargento de manobras António Maria Queimado, recentemente integrado na guarnição do Douro. Este sargento, juntamente com o capitão de fragata João Manuel de Carvalho e vários praças embarcaram à paisana num barco particular no cais da Areia, subindo a bordo do vaso de guerra devido à cumplicidade do cabo de serviço. João Manuel de Carvalho fardou-se antes de subir ao Douro, assumindo aí a direção da revolta. Um dos dois oficiais a bordo, o capitão-tenente Alberto de Carvalho, apelou à resistência da guarnição, sem sucesso.

⁷⁰⁵ Seria irmão do 1º sargento Marmelada, um dos revoltosos de 19 de outubro de 1921, quando integrava a GNR. O sargento Marmelada era presidente da comissão municipal do PRR do Barreiro e sócio do Centro Republicano Radical 19 de outubro. O seu cortejo fúnebre partiu do Centro Republicano Radical, à rua da Voz do Operário, em Lisboa. “Os acontecimentos dos últimos dias”, in *A Capital*, 15 de dezembro de 1923, p. 2.

⁷⁰⁶ Acompanhava-os um ourives local, António Pereira Guimarães, alegadamente desconhecedor das intenções dos outros dois. “Os acontecimentos de anteontem”, in *O Século*, 12 de dezembro de 1923, p. 2.

⁷⁰⁷ Homens envolvidos nas intencões lideradas por Machado Santos.

⁷⁰⁸ “O fracasso do movimento revolucionário”, in *O Século*, 12 de dezembro de 1923, p. 1.

Os dois oficiais foram presos num camarote. Apesar do relativo sucesso a bordo do Douro, as restantes embarcações não aderiram, como suposto, ao movimento, deixando estes marinheiros isolados. Muitos fugiram nos escaleres pela margem sul do Tejo. Durante a madrugada o Douro rendeu-se. Quarenta e um sargentos e praças foram detidos e transportados para o forte de São Julião da Barra. Na prisão, João Manuel de Carvalho diria ao jornal *O Século* que assumira a direção da revolta a bordo para evitar a violência da marinhagem contra os oficiais de serviço, temendo a repetição do que havia acontecido a 19 de outubro de 1921⁷⁰⁹.

Este movimento teve consequências, além da prisão de vários civis⁷¹⁰. A primeira foi o abatimento ao serviço de dezenas de marinheiros, represália bastante combatida pelo PRR cuja capacidade de ação revoltosa ficava reduzida. A ocasião foi aproveitada para purgar a marinha de elementos rebeldes. Os jornais anunciavam a revisão dos cadastros dos marinheiros para expulsão dos indisciplinados⁷¹¹. Que a confiança do governo na Armada não era completa mostra-o o envio imediato das embarcações de guerra em missões distantes da capital⁷¹².

A segunda consequência foi a queda do governo. No dia 11 de dezembro apresentaram-se no governo civil de Lisboa o tenente-coronel Justiniano Esteves, Santos Monteiro e José António David, agente de finanças. Declararam a sua solidariedade com o movimento, dizendo-se implicados e afirmando que a conspiração pretendia favorecer o governo, conseguindo-lhe a dissolução parlamentar. Assumindo-se como comité revolucionário, lançavam a confusão sobre os objectivos da revolta. Justiniano Esteves, filiado no PRR, reforçaria em entrevista ao vespertino *A Capital* o interesse do executivo nacionalista no arranque da insurreição, implicando nos planos o governador civil de Lisboa que teria chegado a pedir mais tempo aos revoltosos, mudando-lhes a data prevista para a eclosão do

⁷⁰⁹ A preocupação do comandante era corporativa, segundo o próprio. *Vd. idem, ibidem*.

⁷¹⁰ António Santana Marques e Manuel Rocha dos Santos foram detidos pela GNR do Beato e entregues à PSE. Plínio Albano Cardoso foi detido pela GNR junto ao quartel do Carmo. José Gomes Pereira, “o Avante”, também foi detido.

⁷¹¹ “O governo e os partidos perante os acontecimentos”, in *O Século*, 13 de dezembro de 1923, p. 1.

⁷¹² A canhoeira Bengo para o norte do país, o cruzador Carvalho Araújo partiria no dia 12 para a Madeira, o *destroyer* Vouga foi enviado um dia depois de ter atracado no rio Tejo para o serviço de fiscalização da pesca. *Vd.* “O fracasso do movimento revolucionário”, in *O Século*, 12 de dezembro de 1923, p. 1.

movimento⁷¹³. Outra afirmação era a de não ter havido qualquer tentativa de assalto à residência oficial do presidente da República, antes pelo contrário, desejando-se a sua salvaguarda. O irmão do sargento Marmelada diria também que este não tinha sido atingido por estar com os assaltantes, mas sim por ir a caminho da farmácia, sendo atingido por uma bala perdida⁷¹⁴. Esta versão dos acontecimentos antagonizava o gabinete nacionalista com o parlamento e com o presidente Teixeira Gomes. De acordo com os jornais de Lisboa, o passeio do chefe de Estado pelos aquartelamentos da cidade implicava uma suspeita sobre as informações que Ginestal Machado lhe dava da dimensão da revolta, que a ser verdade justificaria o pedido de dissolução das câmaras e a suspensão das garantias constitucionais. Esta tese teve adeptos na assembleia da República, onde no dia 12 de dezembro o chefe do governo, Ginestal Machado, era confrontado com as contradições das suas declarações e a versão que os jornais davam dos acontecimentos. Vasco Borges foi o primeiro deputado a fomentar a polémica na assembleia, insistindo na notícia dada aos deputados de não ter havido perturbações de monta da ordem pública e, no entanto, Cunha Leal, ministro das Finanças com propostas em aberto no parlamento, ter defendido a ideia da dissolução parlamentar nos jornais⁷¹⁵. Ainda a propósito da escusa de Ginestal Machado de prestar mais declarações ao parlamento, o debate prolongar-se-ia pelo dia seguinte, terminando com as moções apoiando o governo a serem reprovadas pela maioria⁷¹⁶.

Apesar da confusão, radicais e comunistas não deixaram de reivindicar oficiosamente a direção da insurreição. Justiniano Esteves dizia que a tentativa revolucionária tinha sido feita para a “grande massa humilde e sofredora que se chama povo”, subscrevendo o programa que lhe havia sido mostrado. Pouco detalhado, incluía a contenção da especulação com géneros de primeira necessidade e divisa, a moralização da administração pública, o saneamento do funcionalismo e o julgamento de ministros e parlamentares que houvessem favorecido negócios privados. A ideia do julgamento da corrupção política era forte entre os radicais,

⁷¹³ “Afirmações”, in *A Capital*, 17 de dezembro de 1923, p. 1.

⁷¹⁴ “O governo e os partidos perante os acontecimentos”, in *O Século*, 13 de dezembro de 1923, p. 1.

⁷¹⁵ “Assim, o problema da dissolução põe-se neste momento com evidente clareza, como condição essencial para que a ordem se possa manter, não só momentaneamente, mas por um larguíssimo período. Exige-o o país, exigem-no todas as classes sociais, porque a nenhuma delas convém a prolongação indefinida deste regime de convulsões revolucionárias periódicas.”, “A dissolução impõe-se”, in *Diário de Lisboa*, 11 de dezembro de 1923, p. 5.

⁷¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 8, 12 de dezembro de 1923 e *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 9, 13 de dezembro de 1923.

associada à apresentação dos membros do PRR como incorruptíveis e sem responsabilidade na situação, por não terem posições em empresas privadas e por não terem desempenhado cargos de decisão política.

Oficialmente, o partido não rejeitava a insurreição, embora também não a reivindicasse. Lopes de Oliveira, então membro do diretório partidário, asseguraria na imprensa a vocação do partido para o desempenho do poder pela via institucional. A credibilidade do PRR como partido da ordem era particularmente importante naquele momento, dada a vacatura do executivo e os desejos de que Teixeira Gomes visse no partido um reduto moral plausível para resolver o impasse de constituição do novo gabinete. Por outro lado, esta vocação não era intransigente. Havendo um fundo espectral de descontentamento e revolta social que podia ser canalizado favoravelmente para legitimar um grupo eleitoralmente fraco e residual como era o PRR, fazia-se certa homenagem à generosidade dos insurrectos⁷¹⁷. Em nota oficiosa, o diretório do PRR seguiria a mesma estratégia⁷¹⁸.

O PCP, nesta fase alheio a intensões institucionais, contava do seu envolvimento no movimento. Na primeira página de *O Comunista*, órgão do partido que tinha Carlos Rates como redator principal, aludia-se a um programa forjado pelos vários elementos componentes da revolução republicana radical, nem todos filiados no PRR. Dizia-se, porém, que o PCP estava ao corrente da conspiração sem fazer parte dela, aproveitando-se a oportunidade para apresentar um programa independente para o pós-insurreição. Antes de o vermos, interessa notar a benevolência tida pelas intenções de Justiniano Esteves e Santos Monteiro, pelo radicalismo republicano, justificativa da aliança momentânea. Assim, contemporizava-se com a convicção daqueles elementos de que a república burguesa, dos direitos do Homem e do cidadão fosse resgatável, apenas para colocar o partido contra a possibilidade reformista pacífica. A estratégia dos comunistas era distinta. Embarcavam com os radicais

⁷¹⁷ “Uma opinião”, in *Diário de Lisboa*, 12 de dezembro de 1923, p. 2.

⁷¹⁸ “O Diretório do Partido Republicano Radical que não podia esquecer, nem esqueceu nunca, os princípios do seu programa e as resoluções do seu Congresso, entende ser seu dever, a bem do prestígio das instituições e da manutenção da ordem, aguardar melhor oportunidade para fazer as declarações necessárias sobre os acontecimentos de 10 do corrente. Mas, tendo a certeza do generoso desígnio com que elementos radicais entraram nesse movimento, presta justiça às suas intenções, solidarizando-se com aqueles que estão já sendo implacavelmente perseguidos, esquecendo os seus perseguidores que a hora gravíssima que decorre não comporta tal procedimento.”, “O PRRadical e os últimos acontecimentos (nota oficiosa)”, in *A República Portuguesa*, 22 de dezembro de 1923, p. 1.

porque “querendo colher as trutas o não podemos fazer com as bragas enxutas”, isto é, porque criam na tomada do poder pela violência como primeira condição para aplicar um plano de medidas revolucionário, que permitisse declarar uma nova república, operária e camponesa, cuja soberania residiria nas forças de produção. A aliança com os republicanos radicais era instrumental. A expectativa sobre o momento pós-insurrecional era explicada. Os comunistas forçariam o seu programa, puxando os radicais para o seu campo, ou entrariam em guerra com eles se houvesse resistência⁷¹⁹.

Criada distância dos republicanos radicais, mostrava-se um manifesto pronto a sair da gráfica, caso o 10 de dezembro tivesse sido bem sucedido. O documento antecipava resistências e soluções inspiradas na revolução russa⁷²⁰. Não cabendo aqui detalhar tais medidas, interessa-nos referir que a exortação era decomposta em dois cabeçalhos. O primeiro dirigido ao “povo explorado” ao “proletariado das fábricas, das oficinas, dos transportes e dos campos”, isto é, às classes operárias da pequena e grande indústria e do ofício, os ferroviários, os assalariados rurais, aquelas que estavam sindicalizadas e eram tradicionalmente reconhecidas como proletárias. O segundo cabeçalho, em corpo menor, invectivava algumas classes da pequena burguesia, os “trabalhadores intelectuais”, pequenos proprietários e caseiros, soldados, sargentos e oficiais subalternos, procurando tecer a já referida união de despossados. De notar, sobretudo, a efemeridade assumida da aliança com os republicanos radicais.

Seguiram-se três tentativas insurrecionais menores, a 12 de agosto de 1924, 28 de agosto de 1924 e 12 de setembro de 1924, todas atribuídas a esta aliança reativa e instável.

A 12 de agosto de 1924, um grupo composto por radicais de Os Libertadores e comunistas tentou assaltar o forte da Ameixoeira, em Lisboa, fracassando por falta de apoio. O jornal *A Capital* refere a infiltração do movimento por parte do governo, assim como boatos de ter sido um ex-militante radical, irradiado do partido, a

⁷¹⁹ “A verdade é que nós não desejávamos senão marcar a nossa posição e preparar o salto para tomar o poder político. Ou levaríamos os radicais a medidas excessivas até lhes não deixar outra alternativa que não fosse deixarem-se absorver pelos nossos objetivos ou, no caso de uma recusa, teriam de cair nos processos correntes de administração e então a luta entre comunistas e radicais estalaria.”, “Para a História”, in *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923, p. 2.

⁷²⁰ *Idem*, pp. 1-2.

denunciar à polícia os planos do comité revolucionário⁷²¹. O *Diário de Lisboa* também noticiou a tentativa insurreccional, anunciada com dias de antecedência. A contenção do golpe dever-se-ia à antecipação do ministro da Guerra, general Vieira da Rocha, que havia destacado contingentes do exército para patrulhar pontos estratégicos de Lisboa, ordenando ainda a prevenção de todas as forças de terra e de mar até às 4 horas da madrugada e a vigilância nos quartéis dos arredores da capital, onde se julgava haver oficiais aliciados. Referem-se neste jornal rusgas e prisões da polícia, armada de carabina.

O governador civil de Lisboa confirmou ser o movimento uma aliança entre radicais e comunistas, prevendo a concentração de civis em vários pontos da cidade, o principal sendo uma taberna na Elias Garcia, onde ficava a sede de Os Libertadores. Este local foi alvo de cerco por um esquadrão de cavalaria, por suspeita de reunião de oficiais rebeldes da armada e do exército, sem se ter comprovado nada de suspeito.

Um segundo grupo de civis, liderados pelo revolucionário civil João Camilo, tentaria tomar as esquadrilhas de aviação, na Amadora. Para aí foi a polícia armada, escoltada pela cavalaria da GNR.

De acordo com as informações do governador civil de Lisboa, as forças revoltosas incluíam a guarda-fiscal, oficiais e sargentos do exército e a polícia. A guarnição do forte da Ameixoeira estaria alinhada com a sublevação, contando ainda com outros elementos dos quartéis militares de Lisboa. Nos arredores da capital – Queluz, Alverca, Amadora e Vila Franca – haveria grupos de civis preparados para o golpe⁷²². Junto ao forte da Ameixoeira foram detidos Raul Saramago, José Marcolino, Manuel Mendes Esteves⁷²³, entre outros⁷²⁴. Acreditava-se na evasão do comité revolucionário da cidade no rápido da tarde. Foram acusados o coronel Xavier Pereira, o major Rosa Ventura, Santos Monteiro, Bossa da Veiga, Martins Júnior, ex-alferes Pimenta entre outros.

⁷²¹ “A revolução que não chegou a haver”, in *A Capital*, 12 de agosto de 1924, p. 1.

⁷²² “Os acontecimentos”, in *Diário de Lisboa*, 12 de agosto de 1924, p. 5.

⁷²³ O *Diário de Lisboa* entrevistou os presos, Manuel Mendes Esteves, José Marcolino e Amadeu Ribeiro, um civil, todos detidos junto ao forte da Ameixoeira. Manuel Mendes Esteves manifestou-se descontente por estar numa prisão de presos comuns (calabouço nº 7, no governo civil). Declarou-se inocente, mas não deixou de afirmar que estaria ao lado de uma “revolução moralizadora”, e que a sua prisão contrastava com a dos “verdadeiros criminosos, os defraudadores do dinheiro da Nação”, in *idem, ibidem*.

⁷²⁴ “A revolução... que não houve”, in *A Capital*, 12 de agosto de 1924, p. 2.

Ainda de acordo com o governador civil de Lisboa, o movimento teria como finalidade a dissolução do parlamento, a demissão do governo e a formação de um ministério radical, com um ministro do PCP. Reagindo a estas notícias, José de Macedo, membro do diretório do PRR, negaria tanto o seu envolvimento pessoal, como o do partido, dizendo ainda que no comité revolucionário não estava nenhum comunista, nem os nomes que eram apresentados como radicais o eram. O suposto ministério saído da revolução também era considerado uma fantasia, julgando-se impossível o nome de Carlos Rates para ministro do Trabalho (“Mas o cúmulo da fantasia é aparecer indigitado para a pasta do Trabalho o sr. Carlos Rates, que é comunista e que não pode fazer parte de ministérios burgueses, segundo resolução da Internacional de Moscovo”⁷²⁵). O elenco incluiria ainda Paiva Lerenó⁷²⁶, Albino Vieira da Rocha, Vítor Macedo Pinto, e os revoltosos do 10 de dezembro, Justiniano Esteves e Santos Monteiro. Este último, ministro indigitado das Colónias do elenco anunciado na imprensa, apesar dos seus antecedentes, recusou a sua cumplicidade na conspiração, assim como a do PRR que defendia o crescimento partidário pela mobilização das bases⁷²⁷.

Além do desmentido de personalidades do PRR, uma nota oficiosa de uma comissão distrital desmentia o envolvimento do partido na tentativa insurrecional e voltava a afirmar o repúdio por atos afins, desejando-se fortalecer um partido constitucional com acesso ao poder quando o presidente da república o chamasse⁷²⁸. O jornal *Renovação* secundava esta opinião, acusando o governo de ter forjado o espectro de uma revolução para levar o parlamento a colaborar consigo⁷²⁹.

A insurreição tinha sido, de facto, anunciada nos jornais. Desde logo, por Bossa da Veiga durante uma entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, publicada no dia 7 de agosto de 1924. Defendia a dissolução parlamentar ou uma revolução, avançando

⁷²⁵ “Os acontecimentos de anteontem”, in *A Capital*, 13 de agosto de 1924, p. 1

⁷²⁶ Antigo adjunto da polícia de investigação criminal, foi libertado de madrugada. Vd. “Os acontecimentos”, in *Diário de Lisboa*, 12 de agosto de 1924, p. 5.

⁷²⁷ “Mas entendo que o partido radical deve ir, pela amplitude do seu programa, num crescendo regrado de novas adesões para que, propriamente, seja criada a atmosfera radical necessária para serem realizadas as conquistas indispensáveis a qualquer partido político para ser governo.”, “Política radical”, in *Diário de Lisboa*, 13 de agosto de 1924, p. 5.

⁷²⁸ “Partido Republicano Radical (nota oficiosa)”, in *O Minho*, 25 de agosto de 1924, p. 1.

⁷²⁹ “Como as oposições não estavam dispostas a aprovar os duodécimos nem outras autorizações parlamentares, prometendo o mais desenfreado obstrucionismo, vá de forjar uma *pavorosa*, que viesse dar alento à desconjuntada barcaça ministerial (...)”, “Uma farsa”, in *Renovação*, 23 de agosto de 1924, p. 1.

que o PRR estava preparado para as duas hipóteses. Pessoalmente, Bossa da Veiga preferia a insurreição, por considerar que a normalidade constitucional constringia a ação governamental reformista em falta. Desdenhava da esquerda do PRP, uma corrente oportunista simuladora de radicalidade para atrair as simpatias populares. Avisava estar em curso um movimento de insurreição sem qualquer aliança a outros grupos políticos⁷³⁰ e que o partido tinha elenco governamental e decretos feitos. José de Macedo, no dia 12 de agosto, diria ao mesmo jornal que achava as palavras de Bossa da Veiga inconvenientes. O diretório do partido, no entanto, não emitiu nenhuma nota acerca do assunto⁷³¹.

Por parte dos comunistas não dispomos de dados, mas um artigo publicado na segunda página de *A Batalha*, no dia 13 de agosto de 1924, lançava o alarme para a continuação da possibilidade de uma revolução armada, justificada pela deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras, legitimando, em simultâneo, o envolvimento dos comunistas na intentona dos republicanos radicais:

“A atmosfera não pode ser mais favorável a trabalhos conspiratórios. É grande o número dos descontentes e todos eles se compenetraram de que todos os processos até agora adoptados têm de ser postos de parte e que só dando à república uma feição radical, fazendo-a interessar pelas classes trabalhadoras, experimentando novas fórmulas de organização industrial, pondo de parte tanto quanto possível as classes parasitárias, se conseguiria modificar um pouco a vida económica, tornando-a suportável. Tratar-se-ia assim duma fase intermédia, transitória, da sociedade atual para aquela que nós preconizamos. E assim, todos quantos combatem a injustiça da atual situação se deixam naturalmente suggestionar pela possibilidade de se criarem

⁷³⁰ “As esquerdas do regime”, in *Diário de Lisboa*, 7 de agosto de 1924, p. 4.

⁷³¹ “Ordem pública”, in *Diário de Lisboa*, 12 de agosto de 1924, p. 8.

Pela resposta de Bossa da Veiga a José de Macedo percebe-se que as suas afirmações eram de facto pessoais: “1º Que mantenho na íntegra tudo o que disse nessa entrevista; 2º Que perante o Diretório, perante as comissões políticas do partido e quem quiser dar-me a honra de me ouvir, estou pronto a dar conta das minhas afirmações; 3º Que estou à disposição do sr. José de Macedo para, em qualquer centro partidário, discutirmos amigavelmente os nossos pontos de vista, na certeza de que, se for eu o que segue por mau caminho, nenhuma dúvida tenho em, lealmente, confessar que errei, pois apenas desejo o engrandecimento do nosso partido e o bem da República.” (“O Partido Radical”, in *Diário de Lisboa*, 13 de agosto de 1924, p. 4). Santos Monteiro dirá ainda que o Diretório discordava desta posição, faltando-lhe número para se manifestar (“Política Radical”, in *Diário de Lisboa*, 13 de agosto de 1924, p. 5).

melhores condições para a evolução social e atingir-se a transformação radical de toda a economia.”⁷³².

A 28 de agosto de 1924 tentou-se o assalto ao castelo de São Jorge, em Lisboa, onde ficava o quartel do 2º batalhão de Infantaria 16. Um grupo numeroso de civis (entre trinta⁷³³ e oitenta) entrou no castelo, liderados por dois oficiais, os tenentes de infantaria Carlos Vilhena e José Filipe Pereira Piçarra, com a cumplicidade dos sargentos do batalhão. A partir desta síntese as versões dadas pelos jornais variam. O jornal *O Século* refere a prisão dos três oficiais de serviço seguida da resistência dos soldados da guarnição que, por brio militar, teriam saído das casernas aos tiros em defesa dos seus superiores. O tiroteio, quase sem vítimas⁷³⁴, teria sido intenso até à derrota dos insurrectos. No *Diário de Lisboa* o relato refere a prisão de dois oficiais, mas não do terceiro que, por ter escapado à atenção dos assaltantes, foi capaz de dar ordens aos soldados do quartel para resistirem à insurreição. O tenente Piçarra, entrevistado na prisão, diria que o assalto tinha falhado porque era esperada a colaboração da guarnição do quartel e como isso não aconteceu, os assaltantes depuseram as armas, rendendo-se de imediato. É evidente a intenção do entrevistado de deixar claro que a não violência sobre os soldados era um pressuposto da tentativa. Em ambos os jornais se refere o apoio dos sargentos. Em *O Século* vem como justificação o desconforto pela deslocação de companheiros, do quartel do castelo para fora de Lisboa, devido a suspeitas de aliciamento para o golpe radical de há muito anunciado. O tenente Piçarra, que era republicano, mas não radical, como o próprio esclareceu, atribuiu o apoio dos sargentos à sua condição material, em particular ao descontentamento criado pela questão dos coeficientes, havendo implicados em quase todos os regimentos de Lisboa e muitos da província. Ele próprio, tinha sido aliciado por simpatia pelo programa do PRR. Confirmava que o golpe era radical, com colaboração de alguns comunistas, e que tinha por grande objectivo uma ditadura moralizadora da administração pública.

⁷³² “A dissolução política”, in *A Batalha*, 13 de agosto de 1924, p. 2.

⁷³³ Versão dada por dois sargentos no jornal *O Século*. “Últimas notícias”, in *O Século*, 29 de agosto de 1924, p. 2.

⁷³⁴ Apenas um idoso, morador na zona, teria sofrido ferimentos. Vd. “Últimas notícias”, in *idem*, *ibidem*.

A moralização das práticas políticas era uma das promessas do manifesto encontrado no castelo. Era dirigido aos operários, soldados e marinheiros, ao “povo português, heroico e sofredor”. Anunciava a chegada da revolução oferecendo um lugar a todos os republicanos patriotas. Vitoriava a República sob a égide radical, significando uma catarse justiceira que castigasse e corrigisse a acumulação de riqueza dependente do empobrecimento da maioria: “A ocasião de por cobro à insolência de uma riqueza indecorosamente adquirida, tripudiando sobre a miséria da grande maioria dos portugueses, veio finalmente. Para isso se fez a revolução – para acabarem de vez esses escândalos de toda a sorte (...)”⁷³⁵.

Foram presos os civis João do Nascimento Cunha (fundador do PCP), José Soares, o “malatesta” (PCP), Joaquim José Godinho (PCP), Artur Anjos Pinto (PCP), João Pacheco (revolucionário civil do 5 de outubro e antigo secretário de António Maria da Silva no ministério do Interior), Plínio Armando Cardoso (presidencialista), António Rosário Silva, Evaristo da Cruz, António Espírito Santo, Gregório Roque da Silva, Carlos da Conceição Lopes, José Maria Paulino, João Duarte Meireles, Serafim Borges, Eugénio Rocha, Alfredo Martins, Serílio Fernandes, António Melo Duarte, Vicente Lopes, Miguel da Silva, António Seixas, Francisco Santos, António dos Reis⁷³⁶.

De novo, José de Macedo, na Brasileira do Rossio, negaria o envolvimento do PRR. Uma visita aos presos no governo civil ironizaria: “É já hábito do partido radical ignorar os movimentos em que a maioria dos seus correligionários está comprometida. Se o movimento saísse triunfante, todos eram radicais e revolucionários.”⁷³⁷. Um radical não identificado, cuja entrevista deu à estampa nas páginas de *A Batalha*, secundaria a inocência do partido. A ocasião era aproveitada para explicar aos leitores operários que a república radical não seria aquela desejada pelos sindicalistas revolucionários ou pelos comunistas, mas também para eles representaria um progresso⁷³⁸.

⁷³⁵ “Movimento revolucionário”, in *Voz do Povo*, 25 de setembro de 1924, p. 2.

⁷³⁶ “Uma revolução”, in *Diário de Lisboa*, 29 de agosto de 1924, p. 8.

⁷³⁷ “Uma revolução gorada”, in *idem*, p. 5.

⁷³⁸ “Os problemas sociais não serão tratados de molde a agradar às correntes mais avançadas do proletariado. A república radical será, talvez, aquilo que os senhores chamam de república burguesa. Mas – e Herriot prova-o por palavras e obras – será uma república mais tolerante e menos egoísta do que a sua antecessora. O operariado será beneficiado com uma maior liberdade de ação e com

A tentativa de 12 de setembro de 1924 arrancou pelas 2 horas da madrugada com várias explosões na cidade de Lisboa, a primeira detonada do jardim do Campo Mártires da Pátria, por civis. O plano consistiria em controlar a estação de comunicações telégrafo-postais no Terreiro do Paço para daí dar ordem de tomada dos quartéis às unidades apoiantes e desorientar aquelas que fossem fiéis ao governo⁷³⁹. Dado o sinal, O major Pires Falcão, revoltoso do 19 de outubro de 1921, liderou um grupo para o assalto à Alfandega, tendo como objectivo encontrar armas⁷⁴⁰. Deste primeiro grupo separou-se outro, pequeno, sob o comando de Bossa da Veiga⁷⁴¹ para entrar no ministério da Guerra. Daí, ligaram para o quartel do castelo de São Jorge, com o intuito de dar ordens em nome do ministro da Guerra, mas como o comandante de serviço desconfiou, Bossa da Veiga anunciou ter sido bem sucedida a insurreição radical. Esta notícia permitiu avisar o ministro da Guerra, general Vieira da Rocha, que ordenou o corte da linha civil do ministério e à Central Militar que não atendesse os telefones militares. A cavalaria e infantaria da GNR avançaram então para o Terreiro do Paço, cercando a praça. Houve alguma resistência por parte dos insurretos que ainda conseguiram prender 15 praças da GNR, mas acabaram por ser dispersos ou presos. De acordo com a notícia de *O Século*, correram boatos de que os insurretos eram conduzidos por Justiniano Esteves⁷⁴². O major Pires Falcão foi detido pelo tenente-coronel Rodrigues de Sá, da GNR, e levado para o quartel do Carmo. Bossa da Veiga foi detido no interior do ministério da Guerra pelo comissário da PSE, Barbosa Viana, e igualmente levado para o quartel do Carmo. Ainda a praça do Comércio era patrulhada pela GNR quando entraram dois marinheiros numa mota com *sidecar*, vitoriando a revolta, e distribuindo o mesmo manifesto da tentativa de assalto ao castelo de São Jorge. Foram presos. A central telégrafo-postal e o arsenal da marinha não chegaram a ser assaltados.

concessões de importância económica. Reconhecer-se-á a sua força em vez de estupidamente a contrariarem como até aqui se tem feito. É um absurdo, hoje, ir atacar o proletariado à fortaleza quase inexpugnável que ele construiu com a sua energia e com os seus sindicatos.”, “A revolução radical”, in *A Batalha*, 30 de agosto de 1924, p. 1.

⁷³⁹ “Os acontecimentos da madrugada de ontem”, in *O Século*, 12 de setembro, p. 4.

⁷⁴⁰ Sob o seu comando estariam cerca de 200 civis, com sargentos do Exército e da Marinha. *Idem*, *ibidem*.

⁷⁴¹ Ex-oficial do Exército, vestiu uma farda de capitão que lhe foi entregue na hora. “Os acontecimentos da madrugada de ontem”, in *idem*, *ibidem*.

⁷⁴² “Os acontecimentos de ontem à noite”, in *O Século*, 12 de setembro de 1924, p. 2.

Os insurretos incluíam, além dos oficiais que os lideravam, marinheiros, sargentos e praças do exército e da guarda-fiscal, e civis. No Carmo estiveram presos, como referido, o major Pires Falcão, Bossa da Veiga, e ainda o capitão Armando Soares Andréa, o capitão Ferreira, o tenente Oliveira, o sargento do quadro de saúde da Armada Francisco José Pereira, 1º marinheiro José dos Santos Batista, 1º grumete Arnaldo Santos Pestana, os soldados da guarda-fiscal João Batista Duarte e Manuel António, os soldados de infantaria 16 Francisco António Correia, Américo Batista Beirão, António Nunes e Adelino Salgueiro, o civil Tomás Silva Branco⁷⁴³, o tenente Vilhena e o tenente Monteiro⁷⁴⁴. O *Diário de Lisboa* refere também o tenente Jorge de Carvalho, da guarda-fiscal, detido no ministério das Colónias⁷⁴⁵.

Uma fonte da PSE diria a *O Século* que tinha sido dada ordem de prisão a 48 pessoas, e ainda aos membros do diretório do PRR. Suspeitos de terem tentado assaltar o quartel-general, foram detidos o tenente Virgílio Lusitano, Firmino Luís Alves, empregado municipal, Nuno Augusto dos Santos e Conceição Rodrigues.

O governo, nas declarações prestadas à imprensa, minimizou o episódio. Rodrigues Gaspar, chefe do executivo, ridiculizaria a tentativa, dizendo-a uma mera “sinalefa”⁷⁴⁶.

Como era hábito, apesar dos jornais assumirem o carácter comunista-radical do movimento, o PRR recusou envolvimento. O jornal *O Minho*, no entanto, não deixou de publicar uma nota das comissões políticas de Braga, manifestando comoção pela prisão dos oficiais radicais que “para bem de toda a população portuguesa tomaram parte dos últimos acontecimentos revolucionários”. O mesmo documento acabava dando vivas à futura revolução⁷⁴⁷.

A insurreição teria como finalidade depor o governo, dissolver o parlamento, reorganizar o exército e o funcionalismo público, e criar um tribunal especial para julgar os “implicados ou acusados nos esbanjamentos dos dinheiros do Estado”. O *Diário de Lisboa* chegou a publicar os nomes do governo a ser indigitado pelo comité

⁷⁴³ “Os acontecimentos de ontem à noite”, in idem, *ibidem*.

⁷⁴⁴ “Os acontecimentos da madrugada de ontem”, in *O Século*, 12 de setembro, p. 4.

⁷⁴⁵ “Vão ser presos os membros do Diretório do Partido Radical”, in *Diário de Lisboa*, 12 de setembro de 1924, p. 8.

⁷⁴⁶ “Só houve sinais. Isto foi uma sinalefa. – O assalto ao ministério da Guerra... – Só se fosse para atacar os papéis. Não havia lá senão papéis.”, in idem, *ibidem*.

⁷⁴⁷ “Ecos da última tentativa revolucionária”, in *O Minho*, 5 de outubro de 1924, p. 1.

revolucionário: Mesquita de Carvalho (Presidência e Interior), Almeida Arez (Justiça), capitão de fragata João Manuel de Carvalho (Finanças), Bossa da Veiga (Guerra), Procópio de Freitas (Marinha), José de Macedo (Colónias), Veiga Simões (Estrangeiros), Tenente-coronel Justiniano Esteves (Trabalho), Peres Trancoso (Agricultura), Pires Falcão (Comércio), Lopes de Oliveira (Instrução). O major Pires Falcão e Bossa da Veiga negariam estes dados⁷⁴⁸.

Relativamente à participação dos comunistas, a cargo de quem ficaria, segundo alguma imprensa, a função de atemorizar a cidade, lançando bombas, o diário operário *A Batalha* denunciaria as perseguições aos sindicalistas militantes acobertadas por estas suspeitas, repressão que visava fragilizar o movimento operário organizado⁷⁴⁹.

IV.4.3. O “Movimento de Almada”

Fracassadas as várias tentativas de assalto a quartéis militares da capital, aliando militares e civis do PCP e do PRR, outra intentona tomaria lugar no dia 2 de fevereiro de 1926, com contornos diferentes. Em Lisboa houve uma primeira movimentação nas imediações do quartel de Campolide, onde o tenente-coronel Justiniano Esteves foi detido, juntamente com um capitão, um tenente do forte da Ameixoeira e um civil. Viajavam num carro fretado. O condutor, interrogado pela PSE, diria ter sido contratado para levar os oficiais ao forte da Ameixoeira, ao quartel da Estrela e ao de Campolide, onde foram detidos. Segundo uma nota de imprensa emitida pelo governo civil de Lisboa, pelas 4 horas da madrugada, estes oficiais pretendiam assaltar o aquartelamento quando foram presos⁷⁵⁰. Justiniano Esteves voltaria a assumir as intenções insurrecionais pela regeneração do regime republicano. Na reportagem de *O Século* é ponderada a hipótese deste oficial se ter precipitado, avançando para um golpe previsto para alguns dias mais tarde, a eclodir em Santarém,

⁷⁴⁸ “Ecos da última tentativa revolucionária”, in *O Século*, 16 de setembro de 1924, p. 2.

⁷⁴⁹ “Com o mesmo espírito, a mesma ignorância ou a mesma má fé, é que à organização operária são atribuídos os atentados terroristas e se propala que a CGT se dedica ao fabrico de bombas explosivas. Com o pretexto dos atentados, têm-se feito perseguições policiais aos militantes do operariado, que nenhuma responsabilidade têm nesses atos. O que se pretende não é reprimir os atentados, mas inutilizar a resistência organizada dos operários.”, “Os boatos e a CGT”, in *A Batalha*, 14 de setembro de 1924, p. 1.

⁷⁵⁰ “Ordem pública”, in *O Século*, 2 de fevereiro de 1926, p. 2.

Vendas Novas e Mafra em simultâneo, devido à viagem de António Maria da Silva, chefe do governo, do ministro da Guerra e de Bernardino Machado, presidente da República, ao Porto. Pretenderia, portanto, aproveitar a ausência destes responsáveis prevendo um atraso na resposta dos poderes instituídos ao assalto e sublevação dos quartéis.

Quem levaria a efeito a nova insurreição seria Martins Júnior. Segundo o próprio, o golpe não teria sido antecipado, mas adiado. Perante as hesitações dos responsáveis, Martins Júnior teria avançado por conta própria, com “um grupo de amigos”. No dia da insurreição, porque esta era esperada e conhecido o seu chefe, a polícia fez uma busca a sua casa, na avenida Elias Garcia, e deteve Franklin dos Santos, José Vital Júnior, José Rosa, António Faria da Costa, Francisco Fazenda Loureiro, Gregório da Silva, Manuel Gonçalves Graça, e Artur Viera Gomes⁷⁵¹. Martins Júnior, no entanto, já havia saído da capital. Acompanhado de Lacerda de Almeida, ministro “outubrista”, e de doze civis, apanhara o comboio para Vendas Novas, chegando por volta das 20h30. Três horas depois entraram na Escola Prática de Artilharia de Campanha, auxiliados pelo praça de serviço. Os oficiais da escola foram presos, dispararam-se tiros e houve feridos. Da Escola Prática, os insurrectos dirigiram-se à estação de comboios, onde, de madrugada, constituíram um comboio especial para transportar gado, artilharia e tropas para o Seixal. Embarcaram cerca de duzentos militares e civis, seis praças de artilharia, oito metralhadoras e munições⁷⁵². No Seixal, pelas 11 horas da manhã, os revoltosos tomaram a estação telegráfica e telefónica e ainda libertaram os presos na cadeia da comarca, armando-os. Às 14 horas, dirigiram-se para Almada, em camiões e automóveis apreendidos, cerca de quatrocentos militares e vinte civis. Um hora depois acamparam no campo de São Paulo. O quartel-general das operações foi instalado na igreja de Almada. Durante a tarde foram detonadas algumas cargas sobre Lisboa, respondendo do castelo de São Jorge. As tropas fiéis ao governo cercaram o campo e fecharam o cerco de hora a hora até encurralar os revoltosos na igreja, à porta da qual, de manhã, Lacerda de Almeida escreveu um cartão ao comandante do posto da GNR de Almada, pedindo uma

⁷⁵¹ “O movimento revolucionário de ontem”, in *O Século*, 3 de fevereiro de 1926, p. 1.

⁷⁵² *Idem, ibidem*.

reunião para declarar a rendição dos insurrectos⁷⁵³. O episódio armado terminaria aqui.

Do ponto de vista tático, a insurreição voltaria a dividir as opiniões das personalidades da esquerda entrevistadas. Pestana Júnior, aos jornais e no parlamento, condenaria a oportunidade do movimento por estar em debate o caso do banco Angola e Metrópole, de contrário a ED apoiaria o golpe⁷⁵⁴. As declarações de Ramada Curto deixariam entrever a incapacidade de intervenção autónoma do Partido Socialista, julgando, por um lado, o golpe armado inevitável para resolução dos impasses políticos institucionais, e considerando, por outro lado, que a iniciativa radical não beneficiaria as classes trabalhadoras. O Partido Socialista desejava manter distância para poder zelar pelos interesses dos trabalhadores na nova situação resultante da insurreição⁷⁵⁵. A expressão da divisão de opiniões entre os radicais é-nos dada pelas declarações de Lopes de Oliveira, uma reação às declarações de Gonçalo Casimiro: “O Partido Radical solidariza-se com todos os que procuram salvar o país, dando fim ao baixo império que nos domina, afrontosamente.”⁷⁵⁶.

A “revolta de Almada” teve consequências maiores no processo de polarização política em curso, impulsionadas pela desigual punição dos insurrectos relativamente aos militares envolvidos no golpe conservador de 18 de abril de 1925. A absolvição destes últimos em tribunal militar geraria a repulsa das forças da esquerda que interpretavam a sentença como encorajamento a um novo golpe conservador antiliberal, associado à propaganda favorável ao exemplo da Itália fascista ou do regime de Primo de Rivera, em Espanha. Como vimos no capítulo anterior, partiria daqui a última campanha unitária das esquerdas, contra o perigo do fascismo. Os revoltosos de Almada foram deportados para Angra do Heroísmo e para o Funchal. Quando ainda não havia certeza acerca do seu destino, o jornal *A Capital* citaria o ministro da Guerra, Conceição Mascarenhas, defendendo o castigo desigual

⁷⁵³ “O movimento revolucionário”, in *O Século*, 4 de fevereiro de 1926, p. 1.

⁷⁵⁴ “Só por isso, note bem, porque, se houvesse oportunidade, se não houvesse o papão do Angola e Metrópole que dá margem a toda a casta de especulações, lá estaríamos também e as coisas, acredite, não correriam como correram. O governo não cantaria vitória com tanta facilidade.”, “O movimento revoltoso”, in *A Capital*, 3 de fevereiro de 1926, p. 1.

⁷⁵⁵ “O meu partido está convencido de que se não mudar de rumo, a saída do *gachis* constitucional far-se-á por um movimento de força, que reputo inevitável. Não colaboraremos nele, isolando-nos, como elementos de fiscalização da situação que dele advier.”, “À margem dos acontecimentos”, in *A Capital*, 8 de fevereiro de 1926, p. 1.

⁷⁵⁶ “O que nos diz o dr. Lopes de Oliveira”, in *Diário de Lisboa*, 3 de fevereiro, pp. 4-5.

para uns e outros devido à quebra de disciplina dos soldados envolvidos na “revolta de Almada”, que seguiram um civil, enquanto que aqueles envolvidos no 18 de abril tinham seguido ordens de superiores⁷⁵⁷.

As campanhas unitárias desenvolvidas pelas esquerdas contra as deportações e contra o perigo do fascismo em 1926 foram pacíficas e defensivas, consistiram em comícios de propaganda que tinham como finalidade alertar as populações do país para a face populista dos movimentos conservadores que pululavam e para a experiência autoritária de outros países. Mas essas iniciativas concorreram para engrossar o número daqueles que dentro dos grupos organizados defendiam a intervenção armada para derrubar o partido da situação. O tema da capa de *A Choldra* de 8 de maio de 1926 era, precisamente, esse. Aí vemos um popular com o barrete frígio e uma espingarda acabada de disparar, um dos vigilantes da República a quem o regime deveu repetidas vezes a sua existência. Pela primeira vez, a esquerda republicana apelava aos revolucionários civis para que estes derrubassem os democráticos: “Perante a ditadura do governo todas as revoltas se justificarão.”⁷⁵⁸. Pais Gaudêncio, no jornal *A Justiça*, defenderia um ponto de vista semelhante, pretendendo que a revolução que se avizinhava não era de tipo fascista⁷⁵⁹.

IV.4.4. O 28 de maio de 1926.

O envolvimento das esquerdas no golpe de 28 de maio de 1926, por um apoio ativo ou passivo, compreende-se no quadro de esgotamento das possibilidades de quebra da hegemonia dos democráticos sobre o sistema político-partidário e, sobretudo, da sua facção conservadora, organizada em torno de António Maria da Silva, pela via institucional. Perdidas as eleições, em novembro de 1925, as esquerdas

⁷⁵⁷ “O sr. ministro da Guerra resolveu que os militares que se revoltaram sigam para Luanda a fim de preencherem as vagas ali existentes nas várias unidades. Para eles não pode existir, no entender do governo, a mesma contemplação havida para com os revoltosos de 18 de abril e 19 de junho, porque os revolucionários de então saíram para a rua sob as ordens dos seus oficiais, enquanto os de Vendas Novas se sublevaram dentro do seu quartel e alvejaram a tiro os seus superiores.”, “A revolta de Vendas Novas”, in *A Capital*, 4 de fevereiro de 1926, p. 2.

⁷⁵⁸ *A Choldra*, 8 de maio de 1926, capa.

⁷⁵⁹ O artigo estava escrito quando o golpe de 28 de maio de 1926 se deu: “Que quer esse governo com a sua ditadura mascarada? Que quer o sr. António Maria da Silva com a sua teimosia em afrontar os republicanos? Uma revolução. De que carácter? Monárquico? À Mussolini ou Rivera? Não, que nós, os radicais, os verdadeiros portugueses, não a aceitaríamos.”, “O movimento revolucionário”, in *A Justiça*, 2 de junho de 1926, p. 1.

ficaram sem possibilidade legal de oposição às políticas da situação. O caso da revisão do contrato dos Tabacos com o Estado foi o ápice do estrangulamento do sistema político-partidário⁷⁶⁰.

Para o historiador António José Telo, o insucesso das tentativas insurrecionais de 18 de abril de 1925, 19 de julho do mesmo ano, e 2 de fevereiro de 1926, contribuiria para a união temporária de três correntes conspirativas para cumprir um objectivo comum, a remoção dos democráticos do poder. Assim, confluiria a conspiração sidonista-monárquica, encabeçada por Sinel de Cordes, a republicana conservadora, liderada por Mendes Cabeçadas, e a radical que acabaria por ter Gomes da Costa como chefe⁷⁶¹. Seria este último a arrancar com o movimento a partir de Braga, na madrugada de 28 de maio de 1926, instigado por conselheiros do PRR e por integralistas⁷⁶². Mendes Cabeçadas foi preso neste dia e libertado no dia seguinte, na esperança, já não de resistir ao golpe armado, mas de resistir à corrente de direita antiliberal no interior do golpe. No dia 29, o governo pediu demissão. No dia 30 de maio, Mendes Cabeçadas foi nomeado chefe do executivo por Bernardino Machado. Aparentemente, reeditava-se um golpe constitucional, com o novo chefe do governo empossado pelo presidente da República e jurando fidelidade à Constituição, após a normalização da situação⁷⁶³.

No sul, os radicais também tiveram um papel significativo, embora fossem rapidamente afastados. No dia 29, Alfredo de Azevedo, diretor do jornal *Os Radicais* liderou os marinheiros de Vale do Zebro, que se juntariam aos ferroviários do Sul e Sueste do Barreiro, em greve, para formar um núcleo radical da margem sul. Após a demissão do governo, Procópio de Freitas assumiu o ministério da Marinha e distribuiu as armas do arsenal pelos civis, mas Mendes Cabeçadas cedeu às contestações da direita, afastou-o e ordenou o desarmamento das milícias. Não só isso, como Lopes de

⁷⁶⁰ Segundo António José Telo, a questão dos tabacos significava para a Esquerda Democrática o fortalecimento da máquina eleitoral do PRP, tornando impossível uma vitória nas urnas. A recente derrota eleitoral do PRED agudizaria a percepção da urgência do derrube pela força dos democráticos do poder. *Vd. Telo, 1984, p. 184.*

⁷⁶¹ O autor explica a trama complexa de acontecimentos até julho de 1926 em termos de uma estratégia bem sucedida de Sinel de Cordes, que teria eliminado os obstáculos até ao poder, os seus inimigos, por fases e usando as rivalidades entre as correntes radical e republicana conservadora a seu favor. *Vd. idem, pp. 187-225.*

⁷⁶² O autor atribui importância à composição do conselho próximo de Gomes da Costa para o desenrolar dos acontecimentos, incluindo as contradições da política seguida pelo general uma vez à frente do governo. *Vd. idem, pp. 212-225.*

⁷⁶³ *Idem, pp. 194-195.*

Oliveira foi preso no Entroncamento, juntamente com Álvaro de Castro, sob ordens de Sinel de Cordes, enquanto o núcleo radical da margem sul foi contido por unidades de Lisboa a mando de Mendes Cabeçadas.

Depostos os democráticos, Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas iniciaram a competição entre si. De uma primeira ronda negocial saiu a proposta de atribuir ao general radical a pasta da guerra, mantendo-o subordinado à corrente republicana conservadora. Gomes da Costa renunciou o acordo e anunciou, no Porto, a marcha sobre Lisboa. O parlamento foi encerrado e Bernardino Machado demitiu-se, deixando todos os poderes a Mendes Cabeçadas. No dia 31, Gomes da Costa desceu até Coimbra onde se encontrou com Cabeçadas para outra ronda de negociações de onde saiu um triunvirato, integrando estas duas figuras e ainda Gama Ochoa, do grupo de Cabeçadas. O chefe do governo regressou a Lisboa e conseguiu a libertação de Lopes de Oliveira e de Álvaro de Castro. Mas, Gomes da Costa denunciou o acordo no Entroncamento. No dia 3 de junho, deu-se em Sacavém a terceira ronda de negociações, chegando-se a novo acordo, um elenco ministerial composto pelo comandante Mendes Cabeçadas (Presidência e Interior), general Gomes da Costa (Guerra e Colónias), general Carmona (Estrangeiros), Almeida Ribeiro (Justiça), comandante Jaime Afreixo (Marinha), Mendes dos Remédios (Instrução), Oliveira Salazar (Finanças) e Ezequiel de Campos (Agricultura e interino do Comércio). Os ministros católicos, Almeida Ribeiro, Mendes dos Remédios e Oliveira Salazar acabariam por se retirar da coligação quando surgiram problemas a propósito da nomeação de Ezequiel de Campos, o ministro do governo “canhoto” e proponente da reforma agrária. No dia 5 de junho, o ministro da Agricultura e do Comércio foi substituído por Alves Pedrosa.

Mendes Cabeçadas tornou-se o alvo dos ataques da direita antiliberal com a publicação de uma lei reconhecendo novos direitos aos revolucionários civis, anulada após as críticas. No dia 6 de junho, deu-se a parada militar em Lisboa, com Gomes da Costa. O general propôs um programa de governo⁷⁶⁴ ao comandante Cabeçadas e, com a recusa deste, o primeiro colocou-se à frente do golpe contra o segundo. No dia 15 de junho, a guarnição de Sacavém preparou-se para atacar a capital. No dia 17, Mendes Cabeçadas rendeu-se. Gomes da Costa assumiu o governo. António José Telo

⁷⁶⁴ Um programa proposto pelos integralistas. *Vd. idem*, pp. 209-210.

considera ser esta a data que marca a existência da ditadura militar de facto. Com o afastamento de Mendes Cabeçadas, a direita antiliberal focou-se na eliminação do general radical. No dia 9 de julho, Gomes da Costa foi convidado a abandonar o poder pelo grupo de Sinel de Cordes e Carmona, sendo deportado para os Açores no dia 11 de julho. Carmona passou a liderar o governo. Para António José Telo, uma vez que os poderes foram usurpados e não atribuídos por Gomes da Costa, a ordem constitucional foi quebrada neste momento. Iniciava-se a ditadura militar.

O 28 de maio foi um golpe polissémico. Os dois chefes iniciais, Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, radical o primeiro, e militar do 5 de outubro de 1910 o segundo, permitiam alguma expectativa benévola por parte das esquerdas republicanas. Tanto o PRED como o PRR saudaram o fim da “ditadura democrática” de António Maria da Silva e ambos os partidos puderam receber com entusiasmo o golpe dada a declaração de que o movimento era “absolutamente republicano”, conforme se lia no manifesto da Junta de Salvação Nacional, distribuído em Lisboa e publicado na imprensa⁷⁶⁵. Se pensarmos que este documento foi elaborado para tentar responder a ansiedades da opinião pública, para obviar a algumas resistências indesejadas de grupos organizados, é de notar, antes de mais, a intenção de manter o regime republicano - o que significa, no mínimo, uma crença num consenso em torno da forma republicana de organização da vida política -, depois, na importante garantia de respeito pelas conquistas operárias. Para aqueles que elaboraram o documento preparatório do golpe e da nova situação política haveria a necessidade de apaziguar a heteróclita família republicana e a classe operária, ou evitar a formação do bloco do 5 de outubro e da “tomada de Monsanto”. Os objectivos do movimento eram demasiado genéricos para merecer oposição imediata daqueles: dignificar a república, moralizar a administração do país, punir os responsáveis pelos abusos de poder⁷⁶⁶. Todos os golpes radicais do passado perfilhavam estes fins. A Junta de Salvação Nacional invocava da Constituição o dever de defesa da pátria dos inimigos internos, como dos externos, definindo como inimigo interno o cidadão defensor dos seus interesses

⁷⁶⁵ Este manifesto corresponderia à facção Mendes Cabeçadas. *Vd. idem*.

⁷⁶⁶ “Oficiais, sargentos, soldados, marinheiros e povo de Lisboa! (...) O movimento é absolutamente republicano, fora dos partidos; não tem fins militaristas, apesar de ser feito pelo exército. Garante todas as liberdades conquistadas pelo operariado e respeita todas as opiniões. É para dignificar a República, moralizar a administração do país e meter na cadeia todos os comprovados criminosos. (...)”, “Pela Pátria e pela República”, in *O Despertar*, 29 de maio de 1926, p. 1.

peçoais em detrimetos dos interesses da pátria. Propunham-se algumas reformas igualmente vagas: uma reforma institucional para melhorar os processos políticos; a reorganização dos serviços públicos; publicação da lei de responsabilidade criminal para todos os servidores do Estado; redução da despesa pública; regularização das contas públicas; simplificação do regime tributário; desenvolvimento da riqueza nacional; reforma dos métodos de ensino e educação; reforma da justiça para celeridade dos processos; reorganização de serviços e coordenação dos planos de fomento colonial; reorganização militar e naval e modernização de equipamentos. Por fim, as liberdades individuais e de associação não eram referidas, mas sim a “Garantia insofismável dos direitos de vida, propriedade e bom nome dos cidadãos.”⁷⁶⁷. A retórica vulgarizada do interesse nacional, aceite enquanto contrário dos interesses partidários, tornava plausível a intervenção do exército agindo como garante e árbitro da seleção futura das competências que deveriam governar o país, desde que este conseguisse mostrar a suavidade de funcionamento da hierarquia. O facto de o movimento ser encabeçado por generais e comandantes oferecia alguma verosimilhança a este imaginário ordeiro.

Este tema foi glosado na proclamação de Gomes da Costa⁷⁶⁸, onde o general louvava a solução da ditadura militar provisória para resolver um problema de representação. Na origem das crises vividas pela população colocava a corrupção dos políticos, um grupo que servia interesses próprios e não os “interesses reais, vivos e permanentes de Portugal”. Caberia ao Exército, enquanto corpo capaz de manter a unidade nacional – pela força –, o papel de garantir a devolução da política à população⁷⁶⁹.

A proclamação do movimento apresentava outras linhas sumariando os principais conflitos coevos percebidos e a partir dos quais se ajustava o programa do 28 de maio⁷⁷⁰. O principal era a luta de classes. Dizia-se que o poder não faria a política de uma classe, nem dos patrões, nem do operariado. Note-se como no osso, na fórmula sintética, a política se resumia à oposição de interesses de duas classes, e a

⁷⁶⁷ “Pela Pátria e pela República”, in *O Despertar*, 29 de maio de 1926, p. 1.

⁷⁶⁸ As proclamações de Gomes da Costa teriam sido redigidas pelo integralista Manuel Múrias. *Vd. TELO*, 1984, p. 188.

⁷⁶⁹ “Viva a República honesta e progressiva”, in *A Voz do Povo*, 11 de junho de 1926, p. 1.

⁷⁷⁰ Proclamação espalhada sobre Lisboa por um aeroplano no dia 3 de junho de 1926.

violência referida era a das políticas impostas: “Não mais a guerra de classe, legislando como patrões ou transigindo ante as exigências violentas (do operariado)”. A ordem social defendida como finalidade não se apresentava contra a desordem provocada pela quebra do monopólio da violência legítima do Estado, mas contra a desarmonia provocada pela corrupção da função política. A ordem desejada significava a restauração da legitimidade das instituições republicanas, da “confiança no poder”. No mesmo sentido, outras diretrizes eram a gestão “científica” do dinheiro público, a substituição da política partidária pela política das competências, a tolerância religiosa, a punição dos abusos de poder. Embora reiterando a república, a proclamação não excluía a sedução pelo antiliberalismo, no texto identificado com a modernidade, do não despesismo, da política sem partidos (embora ainda com política), da cooperação entre classes através de sindicatos orgânicos⁷⁷¹, do “espírito de ordem e reconstrução”⁷⁷².

O órgão do PRR de Aveiro saudava o fim da “ditadura democrática”, depositando todas as esperanças de regeneração do regime no general Gomes da Costa⁷⁷³. Enquanto os jornais polemizavam acerca da incerteza da orientação política do golpe, no jornal *Pátria Livre* atribuía-se aos revoltosos de Almada a génese moral do movimento⁷⁷⁴. De facto, uma das medidas que levou à celebração imediata dos radicais foi a amnistia aos revoltosos de 2 de fevereiro e o anunciado regresso destes “heróis” do partido ao continente. Confirmando, simbolicamente, a vontade de inscrição do movimento nas práticas e no desiderato radicais, encontramos a notícia de reunião do grupo Os Libertadores – do qual fazia parte Martins Júnior –, com a assistência, alegadamente, de mais de 2500 associados, entre os quais são referidos oficiais e sargentos do exército, da marinha e da GNR, os elementos habitualmente cooptados para as insurreições radicais. Nesta reunião foi decidido apoiar o general

⁷⁷¹ Propostos pelos integralistas. Vd. BARREIRA, 1981.

⁷⁷² “Proclamações”, in *A Voz do Povo*, 11 de junho de 1926, p. 1.

⁷⁷³ “Viva a República honesta e progressiva”, in *idem, ibidem*.

⁷⁷⁴ “A revolução que na noite de 28 de maio rebentou em quase todos os pontos do país, foi a continuação da obra iniciada em 2 de fevereiro pelos ilustres republicanos e portugueses Martins Júnior e Lacerda de Almeida. Foram estes heróis os primeiros a levantar o estandarte de revolta contra a governança democrática, acompanhados de meia dúzia de sargentos e outra meia dúzia de civis.”, “A revolução de Almada”, in *Pátria Livre*, 13 de junho de 1926, p. 1.

Gomes da Costa, se ele se mantivesse fiel à proclamação feita⁷⁷⁵, e aguardar a libertação de Martins Júnior e Lacerda de Almeida para os receber em Lisboa. Uma vez desembarcados, Gomes da Costa premiou Martins Júnior com a presidência da câmara municipal de Lisboa.

Lopes de Oliveira, presidente do diretório partidário nesta data, assumiria a participação dos radicais no golpe, tentando manter influência no seio do movimento. Na genealogia por si desenhada, são referidas as correntes confluentes, organizadas após as insurreições de 18 de abril e de 19 junho, mas não de 2 de fevereiro. Ao jornal *A Capital*, Lopes de Oliveira admitiria haver uma origem conservadora antiliberal (monárquica) na conspiração tendo anos de vida. Em maio de 1924, o movimento ter-se-ia revestido de uma retórica patriótica, aceitável para o PRR, e teria havido conversações para uma aliança com o partido. O 18 de abril, no ano seguinte, era julgado monárquico e o 19 de julho um híbrido. A partir destas duas tentativas de golpe armado ter-se-iam organizado duas correntes, uma mais conservadora em torno de Sinel de Cordes, Carmona e Raul Esteves, outra menos e com um braço civil em torno de Mendes Cabeçadas e José Eugénio Dias Ferreira. Uma terceira conspiração, a radical, manter-se-ia independente em torno de Gomes da Costa. Para Lopes de Oliveira, teria sido Mendes Cabeçadas a figura a reunir as três correntes, mas as atitudes decisivas dever-se-iam aos radicais, Gomes da Costa no norte e Procópio de Freitas no centro do país⁷⁷⁶.

De resto, a participação do PRR foi curta. A 1 de junho, *A Batalha* publicava uma nota oficiosa do partido onde este dava apoio ao governo e ao programa da Junta de Salvação Nacional e dizia não querer tirar proveito do sucesso do movimento, apesar de nele ter participado⁷⁷⁷. Após o golpe a Mendes Cabeçadas, quando Gomes da Costa assumia o governo, um comunicado oficial do partido desobrigava os militantes dos compromissos partidários, “para que não se imiscuam influencias partidárias na revolução que só deve inspirar-se nos supremos interesses da pátria”⁷⁷⁸. Se a nota permitia a figuras do partido participarem no arranjo governamental, na

⁷⁷⁵ “Resolveu dar todo o apoio ao general Gomes da Costa, uma vez que este cumpra a sua palavra de que o movimento não estabelecerá uma ditadura militar mas sim um governo nacional de competências.”, “Grupos dos Libertadores”, in *A Revolta*, 1 de junho de 1926, p. 2.

⁷⁷⁶ “Os acontecimentos”, in *A Capital*, 14 de junho de 1926, p. 1.

⁷⁷⁷ “Nota oficiosa do Partido Radical”, in *A Batalha*, 1 de junho de 1926, p. 2.

⁷⁷⁸ “Partido R. Radical”, in *A Voz do Povo*, 21 de junho de 1926, p. 3.

prática, era uma auto-dissolução. A nota procurava resgatar coerência, invocando o manifesto de maio de 1924, onde o diretório do PRR defendia um movimento suprapartidário⁷⁷⁹. Este manifesto corresponderia ao momento conspiratório referido por Lopes de Oliveira, tentando-se, portanto, deixar para a posteridade a ideia de missão cumprida e de concurso na nova situação.

De acordo com declarações de José Domingues dos Santos, o PRED ter-se-ia mantido neutro a pedido dos conspiradores. A sua anuência era dada primeiro pelo objectivo de derrube de António Maria da Silva, depois pelas garantias de Mendes Cabeçadas de realização de eleições leais⁷⁸⁰. A 29 de maio, o jornal *A Capital* publicou a primeira nota oficiosa do partido acerca da situação e nela se considerava o governo da direita democrática fora da lei, recomendando aos militantes que não o auxiliassem⁷⁸¹. Na linha narrativa adoptada, a Esquerda Democrática tinha contribuído para a queda do executivo pela campanha de oposição feita, cujos efeitos participavam da formação da opinião pública adversa a António Maria da Silva. O golpe militar viria, assim, de encontro a uma corrente de opinião pública, residindo aí a sua verdadeira força. Também a Esquerda Democrática julgava poder reivindicar um futuro na nova situação, um futuro constitucional.

Derrubado o governo, o PRED pronunciou-se com cautela. A 1 de junho, a nota oficiosa do partido era fechada com a certeza de combate a uma tentativa de ditadura fascista, caso ela existisse⁷⁸². O diretório partidário proibia ainda os militantes de aceitar participar no governo saído do golpe. Reafirmava-se o propósito de engrossar a malha organizativa e a propaganda partidária para preparar a possibilidade de uma participação governativa constitucional⁷⁸³. A 10 de junho, após o

⁷⁷⁹ Conforme se lia na nota: “(...) um movimento sem características partidárias, que libertasse o país da oligarquia político-financeira dominante, empenhando todos os verdadeiros republicanos numa obra de emancipação nacional, intentando a conciliação da família portuguesa, servindo a grei pela inabalável fé na grandeza dos nossos destinos”, “Partido R. Radical”, in *A Voz do Povo*, 21 de junho de 1926, p. 3.

⁷⁸⁰ “Declarações do líder da Esquerda Democrática”, in *A Batalha*, 1 de junho de 1926, p. 1.

⁷⁸¹ “Uma nota oficiosa”, in *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 1.

⁷⁸² “Neste momento, o PRED combaterá com redobrada energia qualquer tentativa de ditadura fascista que se queira enxertar no atual movimento.”, “O recente movimento”, in *O Despertar*, 5 de junho de 1926, p. 1.

⁷⁸³ “Tendo deliberado, desde o primeiro dia da sua constituição, não entrar em governos de concentração, o PRED não aceita nem autorizará qualquer dos seus filiados a entrar em qualquer governo que venha a formar-se, sendo sua resolução firme continuar a sua obra de propaganda até que as circunstâncias políticas lhe permitam governar segundo os seus princípios e processos.”, “O recente movimento”, in *idem, ibidem*.

afastamento de Ezequiel de Campos do elenco governamental, o órgão do PRED de Coimbra, *Vida Nova*, publicava nova nota⁷⁸⁴. O partido mantinha a observação, mas já criticava a ausência de medidas no campo da economia e finanças, enquanto se promovia o reconhecimento da personalidade jurídica da igreja⁷⁸⁵. No dia 17 de junho, a lista de reformas merecedoras da oposição e protesto do PRED aumentava. Ao reconhecimento da personalidade jurídica da igreja juntava-se o presidencialismo, a autorização do ensino religioso, a extinção de escolas, medidas julgadas contrárias aos “princípios orgânicos de uma república”. Denunciava-se agora o logro do posicionamento suprapartidário e acusava-se o governo de estar a ceder campo aos reacionários⁷⁸⁶. Um mês depois, acresciam à lista as perseguições políticas e o decreto da censura prévia à imprensa⁷⁸⁷. No início de agosto, prometia-se combate à revisão constitucional em ditadura⁷⁸⁸.

⁷⁸⁴ Para António José Telo a Esquerda Democrática torna-se abertamente crítica da situação após o afastamento de Ezequiel de Campos do elenco governamental, a 5 de junho de 1926, devido à pressão das direitas. *Vd. TELO, 1984, pp. 205-207.*

⁷⁸⁵ “Entretanto, o diretório protesta desde já contra as palavras proferidas por alguns ministros, reveladoras da orientação conservadora que se pretende imprimir à situação. Lamenta este organismo que se pretenda azedar a situação política anterior, ateando lutas religiosas que a ninguém aproveitam, em vez de se encarar de frente os problemas económico e financeiro que foram a finalidade máxima do último movimento revolucionário. O reconhecimento da personalidade jurídica à igreja só pode ser reclamada pelos ultramontanos e provocará uma viva resistência por parte das consciências liberais deste país. A Esquerda Democrática combaterá, por todas as formas ao seu alcance, essa medida tão perigosa como irritante.”, “Vida Partidária”, in *Vida Nova*, 10 de junho de 1926, p. 2.

⁷⁸⁶ “Lamenta mais uma vez que o governo não tenha até este momento tomado quaisquer medidas ou, ao menos, anunciado qualquer ideia tendente a resolver o grave problema financeiro e económico, inclusive a instante questão dos Tabacos, colocando-se na situação anunciada pelos seus dirigentes, antes e durante o movimento, de nem adoptar o critério conservador, nem o critério radical, vivendo ao lado e acima de todos os partidos. Ao contrário, o governo vem anunciando uma série de medidas de natureza política ou religiosa de carácter acentuadamente reacionário, que colidem com os princípios orgânicos de uma República. O PRED é claramente contrário a essas medidas, não aceitando o anunciado presidencialismo, combatendo a personalidade jurídica da igreja, o ensino religioso, a extinção de escolas cujo número, ao contrário, é indispensável aumentar, reorganizando-as embora por forma a que elas melhor sirvam para a difusão, aproveitamento e seleção de todos os valores intelectuais onde quer que eles se encontrem.”, “Vida Partidária”, in *Vida Nova*, 17 de junho de 1926, p. 2.

⁷⁸⁷ “O diretório do PRED verifica que os dirigentes da atual situação, influenciados por suspeitos agentes monárquicos, vão tomando um rumo perigoso para a República, quer sob o aspecto doutrinário, quer sob o aspecto dos processos usados. E assim o PRED protesta veemente contra os anunciados decretos que concedem a personalidade jurídica da igreja e permitem o ensino religioso nas escolas particulares, como atentatórios da liberdade de consciência e da neutralidade que o Estado deve manter em face de todos os credos religiosos. O diretório do PRED tendo já lavrado o seu protesto contra as perseguições feitas a vários republicanos – entre eles alguns pertencentes a este partido – que à República têm prestado assinalados serviços, verificando que novas prisões já se efetuaram e ainda outras se anunciam, mais um vez lavra o seu indignado protesto contra tão grave atentado à liberdade dos cidadãos por cuja defesa este partido sempre se tem batido. A Esquerda Democrática protesta ainda contra todos os atos atentatórios da liberdade de pensamento, salientando entre eles o decreto sobre a liberdade de imprensa e a censura prévia. O diretório do PRED reconhece a falência absoluta dos

O PCP, manteve a linha unitária. Logo após o golpe contactou a CGT e o PRED no sentido de organizar a resistência ao fascismo, sem sucesso. A Esquerda Democrática apoiava, passivamente, o 28 de maio, e a CGT mantinha o princípio apartidário⁷⁸⁹. A quebra no número de militantes (cerca de 2000 em 1921 e menos de 200 em 1925), por outro lado, expressa a incapacidade de atuação isolada do partido⁷⁹⁰.

Relativamente às organizações operárias, a CGT publicaria um comunicado em *A Batalha* no dia 31 de maio, procurando definir a sua posição. No essencial, o comunicado reiterava o princípio de não participação nas dinâmicas da política institucional, mas admitia ser necessário prestar cuidado ao movimento em curso. Desde logo, o proletariado, avisado da possibilidade de um golpe fascista, deveria desconfiar da origem militar do 28 de maio, e a vigilância justificava-se ainda pela anunciada revisão constitucional, sem explicitar o modelo pretendido. A CGT temia pelos direitos e liberdades adquiridas pela luta operária, assumindo que a luta de classes não poderia ser exclusivamente económica sem liberdade:

“A CGT, organismo essencialmente de luta económica, não pode, entretanto, ser estranha a esta questão. Considera que a questão social não se baseia apenas na luta pela conquista de mais pão, no lato sentido da palavra, mas muito particularmente na luta pela conquista da liberdade. Pão e Liberdade – eis o lema da Confederação Geral do Trabalho.”⁷⁹¹.

governos que desde 28 de maio se têm sucedido nas cadeiras do poder, o que demonstra que o exército, tendo conseguido triunfar pela força, não conseguiu até este momento encontrar quem, tendo um plano de ação, o pusesse em execução com o auxílio da força que o exército lhe poderia oferecer. Estranha às intrigas que dividem os governantes, de cujas ideias e processos profundamente diverge, a Esquerda Democrática que se julga portadora de um plano de salvação nacional e conta nas suas fileiras homens de *elite* capazes de executar tal plano, recomenda mais uma vez aos seus correligionários a necessidade de nos termos da lei orgânica se organizarem devidamente, na certeza de que só essa organização lhe poderá dar a força de que o partido carece para governar eficazmente.”, “A Esquerda Democrática”, in *O Despertar*, 17 de julho de 1926, p. 1.

⁷⁸⁸ “Fiel aos seus princípios a Esquerda Democrática protesta mais uma vez contra as tendências reacionárias que a ação ministerial revela, e desde já afirma o seu propósito de impedir, por todas as formas ao seu alcance, a modificação, em ditadura, da Constituição, do sentido do regime presidencialista, inconcebível numa república unitária.”, in *idem*, p. 2.

⁷⁸⁹ TELO, 1984, p. 130.

⁷⁹⁰ *Idem*, p. 128.

⁷⁹¹ “A Confederação Geral do Trabalho”, in *A Batalha*, 31 de maio de 1926, p. 1.

Apesar da anunciada oposição à ditadura militar, a CGT não fazia mais do que recomendar atenção ao proletariado e a eventualidade de uma defesa mais ativa das liberdades. Ainda foi anunciada uma greve geral, sem sucesso. O movimento operário organizado estava demasiado fragilizado, desmobilizado pelas deportações e pelo desemprego, para conseguir uma reação de oposição efetiva ao movimento militar. Além disso, Manuel Joaquim de Sousa refere dois outros factores que dificultaram essa tarefa. O primeiro, o apoio, surpreendente, da Esquerda Democrática ao golpe⁷⁹². O segundo, o conflito entre o Comité Central da CGT e *A Batalha*⁷⁹³.

Os ferroviários do Sul e Sueste, conforme já foi referido, entraram em greve, o que dificultou o transporte das tropas do sul para Lisboa. António José Telo refere motivações corporativas para o envolvimento dos ferroviários no movimento, longos conflitos e atritos com os administradores, quadros do PRP⁷⁹⁴. Se existia uma motivação para facilitar a queda dos democráticos, não deixou de se verificar a intenção de formar uma guarda radical dentro do 28 de maio, algo afim aos golpes radicais-comunistas, agregadores de várias forças e, sobretudo, incluindo civis armados. Como também vimos, os ferroviários do Barreiro viriam a integrar o núcleo radical da margem sul, dirigido por Procópio de Freitas, aliando-se aos marinheiros e aos civis armados no arsenal. No dia 31 de maio, *A Batalha* noticiava a greve nas linhas do Sul e Sueste como reação à mobilização das tropas comandadas por Carmona e louvava a iniciativa do comité revolucionário dos ferroviários por evitar a deslocação das falanges fascistas. Deste modo, não era tanto a cumplicidade do Sul e Sueste no golpe que era notada, como a sua ação para evitar a vantagem antiliberal no seio do movimento militar.

No jogo de forças lançado pelo 28 de maio de 1926, as esquerdas, incluindo o PRR, participante ativo do golpe, foram eliminadas. Em agosto, não só já não faziam

⁷⁹² Manuel Joaquim de SOUSA, 1989, p. 34

⁷⁹³ “Quando do golpe militar de 28 de maio, *A Batalha*, logo no dia 29, publicava, um fundo, a indicação ao proletariado organizado de que devia manter-se na *expectativa* perante o movimento militarista. Era uma orientação contrária às próprias resoluções da CGT e da restante organização, que em sessões, comícios, etc, desde há muito vinha preparando-se contra tal movimento.”, *in idem, ibidem*.

⁷⁹⁴ “O *Sul e Sueste* será o primeiro a gabar-se, depois do golpe vitorioso, que os ferroviários «como lhes foi solicitado», ajudaram à vitória do movimento, pelo que «adquiriram autoridade moral de pedir neste momento a satisfação das reclamações». Gomes da Costa louva publicamente a sua atitude e o novo governo apressa-se a demitir os antigos administradores.”, *in* TELO, 1984, p. 113.

parte das lutas pelo controlo da nova situação - eram oposição -, como sofriam com a repressão das liberdades políticas, com as prisões e a censura à imprensa⁷⁹⁵.

IV.4.5. As armas do bloco radical

O que tiveram em comum as várias tentativas insurrecionais analisadas até ao 28 de maio de 1926? A condição material das bases, constituídas por elementos da força pública – GNR, exército, marinha, guarda civil, guarda fiscal -, de média e baixa patente, radicalizados pela desvalorização salarial, articulados com civis armados, também eles cooptados entre a pequena burguesia e as classes operárias. Depois, os objectivos imediatos de destituição de governos da direita republicana ou do centro-direita. Finalmente, a missão de depuração da república, pela moralização das práticas políticas e da administração da coisa pública.

A tática intervencionista, vocacionada para o golpe constitucional, forçando o presidente da República ao reconhecimento de um governo revolucionário, conviveu com a tática eleitoralista nos partidos envolvidos nas intentonas analisadas. Os directórios partidários do PRR defenderam, oficialmente, a paulatina cooptação de apoios nas bases, para erigir a imagem credível de um partido representativo de uma significativa corrente de opinião popular, um partido “de governação”, que pudesse, potencial e legitimamente, ser chamado ao governo durante um dos vários impasses de vacatura do executivo. Mas o partido desenvolveu a sua rede durante os anos de intervalo eleitoral, de 1922 a 1925, e, portanto, não teve assento parlamentar. Foi neste intervalo que se deram as várias tentativas insurrecionais aliando alguns radicais aos comunistas. Quando concorreu a eleições, o partido foi derrotado, empurrando mesmo os legalistas para a defesa do golpe constitucional, como foi o caso de Lopes de Oliveira. Quanto ao PCP, frequente aliado dos radicais nas intentonas armadas, a sua orientação golpista dever-se-ia à influência de elementos como Nascimento Cunha, um dos fundadores do partido, que acabaria por ser expulso e ingressar no

⁷⁹⁵ A reorganização deste frente deve ser vista em FARINHA, 1998.

PRR. A partir de 1925, com o domínio de Carlos Rates sobre o PCP, esta linha seria abandonada, em favor das alianças frentistas⁷⁹⁶.

Para alguns autores, a cultura *putschista* comum a radicais e comunistas advinha da mesma fonte, da tradição carbonária, da cultura da conspiração e intervenção armada dos vigilantes da república⁷⁹⁷. Nascimento Cunha é um exemplo do sincretismo deste radicalismo: foi revolucionário civil do 5 de outubro de 1910, fundou o PCP em 1921, para depois da expulsão se filiar no PRR.

Existem elementos que nos permitem confirmar a atividade de milícias secretas, cujos membros passavam por rituais de juramento de lealdade à república e dedicação à sua defesa. Estas células mantinham a lógica carbonária. Os membros da organização deviam obediência a um responsável, a mando do qual podiam receber ordens para pegar em armas para defender a república. Quando se deu a insurreição de 2 de fevereiro de 1926, a sede de Os Libertadores, na avenida Elias Garcia, em Lisboa, foi revistada. Martins Júnior pertencia ao grupo. No local, a polícia teria encontrado uma caveira com luz eléctrica, dois balandras negros e fichas de ingresso, firmando o compromisso de honra dos membros⁷⁹⁸. Um documento semelhante, pertencente aos Companheiros da República, compreendia, entre os deveres dos companheiros, pegar em armas para defender a república e a pátria, a vigilância e denúncia de atos contra a república, a obediência ao companheiro responsável, e não aceitar cargos públicos sem acordo de, pelo menos, outros

⁷⁹⁶ De acordo com um relatório do próprio, de maio de 1925, citado por António José Telo: “O PC viu nos três primeiros movimentos (do PRR) envolvidos alguns dos seus membros, criaturas que, à falta de outros merecimentos, se notabilizaram pela exibição de duas dúzias de metralhadoras e três mil espingardas... no bolso das calças. O CC livrou o PC destes aventureiros e é sem dúvida esse o seu melhor serviço à IC. O PC definiu com clareza a sua posição nestes conflitos. Nada de conluíus com qualquer partido de esquerda para aventuras revolucionárias. Também os não combatemos.”. Cit. TELO, 1984, p. 127.

⁷⁹⁷ Nomeadamente para Pacheco Pereira: “O seu peso (dos membros da Federação Maximalista Portuguesa) ainda seria mais relativizado se se tivesse em conta outra componente biográfica quase sempre obscurecida na vida dos militantes da época: a que os fazia ingressar nas fileiras políticas republicanas pela via do «revolucionarismo civil», da Maçonaria e da Carbonária, ou de um persistente posicionamento radicalizante, próximo dos anarquistas intervencionistas. Como se sabe, parte dos «namoros» do PCP ao Partido Radical e à Esquerda Democrática foram feitos por militantes com relações pessoais forjadas no «revolucionarismo civil», na antiga Carbonária dos anarquistas, nas lutas contra os monárquicos, ou nas conspirações de Machado Santos.” (PEREIRA, 1981, p. 706); e João Madeira: “Nesta fase de crescimento orgânico do partido, observa-se a presença de sectores que deslocaram do republicanismo radical, que haviam vivido a experiência e a tradição carbonárias, ou que delas haviam bebido, e nas quais se incluíam franjas anarco-sindicalistas de feição intervencionista.”. (MADEIRA, 2013, p. 21).

⁷⁹⁸ “A revolta de Vendas Novas”, in *A Capital*, 4 de fevereiro de 1926, p. 2.

cinquenta companheiros⁷⁹⁹. Possivelmente, seriam estas as milícias postas em ação nas diversas tentativas de assalto aos quartéis de Lisboa, aliadas aos sargentos e soldados radicais.

Como vimos no capítulo I.1, para os autores da tese do regime revolucionário, Vasco Pulido Valente e Rui Ramos, a dependência que o poder republicano tinha da “rua revolucionária”, tanto como fonte de legitimação, como instrumento de agressão sobre concorrentes políticos, determinava o carácter revolucionário da república, que, por ser cativa de um poder que não controlava, não teria chegado a ser um regime⁸⁰⁰. Diego Palacios Cerezales problematiza o tema sob a perspectiva da aquisição de instrumentos de violência legítima do Estado moderno⁸⁰¹. Para este autor, a recorrente alusão a uma ordem estatal forte, ao longo dos anos vinte, remete para a transversalidade do nacionalismo autoritário, um projeto que aspirava a organizar um poder capaz de controlar o revolucionarismo civil e, portanto, de abdicar dele⁸⁰².

A atualidade da figura do revolucionário civil até aos primeiros meses da ditadura militar, é prova de que as instituições republicanas eram condicionadas pela ação popular. Se isso implicava a convivência com uma violência não controlada pelo Estado, também significava uma real abertura da política às massas, não obstante o

⁷⁹⁹ ANTT/ Arquivo PIDE/ DGS/ Propaganda apreendida pela PSE (1919-1926), documento nº 249.

⁸⁰⁰ Prefácio à 3ª edição. VALENTE, 1999.

⁸⁰¹ “A suspensão das garantias não se limitava a romper a segurança jurídica. A ação dos voluntários ou “defensores da república”, que tanto podia ser dirigida como inconformada, também escapava a qualquer tutela judicial, e a sua participação na competição política urbana dificultava a consolidação institucional do regime. A luta entre as diferentes facções do velho PRP incluía a exploração do apoio da “rua republicana”, que vociferava a favor ou contra, ou acossava os adversários. Ainda que houvesse disputas relativamente ao valor político destas multidões - que alguns consideravam ser uma representação do “povo” e outros a “canalha” inconsciente ou manipulada -, usar as forças da ordem pública contra a referência colectiva que havia, até então, corporizado a reivindicação de popularidade do republicanismo tinha custos políticos, sobretudo nas grandes cidades.”, in CEREZALES, 2011, p. 229.

⁸⁰² “João Chagas era um convicto republicano, mas não um liberal. Era, na esteira de Basílio Teles, um dos precursores do nacionalismo autoritário em Portugal. Não queria governos de conciliação, nem desejava transigir com os monárquicos ou os católicos, mas sim disciplinar os seus correligionários republicanos. Tratava-se de organizar uma “ordem tão forte e irresistível quanto fosse necessário para evitar violências ou confrontos”. Uma ordem estatal forte permitiria também renunciar aos serviços dos voluntários e das “formigas” que, apesar de terem servido a República, tinham-na também desprestigiado devido ao seu descontrolo. Só com “ordem” e a partir do Estado se poderia cumprir a promessa de republicanizar Portugal. A busca de uma ordem forte desse tipo, escolhendo quem deveria ser incluído ou excluído dela, determinou as apostas políticas dos anos seguintes e seduziu quase todo o espectro político. Os ensaios de governos fortes não foram duradouros durante a República, mas a busca dessa ordem prolongou-se de diversas formas, segundo as mudanças de governo e de regime, bem como as conjunturas da guerra e do pós-guerra. A ditadura militar de 1926-1933 receberia de bom grado o legado desse nacionalismo autoritário.”, in *idem*, pp. 233-234.

fechamento das cúpulas. O coronel Manuel Maria Coelho, vitorioso do 19 de outubro de 1921, comentaria aos jornais a sem cerimónia com que os revolucionários civis o abordavam, propondo reformas e ministros⁸⁰³. Se os revolucionários civis podiam ser um embaraço pontual para os poderes instituídos eram-no por fazerem uso do seu papel no curso da política⁸⁰⁴. Interessa, então, distinguir ameaças.

A ansiedade relativamente à “rua revolucionária” foi especialmente evidente no rescaldo da “noite sangrenta”, em 1921. O jornal *A Capital*, mais tarde afeto à Esquerda Democrática, defenderia no final desse ano a plausibilidade de uma frente única da disciplina social contra a frente da desordem e da indisciplina e, embora esta plataforma devesse ser composta por republicanos, correspondendo ao banal apelo de união para defesa do regime, ela aceitava uma clivagem civilizacional⁸⁰⁵, entre ordeiros e desordeiros, para pedir controlo sobre a “rua”⁸⁰⁶. O contraste correspondente era classista. Conforme referimos antes, a ordem necessária era a da defesa do par vida e propriedade, isto é, de quem possuía. A imprevisibilidade da violência da “rua” afectava a pequena burguesia e a burguesia, forjando-lhes um interesse comum.

Os atentados pessoais, esses sim difundindo terror, mas sobre elementos das classes possidentes, tiveram na Legião Vermelha a cimalha da sua expressão organizada e, a pretexto da sua atividade, em 1925, foram perseguidos e deportados ativistas aguerridos do movimento operário organizado. De tal modo a repressão foi dirigida que essa ameaça deixou de existir⁸⁰⁷. Para os democráticos, o custo do

⁸⁰³ “Eu admiro-me da desfaçatez com que certos indivíduos vêm até mim com a maior venalidade, com o mais espantoso descaramento, pedir-me colocações; impor-me e indicar-me o caminho a seguir, com a autoridade que o governo não reconhece de terem sido revolucionários civis”, in “Depois do movimento”, *A Capital*, 22 de outubro de 1921, p. 1.

⁸⁰⁴ Para Vasco Pulido Valente era essa a intenção do projeto democrático de Afonso Costa. *Vd.* VALENTE, 1999, p. 168. Maria Alice Samara explica o processo de reconhecimento dos revolucionários civis e o papel dos vigilantes na defesa do regime. *Vd.* SAMARA, 2010b, pp. 308-332.

⁸⁰⁵ “À medida que o mundo foi saindo das trevas pré-históricas foi-se afirmando o princípio da ordem. A ordem é a segurança da vida e da propriedade e até hoje as sociedades ainda não abdicaram destes dois direitos.”, in “Pela ordem!”, *A Capital*, 4 de novembro de 1921, p. 1.

⁸⁰⁶ “A República, e muito menos a pátria portuguesa, não podem continuar à mercê de uma tirania da rua, que só lhes tem infringido vergonhas.”, in *idem, ibidem*.

⁸⁰⁷ “Com a ofensiva repressiva, depois do 18 de abril, a República conseguirá acabar praticamente com o terrorismo operário e desfazer a Legião Vermelha, ao mesmo tempo que deportava os mais radicais ativistas operários envolvidos em atos violentos.”, in TELO, 1984, p. 108.

apaziguamento da pequena burguesia e da burguesia atemorizadas foi a alienação definitiva do operariado organizado⁸⁰⁸.

A “rua revolucionária”, o conjunto de grupos mais ou menos armados e ativos ao longo da Primeira República, eram menos um factor de insegurança difusa do que de insegurança pessoal e de fiscalização popular dos poderes oficiais. É certo, as recorrentes tentativas de golpe constitucional geravam instabilidade. Na imprensa da época, é habitual encontrar referências ao “clima” insurreccional e conspirativo, e a recorrência das sublevações concorre para a imagem de uma capital política inquieta. Inquieta, mas não atemorizada. Subentende-se, nos relatos da imprensa, uma banalização das rebeliões armadas, expressa na expectativa participante das populações, que enchiam as praças e os cafés de Lisboa para comentar os acontecimentos e procurar-lhes o sentido, ou na normalidade não interrompida do quotidiano, mesmo quando as tropas estavam preparadas para abrir fogo sobre pontos estratégicos e os governos se encontravam refugiados no quartel do Carmo.

O 28 de maio não se fez por causa de um problema de insegurança da população. A instabilidade derivada da ação dos revolucionários civis é indicativa da participação informal das massas na política. A nova ordem, que estabilizaria no Estado Novo, precisou de fechar as massas do lado de fora da política, de lhes retirar poder, formal ou informal, de determinação do curso da vida institucional. Um dos instrumentos para o fazer foi a figura do delito político. No preâmbulo ao estudo do decreto que formalizava a repressão política do Estado justificava-se a severidade do castigo devido à *qualidade* dos revoltosos que atuaram no início do século XX:

“O delito político, considerado como ataque à segurança do Estado, pode causar os mais graves danos para as pessoas e para os bens, mas no século passado [XIX] gerou-se uma doutrina segundo a qual os criminosos políticos deviam ter tratamento especialmente benévolo.

⁸⁰⁸ “O Partido Democrático ao tentar inutilmente reconquistar a pequena burguesia atemorizada pelo terrorismo operário, tinha consumado conscientemente o divórcio com o proletariado organizado.”, *in idem, ibidem*

Duas considerações a fizeram surgir: a pequena gravidade dos movimentos revolucionários e o carácter dos que nelas intervinham, em geral pessoas impolutas, de vida impecável, austera.

Os delitos políticos têm porém atingido desde o princípio do século uma violência, por vezes extraordinária, e, nem sempre os seus agentes têm as qualidades que justifiquem um tratamento especial.”⁸⁰⁹.

O contraste das qualidades dos revoltosos do século XX com os do século XIX, aludindo a traços pessoais de carácter, parece filtrado por um etos de classe. Os rebeldes do século XIX eram burgueses e aristocratas, elites. Os do século XX eram pequeno-burgueses e proletários, massas. Eram aqueles que forçavam a porta da participação informal na cidade política republicana.

⁸⁰⁹ ANTT/ Arquivo Oliveira Salazar/ CO/ PC-3B.

CONCLUSÃO

Começámos por expor os méritos da perspectiva da polarização para compreensão das dinâmicas de conflito sociopolítico da sociedade portuguesa dos anos 20 do século XX. A partir do isolamento e exposição de alguns momentos desse processo, quisemos colocar à observação os princípios separadores dos programas conservador e radical e os efeitos, para a delimitação e organização dos antagonistas, de cada medida tentada. Fizemo-lo a partir do lado radical, não deixando de considerar o que de dialéctico há neste processo, e como as iniciativas conservadoras também levaram à clarificação do campo oposto, ao ponto de se dar a autonomização da esquerda no seio do republicanismo. Do ponto de vista histórico, bloco conservador e bloco radical são indissociáveis.

Vimos, então, como o conjunto de políticas estudadas partia de um princípio comum e tendia para um mesmo fim. Pretendia dar solução à grave crise socioeconómica do pós-guerra, reequilibrando a balança social, entre aqueles que mais sofriam com os efeitos nefastos da inflação e da degradação das condições de vida – as classes trabalhadoras –, e aqueles que prosperavam à sombra das condições excepcionais criadas durante a guerra – as classes possidentes. Essa ambição desembocava na necessidade de distribuir a riqueza, pela assunção de responsabilidades sociais a nível da previdência, pela tributação direta do capital e progressiva dos rendimentos, pelo controlo dos negócios cambial e bancário, pelo acesso ao crédito e a repartição da terra. Qualquer ato reformista nestas áreas – social, fiscal, cambial, bancária e agrária – prossecutor daquela finalidade, colidia diretamente com os interesses das elites económicas. Esse facto, por si, ditou o seu carácter radical, revelando, simultaneamente, os antagonismos instalados e colocando os reformistas no lado esquerdo da política, em termos práticos e, progressivamente, ideológicos. Com essa clarificação veio o desenho nítido de um desiderato político específico: fazer uma República social. Sob a égide de uma ideia de justiça social, o Estado foi chamado a intervir coarctando as liberdades económicas, limitando o direito de propriedade – a esquerda republicana tendia para a social-democracia.

Para benefício da ilustração do processo de polarização política, tomámos como manifestação do mesmo fenómeno elementos que foram concorrenciais. Justificámos esta opção analítica pelo facto de existir um denominador comum a tais elementos, quer fossem políticas isoladas ou grupos partidários em formação, o da defesa prática

da transferência de rendimentos, do capital para o trabalho. Depois de estabelecida a dinâmica de luta de classes inerente aos conflitos dos anos 20 do século XX, interessava ver, isoladamente, o que cada partido da esquerda republicana pretendeu ser, as contradições no bojo da intelectualidade do campo, o que cada manifestação unitária defendeu e representou, cada insurreição radical. Esta análise permitiu-nos reforçar a ideia de que ao processo de polarização correspondeu um agudizar dos conflitos e uma aproximação ao conceito de esquerda moderna. Como não foi só dentro de cada partido, mas ao longo do tempo que se verificou a passagem do sujeito “povo republicano” para o “povo trabalhador”, do inimigo monárquico para um antagonista de classe, e, finalmente, para a assunção da partilha de interesses entre as classes trabalhadoras (assalariadas) perante as ofensivas das oligarquias económicas. É na Esquerda Democrática, em 1925, que encontramos estas presenças mais nítidas, formuladas num mesmo enunciado para a mobilização política de parte da burguesia liberal, da pequena burguesia do funcionalismo e, mais problematicamente, do operariado. Como é nas manifestações convocadas pela FNC que se encontra o protesto económico e o protesto político unificado, para contestar os planos da crescente organização da UIE.

Mas entre a esquerda republicana e a esquerda social havia um embaraço, o da classe, especialmente visível na dificuldade de enquadramento dos trabalhadores não manuais nas lógicas operárias, como de convivência dos republicanos com operários. A disputa pelo enquadramento do funcionalismo e do professorado mostram qual poderia ser a plataforma de entendimento – a proletarianização dos assalariados gerava a possibilidade de um sujeito político agregador, a classe trabalhadora. Apesar desta possibilidade real, nenhum dos grupos organizados conseguiu ultrapassar ou utilizar plenamente a seu favor a densidade histórica da classe. O operariado, organizado autonomamente desde meados do século XIX, teve a desconfiança sobre a origem de classe do regime republicano confirmada desde cedo e sucessivamente. A esquerda republicana, surgindo após o regime soviético, em plena polarização europeia, receou, até tarde, a proximidade com as instituições operárias, repelindo o epíteto de “bolchevique” para não atemorizar o “pacato burguês”. Além disso, havia uma certa coerência neste recusar do radicalismo operário, porque a esquerda republicana não era igualitária.

Os textos de Proença permitiram-nos identificar dois vectores de tensão problemática no ideário deste campo: o do nacionalismo e classe, e o de democracia e autoritarismo. A pretensão supraclassista que encontrámos nos seareiros, como nos partidos da esquerda republicana empurravam os seus ideários para as justificações inverificáveis do nacionalismo. Os comportamentos económicos nocivos eram remetidos a anomalias imorais merecedoras de correção, porque na visão do socialismo humanista seareiro, a sociedade tendia, escatologicamente, para um equilíbrio harmónico. A unicidade do corpo social carecia de instâncias indivisíveis, como aquela oferecida pela ideia nacionalista. Por outro lado, o elitismo enraizado alinhava com a percepção conservadora dos agentes históricos significativos, entrando as massas na narrativa ordenada do progresso sob o sujeito “povo”. O “povo” era um figurante colectivo à espera da liderança republicana para existir politicamente e essa concepção não foi profundamente alterada, embora com a Esquerda Democrática existissem alguns indícios disso. A vertigem autoritária acompanhou de perto os discursos sobre a democratização do regime político.

Se estes elementos de tensão e embaraço são um lastro que nos remete para um tempo anterior ao do período em estudo, interessa sublinhar a ruptura introduzida pela autonomização do campo da esquerda republicana. Conforme vimos, as políticas reformistas não eram em si uma novidade, nem seria novo considerar uma esquerda no seio do republicanismo, projeto frentista cuja pluralidade representou uma vantagem estratégica nos combates anti-autocráticos. Nova era a assunção de que deixava de ser suficiente dizer república para significar soluções para as crises do pós-guerra, em especial para identificar uma esperança progressista. Os adjetivos necessários – república *democrática* ou república *social* – eram invocados para precisar o tipo de relações sociais defendidas entre o trabalho e o capital através do Estado. A esquerda republicana era nova na medida da imprescindibilidade do combate económico para a sua definição identitária. Lembremos a imagem do dragão de três cabeças, referida por José Domingues dos Santos, no liceu Camões (Lisboa), durante a campanha eleitoral de novembro de 1925. A evocação foi repetida em 1926. A capa do número 4 de *A Choldra* mostrava o “povo”, cuja representação era já próxima da de um operário, um homem dependendo da força das suas mãos, dignamente musculado, a dominar a hidra da reação, estrangulando as suas três cabeças vivas: política, religiosa e financeira.



Neste combate figurado, o herói, o “povo”, era um trabalhador manual, e não existia campeão. Não havia mediador entre a hidra e a força do “povo”, nem República, nem espada, o que simbolizaria, finalmente, a identificação do desiderato da esquerda republicana com as classes desapossadas.

De facto, a relação com as massas e com as instituições operárias foi sendo tensa ao longo do tempo estudado para os partidos da esquerda republicana. Também a este respeito, é com a Esquerda Democrática que se vislumbra, por um lado, a procura ativa de alianças com a esquerda social e, por outro lado, a defesa coerente de uma concepção da política admitindo a base material da democracia, para um efetivo alargamento da cidade política à maioria da população. A legalização da CGT, era um sinal de duplo efeito, não só implicava o reconhecimento da autonomia das instituições operárias existentes, como indicava o fim das arbitrariedades do governo e da polícia sobre a central sindical. A proposta de *Habeas Corpus*, logo após as

deportações de sindicalistas não julgados, em 1924, suspeitos de envolvimento na Legião Vermelha, era outro indicador do fim dos abusos da autoridade estatal e de efetivação do Estado de direito. A colocação de João Pedro dos Santos na chefia da PSE, o mesmo homem que negociaria as comissões de propaganda dos ferroviários do Sul e Sueste e dos funcionários dos Correios e Telégrafos para as eleições de novembro de 1925, celebrava se não o ocaso das funções da polícia política, pelo menos uma forma de equilibrar a relação de forças em Lisboa, onde Ferreira do Amaral dirigia implacavelmente a polícia contra os sindicalistas. A par destas resoluções vinha a convicção de que era dever da democracia prover condições dignas de vida aos cidadãos, por imperativo moral, e como condição a uma efetiva participação política nas instituições oficiais. A este propósito, a concepção educativa anunciada por Sá Pereira, como a imagem do “soberano em andrajos de pedinte” referida por José Domingues dos Santos, e o artigo de Mário de Castro na *Seara Nova* sobre a democracia jurídica e a democracia política, são complementares. Não bastava legislar a igualdade perante a lei para que a decisão política fosse acessível a todos e, embora isto significasse capacidade de voto, também significava elegibilidade. Não bastava legislar a escolaridade obrigatória, os alunos tinham de estar alimentados e vestidos para poderem rasgar as grilhetas da sua situação de classe.

Porventura o momento onde este projeto de tímida abertura democrática se torna mais evidente é o da queda do gabinete de José Domingues dos Santos. Foi perante as declarações aos manifestantes que o governo da esquerda caiu, o que revela uma linha fundamental de divisão entre conservadores e radicais: o princípio da ordem. Expliquemos.

As flamejantes declarações atribuídas ao chefe do executivo “canhoto” eram mais do que frases galvanizantes, mostravam uma possibilidade de reformulação do pacto verde-rubro e foi esse o sentido que a União dos Interesses Sociais lhes quis fixar na manifestação de 13 de fevereiro de 1925. Um entendimento entre a esquerda republicana e a esquerda social, isto é, entre parte da burguesia liberal, da pequena burguesia do funcionalismo, dos pequenos proprietários, e o operariado, estipulando que a governação se fizesse pela defesa dos interesses dos espoliados, negando ao Estado a função repressiva. À esquerda, a manutenção da ordem significava atender à contestação popular. À direita, não. A montante do fantasma do “perigo vermelho”, bastas vezes sacudido contra os adversários acusados de serem bolcheviques, estava

um receio real, o de subversão das relações de produção capitalista e as suas especificidades locais, ameaçadas, não pela violência nas ruas ou pela força impetuosa do movimento operário organizado, mas pelas medidas reformistas, timidamente socializantes e distributivas, da esquerda republicana.

Parte da retórica estado-novista foi construída e mantida capitalizando o fantasma da Legião Vermelha, concentrando em si toda a ideia de desordem política e social da I República, como se vê no cartaz, presumivelmente, saído do Secretariado de Propaganda Nacional nos anos 40:



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, purl 22601.

A referência que nos merece maior atenção é o sublinhado “A política soltava-os”. Durante os anos 20 do século XX, “fazer política” era uma acusação frequente lançada aos adversários para significar egoísmo, salvaguarda desleal de interesses particulares, individuais ou colectivos. O contrário desta prática, no uso corrente dos

debates parlamentares ou da imprensa, encontrava conforto na ideia nacionalista, servindo a nação como anulador das clivagens sociais existentes e como transformador automático de consenso, quase bastando, para este efeito mágico, ser-se enunciador. Aquele que se dizia intérprete ou defensor do interesse nacional, era-o. Para a verosimilhança deste mecanismo foi preciso ganhar a hegemonia no campo cultural, intelectual⁸¹⁰. A operação nacionalista anula sempre o conflito como expressão política de projetos divergentes, elimina a possibilidade de interesses colectivos distintos e concorrentes. O nacionalismo apaga o seu rasto e, por isso, pode dizer que elimina a política, quando desclassifica ou elimina fisicamente os adversários do enunciador. Mas há algo de literal neste fim da política, pois se aquilo que venceu em 1933, com o Estado Novo, foi político, fê-lo amordaçando, torturando, encarcerando, deportando a alternativa, e a perspectiva de dissenso é condição da abertura de espaço político. A política, como a história, acaba enquanto problema quando não existe qualquer agente capaz de dizer encruzilhada, mudança, diferença, e portanto, de criar categorias para outro movimento, e lugar para outra organização e mobilização. Neste sentido, a política que soltava criminosos era um avatar, era a máscara discursiva que ocultava o projeto democratizante da esquerda republicana. Torna-se evidente, a “ordem” que se queria impor era uma fortaleza de defesa de uma política de classe e tinha na sua origem um medo de classe, claramente, presente na queda do executivo “canhoto”.

A defesa da propriedade depende da manutenção da hierarquia, antes de mais, dentro das forças do Estado. A quebra da hierarquia configurava o impensável, porque com ela vinha o temor da turba (justiceira ou vingativa). Desse medo falava Sá Cardoso filho nas suas memórias, recordando os guardas e marinheiros às portas do Arsenal da Marinha, aplaudindo a fuzilaria dentro dos portões, na noite de 19 de outubro de 1921. O medo advinha da vulnerabilidade dos oficiais, mesmo os sargentos (fielmente republicanos), perante a “soldadesca”. A morte dos heróis republicanos era demente por representar a sua dispensa violenta, ao arrepio do papel

⁸¹⁰ “O ponto decisivo – não quantificável, difícil de narrar, exatamente por parecer tão óbvio – era o modo como estas posições conseguiam fazer-se passar pela nação. A benevolência crescente de que a noção de ditadura (nacionalista) gozou ao longo da primeira metade dos anos 20 mostra como – as suas ideias, autores, políticos e movimentos – tinha já conseguido fazer-se passar pela natureza das coisas, constituir-se em senso comum, automatismo intelectual, e como o seu advento já era consensualmente entendido como um fenómeno acima da política (...)”, in TRINDADE, 2008, pp. 69-70.

que estes votavam às massas ou à sua representação ordenada, o “povo republicano”. Este temor era agregador para a burguesia e parte da pequena burguesia, a ponto de a pulsão autoritária também o ser.

A propósito da ordem encontramos o acordo entre conservadores, incluindo republicanos, o que demonstra como fraturante era a linha que se insinuava, separando esquerda e direita. O governo de Álvaro de Castro, como vimos, lançou um desafio à banca motivador da organização política da alta finança, semente da UIE. Mas, aquando do caso dos Olivais, a emboscada aos legionários⁸¹¹, o chefe do executivo deixou que o ministro do Interior, Sá Cardoso, pedisse ao parlamento uma lei de exceção para a deportação, sem julgamento, de suspeitos, contornando “peias burocráticas”. O diário *A Batalha* levantou a suspeita de fuzilamento de dois dos legionários. Para o órgão da CGT o crime tinha sido praticado pela polícia. A falta de inquérito e de autópsia às vítimas alimentavam a dúvida. A *Seara Nova*, em artigo assinado por Jaime Cortesão, declarou o seu apoio a um inquérito para apurar o caso⁸¹². Os socialistas, Amâncio de Alpoim e Ramada Curto, segundo o diário operário, secundavam as suas exigências. Quando se iniciaram as prisões de numerosos operários e os boatos de deportação engrossaram, *A Batalha* noticiou que o ministro da Justiça, José Domingues dos Santos, seria contrário a tal prática⁸¹³. Lembremos que o último movimento unitário, envolvendo a esquerda republicana e a esquerda social, ocorreu a propósito das deportações dos anos seguintes.

A vitória do bloco conservador deveu-se à combinação do estrangulamento de duas possibilidades: a da rebelião contra a ordem social e a hierarquia ou a sua subversão, representadas pela esquerda social, e o desafio aos pressupostos de acumulação, colocado pela esquerda republicana. Ainda durante o derradeiro debate do executivo de José Domingues dos Santos, os deputados da esquerda diziam que as instituições liberais seriam obliteradas sem políticas democráticas. A este propósito, a extinção da pasta do Trabalho, em novembro de 1925 não chega a ser simbólica. Com

⁸¹¹ Segundo as declarações do ministro do Interior, a polícia conhecia os planos para o atentado a Castanheira de Moura, um industrial. Emboscou dos legionários e da troca de tiros resultou a morte de um cabo da polícia e de três legionários. Vd. Diário da Câmara dos Deputados, 28 de maio de 1924.

⁸¹² “Violências e Arbitrariedades”, in *A Batalha*, 4 de julho de 1924, p. 1.

⁸¹³ “A deportação de operários”, in *A Batalha*, 5 de junho de 1924, p.1.

o afastamento da esquerda republicana e das reformas por si protagonizadas, só a repressão poderia garantir o fim da política como problema.

Para terminar, um breve apontamento acerca da centralidade do Estado para pensar a luta de classes nos anos 20 dos século XX em Portugal. Se, por um lado, a cultura anarco-sindicalista e o sindicalismo revolucionário, predicavam, idealmente, a luta económica à margem do Estado, por outro lado, nenhum governo republicano promoveu medidas coerentes de defesa dos interesses dos trabalhadores, até 1925. Mesmo a chamada dos socialistas Augusto Dias da Silva ou Ramada Curto à pasta do Trabalho, em 1919 e 1920, e a publicação do pacote de legislação laboral de maio de 1919, ficam diluídos no quadro de rápida cedência às exigências repressivas patronais. De facto, a expectativa de mudança no modo relacional da força pública e dos governos republicanos com o movimento operário organizado e com movimentos de protesto, só ocorreu no final do período, para ser rapidamente decepada pelos executivos do PRP após a queda dos “canhotos” em fevereiro de 1925. O movimento operário organizado foi deixado sozinho numa relação de forças desigual perante o patronato, quando não foi ativamente combatido pelos governos republicanos. O recuo na lei das 8 horas demonstra-o, tal como os apelos dos sindicatos à intervenção do Estado para conter o desemprego em 1925, ao arrepio da doutrina da CGT. Mas as elites económicas também não passavam sem o Estado e precisaram de o assaltar, já dotadas das armas antiliberais, para cumprir o seu projeto de ordem.

A resolução do dilema da crise do sistema liberal, ultrapassar os impasses criados pelos conflitos da modernidade, passava pelo modo de enquadramento das massas na política. Cabia ao Estado moderno consegui-lo, segundo os modelos prevaletentes, autoritariamente ou democraticamente. Em Portugal, como na maioria dos países europeus, o modelo autoritário, contrarrevolucionário, ganhou esta guerra civil. A instabilidade permanente dos anos de 1919 e 1926 foi um sinal dessa contenda, o que quer dizer que foi expressão de lutas por outras possibilidades de futuro comum.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

ANTT/ Arquivo PIDE/ DGS/ Propaganda apreendida pela PSE (1919-1926).

ANTT/ Arquivo Oliveira Salazar/ CO/ PC-3B.

FONTES IMPRESSAS

Boletins, publicações oficiais e imprensa:

Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa, 1918-1926.

Diário do Governo, Série I e II, 1919-1926.

Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, 4ª Série, 1919-1926

Diário da Câmara dos Deputados, 1919-1926.

Diário do Congresso, 1919-1926.

Acção Cooperativa (A), Lisboa, 1919-1926.

Ala Esquerda, Beja, 1925-1926.

Alvorada, Arcos de Valdevez, 1925.

Bandeira Vermelha (A), Lisboa, 1919-1921.

Batalha (A), Lisboa, 1919-1926.

Canalha (A), Porto, 1923-1924.

Capital (A), Lisboa, 1919-1926.

Choldra (A), Lisboa, 1926.

Comunista (O), Lisboa, 1923-1926.

Defesa do Povo, Viana do Castelo, 1924-1925.

Democracia Nova, Setúbal, 1923.

Democrático (O), Évora, 1920-1926.

Democrático (O), Vila do Conde, 1919-1926.

Despertar (O), Sintra, 1923-1926.

Diário de Lisboa, Lisboa, 1921-1926.

Diário do Povo, Lisboa, 1925.

Esquerda (A), Évora, 1926.

Ideal (O), Lisboa, 1924.

Imprensa Nova (A), Lisboa, 1924.

Jornal de Debates, Setúbal, 1924.

Justiça (A), Viseu, 1922-1926.

Libertador (O), Lisboa, 1924-1926.

Lidador (O), Vila do Conde, 1926.

Malho (O), Dafundo, 1925.

Meteoro, Coimbra, 1923-1926.

Minho (O), Barcelos, 1924.

Minhoto (O), Vila Nova de Famalicão, 1925.

Mundo (O), Lisboa, 1919-1926.

Norma (A), Póvoa de Varzim, 1922-1926.

Pátria Livre, Lisboa, 1924-1926.

Pátria Livre, Lisboa, 1924, 1926.

Popular (O), Lisboa, 1920 .

Radicais (OS), Lisboa, 1925-1926.

Renovação, Coimbra, 1924-1926.

República Portuguesa (A), Porto, 1923-1925.

República Radical (A), Barreiro, 1924-1925.

Revolta (A), Lisboa, 1925-1926.

Revolta de Almada (A), Lisboa, 1926.

Seara Nova, Lisboa, 1921-1926.

Século (O), Lisboa, 1919-1926.

Tarde (A), Lisboa, 1923-1926.

Trabalhador Rural (O), Beja, 1925.

Tribuna (A), Porto, 1920-1926.

Trinta e Um de janeiro, Porto, 1925.

União Radical, Braga, 1924-1925.

União, Lisboa, 1921-1926.

Vida Nova, Coimbra, 1926.

Voz do Povo (A), Aveiro, 1923-1926.

Voz Pública (A), Lisboa, 1924-1926.

Antologias:

AAVV (2008), “Antologia”, in *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, (org. Ernesto Castro Leal), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 135-355.

CAMPOS, Ezequiel de (1998), *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1844)*, (int. e direcção ed. Fernando Rosas), col. «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», Lisboa, Banco de Portugal.

SEARA Nova (1970), *Antologia. Pela Reforma da República (1921-1926)*, (org. e pref. Sottomayor Cardia), 2 vols., Lisboa, Seara Nova.

Opúsculos e outros textos coevos:

“19 de Outubro. Revolução sangrenta”, in *Almanaque de a Imprensa da Manhã para 1922*, Lisboa, s.d., 99-102.

“Revolução e contra-revolução. (Resenha dos factos mais importantes ocorridos de Fevereiro de 1919 a Julho de 1925)”, in *Almanaque de A Batalha para 1926*, Lisboa, s.d. [1926], pp. 89-134.

COMISSÃO Eleitoral da Esquerda Republicana, *Á Nação*, Lisboa, Ottosgrafica, s.d. [1925].

QUEIROZ, Thomé José de Barros, *Impostos. Apontamentos para o Estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo*, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1917.

O DIRECTÓRIO do Partido Radical ao país, Sociedade Nacional Os tipógrafos, Lisboa, 1925.

REBELO, José Pequito, *Cartilha do lavrador: integralismo lusitano*, Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin, 1921.

UNIÃO dos interesses económicos, Lisboa, Casa Portuguesa, 1932.

Memórias, diários e outros depoimentos sobre a época:

CARDOSO, Carlos Ernesto de Sá (1973), *Memórias duma época*, Lisboa, C.E.S.

COELHO, Vieira (1951), *Memórias dum Revolucionário. Subsídios para a História do 28 de Maio*, Lisboa, Tipografia Ideal.

COSTA, Emílio (1935), *O destino do proletariado intelectual*, Lisboa, Seara Nova.

SANTANA, Emídio (1987), *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.

SILVA, José, *Memórias de um operário*, Porto, 1971.

SOUSA, Manuel Joaquim (1989), *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona.

VIEIRA, Alexandre (1977), *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919*, Lisboa, Edições Base.

MATOS, Luís Salgado de (1981), “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, in *Análise Socail*, vol. XVII (67-68), 1981 – 3º e 4º, pp. 927-986.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2006), *Revista de História das Ideias*, (dir. Fernando Catroga), vol. 27, Coimbra.

ALVES, Adelino (1996), *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, Lisboa, Rei dos Livros.

ALVES, Daniel (2010), *A República atrás do balcão. Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*, Dissertação de Doutoramento, FCSH - Universidade Nova de Lisboa.

AMARO, António Rafael (1995), *A Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, Viseu.

BAIÔA, Manuel (2004), “Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 15-48.

BAIÔA, Manuel (2006), “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, vol. XLI (178), 99-123.

BAIÔA, Manuel (2015), *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BAIÔA, Manuel (ed.) (2004), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE.

BAPTISTA, Jacinto (1977), *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Amadora, Livraria Bertrand.

BARREIRA, Cecília (1981), “Sindicalismo e integralismo: o jornal « A Revolução » (1922-23), in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º 3 4º, pp. 827-838.

BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (coord.) (1999-2000), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento (1926-1974)*, 3 vols., Porto, Livraria Figueirinhas.

BERMEO, Nancy (1998), “*Getting mad or going mad?* Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras”, in *Penélope*, 19-20, pp. 11-42.

BOURDIEU, Pierre (1994), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

BRACHER, Karl Dietrich (1984), *The Age of Ideologies: a History of Political Thought in the Twentieth Century*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.

BRUSTEIN, William, e BERNTSON, Marit (1999), “Interwar fascist popularity in Europe and the default of the left”, in *European Sociological Review*, vol. 15, Nº 2 (jun. 1999), pp. 159-178.

CABRAL, Manuel Villaverde (1979), “A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)”, *Análise Social*, vol. XV (58), pp. 373-392.

CABRAL, Manuel Villaverde (1988 - 2ª edição), *Portugal na Alvorada do século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1979 (1ª edição).

CABRAL, Manuel Villaverde (1989), *The Seara Nova Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism*, Londres, W. S. Maney & Son.

CARDIA, Sottomayor (1990), “Para a Compreensão do Ideário do Primeiro Grupo Seareiro”, in *Seara Nova. Antologia*, Col. «Testemunhos Contemporâneos», Lisboa, Alfa.

CARDOSO, José Luís e ROCHA, Maria Manuela (2009), “O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente”, in *Análise Social*, vol. XLIV (192), 439-470.

CASANOVA, Julián (2010), *The Spanish Republic and civil war*, Cambridge.

CASTRO, Armando (1979 - 3ª edição), *a Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70.

CATROGA, Fernando (1976), “José Falcão, um lente republicano”, in *Biblos*, LII, Coimbra, pp. 275-303.

CATROGA, Fernando (2000 - 3ª edição), *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991, 1ª edição.

CEREZALES, Diego Palacios (2010), *Portugal à coronhada*, Lisboa, Tinta-da-China.

CEREZALES, Diego Palacios (2013), “Weak State and civic culture in Liberal Portugal (1851-1926)”, in *The making of modern Portugal* (ed. Luís Trindade), Cambridge Scholars, pp. 43-64

CRUZ, Manuel Braga da (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/ Gabinete de Investigações Sociais.

CRUZ, Manuel Braga da (1982), “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social*, vol. XVIII (70), pp. 137-182.

DAUNTON, M. J, (1996), “How to pay for the war: State, society and taxation in Britain, 1917-1924”, in *The English Historical Review*, vol. 111, Nº 443 (set. 1996), pp. 882-919.

DIAS, Luís Augusto Costa (2002), *Uma anti-seara em "Seara Nova": doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*, Coimbra, CEIS20.

FARINHA, Luís (1998), *O revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa.

FARINHA, Luís (2004), “O Parlamento Republicano. Funcionamento e Reformas”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 49-80.

FARINHA, Luís (2009a), “A caminho do 28 de Maio”, in *História da Primeira República Portuguesa*, (dir. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 535-567.

FARINHA, Luís (2009b), “A transformação política da República – o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores”, in *História da Primeira República Portuguesa*, (dir. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 463-484.

FARINHA, Luís (2009c), *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República – Um notável rebelde*, Lisboa, col. «Parlamento», Assembleia da República/ Texto Editores.

FAVA, Fernando Mendonça (2008), *Leonardo Coimbra e a I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

FERNÁNDEZ CLEMENTE, Floy (1991), “La política económica de las dictaduras mediterraneas en los 1920”, *Ler História*, nº 22, pp. 95-108.

FERREIRA, António de Matos, ALMEIDA, João Miguel (2009), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, col. «Parlamento», Lisboa, Assembleia da República/ Texto Editora.

FERREIRA, Maria Júlia (1994), “O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), , 697-709.

FERREIRA, Pedro Miguel Soares (2008), *Entre o Terror e a Esperança: a Revolução Russa na sociedade portuguesa (1917-1921)*, Dissertação de Mestrado, FCSH – Universidade de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto (1992), *Os Anos Vinte em Portugal: estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Presença.

FREIRE, João (1992), *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofícios e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal (1900-1940)*, Porto, Afrontamento.

GRAHAM, Helen (2006), *Breve história da guerra civil de Espanha*, Lisboa, Tinta-da-China.

GROPPO, Bruno (1989), “Le problème des rapports entre fascisme et classes moyennes dans la réflexion socialiste de l'entre-deux-guerres”, in *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, Année 1989, Vol. 17, N° 1, pp. 53 – 62.

GRUBER, Helmut (1991), *Red Vienna. Experiment in working-class culture (1919-1934)*, Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press.

HOBSBAWM, Eric (2002 - 3ª edição portuguesa), *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX, 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996 (1ª edição portuguesa), 1994 (1ª edição inglesa).

JOLL, James (1990 - 4ª edição), *Europe since 1970. An international history*, Londres, Penguin Books, 1973 (1ª edição).

LÁZARO, João (2013), *O despontar do movimento operário na esfera pública (1850-1860)*, Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

LEAL, Ernesto Castro (1998), “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”, *Análise Social*, vol. XXXIII (148), pp. 823-851.

LEAL, Ernesto Castro (1999), *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos.

LEAL, Ernesto Castro (2000), “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, in *História do Pensamento*

Filosófico Português, (dir. Pedro Calafate, coord. Manuel Cândido Pimentel), vol. V, tomo 1, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 135-160.

LEAL, Ernesto Castro (2008), *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

LEAL, Ernesto Castro (2009), “A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal”, in *História da Primeira República Portuguesa*, (dir. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 485-502.

LEITÃO, Eugénio e RUIVO, Beatriz (1977), *O sindicalismo do funcionalismo público na I República*, Lisboa, Seara Nova.

LE MOS, Mário Matos e (2006), *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora/ CEIS 20.

LINZ, Juan (1976), “Some notes toward a comparative study of fascism in sociological historical perspective”, in *Fascism, a reader's guide*, (ed. Walter Laqueur), California, University of California Press.

LOFF, Manuel (2008), «*O Nosso Século é Fascista!*» *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras.

LOPES, Fernando Farelo (1991), “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República”, *Análise Social*, vol. XXVI (111), pp. 401-415.

LOPES, Fernando Farelo (1993), *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

LOPES, Fernando Farelo (2011), “Direito de voto, regime de escrutínio e «eleições feitas» na I República Portuguesa”, in *Eleições e sistemas eleitorais no século XX português: uma perspectiva histórica e comparativa*, X Curso Livre de História Contemporânea, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea, Lisboa, Edições Colibri, pp. 101-123.

LUEBBERT, Gregory M. (1991), *Liberalism, Fascism, or Social Democracy. Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe*, Oxford, Oxford University Press.

MACEDO, Jorge Borges de, (1981), *O aparecimento em Portugal do conceito de programa político*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa.

- MADEIRA, João (2013), *História do PCP: das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1980 - 3ª edição), *A 1ª República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971 (1ª edição).
- MARQUES, A. H. Oliveira (1991a), *Guia de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1991b), *Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal* (coord. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), vol. XI, Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) (2000), *Parlamentares e Ministros da I República (1910-1926)*, col. «Parlamento», Lisboa, Assembleia da República.
- MARTINS, Fernando (2004), “Integralismo Lusitano e Política Nacional: as metamorfoses e os desafios da década de 1920”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 271-302.
- MARTINS, Hermínio (2006 - 2ª edição), “O colapso da I República”, in *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, ICS, pp. 69-98.
- MATA, Eugénia (2001), “A reforma fiscal da Primeira República”, in *As Finanças Portuguesas no Parlamento Português. Estudos Preliminares*, (coord. Nuno Valério), col. «Parlamento», Porto, Assembleia da República /Afrontamento, pp. 96-97.
- MATIAS, Maria Goretti (1987), “Inventário da imprensa patronal: 1850-1970”, *Análise Social*, vol. XXIII (5), pp. 1019-1044.
- MATOS, Luís Salgado de (1981), “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981 – 3º e 4º, pp. 927-986.
- MAZOWER, Mark (2000 - 2ª edição), *Dark Continent: Europe's twentieth century*, Nova Iorque, Vintage Books, 1998 (1ª edição).
- MEDEIROS, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Regra do Jogo.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2000), *União Sagrada e sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2004), “O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 421-448.

MESQUITA, António Pedro (2004), “Republicanos e Socialistas”, in *História do Pensamento Filosófico Português*, (dir. Pedro Calafate, coord. Manuel Cândido Pimentel), vol. IV, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 335-430.

MONICA, Maria Filomena, e MATOS, Luís Salgado de (1981), “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”, *Análise Social*, vol. XVII (3,4 e 5), pp. 1013-1078.

NUNES, Ana Bela (2005), “A Reforma Fiscal de 1922”, in *Os Impostos no Parlamento Português. Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*, (coord. Nuno Valério), col. «Parlamento», Lisboa, Assembleia da República/Dom Quixote, pp. 99-123.

OLIVEIRA, César (1990), *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, col. «Testemunhos Contemporâneos», Lisboa, Alfa.

OVERY, R. J. (2007 - 2ª edição), *The Inter-War Crisis 1919-1939*, Reino Unido, Pearson, 1994 (1ª edição).

PEREIRA, David Oliveira Ricardo (2012), *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, Dissertação de Doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Joana Dias (2008), *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéa*, Dissertação de Mestrado, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Joana Dias (2009), “A ofensiva operária”, in *História da Primeira República Portuguesa*, (dir. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 421-440.

PEREIRA, Joana Dias (2013), *A produção social da solidariedade operária. O caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, Dissertação de Doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Miriam Halpern (1979), *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.

PEREIRA, Miriam Halpern (2000), “As origens do Estado Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado”, in *A Primeira República portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Colibri.

PEREIRA, Pacheco (1981), “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-1926)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), pp. 695-713.

PEUKERT, Detlev J. K. (1995), *La République de Weimar. Années de crise de la modernité*, Paris, Aubier, 1987 (1ª edição).

PINTO, Ana Catarina (2011), *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

PINTO, Ana Catarina (2013), *Álvaro de Castro, “jovem turco” da República*, Lisboa, Assembleia da República.

PINTO, António Costa (2004), “A queda da 1ª República Portuguesa: uma interpretação”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 165-184.

PINTO, Ricardo Leite (1995), “União Liberal Republicana (ULR) 1926-1930 (um partido político na transição da Primeira República para o salazarismo)”, *Polis*, nº 4/5, pp. 131-260.

PIRES, Ana Paula (2004), *A indústria de moagem*, Dissertação de Mestrado, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

PÓVOA, Marco (2013), *Policiar Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

PRESTON, Paul (2006), *The Spanish civil war. Reaction, revolution & revenge*, Londres, Harper Perennial.

QUEIRÓS, António José (2008), *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte.

QUEIRÓS, António José (2010), “As eleições legislativas de 1925”, in *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 11, -2010, pp. 63-94.

RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926). História de Portugal*, (dir. José Mattoso), vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.

RAMOS, Rui (2000), “O fim da República”, *Análise Social*, vol. XXXIV (153), pp. 1059-1082.

RAMOS, Rui (2002), “O sentido histórico da I República”, in *A República Ontem e Hoje*, (coord. cient. António Reis), Lisboa, Edições Colibri/ Fundação Mário Soares/ IHC, pp. 45-53.

RAMOS, Rui (2004a), “Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 185-246.

RAMOS, Rui (2004b), “Para uma história política da cidadania em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXXIX (172), pp. 547-569.

RAMOS, Rui (2008), “República – Republicanos”, *Ler História*, nº 55.

RAMOS, Rui (2014), “Orfãs da história? As direitas e a historiografia em Portugal”, in *As raízes profundas não gelam? – Ideias e percursos das direitas portuguesas*, Alfragide, Texto Editora, pp. 13-66.

REIS, António (2002), “A crise da I República na sequência da Grande Guerra de 1914-1918”, in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, (coord. Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 179-188.

REIS, António (2003), *Raúl Proença. Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Lisboa, INCM.

REIS, António (2004), “O grupo Seara Nova: uma resposta das elites intelectuais à crise do sistema liberal”, in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, (ed. Manuel Baiôa), Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 325-352.

REIS, António (2009), “Epílogo: o fim da Primeira República”, in *História da Primeira República Portuguesa*, (dir. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 571-582.

REIS, António (coord. cient.) (2002), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, Edições Colibri/ Fundação Mário Soares/ IHC.

REIS, António (dir.) (1990), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Alfa.

RIBEIRO, Olga (1989), *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demoliberal (1878-1928)*, Dissertação de Mestrado, FL – Universidade de Lisboa.

ROBINSON, Richard A. H. (2000), “Os Católicos e a Primeira República”, in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, (coord. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto), Lisboa, Colibri/IHC, pp. 91-105.

ROSAS, Fernando (1989), “A Crise do Liberalismo e as Origens do «Autoritarismo Moderno» e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, nº 2, pp. 98-114.

ROSAS, Fernando (1998), “Introdução”, in *Ezequiel de Campos. Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1844)*, col. «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», Lisboa, Banco de Portugal, pp. IX-XXII.

ROSAS, Fernando (2004), *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias.

ROSAS, Fernando (2010), *Lisboa Revolucionária*, Lisboa, Tinta-da-China.

ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China.

SÁ, Vítor (1983), “Projectos de reforma agrária na I República”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 591-610.

SAMARA, Maria Alice (1998), “O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal”, in *Portugal e a Guerra. História das Intervenções Portuguesas nos Grandes Conflitos*, (coord. Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Colibri/IHC.

SAMARA, Maria Alice (2003), *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias.

SAMARA, Maria Alice (2010a), “O movimento republicano e o povo”, in *Como se faz um povo*, (coord. José Neves), Lisboa, Tinta-da-China, pp. 93-105.

SAMARA, Maria Alice (2010b), *As Repúblicas da República. História, Cultura Política e Republicanismo*, Dissertação de Doutoramento, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

SCHWARTZMANN, Kathleen (1982), “Lucros, investimentos e coligações na I República”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 741-758.

SEQUEIRA, João Luís (2007), *João Pina de Moraes: Vida, Pensamento e Obra*, Porto, Caixotim.

SERRA, João B. (1986), “Um modelo de análise política do sistema liberal republicano – Raúl Proença na «Seara Nova» (1921-1931)”, *Ler História*, nº 7, pp. 47-73.

SERRA, João B. (2000), “O sistema política da Primeira República”, in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, (coord. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto) Lisboa, Colibri/IHC, pp. 109-129.

SERRÃO, Joel (dir.) (1992), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas.

SILVA, Álvaro Ferreira (2014), “O processo económico”, in *História Contemporânea de Portugal*, Vol. 3, (coord. Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Fundación Mapfre, pp. 117-157.

SILVA, Armando Berreiros Malheiro da (1982), *Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano*, separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, nº 81 e 82, Braga, oficinas gráficas da Livraria Cruz.

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996), *O partido reconstituente: clientelismo, faccionismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a I República (1920-1923)*, Dissertação de Mestrado, ICS – Universidade de Lisboa.

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1997), “O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, vol. XXXII (140), pp. 31-74.

- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) (2014), *A crise do liberalismo (1890-1930). História Contemporânea de Portugal (1808-2010)*, vol. 3, Lisboa, Mapfre.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa (coord.) (2000), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Colibri/ IHC.
- TELO, António José (1980 - vol. 1; 1984 - vol. 2), *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- TELO, António José (1990), “A busca frustrada do desenvolvimento”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, (dir. António Reis), Lisboa, Alfa, pp.123-170.
- TELO, António José (2011), *Primeira República II. Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença.
- TEODORO, José Miguel de Jesus (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Doutoramento em História apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- THOMPSON, E. P. (1987), *A formação da classe operária inglesa*, Vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TIAGO, Maria da Conceição (2010), “Bairros sociais da I República: projectos e realizações”, in *Ler História*, nº 59 (dez 2010), pp. 249-272.
- TRAVERSO, Enzo (2007), *À feu et à sang. De la guerre civile européenne (1914-1945)*, Paris, Stock.
- TRINDADE, Luís (2008), *O estranho caso do nacionalismo português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais do ICS-UL.
- TRINDADE, Luís (2014), “A cultura”, in *História Contemporânea de Portugal*, Vol. 3, (coord. Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Fundación Mapfre, pp. 197-234.
- VALENTE, Vasco Pulido (1992), “Revoluções: a «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, vol. XXVII (115), pp. 7-63.
- VALENTE, Vasco Pulido (1999 – 3ª edição), *O poder e o povo*, Círculo de Leitores, 1976, 1ª edição.

VALÉRIO, Nuno (1994), *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos.

VALÉRIO, Nuno (coord.) (2005), *Os Impostos no Parlamento Português. Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*, col. «Parlamento», Lisboa, Assembleia da República/ Dom Quixote.

VENTURA, António (2000), *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos.

WEITZ, Eric D. (2007), *Weimar Germany. Promise and tragedy*, Princeton, Princeton University Press.

WELLHOFER, E. Spencer (2003), “Democracy and fascism: class, civil society, and rational choice in Italy”, in *The American Political Science Review*, vol. 97, nº 1 (fev. 2003), pp. 91-106.